DIGITAL HUMANITIES E O FAZER HISTÓRICO NA CONTEMPORANEIDADE

Aedos, v. 12, n. 26 (2020)



Expediente

Conselho Editorial

Bruno Grigoletti Laitano (Editor-chefe)

Juliana Carolina da Silva (Editora-gerente)

Ângela Pereira Oliveira Balladares

Caroline Duarte Matoso

Deiner Lucian Barili

Gabriela Schmitt

Geovane B. Costa

Giovane Dutra Zuanazzi

João Camilo Grazziotin Portal

Júlia Bolognini Klassmann

Lúcio Geller Junior

Maria Eduarda Magro

Noemia Dayana de Oliveira

Pedro Henrique Batistella

Rafael Barbosa de Jesus Santana

Tatiane Bartmann

Vanessa Ames Schommer

Vicente da Silveira Detoni

Vinícius Reis Furini

Wellington Rafael Balém

Yuri Leonardo Rosa Stelmach

Revisão
Conselho Editorial

Editoração
Bruno Grigoletti Laitano

Juliana Carolina da Silva

Capa
Leonardo Corte Berté

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Rui Vicente Oppermann (Reitor)

Jane Fraga Tutikian (Vice-reitora)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Cláudia Wasserman (Diretora)

Maria Izabel Saraiva Noll (Vice-diretora)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS
Fábio Kuhn (Coordenador)

Regina Weber (Coordenadora substituta)

Aedos
Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS
ISSN 1984-5634
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Avenida Bento Gonçalves, 9500
Bairro Agronomia, Porto Alegre – RS
CEP 91501-970

Editorial

Bruno Grigoletti Laitano
Juliana Carolina da Silva

O volume doze da Revista Aedos, vigésimo sexto número desse periódico, recebeu diferentes artigos cujo ponto em comum é a temática das Humanidades Digitais – isto é, *grosso modo*, a relação entre as ciências humanas e as novas tecnologias. Tantos trabalhos de grande relevância compõem o dossiê temático intitulado *Digital Humanities e o fazer histórico na contemporaneidade*, muito bem apresentado nas páginas seguintes pelo organizador Israel Aquino.

Na segunda metade, a edição também apresenta uma série de artigos livres, os quais apresentam estudos sobre experiências de diferentes mulheres, suas histórias de vida, períodos de atuação, resistências e intelectualidades por meio de entrevistas, análises de periódicos, trajetórias acadêmicas e biografias. O leitor conhecerá Maria Firmina, mulher negra e maranhense, professora e escritora; a trajetória de Ana Braga Machado Gontijo, mulher negra tocantinense, escritora e intelectual; e as experiências de Rebecca Carvalho, mulher travesti militante manauara, entre tantas outras histórias que perpassam diferentes regiões do Brasil.

A sessão "artigos livres" ainda dialoga com a Idade Moderna e a Contemporânea em perspectivas variadas - da história das instituições e da história econômica às histórias de movimentos sociais e trajetórias individuais. Nesse sentido, a diversidade de temporalidades e temáticas coloca-nos num espaço de interdisciplinaridade, observando não apenas a história e a historiografia, mas também estudos nas áreas da psicologia, da literatura, da medicina e da educação física.

Em sintonia com o tema do dossiê, este volume também apresenta duas entrevistas: a primeira foi concedida pelo historiador português Daniel Alves ao pesquisador Israel Aquino e a segunda, concedida pelo arqueólogo Andrew Reinhard ao Grupo de Pesquisa CNPq ARISE - Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas.

Por fim, ao término da edição, os leitores encontrarão um levantamento das teses e dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2020.

Falando no primeiro semestre deste ano, diga-se de passagem, não poderíamos deixar de lembrar o fato de que esta é a segunda edição da Aedos editorada e publicada em meio à pandemia do novo coronavírus, responsável por tantas tragédias ao redor do planeta. Não custa repetir aquilo que já dizíamos no último editorial da revista: a despeito de ter sido finalizada sob as recomendações sanitárias de isolamento social, a continuidade do nosso trabalho reforça a importância do empenho coletivo em um projeto tão importante para o nosso Programa e mantém ativa a produção acadêmica em um contexto no qual deve ser intensificada a defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Esperamos que a diversidade das publicações nos dê o fôlego necessário para que a nossa comunidade siga investindo em um processo contínuo de renovação da historiografia. Saúde a todos e uma boa leitura!

Digital Humanities e o fazer histórico na contemporaneidade: apresentação ao dossiê temático da Revista Aedos

Israel Aquino[1]

Ao adentrar a terceira década do século XXI, tornou-se um eufemismo apontar a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação como o grande fenômeno cultural dos nossos tempos. A obra *Cibercultura,* de Pierre Levy (1997), já conta mais de vinte anos desde sua publicação e, neste intervalo, foi seguida por extensa bibliografia que se dedicou a escrutinar as transformações produzidas pela cultura da informação em nosso cotidiano a partir de variados enfoques. Ainda assim, continuamos a sentir os impactos produzidos pelo advento do que alguns têm denominado como 'quarta revolução industrial' (SCHWAB, 2017), sendo constantemente atravessados pelas transformações que uma diversidade de novas plataformas, ferramentas e *gadgets* têm causado em nossa vivência cotidiana, em nossas formas de sociabilidade e em nossos processos de trabalho.

O campo acadêmico tem sido um dos pontos focais deste processo, posto que ocupa, simultaneamente, três papéis distintos nas dinâmicas que se produzem a partir da emergência de um novo paradigma tecno-cultural: é um espaço de criação – de concepção de novas tecnologias, de desenvolvimento de ferramentas, de inventividade, enfim; é um espaço impactado pelo desenvolvimento das novas técnicas, instrumentos, programas, recursos e métodos, à medida que incorpora estes ao seu próprio processo de produção do conhecimento; e, ademais, é um espaço que se propõe a refletir sobre os impactos e transformações que ditos processos produzem sobre a sociedade e sobre si próprio, bem como suas potencialidades e limitações.

Nesse contexto, é possível apontar que as Humanidades vêm incorporando progressivamente as novas tecnologias aos seus processos de produção, interpretação e

[1] Licenciado e Mestre em História. Doutorando no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/SARAS - Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul. Tem experiência na área de Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à pesquisa e ao ensino de História, com interesse no campo das *Digital Humanities*. É colaborador do Portal de História Digital Cliomática, mantido pelo Laboratório de História Social da UnB. Contato: israel.aquino@ufrgs.br.

crítica do conhecimento. Se bem que esta não seja exatamente uma novidade: como afirma o professor Daniel Alves – que participa de uma das entrevistas publicadas nesta edição da Aedos –, a convergência entre os computadores e investigadores das mais diversas áreas das humanidades (sejam historiadores, geógrafos, filólogos, linguistas, cientistas sociais, etc.) é algo presente desde o surgimento dos primeiros, nos (aparentemente) distantes anos 1950 ou 1960. Por outro lado, os últimos vinte ou trinta anos parecem ter produzido uma mudança qualitativa nesta relação, a partir da disposição desse campo em assumir e pensar sobre as transformações de caráter epistemológico produzidas pela interface entre humanidades e tecnologias – em outras palavras, a partir do momento em que reconhecemos que as tecnologias impactam nossa forma de produzir conhecimento e transformam o próprio conhecimento que produzimos.

No início dos anos 2000, o linguista John Unsworth, da *University of Virginia*, formaliza a utilização de uma nova categoria para pensar estas relações e seus desdobramentos: *Digital Humanities*, termo posteriormente traduzido como "Humanidades Digitais". A obra *A Companion to Digital Humanities*, de 2004[2], consistiu no primeiro esforço de discussão sistemática de trabalhos relacionados à área de humanidades que tinham como denominador comum justamente a incorporação das TIC's ao seu fazer acadêmico, e os efeitos que se produziam a partir daí. Mais do que isso, a obra aspirava a constituição das Humanidades Digitais como uma nova disciplina acadêmica, o que, como ficaria demonstrado depois, está longe de constituir um consenso entre os pesquisadores que vêm se envolvendo neste debate desde então.

A partir desta primeira definição, outros autores viriam a tratar desta relação nos anos seguintes, propondo diferentes abordagens e interpretações. Daniel Alves, por exemplo, defende que o conjunto de pesquisadores que passam a se dedicar ao desenvolvimento de estudos na área de Humanidades Digitais constituem, antes do que uma disciplina ou área específica, uma "comunidade de práticas", tendo em comum o

[2] Embora o termo *Digital Humanities* possa ser identificado de forma esporádica em obras da década de 1990, ele só é formalizado e alcança certa popularização a partir da publicação da obra organizada por Unsworth, Schreibman e Siemens (2004).

emprego das tecnologias informáticas como ferramentas para produção do conhecimento (ALVES, 2016). Anaclet Pons, por sua vez, aponta que o "humanista digital" seria aquele que aposta em novos modelos interpretativos, não apenas por "hacer cosas de modo distinto" mas principalmente por "'pensar' el mundo de manera diferente a través de las especificidades que definen el medio digital y el pensamiento computacional" (PONS, 2018, p. 38).

Já o historiador uruguaio Juán Bresciano, ao refletir sobre a atualização do campo historiográfico nesse processo, indica que a incorporação das novas tecnologias introduz novas formas de produção e comunicação do conhecimento histórico, que o autor classifica como *rizomáticas*, justamente em razão da centralidade que o *hipertexto* assume nas novas tecnologias de comunicação baseadas na Internet (BRESCIANO, 2015, p. 33). Para além disso, o autor destaca o fato de que "los acontecimientos históricos actuales se reflejan en una variada gama de registros digitales que modifican el concepto tradicional de fuente [...] por sus estructuras, funciones y características, de aquellos a los que se encuentra habituado el historiador" (Idem, p. 20). Serge Noiret, por seu turno, destaca que "quase todas as problemáticas tradicionais do ofício de historiador [...] sobretudo a comunicação da história e dos resultados de pesquisa [...] passam agora, em parte ou no todo, pela tela do computador" (NOIRET, 205, p. 32-33), sinalizando a emergência de novos desafios para o exercício de nosso ofício.

A última década, em particular, assistiu a uma proliferação de produções acadêmicas das mais diversas áreas que se incorporaram a esta discussão, seja a partir de reflexões de cunho teórico, seja em estudos aplicados que incorporaram propriamente as ferramentas informáticas aos seus métodos de trabalho. E nessa leva podemos identificar que a História, enquanto disciplina dinâmica e em permanente processo de (re)construção, tem marcado presença, inclusive com uma significativa participação de jovens pesquisadores brasileiros que têm se dedicado a explorar um campo emergente que têm sido denominado por alguns como História Digital - especialmente em sua interface com os debates acerca da História Pública, como se verá. Aqui, sem nenhuma pretensão de dar conta da totalidade dos trabalhos e pesquisadores que têm se destacado nesta área, poderia apontar alguns

nomes, tais como os de Anita Lucchesi, Bruno Laitano, Bruno Leal, Dilton Maynard, Fábio Almeida, Leonardo Barleta, Pedro Telles, Rafael Laguardia, Tiago Gil e Thiago Nicodemo, dentre outros nomes de uma geração - na qual muito modestamente me incluo - que tem contribuído para a construção de uma produção historiográfica qualificada e, quiçá, inovadora, a partir dos métodos, práticas e reflexões que vem propondo.

Torna-se muito pertinente destacar, neste sentido, o dado apresentado por Daniel Alves (2016), quando destaca que o português se consolidou como a segunda língua em termos de produção acadêmica no campo das Humanidades Digitais, ficando atrás apenas da produção em língua inglesa. Isto demonstra, a nosso ver, certa maturidade nos debates que vêm se desenvolvendo no campo acadêmico lusófono, e ao mesmo tempo indica o quanto podemos contribuir para o avanço do conhecimento em humanidades nessa área.

Partindo deste contexto, o presente dossiê da Revista Aedos teve por objetivo discutir a produção do conhecimento histórico e a constituição do próprio ofício do historiador contemporâneo a partir da abordagem das ditas Humanidades Digitais, em suas mais diferentes apresentações. Pensado a partir do *Manifeste des Digital Humanities* (2010), este número temático desafiou os colegas historiadores e historiadoras a incorporar tais ferramentas às suas reflexões teóricas e à construção de seus objetos e pesquisas. Assim, o presente dossiê se propõe a contribuir para a discussão a respeito da incorporação das tecnologias informacionais às práticas dos profissionais da área, bem como suas implicações teóricas, metodológicas e epistemológicas para a constituição de nossa disciplina. Cabe destacar, antes de adentrar a apresentação propriamente dita dos artigos que compuseram esta edição, o expressivo número de submissões recebido pela revista: foram mais de 20 trabalhos enviados para a composição deste dossiê temático, abrangendo os mais diversos recortes, abordagens teóricas e metodologias. Tivemos bastante trabalho até chegar a nossa seleção final, mas podemos afirmar que ficamos realmente felizes com o resultado.

A configuração do dossiê que ora se apresenta foi marcada por uma diversidade de temáticas e abordagens, trazendo para o debate diversas perspectivas possíveis da relação entre a História e as novas tecnologias. Dentre essas perspectivas, podemos notar que a relação entre a História Digital e a História Pública foi bastante presente, aparecendo de

forma transversal nos artigos que compuseram este número. Exemplo disso é o trabalho de Bruno Constante, intitulado "O uso da mídia social Twitter como fornecedora de fontes primárias e sua utilização em um caso específico". Nele, o autor discute o uso da rede social Twitter como fonte para o estudo de temas contemporâneos, utilizando como *corpus* um conjunto de *tuítes* publicados por lideranças políticas e empresariais brasileiras no ano de 2016. Pela própria temática abordada, o artigo dialoga diretamente com a construção de uma história política e socialmente engajada, nos moldes do que já foi defendido por autores como Eric Hobsbawm ou René Rémond. Desta forma, Constante analisa a polarização que se estabeleceu nas redes em torno do episódio da queda do governo petista de Dilma Rousseff, concluindo pela defesa de que o processo que levou a sua derrubada consistiu, efetivamente, em um golpe de Estado.

Outro trabalho que se debruçou sobre a relação entre História Digital e História Pública foi o artigo "Grupo 'História de Guaíba': uma iniciativa de História Pública Digital no Facebook", de Karen Silva. A autora busca, em seu texto, estabelecer um diálogo com o conceito de História Pública Digital formulado por Serge Noiret para analisar as postagens realizadas na página que empresta seu nome ao título do artigo. A partir do exame das postagens realizadas, Silva discute as potencialidades que iniciativas similares têm de contribuir para a difusão do conhecimento histórico nas redes, além de colaborar para o engajamento de agentes diversos na construção desse conhecimento, extrapolando as fronteiras da academia e dialogando diretamente com as discussões sobre a produção de uma História Pública.

Já Ana Carolina Machado busca refletir sobre as relações entre o público, o digital e o conhecimento histórico a partir de uma perspectiva bastante atual no artigo "História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores". Pensando as consequências ocasionadas pelo contexto de pandemia em que nos encontramos no momento desta publicação, Machado procura entender o papel que cumpre à História Digital em tempos em que a presença física se encontra impossibilitada. Desta forma, estabelece um diálogo privilegiado com a proposta original deste dossiê, ao discutir temas como "o ofício do historiador e seu papel social, a função

da história diante das demandas do presente e do imediatismo, e os limites e potencialidades do ciberespaço como meio de divulgação e método de ensino da história".

A constituição da rede mundial de computadores como um espaço de produção e divulgação da História também está presente nos trabalhos publicados nesta edição - como esperado, aliás. Um exemplo é o artigo "Produzindo e Difundindo Conhecimento Histórico no Youtube: O Canal 'Nerdologia' e os Conceitos de 'Golpe' e 'Revolução'", de Danilo Linard, que, também partindo das discussões a respeito da História Pública e das propostas metodológicas formuladas por Carneiro e Laitano (2019), busca compreender como conceitos históricos são apresentados e problematizados em um canal da plataforma de vídeos Youtube. Linard observa que o conteúdo produzido pelo canal "Nerdologia", embora não seja voltado para um público acadêmico, não deixa de observar critérios pertinentes à pesquisa e à escrita da história. O autor conclui sugerindo que essa nova prática "historiográfica" (qual seja, a produção de conteúdo de divulgação científica para plataformas e ambiente virtuais) reafirma a "relevância do papel social do historiador e da contribuição do conhecimento histórico para a compreensão e intervenção na realidade que nos cerca".

Outro trabalho que aborda o papel da Internet e as novas formas de produção do conhecimento é o artigo "Memórias afetivas na era digital: um passado não tão distante", de autoria de Kelly Nepomucena e Lucas Pereira. Neste caso, o foco dos autores foi problematizar a noção de memória afetiva frente ao advento da cultura digital, discutindo o universo dos *matches* e o crescente mercado de aplicativos de relacionamento no Brasil - uma temática que, pela sua singularidade, contribui para demonstrar como o público e o digital contribuem para a abertura de novas perspectivas e abordagens de pesquisa, especialmente quando pensamos na história da própria Internet.

Na chamada original desta edição, também propúnhamos debater as variadas metodologias, abordagens e tipologias documentais que se apresentam para o historiador a partir da emergência das tecnologias informáticas, sendo este um tema que também se fez presente, *grosso modo*, em todos os trabalhos que reunimos. Contudo, para facilitar nossa apresentação, escolhemos destacar três artigos que, a nosso ver, discutem de forma

mais sistemática a perspectiva metodológica relacionada a apropriação das tecnologias ao fazer acadêmico, apresentando diferentes enfoques que podem ser adotados quando se trabalha com as Humanidades Digitais.

O primeiro desses trabalhos é o artigo de Priscila Scoville, intitulado "As definições do tablete foram atualizadas: o Antigo Oriente Próximo e as Humanidades Digitais", que explora o uso da metodologia de Análise de Redes Sociais (ou SNA, na sigla em inglês). Sendo esta uma técnica que se notabilizou nos últimos anos pelos estudos aplicados a redes sociais online, destacamos a inovação do trabalho apresentado por propor sua aplicação ao estudo de sociedades da Antiguidade Próximo-Oriental. Partindo da aplicação das ferramentas de Análise de Redes, Scoville apresenta um "mapa" em que são exploradas as interações diplomáticas entre diferentes reinos, propondo assim "revisitar o antigo oriente, desmistificando e recontextualizando aqueles povos em uma realidade mais integrada e interconectada".

Pedro Nuñes, Marcia Vasquez e Bruno Martins, por sua vez, discutem a utilização de softwares de Realidade Virtual em pesquisas históricas e arqueológicas no artigo "Projeção tridimensional de uma estrutura funerária egípcia: implicações, formulações e análise espacial da tumba de Nakht (1401-1353 A.E.C.)". Como se vê, ganha destaque mais uma vez o contraste entre uma temporalidade afastada e a aplicação de ferramentas normalmente pensadas em contextos contemporâneos, como no trabalho anterior. Os autores apresentam, em seu trabalho, uma reconstrução tridimensional de uma estrutura funerária egípcia, buscando discutir como o uso da Realidade Virtual pode auxiliar na compreensão do espaço e na análise de significados simbólicos e religiosos, de modo a facilitar a interpretação da agência dos objetos e imagens dispostos na tumba.

Já no artigo de Leandro Santos, intitulado "Entre o líder político e o mito religioso: a construção do perfil de Padre Cícero a partir de acervos de periódicos e arquivos digitais", o foco da discussão recai sobre o uso de acervos digitais na pesquisa histórica, no caso, o acervo de jornais digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital, sítio eletrônico mantido pela Biblioteca Nacional. A partir da pesquisa em 18 periódicos e jornais publicados no estado do Ceará na primeira metade do século XX, Santos analisa a construção do perfil

público do padre Cícero Romão Batista, figura política de destaque na Primeira República, buscando refletir sobre as diferentes imagens construídas pela imprensa da época e como estas variavam de acordo com o posicionamento político-editorial de cada veículo.

O uso das novas tecnologias em sala de aula também é um tema debatido por alguns dos trabalhos do presente dossiê. No artigo "A História que queremos: uma proposta de ensino de História para as redes sociais", por exemplo, Bruno Schlatter propõe-se a discutir o uso de redes sociais online em sala de aula a partir de um estudo de caso desenvolvido em sua prática docente no Ensino Fundamental. Trabalhando com o conceito de protagonismo juvenil, o autor parte das postagens realizadas pelos seus estudantes para analisar o engajamento e agência dos alunos na produção do conhecimento, demonstrando como as redes sociais podem se constituir como um espaço privilegiado para a construção das relações de ensino-aprendizagem, seja como espaço de expressão dos jovens, seja como apoio para produção e disseminação de novos saberes.

Por outro lado, Ana Gláucia Motta analisa a utilização de exposições museológicas disponibilizadas em formato digital como ferramentas pedagógicas no texto "Museus históricos no mundo digital e suas potencialidades em sala de aula". O trabalho busca discutir o uso de exposições disponíveis na web como ferramentas didáticas e sua aplicação na construção do conhecimento histórico no âmbito escolar, partindo da análise de três importantes e tradicionais instituições de memória que disponibilizam parte de seu acervo para acesso online - o *Acropolis Museum*, de Atenas, o *British Museum*, de Londres, e o Museu Imperial, localizado em Petrópolis. A partir de um esforço de revisão bibliográfica e das reflexões propostas ao longo do trabalho, a autora destaca que, mais importante do que a simples incorporação dessas novas tecnologias ao cotidiano escolar, é o trabalho do professor na construção de uma didática que propicie a construção de um raciocínio crítico e autônomo por parte dos estudantes.

Por falar em museus na Internet, outro trabalho que busca explorar a relação entre as instituições de memória e a rede mundial de computadores é o artigo de Ian Marino, denominado "A história e as mídias digitais na experiência do Instituto Museu da Pessoa". Neste trabalho, o foco recai sobre a análise de uma experiência singular de uma instituição

que tem seu trabalho pensado em termos virtuais e colaborativos. Assim, Marino propõe-se a discutir o papel das tecnologias digitais na constituição deste museu, levantando importantes questionamentos a respeito dos métodos de construção do conhecimento histórico em meio ao advento das novas tecnologias digitais, além de destacar a experiência única desenvolvida pelo Museu da Pessoa em seus mais de 20 anos de existência, constituindo-se em uma instituição na qual o debate com a História Pública se dá também de forma privilegiada.

Concluímos o presente dossiê trazendo duas entrevistas internacionais com pesquisadores cujas produções constituem uma significativa contribuição para o desenvolvimento do campo das Humanidades Digitais. Na primeira delas, os integrantes do grupo de pesquisa Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE), da USP, reuniram-se para entrevistar Andrew Reinhard, professor do Departamento de Arqueologia da *University of York*, no Reino Unido, e especialista em um campo inovador do conhecimento arqueológico denominado *Archaeogaming*. Conforme apontam os autores, o objetivo central da entrevista foi "difundir a área de pesquisa que relaciona videogames com Arqueologia", explorando, entre outros temas, a constituição dos softwares e jogos digitais como registros da cultura humana contemporânea, além de aspectos teóricos e metodológicos presentes na obra do professor Reinhard.

Na segunda entrevista, realizada por este que vos escreve, trazemos uma conversa com o professor Daniel Alves, do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Como um dos principais divulgadores do campo das Humanidades Digitais em nosso idioma, o professor Daniel tem desenvolvido um trabalho marcado por intensa colaboração interdisciplinar, sendo um dos fundadores da Associação das Humanidades Digitais (AHDig), que reúne grande número de pesquisadores brasileiros e portugueses vinculados a áreas bastante diversas do conhecimento acadêmico. A entrevista explora aspectos diversos da relação entre humanidades e tecnologias, como o surgimento do campo das Humanidades Digitais e os impactos das novas tecnologias para o trabalho do historiador, além de retomar o conceito de "comunidade de práticas" defendido pelo pesquisador em seus trabalhos.

Como apontamos, as contribuições para o presente número temático foram diversas e variadas, abordando a interface entre Humanidades e as novas tecnologias a partir de múltiplas perspectivas. Esperamos, assim, que a publicação deste conjunto de trabalhos possa contribuir para que se avance no debate a respeito das Humanidades Digitais no campo historiográfico brasileiro, fomentando cada vez mais a incorporação destas ferramentas no trabalho de jovens historiadores e historiadoras, como forma de ampliar as perspectivas do conhecimento histórico, alcançar novas fronteiras e atingir públicos cada vez mais diversos. Boa leitura!

Referências

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo académico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, Lisboa, n. 69, p. 91-103, 2016. Disponível em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/2496. Acesso em: 05/08/2020.

BRESCIANO, Juán André. Los estúdios históricos em la sociedade de la información. In: BRESCIANO, Juán André; GIL, Tiago Luis (orgs.). **La historiografia ante el giro digital: reflexiones teóricas e prácticas metodológicas**. Buenos Aires: Ediciones Cruz del Sur, 2015.

LEVY, Pierre. **Cyberculture: Rapport au Conseil de l'Europe**. Paris: Odile Jacob Éditions, 1997.

CARNEIRO, Anita; LAITANO, Bruno. YouTube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: BASSO, Alana, et. al. **Comunicações do 3º Encontro Discente de História da UFRGS**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.editorafi.org/563historia. Acesso em: 05/08/2020.

MOUNIER, Pierre. Manifeste des Digital Humanities. ThatCamp. **Journal des Anthropologues**, Paris, n. 122-123, p. 447-452, 2010. Disponível em: https://journals.openedition.org/jda/3652#tocto1n1. Acesso em: 05/08/2020.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634. Acesso em: 01/07/2020.

PONS, Anaclet. El pasado fue analógico, el futuro es digital. Nuevas formas de escritura histórica. **Ayer**, Madrid, n. 110, v. 2, p. 19-50, 2018. Disponível em: http://revistaayer.com/articulo/1280. Acesso em: 05/08/2020.

SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (Ed.). **A companion to Digital Humanities**. Hoboken: Blackwell Publishing, 2008.

SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution**. New York City: Crown Business, 2017.

O uso da mídia social *Twitter* como fornecedora de fontes primárias e sua utilização em um caso específico

The uses of the social media *Twitter* as a supplier of primary sources and its use in a specific case

Bruno Erbe Constante[1]

Resumo: O presente artigo tem por pretensão argumentar sobre o potencial da mídia social *Twitter* como fornecedora de fontes primárias para estudos de temas da contemporaneidade. Após expor alguns estudos que, observando este potencial, utilizaram tuítes como fontes primárias, busca-se explorar um caso específico, a saber, o Golpe de 2016 no Brasil. Para tanto, analisam-se as manifestações de Michel Temer, Eduardo Cunha, Paulo Skaf e Reinaldo Azevedo, em seus respectivos perfis no *Twitter*, desde junho de 2013 até a abertura do processo de impeachment em dezembro de 2015. Por fim, tendo em vista a batalha de narrativas existente entre foi golpe ou não foi golpe sobre o processo de 2016, externa-se a transformação do conceito de golpe e afirma-se, portanto, que o que ocorreu com a deposição da presidenta Dilma Rousseff foi de fato um Golpe de Estado.
Palavras-chave: Twitter. Tuítes. Golpe.

Abstract: The purpose of this article is to argue about the potential use of social media *Twitter* as a supplier of primary sources for studies of contemporary issues. After presenting some studies that, by observing this potential, used tweets as primary sources, a specific case will be explored, that is the 2016 coup in Brazil. To do so, will be analized the manifestations of Michel Temer, Eduardo Cunha, Paulo Skaf and Reinaldo Azevedo, on their *Twitter* profiles, from June 2013 until the opening of the impeachment process in December 2015. Finally, considering the existent battle of narratives between coup or not coup concerning the 2016 process, the transformation of the coup concept is described and, therefore, it is stated that what happened with the deposition of President Dilma Rousseff was indeed a Coup d'État.
Keywords: Twitter. Tweets. Coup.

Pelo menos desde a década de 1990, a internet tem se popularizado e, conjuntamente a isto, surge o termo *web*. Anos mais tarde – e talvez mais importante que o próprio desenvolvimento da internet – a construção de novas mídias sociais, acompanhada por uma grande adesão popular ao seu uso, sobretudo com a mudança proposta pela *web 2.0*, faz com que, na atualidade, seja praticamente impossível a compreensão da sociedade como um todo sem levarmos em consideração o papel dessas. Neste sentido, o *Twitter*, derivado dos *blogs*, sofreu um crescimento abrupto em seu número de usuárias(os). Associado a isso, o potencial uso deste sítio para estudar processos ocorridos na contemporaneidade foi percebido por diversas(os) pesquisadoras(es) de

[1] Licenciado (2020) e Bacharelando em História, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

diferentes áreas do conhecimento. Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo fazer uma breve introdução sobre o surgimento do *Twitter* e sobre seu potencial enquanto fornecedor de fontes primárias para pesquisas acerca de processos contemporâneos, abordando alguns exemplos deste uso. Além disso, propõe-se uma análise sobre o Golpe de 2016 no Brasil a partir dos tuítes de alguns personagens que considero centrais neste acontecimento, a saber, Michel Temer, Eduardo Cunha, Paulo Skaf e Reinaldo Azevedo[2].

A web 2.0: algumas linhas sobre uma mudança importante

O século XX foi interpretado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (1917–2012) como a Era dos Extremos (HOBSBAWM, 1995). Se tal generalização foi possível para a centúria pretérita, o atual século poderia ser sinônimo de a "Era Google[3]". Isto porque, mais do que nunca, a rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta poderosa de comunicação, ademais, e em consequência disto, as relações sociais foram modificadas drasticamente para acompanhar o fenômeno da internet.

A popularização da internet, bem como as modificações em seu escopo de utilizações, porém, não é tão recente como poderíamos deduzir. Fábio de Almeida (2011) alerta que o aumento significativo do uso da internet é perceptível desde ao menos os anos 1990. Em consonância com este crescimento, surge, também, o termo *web* (*world wide web*) cunhado pela primeira vez pelo britânico Tim Berners-Lee. Lucia Leao define este termo como

> um documento digital composto por diferentes blocos de informações conectadas. A conexão entre os blocos de informações é realizada através de

2 Algumas razões para a escolha destes sujeitos, especificamente, são: 1) Michel Temer foi vice-presidente de Dilma e considerado o articulador político do governo; 2) Eduardo Cunha era base do governo e liderança de seu partido; 3) Paulo Skaf, presidente da FIESP-CIESP, é, ao meu ver, o porta voz do empresariado nacional; 4) Reinaldo Azevedo foi crítico contumaz do governo – não sendo algo exclusivo a este sujeito, é evidente. Porém, sua semelhança com Heitor Cony (2004) fez com que eu o escolhesse, já que pleiteou a derrubada do governo e depois sofrera consequências com o novo governo – nada comparável à ditadura.

3 Esta expressão fora utilizada pelo historiador da micro-história italiana Carlo Ginzburg, em conferência intitulada Fronteiras do Pensamento, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2011. Nesta conferência, Ginzburg abordou a ínfima relação entre a internet e a história do tempo presente. É importante destacar que, tal termo, antes de fazer qualquer juízo de valor, serve para ilustrar que, nos tempos atuais, a tecnologia impactou – positivamente e negativamente – o dia a dia. Um excelente texto sobre as novas tecnologias e seus efeitos é o de Anita Lucchesi (2014).

> vínculos eletrônicos denominados links, que permitem o avanço para outras seções dentro do mesmo site, ou redirecionamento para sites diferente (LEAO, 2001, p. 15-16).

Neste sentido, a partir deste período a *web* tornar-se-ia "um modelo de gerenciamento de arquivos [...] padrão na internet" (ALMEIDA, 2011, p. 13).

Anos após tal popularização, em virtude dos avanços promovidos pelas áreas da computação, houve uma transformação significativa na relação dialética entre usuário e internet, tornando, consequentemente, imprescindível a elaboração de um novo termo para representá-la. Eis que, em 2004, releva-se, em uma conferência realizada nos EUA pela empresa O'Reilly Media, a expressão *web 2.0:*

> [...] em sua origem deveria distinguir sites ou aplicativos com baixo custo de desenvolvimento, em que o conteúdo surge de *baixo para cima* [...] a partir do *relacionamento entre participantes* [...], e que pode combinar as soluções e o conteúdo de mais de um site para produzir uma *experiência integrada* (SPYER, 2007, p. 28, grifos meus).

Não obstante, tendo em vista que conceitos não são estáticos e mudam em virtude de novos contextos, houve uma expansão na interpretação do que de fato representava tal expressão. Ian Davis, testemunha ocular disso, afirma que "a *web 2.0* é uma atitude, não uma tecnologia"[4] (DAVIS, 2005, s/p). Na mesma linha argumentativa de Ian Davis, Serge Noiret, historiador italiano, afirma que este é "um conceito tecnológico" e "um conjunto de *práticas novas* colocadas à discussão" (NOIRET, 2011, p. 19, grifos meus). Em outras palavras,

> A participação dos usuários no conteúdo desses sites já não depende do correio eletrônico, mas sobretudo do *contato direto* através do navegador, da inserção de documentos multimídia, textos, comentários, formas de indexação nos sites que são sobretudo dinâmicas (NOIRET, 2011, p. 9, grifos meus).

O que quer se destacar com isso é que a *web 2.0* é uma transformação importante, pois faz com que a(o) usuária(o) passe da condição de passiva(o) para ativa(o) nas redes

4 Traduzido de: "[···] *web 2.0* is an attitude not a technology".

digitais. Como argumenta Pedro da Silveira, o conceito não é rigoroso, podendo, portanto, possuir distintos significado, porém, a certeza é que este reflete "um agregado de tendências da computação e do uso social dos computadores na virada do século utilizado para direcionar o mercado e promover essas mesmas tendências" (SILVEIRA, 2018, p. 51). Neste sentido, há uma maior inserção da(o) usuária(o) no próprio processo de criação de conteúdo para este espaço, dando destaque para sua atuação na construção de novos sítios, tais quais os *blogs*[5], precursores da mídia social *Twitter*.

Sobre o Twitter e sua potencialidade

A mídia social *Twitter*[6] é um sítio com estrutura semelhante aos *blogs* já que permite, atualmente, que sejam escritos textos pequenos, com até 280 caracteres[7], a partir da pergunta "o que está acontecendo?". Seu uso é aberto a todas(os) tendo como requisito básico, é óbvio, o acesso à internet e algum suporte – computador ou celular, geralmente. O sítio é baseado na relação entre *followers* e *followings*, ou seja, seguidores e pessoas a seguir, sendo isso determinado por cada usuária(o). Existe ainda a possibilidade de troca de mensagens de modo privativo. Mensagens direcionadas também são possíveis a partir do uso do "@" antes do nome do destinatário. Além disso, a mídia social permite que sejam reproduzidos os tuítes por outras(os) usuárias(os), isto é, os retuítes. Estes são, basicamente, instrumentos de difusão de informações, uma vez que o tuíte original é propagado para outras pessoas permanecendo inalterável a informação inicial.

Sobre o próprio desenvolvimento da mídia, Raquel Recuero afirma que:

> O Twitter foi fundado por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams ainda em 2006, como um projeto da empresa Odeo. Uma das características mais importantes do sistema é que permite que sua API[8] seja utilizada para a construção de ferramentas

5 Basicamente *blogs* são sítios na internet que podem utilizados de forma individual ou coletiva, possuindo um formato que permite a interação entre produtor(a) do sítio e usuários(as) que acompanham este. São, geralmente, sítios simples de serem manuseados, não necessitando, consequentemente, de conhecimentos avançados na área de computação e/ou informática.

6 http://www.twitter.com

7 Inicialmente, o Twitter permitia o uso de 140 caracteres. Contudo, no início de 2017, a mídia dobrou o limite para 280.

8 Interface de Programação de Aplicativos (Application Programming Interface) é, basicamente, um canal de comunicação que permite usuárias(os) e aplicativos conectarem-se ao sítios.

> que utilizem o Twitter. Isso fez da ferramenta extremamente popular, sendo utilizada em inúmeras iniciativas, como o Summize, ferramenta de busca no sistema que posteriormente foi adquirida pelo Twitter e tornou-se sua busca "oficial" (RECUERO, 2009, p. 173).

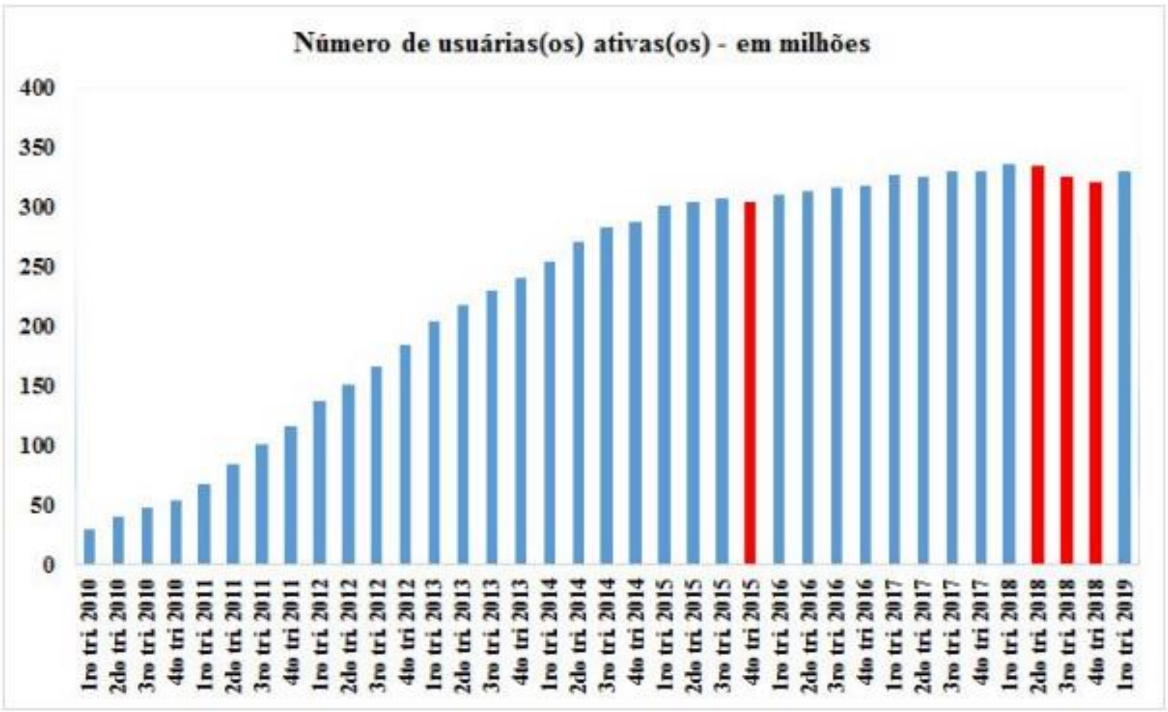
Entretanto, a mídia social levou algum tempo para se popularizar. Isto se deu, sobretudo, a partir de dois momentos importantes: a utilização desta mídia por pessoas famosas, fazendo com que seus fãs passassem a utilizar o *Twitter* no intuito de saber o que acontecia no dia a dia dessas; e, mais importante, a disseminação de seu uso como ferramenta de jornalistas. Talvez o exemplo mais emblemático disto seja o uso da *#IranElection* para noticiar as eleições no Irã em 2009.

Assim sendo, atualmente, é patente o papel central que as mídias sociais, isto é, "[...] um grupo de aplicações para Internet construídas com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da web 2.0[9], e que permitem a criação e troca de Conteúdo Gerado pelo Utilizador[10]" (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p. 61)[11], ocupam em nossa vida. No gráfico abaixo, podemos ver a evolução no número de usuárias(os), de 2010 até 2019.

9 A *web 2.0* é aqui compreendida como sendo uma mudança de mentalidade das(os) desenvolvedoras(es) de sítios de internet. Sua principal característica é a colaboração e a interatividade promovida entre o próprio sítio e a(o) usuária(o).

10 Local virtual em que podemos compartilhar, trocar e consumir informações, isto é, Twitter, Facebook, YouTube.

11 Traduzido de: "[···] a group of Internet-based applications that build on the ideological and technological foundations of Web 2.0, and that allow the creation and exchange of User Generated Content".



Retirado de CONSTANTE, 2020, p. 30.

O gráfico demonstra que, se no primeiro semestre de 2010 havia pouco menos de 50 milhões de usuárias(os), no final de 2019 este número passou para quase 350 milhões. Este crescimento quase constante, com apenas algumas quedas, reflete a importância que a mídia social possui. Isto fez com que diversas(os) pesquisadoras(es) voltassem sua atenção para a utilização das mídias, aqui em específico o *Twitter*, como fornecedoras de fontes primárias para suas pesquisas.

Benjamin Gleason (2013), professor de Tecnologia Educacional da Universidade Estadual de Iowa (EUA), por exemplo, estudou o movimento *Occupy* (2011)[12] a partir das manifestações das(os) usuárias(os) na mídia social *Twitter*. Para tanto, explorou o potencial de uma *hashtag*[13] específica, que relatava o ocorrido no acontecimento – #OWS, para demonstrar a potencialidade das construções de narrativas, tendo em vista que este dispositivo "[...] fornece muitas vozes adicionais para a discussão sobre a #OWS do que as disponíveis usando apenas as mídias tradicionais (jornais, televisão, e rádio)" além de "[...]

12 Para mais informações ver: HARVEY, David et al. *Occupy*: movimentos de protesto que tomaram às ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

13 Espécie de "etiqueta" associada a discussões ou assuntos que se deseja indexar na mídia social precedido pelo símbolo (#) à palavra e/ou frase. Sua utilização pode ser buscada e todos os tuítes que utilizam a mesma "etiqueta" podem ser recuperados.

ampliar as oportunidades de participação em um movimento social" (GLEASON, 2013, p. 973-974)[14]. Ao estudar esse movimento a partir das manifestações nesta mídia social, o grande objetivo do pesquisador era afirmar a potencialidade do uso do *Twitter* como plataforma para construção de conhecimento, ou seja, ressaltar o papel educacional desta mídia. Ao final do artigo, o pesquisador argumenta que

> A grande porcentagem de tuítes do #OWS que contêm hiperlinks *suporta o aprendizado informal* [...] *sobre o movimento Occupy Wall Street* no Twitter. [...] Esses links levam os usuários a sites de aprendizado mais substantivo, como sites de blogs de fotos, como o Tumblr; sites de compartilhamento de vídeo, como YouTube e Ustream; mídia independente, como a revista AlterNet; e muitos outros (GLEASON, 2013, p. 979, grifos meus)[15].

Ou seja, ao mesmo tempo que a mídia social *Twitter* serve para promover novas narrativas e angariar novos adeptos, pode servir também como uma ferramenta digital em que muitas pessoas estão informando-se e aprendendo.

Narseo Vallina-Rodriguez, Salvatore Scellato, Hamed Haddadi, Carl Forsell, Jon Crowcroft e Cecilia Mascolo (2012), todos do Laboratório de Computação da Universidade de Cambridge (Reino Unido), desenvolveram estudos sobre os protestos de 2011 ocorridos na Espanha[16] a partir do *Twitter*. Os autores argumentam que "desde o início, o debate sobre a crise política passou para *blogs* e serviços de redes sociais online"[17] (VALLINA-RODRIGUEZ *et al.*, 2012, s/p), sendo, pois, em consequência das manifestações na mídia social que surge o coletivo *Democracia real, ya!* – que mais tarde se auto-intitulariam *Los Indignados*. Portanto, é fundamental para a compreensão deste processo e suas

14 Traduzidos do original: "[···] provides many additional voices to the conversation about #OWS than are available using only traditional media (newspapers, television, and radio)"; e "[···] opens up multiple opportunities for participation in a social movement".

15 Traduzido de: "The large percentage of #OWS tweets that contain hyperlinks supports constructivistoriented, informal learning about the Occupy Wall Street movement on Twitter. These links take users to sites of more substantive learning, such as photo blog sites, such as Tumblr; video-sharing sites, such as YouTube and Ustream; independent media, such as AlterNet magazine; and many others".

16 Para uma boa síntese do movimento, ver: GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

17 Traduzido de: "From early on, the debate over the political crisis moved onto blogs and online social networks services".

consequências futuras, como o aumento expressivo da bancada dos conservadores do Partido Popular, a compreensão do papel desempenhado na mídia social *Twitter* pela multidão que foi às ruas. Por esta razão, vale destacar os resultados obtidos na pesquisa:

> Descobrimos que a maioria dos tuítes relacionados as eleições expressavam uma orientação política alternativa fora do espectro político da esquerda-tradicional;
> Nossa análise mostrou que a atividade política dominante no Twitter foi ofuscada pelas forças alternativas;
> Observamos que as atividades do Twitter acompanharam de perto os eventos dos protestos, [...] demonstrando a explosão de interesse com o estabelecimento dos primeiros campos de protesto.
> Nossos resultados apoiam a ideia de que o Twitter foi muito usado [...] ajudando (os movimentos) a compartilhar e promover uma mensagem de mudança social. De fato, parece-nos, a revolução foi tuitada. (VALLINA-RODRIGUEZ *et. al.,* 2012, s/p)[18].

Ao contrário do uso feito pelos *indignados* espanhóis, Alex Burns e Ben Eltham (2009) estudaram o impacto da mídia e sua importância na promoção dos protestos eleitorais no Irã em 2009. Porém, alertam que, além de ter esta funcionalidade positiva para os ativistas, tal qual ocorreu na Espanha, por exemplo, ou no próprio movimento *Occupy*, nos EUA, o *Twitter* foi utilizado pelo governo como uma ferramenta para "identificar e caçar manifestantes pró-democracia"[19] (BURNS; ELTHAM, 2009, p. 306), demonstrando, portanto, a duplicidade funcional da mídia e os limites democráticos desta.

Além desses trabalhos que estudam alguns processos ocorridos em diferentes localidades do mundo (*Occupy*, EUA; *Los Indignados*, Espanha; e as eleições no Irã), vale mencionar o trabalho de duas pesquisadoras brasileiras, validando a argumentação sobre a compreensão da importância da mídia social *Twitter* e sua potencialidade para pesquisas.

---

18 Traduzido de: "We found that the majority of the election-related tweets expressed an alternative political orientation outside the traditional left-right political spectrum. Our analysis showed that mainstream political activity on Twitter was overshadowed by that of alternative forces. We observed that Twitter activity closely followed over time the events of the protests, in particular displaying an explosion of interest with the establishment of the first protest camps. [···] Our results support the idea that Twitter was heavily used by grassroots movements, likely helping them to share and promote a message of social change. Indeed, it seems to us, the revolution was tweeted".

19 Traduzido de: "[···] to identify and hunt down pro-democracy protests".

Mariana Rezende de Passos e Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires (2019), professoras da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), respectivamente, buscam identificar como se deu o processo de desconstrução da imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, usando como fonte as manifestações públicas no *Twitter*. Para tanto, coletaram os tuítes publicados em três momentos distintos: as manifestações pró-*impeachment* ocorridas em 13 de março de 2016; as manifestações contrárias ao *impeachment* ocorridas cinco dias após esta; e, por fim, no contexto das votações do *impeachment* em 17 de abril e 12 de maio de 2016, na Câmara dos Deputados e no Senado, respectivamente. Ao analisarem os dados obtidos, as pesquisadoras afirmam que houve uma polarização das narrativas acerca da figura de Lula, em que algumas pessoas "visavam atribuir culpa ao ex-presidente pela situação vivida no País" e outras "que se referiam a ele como vítima dessa mesma situação" (PASSOS; PIRES, 2019, p. 197). Alertam ainda que o aumento deste embate de narrativas, culpado ou vítima, deu-se, sobretudo, no contexto da disputa pelo sentido do termo golpe. Finalizam, afirmando que

> o poder dos veículos hegemônicos – ao adotarem o mesmo posicionamento sobre o ex-presidente – se deu em decorrência de sua capacidade em tornar determinadas narrativas mais visíveis que outras. Houve, portanto, um jogo de forças entre a rede pró-Lula, constituída pela comunicação governamental, lideranças latino-americanas e a militância petista, e o grupo opositor, composta pelos veículos hegemônicos, os blogueiros ligados a esses veículos, formadores de opinião e usuários comuns contrários ao ex-presidente. Nessa disputa por visibilidade, a referenciabilidade e a credibilidade adquiridas pelos opositores fizeram com que as narrativas de desconstrução da imagem pública de Lula se tornassem mais evidentes (PASSOS; PIRES, 2019, p. 198).

Neste sentido, podemos retomar que, embora tais mídias tenham potencial democrático, ao viabilizarem distintas narrativas, as pesquisadoras atestam que os perfis das mídias "tradicionais" no *Twitter* – Veja, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Grupo Globo – são, ainda, responsáveis por articular e promover sentidos e significados sobre diversos assuntos, neste caso, a culpabilização de Lula pelo ocorrido no país.

Essas pesquisas citadas anteriormente têm em comum o uso de *software*[20] para auxiliar nos resultados obtidos, tendo em vista que lidam com um grande número de tuítes, o que torna quase impossível a realização desta tarefa de forma mecânica. Porém, como proponho a seguir, podemos utilizar o *Twitter* sem o auxílio destes *softwares* para produzir algumas pesquisas. Neste caso, utilizarei tuítes de Michel Temer, Eduardo Cunha e Paulo Skaf, obtidos pelo mecanismo de busca da própria mídia social[21] e selecionados de acordo com os objetivos estipulados.

Os tuítes de Eduardo Cunha, Michel Temer, Paulo Skaf e Reinaldo Azevedo

Dias após o resultado das eleições de 2014, concebendo a reeleição de Dilma Rousseff, o PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), cujo candidato Aécio Neves havia disputado o segundo turno, publicou: "URGENTE: PSDB pede cassação do registro de candidatura de Dilma Rousseff" (PSDB, 2014). Além desta mensagem, o tuíte continha um endereçamento para acessar, na íntegra, o processo jurídico protocolado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que visava a cassação da chapa eleita.

Este documento buscou, em pouco mais de cinquenta páginas, criminalizar Dilma Rousseff e seus apoiadores por: abuso de poder político e econômico, utilização indevida de prédios públicos para campanha, campanha promovida por dinheiro oriundo de corrupção da Petrobrás, entre outras acusações contidas no documento. Ao fim deste, a ação movida sugere "declarar 16 inelegíveis os representados, cassando-se o registro dos candidatos beneficiados com os atos de abuso de poder" e,

> em consequência, que sejam diplomados como Presidente e Vice-Presidente os candidatos componentes da chapa formada pelos requerentes (Aécio Neves e Aloysio Nunes), nos termos da jurisprudência assentada por esse colendo Tribunal Superior Eleitoral (ALCKMIN *et. al.*, 2014, p. 45).

20 São exemplos de programa*s* usados: Gephi, NodeXL, Netlytic, AntConc.

21 Refiro-me ao *twitter search advanced*. Esta ferramenta permite a busca de tuítes por palavras, usuários, data, local.

Assim sendo, podemos inferir que, apesar das bases do Golpe terem sido dadas no contexto das manifestações de junho de 2013, conforme apontam alguns(mas) pesquisadores(as) (SOUZA, 2016; PINTO, 2017; GRIJÓ, 2020), é a partir do resultado da eleição presidencial de 2014, com nova derrota do PSDB, que o golpe se inicia de forma contundente. Por isso, penso ser necessário visualizarmos brevemente alguns aspectos do segundo governo de Dilma Rousseff.

Assim como o primeiro mandato, a política econômica adotada por Rousseff fora o que passou a se chamar de *neodesenvolvimentismo*[22]. Esta política compreendia a necessidade do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, associada a um empresariado nacional com papel destacado. André Singer (2015), aponta que a redução dos juros, o uso intensivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a aposta na reindustrialização como sustentáculo da economia, as desonerações fiscais, o desenvolvimento infra-estrutural, as reformas no setor elétrico, a proteção do Produto Interno Bruto (PIB) e o controle de capitais foram algumas das principais características desse modelo. Contudo, este deixava "de lado instrumentos que visassem à promoção de maiores mudanças estruturais" (STEIN, 2016, p. 95), ou seja, "não trazia em seu bojo a perspectiva de desalojar o ordenamento das classes sociais, mas, pelo contrário, a conciliação entre as aspirações divergentes desses segmentos" (MIORANDO, 2018, p. 134-135). A sociedade, portanto, encontrava-se dividida em duas partes:

> De um lado, tínhamos uma frente política heterogênea que agrupava a grande burguesia interna, composta pelas empresas brasileiras [...], parte da baixa classe média, a maior parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal. [...]
> De outro lado, temos o campo político neoliberal puro e duro [...]. Essa frente era dirigida pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, cujas propostas de política econômica e externa preteriam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna. [...]. O capital

22 O termo neodesenvolvimentismo (ou novo-desenvolvimentismo), envolvido em diversas disputas conceituais, tem origem nos textos de Bresser Pereira (2003, 2006), todavia ganha destaque em trabalhos de Sicsú, Paula e Michel (2005). Alguns críticos (GONÇALVES, 2012; SAMPAIO JR, 2012) dizem que isto é, na verdade, um esvaziamento do nacional-desenvolvimentismo e uma aproximação velada do neoliberalismo. Como o presente artigo não tem por objetivo a análise do conceito, recomenda-se a leitura dos autores anteriormente citados para um maior aprofundamento.

> internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associado contavam com o apoio eleitoral da alta classe média (BOITO JR, 2016, p. 27).

Apesar disso, Michel Temer, em seus tuítes, não criticava esta divisão, mas elogiava, sem poupar adjetivos, Dilma e o governo do qual fazia parte.

Em diversas oportunidades, tuitou sobre a importância das políticas públicas propostas e promovidas pela coalizão PT-PMDB (Partido dos Trabalhadores e Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Referindo-se a projeto concretos, como o Bolsa Família: "Bela a cerimônia de comemoração dos 10 anos do bolsa família. Mais de 36 milhões de brasileiros fora da miséria. Uma vitória do Brasil" (TEMER, 2013). Comentando sobre os avanços em infraestrutura ocorridos nos últimos anos: "Com a infraestrutura que está sendo criada, o Brasil dará um salto nos próximos anos" (TEMER, 2014). Ou, ainda, publicando sobre a produção de empregos e a redução da taxa de extrema pobreza: "O Brasil gerou 20 milhões de empregos em 10 anos [···]" (TEMER, 2014); "O governo não governou só pra uma classe social. Em 2002, eram 12milhões de pessoas com padrão de vida melhor. Hj são 30milhões" (TEMER, 2014). Sobre Dilma, tuitou: "Se é para continuar as políticas públicas, ninguém melhor do que quem já as estão fazendo, nossa presidenta @dilmabr".

Porém, se Temer, enquanto integrante do governo na função de vice-presidente, via com bons olhos o modelo *neodesenvolvimentista*, um dos principais basilares do governo, ou seja, o empresariado nacional, criticava-o. Paulo Skaf, presidente da FIESP e da CIESP[23], já em julho de 2013, isto é, no primeiro governo Dilma Rousseff, tuitava que "a conta não é nossa", referindo-se ao pagamento de 10% para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caso o(a) trabalhador(a) fosse demitido sem justa causa. Skaf, neste sentido, tuitou diversas vezes que Dilma deveria aprovar o projeto que retirava a responsabilidade do empresariado neste pagamento, não obstante, a presidenta vetou. Após o veto, Skaf passou a tuitar que "Veto da presidente Dilma aos 10% de multa no #FGTS

23 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, respectivamente.

não contribui para crescimento do país" (SKAF, 2013) e "Derrubar o veto presidencial que mantém a cobrança de multa adicional de 10% sobre o FGTS é uma das lutas da @Fiesp" (SKAF, 2013). Isso demonstra que uma parte do empresariado brasileiro não estava mais de acordo com o modelo econômico adotado pelo governo petista, embora ainda sustentasse-o.

Entretanto, com o agravamento da crise econômica interna, como consequência da crise internacional, e, sobretudo, com "a quantidade de interesses empresariais contrariados" (SINGER, 2015, p. 67), pouco a pouco este setor passou a incorporar-se às fileiras do bloco dos neoliberais. Embora isto seja um processo demorado, no ano de 2013 já podemos perceber os ideais neoliberais nos discursos de Skaf: "sociedade quer menos impostos e mais qualidade" (SKAF, 2013); "#Burocracia[24] atrapalha o crescimento" (SKAF, 2013). As críticas ao modelo neodesenvolvimentista adotado continuam em 2014: "já passamos da hora de mudar a política econômica" (SKAF, 2014). O ultimato, porém, veio um ano depois, em janeiro de 2015, quando Skaf afirma que "se necessário, não hesitaremos em mobilizar a sociedade" (SKAF, 2015).

Nesse cenário complexo em que o governo se viu inserido, ou seja, perdendo apoio de aliados importantes para o modelo econômico adotado, houve uma preferência na realização de

> políticas que, teoricamente, apaziguariam a insatisfação empresarial, ainda que prejudicassem seus próprios aliados na base. O resultado foi o oposto do esperado: além de aprofundar a recessão e o afastamento empresarial, a virada na política econômica alienou parte da população para quem era verossímil a acusação de "estelionato eleitoral" (ou mesmo "traição") feita pelos grandes meios de comunicação e pela oposição partidária (BASTOS, 2017, p. 5).

Ou seja, embora no neodesenvolvimentismo boa parte das políticas públicas tenham favorecido a nova classe trabalhadora, esta passou a retirar seu apoio a essa política.

Outro fator importante para compreendermos o Golpe de 2016, é a atuação da mídia, visto que esta criou "opinião e atmosfera para o golpe" (LOPES, 2016, p. 120). Neste

24 É importante mencionar que burocracia, aqui, é compreendida como presença do Estado.

sentido, a atuação das grandes empresas jornalísticas, como organizações Globo, grupo Folha, grupo Estado e grupo Abril/Veja, teve papel destacado. Porém, isto foge ao escopo deste artigo. Neste sentido, analisarei apenas as manifestações na mídia social *Twitter* de Reinaldo Azevedo, colunista da Veja.

É fato que a mídia não começou a criticar Dilma e seu governo apenas no contexto das manifestações eleitorais pró-impeachment, em 2015. Já em 2013, por exemplo, Azevedo criticava o governo. Em tuíte datado de 14 de janeiro desse ano, ou seja, antes das manifestações e, portanto, da crise de popularidade e das críticas direcionadas ao executivo federal, o colunista da Veja comentava: "Foi Dilma que fez: Elétricas perdem quase R$ 40 bilhões na Bolsa" (AZEVEDO, 2013). Este tuíte, continha o endereçamento para sua coluna com um texto opinativo. Aqui, cabe destacar que, assim como uma parte do empresariado nacional, Azevedo também via problemas na intervenção estatal: "*controlada pelo governo federal*, a empresa perdeu praticamente metade de seu valor de mercado [...]" (AZEVEDO, 2013, VEJA, grifos meus). Ou seja, fica evidente que o problema, na visão do colunista, é a influência do governo federal na empresa. Existem também outros tuítes que criticam a presença do Estado, porém, cabe aqui destacar um publicado no final de 2014: "O Brasil tem jeito: privatização de estatais e quase extinção de cargos de confiança. Vai encarar, Dilma?" (AZEVEDO, 2014).

A tática mais utilizada por Azevedo foi de associação Dilma-PT-Governo à corrupção, porque

> [...] historicamente, apenas o tema da corrupção, no Brasil, propicia a manipulação perfeita do público cativo: aquela que não toca nem de perto no acordo das elites nem nos seus privilégios e permite focar todo o fogo no inimigo de classe (SOUZA, 2016, p. 88)

Assim sendo, diversos tuítes do colunista contribuíram para construir, junto à opinião pública, a imagem de um governo corrupto – ou, ao menos, conivente com esta prática.

Acredito que três manifestações no *Twitter* merecem destaque, visto que buscam consolidar a ideia de que Dilma é a personificação da corrupção[25].

A primeira, busca associar a figura da presidenta aos atos cometidos por João Vaccari Neto: "Tesoureiro do PT, considerado peça-chave do Petrolão, é um dos homens fortes da campanha de Dilma" (AZEVEDO, 2014). É importante mencionar que este tuíte fora feito no contexto do início do segundo turno das campanhas eleitorais para presidência, em 21 de outubro. Azevedo faz o seguinte silogismo: Vaccari, envolvido em esquemas de corrupção, era principal articulador político de Dilma, logo, a candidata à reeleição também é corrupta.

O segundo tuíte vai direto ao ponto, afirmando que Dilma sabia o que estava acontecendo na Petrobras: "O regime petista prometeu conduzir a Petrobras à glória. O regime petista quebrou a #Petrobras" (AZEVEDO, 2014). Embora isso não fique tão evidente no tuíte, em sua coluna, com endereçamento contido na publicação, podemos ler a seguinte sentença: "Dilma vai cair não porque será vítima de um golpe, mas porque será colhida pela lei. Golpismo seria o país continuar com uma presidente da República que *permite o assalto aos cofres públicos*" (AZEVEDO, 2014, VEJA, grifos meus).

Por fim, o terceiro tuíte afirma que Dilma comprava deputados(as): "Quanto custa para comprar um deputado ou um senador? Dilma está pagando R$ 748 mil por cabeça!" (AZEVEDO, 2014). Assim como o tuíte anterior, este também contém o endereçamento para sua coluna, embora não seja necessário lê-lo para compreender a mensagem que se quer passar.

O que chama a atenção neste três tuítes é que eles são publicados, respectivamente, em outubro, novembro e dezembro de 2014, ou seja, no contexto das eleições e no pós-eleição. Isso é deveras importante, considerando-se que uma das principais pautas que centralizaram as manifestações pró-impeachment em março de 2015 foi baseada na ideia da "corrupção petista".

25 Corrupção aqui é compreendida como qualquer desvio de conduta, por meio de práticas ilegais, que vise obtenção de vantagens pessoais e/ou coletivas.

No intuito de explorar mais um dos sujeitos do golpe, buscarei analisar a atuação de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados, tendo em vista que, em certo momento das manifestações pró-impeachment, Cunha fora visto como um grande aliado destas.

Um grande paradoxo deste personagem é que, embora seja membro do partido que fazia parte da coalizão desde 2010, o deputado ficou conhecido por criar dificuldades e criticar, sempre que possível, a presidenta, seu partido e o governo. Talvez o primeiro obstáculo engendrado tenha sido a contrariedade ao projeto de reforma política proposto por Dilma como resposta às manifestações de junho de 2013: "A proposta apresentada pelo PT para plebiscito não contara com o apoio da bancada do PMDB" (CUNHA, 2013), e "O Pt tem mais condições de competir em gastos de campanha, por isso para eles reduzir custo não é a prioridade" (CUNHA, 2013). Além disso, o deputado apresentava postura ambígua: ora argumentava que estava prestes a deixar a coalizão, ora ratificava seu compromisso com o governo.

O primeiro ponto pode ser percebido nos seguintes tuítes: "Não sigo e nem seguirei a minha vontade e sim a da maioria da bancada" (CUNHA, 2014). De forma mais direta: "Além disso e bom que saibam que dentro da bancada da Camara, tenho sido bombeiro, porque a vontade de muito tempo já era de sair fora" (CUNHA, 2014). Ainda cabe sublinhar que, no momento de sua candidatura para a eleição, a despeito de confirmar que não seria oposição, como externarei em breve, Cunha disse que não seria "submisso ao Planalto" (CUNHA, 2014).

O segundo ponto, isto é, declarando ser um aliado do governo, pode ser percebido nos seguintes tuítes: "o PMDB faz parte da base do governo e assim continuará" (CUNHA, 2014), ou ainda, "Nunca passou pela minha cabeça construir qualquer candidatura de oposição, até porque meu partido não é oposição" (CUNHA, 2014), ratificando e assumindo este compromisso caso concorresse para presidência da Câmara: "Se por ventura no futuro decidir colocar a candidatura, ela não será de oposição ao governo" (CUNHA, 2014).

Quero destacar, aqui, o argumento trazido acima de que Cunha, caso eleito presidente da Câmara, não seria submisso ao Planalto. Esta imprevisibilidade, que por ventura acaba por conferir um caráter não confiável ao PMDB, também pode ser

compreendida em manifestações do próprio vice-presidente Michel Temer. Este, um ano antes das publicações de Cunha, em entrevista concedida ao jornal Brasil Econômica e divulgada no *Twitter*, afirmava que "Quem dá o tom da política no país é o PMDB" (TEMER, 2013). Merece destaque um trecho da entrevista, em que Temer já vislumbrava as futuras eleições de 2018. Perguntado pelo entrevistador por qual razão seu partido não tinha candidatura própria, o vice-presidente responde: "Uma candidatura precisa ser bem preparada. No caso de 2014, vamos repetir a mesma parceria com o PT e vamos nos preparar para 2018 e aí, sim, lançaremos um candidato" (TEMER, 2013, BRASIL ECONÔMICO).

Para finalizar, é preciso salientar dois tuítes de Temer, sendo o primeiro no contexto das manifestações pró-impeachment e o segundo após a abertura do processo de impeachment; e algumas ameaças (in)diretas de Eduardo Cunha à Dilma. Destarte, Temer afirma que "*O impeachment é impensável*, geraria uma crise institucional. Não tem base jurídica e nem política" (TEMER, 2015, grifos meus). Porém, meses mais tarde, após a abertura do processo que cassaria o mandato de Dilma, o vice-presidente afirma: "Vivemos regime de normalidade democrática extraordinária" (TEMER, 2015). Sobre o presidente da Câmara, este, sabendo dos riscos que corria, tuitou que iria "analisar novos pedidos de #impeachment ainda hoje" (CUNHA, 2015) e, em outro tuíte com o mesmo viés, mencionou a presidenta Dilma Rousseff, tentando, ao meu ver, amedrontá-la: "Cunha recebeu hoje, da oposição, novo pedido de #impeachment de @dilmabr" (CUNHA, 2015).

Por que Golpe?

Explorados alguns dos principais sujeitos, suas manifestações na mídia social *Twitter* e, algumas razões para a compreensão do que ocorrera em 2016, é importante frisarmos a necessidade do uso do conceito de golpe – visto que, desde a abertura do processo de impeachment, em 2 de dezembro de 2015, existe uma batalha de narrativas.

Por um lado, aquelas(es) que haviam ajudado a construir o ambiente político necessário para a deposição de Dilma Rousseff intitulavam o acontecimento como *normal* – pois previsto na constituição, e, portanto, não poderia ser chamado de *golpe*. No *Twitter*,

durante o processo, muitas pessoas que partilhavam desta visão, publicaram #NãoÉGolpe e, depois de consumado o fato, passaram a tuitar #NãoFoiGolpe. Fora das mídias sociais, o debate também foi intenso. Nesse sentido, talvez o principal expoente da visão de normalidade do impeachment tenha sido, à época, o cientista político Bolivar Lamounier, segundo o qual "os 367 votos a favor do impeachment representam muito mais do que uma dura reprovação de incompetência e ilegalidades do governo Dilma. Representaram um *contragolpe democrático*" (LAMOUNIER, 2016, s/p, grifos meus). Porém, esta concepção, ao que tudo indica, não se alastrou para a mídia social *Twitter* tanto quanto as duas *hashtags* citadas anteriormente.

Por outro lado, aquelas(es) que, conquanto tecessem críticas ao segundo governo Dilma, foram às ruas defender a permanência da presidenta até o final de seu mandato passaram a conceituar o ocorrido em 2016 como um *golpe*. Assim como seus opositores na batalha de narrativas, essas(es) passaram a utilizar a mídia social *Twitter*, durante o processo, para se manifestarem contrárias(os) usando a #ÉGolpe. Realizada a deposição, mudou-se para #FoiGolpe. Fora do *Twitter*, acredito que um dos intelectuais que mais tenha se engajado, à época e ainda hoje, seja o também cientista político Jessé Souza (2016; 2020).

Assim sendo, uma breve revisão da transformação do conceito de *golpe de Estado* faz-se necessária, visto que este é um conceito secular e que, assim como qualquer outro, não é estático e pode modificar-se ao longo do tempo em consonância com novos processos políticos e sociais. Todavia, antes de mais nada, é importante ressaltar, como afirma Carlos Barbé (1998), que o golpe de Estado é, sempre, um ato realizado por órgãos do próprio Estado. Em suas palavras: "[...] na tradição Histórica o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 547). Dito isso, prossigamos a uma breve história do conceito de golpe.

De acordo com Marcos Napolitano (2019), a "formulação seminal se deu na literatura do século XVII, elaborado por Gabriel Naudé (1993) em 1639" (NAPOLITANO, 2019, p. 397). Neste período, basicamente golpe de Estado era um meio neutro para assegurar a sobrevivência coletiva, em detrimento da liberdade e justiças de alguns. Em

outras palavras, era algo extraordinário, no sentido de seu uso ocorrer em conjunturas específicas – geralmente quando o *status quo* se encontrava ameaçado – que visava a preservação do próprio Estado.

Mais recentemente, no século XX, Curzio Malaparte (1898–1957), jornalista e diplomata italiano, escreveu *Technique du Coup d'Etat* (1931). Em sua obra, não há uma diferenciação conceitual entre rebelião, revolução ou golpe, visto que essas três têm o mesmo objetivo, isto é, tomar o Estado. Neste sentido, o autor considera a Revolução Russa (1917), por exemplo, um golpe. Cabe destacar o argumento de que o papel das forças armadas não é ativo, ou seja, ao contrário de Barbé, para o qual as Forças Armadas tinham papel destacado, essa análise proposta por Malaparte destaca a articulação entre partidos oposicionistas, mídias, grupos de protesto e partes do Estado – Judiciário e/ou Legislativo.

Edward Luttwak (1942–presente), estrategista militar, redigiu *Coup d'Etat: A practical hadbook* (1969). O argumento central do autor é parecido com o de Malaparte, a saber, os esforços para consolidar o golpe surgem de fora do governo, mas de dentro do Estado, podendo, é óbvio, ser mobilizados pelas Forças Armadas, mas isto não é uma característica necessária. Luttwak, porém, diferencia revoluções e rebeliões de golpes. É importante destacar que, para Luttwak e Malaparte, a *forma* como o golpe ocorre varia de acordo com o contexto histórico, o desenvolvimento da burocracia estatal e os mecanismos de defesa interna desenvolvidos.

Existe também outros teóricos que estudaram – e/ou estudam – os golpes de Estado. Os institucionalistas, ou seja, escola historiográfica que se opõe ao materialismo histórico porque coloca as instituições como foco de análise, em detrimento das classes sociais (NAPOLITANO, 2019), entendem que os golpes de Estado são respostas autoritárias a situações de anomia institucional. Em contrapartida, para alguns teóricos marxistas, como, por exemplo, para Nicos Poulantzas (2019), golpes geralmente estão associados a ditaduras ou são resultados do aumento de conflitos de classes e, em última instância, da luta pelo controle do Estado. Nas duas perspectivas, porém, existe um ponto de convergência: a ação golpista é realizada por atores institucionais.

Assim sendo, como argumentam as professoras Katya Kozicki e Vera Karam de Chueiri (2019), respectivamente de Teoria do Direito e Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná: "Não é mera questão semântica ou retórica utilizar a expressão "golpe" ao invés de impeachment. Ao contrário: o vocabulário da política e do direito nos oferecem os dois termos, cada um com seus limites significativos e possibilidades argumentativas" (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 158).

Comentadas, brevemente, algumas percepções sobre o conceito de golpe, é importante frisar que,

> Quanto aos trâmites formais, não há dúvidas de que foram seguidos. O presidente da Câmara (Eduardo Cunha) acolheu uma representação no sentido de instaurar o processo de afastamento, este foi submetido ao plenário e depois seguiu para o Senado onde foi também acolhido e, por fim, julgado procedente (GRIJÓ, 2018, p. 445).

Entretanto, isto não quer dizer que os motivos que levaram ao processo são legais, visto que, o principal argumento para o impeachment da presidenta foram as chamadas "pedaladas fiscais". Porém, estas são um recurso contábil que basicamente todos os políticos em algum cargo de chefia já utilizaram. Percebe-se, portanto, que só isto já bastaria para definir como golpe o ocorrido em 2016, porque "ocorreu o desvirtuamento de dispositivos constitucionais para proceder o impeachment" (MIORANDO, 2018, p. 119). Em outras palavras:

> [...] *o Congresso fez uma interpretação abusiva dos fatos à luz dos dispositivos normativos*. Dito de outra forma, foi um "golpe" para afastar a presidente. Isso porque o que motivou o impeachment foi a edição de decretos de créditos suplementares, algo que desde os anos 1990 tem sido feito no Brasil à luz da lei orçamentária (art. 4o) (Brasil, 2014), cuja *interpretação o Tribunal de Contas da União (TCU) mudou no ano de 2015 e aplicou retroativamente*. Ou seja, a partir do art. 4o da lei de orçamento tanto de 2014 quanto de 2015 se interpretou de maneira nova a exigência de compatibilidade entre os decretos de abertura de crédito suplementar e a previsão da meta – e não a obtenção financeira da meta – e se fez tal interpretação e tal exigência após os fatos terem sido praticados.
> Tal compreensão *nunca havia ocorrido* no direito financeiro brasileiro até o acórdão do TCU de 7 de outubro de 2015, sendo que os decretos eram de julho e agosto de 2015. Ou seja, o acórdão do TCU altera a compreensão com efeito retroativo, para atingir fatos já praticados, uma espécie de direito novo sancionatório atingindo fatos a ele anteriores.

> [...] A Lei n. 1.079/50, que regulamenta o impeachment, prevê responsabilização por violação da lei orçamentária, isto é, por ordenar ou autorizar abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado sem fundamento legal. Maximizar a extensão dessa responsabilização seria possível em relação à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual de orçamento, *mas jamais em relação à lei de responsabilidade fiscal* (KOZICKI; CHUEIRI, 2019, p. 163-164, grifos meus).

Todavia, análises posteriores ao processo de destituição de Dilma Rousseff, propuseram que este não poderia ter sido golpe, pois não houve uma intervenção militar, tampouco uma ruptura com o ordenamento jurídico normativo. Essas interpretações, porém, não levam em consideração que as formas de se edificar um golpe, na atualidade, foram modificando-se, assim como procurei demonstrar anteriormente.

Para reiterar minha argumentação, recorro a algumas observações de Laurent Vidal que afirma que os golpes clássicos renovaram-se em forma de encenação, em que o ator – ou atores – é "capaz de avançar no teatro do mundo" (VIDAL, 2016, p. 22). Seguindo a mesma linha argumentativa, Bernardo Miorando afirma que "a substituição do abuso da força militar pela força 'jurídica' seria a jogada de mestre, máscara das máscaras que coroaria o golpe" (MIORANDO, 2018, p. 140). A substituição, viria pela

> dramatização [...] carregada pelas palavras e pelas imagens que a grande imprensa de massas (sobretudo Globo e Veja) difundiu após a reeleição de Dilma Rousseff [...] para construir o retrato de um país aparelhado por um partido populista e corrompido, sob o desenvolvimento de um modelo arcaico, querendo colocar a economia de joelhos ao conceder generosamente bolsas e direitos sociais aos mais pobres (VIDAL, 2016, p. 22).

Portanto, um golpe, com aparência de legalidade, porém, ainda assim, um golpe, porque se trata

> de artifício jurídico sem bases materiais; por instaurar um programa de governo que é uma inversão do projeto eleito; por envolver elementos de corrupção e desgaste da democracia; por recuar a possibilidade de referendo público, desprezando o resultado da única consulta válida à população dentro do sistema político, a votação (MIORANDO, 2018, p. 120).

O processo evidenciou um impeachment contestável, visto que o principal motivo – as pedalas fiscais – configurou-se como uma prática econômica utilizadas por muitos políticos. O argumento central de que este recurso fora uma *irresponsabilidade fiscal*, foi alicerçado sobre a construção de uma opinião pública que retratava uma presidenta conivente com as práticas corruptivas do governo. Ao cabo, destitui-se Dilma Rousseff, democraticamente eleita e, junto desta, joga-se fora o projeto político que vencera às urnas, adotando-se, doravante, a agenda dos derrotados nas eleições. Um golpe, sem dúvida, teatralizado para apresentar normalidade.

Considerações finais

O que se buscou demonstrar ao longo deste artigo é que as mídias sociais, em especial o *Twitter*, podem – e devem – ser utilizadas como ferramentas que fornecem fontes primárias para pesquisas. Ao externar os estudos de algumas(uns) pesquisadoras(es), atentas(os) à popularização dessa mídia social, foi destacada a centralidade do *Twitter* para a compreensão de fenômenos contemporâneos. Embora os exemplos aqui trazidos tenham utilizado, em sua maioria, *softwares* complexos para auxiliar na realização das pesquisas, evidenciou-se que também se podem fazer estudos a partir de ferramentas internas da própria da mídia social – *twitter search advanced*.

Ao selecionar os tuítes de Michel Temer, Eduardo Cunha, Paulo Skaf e Reinaldo Azevedo, ou seja, representantes de distintos setores da sociedade e da política, a saber, executivo federal, legislativo, empresariado e mídia empresarial, respectivamente, procurei demonstrar o grau de ataque feito por esses ao governo e à figura de Dilma Rousseff. Temer, por exemplo, após ver que não havia mais saída política, mudou de lado e, com a abertura do processo de impeachment, tuitou que havia normalidade no país, portanto, contradizendo-se, pois meses antes afirmara que esse processo era impensável. Cunha, em diversas manifestações em seu perfil, mostrou-se um sujeito indigno de confiança por parte do governo: entre alguns elogios e outras críticas, demonstrou, amiúde, seu lado no jogo político enquanto oposição, apesar de ter formalizado isto de forma direta apenas após o PT ter votado favorável contra o deputado na Comissão de Ética. O jornalista Reinaldo

Azevedo demonstrou seu antipetismo diversas vezes, associando o Partido dos Trabalhadores à corrupção. Além disto, opinou sobre a matriz econômica adotada, tuitando que a solução era a privatização, ou seja, aliando-se aos ideais neoliberais que Skaf tão bem iria defender. Este, aliás, ao ter seus interesses contrariados, afirmou – e seguiu à risca – que não descansaria até concretizar seu desejo de desburocratizar o Estado, mobilizando a sociedade e apoiando o processo golpista.

Sobre o golpe, este não é um conceito estático e foi sofrendo variações ao longo dos anos, modelando-se a partir dos diferentes contextos. A novidade de 2016, por sua vez, é a ausência das Forças Armadas – pelo menos é o que se sabe até o momento – aparentando, portanto, uma certa *legalidade*. Por esta razão, ainda há uma disputa de narrativas sobre o processo.

Por fim, é evidente que este artigo não tem a pretensão de esgotar as análises sobre o Golpe de 2016. Tampouco, isto fora tido como objetivo final. O que penso, porém, é que existem algumas necessidades urgentes, e este artigo teve por objetivo despertá-las: 1) as mídias devem ser vistas por seu potencial como fornecedoras de fontes primárias, sejam estas extraídas com o uso dos programas, ou não; 2) deve-se analisar, sempre que possível, distintos setores da sociedade para uma melhor compreensão do que ocorreu em 2016[26]; e 3) devemos disputar a narrativa e afirmar, sem titubear, que o que ocorreu em 2016 fora um golpe de Estado e, infelizmente, dera margem para a emergência de um governo autoritário. Sobre isto, não há dúvidas: vai passar. Como lembra Chico Buarque: amanhã há de ser outro dia. O problema central, porém, é que o futuro tarda a chegar, e as feridas abertas pelo golpe levarão muito tempo para cicatrizar.

Referências

26 Os movimentos sociais (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Revoltados Online e Nas Ruas), embora não tenham aparecido neste artigo, são importantes para compreender o Golpe de 2016, tendo em vista que criaram, junto à opinião pública, a atmosfera de legalidade do processo golpista.

ALCKMIN, José Eduardo Rangel de. et al. *Ação de Investigação Judicial Eleitoral*. Brasília. 18 dez. 2014. Disponível em: <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/12/acaotse181214.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *AEDOS*, v. 3, n. 8, jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 10 mai. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. Foi Dilma que fez: Elétricas perdem quase R$ 40 bilhões na Bolsa. *Veja,* São Paulo, 11 jan. 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/foi-dilma-que-fez-eletricas-perdem-quase-r-40-bilhoes-na-bolsa/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. O regime petista prometeu conduzir a Petrobras à glória. O regime petista quebrou a Petrobras. E tem de pagar por isso nos tribunais e nas urnas. *Veja*, São Paulo, 19 nov. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-regime-petista-prometeu-conduzir-a-petrobras-a-gloria-o-regime-petista-quebrou-a-petrobras-e-tem-de-pagar-por-isso-nos-tribunais-e-nas-urnas/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, condição e ideologia. *Economia Contemporânea*, n. especial, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, v. 1. Brasília: 11ª ed. Editora UnB, 1998.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL ECONOMICO. Quem dá o tom da política no país é o PMDB. *Blog Brasil Econômico*, São Paulo, 18 dez. 2013. Disponível em: < http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/quem-da-o-tom-da-politica-no-pais-e-o-pmdb_137712.html>. Acesso em: 08 mai. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, 20 (3), pp.5-24, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st02/8393-desenvolvimentismo-x-neodesenvolvimentismo-na-america-latina-continuidade-e-ou-ruptura/file>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Retomada da Revolução Nacional e Novo Desenvolvimentismo. In: Pereira, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.

BURNS, Alex; ELTHAM, Ben. Twitter Free Iran: an Evaluation of Twitter's Role in Public Diplomacy and Information Operations in Iran's 2009 Election Crisis. *Communications Policy & Research Forum*, Sydney, 2009. Disponível em: <http://vuir.vu.edu.au/15230/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

CONSTANTE, Bruno Erbe. *O Golpe Tuitado*: *uma análise dos discursos produzidos no Twitter pelas principais lideranças do Golpe de 2016 (junho 2013 – dezembro 2015)*. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/205792>. Acesso em: 09 mai. 2020.

DAVIS, Ian. Talis, Web. 2.0 and all that. *Blog Ian Davis*, jul., 2005. Disponível em: <https://blog.iandavis.com/2005/07/talis-web-2-0-and-all-that/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GLEASON, Benjamin. #Occupy Wall Street: Exploring informal learning about a social movement on Twitter. *American Behavioral Scientist*, v. 57, n. 7, p. 966-982, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002764213479372>. Acesso em: 07 mai. 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo-desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/03.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In BATISTELLA, Alessandro; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: OIKOS, 2018.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. *O breve século XX (1914–1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KAPLAN, Andreas; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business Horizons* 53, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681309001232>. Acesso em: 05 mai. 2020.

KOZICKI, Katya; CHUEIRI, Vera Karam de. Impeachment: a arma nuclear constitucional. *Lua Nova*, São Paulo, 108: p. 157-176, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452019000300157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mai. 2020.

LEÃO, Lucia. *O labirinto da hipermídia*: arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo: FAPESP, 2001.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCCHESI, Anita. *Digital History e Storiografia Digitale*: *estudo comparativo sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. Dissertação de Mestrado em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LUTTWAK, Edward. *Coup d'État*. *A practical handbook*. eBook Kindle, 2016.

MALAPARTE, Curzio. *Technique du coup d'Etat*. Paris: Grasset, 1992 (edição em inglês).

MIORANDO, Bernardo Sfredo. Ação conservadora e o golpe brasileiro de 2016: vislumbres da Venezuela de 2002 nos embates entre dependência e desenvolvimentos. *Rebela*, v. 8, n. 1, jan./abr., 2018. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/artigo/acao-conservadora-e-o-golpe-brasileiro-de-2016-vislumbres-da-venezuela-de-2002>. Acesso em: 30 abr. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, 33 (96), 2019, p. 397-420. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

NOIRET, Serge. "Y-a-t-il une histoire numérique 2.0" In GENET, Jean-Philippe; ZORZI, Andrea (org.). *Les historiens et l'informatique*: *un métier à reinventer*. Rome: École Française de Rome, 2011.

PASSOS, Mariana Rezende dos; PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Narrativas políticas em disputa no Twitter: a (des)construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política brasileira de 2016. *Intercom*, Rev. Bras. Ciênc. Comun., v. 24, n. 3, São Paulo, set.-dez. 2019, p. 179-200. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442019000300179&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova*, São Paulo, 100, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: Tragédia e Farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SICSÚ, J., PAULA, L. F. de; e MICHEL, R. *Novo-Desenvolvimentismo*: *um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social*. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005

SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias*: *reflexões sobre a história digital*. TESE (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/189249>. Acesso em 1 mai. 2020.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos 102*, jul. 2015. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/nec/n102/1980-5403-nec-102-39.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil*. *Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. *Entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SPYER, Juliano. *Conectado*: *o que a Internet fez com você e o que você pode fazer com ela*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

STEIN, Alexandre de Queiroz. *Desenvolvimento no primeiro governo Dilma*: *intencionalidade, capacidades políticas e financeirização*. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148528>. Acesso em: 02 mai. 2020.

VALLINA-RODRIGUEZ, Narseo; SCELLATO, Salvatore; HADDADI, Hamed; FORSELL, Carl; CROWCROFT, Jon; MASCOLO, Cecilia. Los Twindignados: The Rise of the Indignados Movement on Twitter. *SocialCom'12*, Amsterdam, 2012. Disponível em: <https://www.cl.cam.ac.uk/~cm542/papers/socialcom12_vallina.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.

VIDAL, Laurent. La mascarade olympique permet d'occulter la tragédie politique. *Le Monde*, Paris, Débats et analyses, 14/15 jun., 2016. Disponível em: <https://www.crhia.fr/doc_upload/Article%20Le%20Monde_L.%20Vidal_14-15-07-2016.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Fontes primárias[27]

27 Dois avisos: os tuítes encontram-se na ordem em que foram mencionados ao longo do artigo e os endereços, que foram encurtados pelo TinyURL, para acessarem os tuítes estavam funcionando. Todos, sem exceção, foram acessados pela última vez no dia 18 mai. 2020.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. *URGENTE: PSDB pede cassação do registro de candidatura de Dilma Rousseff*. [S.l.] 18 dez. 2014. @PSDBOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/wyzw2zf>.

TEMER, Michel. *Bela a cerimônia de comemoração dos 10 anos do bolsa família. Mais de 36 milhões de brasileiros fora da miséria. Uma vitória do Brasil*. [S.l.] 30 out. 2013. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/thewlt8>.

TEMER, Michel. Com a infraestrutura que está sendo criada, o Brasil dará um salto nos próximos anos. [S.l.] 5 jun. 2014. @MichelTemer Disponível em: <https://tinyurl.com/vs96f9k>.

TEMER, Michel. *O Brasil gerou 20 milhões de empregos em 10 anos. E isso na grave crise econômica internacional. Portanto, o Brasil continua prosperando*. [S.l.] 04 abr. 2014. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/w4sda4r>.

TEMER, Michel. *(AI) O governo não governou só pra uma classe social. Em 2002, eram 12milhões de pessoas com padrão de vida melhor. Hj são 30milhões*. São Paulo, 10 dez. 2014. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/thjrx3n>.

TEMER, Michel. *"Se é para continuar as políticas públicas, ninguém melhor do que quem já as estão fazendo, nossa presidenta @dilmabr", #MichelTemer*. [S.l.] 20 out. 2014. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/v64bty4>.

SKAF, Paulo. *"Veto da presidente Dilma aos 10% de multa no #FGTS não contribui para crescimento do país". http://bit.ly/14Nhvbr #EquipePresidenteSkaf.* [S.l.] 25 jul. 2013. @SkafOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/s3ybvpj>.

SKAF, Paulo. *Derrubar o veto presidencial que mantém a cobrança de multa adicional de 10% sobre o FGTS é uma das lutas da @Fiesp. #EquipePresidenteSkaf*. [S.l.] 18 ago. 2013. @SkafOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/v3sfosl>.

SKAF, Paulo. *Sociedade quer menos impostos e mais qualidade, diz Paulo Skaf em entrevista a @RonnieTodoSeu: https://tinyurl.com/vwlqrxdhttp #EquipePresidenteSkaf.* [S.l.] 18 nov. 2013. @SkafOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/v93yvvc>.

SKAF, Paulo. *#Burocracia atrapalha crescimento, diz Paulo Skaf para a rádio @MORADAFM, de #Araraquara. http://bit.ly/13UnqX5 #EquipePresidenteSkaf*. 09 ago. 2013. @SkafOficial, Disponível em: <https://tinyurl.com/sckseuz>.

SKAF, Paulo. *"Se necessário, não hesitaremos em mobilizar a sociedade para, juntos, lutarmos no Congresso contra qualquer... http://fb.me/3TOOsR3WK"*. [S.l.] 19 jan. 2015. @SkafOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/vc2473r>.

AZEVEDO, Reinaldo. *Foi Dilma que fez: Elétricas perdem quase R$ 40 bilhões na Bolsa: Na http://VEJA.com: A crise no setor elétr... http://bit.ly/VQAucW*. [S.l.] 11 jan. 2013. @ReinaldoAzevedo. Disponível em: <https://tinyurl.com/toqfflk>.

AZEVEDO, Reinaldo. *O Brasil tem jeito: privatização de estatais e quase extinção de cargos de confiança. Vai encarar, Dilma?*. [S.l.] 14 dez. 2014. @ReinaldoAzevedo. Disponível em: <https://tinyurl.com/rsfsyf4>

AZEVEDO, Reinaldo. *Tesoureiro do PT, considerado peça-chave do Petrolão, é um dos homens fortes da campanha de Dilma*. [S.l.] 21 out. 2014. @ReinaldoAzevedo. Disponível em: <https://tinyurl.com/qpv47xp>.

AZEVEDO, Reinaldo. *O regime petista prometeu conduzir a Petrobras à glória. O regime petista quebrou a #Petrobras. Tem que pagar…* [S.l.] 19 nov. 2014. @SkafOficial. Disponível em: <https://tinyurl.com/s7m6fsc>

AZEVEDO, Reinaldo. *Quanto custa para comprar um deputado ou um senador? Dilma está pagando R$ 748 mil por cabeça!*. [S.l.] 01 dez. 2014. @ReinaldoAzevedo. Disponível em: <https://tinyurl.com/udhy3e8>.

CUNHA, Eduardo. *A proposta apresentada pelo PT para plebiscito nao contara com o apoio da bancada do PMDB.* [S.l.] 28 ago. 2013. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/twyjphr>.

CUNHA, Eduardo. *O Pt tem mais condições de competir em gastos de campanha,por isso para eles reduzir custo nao e a prioridade*. @DepEduardoCunha. [S.l.] 25 set. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/v43hhwe>.

CUNHA, Eduardo. *Não sigo e nem seguirei a minha vontade e sim a da maioria da bancada*. [S.l.] 05 mar. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/u3wfxv7>.

CUNHA, Eduardo. *Além disso e bom que saibam que dentro da bancada da Camara,tenho sido bombeiro,porque a vontade de muito tempo já era de sair fora*. [S.l.] 07 mar. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/rlcz8ez>.

CUNHA, Eduardo. *"Não serei submisso ao Planalto", diz Eduardo Cunha*. 10 nov. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/yx3cohxt>. [S.l.] Disponível em: <https://tinyurl.com/tyb3mrp>.

CUNHA, Eduardo. *O PMDB faz parte da base do governo e assim continuara*. [S.l.] 30 out. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/w7x986o>.

CUNHA, Eduardo. *Nunca passou pela minha cabeça construir qualquer candidatura de oposicao,ate porque meu partido não é oposicao*. [S.l.] 30 out. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/tjexwea>.

CUNHA, Eduardo. *Se por ventura no futuro decidir colocar a candidatura,ela não será de oposição ao governo*. [S.l.] 30 out. 2014. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/uxef5h5>.

TEMER, Michel. *"Quem dá o tom da política no país é o PMDB" - entrevista ao jornal Brasil Econômico: http://migre.me/h3peG*. [S.l.] 17 dez. 2013. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/wwkdo7m>.

TEMER, Michel. *O impeachment é impensável, geraria uma crise institucional. Não tem base jurídica e nem política*. [S.l.] 29 mar. 2015. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/wb5ufg9>.

TEMER, Michel. *#Video "Vivemos regime de normalidade democrática extraordinária" https://tinyurl.com/vsgjvl4*. Brasília, 09 dez. 2015. @MichelTemer. Disponível em: <https://tinyurl.com/qu3rf6b>.

CUNHA, Eduardo. *Cunha diz que vai analisar novos pedidos de #impeachment ainda hoje*. [S.l.] 01 out. 2015. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/rews4b2>.

CUNHA, Eduardo. *Cunha recebeu hoje, da oposição, novo pedido de #impeachment de @dilmabr*. [S.l.] 21 out 2015. @DepEduardoCunha. Disponível em: <https://tinyurl.com/u9hz4cs>.

Grupo "História de Guaíba": uma iniciativa de História Pública Digital no *Facebook*

"História de Guaíba" Group: An initiative of Digital Public History on Facebook

Karen Pereira da Silva[1]

Resumo

O grupo "História de Guaíba" foi criado no *Facebook*, no dia 29 de julho de 2015, por iniciativa do bacharel em Direito Márcio Crestani, com o objetivo de preencher uma lacuna no que diz respeito à divulgação e à disponibilização de informações históricas do município de Guaíba (RS), além de procurar estimular o debate, entre seus cidadãos, sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Prestes a completar 5 anos de existência, o grupo conta com 27 mil participantes, 13 mil postagens compartilhadas e 380 mil curtidas, segundo dados fornecidos pelo próprio *Facebook* ao criador do grupo. Neste artigo, conheceremos um pouco mais de uma iniciativa de história pública digital e sua importância para a construção da memória e da identidade de uma cidade localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Palavras-chave: Guaíba, história pública digital, *Facebook*.

Abstract

The group intituled "História de Guaíba" was created on Facebook on July 29th, 2015, at the initiative of the Bachelor of Law Márcio Crestani, with the objective of filling a gap with regard to the dissemination and accessibility of historical information of the municipality of Guaíba, in addition to stimulating the debate on the preservation of the historical and cultural heritage of the city among its citizens. Reaching its 5th year of existence, the group has 27,000 participants, 13,000 shared submissions and 380,000 likes, according to data provided by Facebook itself to the group creator. In this article, we will know a little more about a initiative of digital public history and its importance for the construction of the memory and identity of a city located at Porto Alegre metropolitan area.

Keywords: Guaíba, digital public history, Facebook.

> *"A maior parte das sociedades considera o passado modelo do presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança."*
>
> *Jacques Le Goff*

"Berço da Revolução Farroupilha"

[1] Graduada em História pela UFRGS, com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra, Portugal. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. E-mail: escritora.karenpereira@gmail.com.

A atual cidade de Guaíba (RS), antigamente conhecida como "Pedras Brancas", localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi emancipada da condição de 9º Distrito da Capital e fundada oficialmente por decreto do então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, em 14 de outubro de 1926. Porém, é mais lembrada por um episódio que é muito anterior à sua elevação para a condição de município: a Guerra dos Farrapos (1835-1845)[2]. Na noite do dia 19 de setembro de 1835, parte dos revoltosos farroupilhas reuniu-se na "Casa de Gomes Jardim" (hoje um patrimônio histórico tombado e um ponto turístico muito visitado na cidade) para acertar os últimos detalhes para a tomada de Porto Alegre, fazendo a travessia através do lago para encontrar-se com as tropas de Onofre Pires, que estavam na outra margem.

Esse episódio histórico fez com que um Centro de Tradições Gaúchas (CTG)[3] chamado "Maragato" intitulasse a cidade como "Berço da Revolução Farroupilha" na década de 1960. Em 2011, através de projeto de lei criado por José Sperotto (que no referido ano era deputado estadual e no momento de escrita desse artigo é o prefeito da cidade), Guaíba tornou-se oficialmente "Berço da Revolução Farroupilha", sendo este o lema da cidade até então. A "Casa de Gomes Jardim" também é conhecida por ter sido o local de falecimento do principal líder farroupilha. Bento Gonçalves (1788-1847) morreu em um dos quartos da casa em 18 de julho de 1847, acometido por uma pleurite. Uma árvore chamada Cipreste permanece em frente à casa desde a época, sendo um dos monumentos naturais

[2] A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um conflito ocorrido durante o período regencial brasileiro, motivado pela tributação do charque (principal produto da economia sulista) imposta pelo poder central. A elite política local revoltou-se e com a radicalização do conflito proclamou a independência da "República Sul-rio-grandense". Teve fim após o tratado de paz de "Ponche Verde". Até hoje permanece como o principal evento histórico da memória do Rio Grande do Sul.

[3] O CTG (Centro de Tradições Gaúchas) surgiu muito recentemente na História do Rio Grande do Sul, em 1948, através dos tradicionalistas José Carlos Paixão Cortês e Luís Carlos Barbosa Lessa. Trata-se de um espaço onde se celebra um patrimônio histórico e identitário construído e imaginado da História do Estado, mitificado e centrado na figura do gaúcho.

da cidade e também um de seus símbolos[4].

Porém, apesar do imenso destaque dado a esse episódio histórico, até mesmo para estimular o potencial turístico do munícipio, a memória de Guaíba não pode se resumir apenas a ele. A cidade, distante cerca de 30 km. da capital do Rio Grande do Sul e com mais de 100,000 habitantes, é rica em histórias, não apenas dos grandes feitos históricos de um passado político distante, mas também das histórias feitas pelos cidadãos comuns, como por exemplo, os que frequentaram o antigo "Cine Gomes Jardim" (que infelizmente já não existe mais, nem sequer o prédio que o abrigou), que sofreram com os impactos da fábrica de celulose que se instalou nos anos 1970, e até hoje causa problemas ambientais, que se divertiram brincando na "maçã" (uma espécie de balanço em formato desta fruta que era a principal atração do Parque da Juventude), que passavam finais de semana se revezando entre a "beira" (calçadão da cidade) e o "Coelhão" (parque que hoje se encontra em processo de deterioração)[5].

Motivado a resgatar essas histórias, tanto de personalidades quanto das pessoas mais simples e comuns do município, mas que não deixam de ser importantes, o bacharel em Direito Márcio Crestani criou, no dia 29 de julho de 2015, o grupo "História de Guaíba" no Facebook[6], que no momento da escrita deste

[4] Apesar de o artigo abrir diversas possibilidades de discussões pertinentes, para que não haja perca do foco quanto ao assunto aqui tratado, serão indicados ao longo do texto (através das notas de rodapé) artigos que complementam a escrita e que são de grande importância para o debate. No que diz respeito à construção do "mito" em torno da Revolução Farroupilha, evento histórico transformado em uma espécie de artefato político para reforçar o desejo de autonomia do sul com relação ao centro do país, e que se faz muito presente na cidade de Guaíba, recomenda-se a leitura de: ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 49-70 – 2011. Disponível em: <https://bit.ly/378OCKq>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

[5] No grupo "História de Guaíba" é possível encontrar diversas publicações em que integrantes do grupo compartilharam fotos e vídeos desses locais, registros estes tanto do passado quanto da história recente. Nestas publicações é possível constatar o processo de deterioração e abandono que estes locais se encontram. Visto a dificuldade em encontrar tais fontes disponibilizadas digitalmente, o acervo do grupo é o único registro que posso citar como fonte e referência para os/as leitores/as que não os conheçam. Disponível em: <https://bityli.com/QGapx>. Acesso em: 30 de mai. 2020

[6] O grupo é público e pode ser acessado no link: <https://bityli.com/QGapx>. Acesso em: 30 de mai. 2020.

artigo, conta com mais de 27 mil participantes, como pode ser constatado ao acessar o grupo[7].



Imagem 01: Reprodução de publicação feita no grupo "História de Guaíba" em 27 de julho de 2019.[8] Disponível em: < https://bityli.com/OBi7n>. Acesso em: 30 de mai. 2020[9].

Grupo "História de Guaíba"

Devido à pandemia de coronavírus, não pude entrevistar Márcio Crestani pessoalmente, mas conversamos através da internet (um exemplo curioso do quanto o fazer historiográfico está cada vez mais permeado pelos meios digitais).

[7] Conforme referido anteriormente, a cidade de Guaíba conta com aprox. 100,000 habitantes. Obviamente que dos 27 mil membros que fazem parte do grupo no momento da escrita deste artigo, nem todos residem mais no munícipio, porém, o número de participantes ali presentes pode ser considerado expressivo para uma cidade de médio porte. O engajamento nas publicações é outro fator notório, visto que diversas publicações geram centenas de *likes*, comentários e compartilhamentos. Tais dados podem ser constatados em visita ao grupo, que é público e já foi referenciado anteriormente.

[8] As fotos e nomes com a tarja preta são de pessoas que comentaram nas publicações aqui reproduzidas e das quais não procurei para obter autorização para devida reprodução de seu nome e imagem neste artigo, e, portanto, por questões de direito de imagem, optei por preservar as devidas identidades, tanto nessa reprodução quanto nas subsequentes neste mesmo artigo.

[9] Cipreste Farroupilha e Casa de Gomes Jardim em foto de cartão postal do século XIX. O local é tombado como patrimônio histórico estadual e está aberto à visitação do público. Localiza-se na região da cidade conhecida como "Sítio Histórico", na Rua Quatorze de Outubro, 384, Centro – Guaíba. A casa é de propriedade privada da família Leão, visto que foi adquirida no século XX pelo médico Gastão Leão.

Comentei com ele sobre a dificuldade em se conhecer mais da história do munícipio, desde a obtenção de informações históricas precisas (principalmente que estejam disponíveis online) sobre quem eram as pessoas que dão nome a ruas e escolas da cidade (por exemplo, Ruy Coelho Gonçalves, Inácio de Quadros, Dona Frutuosa, Urias Lugon etc.), até mesmo sobre o que ocorreu na chamada "Casa da Bala", casarão histórico em ruínas na Rua Coronel Marcos de Andrade, no centro do município. O local ficou popularmente conhecido por esse nome porque abrigou uma fábrica de munições durante a Revolução de 1923 e também devido à sua localização estratégica (é possível avistar toda a extensão do Lago Guaíba). Foi no mesmo local que o jornalista Carlos von Koseritz (1830-1890) foi mantido em cárcere privado sob a mira de armas no contexto da Proclamação da República, por conta de sua posição política de oposição enquanto monarquista. No grupo existem diversas publicações que debatem detalhes específicos com relação à casa e figura de Carlos von Koseritz[10], como, por exemplo, se esta era de propriedade do jornalista ou se este apenas passou uma temporada visitando o local, onde ocorreu o episódio de seu cárcere. Fontes históricas foram apresentadas por integrantes do grupo que procuraram enriquecer o debate, inclusive com edições do jornal "A Federação".[11]

Porém, não é minha intenção com este artigo entrar no mérito de tais discussões de caráter específico com relação ao objeto, mas foi através destas que tive contato pela primeira vez com fontes que diziam respeito a um patrimônio histórico tombado da cidade que até então eu só conhecia através de relatos repassados a mim por meus familiares, visto que a casa habita o imaginário popular de muitos cidadãos de Guaíba. A citação a seguir do historiador Serge Noiret descreve tendências dessa "nova" história escrita na web possibilitada pelas

[10] Podem ser acessadas em: <https://bityli.com/gaoHs> e <https://bityli.com/2uM97>. Acesso em: 24 de mai. 2020 e 02 de jun. 2020, respectivamente.

[11] Jornal editado em Porto Alegre a partir de 1883 para disseminar os ideais do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), cujo principal líder foi Júlio de Castilhos. Circulou até 1937, quando um ato do Estado Novo extinguiu os partidos políticos e seus meios de atuação.

tecnologias digitais, semelhante ao movimento que pode ser observado em alguns momentos do grupo "História de Guaíba" (NOIRET, 2015, p. 35):

> Por intermédio das práticas de escrita participativa ou mesmo diretamente, qualquer pessoa pode se dedicar ao passado em rede. O recurso a uma espécie de saber comunitário, à participação pública na rede, que vem sendo comumente chamada *crowdsourcing,* sob várias formas e com diversos tipos de conteúdos, trabalho colaborativo e saberes, permitiu a gestão integrada dos conteúdos digitais por parte de quem tenha a possibilidade e o conhecimento para assim proceder [...] Nessa segunda fase, mas também naquela da integração semântica dos dados do 3.0, a *web* deve ser compreendida como história "viva" e "pública", praticada de forma interativa por todos, e não mais limitada à atividade dos historiadores acadêmicos, que registram digitalmente, com frequência em formato fechado, as próprias publicações tradicionais.

Infelizmente, durante meus anos escolares em Guaíba, não obtive acesso, seja através dos professores ou em livros, a temas e fatos da cidade que não fossem relacionados à Guerra dos Farrapos. Procurando facilitar o acesso às fontes e acontecimentos históricos da cidade – principalmente os que não eram debatidos nos canais e meios de comunicação oficiais do munícipio – Márcio Crestani criou o grupo em 2015. Crestani indicou como seus fatores motivadores o gosto pessoal por história, o amor por Guaíba, a falta de informações históricas disponíveis digitalmente, a ameaça ao patrimônio histórico da cidade (que vem sofrendo com demolições de prédios históricos e com o descaso do poder público[12]) e também para procurar suscitar uma espécie de senso crítico dos cidadãos, ao estimular debates acerca de questões históricas do munícipio através das publicações ali feitas.

[12] Observar referência da nota de rodapé de número 5.



Imagem 02: Reprodução de publicação feita no grupo "História de Guaíba" em 28 de julho de 2019 Disponível em: < https://bityli.com/6f1hA>. Acesso em: 02 de jun. 2020[13].

Márcio Crestani iniciou seu levantamento de fontes a partir de seus arquivos pessoais de fotos antigas acerca do munícipio. No entanto, como julgou ter pouco conteúdo para iniciar o grupo, decidiu buscar mais dados e fontes no Museu Carlos Nobre[14]. A museóloga que o atendeu forneceu aproximadamente 200 fotos (o acervo conta com 6.700 fotografias, segundo o website do museu)[15] que retratam diferentes momentos da história de Guaíba e, assim, Crestani pode "alimentar" o grupo diariamente. Porém, as fotos por si só não descreviam o contexto de seu registro. A que período remetia? Que histórias relatavam? O criador do grupo então foi à procura das pessoas mais antigas e idosas do munícipio e, através de entrevistas, foi reunindo as "peças do quebra-cabeça". Com o crescimento que a plataforma ganhava, Crestani não precisou mais buscar por essas pessoas por conta própria: estas chegaram até ele devido à popularidade do grupo, que foi

[13] "Casa da Bala" em imagem dos anos 1970. Atualmente, a casa, que é tombada, encontra-se em ruínas e com risco de desabamento. Está localizada nos altos da Rua Coronel Marcos de Andrade, S/N, no bairro Engenho, próximo ao Centro – Guaíba.

[14] O prédio que hoje abriga o museu teve múltiplos usos: uma residência, um hotel, a Intendência Municipal e até a Prefeitura Municipal de Guaíba, até se tornar museu em 1992. Seu acervo conta com objetos, fotografias, documentos pessoais, obras artísticas e demais objetos que contam a história do humorista guaibense Carlos Nobre e também da história do munícipio. O Museu está aberto à visitação de segunda à sexta das 09h00 às 17h30, na Av. Sete de Setembro, 460, Centro – Guaíba.

[15] Disponível em: <https://bityli.com/Ri7RA>. Acesso em: 28 de mai. 2020.

aumentando significativamente. Com o compartilhamento das postagens, vieram mais solicitações de entrada, mais comentários nas publicações, mais pessoas querendo compartilhar suas memórias ali. Dentre estes, por exemplo, foi ali postado por um integrante um acervo fotográfico de diferentes locais de Guaíba durante os anos 1970 e 80, registrado pelos primeiros imigrantes finlandeses, que chegaram à cidade com a instalação da fábrica de celulose da Borregaard, durante o período ditatorial[16].

Essa interatividade foi viabilizada através do que a historiografia especializada caracterizou como *web 2.0*, uma espécie de inovação da *world wide web* (www) que possibilitou o surgimento de *blogs* e de redes sociais de relacionamento como o *Twitter* e o *Facebook*, que aumentaram ainda mais a interação e o compartilhamento de informações e ideias entre os usuários conectados em rede. O poder de compartilhamento das mídias digitais alcançou tamanha proporção que até mesmo revoluções sociais e protestos em escala global como a Primavera Árabe foram engajados por estas redes. Segundo Fábio Chang de Almeida (2011, p. 14):

> Na prática, a *web 2.0* significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de *sites* da Internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a interatividade entre os usuários e os *sites*. Com base nesta interatividade, os usuários passaram a colaborar de forma ativa com a melhoria das páginas, ou mesmo com a construção de novas páginas. Ferramentas mais simples para a criação de *sites* foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuram na construção de páginas na Internet. Conforme Ian Davis (2005), web 2.0 é uma atitude, não uma tecnologia, e diz respeito a possibilitar e encorajar a participação dos internautas através de aplicativos e serviços abertos.

Com a expansão da plataforma, enriquecida com as fotografias e com as entrevistas que Crestani conseguiu reunir, outro importante local de memória da

[16] Sobre a instalação da Borregaard em Guaíba, recomenda-se a leitura de: PEREIRA, Elenita Malta. Meio ambiente e ditadura no Brasil: a luta contra a Celulose Borregaard (1972-1975). In: Revista de História Ibero-americana, vol. 7, n. 2, 2014 disponível em <https://bityli.com/1fbKc>. Acesso em 28 de mai. 2020.

cidade fez uma contribuição. A Biblioteca Pública Municipal Darcy Azambuja[17] doou um acervo de jornais antigos que possuía em número repetido e, assim, Crestani conseguiu outro importante aporte de fontes, um dentre poucos dos registros escritos e publicados que relatam a história recente do munícipio (do século XX em diante). E foi selecionando algumas notícias e anúncios dos jornais para publicação no grupo, podendo assim disponibilizar ainda mais informações acerca da história do munícipio de maneira online.

Apesar da popularidade em curto prazo alcançada pelo grupo, Crestani relata que nem sempre tudo foi tranquilidade: muitas pessoas tidas como "importantes" no cenário guaibense o interpelaram de maneira negativa depois da divulgação de informações históricas da cidade no *Facebook*. Por que não há interesse e ainda pode se notar incômodo, de alguns personagens de influência local no conhecimento da história de seu munícipio pelos cidadãos? É necessário que se conheça somente a história oficial, limitada a um episódio da Guerra dos Farrapos, pois é o que condiz com o potencial turístico e com o discurso oficial da cidade[18] e que não mexe em memórias que causam atrito? É importante reforçar, conforme já citado anteriormente, que as redes são importantes catalisadores sociais: "É nesses espaços [facebook, twitter dentre outros], em grande medida, que acontece a política e o engajamento social nos dias de hoje, além de serem essas redes lugares privilegiados para a formação da opinião pública." (CARVALHO, 2014, p. 173).

A falta de vontade política em divulgar e ampliar o conhecimento acerca da história da cidade foi um dos catalisadores para a criação do grupo, conforme já citado anteriormente, visto que o patrimônio histórico de Guaíba sofre com o

[17] A biblioteca localiza-se na Rua Cel. Serafim Silva, S/N, Centro – Guaíba. Está aberta a visitação de segunda à sexta-feira das 08h às 17h30.

[18] No site oficial da Prefeitura de Guaíba, estão elencados os principais pontos turísticos da cidade segundo o órgão, dentre eles, aquele que diz respeito à Revolução Farroupilha. É também possível ver o Matadouro São Geraldo na lista, cuja estrutura está ruindo e desabando (ver nota de rodapé a seguir). Vale reforçar que o local, apesar de tombado, é de propriedade privada e não é aberto para visitação pública. Disponível em: <https://bit.ly/2XWopfh>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

descaso. Os exemplos são inúmeros: o Matadouro São Geraldo (parte da estrutura ruiu e desabou)[19], o Mercado Público Municipal, a "Casa da Bala", a Ilha Pedras Brancas (Guaíba conquistou o direito de exploração sobre a ilha em 2006, mas este é subutilizado)[20], o Ginásio Municipal Ruy Coelho Gonçalves ("Coelhão"), o Marco Farroupilha (que está localizado em outro ponto da cidade, mais distante da "Casa de Gomes Jardim")[21], o próprio Museu Carlos Nobre, que carece de manutenções.[22]

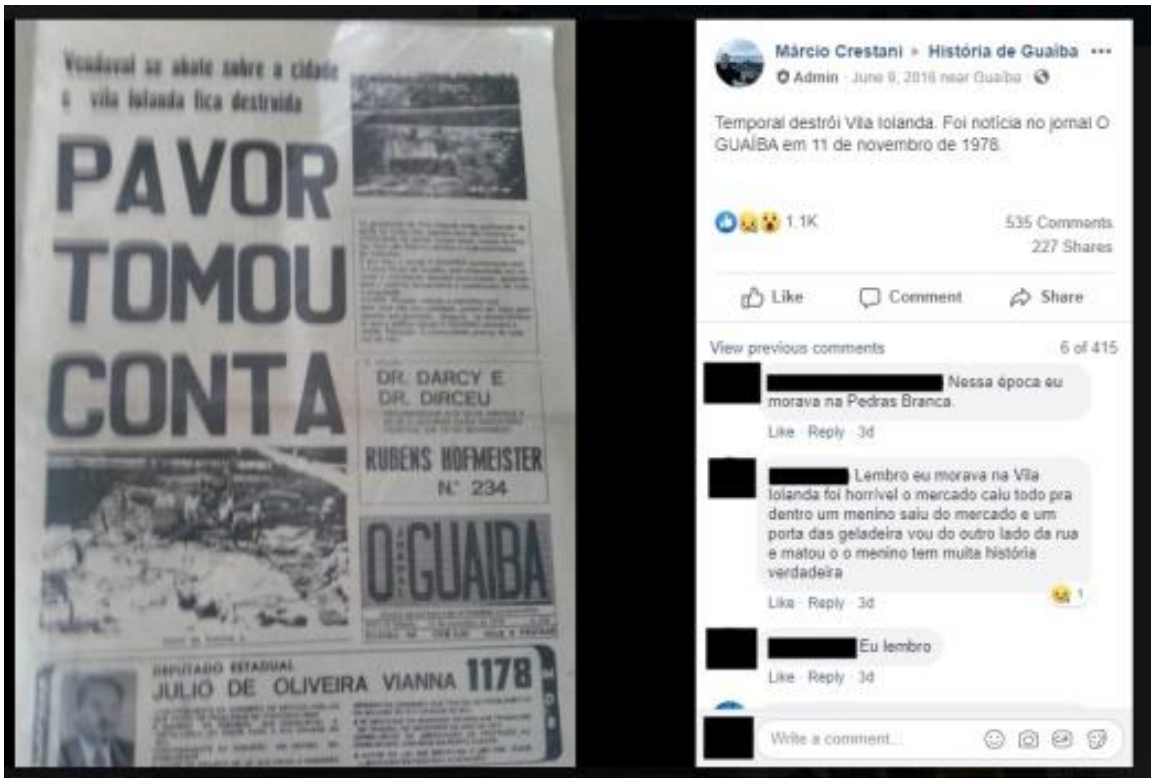


Imagem 03: Reprodução de publicação feita no grupo "História de Guaíba" em 6 de junho de 2016.

[19] Disponível em: <https://bit.ly/2WEXAep>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

[20] Localizada no Rio Guaíba, a 2.2km de Guaíba e 2.5km de Porto Alegre, a Ilha Pedras Brancas ou "Ilha do Presídio", era originalmente um depósito de pólvora no século XIX, depois abrigou instalações laboratoriais e por fim foi transformada em presídio de segurança máxima em 1956, abrigando presos políticos durante a Ditadura Militar (1964-1985). É tombada pelo IPHAE desde 2014. Seu potencial turístico, dado a grande importância histórica do local, infelizmente é pouco explorado.

[21] Apesar de também fazer parte da memória que diz respeito à Guerra dos Farrapos, o Marco Farroupilha está localizado no Balneário Alegria, uma área mais distante da parte central da cidade (onde estão localizados os pontos de visitação mais procurados) e que não possui, nos dias de hoje, atrativos turísticos para serem explorados. A área é atualmente ocupada em grande parte pela fábrica de celulose da CMPC (antiga Borregaard). Existem projetos que propõem a revitalização da área.

[22] Para constatar tal fato, observar nota de rodapé de número 5.

Disponível em: <https://bityli.com/115vZ>. Acesso em: 28 de mai. 2020[23].

Atualmente, com mais de 27 mil participantes, o acervo do grupo conta com mais de 13 mil imagens, reportagens de jornais e vídeos, postados por diferentes pessoas, que retratam diferentes épocas e acontecimentos históricos da cidade de Guaíba, e o engajamento dos participantes já bateu a marca de 380 mil curtidas, comentários e compartilhamentos, segundo dados que o próprio *Facebook* forneceu ao criador do grupo. Tais índices de interatividade, além de demonstrar o interesse dos participantes em conhecer ou relembrar fatos, locais e cidadãos históricos da cidade, também vai ao encontro com o sucesso que as plataformas digitais, em especial o *Facebook*, possuem no momento atual (CARVALHO, 2014, p. 173):

> Segundo dados da *We are Social*, agência multinacional especializada em pesquisas de mídias sociais, 26% da população mundial (ou 74% das pessoas com acesso a internet) participavam, em janeiro de 2014, de alguma rede social *online*. O Brasil se destaca. O país, que possui 49% de sua população conectada à internet, é o segundo país com o maior número de usuários no Facebook – maior rede social do mundo, com 1,4 bilhão de usuários: 65 milhões de pessoas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Arno, 2013). A vice-liderança levou a revista americana *Forbes* a publicar em 2013 um artigo intitulado "The Future of Social Media? Forget about the U.S., Look to Brazil" (Homes, 2013). O Brasil é ainda o terceiro país latino-americano que mais acessa o Facebook em celulares ou *tablets*. Se os brasileiros que participam da rede social criada por Mark Zuckerberg formassem um "novo país", este seria o vigésimo país em população no mundo.

Dentre os registros postados no grupo, que seriam impossíveis de citar aqui em sua totalidade, estão as visitas de dois ex-presidentes à Guaíba (o ditador militar João Figueiredo, na inauguração dos bairros Cohab/Santa Rita[24], em 1982, e Luís

[23] Jornal "O Guaíba" de 11 de novembro de 1978, noticiando a destruição do bairro Vila Iolanda após passagem de um vendaval. Percebe-se a grande interação dos participantes do grupo com a postagem, tendo mais de mil curtidas, 535 comentários e 227 compartilhamentos. Muitos participantes que vivenciaram fatos da época utilizam a caixa de comentários para descrever suas memórias.

[24] Disponível em: <https://bit.ly/2XWtLHg>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

Inácio Lula da Silva, em 1984[25], apoiando o movimento de moradores do bairro Colina e participando da inauguração do sindicato dos metalúrgicos do munícipio), a enchente de 1941, que castigou a cidade (já referenciada anteriormente), e as histórias de antigos moradores que ficaram amplamente conhecidos como "o velho dos cachorros"[26] e a "velha dos gatos"[27] por seu apreço e proteção pelos animais - e assim acabaram na memória e imaginário popular da cidade.

Detalhe interessante é que o grupo não é restrito somente aos registros do passado, mas também é aberto aos registros do presente – muitos moradores fazem contribuições com fotos e filmagens da história recente. Não é difícil encontrar no grupo fotos atuais de locais históricos com legendas críticas que evidenciam o descaso com o patrimônio da cidade, como, por exemplo: "vou me adiantar e colocar as fotos aqui, antes que derrubem [o prédio histórico]"[28].

Registros mais atuais também são de grande valor para aqueles que não moram mais na localidade e encontram no grupo uma alternativa para acompanhar as mudanças que vão ocorrendo, além de sentir certa dose de nostalgia ou aplacar as saudades do lugar, ponto que foi observado pelo historiador Fábio Chang de Almeida (2011, p. 13), ao citar o sociólogo Pierre Lévy, que cunhou um termo muito utilizado nas Humanidades Digitais, que é a Cibercultura[29]:

> Lévy aponta uma característica essencial da Internet, que acaba por modificar a visão de mundo dos seus usuários: a aparente redução das distâncias. De certa maneira, o ciberespaço aboliu o território geográfico no âmbito das comunicações, tornando possível a circulação praticamente instantânea de informações em escala mundial: "Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo,

[25] Disponível em: <https://bit.ly/2UGUxkS>. Acesso em: 12 de jun. 2020.
[26] Disponível em: <https://bit.ly/3hq0Jau>. Acesso em: 12 de jun. 2020.
[27] Disponível em: <https://bit.ly/3fkiUN0>. Acesso em: 12 de jun. 2020.
[28] Para citar apenas um exemplo de manifestações do gênero: <https://bit.ly/2MSOl57>. Acesso em: 14 de jun. 2020.
[29] "Segundo Marcos Silva a Cibercultura pode considerada "o mais recente e avançado espaço de produção cultural da humanidade" (SILVA, 2012:257), espaço de produção de novas formas de expressão cultural, como expressões a blogosfera, a ciberarte (web arte), a poesia digital, a ciberjornalismo, as comunidades virtuais, a cibercidadania, a ciberpsicologia e a cibergeografia (SILVA, 2012:256)." (SILVA apud LUCCHESI, 2013, p. 3).

> imediatamente ou recorrendo a redes de pessoas capazes de remeter a informação desejada. [...]". Meditemos um instante sobre uma frase de Fernand Braudel: "Cada dispositivo de transporte e de comunicação modifica o espaço prático, isto é, as proximidades efetivas." (LÈVY, 1999, p. 199)

Acerca de tais registros do tempo presente, Crestani relata que recebeu reclamações de alguns membros, os quais acreditam que o grupo deveria permitir apenas contribuições de imagens e vídeos que representassem unicamente o passado. Seu contra-argumento a favor dos registros da história recente da cidade foi que, além de serem muito apreciados por aqueles que vivem longe de Guaíba, um dia tais registros seriam também um passado distante a ser estudado pelas gerações posteriores, a exemplo das publicações antigas que deram origem ao grupo.

Crestani reforça que o grupo é aberto a contribuições de todos, o que é inclusive estimulado, para que mais memórias e registros possam ser compartilhados. Porém, as publicações precisam ser previamente aprovadas por algum dos administradores, pois é muito comum que sejam encaminhadas manifestações do gênero político-partidário ou propagandas comerciais, o que é vedado para que não se fuja dos propósitos do grupo. São proibidas também postagens e comentários que sejam ofensivos a qualquer pessoa, seja esta falecida ou não. O criador do grupo relata alguns casos curiosos de postagens que teve de apagar a pedidos de terceiros, como, por exemplo, imagens de casarões antigos que renderam diversos comentários de que tais imóveis seriam "mal assombrados" e "habitados por fantasmas" [sic]. Quando os proprietários tomam ciência de tais comentários, entram em contato com Crestani pedindo a remoção da publicação, o que é prontamente atendido.

Acerca do alcance do grupo para além da internet, Crestani cita a realização de uma exposição intitulada "Memória e História de Guaíba através da Fotografia", no Museu Carlos Nobre, em 2018; uma visita à Escola Municipal de Ensino Fundamental Inácio de Quadros (no bairro Coronel Nassuca) também em 2018,

para falar sobre a história guaibense; uma reportagem no Jornal Costa Doce,[30] em 2019, e dois encontros entre os/as colaboradores/as mais ativos do grupo para discussão de assuntos pertinentes à história do munícipio, ambos em 2015.

Acessibilidade de acervos – ou o fazer histórico na contemporaneidade digital

Não é meu objetivo, neste curto artigo, realizar uma revisão bibliográfica acerca da História Pública e História Digital, mas sim apresentar um caso de uma plataforma que contribuiu para o acesso a fontes e fatos históricos de um munícipio, o que tem grande relação com os domínios de História Pública e História Digital – e com a interface entre eles. Sendo a História Pública uma corrente que surgiu nos anos 1970 com a intenção de expansão do trabalho historiográfico para além da academia, visando atingir novos públicos e diferentes realidades, as tecnologias digitais vieram a somar-se nessa "equação historiográfica" (NOIRET, 2015, p. 42):

> A *public history* beneficiou-se enormemente do impacto do digital nas atividades tradicionais que envolvem públicos, mesmo sem ser acadêmicos [...] As práticas, os diferentes profissionais, as linguagens e os públicos da história pública tradicional beneficiaram-se enormemente da conexão em rede para modificar as práticas de comunicação dirigidas a públicos diversos. A passagem à era digital apenas inseriu outras dimensões para aperfeiçoar a tarefa específica da *public history*, qual seja, a de interpretar o passado de comunidades específicas e de comunicar a história e as memórias coletivas por todos os meios e as mídias à disposição [...] Mais do que em outras disciplinas, a *web* e o digital reforçaram, no campo da história pública, práticas profissionais já consolidadas, expandindo-as ou abrindo-as para outros públicos, com novos instrumentos de difusão e de comunicação de conteúdos na era digital. A virada digital e a rede foram as primeiras a abrir, e logo a responder, às necessidades prementes da sociedade de proteger as identidades, a cultura e as memórias coletivas locais e promovê-las globalmente.

[30] Disponível em: <https://bityli.com/DbGS7>. Acesso em: 29 de mai. 2020.

Sendo assim, o surgimento e definição da História Digital foi descrito por uma vasta gama de autores/as da historiografia especializada. Segundo os/as autores/as aqui consultados:

> Nos Estados Unidos, o surgimento da chamada Digital History pode ser localizado nos anos 90, quando no Center For History and New Media (CHNM) da Universidade George Mason foram desenvolvidos projetos na área das novas mídias. Neste espaço, foram pensadas propostas em prol da preservação do passado, através de iniciativas que usavam tecnologias de informática que buscavam democratizar o acesso e a manipulação de conteúdos históricos na internet (MOREIRA & OLIVEIRA apud OLIVEIRA, 2016, p. 60).

> A história digital poderia assim ser definida como todo o complexo universo de produções e trocas sociais tendo por objeto o conhecimento histórico, transferido e/ou diretamente gerado e experimentado *em* ambientação digital (pesquisa, organização, relações, difusão, uso público e privado, fontes, livros, didática, desempenho e assim por diante). (NOIRET apud MONINA, p. 2015, p. 33).

> Atualmente, há muitas outras definições e perspectivas correntes para *história digital*. Na Itália, por exemplo, os italianos preferem falar em *storiografia digitale.* Além disso, há ainda os que enxergam a *história digital* como uma espécie de sub-ramo da história pública [...]. De uma forma geral, ainda se discute se a *história digital* é movimento, campo, área ou metodologia. E, dada a fluidez de quase tudo o que é inerente à cibercultura, é perfeitamente normal que essas definições sejam ainda flutuantes e inexatas (CARVALHO, 2014, p. 171).

Tendo por objetivo promover ainda mais a divulgação de fontes e acervos históricos, sendo de grande auxílio para a corrente da História Pública – vindo a nascer um novo termo da união de ambos (História Pública Digital) – o saber tecnológico no fazer historiográfico facilitou não apenas para que historiadores profissionais e acadêmicos diminuam custos em suas pesquisas ou tenham maior espaço de difusão para seus trabalhos, mas também para que o grande público tenha acesso a conteúdos provavelmente indisponíveis sem os recursos da internet. Um exemplo dessa tendência é dado pelo criador do grupo "História de Guaíba".

Crestani relata que o grupo trouxe algumas facilidades para estudantes que vão até o grupo procurar informações para seus trabalhos escolares (visto que as

novas gerações estão cada vez mais integradas às tecnologias digitais) e também para um/a trabalhador/a que deseja conhecer mais sobre sua cidade, mas não consegue visitar os locais de pesquisa (os já citados Museu Carlos Nobre e Biblioteca Pública Darcy Azambuja) que funcionam em horário comercial, em conflito com os horários de trabalho, em especial para aqueles empregados em outras cidades (Guaíba ainda é conhecida como "cidade dormitório") e até mesmo para muitas pessoas que tiveram de deixar Guaíba e vivem longe desta, mas sentem falta dos momentos que ali viveram e desejam conhecer mais sobre a cidade. Sobre iniciativas como essa, que promovem a acessibilidade dos acervos históricos, o historiador Dilton Maynard discorre (2016, p. 111):

> [...] abre[m] espaço para o debate sobre a acessibilidade, pois de nada adianta guardar material se ele não estiver disponibilizado. Cohen e Rosenzweig observam que a obtenção de um público mais amplo é uma das preocupações frequentes entre os historiadores. E esta pretensão ganha com a Internet e as novas tecnologias da informação, importantes auxiliares para concretizar-se. Por outro lado, o acesso instantâneo a fontes primárias e secundárias, bem como a habilidade para muito rapidamente produzir conexões, provocam mudanças significativas na forma de pesquisar e de escrever a história (2006). Consequentemente a Internet permite aos historiadores falar a um público mais vasto, mais disperso, sem que os custos para isto sejam ampliados. Importantes iniciativas têm possibilitado a democratização de acervos.

Ora, se vivemos em uma época onde as tecnologias digitais se fazem cada vez mais presente no fazer historiográfico, é necessário que estas sejam utilizadas em favor do trabalho do historiador – e da divulgação do conhecimento histórico, ainda mais em contextos como o de uma cidade onde as informações acerca de seu passado não são amplamente divulgadas. Além da facilidade no acesso de acervos públicos ao digitalizá-los, o grupo ainda ajudou a promover a disponibilização de acervos privados, ao possibilitar que terceiros compartilhem suas memórias pessoais na plataforma digital, sem precisar abrir mão de seus acervos físicos (como ocorre em casos de doação de acervos particulares a órgãos públicos).

As contribuições também vêm em forma de

correções de antigos “causos” de natureza detalhista que eram contados (e ainda o são) à exaustão pelo munícipio: o de que a Princesa Isabel teria pernoitado em Guaíba (quando esta ainda era um distrito de Porto Alegre e se chamava Pedras Brancas) em 21 de janeiro de 1885. Graças a uma carta escrita pela princesa na época, que foi localizada por uma integrante do grupo que a compartilhou com os demais na plataforma, descobriu-se que a princesa apenas visitou (e não pernoitou) no distrito por algumas horas, e um de seus pontos de parada foi uma casa, preservada até os dias de hoje, na Rua Pedras Brancas. Casos assim também são descritos por Dilton Maynard (2016, p. 112):

> A relação com o público ganha na preocupação com a interatividade um destaque importante. Afinal de contas, ela estabelece diferentes e múltiplas formas de diálogo histórico. Temos aí uma imensa possibilidade de transformação da prática histórica, de ampliar as formas de levantamento de fontes, de troca de informação, de redução nos custos das pesquisas e na ampliação no compartilhamento de trabalhos. A Rede trouxe consigo um leitor que se encontra em posição diferenciada. Se o texto chega ao ciberespaço, este novo público pode corrigir, colaborar com o envio de dados, divulgar e até corrigir a pesquisa.



Imagem 04: Reprodução de publicação feita no grupo “História de Guaíba” em 17 de agosto de 2019 Disponível em: <https://bityli.com/ojSuI>. Acesso em: 29 de mai. 2020[31].

[31] Registro de uma família no Balneário da Alegria, em 1936. Os balneários Alegria, Florida e Vila Elsa foram um sucesso de público em todos os veraneios até a instalação da fábrica da Borregaard em Guaíba, quando o mau cheiro e a poluição foram gradativamente tornando as águas impróprias para banho e afastando os veranistas. Até então, centenas de pessoas chegavam nos vapores, cruzavam o

Conclusões bem similares foram compartilhadas pela historiadora Anita Lucchesi (2013, p. 13):

> Outra mudança, esta menos quantitativa e mais qualitativa da Web é sua *interatividade.* Rosenzweig e Cohen destacam-na pois esta inaugura uma nova relação com o conteúdo histórico em que todo ponto de consumo é – pode ser também – ponto de produção. Esta interatividade possibilita múltiplas formas de diálogos sociais, não apenas entre historiadores profissionais, mas entre profissionais e não-profissionais, professores e estudantes, estudantes e estudantes e todas as pessoas que estiverem de alguma maneira refletindo sobre o passado na rede. Pense-se à possibilidade dos *feedbacks* via comentários em blogs e sites Web afora, sem falar dos fóruns, redes sociais e jogos online.

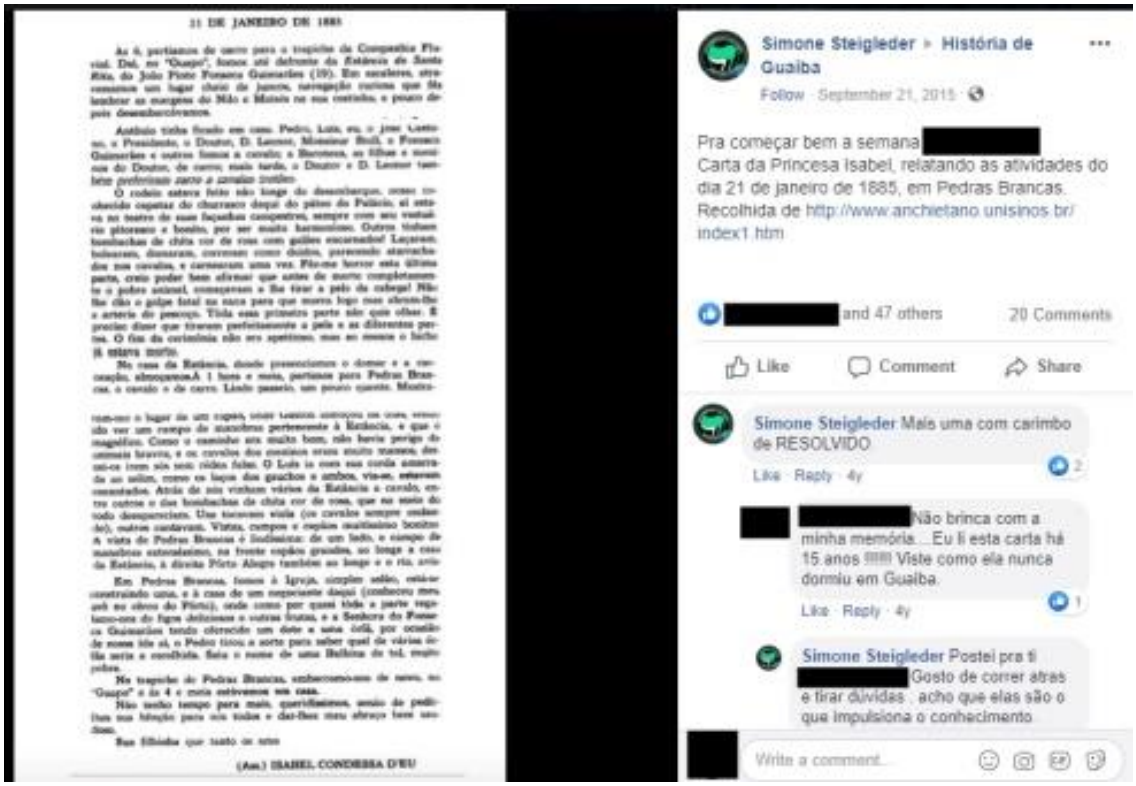


Imagem 05: Reprodução de publicação no grupo "História de Guaíba" em 21 de setembro de 2015Disponível em: <https://bityli.com/tWNgG>. Acesso em: 01 de jun. 2020[32].

---

trapiche (foto) e se hospedavam nos hotéis da região, em sua maioria de propriedade de imigrantes alemães. Atualmente, as águas seguem impróprias para banho.

[32] Contribuição ao grupo "História de Guaíba" de autoria da restauradora de arte Simone Steigleder Botelho. Após pesquisa no repositório digital da UNISINOS, Simone encontrou um trecho de uma carta da Princesa Isabel que descrevia a visita por Pedras Brancas (nome antigo da localidade onde

Com este artigo de caráter sintético, e que não pretende esgotar as possibilidades de discussão, podemos observar o quanto a história de Guaíba é rica, cheia de "causos" envolvendo personalidades históricas e também as pessoas anônimas do munícipio. Seu patrimônio, também muito rico e com potencial turístico e educacional imenso, infelizmente é pouco explorado e extremamente mal valorizado pelas autoridades das diferentes esferas públicas. Coube aos cidadãos comuns do munícipio (e também aos órgãos públicos que fizeram suas contribuições), com o ato de compartilhar suas memórias pessoais, seja através de suas experiências próprias ou de pesquisas acadêmicas, criar uma espécie de "válvula de escape" dentre os discursos oficiais que foram escolhidos para representarem oficialmente a cidade. Verifica-se também que criou-se uma rede que ultrapassou os limites do munícipio (visto que muitas pessoas tiveram de deixar a cidade, mas ainda conservam suas memórias pessoais do tempo que ali viveram) de compartilhamento e discussão acerca das questões históricas de Guaíba. Tal fenômeno também é descrito por Serge Noiret (2015, p. 41-43):

> Essa presença exuberante do "passado" em rede responde, com a mediação digital, a uma profunda necessidade de reaproximar as memórias individuais, familiares, coletivas e comunitárias do passado local, regional e nacional em nossas sociedades globalizadas [...] Vimos como os indivíduos e suas comunidades se envolvem diretamente no registro de sua história, fornecendo memórias e testemunhos individuais para uma construção de arquivos da memória coletiva e percursos de história oral. Com a rede, indivíduos, comunidade, grupos de trabalho, podem criar espaços de história e fazê-los viver em sintonia com comunidades específicas, promovendo-os globalmente e envolvendo no campo internacional os membros dispersos das mesmas comunidades com um público potencialmente universal.

Obviamente, o grupo "História de Guaíba" não é a única iniciativa do gênero presente na internet e nas redes sociais. Outro projeto muito similar, somente para

hoje é Guaíba). Ao contrário do que era descrito oralmente por moradores do munícipio e foi sendo transmitido através das gerações, a princesa não pernoitou na casa da Rua Pedras Brancas, mas apenas a visitou de passagem, saboreando um doce de figo no local e tendo partido no mesmo dia.

citarmos mais um caso próximo, é o site "Viamão Antigo"[33], administrado pelo publicitário Paulo Lilja. Viamão, cidade também localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi a primeira capital do Estado do Rio Grande do Sul. Em seu site, e na página homônima do *Facebook*, Lilja compartilha fotos antigas das diferentes localidades de Viamão, além de *podcasts* e entrevistas com historiadores e personalidades do munícipio. Apesar de não ser nosso objetivo neste artigo discutir a história de Viamão, nem propor uma comparação entre as duas iniciativas, acreditamos que tenha sido possível perceber o quanto a acessibilidade de acervos históricos levada a cabo através das tecnologias digitais tem sido bem recebida pelo grande público e o aproxima da história, memória e identidade de suas localidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Aedos. Porto Alegre, v.3, n. 8, p.9-30, jan./jun. 2011.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu *login*: os historiadores, os computadores e as redes sociais *online*. Revista História Hoje, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.

LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15., 2020, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 1-9.

_____. História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, jul. 2013, p. 1-17.

[33] Disponível em: <https://bityli.com/W2ig8> e < https://bityli.com/DSYep>. Acesso em 02 de jun. 2020.

_____. Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. Cadernos do Tempo Presente, Aracaju, Edição n. 06, p. 01-17, 06 de janeiro de 2012.

_____. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. Aracaju, Boletim Historiar, n. 02, p. 45-57, mar./abr. 2014.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Passado eletrônico: notas sobre história digital. Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016.

MOREIRA, Igor Lemos; OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Impressos virtuais: estudos de caso e reflexões sobre História Digital e História Pública. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 52 -67, maio/ago. 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio. 2015.

História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores

Digital history in times of crisis: the demands from th eimmediate time and its implications for the historians work

Ana Carolina Machado[1]

Resumo

Este texto se constitui como uma reflexão acerca do trabalho dos historiadores em tempos de crise. Trata-se, portanto, de uma discussão de cunho teórico e metodológico que visa problematizar como, em meio à crise ocasionada pelo vírus Covid-19, os historiadores foram levados, pela necessidade do isolamento social, a ressignificar suas maneiras e métodos de trabalho. Nesse sentido, a questão central é abordar sobre o papel da história digital em tempos em que a presença física é impossibilitada. Para tanto, o artigo aborda os aspectos objetivos e subjetivos do sujeito-historiador em sua tentativa de analisar o tempo imediato, além de também levantar questões sobre ofício do historiador e seu papel social, a função da história diante das demandas do presente e do imediatismo, e os limites e potencialidades do ciberespaço como meio de divulgação e método de ensino da história. Problematizam-se questões referentes ao contexto pandêmico, tendo como bases teóricas e metodológicas a História do Tempo Presente e do tempo Imediato; a História Digital e a História Pública.

Palavras-chave: Crise. Covid-19. História Digital. Tempo Imediato.

Abstract

This manuscript constitues a reflection on the work of how historians operate in times of crisis, In order to adress this matter, theorical and methodological discussions are drawn regarding how historians were lead to reframe theis working methods and habits due to the social isolation meansures raised in the midst of the Covid-19 pandemic crisis. This the central research thread is to analyse the role of digital history in moments when physical presence is proculed, With respect to this goal, this article contributes by assessing the objective and subjective aspects of the historian-subject and how she/he attempts to investigate the present time; furthermore, the papel also ponders the historian profession, their social role and the role os history itself in the face of demands from the present and of immediacy measures; the potential and the limits of cyberespace as a mechanism to guide history, outreach and teaching missions are also addressed. Questions about the pandemic context are problematized, discussing History of the Present Time and Immediate Time features; Digital History and Públic History are the main theorical and methodological keystones.

Keywords: Crisis. Covid-19. Digital History. Time Immediate.

Introdução

[1] Mestranda em História Global pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC) e bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do Laboratório de História Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPIS/UFSC). Contato: anacarolina.mph@hotmai.lcom.

> *Afinal, devemos opor-nos ao crescimento de uma ferramenta de manutenção do status quo ou, ao contrário, dedicar-nos de corpo e alma a fomentar o crescimento de uma nova e libertadora forma de expressão? Nas palavras de Pierre Lévy, 'Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço no plano econômico, político, cultural e humano. Que tentemos compreendê-lo, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural.'*
>
> Carlos Irineu da Costa
> (Contracapa do livro *Cibercultura*, Pierre Lévy, 2010)

Este artigo foi articulado e escrito durante parte do primeiro semestre de 2020, e debruça-se sobre ele. Dentro de suas limitações, ele representa as percepções e problematizações de uma historiadora em construção que é, ao mesmo tempo, sujeito deste processo histórico. Assim, as páginas que seguem constituem uma tentativa – repito, certamente limitada - de transformar o presente vivido em reflexão histórica. Para tanto, tomo como base a colocação de Marc Bloch (2001, p. 66), que ao refletir sobre o ofício do historiador enfatizou que, "o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, um título de útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando o de historiador".

O mundo inteiro foi assolado pela pandemia causada pelo vírus Covid-19[2] e tem sentido, cotidianamente, seus impactos e desdobramentos nos mais diversos aspectos da vida social. Nesse sentido, não é preciso ser historiador para perceber, a partir de uma leitura crítica da realidade, que vivemos um tempo de crise global e, em termos bem específicos, uma crise nacional. Essa crise que atinge os âmbitos político, econômico, social e educacional, sobretudo, acaba por gerar, também, crises e inseguranças individuais. Em meio a essas crises do tempo, alvo das discussões do historiador François Hartog na obra *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo,* os

[2] O coronavírus (COVID-19) é um vírus infeccioso cuja transmissão ocorre por meio de gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Essas partículas permanecem no ar, pisos e todos os tipos de superfície. O contágio pode ser percebido por meio de febre e dificuldades de respiração, acarretando na doença SARS COV 2 e podendo, devido ao agravamento, levar a morte.

sujeitos tendem a, ancorados em um estado de presentismo, ter dificuldades de enxergar além. Assim, como presentismo Hartog (2015) define um presente que, para aqueles que o vivenciam, representa um tempo estagnado, uma espécie de presente onipresente. Este tempo estagnado, contudo, não deve ser compreendido como um momento em que as coisas não estão acontecendo. Ele é, certamente, uma noção aberta. A vida está acontecendo! Muitas coisas estão acontecendo no Congresso Nacional, nos lares, no cotidiano e no ambiente virtual, sobretudo. O que parece, pelo menos por hora, estagnado e onipresente, é o caráter desta nova ordem temporal que se instaurou.

Dessa forma, conforme apontei anteriormente, se não é necessário ser historiador para ter esse tipo de percepção, Hartog (2015) aponta que, cabe a nós, historiadores e historiadoras, dar uma atenção muito particular aos momentos de crise e às suas expressões visando produzir, sobre esses processos, uma inteligibilidade histórica.

Muito já se falou que a história não se repete. Entretanto, conforme destaca Hartog (2015), de tempos em tempos, diferentes momentos de crise acabam por colocar em xeque determinadas ordens do tempo, alterando significativamente a experiência dos sujeitos de uma dada sociedade e a maneira como articulam passado, presente e futuro. As crises produzem, nesse sentido, rupturas e descontinuidades em relação à forma como as pessoas se relacionam com os tempos históricos. O passado parece muitas vezes não servir como orientação, o presente parece ser algo que nunca vai passar e sobre o futuro, não se sabe bem o que esperar e ao mesmo tempo, se espera tudo.

Seria ingênuo, contudo, homogeneizar as experiências. Diversos grupos e sujeitos estão se apropriando de múltiplas maneiras deste momento histórico. Dessa forma, a partir deste espaço de experiência, cada um terá suas referências, suas interpretações e construirá, com base nisso, seus "horizontes de expectativas" (KOSELLECK, 2016). Falamos, portanto, de passado(s), presente(s) e futuro(s) que longe de serem temporalidades homogêneas, representam uma pluralidade de experiências. A estranha sensação de estagnação que ronda este presentismo, entretanto, ainda assim torna cabível a noção de um tempo desorientado como proposto por Hartog (2015).

No prefácio da obra citada, Hartog discorre sobre a crise, primeiramente financeira, que se alastrou a partir dos Estados Unidos na primeira década do século XXI, mas que, de igual maneira, teve impactos sociais a nível global. Nas palavras do historiador (HARTOG, 2015, p. 9), nesse contexto o que mais se ouvia era:

> 'Crise', 'Recessão', 'depressão', mas também mutação (profunda) e até 'mudança de época'. 'Nada mais será como antes', alguns proclamaram rapidamente. "Porém, as coisas retomarão (subentendido, como antes!), proclamaram os outros (ou os mesmos) com igual vigor; percebem-se algumas recuperações, a retomada está próxima, já se vê uma saída, não, a recessão ainda não terminou ou está recomeçando, mais ameaçadora ainda e, de todo modo, o desemprego deve (ainda) aumentar, e os únicos planos possíveis são os de demissões coletivas

Embora o espaço temporal entre a crise que Hartog apontou e a que vivemos nesse momento seja curto, os tempos são outros e as razões da crise atual também são outras. Um vírus que, a princípio emergiu na China, em poucos meses se espalhou pelo mundo causando milhares de mortes e fazendo com que as pessoas tivessem de ressignificar suas rotinas, suas relações, seu trabalho. Em meados do ano de 2019, certamente não imaginávamos que pouco tempo depois, precisaríamos ficar isolados dentro de nossas casas, sair nas ruas usando máscaras e escutar, nos jornais de televisão e noticiários, a ocorrência de uma verdadeira dizimação da população ao redor globo. Assim, como coloca Hartog (2015) sobre a crise global do início do século, agora também é recorrente ouvirmos as pessoas desorientadas questionando se as coisas voltarão ou não ser como antes depois que a pandemia cessar. Quando e como retomar as atividades presenciais? A situação está normalizando? O pico do vírus aumentou ou diminuiu? É necessário aumentar os cuidados? Como proceder? Um tempo, portanto, desorientado.

Minha intenção com este texto não é apresentar uma pesquisa concluída ou chegar a considerações fechadas. Tampouco fazer uma análise exaustiva de fontes. Mas convidar, a quem possa interessar, a refletir sobre o trabalho dos historiadores e historiadoras em meio à crise que atravessamos. Para tanto, se faz necessário problematizar: como determinados contextos impulsionam o crescimento e a utilização de novos paradigmas historiográficos? De que forma, em tempos de crise, os historiadores são levados, pela necessidade, a ressignificar suas maneiras e métodos de

trabalho? Qual o papel da história digital em meio à crise atual? Ou, que papel assume o virtual em tempos em que a presença física é impossibilitada? Minha hipótese é a de que, as crises do tempo, conforme as conceptualizações de Hartog (2015), constituem novas ordens temporais que demandam e possibilitam formas específicas para o fazer histórico.

Nos últimos anos, o campo da história viu emergir uma nova possibilidade de abordagem e prática relacionada diretamente com as condições de produção do conhecimento histórico no tempo presente, a História Digital (LUCCHESI, 2014a). Se os historiadores há algum tempo já vem tateando este novo campo, diante do atual contexto, seu uso se tornou quase que uma necessidade. Em que medida, então, as demandas do tempo presente e do tempo imediato condicionam novas maneiras para a realização do ensino e da circulação do discurso histórico? É em torno dessas questões que este artigo irá se debruçar.

Para tanto, serão levantadas questões acerca do ofício do historiador e seu papel social, a utilidade e a aplicabilidade da história na vida prática, e os limites e potencialidades do ciberespaço como meio de divulgação e ensino da história científica, ou seja, aquela cujos sujeitos que realizam são historiadores e historiadoras de ofício. Longe de apontar uma hierarquização dos saberes - que acabaria por construir um campo de relações de poder e validade entre diferentes *tipos* de narrativa histórica - este estudo tem como justificativa a defesa do conhecimento e do discurso histórico científico (inclusive no espaço virtual) e a legitimidade da profissão dos historiadores e historiadoras em tempos de desmonte da ciência, da pesquisa e dos projetos de (des)profissionalização da história no Brasil.

É possível transformar o presente imediato em reflexão histórica? Possibilidades, limites e os aspectos objetivos e subjetivos do sujeito-historiador

Sabe-se que desde o surgimento da Nova História a partir da Escola dos Annales[3], paradigma historiográfico que transformou a disciplina ao longo do século XX, a ideia de que a história seria uma ciência que estuda o passado foi desconstruída. A percepção de

[3] Sobre a revolução da historiografia a partir da Escola dos Annales ver a discussão de BURKE, 1997.

que o presente condiciona o olhar do historiador e suas escolhas colocou em questão a noção do tempo histórico. Nesse sentido, desde então, a história passou a ser definida como "a ciência dos homens no tempo" (BLOCH, 2001, p. 55), e o presente também passou a ser alvo de interesse dos historiadores. Dessa forma, se é verdade que a História do Tempo Presente enquanto campo de estudo e abordagem historiográfica emergiu, de fato, somente a partir da década de 1970, em sua clássica obra inacabada e datada de 1944, *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch já problematizava até mesmo a noção de história imediata. Nesse livro, o historiador já apontava as possibilidades e as dificuldades de definição de uma história do presente e do imediato ao questionar-se: "à noção de proximidade não apenas falta precisão – de quantos anos se trata?" (BLOCH, 2001, p.61).

No final do século XX, diante dos mesmos problemas epistemológicos e visando a consolidação do campo, os historiadores franceses Agnès Chauveau e Philippe Tétard trataram de explicar o embaraço semântico das definições e a legitimidade científica de uma história do recente, apontando que as expressões História do Tempo Presente, História Próxima e História Imediata não fazem necessariamente referência a uma mesma cronologia, mas pertencem ao que se considera muito contemporâneo. Em suma, as justificativas e questões que se colocam sobre uma valem para as demais uma vez que "a contração cronológica, o tipo de arquivos e a natureza dos objetos, dos campos fundam um só e mesmo o tema" (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 20). Os historiadores complementam apontando que pouco importa se a história próxima, dentro de algumas concepções, possa abarcar os últimos trinta anos, enquanto a história do tempo presente se refira aos últimos cinquenta ou sessenta anos, mas que a história imediata é a noção que mais suscita desconfiança (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999).

Nesse sentido, buscando refletir sobre as possibilidades de um empreendimento histórico sobre o tempo imediato, os historiadores apontam, aproximando-se das interrogações de Bloch, a dificuldade de especificar com precisão o espaço cronológico que abarca a história imediata: "a noção é obstinadamente fluida: algumas horas? Algumas semanas? Alguns anos? Perece que pode ser tudo isso ao mesmo tempo"

(CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 21). Assim, considera-se, com base nessas colocações, que o recorte temporal sob o qual este artigo se debruça faz dele um exercício de uma História Imediata.

Para esses historiadores, a história imediata é, ao mesmo tempo, objeto e testemunho, e apesar de sua imperfeição ou inexatidão, ela possui uma função social. Ou seja, como complemento da história do tempo presente, ela responde às demandas do imediatismo visando construir um esclarecimento sobre um processo histórico que ainda está acontecendo. No entanto, os autores abordam que, embora não seja possível confundir as áreas, os procedimentos da história imediata são mais parecidos e tiveram maior influência das técnicas jornalísticas do que dos métodos da ciência histórica em seu modelo inicial, isto é, aquele que valorizava como condição de cientificidade o recuo temporal e o distanciamento entre o historiador e seu objeto. Contudo, isso não implica "que a história imediata seja exclusivamente determinada por essas técnicas e que não seja tributária da pesquisa científica" (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 22).

Nesse sentido, se para Bloch a história imediata pode ser compreendida como a história dos dias em que vivemos[4], para Chauveau e Tétard (1999, p. 25) essa seria "uma história escrita no calor dos acontecimentos". Como, então, fazer uma análise histórica no decorrer de um processo histórico que ainda está acontecendo? Como refletir sobre a história vivenciando ela? De que forma repensar seus métodos em tempos em que o historiador é sujeito, cientista e objeto ao mesmo tempo? Quem se debruça em analisar o presente e, mais especificamente o imediato, estará com os pés calcados em uma areia movediça e, portanto, cercado de uma série de possibilidades, mas também de inúmeras

[4] Bloch, apesar de ter, em grande medida, se dedicado na análise de temporalidades passadas, defendia a capacidade de o historiador transformar o presente vivido em reflexão histórica. Assim, é possível dizer que o historiador dos Annales realizou um exercício de história do imediato, embora defendesse a metodologia da longa duração e o método regressivo que possibilitava o diálogo entre passado e presente, através da busca pela historicidade. Segundo Jacques Le Goff (2001) Bloch analisou a derrota francesa na segunda guerra mundial, em 1940, refletindo sobre o acontecimento no calor da hora e praticamente sem dispor de arquivos ou documentações necessárias ao trabalho do historiador. No entanto, as capacidades de reflexão e problematização históricas devido seu ofício, o permitiram realizar "obra de história e não de jornalista" (LE GOFF, 2001, p. 17).

limitações. Isso não faz, contudo, seu empreendimento inválido ou desprovido de legitimidade.

É certo de que o exercício historiográfico que toma o passado distante como temporalidade não garante, por isso, o alcance da "verdade" ou possua um caráter mais "completo" e científico por conta do distanciamento entre o historiador e seu objeto. Sobre isso, Bloch (2001, p. 61) estabeleceu suas críticas à Escola Metódica a partir da qual teve sua formação, considerando, ainda em sua *Apologia da História*, a necessidade de refletir sobre a subjetividade e problematizando a crença de que o recuo temporal entre historiador e seu objeto não necessariamente garante ou determina um estatuto de objetividade:

> Alguns, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta de Clio contatos demasiado ardentes. [Assim pensava, imagino, meu velho professor. Isso é, certamente atribuir-nos um fraco domínio dos nervos. É também esquecer que, a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo].

Com isso, Bloch (2001 p.62)) aponta que o historiador que não tiver a capacidade de "poupar seu cérebro do vírus do momento será bem capaz de destilar suas toxinas até num comentário sobre a *Ilíada* ou o *Romayana"*. Em outras palavras, é o historiador, em constante exercício e reflexão sobre seu trabalho, que irá buscar um equilíbrio entre os polos da objetividade e da subjetividade e identificar em que medida ambos contribuem e/ou dificultam sua análise histórica, seja em relação ao passado, seja em relação ao presente.

Ora, é sabido que mesmo os precursores da história dita científica pertencentes à Escola Metódica francesa e ao Historicismo alemão a quem Bloch teceu suas críticas, defensores de uma historiografia firmada na neutralidade que se distanciasse das questões sociais e do aspecto subjetivo do sujeito-historiador escreveram, no século XIX, sobre temas relacionados à nação e as instituições de poder. Em grande medida, essa historiografia tratou sobre "as questões políticas mais relevantes da época" (PROST, 2017,

p. 85), ou seja, era uma historiografia interessada, subjetiva e objetivamente, no presente daqueles historiadores.

O que se pode considerar com isso? As questões históricas são levantadas por historiadoras e historiadores situados em uma dada sociedade e revelarão, implícita ou explicitamente, a sua relação com o tempo em que vivem. Assim, inevitavelmente, a história fala muito daquele que a escreve. Por mais que o historiador busque se despir da sua experiência enquanto sujeito e tudo que nela integra, de sua maneira de conceber a história, ainda assim "não deixará de ser ele mesmo" (PROST, 2017, p. 150). Nesse sentido, os limites e possibilidades da objetividade e da subjetividade se impõem, no exercício e na prática dos historiadores, na medida em que estes se preocupam em refletir sobre o seu *labor:* assumir sua subjetividade*,* delimitar e explicar suas bases teórico-metodológicas, suas intencionalidades e a maneira como constroem suas problemáticas e objetos de estudo.

Ao abordarem acerca da presença do historiador em seu tempo, Chauveau e Tétard (1999, p. 28) dirão que "antes de ser um analista, este mesmo historiador é sujeito, "cidadão, ator e espectador". Ou seja, a partir da história do tempo presente e do tempo imediato, o historiador reivindica seu próprio pertencimento à história sobre a qual se debruça. Ele escreve ao mesmo tempo em que vivencia o processo histórico compartilhando suas interpretações sobre o presente no próprio presente. Assim, se como colocam os historiadores, "jamais um medievalista ou um modernista poderá "viver" o que descreve" (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p. 31), a história imediata e do tempo presente estabelecem uma nova relação entre o cientista, seu tempo e seu campo especifico de investigação.

Foi assim que, na defesa de que a história é, ao mesmo tempo, um ofício e uma prática social, Marc Bloch foi um homem de seu tempo, engajado nas causas e problemas que se apresentavam diante de seus olhos. Contudo, uma de suas principais contribuições diz respeito ao cuidado que os historiadores devem tomar quanto a este envolvimento. Assim, na apresentação à edição brasileira de *Apologia da História*, a antropóloga Lilia Schwarcz (2019, p, 11) considera que este historiador, refletindo constantemente sobre

sua prática e ofício, "não permitiu que os males do momento contaminassem sua capacidade de reflexão".

Nesse sentido, Bloch chama a atenção para que as paixões, as militâncias e os juízos de valor não atrapalhem a qualidade da reflexão do historiador distorcendo fatos, enaltecendo outros e tomando partidos a favor ou contra determinados sujeitos e processos históricos. Ou mesmo o deixando hipnotizado de ódios pelo seu objeto em sua sede de fazer justiça. Em outras palavras, para ele, não cabe ao historiador o papel de julgar, mas "uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: "compreender" (BLOCH, 2001, p. 138). Assim o autor considera (BLOCH, 2001, p. 128):

> Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco de mais. É como gritar "forca!". Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós – estrangeiro, adversário político – passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo.

O que Bloch frisa neste trecho, é que mesmo para travar as lutas inevitáveis - como, por exemplo, em relação aos preconceitos, aos autoritarismos e aos crimes contra a humanidade, questões que envolvem a dimensão ética e política do ofício - é necessário antes, e sobremaneira, compreendê-los. Com isso, Bloch também aponta, nas entrelinhas, a função esclarecedora da história para orientar as ações dos sujeitos no presente e o compromisso do historiador diante das demandas de seu tempo. Ou seja, evidencia o aspecto utilitário que a história problema trouxe à historiografia contemporânea e por isso, segundo o historiador, "compreender nada tem de passividade" (BLOCH, 2001, p. 128).

Além do que já foi apontando, ao se debruçar sobre a história do tempo presente e imediato, há que se apontar ainda uma questão: essa história será sempre limitada e de caráter incompleto. Por isso, deve ser compreendida, segundo o historiador François Bédarida (2016, p. 50), como uma história "em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação

sem fim". No entanto, que história não é limitada, incompleta e não está sujeita a ser objeto de renovação?

Há muito já se abandonou a ideia de que seria possível uma "história do todo". A constituição da Nova História e a emergência da história problema e seus recortes e delimitações se deram, justamente, para estabelecer demarcações mais precisas ao trabalho dos historiadores. Assim, quando nós, historiadores e historiadoras, a partir de nossas escolhas, tratamos de alguns aspectos de uma determinada sociedade, outros são deixados de lado evidenciando inúmeras lacunas. Por isso, no tocante a história do presente e do imediato, sobretudo, o que fazemos é muito mais tecer considerações, levantar questões e instigar reflexões do que apresentar conclusões fechadas. Nossas histórias sempre possuem caráter inacabado, estando sujeitas a críticas pelos pares e a revisões futuras quando outros historiadores, com outros materiais, perguntas e ferramentas, se debruçarem sobre o mesmo contexto de formas diferentes. Portanto, o levantamento de outras questões e a emergência de novas fontes e mesmo de outros acontecimentos, certamente contribuirão para preencher fileiras historiográficas sobre este momento histórico.

Por fim, diante dos limites e possibilidades do seu empreendimento, Bloch (2001, p. 26) aconselha que o historiador tem como dever ser sincero e dizer, quando necessário for, "não sei, não posso saber". Nesse sentido, o escopo deste texto jamais daria conta de refletir sobre este contexto em sua totalidade. Pelo contrário, o que tento esboçar, a partir de algumas escolhas teóricas e de questões bem delimitadas, são apenas alguns fragmentos de um presentismo bastante complexo, que está sendo experimentado de formas plurais e por diferentes sujeitos.

Considerações sobre o cenário brasileiro na crise atual e a emergência de um contexto profícuo para a prática da história digital

Se, como apontou Bloch, a história é filha de seu tempo, a emergência ou o crescimento dos paradigmas historiográficos são fruto de determinados contextos históricos que os tornam possíveis e, muitas vezes, necessários. Diante disso, para

contextualizar alguns aspectos deste cenário de crise em que a história digital teve um grande *boom* no Brasil, sugiro que as discussões da filósofa estadunidense Judith Butler, inicialmente, se constituem como ferramentas cabíveis para a análise de algumas vertentes deste processo histórico.

Butler (2019) problematiza o conceito de "povo" apontando que essa noção constitui um problema discursivo. Em outras palavras, um "povo" só pode ser compreendido dentro das relações de poder por meio das quais é ou não representado. Assim, segundo Butler (2019, p. 11), não é possível pensar na definição sem levar em conta:

> [...] uma fronteira discursiva desenhada em algum lugar, traçada ao longo das linhas dos Estados-Nações existentes, das comunidades raciais ou linguísticas ou por filiação política. O movimento discursivo para estabelecer 'o povo' de um modo ou de outro é uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como fronteira de uma nação ou como limite da classe de pessoas a serem consideradas 'reconhecíveis' como povo.

Logo, toda formação de "povo" é parcial, não sendo possível pensá-la a partir de generalizações uma vez que a partir dessa interpretação, a noção de povo indica que quando alguns grupos são incluídos como representado por um determinado projeto político de poder, outros intencionalmente são descartados. Se atentarmos para este movimento discursivo conforme sugere Butler, existe sempre uma questão de identidade que se quer construir e que permite compreender, também, quem e o que importa e quem e o que não importa em um determinado processo histórico.

Desde sua campanha eleitoral, em 2018, e após sua eleição, o governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) destaca como eixo central de sua política a ênfase na lógica neoliberal. Nesse sentido, em meio ao caos social que se delineia, não foram e não são poucas as menções do presidente e alguns de seus aliados políticos, eleitores e correligionários contra o isolamento social necessário por conta do vírus Covid-19, visando, essencialmente, os desdobramentos do isolamento no tocante à esfera econômica. Assim, o presidente se retratou diversas vezes de forma a minimizar a pandemia em seus discursos, mesmo diante do aumento dos casos e mortes ocasionadas

pelo vírus no país e das considerações de órgãos de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a seriedade do problema.

Nacional e internacionalmente, o chefe do poder executivo tem perdido apoio e sido criticado com veemência por conta de seus posicionamentos, a exemplo, pelo atual presidente estadunidense Donald Trump (Partido Republicano), com quem sempre estabeleceu diálogos e cujo modelo estatal político e econômico sempre teve como referência. Parcelas da sociedade, embora impedidos de protestarem nas ruas e em espaços públicos presencialmente, não deixaram de mostrar indignação e adotaram outras maneiras de manifestações, como, por exemplo, os chamados "panelaços"[5] que, inclusive, tiveram como motivação a possibilidade de um impeachment do presidente Jair Bolsonaro durante o isolamento, além também das manifestações virtuais nas redes sociais.

Recentemente, entre as declarações do presidente que mais causaram polêmica foram as expressões "E daí? Sou Messias mas não faço milagre". Em outra fala, o presidente se retratou para a imprensa, sobre o crescimento das mortes ocasionadas pelo Covid-19 no norte do país, mencionando: "Sou coveiro por acaso?". Em outro discurso de grande repercussão o presidente declarou que a população estava fazendo exagero propagando uma grande histeria sobre uma doença que para ele é considerada apenas "uma gripezinha, um resfriadinho"[6]. Nesse sentido, o posicionamento do chefe do poder executivo retrata aquilo que Butler discute, baseando-se no conceito de biopolítica do filósofo Michel Foucault, sobre a gestão da vida e da morte em contextos neoliberais. Nesse sentido, Butler (2019, p. 17) aponta que:

> Neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um

[5] Panelaços são protestos em que, algumas parcelas da sociedade, em um determinado horário do dia, começam juntos a bater panelas nas janelas e sacadas como meio de manifestação por alguma causa ou pauta. Nesse contexto de pandemia, tais manifestações assumiram papel fundamental, sobretudo porque a presença física nas ruas estava impossibilitada por conta do isolamento social.

[6] A Gazeta ES, um dos maiores portais de notícias do Espírito Santo, elaborou um Infográfico que mostra como Bolsonaro foi montando seu discurso a cada etapa de contágio do novo coronavírus com posturas que relativizam e minimizam o impacto da Covid-19 no Brasil. Sobre as declarações do presidente que foram acima citadas e outras, ver: https://www.agazeta.com.br/es/politica/da-gripezinha-ao-e-dai-as-falas-de-bolsonaro-em-cada-fase-da-pandemia-0520. Acesso em 27 jul, 2020.

> momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis.

Segundo a filósofa, embora a responsabilidade seja uma palavra que circule entre os que defendem o neoliberalismo e suas concepções de individualismo econômico, são estes mesmos que projetam a destruição dos serviços sociais impondo a muitos sujeitos que estes sejam auto-suficientes em condições nas quais a auto-suficiência não é possível. O Estado e as políticas públicas, nesse sentido, se ausentam da responsabilidade em proporcionar estrutura de sobrevivência para alguns. No entanto, quando um sujeito não se enquadra ou não consegue corresponder a essa lógica individualista de auto-suficiência "(quando não consegue pagar por assistência à saúde ou lançar mão de cuidados médicos privados, por exemplo), essa pessoa se torna potencialmente dispensável" (BUTLER, 2019, p. 20). Com isso, determinadas parcelas da sociedade passam a estar sujeitas a condições precárias cada vez maiores.

Diante do atual cenário no Brasil, esse quadro de precarização têm se acentuado. Visualizamos a ocorrência de demissões em massa e o crescimento do desemprego, a ausência gritante de infraestrutura nos hospitais e os problemas da saúde pública e sanitária no Brasil, os salários que tiveram cortes significativos, as bolsas de estudo que foram canceladas, os preços no mercado que subiram consideravelmente.[7] Nessas situações de crise, "quanto mais as estruturas sociais deixam de existir por razões "econômicas", mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação de ansiedade acentuada ao fracasso" (BUTLER, 2019, p. 21). Butler (2019, p. 27-28) aponta, então, que:

> [...] em algumas de nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas a nossa precariedade

[7] Problematizando alguns destes aspectos, Sá Carvalho e Werneck (2020, p. 3) apontam que "A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde."

> como indivíduos – embora isso também possa ser revelado -, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas.

Além da crise social, no atual contexto brasileiro, a crise política que se desenha tem evidenciado estruturas de longa duração, conforme a noção cunhada por Fernand Braudel (1992). São cada vez mais notáveis os níveis de impessoalidades na política demonstrando que, mesmo depois de quase um século, a tese sobre a cordialidade das relações sociais no âmbito político brasileiro da qual tratou Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), ainda é muito atual. Semelhantemente, Schwarcz (2019) destaca que ao longo dos últimos anos, a chamada "bancada dos parentes" tem crescido consideravelmente no Brasil. Nesse sentido, o conservadorismo e a inconstitucionalidade se constituem como aspectos estruturais na política brasileira, conforme aponta a antropóloga.

Com base nisso, mesmo a análise de um presentismo muito específico, não pode ser realizada por si só. Ela deve demonstrar, de alguma maneira, as articulações entre o passado e o presente. Esse diálogo acaba por revelar estruturas temporais por meio das quais alguns aspectos mudam muito lentamente ou se adaptam e se ressignificam conforme a transformação das épocas, assumindo novas roupagens. Por isso, Bloch (2001, p. 63) a partir de seu método regressivo por meio do qual o historiador realiza um exercício de historicidade, aponta que é necessário esclarecer o presente pelo passado e o passado pelo presente uma vez que "a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete, no presente, a própria ação".

Somando-se a crise social e política as quais brevemente esbocei acima, a crise educacional e no campo científico é, certamente, a que mais afeta a categoria dos historiadores no Brasil. No dia 18 de fevereiro, o Senado Federal aprovou o projeto que regulamenta a profissão do historiador. A matéria seguiu para a sanção presidencial, mas acabou sendo vetada pelo presidente. A regulamentação é uma luta de longa data para os historiadores e o atual governo tem, frequentemente, realizado medidas, via Ministério da Educação (MEC), que afetam os âmbitos da ciência, da pesquisa e do ensino no país. Projeto este que atinge diretamente as ciências humanas e, particularmente, a história.

Para além das recentes ênfases em um ensino da história que vise à explicação das "origens" por meio da teoria do criacionismo, recentemente a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos principais órgãos de fomento de pesquisas do país, havia cancelado, por meio da portaria-34/2020, [8] a implementação de novos bolsistas de pós-graduação usando, dentre as justificativas, que os financiamentos seriam redistribuídos tendo entre os novos critérios as notas dos cursos junto ao MEC, mas também o investimento em áreas específicas como aquelas que envolvem a saúde e as ciências exatas.

O que se verifica, a partir desses pontos, é que no Brasil, a área da história tem sido alvo de um projeto de deslegitimação. As medidas políticas e educacionais do atual governo não cessam em apontar a inutilidade da pesquisa e do ensino da história, além de desconsiderá-la como profissão. Ou então se quer que a história dialogue com um projeto de nação bem específico, cujas noções de ensino se distanciam das teorias científicas, corroborando com narrativas religiosas que reproduzem autoritarismos e desigualdades de gênero, por exemplo. Sobre isso, conforme aponta Schwarcz (2019), em momentos de crises e mudanças políticas e institucionais, o campo da história se torna um campo de guerra e de disputa. Nesse sentido, a autora destaca que em meio a esses processos históricos, travam-se batalhas pelo monopólio da "verdade histórica", qualificam-se determinados modelos históricos como autênticos ou não e endossam-se interpretações históricas em detrimento de outras com o objetivo de melhor justificar projetos de poder (SCHWARCZ, 2019).

Em meio a essa crise, ao passo em que o isolamento social impossibilitou a presença e a proximidade física, historiadores e historiadoras foram, um tanto quanto impulsionados pela força da necessidade, a recorrer a novos recursos para a realização de seu trabalho. Assim, o virtual assumiu, neste contexto, um papel inédito não somente na área da história, mas na história da humanidade. Por que inédito? Se desde os anos 1990 já eram utilizadas ferramentas virtuais (CASTELLS, 2005), somente nesse momento da

[8] Sobre a Portaria 34/2020 ver: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443. Acesso em 27. Jul 2020.

história o virtual se tornou a única possibilidade para a continuidade de muitas atividades e relações. Nesse sentido, é possível afirmar que em meio a este processo histórico, o mundo se virtualizou como nunca antes. Diante disso, o argumento que sustento é que, a pandemia ocasionada pelo Covid-19 instaurou, como indicam as conceptualizações de Hartog (2015), uma crise do tempo que constituiu uma nova ordem temporal, e essa nova ordem assume, em grande medida, um caráter virtual. Semelhantemente, conforme as noções de Reinhart Koselleck (2006), um novo espaço de experiência tem se desenhado, espaço este em que os corpos se distanciam fisicamente, mas se aproximam virtualmente. Essa situação - que embora temporária - pode não resumir, mas caracteriza, em grande medida, o tempo imediato.

Aulas estão sendo realizadas *online* e via ensino remoto nas escolas e universidades, discussões de núcleos de pesquisa e laboratórios de história estão sendo feitas via *Skype*, *Zoom* e *Google Meet* (e tantos outros),[9] defesas de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso na área de história estão sendo realizadas virtualmente e até mesmo eventos sobre história estão sendo programados para serem realizados eletronicamente. Além disso, as *lives*[10] realizadas no Instagram e canais do YouTube e Facebook[11] tem assumido um papel definitivo durante a quarentena, pois tem se constituído como ferramenta eficaz na divulgação do conhecimento histórico e na problematização do atual momento pelos historiadores.[12]

[9] *Zoom, Google Meet e Skype,* entre outros, são recursos digitais em que é possível realizar encontros virtuais de várias pessoas ao mesmo tempo, nos quais as pessoas podem se ver e conversar em tempo real.

[10] Live é uma transmissão ao vivo, ou seja, feita em tempo real, a partir de recursos digitais.

[11] "Facebook, uma rede social para conectar amigos, empresas, compartilhar ideias e criar eventos e grupos de conversa; YouTube, uma plataforma para publicar vídeos, que sigam regras de direitos autorais; Instagram, uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários para fins pessoais e profissionais" (LEME; PEDRO, 2019, p.73).

[12] Citar, referenciar e nomear todos este meios, trabalhos e reuniões seria impossível e fugiria ao escopo deste trabalho. No entanto, ainda assim gostaria de citar um perfil do Instagram, página do Facebook e canal do YouTube chamado "História em Quarentena" que criado, administrado e editado pelo historiador Paulo Cesar Gomes, pós-doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), se constitui como uma iniciativa coletiva de pesquisadores para difundir conhecimento histórico via internet durante a pandemia do Covid-19. Milhares de seguidores estão acompanhando uma série de *lives* e rodas de conversa que estão sendo realizadas nesses meios, trazendo como convidados historiadores que tem abordado as mais diversas temáticas. No dia 19/05/2020, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho, fundador e editor do Café História, o mais longevo e conhecido portal de divulgação histórica na internet,

É importante mencionar, também, que neste contexto autoritário em que os limites da democracia tem se acentuado cada vez mais, as mídias digitais têm sido apropriadas pelos historiadores como espaço de poder no qual são travadas lutas e manifestações públicas de resistência. Sobre isso, pode-se citar um dos principais movimentos virtuais realizado durante o isolamento social que foi encabeçado pela Associação Nacional de História (ANPUH), a partir do qual historiadores e historiadoras brasileiros postaram fotos, nas plataformas do Instagram e Facebook, com cartazes nos quais estavam escritos a frase e a *hashtag* "#derrubaovetoPL368. O veto não vai parar a nossa história", repudiando o veto do presidente Jair Bolsonaro da profissionalização da história.[13] Outro movimento virtual de resistência adotado pela comunidade dos historiadores foi a postagem em massa de imagens no Facebook e Instagram com a frase "historiador/historiadora anti-fascista", manifestando repúdio às medidas autoritárias do atual governo durante a pandemia.

Notas sobre história digital e história pública: Entre potencialidades e impasses

O advento da internet na segunda metade do século XX e seu crescimento nas primeiras décadas do novo século configuram novas possibilidades para a realização do trabalho dos historiadores do tempo presente (ALMEIDA, 2011). Se é verdade a afirmação de Bloch de que as problemáticas e os objetos de estudo do historiador ganham justificativa pelas demandas do seu presente, o mesmo pode ser considerado no que diz respeito às fontes, aos métodos e aos meios de circulação do discurso histórico. Ou seja, os historiadores são sujeitos de seu tempo e dessa maneira, para a realização de seu

falou sobre historiografia digital e pública. Sobre isso ver: https://www.youtube.com/watch?v=m5fFEdH5Lrg&t=26s. Acesso em 02 Jun. 2020. Semelhantemente, a produção e divulgação da história na internet em tempos de crise foi temática da *live* realizada em 21/05 com a presença dos historiadores Ricardo Santhiago (UNIFESP), Paulo Cesar Gomes (UFF) e Luiz Paulo Ferraz (Brown University). Sobre isso ver: https://www.youtube.com/watch?v=jd351dv2Z7w. Acesso em 02. Jun 2020. O Laboratório de História Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (LAPIS-UFSC), do qual sou integrante, também desenvolveu um projeto de *lives* em suas redes sociais durante a quarentena, abordando as relações, interfaces e possibilidades da história Pública. Sobre isso ver: https://www.instagram.com/lapis_ufsc/ e https://www.youtube.com/user/LapisUfsc. Acesso em 28 Jul. 2020.

[13]Sobre isso ver: https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5794-o-veto-a-historia-nota-da-anpuh-brasil-contra-o-veto-presidencial-a-profissionalizacao. Acesso em 04 mai.2020

trabalho, acabam por explorar os instrumentos e a potencialidade das técnicas que o contexto em que estão inseridos lhes apresenta. Assim, de acordo com Michel de Certeau (1988, p. 28) "cada sociedade se pensa 'historicamente' com os instrumentos que lhe são próprios".

Dessa forma, apesar das transformações sociais que ocorreram, sobretudo no tocante à mídia e a imprensa no século XX (BRIGS; BURKE, 2006), terem evidenciado novas fontes e novas formas de divulgação do conhecimento histórico, a noção e a prática de uma história de cunho digital só pode ser pensada como desdobramento da história do tempo presente uma vez que a última é definida, em grande medida, devido à natureza de seus arquivos, suas formas de acessibilidade e a natureza dos métodos (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999). Nesse sentido, a história digital deve ser compreendida como um fenômeno de geração (RIOUX, 1999).

Proponho, então, a noção de geração virtual ou geração digital[14] para compreender a sociedade e os sujeitos que tem como espaço de experiência as últimas três décadas, uma vez que, conforme Castells (2003), embora o advento da internet tenha ocorrido ainda em meados do século XX, foi a partir dos anos 1990 que ela passou a se inserir como elemento presente no cotidiano de muitos sujeitos. Semelhantemente, conforme Lévy (2010, p. 32) o ciberespaço[15] se constituiu como um novo meio de comunicação e sociabilidades na virada do século:

> No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sociocultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e dos campi americanos tornou rapidamente uma dimensão mundial. Sem que nenhuma instância dirigisse esse processo, as diferentes redes de computadores que se formaram desde o final dos anos 70 se juntaram umas às outras enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Como no caso da invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea e imprevisível impôs um novo curso ao desenvolvimento tecnoeconômico. As tecnologias digitais surgiram, então,

[14] Acredito que as duas noções se equivalem.

[15] Como ciberespaço ou rede, o filósofo Pierre Levy define "um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LEVY, 2010, p. 17).

> como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transição, mas também novo mercado de informação e do conhecimento.

No entanto, apontar que a internet é um fenômeno de geração implica em duas questões, a meu ver. A primeira delas é apontar e reconhecer, para não cair em um simplismo e em uma universalidade, que nem todas as pessoas que nasceram e vivenciaram pelo menos uma parte de sua vida nessa "nova era" digital podem, de fato, ser consideradas digitais. Muitas, seja por opção própria, seja por falta de condições, permanecem à margem no tocante ao acesso à internet. A outra questão que se coloca é que a interpretação de geração digital não pode limitar-se ao elemento da faixa etária daqueles que nasceram depois da década de noventa. Tomando como exemplo especificamente a história, mesmo os historiadores que já possuem longos anos de carreira na área e que tiveram sua formação ainda em meados do século XX, hoje são adeptos aos métodos virtuais para a realização de seu trabalho.

Dessa forma, nenhuma geração anterior a esta, que protagonizou a emergência ou se apropriou da chamada cibercultura, fez uso das chamadas redes sociais. Tampouco pode realizar *lives* virtuais pela tela de um *smarthphone* ou postar vídeos no YouTube. Assim, se esse movimento cultural tecnológico evidenciou novas maneiras de trabalhar e se relacionar, como apontou Levy (2010), também possibilitou um novo espaço para a comunicação e expansão do conhecimento. Nesse sentido, somente os historiadores que realizaram seu exercício profissional nas últimas décadas puderam e podem tomar como fonte os conteúdos virtuais ou digitais, bem como utilizar-se do ciberespaço como meio de circulação da história.

Embora a História Digital ainda seja um campo novo, alguns historiadores vêm se debruçando sobre essa modalidade nos últimos anos sendo possível apontar trabalhos de relevância que constituem hoje, parte da bibliografia especializada acerca do tema no Brasil. Nesse debate, destacam-se as discussões de Anita Lucchesi (2012, 2014a, 2014b), Bruno Leal Pastor de Carvalho (2014, 2016), Pedro Telles da Silveira (2016, 2018), Fábio Chang de Almeida (2011) e Oldimar Cardoso e Thiago Nicodemo (2019), para citar

alguns. As relações entre história e internet também foram alvo de dossiês específicos em revistas eletrônicas na última década, dentre estes, o dossiê "Conhecimento histórico e Internet", publicado em 2011 pela Revista Aedos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o dossiê "História e Internet", publicado pela Revista Tempo e Argumento da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), em 2014, e o dossiê "Netnografia e humanidades digitais: perspectivas e desafios", publicado em 2019 pela Revista Observatório da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os mesmos interesses justificaram o tema do dossiê "História global e digital: novos horizontes para a investigação histórica" publicado recentemente no v. 27, n. 45 da Revista Esboços da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mas, afinal, o que é a História Digital? Não há uma definição específica. De um lado, conforme apontam Almeida (2011) e Silveira (2016, 2018), a história digital configura uma nova tipologia documental para a pesquisa histórica, a partir da qual os historiadores tomam como fonte vídeos, fotos, textos, discursos, curtidas, e comentários presentes no espaço virtual. A incorporação de documentos digitais na historiografia representa, nesse sentido, uma ampliação ainda maior no estatuto de fonte histórica, apresentando-se como resultado e desdobramento das significativas transformações teórico-metodológicas ocorridas na disciplina ao longo do século XX, especialmente por meio da Escola dos Annales.[16]

De outro, os historiadores consideram-na como um novo paradigma historiográfico e campo de estudo, mas também como uma nova metodologia para o exercício e prática dos historiadores no ciberespaço, que ao possibilitar uma ampla circulação e divulgação do conhecimento histórico, evidencia novas maneiras de diálogos entre a ciência histórica e a sociedade no tempo presente (LUCCHESI, 2014a; CARVALHO, 2016). Assim, em outras palavras, é possível afirmar que uma das grandes potencialidades da história digital hoje é a realização dos diálogos entre ensino, pesquisa e extensão, além

[16] Sobre isso ver: BURKE, 1997.

de também possibilitar uma maior aproximação e participação do público para a construção da história.

Nesse sentido, essa prática que extrapola os muros das universidades e os círculos dos historiadores, acaba por tornar a história ao mesmo tempo em que digital, também pública[17]. No entanto, conforme aponta o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho ao tratar sobre as relações entre história pública e redes sociais "a dimensão pública da história e a atuação do historiador para além dos limites acadêmicos não é uma novidade" (CARVALHO, 2016, p.36), pois ainda durante o século XIX, depois que a história assumiu seu estatuto de ciência, os historiadores foram profissionais contratados para assuntos de cunho estatal, por exemplo.

Sobre isso, Prost (2017) também aponta o papel importante dado ao ensino da história na sociedade francesa no que se refere a uma formação cívica que enfatizasse aspectos da nação e mediasse um sentimento cívico de patriotismo. De igual modo, Dumoulin (2017) discorreu sobre as formas de atuação do historiador no espaço público na França e no mundo anglo-saxão, problematizando sua utilidade social e a presença de historiadores em tribunais, uma vez que seu conhecimento acerca de determinados processos históricos e o exercício minucioso no tocante aos vestígios acabavam por potencializá-los como testemunhas na justiça diante de reparações de direitos.[18]

Nesse sentido, a história pública, compreendida por Carvalho (2016) como um movimento de estudos e de práticas que implicam no engajamento profissional do historiador com a vida pública,[19] pode ocorrer de inúmeras maneiras e já é realizada desde longa data. Se ela não é nenhuma novidade, no entanto, ao ser praticada no

[17] Sobre as relações entre história digital e história pública ver a discussão de CARVALHO; LUCCHESI, 2016.

[18] Um dos exemplos que Dumoulin (2017) coloca, iniciando sua discussão, é a presença de renomados historiadores franceses dedicados à história do tempo presente, tais como René Rémond e Henry Housso, no júri popular de Bordeaux, em 1999, referente ao grande drama de Vichy. Segundo o historiador, esse processo assumiu a forma de um colóquio de historiadores uma vez que as partes civis designaram os historiadores como profissionais importantes para o desenrolar do processo, devido a sua *expertise*. Ou seja, sua capacidade de contextualização e de análise dos vestígios e discursos que podem levar a determinados veredictos. Não é à toa, também, que hoje muitos historiadores atuam como investigadores policiais.

[19] Sobre a emergência e a historicidade do campo da história pública ver a discussão de CARVALHO, 2016.

ciberespaço, a publicização da história assume um novo formato: o digital. Dessa forma, um dos grandes pontos destacados pela bibliografia sobre a história digital, é que ela se configura como uma nova maneira de publicidade da história no tempo presente (CARVALHO; LUCHESI, 2016) por meio da qual, o discurso histórico chega a públicos cada vez mais amplos e mais diversificados.

Isso leva a pelo menos duas questões. A primeira é que no atual estado da arte da ciência histórica, com o retorno das abordagens globais no final dos anos 1990 (SANTOS; SOCHACZEWSKI, 2017) e nestas duas décadas do novo século,[20] a internet assume um papel singular porque possibilita que hoje os territórios, as experiências e os discursos sejam compartilhados e ampliados através do *online*, evidenciando as relações entre os jogos de escala micro e macro sociais (REVEL, 2010). Sobre isso, Castells (2003) aponta que com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a partir dos anos 1990 o que ocorreu foi um verdadeiro processo de interação global. Lucchesi (2014a) reitera afirmando que as tecnologias digitais são fruto de um movimento de virtualização que provocou significativas transformações nas noções de tempo, espaço e dado. Ou seja, com o advento e a utilização das novas tecnologias digitais, não é necessário a presença física do historiador para que seu discurso ou narrativa seja levado ao público. Além de que, uma palestra, uma aula ou uma entrevista que se presencialmente seria realizada em um dado lugar e alcançaria um número *x* de pessoas, ao ser lançada ou realizada no espaço virtual, em tempo demasiadamente acelerado pode se espalhar globalmente. É necessário considerar, portanto, que virtualização e globalização são processos que ocorrem concomitantes e imbricados.

A segunda questão que gostaria de levantar é com base nas percepções e críticas do sociólogo Zygmunt Bauman acerca das relações virtuais. Segundo ele, "a internet ajuda a enfraquecer e tornar mais superficiais as relações laboriosamente construídas na vida real off-line;" (BAUMAN, 2011, p.34). Certamente a virtualidade, compreendida como

[20] No Brasil, o retorno das perspectivas globais na historiografia resultou, no ano de 2018, na mudança de área de concentração da pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um dos programas mais antigos do país, cuja área de concentração era definida pela história cultural e desde então tem como eixo central a História Global.

extensão da vida real, não substitui a presença física e impõe limites a inúmeras práticas, dentre elas, as de ensino. No entanto, se como afirmou Bauman, a pós-modernidade e sua liquidez caminhem em prol do afrouxamento e da plasticidade das relações humanas que tendem a se tornar cada vez menos sólidas - sobretudo no espaço virtual - em meio a este processo histórico em que a presença física é, em grande medida, impossibilitada, o virtual se constitui como elemento de aproximações e como um consolidador de laços, relações, contatos e atividades.

Diante da atual conjuntura de deslegitimação da profissão dos historiadores no Brasil, repito, como coloquei na introdução, que longe de apontar uma hierarquização dos saberes - que acabaria por construir um campo de relações de poder e validade entre diferentes *tipos* de narrativa histórica - essa reflexão se dá na defesa do conhecimento e do discurso histórico científico e a legitimidade da profissão dos historiadores, inclusive no ciberespaço. Isso porque somando-se à crise que a ciência histórica vem enfrentando no Brasil, a história digital sofre, como foi e ainda é com a história do tempo presente e a história oral (FERREIRA, 2002), alguns tipos de preconceitos. Alguns dirão que a presença do historiador no ciberespaço é mera exacerbação de sua figura como intelectual em um exercício de aparecer e se tornar conhecido, impondo limites aos seus objetivos no tocante aos aspectos pedagógicos. Outros dirão que a linguagem que vem sendo utilizada acaba por descaracterizar debates complexos e que requerem interpretações densas que somente historiadores de formação acadêmica possuem ferramentas intelectuais para realizar. Ou seja, apontam uma certa vulgarização.

No entanto, limitar a história ao círculo de historiadores não seria desistir do seu aspecto utilitário? Ou, em outras palavras, da sua função? Os historiadores digitais precisam, nesse sentido, refletir sobre os objetivos dessa prática e suas reverberações. A história digital tem sido apenas um meio de divulgação do discurso histórico científico que se limita ao círculo dos historiadores e cientistas sociais? A quem esses discursos tem se direcionado e alcançado, de fato? Quais os seus desdobramentos?

Ao ser publicado virtualmente, sobretudo neste momento de crise, o discurso histórico científico pode se configurar como elemento eficaz na mediação do processo de ensino aprendizagem dos sujeitos e da construção de uma consciência histórica para a sociedade como um todo sobre este e outros processos históricos. A questão da linguagem é, contudo, um aspecto que deve ser levado em conta se o objetivo do fazer histórico no ciberespaço é atingir um público que não somente o acadêmico. Em outras palavras, se os objetivos da história digital é atuar como mediação de diálogos, ensino e esclarecimento para historiadores e cientistas sociais de e em formação, mas também, e sobremaneira, para os sujeitos comuns, para os estudantes do ensino básico, a utilização de determinados conceitos históricos precisam ser tratados de maneira didática. Além de também ser necessário contextualizar e desnaturalizar determinadas noções como poder, identidade e gênero, para citar apenas alguns exemplos.

Isso, a meu ver, não coloca em questão ou descaracteriza a tão enfatizada erudição a qual se apegam alguns intelectuais da história. Erudição esta que no final das contas, serve mais para sustentar um determinado *status* que na maioria das vezes, mais separa o cientista da sociedade do que aproxima. Em tempos como este, pelo contrário, é necessário construir pontes e não muros entre a história, os historiadores e a sociedade. E como, ao apontar essas questões, não lembrar da citação com a qual Marc Bloch (2001, p. 41) inicia a introdução daquele livro demasiadamente citado neste artigo, o qual se tornou um dos grandes manuais do ofício do historiador?:

> 'Papai, então me explica para que serve a história.' Assim, um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é a minha resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, ao mesmo tempo, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de raros eleitos.

"Simplificar" as discussões sem perder o rigor científico mas, ao mesmo tempo, não engessando a linguagem acadêmica é, nesse sentido, um dos grandes desafios da história digital e pública realizada por historiadores de ofício no âmbito virtual. Entretanto, viabiliza formas mais inclusivas e efetivas no que se refere ao processo de ensino aprendizagem e à construção da consciência histórica. Afinal, quando nos referimos ao

público comum ou, ao consumo popular da história, nossa intenção não é formar "mini-historiadores", e sim sujeitos pensantes, críticos e conscientes que possuam ferramentas para interpretar o mundo e, com isso, agir no tempo e no espaço.

Dessa forma, as novas tecnologias de informação e comunicação propiciaram aos historiadores um novo espaço de atuação e uma nova ferramenta bastante profícua para o ensino da história. Nesse sentido, segundo a historiadora Bruna Carolina Marino Rodrigues (2017, p. 272):

> Professores e pesquisadores de história estão criando novas formas de comunicação e compartilhamento das informações. Com o avanço da internet, as redes virtuais de comunicação entre professores, pesquisadores e o público configuram-se como espaços legítimos de trocas de saberes e de produção do conhecimento histórico.

A possibilidade de um ensino a partir de métodos virtuais foi uma questão que gerou grande debate entre os órgãos e instituições educacionais durante o isolamento social necessário por conta do Covid-19 e do cancelamento das aulas presenciais. A meu ver, tal debate evidenciou, neste contexto, o sério problema da desigualdade social revelando, com isso, um dos grandes limites do ensino digital da história. Como aplicar um ensino virtual se nem todos os estudantes - sejam universitários ou do ensino básico - possuem computadores, celulares ou acesso à internet? Diante dessa técnica de ensino, aqueles que não possuem ferramentas necessárias para sua utilização são expostos a que tipos de situações? Como, diante do aumento do desemprego e da diminuição dos salários que atingem muitas parcelas da sociedade neste momento, pensar na aplicação e uso desse tipo de metodologia para o ensino se muitos, pela necessidade de escolher por prioridades como alimentação e aluguel, por exemplo, acabam ficando sem o acesso à internet? Infelizmente, é necessário apontar que, embora a história digital se configure como uma grande potencialidade para o ensino da história hoje, este não é um método aplicável e possível a todos.

Dessa forma, embora as relações entre ensino, educação e tecnologias digitais tenham possibilitado, nos últimos anos, um importante e necessário processo de democratização do conhecimento, conforme discorreu o historiador Roger Darton (2010),

diante das desigualdades sociais tão gritantes, sobretudo neste contexto neoliberal de crise em que muitos são expostos a condições cada vez maiores de precariedade e vulnerabilidade (BUTLER, 2019), a história digital configura-se, ao mesmo tempo, como metodologia limitada e, por que não dizer, elitista? Neste ponto, não me refiro somente a prática da história digital realizada pelos historiadores universitários, mas também daqueles que atuam como professores no ensino básico, especialmente na rede pública.

Algumas considerações finais

As páginas acima constituíram um convite à comunidade dos historiadores e a quem pudesse interessar, a refletir sobre o trabalho dos profissionais da história em tempos permeados por crises como essa que atravessamos. É certo de que as limitações se impõem, afinal de contas, o processo histórico é conturbado e tentar compreendê-lo, é adentrar em um náufrago à deriva. No entanto, só se torna historiador aquele que decide viver e fazer a história, pois o historiador não deve ser "um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho, fiel a seu dever de exploração e de aventura" (LE GOFF, 2001, p. 21). Dessa forma, fazer história é, em outras palavras, vivê-la e sobre a sua interpretação e escrita, se aventurar. Isso implica dizer que a história não é somente uma disciplina acadêmica que na interpretação de muitos, possui um aspecto inútil à vida prática. Pelo contrário, o historiador e aquilo que ele produz podem e devem dialogar com o seu próprio mundo, sua própria geração e com os métodos que lhe são apresentados. Nesse sentido, interpretar o tempo presente e imediato pela ótica crítica que a história nos instrui e capacita, misturando-se à realidade e agindo sob ela seja participando da história, seja repensando os seus métodos, é exercer um ofício que tem como princípio as relações entre a teoria e a prática.

Assim, discorrer sobre a história digital é também analisar os desdobramentos e efeitos desta nova "era digital" (SILVEIRA, 2018) na vida cotidiana, nas relações, na ciência histórica, no ensino, nas lutas travadas e nas resistências, que quando impossibilitadas de serem praticadas fisicamente, assumem novas roupagens a partir de novos instrumentos. O ciberespaço, as redes sociais e as plataformas tecnológicas fazem parte do conjunto

dessas novas ferramentas, que embora possuam seus problemas e limitações, ainda assim abrem um leque de novas possibilidades para a ciência histórica. Nesse sentido, enquanto fenômeno do tempo presente, a história digital representa as relações diretas entre climas ideológicos, modas historiográficas e novas orientações científicas (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999).

Sobre isso, apropriando-se das considerações do historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, Lucchesi (2014a), ao tratar sobre a história digital, aponta que cada geração de historiadores constrói seu próprio legado a partir das críticas ao seu próprio ofício e na redefinição de suas práticas, as quais dialogam e se articulam com as tensões e os conflitos desenhados no presente desses historiadores. Essas novas maneiras de fazer história acompanham, sabemos, o desenvolvimento e as demandas da sociedade. Por isso, de tempos em tempos, os historiadores se veem elaborando e refletindo sobre novos paradigmas históricos e historiográficos. Por fim, diante do que foi apontado, a hipótese que levanto é que talvez este momento tenha inaugurado um novo capítulo na história da jovem história digital.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, v. 3, n. 8, p. 9-30, jan./jun.2011.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos*, v.3, n. 1, p.185-213, jan/abr. 2019.

BAUMAM, Zygmunt. *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FVG, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRIGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”. In: NOVAIS e SILVA(Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac &Naify, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989*): a Revolução Francesa da historiografia.São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria de performatividade de assembléia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDOSO, Oldimar Pontes; NICODEMO, Thiago. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 12, n. 29, 28, p. 17-52, abr./jan. 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate. *Transversos: Revista de História,* v. 07, n. 07, p – 35-53, set./ 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (Orgs.). *Historia: novos problemas.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUMOULIN, Oliver. *O papel social do historiador*. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FERREIRA, Marieta Moraes de. História, tempo presente e história oral. *Topoi.*vol.3, n.5. p. 314-332. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. *Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro* Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEME, Luana Borges; PEDRO, Joana Maria. "A primavera das mulheres" nos impasses da atual democracia. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs). *Feminismos e democracia* - 2. ed. (Ebook). - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da web. *Cadernos do Tempo Presente*, n.6, dez./ 2012.

_____. Por um debate sobre historiografia digital. *Boletim Historiar*, v.2 n. 02, p. 45-57, mar. /abr. 2014a.

_____. *Digital History e Storiografia Digitale:* estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014b.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010.

REVISTA AEDOS, RA - UFRGS. V. 28, N. 1 (2019) - Dossiê "Conhecimento histórico e Internet". *Revista Aedos*, [S.l.], v. 3, n. 8, Jan/Jun. 2011. ISSN 1984-5634. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/issue/view/1242 >. Acesso em: 28 Jul. 2020.

REVISTA ESBOÇOS, RE – UFSC. V. 27, N.45 (2020) – Dossiê "História Digital e Global: Novos Horizontes para a investigação histórica". Revista Esboços, [S.1], v.27, n.45 (2020). ISSN 2175-7976. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/3086>. Acesso em: 28 Jul. 2020.

REVISTA OBSERVATÓRIO, RO – UFT. V.5, n.6, Out/Dez. 2019. ISSN 2447-4266. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/issue/view/346>. Acesso em: 28 Jul. 2020.

REVISTA TEMPO E ARGUMENTO, RTA – UDESC. V. 6, N. 12 (2014) – Dossiê "História e Internet". *Revista Tempo e Argumento*, [S.1], v.6, n.12, Mai/Ago. 2014. ISNN 2175-1803. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/294>. Acesso em: 28 Jul. 2020.

RIOUX. Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

RODRIGUES, Bruna Carolina Marino. Ensino de história e tecnologia: Novos desafios para a educação no século XXI. In: BUENO, André; CREMA,Everton; ESTACHESKI, Dulceli. NETO, José Maria (Orgs). *Jardins de hist*órias: discussões e experiências em aprendizagem histórica. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição especial Ebook LAPHIS/Sobre Ontens, 2017.

SÁ CARVALHO, Marília; WERNECK, Guilherme Loureiro. A pandemia de Covid 19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária*. Cadernos de Saúde Pública*. v. 33, n.5, p. 1-4, 2020.

SANTOS, Julio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global. Um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, p. 483- 502, set./dez. 2017.

SCHWARCZ, Lilia. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Revista Antíteses*. v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016.

_____. *História, técnica e novas mídias:* Reflexões sobre a história na era digital. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

Produzindo e Difundindo Conhecimento Histórico no *Youtube*: O Canal "Nerdologia" e os Conceitos de "Golpe" e "Revolução"

Producing and Disseminating Historical Knowledge on *Youtube*: The "Nerdologia" Channel and the Concepts of "Coup" and "Revolution"

Danilo Linard[1]

Resumo: Considerando alguns aspectos característicos do que tem sido definido como "História Pública" e colocando em discussão o papel social do historiador enquanto um intelectual engajado, procuramos compreender como os conceitos de "Golpe" e "Revolução" foram discutidos num vídeo de divulgação de conhecimento histórico publicado pelo canal "Nerdologia" na plataforma de vídeos "*Youtube*". Nosso propósito é analisar quais foram as estratégias utilizadas para abordar esse tema e como elas podem contribuir, ou não, para a compreensão desses conceitos.

Palavras-chave: Nerdologia; *Youtube*; História Pública;

Abstract: Considering some characteristic aspects of what has been defined as "Public History" and discussing the social role of the historian as an engaged intellectual, we seek to understand how the concepts of "Coup" and "Revolution" were discussed in a video for the dissemination of historical knowledge published by the "Nerdologia" channel on the "Youtube" video platform. Our purpose is to analyze what were the strategies used to approach this theme and how they can contribute, or not, for the understanding of these concepts.

Keywords: Nerdologia; Youtube; Public History;

Introdução

Em nosso tempo presente há uma ênfase na dimensão pública de praticamente quase todos os temas e assuntos, inclusive, sobre os mais privados e íntimos. A publicidade dos mais diversos tipos de experiências adquire outra camada através das "vivências" no mundo "virtual" proporcionado pela *Internet* e pelas redes sociais. Nossa existência e historicidade são, portanto, cada vez mais públicas e virtuais. Noiret (2015) constatou que essa publicidade e essa virtualidade têm redimensionado nosso papel social como historiadores e, por extensão, nossa relação com o passado, o presente, o futuro e, inclusive, com nossa própria prática, seja na pesquisa, seja no ensino.

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e especialista e graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: linard.danilo@gmail.com.

Nesse contexto, emergiu, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, Europa e Austrália, um conjunto de práticas historiográficas que se convencionou definir como "história pública", cuja difusão é contínua. Em meio a essas práticas, constatamos, progressivamente, que a escrita da história, aqueles que a escrevem e a consomem, os meios nos quais essa escrita circula e, até mesmo, muitas das fontes de pesquisa que investigamos, também foram afetadas pelas camadas de publicidade e virtualidade indicadas acima.

Levando esses elementos em consideração, o presente trabalho teve como um de seus objetivos analisar uma dessas práticas (pública e virtual) de produção do conhecimento histórico. O foco de nossa discussão é problematizar um vídeo de divulgação histórica/historiográfica produzido pelo canal "Nerdologia" e publicado na plataforma de vídeos "*Youtube*". No vídeo em questão, nos propomos investigar como ocorreu a discussão de dois conceitos que tanto são recorrentes em pesquisas históricas, como têm sido tema de acalorados debates, a saber, os conceitos de "Golpe" e "Revolução".

O roteiro do vídeo analisado aqui foi elaborado por Filipe Figueiredo, formado em história pela Universidade de São Paulo – USP, colunista, *host* do *podcast* "Xadrez Verbal" e apresentador do projeto "Nerdologia – História". Para efeito de discussão, procuramos compreender quais foram as estratégias utilizadas para desenvolver a discussão conceitual acerca dos conceitos de "golpe" e "revolução", para a síntese desse debate e adaptação à linguagem de um público que se presume "leigo" no campo dos estudos históricos.

Na primeira seção deste trabalho, intitulada "Aspectos da História Pública, do Engajamento Intelectual e do Papel Social do Historiador: Deslocamentos, Redimensionamentos, Tensões e Intenções", buscamos, a partir do diálogo direto ou indireto, com alguns autores, entre os quais destacamos Almeida e Rovai (2011); Mauad, Almeida e Santhiago (2016); Almeida e Meneses (2018); Carvalho e Teixeira (2019), identificar quais as características mais gerais verificáveis no fenômeno da "história pública" e como tais aspectos implicaram tanto em redefinições do papel do historiador

em face da sociedade que o cerca, quanto num redimensionamento do próprio mercado de trabalho. Nesse momento da discussão, as reflexões de Olivier Dumolin (2017) também se mostraram bastante pertinentes.

Na segunda seção do artigo, "Análise do Vídeo "Existe Diferença entre Golpe e Revolução?", do Canal "Nerdologia", voltamos nossa atenção para o modo como esse tema foi abordado, visando identificar como essa discussão conceitual terminou sendo "traduzida" para a cultura *nerd*/*geek* que é o público-alvo do canal "Nerdologia" e quais as distâncias e proximidades entre essa prática e os elementos que definem a história enquanto ciência e disciplina acadêmica. Para nossa abordagem, além de considerações que ecoam os autores indicados acima, foi fundamental o diálogo tanto com Barros (2016), para mensurar o modo como a discussão conceitual proposta pelo vídeo é conduzida, quanto com Antoon de Baets (2013), no intuito de verificar se há, ou não, uma interpretação histórica negligente ou abusiva. Ao término da análise que aqui apresentamos, tecemos algumas considerações acerca dos resultados que obtivemos, esperando contribuir de algum modo para a discussão.

1. Aspectos da História Pública, do Engajamento Intelectual e do Papel Social do Historiador: Deslocamentos, Redimensionamentos, Tensões e Intenções

Em nosso tempo presente, os fazeres historiográficos, conforme José D'Assunção Barros (2004) observou de maneira sistemática e sintética, podem ser compreendidos como idealmente "divididos" em campos de estudos históricos. Em cada campo há uma ênfase em determinadas "dimensões" (relativas aos aspectos "sociais", "políticos", "econômicos", entre outros, que marcam nossa historicidade), "abordagens" (relativas à lida e à tipologia das fontes, assim como ao escopo de análise, se macro/micro/nacional/regional/local, etc.) e/ou "domínios" (relativos aos ambientes, objetos e aos agentes históricos). Não custa lembrar que essa divisão é "ideal", quando não didática, posto que esses campos, ainda que guardem particularidades (tais como aquelas que distinguem a História Cultural da História Econômica, p.ex.), não deixam de manter contatos entre si, nem de estabelecer diálogos.

No Brasil, a "história pública" já conta com uma bibliografia crítica (cf., p.ex. ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016; DUMOLIN, 2017; ALMEIDA; MENESES, 2018; CARVALHO; TEIXEIRA, 2019) e vários pesquisadores, aqui e em outros países, exercitam esse "fazer historiográfico". A chamada "história pública" não se afasta desse domínio de discussões delineado por Barros (2004). Parte da percepção de uma dimensão presente em nossa historicidade, qual seja, a dimensão "pública" acerca de conteúdos e temas históricos/historiográficos, sendo que cinco aspectos inerentes à essa dimensão (produção, produtores, consumidores, discussão e circulação) tornam-se objetos de estudo que exigem abordagens metodológicas apropriadas à cada um deles. Desse modo, a "história pública" pode ser enquadrada ora como mais um campo de estudo histórico específico, ora como uma metodologia, ora como um objeto de estudo.

Em linhas gerais, entre as inúmeras discussões e pressuposições que marcam os fazeres historiográficos da "história pública" em nosso tempo presente, encontram-se as seguintes percepções: a) a pesquisa e a escrita da história não são mais exercidas (se é que um dia realmente foram – ou devam ser) apenas por historiadores de formação, mas também (e cada vez mais) por indivíduos que são de outras áreas (filósofos, jornalistas, economistas, teóricos e estudiosos da literatura e linguagem, entre outros) e mesmo por pessoas sem formação acadêmica; b) o conhecimento histórico não está mais restrito aos espaços acadêmicos nem é produzido somente neles; c) o conhecimento histórico, produzido por historiadores ou não e fora dos espaços acadêmicos, não é consumido apenas pelos pares historiadores ou acadêmicos de áreas afins, mas também pelo público "leigo".

Assim sendo, o tipo e os espaços de produção, as formas de veiculação do que é produzido e os sujeitos que participam dessa prática configuram áreas de interesse imediato da "história pública". Perceber essas práticas, por si só, já estimula diversas reflexões, provocações: A produção do conhecimento histórico fora da academia possui qualidade heurística e epistemológica? Aqueles que desejam exercitar-se na pesquisa e na escrita histórica sendo de outras áreas ou mesmo sem possuir formação acadêmica podem produzir (ou ensinar) conhecimento histórico rigoroso academicamente? O

público consumidor do conhecimento histórico assim produzido pode identificar o rigor técnico, teórico, conceitual e metodológico ou a sua ausência/debilidade?

A "história pública" (assim como todas as demais ciências, humanas ou não) demanda um público e um público específico pode demandar uma narrativa histórica (ou de outro tipo de conhecimento) mais "afinada" com suas expectativas e experiências. Quais seriam, portanto, as relações e as implicações daí derivadas? Para Jörn Rüsen (2014, p.140-141), por exemplo, ainda que o conhecimento histórico possa orientar distintas carências no tempo, estas não podem ser satisfeitas por uma narrativa histórica fundamentalmente unilateral, que prescinde de critérios objetivos, técnicos, teóricos, conceituais e/ou metodológicos.

Em nosso tempo presente, indelevelmente marcado pelo uso contínuo da *Internet* e pela "vivência" nas diversas redes sociais, vemos que há inúmeros (e acalorados) debates acerca de temáticas históricas (e também de temas oriundos de outras ciências), entre os quais podemos citar: se o nazismo foi um movimento de esquerda[2]; se houve uma ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985[3] ou se Zumbi dos Palmares possuía escravos no Quilombo[4]. Tais debates mobilizam energias distintas e os mais variados sujeitos e intenções, inclusive aquelas marcadas por pura má fé e desonestidade intelectual. Como nós, enquanto historiadores, podemos (ou devemos) encarar essas circunstâncias? Como nos envolvermos nesses debates?

[2] Como indício desses debates, foram veiculadas as seguintes reportagens: "O Nazismo era um movimento de Esquerda ou Direita?" Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236 Acesso em: 25 mai. 2020. "Nazismo é de Direta, define o Museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368 Acesso em: 25 mai. 2020.

[3] Como desdobramento dessas discussões, foram veiculadas as seguintes reportagens: "Por que o que aconteceu em 1964 foi um golpe?" Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/por-que-em-1964-foi-golpe.htm Acesso em: 25 mai. 2020. "Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi "necessário"". Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml Acesso em: 25 mai. 2020. "Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978 Acesso em: 25 de mai. de 2020.

[4] Entre os dias 12 e 14 de maio de 2020 desenrolou-se um debate na rede social *Twitter* entre o jornalista Leandro Narloch e o colunista, *podcaster*, ativista e escritor Ale Santos. Este postou e criticou um vídeo no qual Narloch afirma que haveria pessoas ainda mantidas como escravas por Zumbi em Palmares. Disponível em: https://twitter.com/Savagefiction/status/1260151566113427456 Acesso em: 14 mai. 2020.

Mais do que tentar esmiuçar o desenvolvimento e os meandros das práticas da "história pública", consideramos mais fértil (ainda que não nos afastemos por completo dessa discussão) focar nossa atenção nas reflexões elaboradas por Olivier Dumolin. Propondo discutir o papel social do historiador, Dumolin (2017) traça um rico panorama que avalia, desde fins do século XIX e em momentos pontuais do século XX, como o historiador (re)agiu em face dos dilemas de seu tempo, ora sendo contratado como emissor de pareceres por empresas privadas, ora como testemunha em processos judiciais, ora como espécie de ativista ou intelectual engajado na discussão pública de debates sociais, desde aqueles relativos "Caso Dreyfus" e passando pelas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945), entre outros.

Antes de adentrarmos nessa seara, podemos afirmar que parece ter havido uma espécie de deslocamento quase que "pendular" em relação ao papel do "intelectual engajado", o qual ora incluía o acadêmico, ora dele prescindia. Segundo Benoît Denis (2002), o chamado intelectual engajado surge na passagem do século XIX para o século XX, inclusive sob a sombra do "Caso Dreyfus". Alfred Dreyfus (1859-1935) foi um militar judeu condenado em Paris por traição. Contudo, o processo judicial que culminou em sua condenação estava eivado de falhas e, quando não, por forte antissemitismo. A opinião pública dividiu-se entre "dreyfusards" e "anti-dreyfusards". É nesse contexto que o escritor Émile Zola (1840-1902) publicou num jornal, em 1898, seu "J'accuse" (Eu acuso), criticando os vícios do processo.

Para Denis (2002, p.20-21), o intelectual engajado manifesta-se de duas formas. Primeiro, quando o indivíduo que é portador de prestígio numa determinada área faz uso desse "renome" para chamar atenção sobre um problema ou debate específico. Um exemplo disso seria o próprio Zola. A outra possibilidade diz respeito ao indivíduo que, portador de um saber técnico, científico ou artístico utiliza esse mesmo saber/técnica como veículo/ferramenta de seu engajamento. Frida Kahlo (1907-1954), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o próprio Paulo Freire (1921-1997) encarnariam esse segundo tipo de engajamento intelectual. Dessa maneira, tanto num caso, como no outro, o intelectual

engajado se envolve publicamente através da emissão de juízos e opiniões sobre os debates que estejam na ordem do dia.

Olivier Dumolin, por seu lado, compreende a emergência do que se denominou chamar "história pública" sem se distanciar do que apontamos alguns parágrafos atrás, principalmente ao sublinhar a constatação da dimensão de "publicidade" relativa aos debates históricos. Contudo, para além da compreensão de que a "história pública" pressupõe uma produção e circulação do conhecimento histórico fora da academia e não necessariamente por (e para) historiadores, Dumolin (2017) constata também que esse cenário não deixa de estar relacionado (embora não de maneira causal) com uma espécie de "crise de empregos".

Isto se articula com aquele deslocamento "pendular" da noção e do papel do "intelectual engajado" que ora incorpora o acadêmico, ora o desconsidera. O historiador com formação acadêmica poderia encarnar tanto o engajamento mediante o renome adquirido, quanto o engajamento que faz uso do saber possuído para a intervenção e a emissão de juízos e opiniões públicas. Esse deslocamento também nos aproxima de um certo "redimensionamento" do papel social do historiador, inclusive no mercado de trabalho, que é um dos fenômenos paralelos ao que se denomina "história pública". Conforme Dumolin,

> Sob essa denominação, se esconde uma empreitada global de deslocamento do papel social do historiador: arquivistas, gestores de arquivos, consultores ou historiadores contratados, documentaristas, editores, produtores de filmes e mídias, *historic preservationnist, cultural resource manager, interpreters museum educators*, bibliotecários e bibliógrafos, conservadores de museus, historiadores do oral, *policy advisors*, assim se desfiam as funções públicas dos historiadores [...]. (DUMOLIN, 2017, p. 85-86)

Esse conjunto de ofícios exercidos pelo historiador são indícios do fato de que os fazeres historiográficos não estão mais restritos ao ensino e à pesquisa. O que podemos observar, numa articulação com Dumolin (2017), é que, ao passo em que o campo da "história pública" se desenvolve há um redimensionamento do engajamento intelectual

(que passa a incorporar – e ser incorporado pelo – o acadêmico) e do papel social do historiador.

Na medida em que se percebe que há uma produção de conhecimento histórico elaborado por não historiadores e fora da academia, os próprios historiadores começam a ocupar espaços outrora não ocupados ou mesmo ambicionados, assim como passam a lidar com outras linguagens e mídias, inclusive audiovisuais e digitais (Cf. NOIRET, 2015). Tanto o campo dos estudos históricos se modifica, incorporando esses novos fazeres historiográficos, quanto o mercado de trabalho se redimensiona, absorvendo esses (e outros) profissionais que pretendam produzir conhecimento histórico dentro da perspectiva da "história pública". A emergência deste termo como definição para esses fazeres data, aproximadamente, de fins da década de 1970, conforme Luchesi e Carvalho (2016, p.150).

Ainda que esteja relacionada com uma reordenação do mercado de trabalho, a emergência da "história pública" não se explica apenas por esse fator. É evidente e constante o crescimento do interesse do público em geral por temáticas históricas seja em livros, revistas impressas ou *online*; filmes; séries de TV e *streaming*; *vídeo games*; histórias em quadrinhos; telenovelas; programas e canais de televisão; canais no *Youtube*; páginas e perfis nas redes sociais; *blogs* e *podcasts*; Historiadores ou não passam a atuar nesses "espaços".

Apenas como exemplo da profusão dessas produções que difundem temáticas históricas e sua ocorrência nas mais diversas mídias e linguagens, podemos citar a revista[5] "Aventuras na História"; filmes como "1917"[6] (2019), de Sam Mendes; séries de TV/*Streaming*[7] como *Vikings*/ *The Last Kingdom*; toda a série de *games*[8] "Assassins Creed";

[5] O site oficial da revista "Aventuras na História" pode ser acessado no link https://aventurasnahistoria.uol.com.br/ Acesso em: 25 mai. 2020.

[6] Sobre o filme "1917", visitar o link https://www.imdb.com/title/tt8579674/ Acesso dia 15 maio 2020.

[7] Para maiores informações sobre as séries *Vikings* e *The Last Kingdom*, acessar os links (https://www.netflix.com/br/title/70301870) e (https://www.netflix.com/br/title/80074249), respectivamente. Acesso em: 15 mai. 2020.

[8] Essa série de *games* tem como pano de fundo contextos e temas históricos que vão desde o Egito Antigo até a Revolução Industrial. Mais informações, acessar o link https://assassinscreed.ubisoft.com/game/pt-br/games Acesso em: 15 mai. 2020.

histórias em quadrinhos como "Battlefields"[9], escritas por Garth Ennis; telenovelas como "Nos Tempos do Imperador"[10], que estrearia no corrente ano, na Rede Globo; programas de TV como a série inglesa "Horrible Histories"[11], que chegou a ser transmitida aqui no Brasil; além dos canais pagos "History Channel"[12]; canais no *Youtube* como o da historiadora Lilia Moritz Schwarcz[13]; páginas e perfis nas redes sociais como o "História no *Paint*"[14]; *blogs* como "Brasil Recente"[15], do historiador Carlos Fico; *sites* como o "memórias da ditadura"[16] e *podcasts* como o "Historiador Explica, Historiadora Explica"[17], da ANPUH.

A produção desses e de outros conteúdos, nas mais distintas linguagens, não deixa de trazer certa preocupação, haja vista que a qualidade do material produzido (cujos exemplos listados acima são uma pequena fração), nem sempre acompanham a quantidade do que é elaborado sob o rótulo de "discussão de temas históricos". Como bem observou Michel de Pracontal (2004), nem tudo aquilo que é posto sob o verniz "científico" tende a ser rigoroso ou eticamente orientado. Isto não deixa de estar associado ao perfil do público consumidor que, muitas vezes, não consegue perceber a debilidade de certas produções, ou mesmo, em outros casos, não somente é ciente, como endossa determinadas distorções ou revisionismos.

As reflexões sobre o conceito de "público" não são inexistentes no campo da "história pública", como podemos observar em Liddington (2011), Schitino (2016) e em Malerba (2017). Associado à essas reflexões, Dumolin identifica dois tipos de práticas mais

[9] As tramas dessas hq's tematizam personagens em circunstâncias distintas, principalmente no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para mais informações, consultar https://graphitecomics.com/title/Dynamite-Entertainment/Garth-Ennis-Complete-Battlefields-Volumes Acesso em: 15 mai. 2020.

[10] Essa telenovela estrearia no corrente ano, no chamado "horário das 6", mas foi adiada por conta da pandemia do Novo *Coronavirus*. Outras informações, visitar o site https://gshow.globo.com/novelas/nos-tempos-do-imperador/ Acesso em: 15 mai. 2020.

[11] Essa série inglesa foi transmitida no Brasil pela TV Cultura e pela TV Escola com o nome de "Deu a Louca na História". Mais informações, conferir http://horrible-histories.co.uk/ Acesso em: 15 mai. 2020.

[12] Mais informações, consultar o link: https://www.historyplay.tv/br Acesso em: 15 mai. 2020.

[13] Para conhecer o canal da professora Lilia Schwarcz, acessar o link https://www.youtube.com/channel/UChj-CaMYRpv0-vrqKG0-aEw/videos Acesso em: 15 mai. 2020.

[14] Para acessar o site e os demais links para as redes sociais, visitar https://www.historianopaint.com/

[15] Para visitar o blog, acessar o link: http://www.brasilrecente.com/ Acesso em: 15 mai. 2020.

[16] Para conhecer, acessar o link: http://memoriasdaditadura.org.br/ Acesso em: 15 mai. 2020.

[17] Os episódios podem ser acessados no site ou em aplicativos de música/*podcasts* através do link https://open.spotify.com/show/4FpVilpc95B46GeuF3RH0y Acesso em: 15 mai. 2020.

constantes: a "applied history" e a "public history" (DUMOLIN, 2017, p.86). Considerando a complexidade da discussão, podemos sintetizá-la afirmando que a segunda prática tem como áreas de interesses a produção, os produtores, os conteúdos e os meios de difusão do que se apresenta como "temática histórica" no interior da dimensão "pública", enquanto que a primeira prática é compreendida como um tipo de conhecimento histórico "aplicado", produzido sob encomenda (via contrato, inclusive) não por um público específico (ainda que isso não seja de todo vedado)[18], mas por um "cliente" privado/particular.

Ainda examinando essa primeira postura, por exemplo, quais seriam as implicações ou pressões sentidas pelo historiador ou por aquele que pretende produzir uma interpretação/investigação histórica sobre uma instituição, sobre um indivíduo/família ou sobre uma empresa? Qual seria a "força" do "cliente" sobre a pesquisa e/ou seus resultados, posto que, sendo "cliente", possui expectativas próprias, seja econômica, política-ideológica, ou religiosa? Como equilibrar a epistemologia histórica e a expectativa dos "clientes"?

Portanto, nessa produção, circulação e discussão de conteúdos identificados como "temáticas históricas", que marcam de maneira inquestionável não somente a dimensão pública, mas principalmente esse universo virtual, digital, da *Internet* e das redes sociais, percebemos a "intenção" em divulgar conhecimento científico, inclusive conhecimento histórico que é o nosso foco de análise. Contudo, há também "tensões" presentes nessas produções e nessas discussões acerca de temas históricos, muito vinculadas aos debates político-ideológicos, sobretudo quando certos engajamentos intelectuais distorcem procedimentos epistemológicos da história para "agradar" um público-alvo. Essas e

[18] Podemos citar como exemplo de produções voltadas para um público específico as práticas apresentadas como historiográficas elaboradas pela produtora de vídeos "Brasil Paralelo" (https://site.brasilparalelo.com.br/sala-de-transmissao-a-patria-educadora/ Acesso em: 25 mai. 2020). O mesmo pode ser dito sobre os livros de história da coleção "Guia Politicamente Incorreto", cuja autoria é do jornalista Leandro Narloch. Esses livros e produções audiovisuais são contestados enquanto fazer historiográfico consistente heurística e epistemologicamente. Um exemplo dessa contestação pode ser vista no conjunto de críticas elaboradas pelo historiador Renato Venancio publicadas em: https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/ Acesso em: 23 mai. 2020.

outras considerações precedentes sobre alguns aspectos da história pública enquanto fazer historiográfico, com áreas de interesses bem definidos, assim como as observações em relação ao engajamento intelectual do historiador e a própria redefinição de seu papel no mercado de trabalho passam a nos conectar com a análise proposta na próxima seção.

2. Análise do Vídeo "Existe Diferença entre Golpe e Revolução?", do Canal "Nerdologia"

Nossa aproximação com o canal "Nerdologia", cujos vídeos são postados na plataforma/rede social *Youtube*, leva em consideração muitas das observações feitas na seção anterior. Inicialmente, a proposta desse canal consistia numa espécie de "quadro" incluído em outro canal, o "Jovem Nerd"[19], editado e apresentado pelos *youtubers* "Jovem Nerd" (Alexandre Ottoni) e "Azaghal" (Deive Pazos). Ambos são representantes dessa dita cultura *nerd/geek* e abordam, em seu canal, a discussão de filmes, histórias em quadrinhos e games de *pc* e consoles. Ottoni e Pazos são proprietários de uma loja especializada nos produtos dessa cultura além de apresentarem, desde 2006, um *podcast* chamado *NerdCast*.

A proposta do "Nerdologia"[20] seria, basicamente, analisar, num misto de ciência e humor, temas, circunstâncias e personagens de *games*, filmes, séries e hq's. Durante alguns anos, essa articulação entre cultura *nerd/geek* e ciência se dava mais a partir de um diálogo com a biologia, a química, a física e a matemática, além de comentários sobre tecnologia em geral. Por volta de 2010, quando deixou de ser um quadro e se tornou um canal independente, o biólogo e pesquisador Átila Iamarino passou a apresentar os vídeos do canal, o qual continua dirigido por Alexandre Ottoni e Deive Pazos e associado ao canal "Jovem Nerd".

[19] O canal "Jovem Nerd" no momento em que escrevemos esse texto possui 2,45 milhões de inscritos. Já publicaram mais de uma centena de vídeos sobre quadrinhos, filmes e tecnologia. Inscreveram-se no *Youtube* em 24 de agosto de 2006 e já somam, segundo a plataforma, 723.971.984 visualizações. O material produzido pode ser acessado no link https://www.youtube.com/user/JovemNerd/videos Acesso em: 23 mai. 2020.

[20] O Canal "Nerdologia", atualmente, possui 2,88 milhões de inscritos. Ingressou na plataforma *Youtube* no dia 15 agosto de 2010 e o canal como um todo já conta com 293.369.846 visualizações. Pode ser acessado através do link: https://www.youtube.com/user/nerdologia/videos Acesso em: 23 mai. 2020.

Para efeito de discussão, nosso foco faz um recorte na produção desse canal, observando com mais atenção os conteúdos associados aos temas históricos e historiográficos. Esse conteúdo em particular passou a ser produzido e veiculado no canal a partir de 2016 e é apresentado e roteirizado pelo historiador Filipe Figueiredo que administra um *site* e apresenta um *podcast* visando a divulgação e a discussão de temáticas históricas/historiográficas. Ambos, *site* e *podcast*, intitulam-se "Xadrez Verbal"[21].

Até o presente momento, os conteúdos sobre temas históricos produzidos e publicados pelo "Nerdologia" já somam 175 vídeos, dotados com as mais variadas temáticas. O primeiro vídeo do "Nerdologia – História" foi publicado no dia 24 de maio de 2016 e o mais recente, no último dia 19 de maio de 2020. Tanto o canal "Jovem *Nerd*" quanto o "Nerdologia" são monetizados pela plataforma Y*outube*, o que garante uma renda conforme o volume de visualizações. Além disso, o material produzido, em certos momentos, é patrocinado por empresas dos mais variados tipos. Nessas ocasiões, a temática trabalhada no vídeo é relacionada direta ou indiretamente ao campo no qual a empresa patrocinadora trabalha, como espécie de *merchandising/advertising* para a promoção de filmes, jogos, livros, aplicativos ou séries de tv. A publicação desses vídeos tem sido, em sua maioria, semanal.

Essas questões nos conectam com o tópico apontado por Dumolin (2017) acerca do redimensionamento do papel social do historiador e do próprio mercado de trabalho. Como indicamos na seção anterior, seguindo esse autor, existem inúmeras funções públicas que passaram a ser ocupadas por historiadores e não historiadores. O caso do canal "Nerdologia" não se afasta muito disso. O envolvimento com a produção do conteúdo histórico veiculado no canal não pode deixar de ser considerado como uma atividade profissional, inclusive rendendo remuneração[22]. Outros canais, *sites* e *podcasts*

[21] O site "Xadrez Verbal" pode ser acessado nesse link https://xadrezverbal.com/ Acesso em: 25 mai. 2020.
[22] O site SocialBlade apresenta estimativas e *rankings* das principais redes sociais e os possíveis rendimentos. Para mais informações sobre essas estimativas acerca do Canal Nerdologia, visitar https://socialblade.com/youtube/user/nerdologia Acesso em: 27 mai. 2020.

de divulgação de temáticas históricas, tais como o "Café História"[23] e o "Leitura Obrigahistória"[24] tentam seguir esse caminho, buscando patrocínios e/ou apoio mediante *crowdfunding* (financiamento coletivo).

O vídeo que analisamos intitula-se "Existe Diferença entre Golpe e Revolução?"[25]. Possui uma duração de 08min. e 17segs. e foi publicado no canal "Nerdologia" no dia 23 de outubro de 2018. No presente momento, conta com 265.838 visualizações e soma 2.252 comentários. Nossa metodologia de análise teve como critérios: a) identificar como os conceitos de "golpe" e "revolução" foram apresentados e discutidos; b) definir quais fontes foram indicadas como referências para a discussão; c) compreender quais foram as estratégias didáticas e de síntese empregadas para abordar esse tema no tempo estabelecido para o vídeo.

Para fundamentarmos nossa análise, estabelecemos contatos e diálogos fundamentalmente com autores tais como Barros (2016), que se propõe a pensar o papel essencial dos conceitos na escrita e nas reflexões elaboradas pelos historiadores, assim como com Antoon de Baets (2013), que se dedicou a pensar princípios estruturantes para uma possível teoria que pudesse nos instrumentalizar para avaliar eventuais "abusos da história", quer estes tenham sido perpetrados por historiadores, por profissionais de outras áreas ou por "leigos". Diálogos com outros autores ocorreram sempre que as analises exigiram.

Dito isso, voltamos nossa atenção para o vídeo que escolhemos analisar. Sobre tal escolha, pontuamos que a seleção desse vídeo deu-se em função de ele abordar um dos temas que mais mobilizam discussões públicas atualmente em nosso país: as diferenças entre os conceitos de "golpe" e "revolução". Esses debates públicos, muitos ocorrendo

[23] Bruno Leal é o responsável pelo portal "Café História", um dos pioneiros na divulgação de conhecimento histórico na internet. Mais informações, visitar https://www.cafehistoria.com.br/ Acesso em: 25 mai. 2020.

[24] Administrado e apresentado pelo historiador Icles Rodrigues, o "Leitura Obrigahistória", por exemplo, possui uma comunidade de apoiadores financeiros. Para conhecer, acesse o link: https://leituraobrigahistoria.com/ Acesso em: 24 mai. 2020.

[25] O vídeo em questão encontra-se disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=awhJ45W--bI Acesso em: 23 mai. 2020. A duração total do vídeo é de 10min e 30segs., mas os 2 minutos finais, aproximadamente são para responder comentários feitos sobre o vídeo anterior e fazer propagandas dos patrocinadores.

fora do ambiente acadêmico e animados (por vezes) por "leigos" no assunto, associam-se ao tema da Ditatura Militar no Brasil. Afirma-se que em nosso país não houve um "golpe de estado" do qual derivou uma "ditadura", mas, sim, um "regime militar" derivado de uma "revolução".

Fica implícito que aqueles que defendem a ditadura militar, tanto na época quanto agora, compreendem o conceito de "golpe" como algo dotado de um sentido "negativo", ao passo em que "revolução" possuiria um sentido "positivo". Ressalta-se que o problema não é a discussão em si, mas, sim, tomar conceitos como "adjetivos". Segundo Barros, palavras comuns podem se tornar conceitos e que nem sempre conceitos resultam de neologismos, arcaísmos ou termos técnicos, herméticos. Entretanto, palavras e conceitos se distinguem:

> O conceito pode ser entendido (...) como a bem delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. Desse modo, a operacionalidade no interior de um certo campo de estudos é característica de um conceito, qualquer que seja ele. (BARROS, 2016, p. 26)

Nesse sentido, mais do que "adjetivos", os conceitos são ferramentas, instrumentos empregados para elaborar determinada reflexão ou análise. Contribuem, portanto, na operacionalização dinâmica do próprio campo de estudos e saber que ele mobiliza. Nesse sentido, quer seja o debate público ou "acadêmico", se o tema do debate diz respeito ao campo "político", "filosófico" ou "histórico", "golpe" ou "revolução" não são apenas palavras dotadas de um sentido "positivo" ou "negativo". Ao se propor discutir aspectos de um determinado campo de estudo ou saber, exige-se a compreensão dos conceitos que nele circulam, não a mera atribuição de sentidos conforme a subjetividade dos que debatem.

No vídeo considerado aqui, é flagrante o cuidado com a linguagem audiovisual, que dá suporte ao tema discutido. Tanto as imagens que nele são apresentadas, como a trilha sonora ao fundo, são empregadas como um recurso didático multimodal, facilitando

a compreensão do que é debatido, ou seja, não cumprem uma função meramente ilustrativa. Ícones da cultura "pop" (o imperador Palpatine de "Star Wars", o personagem "V" da *Graphic* Novel "V de Vendetta"), o detalhe do quadro "A Liberdade Guiando o Povo", de Declacroix, podem ser vistos na figura 01. O *riff* da canção "Another Brick in The Wall" do Pink Floyd toca ao fundo:



Figura 01: Introdução do vídeo

O apresentador ressalta que os conceitos não possuem, em si mesmos, um valor qualitativo, ou seja, é indicado no vídeo que os conceitos de "golpe" ou "revolução" não têm relação necessária com "ser bom ou ruim" (FIGUEIREDO, 2018, aos 00:00:31segs.). Figueiredo ainda ressalta (aos 00:00:35segs.) que o sentido atribuído às palavras difere dos sentidos presentes no conceito. Isso está conectado ao que também indicamos anteriormente. Tanto as palavras, quanto os conceitos possuem uma função comunicativa, mas os conceitos possuem uma camada reflexiva que não se percebe nas palavras, pois estas não são utilizadas como instrumentos operacionais num dado campo de estudos ou saber. Outro exemplo especificado no vídeo pode ser visto na figura 02:



Figura 02: Cargas Subjetivas

Nesse momento do vídeo, Filipe Figueiredo (aos 00:01min:25segs.) ressalta que nesses debates, muitas vezes, a posição política do debatedor pode influenciar o sentido atribuído ora ao conceito de "golpe", ora ao conceito de "revolução". Vemos na figura 2 que, para indicar essa dicotomia, o apresentador coloca como exemplo dessa subjetividade os personagens da saga *Star Wars* que simbolizam a "Aliança Rebelde" e o "Império Galáctico", forças antagonistas no filme "Rogue One: Uma História Star Wars" (2016).

Ao indicar essa questão, fica implícita uma das dimensões do fazer historiográfico, qual seja, a reflexão conceitual que, por sua vez, está diretamente associada aos postulados teóricos que orientam o pesquisador, como também, aos procedimentos metodológicos necessários para que a pesquisa seja feita. Isso, por si só, já pontua uma das diferenças fundamentais entre a mera emissão de uma opinião e uma interpretação histórica consistente. Como observou José D'Assunção Barros (2016, p.22) "Sem conceitos como o de "guerra", "revolução", "revolta", "golpe de estado", "motins", "badernas", os historiadores dificilmente poderiam realizar adequadamente o seu trabalho.", pois cada conceito especifica um dado fenômeno. E essa exigência pesa sobre todos os cientistas, quer sejam das humanas, quer não.

Outro aspecto relevante do uso dos conceitos é que eles, ao serem elaborados, discutidos e integrados num determinado campo de estudo ou saber, são utilizados por

todos aqueles que o compõem e que colocam em prática tal estudo/saber (o que resulta no caráter polissêmico dos conceitos). Nesse sentido, há duas implicações diretas. A primeira é que sendo um dos elementos do campo, as interpretações, conceitos ou hipóteses elaboradas dizem respeito não somente àqueles que as elaboram, mas, sim, concernem a todos os que integram o campo e que exercitam ou executam o estudo ou saber que o caracteriza. A segunda implicação diz respeito ao fato de que o conceito (como as teorias ou as metodologias), sendo parte integrante de um dado campo não pode ser utilizado de maneira distorcida, o que pode derivar tanto de uma incompreensão, quanto da existência de má fé.

Logo, cada integrante de um dado campo tanto utiliza as reflexões dos demais, como avalia sua consistência. Evidentemente, isso não produz um saber "neutro" ou "imparcial", mas enfatiza o aspecto intersubjetivo, garantindo um mínimo de objetividade. Sobre isso, vale lembrar as proposições de Jörn Rüsen (2010, p.138-140/142) acerca do que ele denominou "objetividade de fundamentação", "objetividade de consenso" e "objetividade construtiva". Grosso modo, cada um desses momentos disciplina a prática do pesquisador quase num silogismo: a) porque ele leva em consideração os fundamentos do próprio campo; b) porque o pesquisador parte dos "consensos", daquilo que já foi objeto de análise e estudo e c) porque a análise construída tem de ser lógica, mesmo quando contesta aquilo que está estabelecido.

Esses três critérios podem ser observados no vídeo produzido e publicado pelo Canal "Nerdologia". Mais do que apresentar a "opinião" do apresentador sobre os conceitos de "golpe" e "revolução", o que ocorre é que o apresentador informa ao espectador alguns dos fundamentos e dos consensos que existem acerca do tema. Por fim, como reza o terceiro critério sugerido por Rüsen (2010), a argumentação e a explanação são construídas de maneira coerente, lógica, visando não reforçar a "autoridade" de uma "opinião", mas comunicar os aspectos e elementos que constituem esse universo de discussão. Para ressaltar a distinção entre o sentido cotidiano atribuído às palavras e os sentidos presentes num dado conceito, Figueiredo afirma no vídeo: "Conceituar os termos é importante para compreendermos a história. Entender a origem

e a consequência dos fatos e como eles nos influenciam nos dias de hoje." (FIGUEIREDO, 2018, entre 00:01:37 segs. e 00:01:45 segs.).

Outro elemento que marca a discussão conceitual nos fazeres historiográficos é o constante diálogo interdisciplinar. Vários conceitos que utilizamos em nossas pesquisas enquanto historiadores não são nativos do campo da história, mas tomados por "empréstimo" de outras ciências. Peter Burke (2002, p. 67-141), nesse sentido, procurou discutir alguns dos conceitos que mais utilizamos, em quais campos eles surgiram e quais são os autores mais emblemáticos. Da mesma forma, cabe ressaltar a fertilidade das reflexões propostas por Reinhart Koselleck (2006, p. 97-119) acerca do que se denomina "história social dos conceitos". Além disso, vale citar, também, o esforço de Silva e Silva (2009), ao proporem a elaboração de um dicionário de conceitos históricos.

No vídeo, Filipe Figueiredo deixa bastante claro com quais autores está dialogando para apresentar os elementos dessa discussão conceitual. Como podemos ver nas Figuras

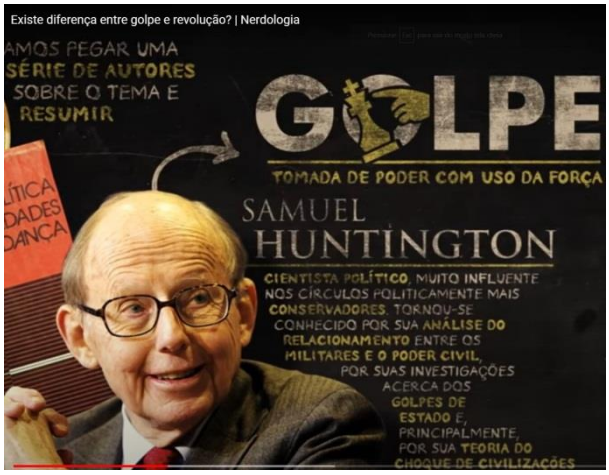


Figura 03: Samuel Huntington

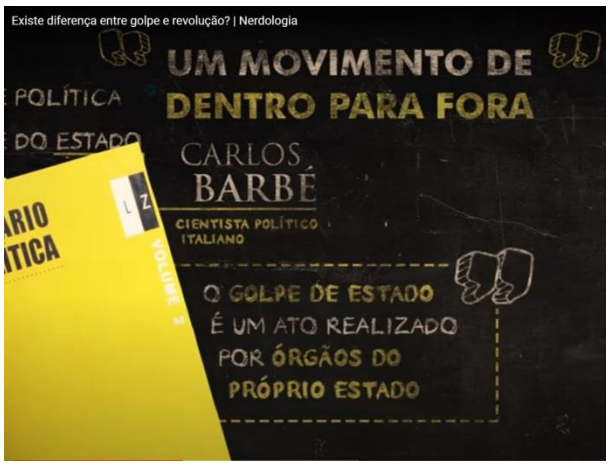


Figura 04: Carlos Barbé

03 e 04, os primeiros indicados são Samuel Huntington (1975) e Carlos Barbé (2013).

Há um consenso derivado do campo filosófico de que os conceitos, enquanto ferramentas utilizadas para determinadas reflexões quer tenham sido criados na linguagem daqueles que estudamos, quer não, possuem o que se chama de "compreensão" e "extensão". Para Barros (2016, p.72): "chama-se 'extensão' de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência em relação à vários fenômenos e

objetos; e chama-se 'compreensão' de um conceito ao esclarecimento das características que o constituem. À medida em que um conceito ganha em 'extensão', perde em 'compreensão' [e vice-versa]".

Desse modo, tal como podemos ver no vídeo e nas Figuras acima, ao tentar apresentar ao espectador alguns autores que refletiram sobre o conceito de "golpe", Filipe Figueiredo faz uma síntese do pensamento de Huntington (1975) e Barbé (2013). Nessa síntese, são indicadas as características que, segundo cada autor, devem ser verificadas num dado fenômeno para que este seja compreendido como um "golpe". Segundo afirma Figueiredo (entre 00:01:50 segs. e 00:02:07 segs.), para Huntington, um "golpe" consiste na "tomada do poder com uso da força executado pela elite política ou do Estado como o judiciário ou o comando das forças armadas. Um movimento de dentro para fora." Enquanto que para Barbé, o que caracteriza o "golpe", conforme Figueiredo, é que ele "é realizado por órgãos do próprio Estado". Mesmo sendo uma simplificação, podemos afirmar que, para esses autores, um fenômeno que possua essas características pode ser definido como um "golpe de Estado". Este também pode ser conceituado como um "golpe militar", caso o protagonista da tomada do poder seja as forças armadas, isto é, um dos órgãos endógenos ao Estado.

No vídeo, outras características são elencadas, seguindo pressupostos do cientista político Edward Luttwak (2016): um "golpe de Estado" "envolve menos pessoas, costuma ser menos sangrento [pelo menos inicialmente] e busca a substituição de autoridades políticas dentro de algo existente, com pouca participação popular e tímidas mudanças de mecanismos políticos e socioeconômicos." (FIGUEIREDO, 2018, entre 00:02:17 segs. e 00:02:30 segs.).

Como podemos observar, mesmo de maneira sintética, Huntington (1975), Barbé (2013) e Luttwak (2016) não estão apenas emitindo opiniões com base em suas predileções pessoais, mas, sim, buscando identificar as características que permitem "compreender" determinado fenômeno como um "Golpe de Estado". Logo, verificando essas "qualidades" enquanto constitutivas da "compreensão" desse conceito, podemos, por exemplo, refletir e analisar, em outros lugares ou momentos, se um período de

instabilidade social, política e até mesmo militar, que culmina na derrubada de um poder estabelecido, pode ser, ou não, definido por esse conceito ou por outro, mais adequado. Esse exercício é analítico, reflexivo e não significa, em si ou *à priori*, pressupor "positividade" ou "negatividade".

A discussão e a análise conceitual não prescindem de paixões políticas ou ideológicas. Aqueles que impõem um "Golpe de Estado" certamente julgam seu ato como "positivo", tal como aqueles que lideram uma "Revolução". Contudo, ainda que essa subjetividade, essas "paixões", não possam ser eliminadas, também não devem ser critério único para a condução dessas reflexões. Tanto um conceito, quanto o outro, não permanecem "isolados". Terminam formando uma "rede" com outros conceitos (como o de "justiça", "legalidade"; "democracia", "tirania" etc.) Por questões de espaço, não nos aprofundaremos na discussão dessas relações.

Como indício da complexidade da discussão conceitual, vejamos: até o momento discutimos alguns aspectos do conceito de "Golpe de Estado", que pressupõe que setores integrantes do próprio Estado "tomem o poder" justamente por não exercê-lo. Contudo, Filipe Figueiredo aponta a existência de outro conceito, o "auto golpe", o qual diz respeito à uma dada situação na qual um "poder já constituído de forma legítima simplesmente anula ou toma os outros poderes do Estado" (FIGUEIREDO, aos 00:02 min:46 segs.). Nesse caso, não é um "Golpe de Estado", ou uma "Revolução", é um fenômeno ainda mais singular.

Tal como na abordagem do conceito de "golpe", são apresentados mais alguns autores que são referências no assunto e quais as características que cada um considera presentes no fenômeno "revolucionário". Para a apresentação do conceito de "Revolução", como podemos ver na figura 05, Gianfranco Pasquino (2013) é indicado como uma referência no tema:



Figura 05: Gianfranco Pasquino

É apontado no vídeo que, para esse autor, o fenômeno da "revolução" é exterior ao aparelho estatal. Há violência física ou simbólica e maior mobilização popular. Com a revolução, ocorre uma mudança substancial na realidade que vivencia essa experiência.

Outras referências indicadas por Filipe Figueiredo (entre 00:03min:17segs. e 00:04min:03segs.) para a compreensão do conceito de "Revolução" são Hanna Arendt (2011) e, novamente, Edward Luttwak, além do historiador inglês Christopher Hill (2012). Conforme Figueiredo (2018), Arendt reforça que um processo revolucionário pode até incluir lideranças oriundas das elites, mas há um peso maior das camadas populares. Luttwak (2016) reforçaria esse ponto, enfatizando que uma "revolução" é um "movimento de fora para dentro, com o objetivo de criar algo novo e modificar totalmente a sociedade". Hill (2012), ainda segundo Figueiredo, ressalta que uma das origens para uma "revolução" estaria numa mudança de um conjunto de ideias por outro ideário, o qual visa instituir mudanças fundamentais.

Próximo ao final do vídeo são reforçadas as seguintes questões mediante alguns exemplos. Primeiro, que considerando as características indicadas acima, teria havido uma "revolução" nos Estados Unidos, em 1776 (FIGUEIREDO, 2018, 00:04min.:08segs.), dada a mudança substancial então instituída com a independência em face da Inglaterra. Enquanto na Espanha, em 1923 (Op. Cit, 00:04min.:45segs.) teria havido um golpe

liderado por Primo de Rivera, o qual acumulou poderes por sete anos, mesmo havendo um rei constituído. Ao retomar a discussão acerca da adjetivação dos conceitos, vemos, na figura 06, que um dos indícios para isso estaria na origem dos termos ainda na "Revolução Francesa":



Figura 06: Origem e Atribuição de Sentidos

Assim, o desejo incessante por mudanças sociais, políticas ou econômicas seria algo mais perseguido por ideologias "não conservadoras", o conceito de "revolução", desse modo, entrando com mais facilidade no léxico e nas experiências ideológicas de "esquerda", enquanto o conceito de "golpe" teria se tornado mais comum em experiências orientadas por ideologias de "direita", as quais, por serem conservadoras num ponto de vista político, econômico ou social, se esforçam por tentar evitar quaisquer mudanças drásticas e substanciais na sociedade. Entretanto, esse debate facilmente desemboca na discussão de outro conceito, a saber, o conceito de "ditadura", pois, tanto pode existir uma ditadura mais orientada pela ideologia de "esquerda", quanto por uma ideologia de "direita".

A leitura de Bobbio (1987, p.135-163), por exemplo, pode ser uma introdução interessante nesse debate, ao discutir tanto a "ditadura dos antigos" quanto a "ditadura moderna" e a "ditadura revolucionária". A atribuição subjetiva de sentido, que "adjetiva"

os conceitos, termina por "enfraquecer" seu potencial heurístico. A partir de um ponto de vista conceitual, tanto pode haver um "golpe" de "esquerda", quanto uma "revolução" de "direita". Isso, evidentemente, dependerá do polo de poder que é tomado como "alvo".

Figueiredo (entre 00:05min.:32segs. e 00:06min.00segs.) enfatiza que Nikita Khurushev (1894-1971) teria sido derrubado por um golpe "de esquerda" enquanto governos socialistas do leste europeu, principalmente o de Nicolae Ceauşescu (1918-1989), teria sido deposto por uma revolução de "direita". Desse modo, os conceitos, em si mesmos, não são partidários, não são adjetivos. São, portanto, ferramentas de reflexão para a compreensão de fenômenos e experiências, as quais, com certeza, são animadas por práticas e (inter)subjetividades políticas e ideológicas, tanto de "esquerda", quanto de "direita".

Dado o potencial heurístico dos conceitos, quando há pertinência entre o "conceito" e a evidência, uma experiência/prática/forma de pensar é, dessa maneira, "nomeada", tornando-se identificável para aquele que conceitua e para os demais. Isto pode gerar tensões, pois um "fascista"/"nazista" latente/convicto, p. ex., muitas vezes, não quer ser definido enquanto tal. Encerrando o vídeo, Figueiredo retoma a discussão, que é um indício dessas tensões, sobre o que teria ocorrido no Brasil em 1964, ou seja, como esse fenômeno pode ser "nomeado", conceituado. Um dos elementos que (re)animaram essa discussão foi uma fala recente de Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, quando, durante um evento, afirmou[26] que

> Os militares foram um instrumento de intervenção e, se algum erro cometeu, foi, ao invés de ser o moderador que, em outros momentos da história, interveio e saiu, eles acabaram optando por ficar. E o desgaste da ilegitimidade em todo esse período que acabou recaindo sobre essa importante instituição nacional que são as Forças Armadas [...] Por isso que hoje eu não me refiro mais nem a golpe e nem a revolução de 1964. Eu me refiro a movimento de 1964.

[26] Presidente do STF diz que prefere chamar ditadura militar de "movimento de 1964" 1964. Disponível em https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html Acesso em: 23 mai. 2020.

Certamente, o debate que condicionou essas afirmações não é nosso objeto de discussão. Contudo, fica patente que ao não utilizar nem um conceito nem outro, a compreensão do que aconteceu naquela época fica defasada[27]. Em vista disso e com base na argumentação apresentada no vídeo, Filipe Figueiredo comenta a aplicabilidade, ou não, do conceito de "golpe" ao fenômeno ocorrido no Brasil em 1964, como podemos ver na figura 07:



Figura 07: Houve um Golpe de Estado em 1964

Figueiredo afirma (2018, entre 00:06min:20segs. e 00:08min:00segs.) que houve um golpe porque: foi protagonizado por um órgão do Estado, as forças armadas; que apesar do apoio de parcelas da população, esta não participou efetivamente na derrubada do governo de Goulart; que o regime de exceção instituído não modificou substancialmente a sociedade; que os principais símbolos nacionais foram preservados; que aqueles que se tornariam presidentes já eram generais, em 1964; que muitas leis foram mantidas; que houve disputas internas, o que Figueiredo chama de "golpe dentro do golpe" (aos 00:07min:27segs.); que houve aumento de poder mediante medidas

[27] Para fundamentar sua afirmação, o ministro teria citado o historiador Daniel Aarão Reis como referência. Contudo, esse historiador declarou que é algo "infeliz" definir esse fenômeno como "movimento". Houve um "golpe" e, em decorrência disso, uma ditadura. A entrevista encontra-se disponível em https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64/ Acesso em: 26 de mai. 2020.

autoritárias tais como, o fechamento do congresso, o AI-5 e o impedimento do vice-presidente civil assumir após a morte de Costa e Silva. Por fim, afirma: "o principal é diferenciarmos conceitos de preferências pessoais ou cargas subjetivas, para compreendermos a história e quais os papéis que os atores da sociedade desempenharam em cada período e lugar" (FIGUEIREDO, 2018, 00:08min.00segs.).

Para encerrarmos nossa análise, nos aproximamos de alguns pressupostos do historiador Antoon de Baets, o qual sugere critérios para avaliarmos narrativas ou interpretações históricas, visando evitar o que ele definiu como "abuso da história". Para De Baets (2013, p.24), uma história negligente é aquela feita sem compromisso, sem cuidado, de maneira irresponsável, ao passo que o "abuso da história" ocorre quando uma interpretação histórica é feita intencionalmente para "provocar engano."

Enquadrando-se no que podemos chamar de "história pública", o conteúdo produzido pelo "Nerdologia – História" não visa atingir em específico um público especializado. Contudo, mesmo assim, afasta-se tanto de uma prática negligente quanto abusiva. Em nossa análise, não identificamos nenhum sinal "decisivo" de negligência. Da mesma forma, não encontramos nenhum enunciado que comporte qualquer abuso da história.

A argumentação é clara, objetiva. As fontes, inclusive complementares, são indicadas de maneira precisa, o que permite ao espectador, "leigo" ou não, verificar as informações divulgadas. Isso é importante, tanto nos fazeres historiográficos convencionais como nas práticas de uma "história pública". Para De Baets (2013, p.24): "a história não científica [...] pode fornecer mitos que incitam ódio e violência; [...] na maioria das vezes o público não está apto a distinguir a história científica da não científica, nem propenso a aceitar duras verdades em substituição a enganos e mentiras mais confortáveis" que o público pode nutrir.

De Baets (2013) distingue uma história "científica" de uma história "não científica" não porque a primeira seja imparcial, neutra ou isenta de erro, mas, sim, porque exige-se da história "científica" um rigor muito maior, visando diminuir qualquer ato negligente e, principalmente, abusivo. Para esse historiador, uma escrita da história negligente é distinta

do abuso da história porque este implica em "...custos sociais em termos de depreciação da credibilidade da profissão de historiador e rebaixam a qualidade do discurso histórico como um todo. Alimentam crenças em mitificações da história e seus usos para propaganda ou, ainda, induzem ao esquecimento da história conhecida." (DE BAETS, 2013, p.26).

O conteúdo do "Nerdologia" aqui analisado seria negligente ou abusivo, caso, por exemplo, adotasse a(s) postura(s) de: falar sobre um conceito distorcendo seu sentido ou significado para agradar seu "público"; difundir um conceito de um autor(a) como se fosse de outro(a); utilizar falácias lógicas aproximando, por exemplo, por uma similaridade terminológica formal, conceitos com conteúdos completamente distintos; discutir o conceito de um autor sem ter lido (ou compreendido) de fato o que foi dito ou escrito. Aqueles que entram em contato com práticas negligentes ou abusivas, semelhantes à essas, podem incorporar o erro, ou mesmo promovê-lo, conscientemente ou não.

Observando os critérios apontados por De Baets (2013, p.28), um conteúdo estruturado por práticas tais como essas exemplificadas acimas seria o símbolo de uma análise ou interpretação histórica negligente e/ou abusiva, tanto nos níveis heurístico (resultado de uma pesquisa inconsistente ou mesmo inexistente), epistemológico (constituída por falácias de toda sorte) ou pragmático (enganando o consumidor, inclusive visando vantagem financeira). Uma prática abusiva causa dolo a nós, historiadores, ao público e a nossa ciência.

Podemos afirmar que a prática e o conteúdo apresentados pelo "Nerdologia – História" estão próximos dos fazeres historiográficos da "história pública". Pelo que pudemos identificar em nossa análise, na discussão dos conceitos de "golpe" ou "revolução", não há "demonização" subjetivada nem desses conceitos, nem dos autores indicados como referência. O que há, antes de qualquer coisa, é uma espécie de convite à leitura, à reflexão, ao debate e discussão. Conseguimos entrever nessa prática mais um comprometimento com os critérios definidores da história como ciência e disciplina, do que com a necessidade de "falar", sem fundamento ou conhecimento, aquilo que um determinado público anseia ouvir.

Considerações Finais

Ao término de nosso trabalho, consideramos ter alcançado alguns resultados relevantes. Foi possível observar que o conteúdo produzido pelo canal "Nerdologia", enquanto uma forma de produção e divulgação de conhecimento histórico, ainda que não seja direcionado especificamente para um público especializado na área, não deixa de observar critérios pertinentes presentes na pesquisa e na escrita da história, principalmente no que diz respeito à indicação de fontes, na apresentação clara e objetiva dos conceitos e autores mais utilizados como referenciais. Assim, esse conteúdo afasta-se tanto de uma prática negligente, quanto abusiva, segundo os critérios sugeridos por Antoon De Baets (2013).

Conseguimos identificar que a discussão, ainda que possa parecer árida e abstrata, não perde em rigor, mesmo considerando o desafio de tratar do tema num curto espaço de tempo, o que não deixa de ser uma característica da linguagem de vídeos do *Youtube*, pois há, por parte do público, certa rejeição em face de vídeos longos. Além disso, tanto para "leigos", como para estudantes ou graduados em história (e outras áreas) o vídeo funciona como uma tática interessante para ajudar a memorizar os conteúdos abordados, haja vista a articulação dos temas discutidos com símbolos e ícones da cultura *nerd*/*geek*, que é característica do público-alvo do canal.

Essa prática "pública" da história, elaborada pelo canal "Nerdologia" reafirma a relevância do papel social do historiador e da contribuição do conhecimento histórico para a compreensão e intervenção na realidade que nos cerca. Além do mais, tal conteúdo pode ser utilizado sem receio como mais um recurso didático nas aulas de história e ciências afins. As características que definem os conceitos abordados no vídeo são apresentadas de maneira clara e o propósito do vídeo não é ser "conclusivo", "encerrar a discussão", falar a "verdade" ou "aquilo que não querem que você saiba". Tal conteúdo não almeja reforçar a suposta "autoridade" do apresentador/roteirista ou a sua opinião pessoal sobre os conceitos. A finalidade do vídeo é funcionar como uma "ponte", um convite à leitura e à reflexão. Compreendemos que a produção e a divulgação desse

tipo de conteúdo pelo canal “Nerdologia” não se distancia nem se distingue daquilo que é ensinar.

Bibliografia

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs.) *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. *História Pública Em Debate: Patrimônio, Educação E Mediações do Passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. Vol. 1, págs. 545-547.

BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BARROS, José D’Assunção. *Os Conceitos e seus Usos nas Ciências Humanas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

BURKE, Peter. *História & Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2019.

DE BAETS, Antoon. Uma Teoria do Abuso da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.33, nº 65, p.17-60. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/02.pdf. Acesso em: 20 mai. 2020.

DENIS, Benoît. *Literatura e Engajamento: de Pascal à Sartre*. Bauru: Edusc, 2002.

DUMOLIN, Olivier. *O Papel Social do Historiador: Da Cátedra ao Tribunal*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Existe Diferença entre Golpe e Revolução? Apresentação e Roteiro: FIGUEIREDO, Filipe. Criação, Direção e Produção Executiva: Alexandre Ottoni e Deive Pazos. Canal

Nerdologia. Disponível em https://www.youtube.com/channel/UClu474HMt895mVxZdllHXEA Acesso em 30 mai. 2020.

HILL, Christopher. *O Século das Revoluções: 1603-1714*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública?. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele RABÊLO de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

LUTTWAK, Edward. *Coup d'État: A Practical Handbook*. Harvard University Press. Revised Edition, 2016.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882017005001106&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 mai. 2020.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 348p. 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634 Acesso em: 23 mai. 2020.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. Vol. 2, págs. 1121-1131.

PRACONTAL, Michel de. *A Impostura Científica em Dez Lições*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História – Os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Editora da Universidade (UNB), 2010.

SCHITINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. (Orgs.) *História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários*. 2016. São Paulo: Letra e Voz. p. 37-46.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo. Contexto, 2009.

Memórias afetivas na era digital: um passado não tão distante

Affective memories in the digital age: a not-so-distant past

Kelly Cristina Nepomucena[1]

Lucas de Almeida Pereira[2]

Resumo

As tecnologias contemporâneas modificam as percepções de tempo e espaço instantaneamente, deixando os indivíduos mais conectados e modulados. Consequentemente, as vivências se tornaram mais aceleradas e consumidas rapidamente, provocando uma escassez na capacidade de lembrar acontecimentos e situações cotidianas. Este artigo propõe uma discussão sobre a memória afetiva na cultura digital em três recortes: primeiramente, abordamos sobre a incorporação da internet comercial no cotidiano dos brasileiros; na segunda parte abordamos brevemente o mercado de agências de encontros vinculados a sites para relacionamentos e por fim, discutimos o universo dos "matches", com o crescente mercado de aplicativos de relacionamento no Brasil.

Palavras-chave: memória digital, modulação na rede, sites de relacionamentos, aplicativos de relacionamentos.

Abstract

Contemporary technologies modify perceptions of time and space instantly, leaving individuals more connected and modulated. Consequently, the experiences became more accelerated and consumed quickly, causing a shortage in the capacity to remember events and daily situations. This article proposes a discussion about the affective memory in the digital culture in three cuts: first, we approached about the incorporation of the commercial internet in the daily life of Brazilians; in the second part we briefly discuss the market for dating agencies linked to websites for relationships and finally, we discuss the universe of matches with the growing market for relationship applications in Brazil.

Keywords: digital memory, network modulation, relationship sites, relationship applications.

Resumen

Las tecnologías contemporáneas modifican las percepciones de tiempo y espacio instantáneamente, dejando a los individuos más conectados y modulados. En consecuencia, las vivencias se volvieron más aceleradas y consumidas rápidamente, provocando una escasez en la capacidad de recordar acontecimientos y situaciones cotidianas. Este artículo propone una discusión sobre la memoria afectiva en la cultura digital en tres recortes: primero, abordamos sobre la incorporación de la internet comercial en el cotidiano de los brasileños; en la segunda parte abordamos brevemente el mercado de agencias de encuentros vinculados a sitios para relaciones y por fin, discutimos el universo de los "matches", con el creciente mercado de aplicaciones de relaciones en Brasil.

Palabras-clave: memoria digital, modulación en la red, sitios de relaciones, aplicaciones de relaciones.

[1] Jornalista, linguista, mestre em comunicação cultura e sociedade pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

[2] É Professor EBTT efetivo do Instituto Federal de Educação São Paulo (IFSP) Campus Suzano e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da UFABC.

Introdução

O domínio das tecnologias no campo das telecomunicações nas últimas décadas do Século XX e início do Século XXI nos insere na era da instantaneidade e modifica nossas percepções de tempo e espaço (NICOLACI-DA-COSTA, 2009, p. 453-454). As atividades intermediadas por ela, sobretudo com a expansão da internet e em um momento de ascensão de aplicativos para smartphones, nos transforma em indivíduos articulados e modulados[3] em nossas vivências.

O "boom dos smartphones"[4] no Brasil torna evidente que a cultura digital tornou-se algo maior que técnicas de produção e consumo para os indivíduos, modificando o fluxo e troca de informações e a influência dos afetos. Conforme Silveira (2016, p. 19-20), as plataformas de comunicação em tempo real, intermediam o consumo, mas também refletem estilos de vida que modulam os cidadãos, quanto mais conectados estes estiverem com o mundo.

Nesta direção, acrescenta-se que quanto mais moduladas nossas vivências, mais nos esquecemos de lembrar. Já não são raras as discussões, tanto no campo da saúde, quanto no das ciências sociais acerca da memória na era digital, que refletem como o cérebro também se modifica na construção de nossas lembranças, devido à pressão temporal por produtividade e eficiência acima das lentidões, produzindo impaciência (INGUI, 2011, p. 12-14). Logo, dentro de um mundo cujas modulações que afetam a vida humana estão na palma de nossas mãos em ubiquidade e de forma rápida, tendemos a não lembrar que as situações, assim como as transformações, carregam uma memória.

---

[3] Embora modulação tenha amplos significados, neste artigo trazemos a ideia de modulação voltada à cibercultura. Trata-se da modulação na rede e sua ligação com os seres humanos, ou seja, a relação que há dentro da intensidade de dados, informações e serviços que circulam na rede e controlam os indivíduos, assim como estes se tornam influenciados por esta gama de dados e multiplicidade de serviços.

[4] Tomamos por base como" boom dos smartphones" o ano de 2013 a 2015, onde a política de desoneração dos smartphones pelo Ministérios das Comunicações incentivou compra e venda de aparelhos, fator que, segundo a Anatel fez o país alcançar mais de 280 milhões de linhas *mobile*. Disponível em < https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/Panorama_Setorial_11.pdf>. Acesso em 26 jan.2019.

Para Pierre Levy (1995, p. 72-73), em tempos de informatização, a memória está tão objetivada e separada do corpo e dos hábitos coletivos dos indivíduos que nos perguntamos se a noção dela é apropriada. Nas palavras do autor, a aceleração das modificações técnicas "acarreta uma variação, uma modulação constante, ou mesmo mudanças radicais dos conhecimentos operacionais" (1995, p. 72), sendo um dos fatores que exigem uma reorganização para pensarmos a memória e suas relações com o saber e a informática.

Pretendemos abordar tal reflexão enfocando a transformação afetiva nos relacionamentos amorosos e sexuais na atualidade, incluindo-se aí o crescente mercado de aplicativos de relacionamento no Brasil. Se por um lado, parte da sociedade brasileira caminha com o *modus operandi* de utilizar softwares nos smartphones para a comunicação e busca de afeto, por outro, vivemos dentro de uma aceleração técnica que pode provocar a tendência do "não-lembrar", excluindo raízes de um passado recente à ampliação deste fenômeno nas relações, ou seja uma memória histórica que tem sua contribuição direta nesta transformação dos afetos.

A modulação dos afetos e construção de laços na rede

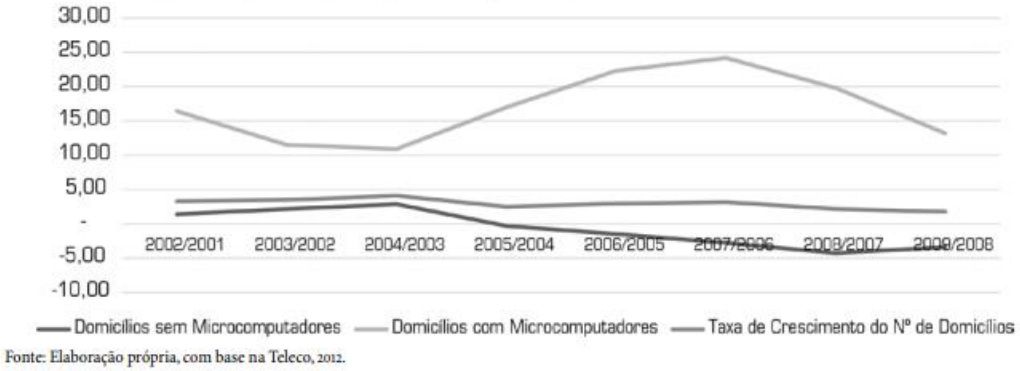
Nos anos 90, a internet ganhou notoriedade mundial com a disseminação do "www" - *world wide web*, porém para chegar a um acesso ao cidadão, ela passou por uma série de processos, tensões, interesses tecnológicos e políticos diversos, indo das empresas de telefonia à sua utilização nas comunidades acadêmicas. Somente entre 1995 e 1996 a internet comercial começa a expandir no Brasil, mas com uma infraestrutura ainda insuficiente para atender uma grande demanda de provedores e usuários, visto que muitos nesta época ainda não tinham como se conectar, devido à falta de linhas telefônicas e suporte para transmissão de dados, neste sentido

> Era comum provedores precisarem de dezenas ou mesmo centenas de números telefônicos de uma só vez, o que fazia com que alguns provedores colocassem até duzentos usuários na disputa por uma mesma linha de acesso. Os percalços da infraestrutura de telecomunicações afetaram o desenvolvimento dos provedores de acesso comercial no Brasil (CARVALHO, 2006, p. 143).

Com a criação de associações de classe como a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET) e a Associação Nacional dos Provedores Internet (ANPI), assim como o interesse de empresas de telefonia celular, a internet passou a ter mais meios de transmissão e infraestrutura, o que suscitou seu crescimento no Brasil. Surgem nesta fase provedores hoje consolidados na internet brasileira como Universo On Line (UOL), Brasil On Line (BOL), entre outros que auxiliaram na difusão da internet na mídia, atraindo mais consumidores e iniciando o começo da inclusão digital ao cidadão comum (CARVALHO, 2006, p. 143-144).

Embora tenham sido feitos vários esforços para o desenvolvimento da internet e telefonia no Brasil, esta inclusão digital ao cidadão comum não se deu de uma forma crescente, pois haviam problemas tanto estruturais, como econômicos para a de aquisição de computadores, passando a ser um algo levemente intensificado na fase da conexão por banda larga - reconhecida por vários países como uma infraestrutura crucial para atingir metas socioeconômicas[5] (BOLANO e REIS, 2015, p. 388-390). Conforme dados da Teleco e gráfico disponibilizados por Bolano e Reis (2015), a taxa de crescimento de domicílios com computadores apresentou um maior crescimento entre os anos de 2005 a 2007 no Brasil.

Gráfico 5_Taxa de crescimento dos domicílios com e sem microcomputadores



Fonte: Elaboração própria, com base na Teleco, 2012.

[5] Para Bolano e Reis (2015), este mesmo processo não se dava em todas as classes sociais, as camadas de baixa renda eram excluídas dele.

Esta nova sociedade de consumo no Brasil formou uma troca de informações que proporcionou o crescimento de ambientes coletivos virtuais, como salas de bate-papo, que possibilitaram reunir inúmeros usuários de diversos lugares e que alteraram permanentemente os parâmetros de comunicação existentes para quem vivia em locais distantes, inaugurando assim um período de contatos pessoais que podiam ser realizados por escrito, entre muitos indivíduos e, sobretudo, por desconhecidos. (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 53-54).

Esta comunicação passou a ser cada vez mais comum em ambientes privados, na medida em que migrou das salas de bate-papo e chats para o uso de programas de mensagens simultâneas – como MSN – e que possibilitavam não apenas o diálogo mas o compartilhamento de áudio, imagem e vídeo, construindo o que chamamos de "relacionamentos virtuais" parcialmente duráveis, podendo ser complexos, indo da profundidade à solidão (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 53-54).

Ainda nesta direção, Nicolaci-da-Costa (2005, p. 54) aponta que estes modelos de relacionamentos virtuais chamaram a atenção de vários autores[6] que buscaram entender os impactos da internet na sociabilidade e nas relações. As relações, ao se tornarem cada vez mais moduladas por redes, passaram provocar amplas reflexões sobre as vivências afetivas por ser considerada um fenômeno global.

> Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais - na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros (GIDDENS, 2002, p. 61).

Das agências de encontro à busca do "Par Perfeito"

Os anos 2000 já davam mostras que a mudança na forma de vivenciar os afetos no Brasil não eram exclusividade de chats e bate-papos. Dentro da

[6] Conforme reflexões de Nicolaci-da-Costa, (2005) Rheingold, Bauman, Castells e Birman são alguns dos autores que se preocuparam em entender as relações em redes cibernéticas, naquele momento.

multiplicidade da rede, agências de encontro, fundadas nas décadas anteriores, utilizavam a internet para divulgar seus serviços, com intuito de consolidar um espaço para quem buscava relações estáveis.

As agências de encontro se tratavam de serviços voltados à pessoas com exigências maiores em relacionamentos, eram em geral procuradas por homens e mulheres com um nível de escolaridade mais elevado ou ainda por mulheres que se viam diante da dificuldade em encontrar possíveis parceiros, após a divisão de trabalho, ocorrida nas últimas décadas (VIEIRA, 2000, p. 130).

Naquele momento estas agências[7] propunham ao usuário um serviço pago de encontro personalizado, baseando-se em metodologias próprias. Em geral, o cliente passava por questionário, entrevista psicológica com um profissional e só depois a empresa buscava um possível parceiro para a pessoa, uma busca demorada que poderia durar entre 6-8 meses, quanto mais exigências tivessem os clientes (VIEIRA, 2000, p. 128-131).

Conforme Vieira (2000, p. 130-137), estes tipos de agências no Brasil remetem à década de 1950, onde então as chamadas "casamenteiras" montavam um negócio para realizar casamentos, e desde então, esta prática foi tomando contornos cada vez mais empresariais. Porém, estas mesmas agências tiveram resistência para serem entendidas como um serviço sério, na medida em que tais transformações nos relacionamentos afetivos na sociedade, além de parecerem novas e de aguçarem curiosidade eram também carregadas de preconceito e descrença. Era comum os usuários que buscavam este tipo de serviço, seja pessoalmente ou por um website, ficarem receosos ou olharem o trabalho de forma pejorativa, como algo ligado à relação sexual fácil ou à prostituição.

[7] Outro ponto importante é que os sites destas agências não eram interativos como os sites de relacionamentos ficarão mais adiante, tratava-se de sites com vendas de serviços e contato das empresas.

Em suma, o mercado de agências de encontros passou a ter crescimento na medida em que os indivíduos que priorizavam outras áreas – como estudo e trabalho – perceberam dentro das suas vivências as dificuldades em encontrar parceiros. Assim, as agências de encontro cresceram em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Affinity, Lunch 42, A2 Encontros[8] – sendo uma das mais antigas, criadas em 1992 – são alguns exemplos de agências que ganharam notoriedade e conquistaram público, porém muitas delas tiveram seus serviços encerrados mais tarde.

Em parte, esta queda aconteceu devido à dificuldade em se adequar ao mercado que a internet abriu para os relacionamentos que sucedeu nos anos seguintes, inicialmente com os sites de relacionamento e, posteriormente, de aplicativos. Com a expansão da internet, boa parte dos usuários deixaram de utilizar estes serviços de agências "analógicas" e migraram para os sites de relacionamentos. Conforme dados publicados no site da "Veja São Paulo"[9], estima-se da década de 90 à era do Tinder cerca de dez escritórios que atuavam nesta área em São Paulo, apenas três, mantiveram-se na ativa, sendo o motivo principal desta queda a concorrência com plataformas digitais, que contam com serviços gratuitos[10] para realizar a conexão entre pessoas.

As agências de encontro que sobreviveram[11] ao fenômeno das redes tiveram que se readaptar e se colocar no espaço virtual de uma forma diferente, sendo: um serviço cobrado – variando entre 2.500 reais a 16 mil reais ao ano – , para quem não conseguiu se inserir na era dos sites e aplicativos de relacionamentos, com fregueses que querem relacionamentos fixos e têm exigências restritivas – como escolaridade e renda –, e que contam com checagem mais minuciosa de dados – como busca de

[8] Algumas agências sobreviverão a este fechamento, porém não irão mais focar no encontro, mudando o foco para "agências de casamento" ou de relacionamento sério.

[9] Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/como-as-agencias-de-casamento-tentam-sobreviver-em-tempos-de-tinder > Acesso em 09 dez de 2018.

[10] Embora o cadastro, tanto nos sites, como em aplicativos seja gratuito a qualquer usuário, há dentro destas mesmas plataformas serviços pagos para que o mesmo as utilize por um tempo maior.

[11] Paim, A2 Encontros e Eclipse Love são algumas das poucas agências que continuam realizando este trabalho.

antecedentes criminais –, sendo em sua maioria procurados por pessoas de 40 anos ou acima, podendo ainda ter algumas restrições de clientes por biótipos – como a Eclipse Love[12].

Para Ramalho (2005), o fenômeno de sites de relacionamento ocorreu no mundo inteiro, sendo possível encontrar sites de diversas línguas na rede. Estimava-se que, nos anos 2000[13], só no Brasil, haviam mais de 40 sites de relacionamentos disponíveis, sendo os mais conhecidos e utilizados o "Par Perfeito" e o "Como Vai".

Desta fatia, o site "Par Perfeito" se destacava entre os brasileiros, somando em torno de 3 milhões de usuários, onde 2 milhões e meio eram brasileiros e os demais estrangeiros, fator que o colocava como o maior site de relacionamentos no Brasil (RAMALHO, 2005, p. 39).

O site ativo até o presente, foi criado em 1995 e teve o seu crescimento e aceitação de usuários ampliado nos anos subsequentes, atingindo seu auge em meados da primeira década dos anos 2000. O cadastro era – e ainda é – gratuito, mas o usuário podia optar pelo acesso pago, tendo a necessidade apenas de um *nickname* e senha para buscar o seu "par perfeito" - a principal promessa feita pelo site, conforme o nome propriamente dito. Após esse *login* inicial os usuários necessitavam responder um questionário longo a respeito de seu biótipo, formação, religião, *hobbies*, cultura, entre outros itens que auxiliassem na busca, além de uma pequena descrição sobre si e uma chamada para o perfil em uma frase.

Embora longo, o próprio site pedia que este questionário estivesse o mais completo possível para facilitar a busca de "perfis compatíveis" que se tornavam dados armazenados no site e onde era feito um cruzamento dos mesmos com possíveis usuários através de um software. Feito isto, o usuário recebia um e-mail com aviso do

[12] Conforme os dados da mesma matéria da Veja São Paulo, esta agência em questão não agrega pessoas que estejam muito acima do peso, por não ser algo compatível ao que os clientes procuram.
[13] Os dados estão disponibilizados no mestrado de Erica Ramalho (PUC-RJ), com trabalho iniciado em 2002 a 2005.

Par Perfeito de que o site havia encontrado possibilidades de contatos[14] para o que ele procurava.

> É importante deixar claro que os sites de relacionamento não proporcionam encontros face-a-face entre seus usuários. O objetivo do site não é esse, ele apenas disponibiliza ferramentas para que seus usuários se relacionem e se comuniquem dentro do site. Os sites disponibilizam duas formas de comunicação entre os usuários. A primeira delas é um serviço de troca de mensagens que funciona exatamente como um e-mail. E, ainda, um serviço de troca de mensagens privadas em tempo real, exatamente como um bate-papo (RAMALHO, 2005, p. 46).

A faixa etária mais procurada era de usuários entre 19-24 anos e 25-34 anos, somando 30% e 29%, respectivamente. Outro dado relevante é que os usuários mais frequentes do "Par Perfeito" é que 34% estavam cursando o nível superior e 39% das pessoas residiam em São Paulo e 24% no Rio de Janeiro, fatores que apontavam que o site não era de interesse de todos e sua maior demanda se concentrava nos centros urbanos.

As características do "Par Perfeito" apontam que a rede, no início dos anos 2000, estava possibilitando outras formas de afeto, onde o espaço físico deixava de ser uma única possibilidade. Multiplicavam-se possibilidades de afeto: o conhecer pessoas de distâncias que não seriam possíveis no âmbito real; a questão de criar laços fortes entre as pessoas, com possibilidades de se conectar e desconectar com facilidade (BAUMAN, 2004), por outro lado crescia-se também as experiências positivas de usuários que utilizavam a internet para sociabilidade, mostrando que as relações afetivas no âmbito virtual estavam muito além de serem somente negativas ou apenas positivas e ultrapassavam a discussão do real ou irreal ou da total incompletude (GONÇALVES, s/d, p. 7-11).

[14] O site não só indicava perfis compatíveis como o próprio usuário poderia encontrá-los por um sistema de busca variado, indo de uma mais simples à mais detalhada ou online.

> Os motivos também parecem ser os mais variados: uns procuram no espaço-tempo virtual o que não podem ter na realidade, ou seja, buscam relacionamentos virtuais para compensar a ausência de relacionamentos de carne e osso; para outros, trata-se de uma experiência que se acrescenta à gama das experiências possíveis, a relação virtual convivendo com relações reais atuais; para outros, ainda, um passatempo, uma simples diversão sem muitas conseqüências etc..Ora, os relacionamentos virtuais são uma realidade, fazem parte do cotidiano de um certo número de pessoas. Nem bons nem ruins, ou ambos ao mesmo tempo (GONÇALVES, s/d, p. 4).

Some-se a estas mudanças, o crescimento da mobilidade virtual, com os celulares e smartphones, que possibilitaram a comunicação em tempo real em qualquer local entre as pessoas no seu dia a dia, fator que modificou os sites de relacionamentos como o "Par Perfeito" que migraram do *desktop* à plataforma *mobile*, marcando uma nova fase da busca de relações de afeto por meio de telas digitais.

O "império do amor": a expansão de aplicativos de relacionamentos no Brasil

Em 2007, o mundo viveu em escala global, uma transformação econômica com a introdução do *Iphone* pela Apple e também pelo crescimento de Smartphones. Estima-se que o uso de dados por celulares tenha aumentado 50% ao ano, além de ter possibilitado uma abertura para desenvolvedores de softwares mundialmente (MANDAL e LONG, 2017, p. 3).

Pode-se enfatizar neste mercado de softwares, a abertura da *App Store - Apple*, em 2008 e posteriormente do *Android* Market – o atual *Google Play* que comercializa aplicativos para sistemas *ioS* e *Android* para serem utilizados em qualquer lugar, através de smartphones. Nesta direção, Mandal e Long (2017, p. 3-5) apontam que esta inovação proporcionou a ascensão de aplicativos em diversos ambientes, onde mais produtos e serviços estavam conectados na internet, desde as casas, as viagens, o entretenimento, carros, escolas, provedores de saúde e governos que, atualmente, utilizam aplicativos para monitorar os processos de trabalho, dentro de uma tecnologia sofisticada.

Neste contexto, o Brasil se destacou entre países emergentes, apresentando grande crescimento. Estima-se que em 2015 o uso de smartphone entre jovens de 18-34 anos tenha chegado a 61%. (MANDAL e LONG, 2017, p. 4). Esta sofisticação da tecnologia vinculada ao crescimento de smartphones a mais da metade da parcela da população jovem permitiu que as empresas de sites de relacionamento migrassem para um mercado ainda mais lucrativo. Com a ascensão da criação de aplicativos, o próprio "Par Perfeito" também apostou no mercado *mobile* e atualmente faz parte da empresa "Match Group", também conhecida popularmente como "Império do Amor" – a mesma responsável pelo sucesso de um dos aplicativos de relacionamentos mais conhecidos: o *Tinder.*

O aplicativo *Tinder* foi criado em 2012 nos Estados Unidos e chegou ao Brasil na mesma época do "boom dos smartphones" em 2013. Conforme matéria publicada no Portal Terra[15] no mesmo ano de sua chegada ao país, este aplicativo de relacionamento se diferenciava por "evitar o temido 'fora' " ou simplesmente 'ser ignorado', já que se tratava de um aplicativo onde se podia escolher perfis, não havendo notificação caso algum destes perfis fosse indesejado. Porém, segundo um de seus co-fundadores, Justin Mateen, o objetivo principal é conectar pessoas para qualquer tipo de relação – amizade, namoro ou até mesmo negócios, entre outras que possam ocorrer.

A conta no aplicativo *Tinder* é rápida e sem questionários demorados como nos antigos sites, sendo necessário ter uma conta no *Facebook* – ou cadastrar o número de celular, onde o usuário faz uma breve descrição de 500 caracteres, sua profissão e formação e escolhe até 6 fotos. Feito isto, os usuários interagem entre "likes" – gostei, "nopes" – não e "matches" – quando duas pessoas compartilham o seu *like*, que podem simplesmente parar nesta ação ou partir para um nível de

[15] Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/aplicativo-de-namoro-tinder-chega-ao-brasil,aa8cd9a29daa0410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html> Acesso em 26 jan. 2019.

conversa mais longa, com o auxílio de outros aplicativos como o *WhatsApp*, antes de terem um contato pessoalmente.

Esta interação, por mais rápida e simples que pareça, só funciona devido a uma tecnologia sofisticada e sutil de armazenamento de dados, onde o aplicativo faz um rastreamento de informações de acordo com as primeiras características do usuário como idade e cidade – através de dispositivos de geolocalização – e conecta a outros usuários que seriam de seu interesse.

> A arquitetura de um sistema digital, justamente por trabalhar com entes matemáticos, não tem os limites que tem aquela arquitetura que trabalha com vigas de aço e concreto. Daí a plasticidade do mundo virtual, a liberdade que se tem para construir sistemas digitais com a forma abstrata da matemática. Ela permite diferentes modelagens, pois é a construção de um mundo criado como a ideia, muito mais vivo do que jamais poderia ser qualquer livro. (LION, 2017, p. 233).

Conforme Lion (2017, p. 233-236), dentro do caminho desta liberdade plástica, a existência do virtual está fragmentada em diferentes sistemas, que por sua vez, causam diferentes impactos simbólicos. Para o autor, aplicativos de relacionamentos raramente têm saídas do meio virtual de forma direta, sendo necessários outros aplicativos e cadeias de mediações para uma interação que caminhe a um encontro pessoal, em "carne e osso", onde todas as expectativas até então construídas, correm o risco de falhar.

Nesta direção, pode-se pontuar que o modelo de escolha proposto pelos aplicativos de relacionamentos, como o Tinder, tem por base uma ênfase visual: o usuário escolhe uma outra pessoa através de fotos, dá *like* – caso goste – e começa uma interação com quem mais lhe interessa, visto que muitas destas interações tendem a não serem encaminhadas para uma conversa.

Se por um lado, isto parece uma segurança para evitar um "temido fora" ou reduzir as chances de ser ignorando, independentemente do intuito da conexão, por outro não se pode esquecer que as relações de afeto ocasionam circunstâncias e sentidos que vão além do racional, do simples gostar ou não gostar visualmente de alguém, incluindo desejos e a subjetividade de cada indivíduo. Logo, esse ideal de escolha

> parte do princípio de que as pessoas são plenamente conscientes do que desejam, mas o excesso de determinações, como de formas que a pessoa deve representar para si e para a outra, podem gerar a perda do próprio desejo (LION, 2017, p. 237).

Para Bauman (2001, 2004, 2008) os desejos, assim como a forma de vivenciar as relações estão diretamente ligadas ao "valor de consumo", onde o indivíduo antes de se tornar um sujeito e constituir sua identidade, consome. Trazendo estas reflexões para o mundo dos aplicativos de relacionamento, pode-se ousar pensar que as relações intermediadas por aplicativos nos faz consumir perfis e ideais individuais, antes de criarmos uma intimidade e constituir uma identidade de relação.

> Quanto maior a liberdade na tela e quanto mais sedutoras as tentações que emanam das vitrines, e mais profundo o sentido da realidade empobrecida, tanto mais irresistível se torna o desejo de experimentar, ainda que por um momento fugaz, o êxtase da escolha (BAUMAN, 2001, p. 104).

No entanto, seria equivocado dizer que o mercado de aplicativos de relacionamentos provocam apenas relações rápidas, sem profundidade, ou que estejam totalmente fundadas no consumismo, por mais que seja impossível livrar-se da questão do consumo na sociedade contemporânea. Conforme matéria publicada em Editorial da Abril[16], há pesquisas recentes de universidades internacionais, como das Universidades de Essex e Viena[17], que apontam que as relações mediadas por aplicativos, nem sempre são efêmeras, podendo fortalecer laços entre pessoas que buscam um relacionamento sério, entre inter-raciais, pessoas com dificuldades sociais para conhecer parceiros, ou até mesmo por uma questão de dificuldade de sociabilização, como a timidez.

[16] Disponível em <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/casais-que-se-conheceram-virtualmente-contam-sobre-seus-finais-felizes/ > Acesso em 10 dez de 2018.

[17] Um exemplo de pesquisa recente e muito comentada nos meios midiáticos é a pesquisa da Universidade de Essex e da Universidade de Viena, disponibilizada no paper "*The Strength of Absent Ties: Social Integration via Online Dating*" que, entre outras mudanças, aponta um aumento do número de casais inter-raciais que se conheceram por sites e aplicativos como Tinder. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/1709.10478.pdf>. Acesso em 26 jan. 2019.

Para George Simmel (1983, p. 122-173) é algo comum ao indivíduo formar grupos e se unir por seus interesses, sejam estes instintivos, por impulsos religiosos, sensuais, por um ideal, entre outros fatores que fazem com que os indivíduos se influenciem mutuamente. Embora exista o conflito como componente das relações entre os indivíduos, esta interação entre grupos se dá entre os iguais, ou seja do encontro entre os seus semelhantes.

Em parte, a era dos aplicativos rememora esta noção posta por Simmel, pois não se trata apenas de tecnologia e pura troca de base de dados neles, seria no mínimo uma radicalidade apontar tal fenômeno para isto. A forma como o indivíduo os utiliza, entre esta gama de "perfis compatíveis", ou seja entre grupos de interesse, também cria e reproduz subjetividades e desejos.

Em suma, o "mundo dos matches" nos leva a refletir que temos diante dos afetos uma mudança social complexa e heterogênea, em uma tecnologia sofisticada que promovem facilidades de conexão, mas também muitas questões que estão longe de ser apenas positivas ou negativas, como nos lembra Santaella (2003, 30) "se elas [as tecnologias] são crias nossas, inevitavelmente carregam dentro de si nossas contradições e paradoxos".

Considerações finais

Desde o surgimento da internet comercial, observamos o fenômeno das influências do mundo digital sobre a subjetividade dos indivíduos. Neste artigo, buscamos compreender um dos aspectos desse processo, no caso o uso das redes como forma de busca de relacionamentos afetivos como um passado não tão distante de nós. Vimos que a história dos encontros mediados pelo meio digital é bem anterior aos aplicativos, surgindo praticamente junto da internet comercial no Brasil, por meio dos sites de relacionamento. Esse segmento passou a ser impulsionado nos últimos anos pelo crescimento do mercado de aplicativos, que diversificaram a opção de programas e perfis de usuário(a)s.

Por fim, buscamos relacionar essas "subjetividades digitais" por meio de pensadore(a)s contemporâneo(a)s, cujos conceitos nos permitem compreender essas subjetividades de uma perspectiva social mais ampla. Para além de posicionamentos simplistas sobre o efeito das redes na sociedade, buscamos demonstrar que o uso atual de aplicativos de relacionamento é uma nova configuração dentro de um processo histórico social de busca por afeto.

Tal busca, entretanto, esbarra em discussões recentes e em processo de formação como políticas de privacidade e do poder de algoritmos em escolhas por "perfis compatíveis", estes que estão a serviço de um mercado lucrativo de dados pessoais e estão auxiliando a reproduzir subjetividades na medida em que a forma de utilização ainda é de responsabilidade do indivíduo sobre o que ele decide compartilhar com outros usuários na rede, assim como o que ele concorda nos termos de uso e políticas de cada aplicativo de relacionamento.

Em tempos em que as redes sociais nos lembram dos acontecimentos vividos através das fotos postadas nos momentos anteriores, porque muitas vezes há o esquecimento destas vivências, a intrigante interrogação que esta atitude provoca para a nossa discussão é se em uma vida modulada por aplicativos de relacionamentos as memórias afetivas no campo do amor e da sexualidade dos indivíduos se tornarão algoritmos, em um futuro não tão distante.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Amor líquido:* sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BUYS, Bruno. 20 anos da internet no Brasil: universalização do acesso em expansão. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 6-9, jul. 2011. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2018.

BOLANO, César Ricardo Siqueira; REIS, Diego Araújo. Banda larga, cultura e desenvolvimento. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 387-402, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000200387&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2018.

CARVALHO, Marcelo. *A trajetória da internet no brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança.* Dissertação (Mestrado em engenharia): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES, Souza M. Amor Virtual. In: *Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação,* s/d. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1317.pdf> Acesso em 26 jan. 2019.

MANDEL, Michael; LONG, Elliott. A Economia de Aplicativos no Brasil. In: *Progressive Policy Institute*. Disponível em <https://www.progressivepolicy.org/wp-content/uploads/2017/02/PPI_BrazilAppEconomy_PT.pdf> Acesso em 11 dez. 2018.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 50-57, ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2018.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. A difícil tarefa de compreender os arranjos espaciais contemporâneos. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 453-462, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 dez. 2018.

RAMALHO, Erika. *Par Perfeito: um novo espaço virtual para a procura de parceiros amorosos*. Dissertação (Mestrado Psicologia), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, dezembro de 2003.

SCALCO, Lúcia. Reflexões Sobre a Sociabilidade Virtual dos Jovens das Classes Populares. *Ponto Urbe*, 4, 2009, Disponível em <http://pontourbe.revues.org/1473> Acesso em 26 jan. 2019.

SILVEIRA, Sérgio da. Economia da intrusão e modulação na internet. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 17-24, mai. 2016.

SILVEIRA, Sérgio da. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, p. 113-134, jan./jun. 2009.

SIMMEL, Georg. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

VIEIRA, Erika. Amor sob encomenda. In: GOLDEMBERG, Miriam (Org.). *Os novos desejos*: das academias de musculação às agências de encontro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência* – o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

LION, Ferreira Thiago. Ensaio sobre o Tinder: a emergência disruptiva do digital no seio das relações sexuais capitalistas. *Revista Limiar*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 224-262. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr7/12_Lion-T_Ensaio-sobre-o-Tinder_Limiar_vol4-nr7-1sem2017.pdf> Acesso em: 04 dez. 2018.

Sites

HISTÓRIA SOBRE OS SITES DE BUSCA. Disponível em <https://sites.google.com/site/historiasobreossitesdebusca/historia-dos-sites-de-relacionamento> Acesso em 05 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO. EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL. Disponível em <http://www.faeterj-rio.edu.br/downloads/bbv/0032.pdf > Acesso em 05 nov. 2018.

SOBRE PAR PERFEITO. Disponível em <https://www.parperfeito.com.br/help/aboutus.aspx?orig=5> Acesso em 05 nov. 2018.

A HISTÓRIA POR TRÁS DOS 20 ANOS DA INTERNET COMERCIAL NO BRASIL. Disponível em < https://www.rnp.br/destaques/historia-por-tras-20-anos-internet-comercial-brasil>. Acesso em 25 jan. 2019.

As definições do tablete foram atualizadas: o Antigo Oriente Próximo e as Humanidades Digitais

Tablet definitions have been updated: The Ancient Near East and the Digital Humanities

Priscila Cristina Nascimento Lopez de Scoville[1]

Resumo

A ascensão das pesquisas voltadas às Humanidades Digitais permitiu um novo olhar para o passado, até mesmo no mais remoto dos tempos. Neste artigo, busco trazer uma possibilidade de atualização das nossas visões sobre a Antiguidade Próximo-oriental, a partir de metodologias da informática. Para tanto, parto da ideia de ligações de rede (pela *Social Network Analysis*), criando um mapa visual sobre a interação de diferentes reinos em um sistema diplomático. Localizo essa pesquisa no século XIV AEC, quando o Sistema de Amarna estruturou regras e costumes para estabelecer contatos e manter o poder dos reinos de maior destaque. Com isso, espera-se revisitar o antigo oriente, desmistificando e recontextualizando aqueles povos em uma realidade mais integrada e interconectada.

Palavras-chave: Era de Amarna; Oriente Próximo; *Network Analysis*.

Abstract

The increasing number of researches on Digital Humanities enables a new view of the past, even to the most ancient times. In this paper, I aim to facilitate a renovation of our notions about the Ancient Near East, through methodologies of the informatics. For that, I use the Social Network Analysis' resources to create a visual map of the interaction between kingdoms in a diplomatic system. This inquiry is focused in the XIV century BCE when the structures and rules of the Amarna System permitted contacts and maintained the power of some well-established kingdoms. With that, I hope to revisit the Near East and rethink those peoples in a more integrated and interconnected reality.

Keywords: Amarna Age; Ancient Near East; Network Analysis.

As Humanidades Digitais (HD) certamente são um campo em ascensão e muito ainda se discute sobre como as definir. Enquanto pertencentes às Ciências da Informação, as HD são uma forma de ligação entre a tecnologia e o estudo sobre as sociedades. Durante o THATCamp Paris[2] de 2010, os participantes elaboraram um curto manifesto que nos ajuda

[1] Doutoranda em História na UFRGS, com pesquisa acerca das relações interterritoriais no Antigo Oriente Próximo, na Era de Amarna.

[2] O THATCamp Paris se auto intitula uma não-conferência sobre as Humanidades Digitais. É o primeiro evento sobre o assunto na França, mas ao contrário de colóquios habituais, o THATCamp Paris privilegia as discussões informais, com colaborações não individualizadas e com uma abordagem mais prática do que teórica. Essa definição foi dada pelos próprios organizadores do evento e está disponível no site: https://tcp.hypotheses.org/.

a entender melhor a sua aplicação e definição[3]. De modo geral, podemos dizer que as HD são um conjunto de Ciências Humanas e Sociais que se apoiam em uma série de paradigmas referentes ao mundo digital. Em outras palavras, é uma transdisciplina que se utiliza de métodos digitais em pesquisas sociais ou humanas (DACOS, 2012, s/p). Além disso, é interessante ressaltar que "historiadores podem em muito se beneficiar com as vantagens das ciências da computação e da informação que são dedicadas aos procedimentos, organização e análise de tais dados" (DÜRING, *et al* [ed], 2016, s/p. Tradução da autora), uma vez que, como afirmam Fleming, Teixeira-Bastos e Porto (2017, p. 16):

> Essencialmente, as Humanidades Digitais questionam o potencial humano na era das informações em rede [...]. As atividades de processamento [...] otimizam as habilidades dos computadores, geotecnias e sistemas de informação a fim de automatizar determinadas tarefas úteis para responder aos tipos de perguntas propostas inicialmente na pesquisa. Os projetos digitais dependem do conhecimento e compreensão de determinados fundamentos e assimilação dos ambientes e redes nos quais os projetos se desenvolvem de forma diversa.

Nesse contexto, encontra-se a *Social Network,* que reúne estratégias de investigação de estruturas sociais e possibilita a visualização dessas estruturas em gráficos de rede. A *Social Network Analysis* (SNA) prioriza os relacionamentos de determinado sistema e compreende as estruturas regulares que influenciam na ação dos atores envolvidos (OTTE; ROUSSEAU, 2002, p. 442). Assim, ao aplicar a SNA na História podemos rastrear as relações estabelecidas por meio de documentos e classificá-las em diferentes graus. Isso significa que é possível criar um mapa visual de conexões complexas que facilite a percepção e análise de relações humanas. A SNA, portanto, une a matemática, a informática, a teoria gráfica e a sociologia – e ao ser aplicada na História propicia uma nova metodologia para se entender as fontes de pesquisa.

As técnicas da SNA podem ser pensadas em dois focos diferentes: egocêntrico ou global. No primeiro caso, coloca-se um indivíduo como membro central das relações a

[3] O Manifesto foi publicado em 2012, e está disponível no site da THATCamp Paris: https://tcp.hypotheses.org/category/manifeste e possui uma versão em português publicada, com tradução de Hervé Théry: https://tcp.hypotheses.org/497.

serem estudadas – a análise é feita sobre uma pessoa determinada. No segundo caso, a pesquisa se baseia em todos os membros pertencentes àquela rede de conexões. Existe, ainda, uma série de diversas especificidades de nomenclatura e formas de abordar essa metodologia – e não cabe a esse trabalho trazer essas reflexões. Contudo, é interessante notar que a aplicação da SNA nos permite pensar a História Antiga de modo integrado, ao contrário do que normalmente (e tradicionalmente) acontece em nosso país.

Segundo Guarinello (2014, p. 22), a história é vista de um modo progressivo, como se cada etapa começasse quando a anterior terminasse, não há interligação, não há contato. Nesse sentido, a História de Roma, começa quando acaba a da Grécia, que se seguiu ao fim da do Egito, que, por sua vez, emergiu após o fim da civilização mesopotâmica. Sabemos que isso não é verdadeiro, mas é a forma como nós fomos ensinados durante a educação básica, separando grupos e sem um incentivo enfático na associação dessas sociedades. Poderíamos discutir aqui o valor de memória social que é carregado nessa linha de pensamento, que prioriza uma História Nacional cuja intenção é a de criar identidades – e por isso, destaca aspectos bem selecionados[4]. Minha intenção, contudo, não é entrar nesse debate, mas apontar na direção de uma História Antiga que rompe com essa noção; inicialmente, por sair do espectro ocidental, mas, também, por abranger e focar nas relações de distintos povos no Oriente Próximo. Para tanto, muno-me da *Social Network Analysis,* pensada em uma forma global, para entender as relações de rede em um sistema diplomático intercontinental no século XIV AEC. Por "rede" refiro-me, de forma simples e direta, a um grupo de "nós" (agentes) e "arestas" (ligações). Essas nomenclaturas ficarão mais claras no decorrer deste trabalho, mas podemos dizer que os agentes são as pessoas em questão, representadas no gráfico como um ponto; as arestas, por sua vez, são as relações estabelecidas entre dois agentes, visualmente percebidas por uma linha que une dois pontos. Na medida em que esses nós ganham influência (ou seja, os atores são reconhecidos por outros dentro do mesmo sistema), o tamanho do seu ponto fica maior no gráfico. Isso acontece porque o peso da medida de influência, estabelecido

[4] Para esse tipo de debate, sugiro a leitura dos primeiros capítulos do livro de Guarinello (2014, p. 7-46).

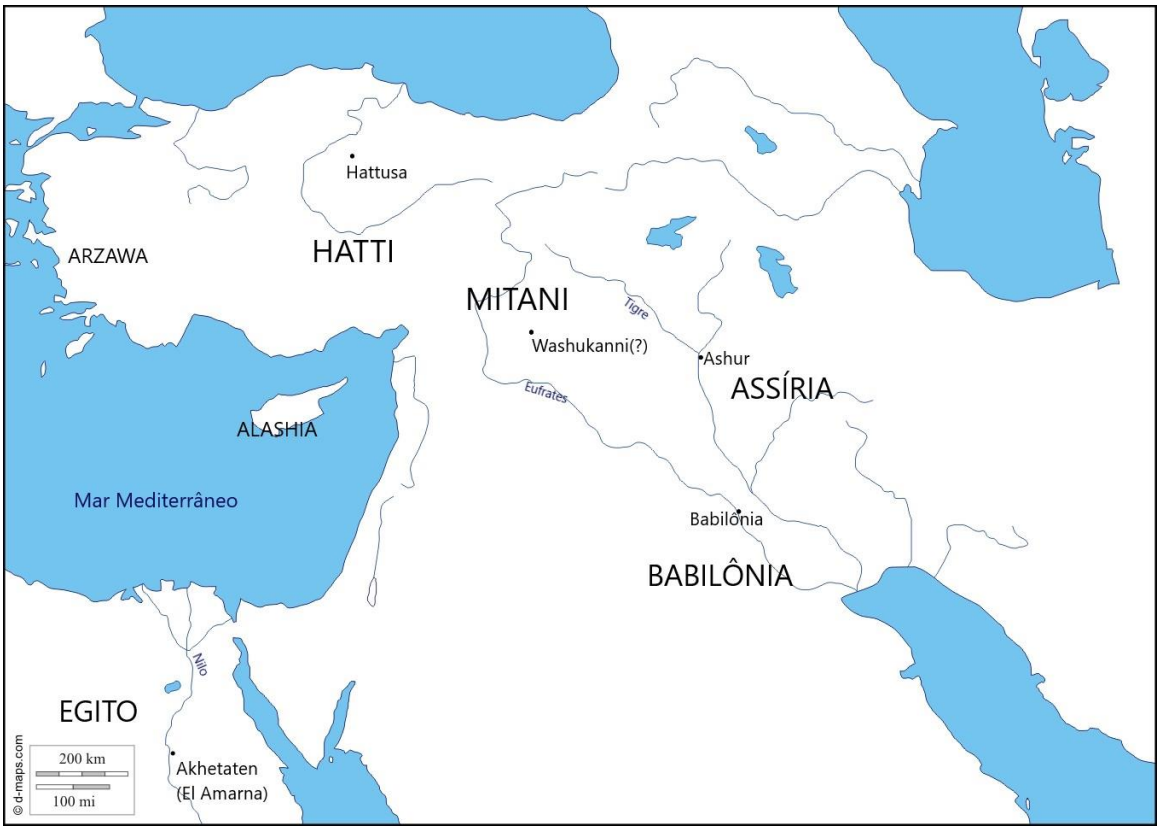
por mim, é a quantidade de conexões existentes (chamado de grau de centralidade), mas reconheço que existem outros métodos que poderiam ser aplicados (como a intermediação, a aproximação ou o autovetor). As arestas, ainda, poderiam ser direcionadas, apontando a importância relativa à quem falou sobre quem – isto é, a relação teria uma direção do ponto de origem ao final. Contudo, considero as ligações não-direcionadas, de modo que não faz diferença quem foi a pessoa que enviou a mensagem, pois ambas estavam conscientes da relação existente.

A partir destas ideias e técnicas, então, é possível repensar a antiguidade próximo-oriental por meio de um contexto mais incisivo, mais real, mais conectado. Para esse estudo, foco-me em sete reinos: Arzawa, Alashia, Assíria, Babilônia, Egito, Hatti e Mitani. Cada um respondia por si, eram os reinos mais poderosos do século XIV AEC e todo o território da Síria-Palestina e da Mesopotâmia estava subjugado a um desses cinco últimos. Contudo, existia um grande sistema que respeitava os limites desses reinos, eles tinham acordos e tratados de paz, que os possibilitava manter seu *status quo*. Arzawa e Alashia, apesar de não serem grandes potências, como os demais citados, eram reinos independentes que não precisavam pagar tributos e podiam estabelecer suas relações livremente.

Os agentes

A definição específica das fronteiras do Oriente Próximo pode variar de acordo com cada autor. De acordo com Van de Mieroop (2007, p. 1), o termo "Oriente Próximo" era usado, desde o século XIX para designar o que restava do Império Otomano nas margens leste do Mediterrâneo. Hoje o termo utilizado para se referir essa região é "Oriente Médio", mas os dois não são necessariamente correspondentes. É comum entre historiadores e arqueólogos optarem pelo uso de "Oriente Próximo" para denominar a região que se estende da costa turca do Mar Egeu até o Irã, e da Anatólia até o mar vermelho; "o Egito, cuja história cruza com a do Oriente Próximo muitas vezes" (VAN DE MIEROOP, 2007, p. 1), frequentemente é excluído dessa definição, exceto pela segunda metade do Segundo Milênio AEC, quando estabeleceu um império na Ásia. É, justamente, nesse período que posiciono meu trabalho e, por isso, considero o Egito pertencente ao mundo próximo-

oriental. O Irã, por sua vez, permanece fora do meu mapa, pois, nesse momento, não possuía um reino que integrasse o sistema de relações vigente. Assim, para os fins deste estudo, o Oriente Próximo pode ser entendido conforme o mapa abaixo:



Mapa 1: Antigo Oriente Próximo em c. 1350 AEC.
Fonte: da autora, com base de "d-maps.com".

Reinos independentes

Arzawa estava localizada na costa oeste da Anatólia e, apesar de ser independente, estava sob certa influência hitita, pela aproximação com Hatti. O agente considerado nessa pesquisa é Tarḫundarasu, um rei que se correspondeu com o faraó Amenhotep III do Egito, para negociar um casamento diplomático.

Alashia, por sua vez, corresponde ao Chipre. Foi um importante centro comercial, fornecedor de metais, em especial o cobre. Infelizmente, não sabemos o nome do rei (ou reis) que se corresponderam com o resto do Oriente Próximo, por isso, o agente considerado é "Rei de Alashia".

Grandes Poderes

Como apontei anteriormente, cinco reinos controlavam toda a região do Oriente Próximo (com a exceção de Arzawa e Alashia – que, como dito, eram independentes). Esses reinos formavam uma espécie de "Clube dos Grandes Poderes", com regras de interação que previam a paridade hierárquica dos seus reis. Eles eram as potências mundiais do período.

A Assíria, que havia acabado de se libertar do controle de Mitani e da Babilônia, ainda estava buscando se estabelecer como um poder hegemônico. Por isso, as relações com os demais reinos não estavam firmadas. O rei que aparece como agente do sistema é Ashur-Uballit, que levou cartas de paz ao Egito e foi reprimido pelo governante babilônico; Ashur-nadin-aḫḫe, pai de Ashur-Uballit, aparece mencionado pelo filho ao comentar sobre outras relações.

A Babilônia estava bem estabelecida, sob uma dinastia cassita, também era chamada de Karaduniash ou Shanhar. Dois reis aparecem como autores de cartas enviadas ao exterior: Kadashman-Enlil e Burraburiash II. Eles ainda citam o contato feito por seus antecessores, Karaindash, Kadashman-harbe, Kurigalzu e Kadashman-Enlil. Assim, para a Babilônia, temos um total de cinco agentes.

O Egito dominava boa parte da Síria e estava em seu apogeu durante o reinado de Amenhotep III e Akhenaton. Esses são os dois reis que mais aparecem na documentação, mas ainda há Tothmés III, Tothmés IV, Amenhotep II, Huriya (um faraó não identificado, podendo ser Akhenaton, Tutankhamon ou Smenkhkare) e a Rainha Tiye, além de menções ao "Rei do Egito", nas quais não podemos saber se se refere a um desses já citados ou outro e de uma "Princesa Egípcia". Assim, totalizamos nove agentes egípcios a serem contabilizados.

Hatti foi o reino hitita localizado no leste da Anatólia, seus governantes tinham interesse na expansão territorial, por isso, frequentemente, entrava em disputas com Mitani pela conquista dos reinos menores no norte da Síria. Os agentes hititas são Suppiluliuma I, rei de Hatti, seu irmão Zidan e um "Rei de Hatti", não identificado.

Por fim, temos Mitani, talvez o reino menos conhecido da lista. Localizava-se no norte da Síria, entre os rios Tigre e Eufrates, e era composto por uma população hurrita.

Mitani se formou e expandiu rapidamente, tendo sido uma das maiores potências do período. Entrou em confrontos diretos com o Egito mais de uma vez, mas, por fim, estabeleceu uma aliança forte e duradoura com os faraós. Dentro da documentação dessa pesquisa, Tushratta é o único rei que envia correspondências ao exterior, mas existem ainda outros governantes que são mencionados e referenciados nas fontes: Shuttarna II, Artashumara II e Artatama.

No total, então, a documentação selecionada (sobre a qual falarei em seguida), possui 26 agentes que nos ajudam a entender o Antigo Oriente Próximo de uma forma sistemática e conectada. É interessante apontar que os nomes não conclusivos, como os Reis de Hatti, da Alashia e do Egito, se agruparam, mas é possível que representem mais de um indivíduo ou algum indivíduo já listado. Infelizmente, não temos como saber. Esses 26 nós, são responsáveis por 147 relações (arestas), das quais 109 se repetem e 38 são únicas.

A documentação

Toda a base desse estudo foi realizada a partir das Cartas de Amarna, um conjunto de correspondências diplomáticas encontradas no Egito, na cidade de Tell el-Amarna (antiga Akhetaton), em 1887. Esse *corpus* documental compreende um total de 382 tabletes, dos quais 350 são cartas ou inventários anexos a elas. A maior parte dessa documentação, porém, compreende mensagens com relatos enviados por territórios subjugados ao poder egípcio. Apenas 44 das cartas abrangem um sistema diplomático intercontinental, ao qual pertencem os sete reinos mencionados acima. São esses tabletes, portanto, que analiso[5].

A organização diplomática em questão é chamada de Sistema de Amarna, em referência ao local de encontro do material arqueológico. O período de vigência desse sistema ficou conhecido como Era de Amarna (c. 1400-1300 AEC)[6], mas cabe ressaltar que

[5] Para meus estudos, utilizo duas versões das fontes, a tradução e transliteração de Rainey (2015) e a tradução de Moran (1992).

[6] Essa datação corresponde ao período abrangido nas Cartas de Amarna.

este não é a mesma coisa que o Período de Amarna (c. 1353-1324 AEC), apesar de existir certa relação. O Período de Amarna corresponde, de forma simples, ao governo de Akhenaton e seus imediatos sucessores, quando houve uma reforma político-religiosa e a elevação do deus Aton como único. A Era de Amarna, por sua vez, é uma designação referente a um momento diplomático que engloba todo o Antigo Oriente Próximo, indo além das fronteiras do Egito. Apesar de envolver, também, o governo de Akhenaton, a Era de Amarna se inicia antes (já que existem documentos escritos por seu pai, Amenhotep III, e referências a faraós ainda anteriores) e termina anos mais tarde, já no período Raméssida[7].

O sistema não surgiu de um dia para o outro; foi resultado de uma longa tradição sírio-mesopotâmica, que desde o terceiro milênio AEC se desenvolvia aos poucos. As características dos contatos, porém, foram se modificando à medida que os séculos passavam e as sociedades se tornavam cada vez mais complexas. Negociações formais com territórios estrangeiros são vistas, pela primeira vez, em Ebla, em uma carta que o rei Irkab-damu enviou para o rei Zizi, de Hamazi. Esse documento é revelador no sentido de que não está propondo constituir uma relação, já que apresenta sinais de uma relação bem estruturada e definida (PODANY, 2010, p. 27). Infelizmente, não podemos dizer desde quando, ou por quem. De qualquer modo, esse é vestígio mais antigo já encontrado sobre tratados diplomáticos e data de c. 2300 AEC, no período que chamamos de Era de Ebla.

Assim, fica claro que o Sistema Diplomático de Amarna, apesar de ser considerado o mais antigo de que se tem registro, é uma resposta às outras eras diplomáticas: inicialmente, a Era de Ebla (c. 2500-2000 AEC), seguida pela Era de Mari (c. 2000-1595 AEC)[8]. Para ser breve, ao longo desses períodos, a comunicação oficial entre diferentes

[7] A documentação de Amarna não chega a compor todo o período diplomático, apresentando, como dito anteriormente, apenas três faraós: Amenhotep III, Akhenaton e Huriya (que pode ser o próprio Akhenaton, Tutankhamon ou Semenkhkare). Contudo, a partir de outros *corpora* documentais, como os arquivos de Boğazköy, sabemos que o Sistema Diplomático se manteve até a chegada dos povos do mar, quando todo o Oriente Próximo colapsou e precisou se reformular.

[8] Para entender, didaticamente, a evolução dessas relações elenco aqui as principais características desses períodos. Nas Era de Ebla, as negociações eram entre Síria e Mesopotâmia, focadas em auxílio militar e comércio. Na Era de Mari a preocupação com a manutenção do poder se torna mais evidente e inicia-se da prática de vice-reinados. Por fim, na Era de Amarna, há um deslocamento para o oeste, com uma expansão pelo Antigo Oriente Próximo e a sistematização da diplomacia. Para pensar mais detalhadamente sobre todo esse processo, sugiro a leitura do livro de Podany (2010).

reinos se desenvolveu organicamente, mas ainda era muito restrita à região sírio-mesopotâmica, com um foco não na manutenção da paz, mas na busca de alianças contra inimigos em comum e ganhos econômicos. Foi à medida que as pequenas cidades cresceram, que a intenção das relações foi sendo lapidada. Assim, quando chegamos na Era de Amarna, foi possível abranger uma realidade geograficamente muito maior. Nesse período, novos grupos impunham-se na região sírio-mesopotâmica e, por isso, as sociedades e estruturas foram remodeladas. O Egito, recém-chegado ao Reino Novo, estava controlando boa parte da costa síria; Hatti e Mitani estavam disputando a região norte da Síria, criando uma inimizade duradoura. O clima foi, durante algum tempo, bastante hostil, mas eventualmente acordos e tratados de paz proporcionaram certo equilíbrio. Nascia, assim, o Clube dos Grandes Poderes.

O Sistema de Amarna

Para o sistema funcionar, alguns aspectos precisavam estar acordados entre os reis envolvidos. Tais elementos são reflexos da própria tradição sírio-mesopotâmica e sua visão de mundo. Isso fica claro quando pensamos que a diplomacia amarniana estava inclusa em uma realidade monárquica e todos os atos dos monarcas eram pessoais (afinal, não havia distinção entre "Estado" e "indivíduo"). Assim, as leis que regem um sistema oficial são baseadas nas leis domésticas e na própria sociedade (WESTBROOK, 2002, p. 29). Um dos mais importantes aspectos a ser considerado é a organização em Casas: se uma legislação interterritorial é a ampliação da legislação doméstica, uma metáfora familiar é pertinente.

> A sociedade do Antigo Oriente Próximo era extremamente hierárquica. Era baseada não apenas no indivíduo, mas na família. A família, chamada de "casa", era uma sociedade socioeconômica liderada por um "pai", cuja família estendida e multigeracional vivia sob sua autoridade. [...] Nessa estrutura, o rei era considerado não mais do que um chefe de família em larga escala, sua Casa era a agregação das Casas que configuravam uma sociedade política (WESTBROOK, 2002, p. 28. Tradução da autora).

Um elemento central dessa metáfora é a fraternidade. Os acordos, desde o final do terceiro milênio AEC, pensavam uma igualdade entre as Casas aliadas, estabeleciam juramentos de lealdade e previam reciprocidade. Aos poucos as relações familiares foram

se intensificando, por meio de casamentos diplomáticos, e termos como "irmandade" se tornavam cada vez mais comuns. Quando chegamos na Era de Amarna, os Grandes Poderes representavam um sistema complexo e integrado. Seus reis estavam no topo da hierarquia: acima deles apenas os deuses. Assim, na relação entre eles não poderia transparecer uma superioridade de nenhum dos lados, ou seja, para fazer o uso da analogia familiar, ela não poderia ser entre "pai" e "filho". Nesse sentido, o uso do termo "irmão" (*aḫu*[9]) se tornou uma constante. Os reis de mesmo *status* chamavam-se de irmãos e esperavam ser tratados com paridade e com reciprocidade. Deste modo, temos um sistema diplomático de natureza policultural (em que várias sociedades coexistem em termos igualitários) e multipolar (em que não existe um único centro) (COHEN; WESTBROOK, 2002, p. 10).

Todo esse panorama, contudo, representa as relações dos Grandes Poderes, os termos de igualdade e reciprocidade não valiam para os territórios subordinados, sendo que, nesse caso, as relações eram bastante unilaterais. Arwaza e Alashia, por sua vez, têm particularidades interessantes: não são membros do Clube dos Grandes Poderes, pois não possuem uma hegemonia territorial, mas tampouco são subjugados a outro reino. Assim, seus reis são tidos como irmãos e em todas as cartas são denominados como tal – talvez sejam aquele "irmão distante", sem ter o título de "Grande Rei", como os outros cinco reinos possuíam (PODANY, 2010, p. 254).

Os tabletes do Sistema de Amarna têm muito a nos revelar sobre estratégias diplomáticas, desde questões norteadoras, como também as estruturas e a retórica. Os elementos trazidos acima são apenas a ponta do *iceberg*, mas são fundamentais para podermos questionar a práxis das relações. Já existem estudos voltados às questões teóricas desse sistema, além da bibliografia já citada, outros nomes como Mario Liverani (2001) e

[9] *aḫu*, segundo o CAD 1 (*Chicago Assyrian Dictionary*), também significa "braço" e "lado". É simbólico pensar nessa significação: braço é o que anda ao lado do corpo, assim como irmão é aquele que está ao seu lado. Estar ao lado pode ser interpretado tanto no sentido hierárquico (ser equiparado), como na referência a formação de alianças. Além disso, a mesma palavra ainda pode ser entendida como "associado", "colega", em termos de alguma relação social, política, emocional ou legal específica. É do termo *aḫu* que derivam as expressões "relação fraternal", "status de irmão", "pessoas de mesmo status", "irmandade", pela palavra *aḫḫūtu* (GELB *et al.*, 1998, p. 195-210).

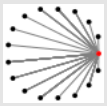
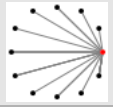
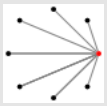
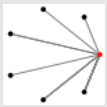
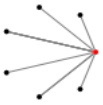
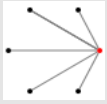
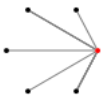
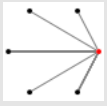
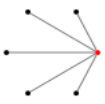
Trevor Bryce (2003) merecem destaque. Entretanto, não é um trabalho finalizado, sabemos, e, por isso, proponho incluir nesse debate as relações de rede, como apontei no início deste artigo. Acredito que assim ficará mais fácil de visualizar a aplicação desse sistema, uma vez que ele abrange uma grande área territorial. É extenso, de fato – em uma linha reta, as capitais do Egito e da Babilônia naquela época, estão há 1407 km de distância – e seria ainda mais se fossemos seguir as rotas usadas pelos mensageiros. Essa sequer é a maior distância percorrida, entre Amarna e Boğazköy (onde se localiza a antiga Hattusa, capital hitita) são 1417 km em linha reta. Com isso em mente, é possível testar a efetividade do sistema calculando a quantidade de *saltos* (número de contatos) que os nós precisam dar para alcançar qualquer outro nó da rede.

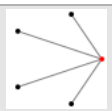
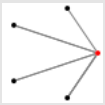
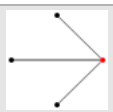
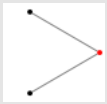
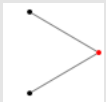
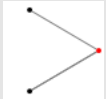
Segundo Cline e Cline (2015, p. 26), que catalogaram os 382 tabletes, existem um total de 246 pessoas apresentadas, com 464 relações estabelecidas. Por estar focada nas relações de igualdade, considero apenas os 26 agentes que apresentei anteriormente:

1. Amenhotep III
2. Akhenaton
3. Huriya
4. Tothmés III
5. Amenhotep II
6. Tothmés IV
7. Tiye
8. Princesa egípcia
9. Rei do Egito
10. Kadashman-Enlil
11. Burraburiash II
12. Kurigalzu
13. Karaindash
14. Kadashman-harbe
15. Princesa babilônica
16. Tushratta
17. Shuttarna II
18. Artatama
19. Artashumara II
20. Ashur-uballit
21. Ashur-nadin-ahhe
22. Suppiluliuma
23. Zidan
24. Rei de Hatti
25. Tarkhundarasu
26. Rei da Alashia

É normal perceber que o Egito é o ambiente com mais relações e nomes, uma vez que a documentação utilizada foi encontrada lá (e, portanto, reflete principalmente as

relações do Egito com o resto do mundo), contudo, à medida que reis falam uns sobre os outros, é possível entender a dinâmica dos contatos estabelecidos. Cada um dos contatos foi analisado partir de um plug-in do Excel, o NodeXL (versão 1.0.1.418), que converteu os dados coletados por mim em cálculos matemáticos. Dessa forma, foi possível criar redes para todos os indivíduos e entender a sua importância relativa no sistema a partir da sua centralidade, o resultado pode ser visto na tabela abaixo:

NOME (nós)	GRAFO INDIVIDUAL (arestas)	CENTRALIDADE (grau)
Amenhotep III		16
Akhenaton		12
Burraburiash II		11
Tushratta		9
Suppiluliuma		7
Tothmés IV		7
Kadashman-Enlil		6
Rei do Egito		6
Assur-uballit		5
Rei da Alashia		5
Shuttarna II		5
Tothmés III		5

Amenhotep II		4
Artatama		4
Kurigalzu		4
Tiye		4
Huriya		3
Princesa Babilônica		3
Ashur-nadin-ahhe		2
Kadashman-harbe		2
Karaindash		2
Rei de Hatti		2
Tarkhundarasu		2
Zidan		2
Artashumara II		1
Princesa Egípcia		1

Isso já nos garante algumas primeiras informações: como as cartas foram encontradas em um palácio construído por Akhenaton, naturalmente imaginamos que as conexões com este faraó seriam as mais comuns, mas não é o que acontece. Amenhotep III é o agente com mais contatos, são 16 no total. Mais que isso, a centralidade de

Akhenaton (12) está com um valor mais próximo de Burraburiash II (11) e Tushratta (9) do que de seu pai. Esses reis são contemporâneos e, mais do que isso, Tushratta correspondeu-se com Amenhotep III, antes de Akhenaton. Os três reinos em questão (Egito, Mitani e Babilônia) parecem ter uma posição privilegiada no sistema, ainda mais se considerarmos os números de outros Grandes Reis: de Hatti, a maior centralidade é 6 (com Suppiluliuma), e da Assíria é 5 (com Ashur-Uballit).

Unindo as informações, foi possível criar um gráfico que abrange todos os nós, para visualizarmos as relações como um todo. Para tanto, utilizei o software Gephi (versão 0.9.1) e designei cores específicas para cada reino: laranja (Egito), rosa (Mitani), azul (Babilônia), azul claro (Hatti), verde (Assíria), amarelo (Alashia) e vermelho (Arzawa).

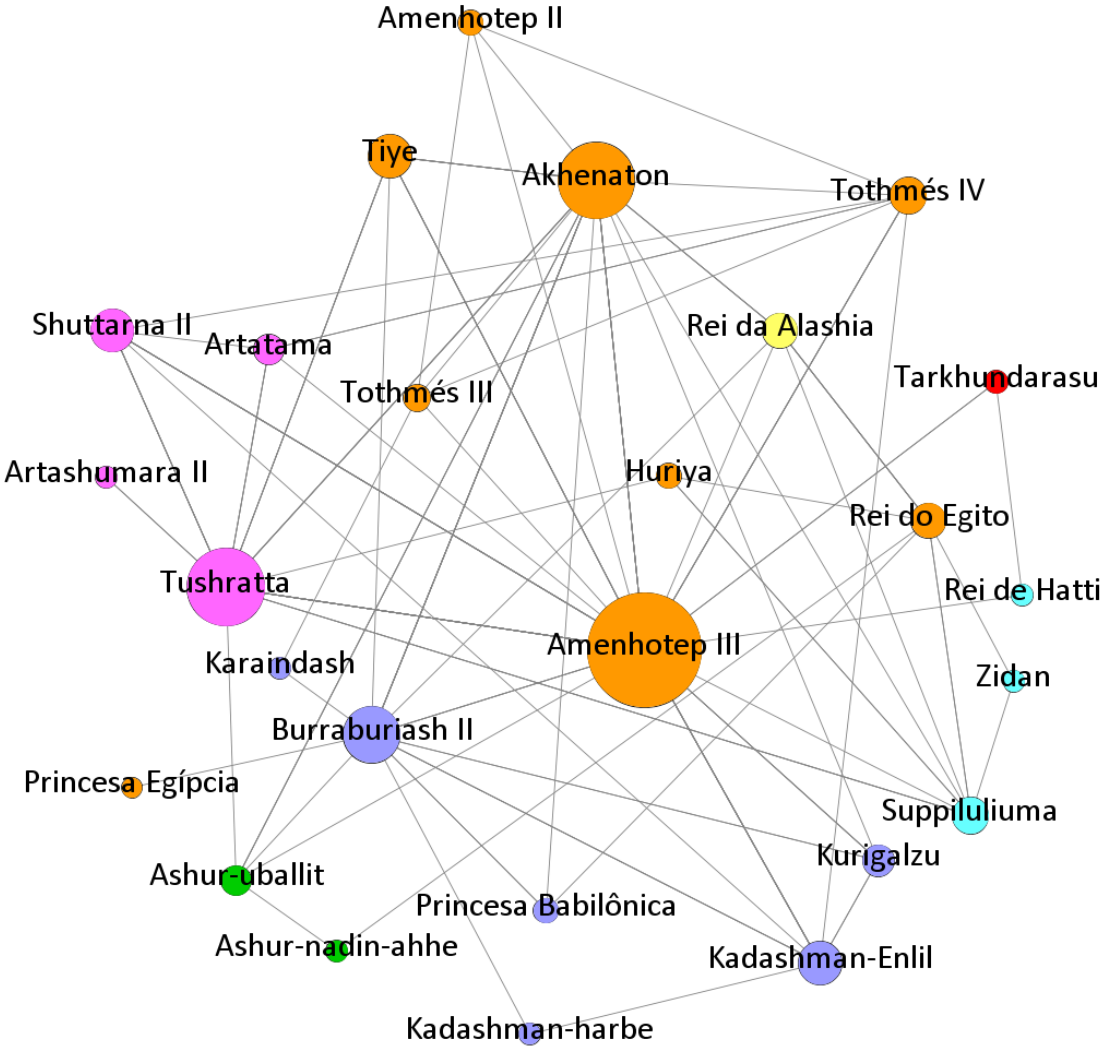


Gráfico 1: Rede de contatos diplomáticos de territórios independentes da Era de Amarna

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, usando o *Gephi* versão 0.9.1

O tamanho dos nós representa o seu grau de centralidade: quanto maior o número, maior o ponto. Por isso, o círculo de Amenhotep III é o maior, enquanto o de Suppiluliuma é pequeno. Pelas cores e tamanhos já fica possível perceber a predominância do Egito, da Babilônia e de Mitani nessa relação – como já havíamos notado pelos números do grau de centralidade. A média de centralidade, porém, é 5 (e a mediana é 4). Isso significa que, entre os Grandes Reis, seus agentes mais ativos estão acima da média. É interessante apontar, ainda, que a distância geodésica desse sistema é 2,035503. Isso significa que para que uma pessoa entre essas 26 possa se comunicar com qualquer uma das outras do

sistema, sem que haja intermediários desnecessários, ela precisa passar sua mensagem, em média, por dois indivíduos – e, no caso máximo, esse número sobe para quatro pessoas.

Falar apenas em números pode dificultar o entendimento do que isso significa na prática: esses números representam uma realidade bastante interconectada e um sistema denso. Essa média geodésica em um valor pouco maior que 2 indica que, apesar da grande extensão geográfica, o mundo próximo-oriental era um "pequeno mundo". A expressão vem da SNA e designa um sistema complexo em que a rede de relações era interligada o suficiente para garantir a comunicação entre seus membros fazendo poucos *saltos*. Segundo Cline e Cline (2015, p. 34), uma distância geodésica média baixa entre os agentes, a aplicação da lei do poder de distribuição e um coeficiente de agrupamento alto são os três elementos que configuram uma rede de "pequeno mundo".

Em primeiro lugar, uma baixa média geodésica é enquadrada na teoria dos "seis graus de separação", ou seja, a média do número de saltos para conectar qualquer um dos agentes não deve ser mais do que seis. No Sistema de Amarna, esse número é praticamente 2 – menos da metade do estabelecido. E mais do que isso, o número máximo dos saltos é 4, um valor ainda abaixo do limite médio. Na prática, isso é possível porque existem agentes com uma centralidade de intermediação alta o suficiente para suprir os que têm menos influência, ou possuem alguns contatos com muitas arestas, garantindo a interligação de todo o grupo. Isso fica visível no gráfico acima, com Amenhotep III, Akhenaton, Burraburiash II e Tushratta intermediando muitas das relações.

O segundo elemento é a lei do poder de distribuição, em que alguns dos agentes tem muitos contatos, enquanto outros tem poucos ou apenas um. Para saber se a lei se aplica, precisamos voltar à tabela com os graus de cada indivíduo. Fica evidente que há uma grande diferença entre os números e os graus de centralidade de alguns são muito maiores do que outros. Muitos nomes possuem apenas um ou dois contatos: Karaindash (2), Ashur-nadin-ahhe (2); Tarkhundarasu (2); Zidan (2); Rei de Hatti (2); Kadashman-harbe (2); Artashumara II (1); e Princesa egípcia (1). Isso contrasta com os números de Amenhotep III (16), Akhenaton (12), Burraburiash II (11) e Tushratta (9) – números altos, como dito, se considerarmos que a média do sistema é de 5.

O último elemento que precisamos calcular para podermos definir que esse sistema representa um "pequeno mundo" é o coeficiente de agrupamento, que deve ser maior do que em uma rede aleatória e é baseado em tríades – grupos de três pessoas que se conhecem mutuamente (CLINE; CLINE, 2015, p. 36). Uma forma de calcular o coeficiente de um grupo aleatório é utilizar a equação C = $\frac{2}{N}$, sendo N = ao número de nós presentes (NEWMAN, 2000, p. 819-820). Em um agrupamento de 26 indivíduos C = 0,0769. Deste modo, para podermos classificar essa rede como um "pequeno mundo" o coeficiente deve ser maior do que 0,0769. No Sistema de Amarna temos C = 0,525, um resultado muito acima do que nos é apresentado de forma aleatória.

A interação diplomática amarniana passa, com folga, em todos os requisitos para ser considerada um "pequeno mundo". Um pequeno mundo, portanto, não é, necessariamente, pequeno em extensão: o sistema foi capaz de manter uma noção de estabilidade e paz por todo o Oriente Próximo, apesar de ter passado por momentos frágeis e discussões acontecerem. O resultado do longo processo de expansão da tradição sírio-mesopotâmica de manutenção dos contatos interterritoriais foi uma rede complexa de relações tão intimamente atreladas que era capaz de conectar uma vasta região com poucos intermediários. Cria-se, assim, um universo próprio dentro desse pequeno mundo próximo-oriental, no qual os Grandes Reis respeitam de modo coeso uma igualdade policultural.

Reflexões finais

Quando se fala em antiguidade oriental existe uma certa tendência que desloca e desumaniza aqueles povos pela distância temporal e geográfica. Estabelecemos um padrão para todo um universo de sociedades e culturas que já habitaram o Oriente Próximo e, como resultado, muitas vezes vemos dificuldade em diferenciar grupos e etnias distintas, tudo vira "a cultura mesopotâmica". De fato, há um sincretismo muito grande mesclando culturas, mas também há diferenças. Ao mesmo tempo em que jogamos tudo em um

grande caldeirão cultural, negligenciamos a interação, as relações estabelecidas e o modo como o mundo próximo-oriental se moldou a partir disso.

A Era de Amarna foi capaz de criar um universo próprio, no qual o mundo era extremamente conectado. Existem evidências, inclusive, de comunicação com o sul europeu, apesar de ele não pertencer ao sistema diplomático (talvez, por ainda não existir um "reino micênico", faltando uma unidade que controlasse a região). O fato é que, por meio de uma jurisdição divina, todos os reinos do Oriente Próximo pertenciam a uma mesma "Casa", é como se fossem um reino só. Todavia, esse reino estava dividido entre sete reis, com ambições, motivações e culturas bem distintas. Cada espaço disputava pelos seus ganhos, especialmente econômicos, mas respeitava regras de reciprocidade e equidade, mesmo que às vezes houvesse desentendimentos – afinal, irmãos podem brigar (BECKMAN, 2003, p. 755). Enquanto o sistema estivesse sendo respeitado, cobranças e discussões (até mesmo disputas por reinos menores) não só poderiam, como aconteciam frequentemente.

Se formos pensar nas Cartas de Amarna unicamente por meio do conteúdo escrito nos tabletes, poderíamos imaginar um Oriente Próximo instável, cheio de rupturas e fragilidades. As críticas frequentes, porém, fazem parte da retórica argumentativa dos governantes. Quando analisamos os textos por meio da SNA é possível perceber uma integração muito maior do que a prevista. Durante cerca de dois séculos, o Sistema de Amarna funcionou como um ponto de equilíbrio para o mundo. Por mais que os seus agentes não conhecessem a palavra "diplomacia" nos moldes como nós a temos hoje, eles certamente ajudaram a estabelecer essa prática. Sua eficácia foi tamanha que os moldes que estabelecem um pequeno mundo, usados para medir o nível de integração do sistema, foram respeitados com uma grande margem. Isso reflete a importância de repensarmos a antiguidade, considerando as conexões, não focando nos povos de forma isolada, pois eles não eram, nem sequer queriam ser. Os contatos eram essenciais para a manutenção dos reinos, uma vez que era através deles que os bens materiais poderiam circular na forma de presentes, eliminando as taxas e a necessidade dos comerciantes institucionalizados. O

trânsito de mensagens e presentes permitia, também, a circulação de ideias e tecnologias que contribuíram para o desenvolvimento dos povos e civilizações.

Referências

BECKMAN, Gary. International Law in The Second Millennium: Late Bronze Age. In. WESTBROOK, Raymond (ed.). *A History of Ancient Near Eastern Law*. Leiden: Brill, 2003. p. 753 – 774.

BRYCE, Trevor. *Letters of the Great Kings of the Ancient Near East:* The royal correspondence of Late Bronze Age. Londres: Routledge, 2003.

CLINE, Diane H.; CLINE, Eric H. Text messages, tablets, and social networks: the "small world" of the Amarna Letters. In: MYNÁROVÁ, Jana; ONDERKA, Pavel; PAVÚK, Paul (eds.). *There and Back Again - The Crossroads II*: Proceedings of an International Conference Held in Prague, September 15-18, 2014. Prague: Charles University in Prague, 2015. p. 17-44

COHEN, Raymond; WESTBROOK, Raymond. *Amarna Diplomacy*. The beginnings of International Relations. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.

DACOS, Marin. *Manifeste des Digital humanities*. 25 jan. 2012. Disponível em: https://tcp.hypotheses.org/category/manifeste.

DACOS, Marin. *Manifesto das Humanidades Digitais*. Tradução de Hervé Théry. 2012. Disponível em https://tcp.hypotheses.org/497.

DÜRING, M., JATOWT, A., PREISER-KAPELLER, J., VAN DEN BOSCH, A. (eds.). *Proceedings of the 3rd HistoInformatics Workshop*. Cracóvia, 11 jul. 2016. Disponível em: http://ceur-ws.org.

FLEMING, Maria Isabel D'Agostino; TEIXEIRA-BASTOS, Marcio; PORTO, Vagner Carvalheiro. A Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 14, n. 27, p. 12-28, 2017. Disponível em : https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/10544.

GELB, Ignace J; *et al. The Assyrian Dictionary of the Oriental Institute of the University of Chicago.* Chicago: University of Chicago, 1998. 1v.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

LIVERANI, Mario. *Relaciones internacionales en el Próximo Oriente antiguo, 1600 – 1100 a.C.* Barcelona: Bellaterra arqueología, 2001.

MORAN, William L. *The Amarna Letters*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

NEWMAN, M. Models of a Small World: A Review. *Journal of Statistical Physics,* 101, p. 819 – 841, 2000.

OTTE, Evelien; ROUSSEAU, Ronald. Social network analysis: a powerful strategy, also for the information sciences. *Journal of Information Science*, v. 28, n. 6, 2002.

PODANY, Amanda H. *Brotherhood of Kings*. How International relations shaped the ancient near east. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RAINEY, Anson F. *The el-Amarna Correspondence.* Leiden: Brill, 2015. 2v.

VAN DE MIEROOP, Marc. *A History of Ancient Near East ca. 3000 – 323 BC*. Oxford: Blackwell, 2007.

WESTBROOK, Raymond. International Law in the Amarna Age. In: COHEN, Raymond; WESTBROOK, Raymond. *Amarna Diplomacy*. The beginnings of International Relations. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002. p. 28 – 41.

Projeção tridimensional de uma estrutura funerária egípcia: implicações, formulações e análise espacial da tumba de Nakht (1401-1353 A.E.C.)

Three-dimensional projection of an Egyptian funerary structure: implications, formulations and spatial analysis of Nakht's tomb (1401-1353 BCE)

Bruno Leonardo Canto Martins[1]

Marcia Severina Vasques[2]

Pedro Hugo Canto Núñez[3]

Resumo

Com o crescimento e democratização do acesso aos recursos tecnológicos como computadores e programas de Realidade Virtual e o uso desses no campo das Humanidades Digitais, as análises efetuadas por historiadores e arqueólogos ganharam novos avanços e aperfeiçoamentos. Utilizaremos como exemplo de aplicabilidade dessa tecnologia a tumba de Nakht (TT 52), um astrônomo e escriba do deus Âmon que viveu entre 1401-1353 A.E.C., na XVIII Dinastia do Egito Antigo, Reino Novo. Essa tumba está localizada na margem ocidental da região de Tebas, atual Luxor, Egito, e criamos uma projeção tridimensional dessa estrutura funerária egípcia utilizando o aplicativo *SketchUp.* Nosso objetivo, neste artigo, é demonstrar como o uso da Realidade Virtual auxilia na compreensão do espaço e na análise de seu significado simbólico e religioso, facilitando a interpretação da agência tanto dos objetos quanto das imagens dispostos na tumba.

Palavras-chave: Humanidades Digitais; Egito Antigo; Tumba de Nakht (TT 52).

Abstract

With the growth and democratization of access to technological resources such as computers and Virtual Reality programs and their use in the Digital Humanities field, the analysis carried out by historians and archaeologists have achieved new advances and improvements. We will use as an example of applicability of this technology to the Nakht's tomb (TT 52), an astronomer and scribe of the god Amun who lived between 1401-1353 BCE, in the 18th Dynasty of Ancient Egypt, New Kingdom. This tomb is located on the western bank of the Thebes region, now Luxor, Egypt. In this work, we create a three-dimensional projection of this funerary structure using the *SketchUp* application. Our goal is to demonstrate how the use of Virtual Reality helps us in understanding the space and in the analysis of its symbolic and religious meaning, facilitating the interpretation of the agency both of the objects and images arranged in the tomb.

Keywords: Digital Humanities; Ancient Egypt; Tomb of Nakht (TT 52).

[1] Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Física pela mesma instituição. E-mail para contato: canto.martins@gmail.com.

[2] Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: vasquesms@gmail.com.

[3] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Graduado em História pela mesma instituição. E-mail para contato: canto_nunez@hotmail.com.

Introdução

A morte no Egito Antigo é uma das áreas mais pesquisadas entre os egiptólogos, uma vez que possuimos muitos resquícios arqueológicos para tratarmos sobre o assunto. No entanto, mesmo tratando-se de uma disciplina que existe há dois séculos, a Egiptologia sempre pode aprimorar suas teorias com base em novas descobertas arqueológicas e desenvolvimentos tecnológicos. Nos dias atuais, devemos entender as Humanidades Digitais como um campo de pesquisa que está ganhando cada vez mais espaço na academia. A Humanidade Digital abrange não só modelos e análises das Humanidades feitas em computador, mas, também, os estudos culturais de tecnologias digitais, suas possibilidades criativas e os impactos sociais, fazendo-nos entender outras maneiras de visualizar nossos objetos de pesquisa. Sendo assim, essa nova maneira de compreender um objeto de pesquisa pode ser útil tanto para a História quanto para a Arqueologia, disciplinas que são englobadas pela Egiptologia.

Para exemplificar o encontro dessas disciplinas, utilizaremos a tumba do escriba e astrônomo do deus Âmon, Nakht (Tumba Tebana nº 52, doravante TT52). Esse espaço funerário está situado no sítio arqueológico da necrópole de Tebas (Alto Egito), atual Luxor, nas proximidades da vila de Sheik el-Qurna, e o seu proprietário teria vivido na XVIII Dinastia, no Reino Novo, entre os reinados de Tutmés IV e o seu sucessor, Amenhotep III (c. 1401-1353 A.E.C.). Construímos de forma inédita essa tumba em uma plataforma digital, utilizando o programa *SketchUp* seguindo todas as medições realizadas por escavações e estudos anteriores.

Os antigos egípcios possuíam uma compreensão complexa sobre a morte. O local de enterramento do morto é uma preocupação egípcia que nos remete aos primórdios da ocupação desse povo por todo o Vale do Nilo e, apesar de algumas diferenças ao longo da história do Egito Antigo, a intenção de construção da tumba, para essa sociedade, tinha o objetivo de guardar o corpo do indivíduo e garantir sua existência no Além. As crenças egípcias estavam repletas de simbologias que desempenhavam um importante papel no ambiente mágico de uma tumba de particular, isto é, aquelas que pertenciam a um membro da elite. Percebemos essa simbologia tanto nas imagens e textos referentes à

tumba quanto na própria arquitetura e materiais encontrados (uma estátua ou um vasilhame de oferendas). Dessa forma, essas estruturas funerárias são construções arquitetônicas que expressam formas culturais, além de indicar os imaginários, as identidades e as memórias dessa antiga sociedade.

Neste artigo utilizamos da Realidade Virtual para melhor estudarmos como o espaço era configurado, as formas das expressões culturais e as funções e significado do objeto de pesquisa. Uma vez que os egípcios possuíam crenças no poder mágico dos objetos, das imagens e dos textos, a análise da tumba de Nakht a partir da Realidade Virtual nos proporcionará um melhor entendimento do pensamento e da simbologia dessa antiga sociedade. Portanto, este artigo está dividido de forma que compreendamos como as Humanidades Digitais são úteis para a História e Arqueologia, o contexto histórico e religioso ao qual nosso personagem - objeto desse estudo - está inserido, os trabalhos já desempenhados nessa tumba, o processo da projeção tridimensional e como podemos analisar esse espaço funerário a partir disso.

Humanidades Digitais na História e na Arqueologia

Ao pensarmos em Humanidades Digitais, devemos compreender o leque de possibilidades para se trabalhar a partir dessa perspectiva. O uso de tecnologia para a análise de documentos visuais e materiais ainda é incipiente na área de História, tendo se concentrado, sobretudo, nos estudos arqueológicos, geográficos e de patrimônio cultural (TACLA, 2018, p. 190). Embora a História já tenha ampliado nitidamente as suas fontes, ainda é predominante a utilização entre os historiadores de documentos textuais em detrimento de outros, sejam eles materiais, visuais ou digitais. No entanto, o campo das Humanidades Digitais tem avançado sistematicamente nos últimos anos e cada vez mais a tecnologia digital é aplicada à análise de documentos variados proporcionando uma amplificação tanto da noção de método quanto dos conceitos que envolvem a relação sujeito-objeto, a trajetória de vida dos objetos e sua agência.

Um dos primeiros usos da tecnologia aplicada às humanidades foi sua utilização como método na análise do objeto e na sua conservação. A questão metodológica existe,

de fato, pois o uso, por exemplo, de RTI (*Reflectance Transformation Imaging*)[4] na análise de um artefato ou na pintura de um afresco permite perceber elementos não visíveis a olho nu, como o volume, as saliências e reentrâncias, o desgaste de uso e a própria força e energia despendida pelo artesão na confecção do produto (PIQUETTE, 2011, p. 19). Mas, além de proporcionar uma análise mais fidedigna de um objeto, o uso da tecnologia digital em humanidades aventa a discussão sobre o papel dos objetos materiais e visuais na nossa cultura, a questão da agência dos objetos, a percepção daquele que faz (o produtor) e daquele que consome (o consumidor) e vivencia (o agente), um dos aspectos essenciais na análise de vida de um objeto (sua produção, circulação e consumo) (REDE, 2012, p. 147; MENESES, 1983, p. 107-108).

Para a pesquisa em Egiptologia e na Arqueologia em geral, as Humanidades Digitais vêm trazer um grande avanço na pesquisa científica, pois permite a divulgação do trabalho realizado com o acesso público ao artefato ou sítio arqueológico digital, o que contribui para a sua preservação, mas também permite a reconstrução de espaços, de paisagens por meio de simulações em 3D, as quais servem tanto a um propósito científico de pesquisa quanto educacional. A reconstrução em 3D de um sítio arqueológico ou de uma tumba não significa que temos acesso à realidade tal como era na antiguidade. Nunca saberemos como era o passado de fato, porque lidaremos sempre com "simulações sobre fenômenos, dinâmicas e práticas passadas, que nos permitem testar hipóteses, lançar modelos interpretativos e postular teorias sobre esse passado" (TACLA, 2018, p. 191).

Tecnologias como RTI e de Realidade Virtual permitem ao pesquisador perceber melhor como os "objetos agem", a sua forma, textura, volume, a sua inferência nas memórias, narrativas e afetividade do grupo social ao qual pertence. Se nós construímos o passado a partir das nossas fontes, o uso da tecnologia digital permite-nos reconstruir um outro passado que, assim como o anterior, precisa ser questionado. É importante que

[4] Tal método é baseado no modelo inventado por Malzbender, Gelb e Wolters, em 2001, que utiliza da fotografia computacional com iluminação iterativa, na qual calcula e aprimora a superfície e a coloração do objeto fotografado. Atualmente, essa técnica é feita a partir de uma tecnologia mais avançada de fotografias e processamento da imagem do objeto, mas a ideia permanece a mesma: salvar um material em um arquivo digital e analisá-lo a partir de uma reconstrução computadorizada desse objeto.

tenhamos ciência de que "as tecnologias usadas no presente informam a maneira pela qual nós reconstruímos o passado" (PIQUETTE, 2016, p. 89).[5]

Para os estudos sobre o Egito Antigo, a Realidade Virtual se mostra muito eficaz, pois os egípcios acreditavam no poder mágico dos objetos, das coisas e das imagens. Entendermos como eles percebiam o espaço, a paisagem e a composição de uma tumba, mostra-se essencial para a nossa compreensão do pensamento, do modo de vida e da religião egípcia antiga. A questão da percepção de uma paisagem, por exemplo, torna-se mais clara para o arqueólogo na utilização de Realidade Virtual, pois a percepção sensorial pode ser reconstruída a partir da experiência com os objetos e a paisagem na utilização da fenomenologia na arqueologia e antropologia (PIQUETTE, 2016).

A tese de Alex Martire (2017) é um bom exemplo do uso da Realidade Virtual aplicada à Arqueologia. Martire desenvolveu uma pesquisa sobre o uso de tecnologias para uma reconstrução-simulação interativa de Vispaca, uma área de mineração romana na Península Ibérica. Dessa forma, sua contribuição teórica para outros trabalhos, como o nosso, é de suma importância. Segundo Martire (2017, p. 92-111), duas formas de construção tridimensional podem ser traduzidas em computadores: uma que permite a interação de forma ativa do usuário com essa projeção e, outra, que essa interação é apenas passiva. Ambas são importantes para a análise do arqueólogo que as utiliza. Entretanto, a primeira, tratada como Ciberarqueologia, demanda uma maior pesquisa de campo e, também, de conhecimentos tecnológicos para gerar uma simulação que torne possível a interação ativa do usuário com o produto, o que não ocorre na segunda, denominada de Arqueologia Virtual. A forma de fazer essa Arqueologia Virtual é a que nos interessa no momento. Nossas fontes são baseadas em escavações e seus produtos: fotografias,

[5] Um exemplo de tecnologia de RTI, aplicada à Egiptologia, é o trabalho desenvolvido por Kathryn Piquette em artefatos do período Pré-dinástico (c. 3100 A.E.C.).Para ela, o significado dos objetos pode ser melhor apreendido pelo uso da tecnologia digital, a qual permite perceber que o significado não está associado apenas à morfologia e marcas gráficas do artefato, mas também à sua materialidade, que faz parte da prática individual e social (PIQUETTE, 2016, p. 88). O estudo que Piquette fez da *Paleta do Campo de Batalha*, também conhecida como *Paleta do Leão*, do acervo do Museu Britânico, demonstra que além da questão iconográfica, gráfica do relevo e das discussões sobre o princípio da escrita egípcia, a tecnologia empregada na confecção da paleta nos serve para melhor entender o objeto em si.

medições e desenhos. Portanto, são imagens que constroem uma nova imagem, o que nos faz buscar uma metodologia própria para o trabalho com esse material.

O arqueólogo Michael Shanks, ao dissertar sobre a utilização da fotografia pela Arqueologia, elenca diversas possibilidades que esse tipo de fonte pode trazer para a disciplina. Atualmente, uma imagem desse tipo feita em campo pode ser processada em muitos aplicativos de computadores, de modo que a partir dela seja possível, além de tomar medidas e notas que possivelmente não foram percebidas antes, revisitar o local (sítio arqueológico), mesmo que remotamente, para dar continuidade às análises (SHANKS, 2011). A realidade virtual parte dessas reconstruções (bidimensionais principalmente) feitas por arqueólogos *in loco* ou disponíveis nos catálogos e publicações da área. No nosso caso de estudo em potencial, a construção tridimensional da tumba de Nakht constitui uma nova forma de observar o objeto de pesquisa, uma nova fonte, uma nova imagem.

Pensando em uma Cultura Visual nos moldes de Brian Leigh Molyneaux (2011), o qual defende que as imagens são como uma ideia expressada em formas que faziam sentido para aquela cultura, que capturam as ideias e imaginações dos artistas nas energias visuais da forma, linha e cor daquela época. Essas imagens existem com mensagens amplamente ocultas e de difícil interpretação, entendemos que as imagens podem ser criadas visando à qualidade estética, mas tendem a ser "representações" de ideias, ou "ilustrações" de objetos ou "reconstruções" de eventos (MOLYNEAUX, 2011, p. 1). Conforme Simon James (2011), um bom entendimento dos aspectos funcionais do cotidiano da sociedade antiga é essencial para a criação de uma boa reconstrução ou, até mesmo, para uma boa arqueologia em geral. Isso porque esse produto pode tanto ser utilizado na pesquisa acadêmica quanto para que o público externo possa se interessar e ver os resultados daquela pesquisa. Dessa forma, James (2011) afirma que imagens reconstruídas em diversas mídias (como uma projeção tridimensional) são, obviamente, melhor elaboradas que uma recriação tradicional (como recriar em desenho uma parede perdida). Portanto, são mais atrativas para museus ou outras instituições educacionais, além de revolucionar o entendimento arqueológico, auxiliando o pesquisador a compreender a natureza e extensão do objeto de forma mais profunda.

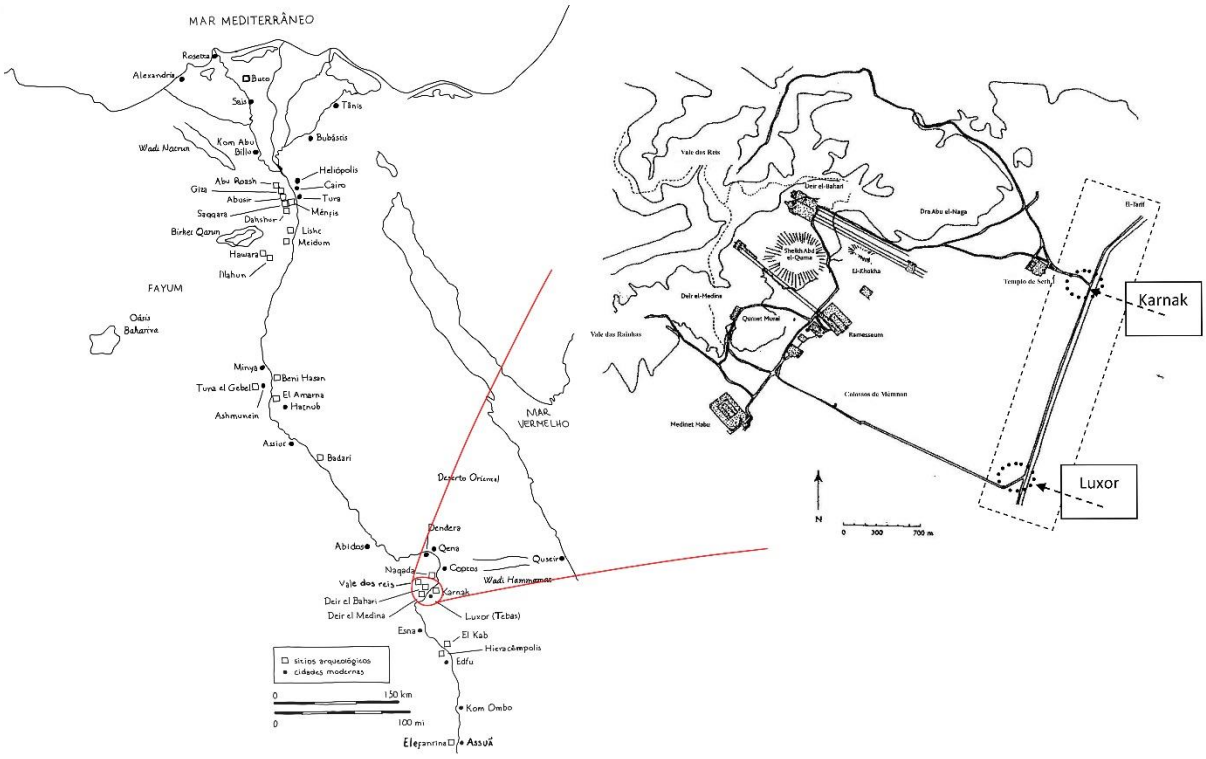
De acordo com o egiptólogo Roland Tefnin (1979), uma imagem egípcia deve ser interpretada como uma narrativa, que, diferentemente da linguagem escrita, faz parte de uma linguagem figurada que produz significados óbvios e universais que devem ser entendidos a partir dos significados egípcios antigos e não decodificados sobre um olhar moderno. Inserindo essa imagem em um contexto espacial, entendemos que elas não são meras imagens e, sim, signos e símbolos dotados de significados para o antigo egípcio e que, atualmente, podemos analisar a partir de um complexo sistema de crenças, conforme defendeu Philipe Derchain (1993). Esses ideais foram revistos e atualizados pelos egiptólogos do século XXI, mas o principal levantamento permanece: a análise de uma tumba egípcia exige um conhecimento complexo das crenças, estruturas, imagens e literatura dessa sociedade.

Contextualizando o Reino Novo e seus costumes funerários

O Reino Novo se iniciou com a derrota dos hicsos[6] sob Ahmose, primeiro faraó da XVIII Dinastia (c. 1550-1307 A.E.C.)[7], o qual unificou o país a partir da cidade de Tebas, no Alto Egito. Na Figura 1, podemos ver o mapa do Egito (à esquerda) com destaque, em vermelho, para a cidade de Tebas (ampliada à direita), que apresenta os templos de Karnak e Luxor na margem oriental e a necrópole tebana e seus respectivos sítios arqueológicos na margem ocidental. Essa cidade já tinha tido a sua importância política durante o Reino Médio, com a XI Dinastia (c. 2134-2040 A.E.C.), mas durante o Reino Novo teve o seu poder consolidado em todo o território egípcio[8]. O seu nome egípcio, Waset, era homônimo da divindade feminina que a representava, portando armas e símbolos de poder. Sob os sucessores de Ahmose, a deusa Waset foi considerada uma personificação da cidade, uma associação que reflete o destaque político-religioso que esse faraó criou para Tebas e que foi consolidado pelos seus sucessores (MORENZ; POPKO, 2014, p. 107-108).

[6] Nome em egípcio para "governantes das terras estrangeiras" (MORENZ; POPKO, 2014, p. 103).
[7] Utilizamos a cronologia estabelecida por Baines e Málek (1996, p. 36).
[8] Segundo Barry Kemp (2018, p. 262), Tebas não era a capital do Egito no sentido de ser a sede administrativa do país, papel exercido por Mênfis na maior parte do Reino Novo. Tebas era sim uma cidade cerimonial.

Figura 1 - Mapa do Egito (à esquerda) com destaque para Tebas (à direita)



Fonte: Adaptado de Brancaglion (1999) e Kampp (1996).

Amenhotep I (1525-1504 A.E.C.), que sucedeu seu pai Ahmose, continuou a pacificação do território e reavivou atividades tradicionais, como o trabalho nas minas de turquesa do Sinai e nas minas de arenito de Gebel el-Silsila, da onde proveio a maior parte das pedras para a reconstrução do templo de Karnak (BRYAN, 2000, p. 214). O templo foi dedicado ao deus Âmon, principal divindade da região tebana e que formava uma tríade com a sua consorte Mut e o seu filho, Khonsu. O crescimento do templo de Âmon em Karnak com doações feitas pela realeza indica a importância que o culto do deus adquiriu nesse período, o que pode ser evidenciado pelas duas grandes festas associadas a Âmon: a de *Opet* e a *Bela Festa do Vale*[9].

[9] Na festa de *Opet* a estátua do deus saía de seu templo em Karnak e se dirigia para o templo de Luxor, uma construção também dedicada a Âmon, criada por Amenhotep III (KEMP, 2018, p. 267). Já na *Bela Festa do*

As doações para o templo de Âmon foram constantes, resultado das expedições realizadas pelos faraós, sejam comerciais, como aquela que Hatshepsut (1473-1458 A.E.C.) fez a Punt, sejam militares como as comandadas por Tutmés III (c. 1479-1425 A.E.C.), no Levante. A reorganização do país sob os faraós tebanos foi essencial para a consolidação da dinastia reinante, juntamente com as campanhas contra a Núbia (reino de Kush) e os vizinhos asiáticos do Levante, cujos tributos pagos aumentaram a riqueza do Egito e, por consequência, do templo de Âmon. O templo comportava um grande conglomerado de edifícios e terras, cultivadas em sua maioria por camponeses, em regime de arrendamento, mas também por prisioneiros de guerra. Outras formas de doações aos templos incluíam terras para pastoreio, áreas para criação de peixes, para apicultura, para a produção têxtil de linho e vinicultura, entre outras atividades (KEMP, 2018, p. 253-254).

A riqueza da cidade e dos seus templos também se refletiu nas tumbas da realeza e da elite. Cruzando o rio, na margem esquerda do Nilo, estava a necrópole tebana e os seus monumentos funerários. Amenhotep I construiu vários edifícios e uma pirâmide de tijolos em Deir el-Bahari, dos quais poucos vestígios sobreviveram (BRYAN, 2000, p. 215). Essa área, mais conhecida pelo templo da rainha-faraó Hatshepsut já havia sido escolhida anteriormente por faraós do Reino Médio, como Montuhotep II (2061-2010 A.E.C), para a construção de tumbas e templos dedicados à memória do rei morto[10]. O Vale dos Reis foi o local escolhido por Tutmés I para sepultamento exclusivo dos faraós. A inovação foi a separação entre o templo memorial do faraó e o local de descanso da múmia, a sua tumba (DODSON, 2014, p. 815-816). O templo de Milhões de Anos, para rememoração do faraó morto, separou-se da tumba, sendo construído fora do vale. Era nessa parte também, próxima aos templos, que ficava as tumbas de nobres e de pessoas da elite, funcionários do palácio, escribas e sacerdotes. Quanto mais próximo dos templos reais e da via processional das festas religiosas, maior era o *status* social do morto.

Vale o deus viajava na sua barca de Karnak até a margem ocidental, onde visitava a necrópole e os seus templos, começando pelo de Hatshepsut em Deir el-Bahari (BRYAN, 2000, p. 231-232).

[10] Embora possamos considerar que os templos mortuários eram dedicados à preservação da memória do faraó, Kemp (2018, p. 269) afirma que, na verdade, eles eram destinados ao culto de uma forma de Âmon que tinha se fundido ao rei com a sua morte.

Pouco sabemos a respeito da população de camponeses e pessoas mais simples que vivam em Tebas e no Egito em geral, pois as informações são escassas (FROOD, 2014, p. 479). Mas os enterramentos da elite na necrópole ocidental demonstram a presença concomitante de dois aspectos da visão da morte e do Além na cultura egípcia: o solar e o ctônico. A característica solar do Além é verificada, sobretudo, nas tumbas dos faraós no Vale dos Reis, onde predomina a iconografia simbólica da trajetória do sol pelo Mundo Inferior. É o caso, por exemplo, do *Livro do Amduat*[11].

A ideia de pirâmide sempre esteve atuante na sociedade egípcia, embora elas tenham diminuído de tamanho, após o Reino Antigo. A necrópole tebana, caracterizada pelos hipogeus, as tumbas escavadas na rocha, possuía uma montanha cujo formato lembra o de uma pirâmide. Mesmo que a construção de pirâmides tenha se escasseado, a forma piramidal ainda pode ser encontrada nos *piramidions*, as pequenas pirâmides colocadas no teto de tumbas de nobres e dos artesãos de Deir el-Medina[12] a partir de meados da XVIII Dinastia (DODSON, 2014, p. 820). Essa relação com Rê remonta à concepção de divino do Reino Antigo, onde o culto solar estava centralizado em Heliópolis, próxima a Mênfis. O platô de Giza, com os vestígios das pirâmides da IV Dinastia (c. 2575-2465 A.E.C.), seus templos e mastabas, tornou-se uma área de peregrinação durante o Reino Novo, pois era onde estavam as tumbas de Khufu e Khafra, cultuados como reis ancestrais. Amenhotep II (c. 1427-1401 A.E.C.) e seu filho, Tutmés IV (c. 1401-1391 A.E.C.) adoravam a Esfinge como sendo Horemakhet, uma forma de "Hórus do Horizonte". A estela de Tutmés IV aos pés da Esfinge demonstra a preocupação com a preservação de monumentos que remontavam à época de ouro do Egito, o Reino Antigo (BRYAN, 2000, p. 222, 243, 247). A valorização do culto solar continuou com os faraós seguintes, Amenhotep

[11] O *Livro do Amduat*, "daquele que está no Mundo Inferior", descreve a trajetória do sol pelas doze horas da noite. As versões mais antigas desse livro aparecem na tumba de Tutmés I, mas a compilação mais completa está na tumba de Tutmés III e de seu vizir, Useramun (HORNUNG, 1999, p. 27-28; SCHWEIZER, 1994, p. 17).

[12] Deir el-Medina é o nome árabe do sítio arqueológico onde se situava a vila dos trabalhadores, os construtores das tumbas do Vale dos Reis. Localizada na margem ocidental do Nilo, Set-Maat, "O Lugar da Verdade", esteve em atividade desde o início da XVIII Dinastia até o final do período ramessida (c. 1550-1069 A.E.C.). Além das casas dos trabalhadores e suas famílias, Deir el-Medina possuía templos e uma área para o sepultamento dos próprios artesãos.

III (1391-1353 A.E.C.) e, depois, com seu filho, Amenhotep IV/Akhenaton (1353-1335 A.E.C.), quando atingiu o seu ápice.

Outro local de culto e veneração era a cidade de Abidos, no Alto Egito, distante cerca de 160km de Tebas (atual Luxor), onde a lenda dizia ter sido encontrada a cabeça de Osíris, cujo corpo havia sido desmembrado por Seth. Abidos foi o lugar de sepultamento da realeza anterior ao Reino Antigo, durante a primeira e segunda dinastias, ainda no Pré-dinástico Primitivo (c. 2920-2575 A.E.C.). Nessa época, a principal divindade da região era um deus chacal chamado Khentimentiu, "o primeiro dos ocidentais", ou seja, os mortos, que mais tarde foi absorvido por Osíris. O aspecto ctônico também fazia parte do sepultamento do faraó, associado a Osíris na morte. Entretanto, o principal texto funerário do Reino Novo, *o Livro dos Mortos*[13], praticamente não é encontrado em tumbas reais, com poucas exceções, embora faça parte constante dos enterramentos da elite tebana, formada por funcionários reais, sacerdotes, escribas e mesmo artesãos.

Os ritos funerários eram restritos ao faraó e à família real durante o Reino Antigo. A concepção do mundo dos mortos derivava, em grande parte, do culto de Rê, o sol, com o qual a forma piramidal se identifica. Também poderia haver a existência de um culto estelar, pois nos *Textos das Pirâmides* considerava-se que o falecido rei se tornava uma estrela, entre as "imperecíveis", isto é, as estrelas circumpolares. Durante o Reino Novo, o culto ctônico associado a Osíris, já estava consolidado na sociedade egípcia e se estendia a uma camada mais ampla da população, embora provavelmente ainda não fosse acessível a todos os egípcios. O *Livro dos Mortos s*urgiu na XVIII Dinastia[14] e era derivado de textos funerários que remontavam ao Primeiro Período Intermediário e ao Reino Médio (por volta de 2300 a 1700 A.E.C.), como os *Textos dos Sarcófagos* e o *Livro dos Dois Caminhos*, inscritos no interior dos caixões de madeira (BARGUET, 1967, p. 7).

[13] A denominação *Livro dos Mortos* foi dada pelo egiptólogo Karl Lepsius, derivada da forma como os árabes se referiam ao rolo de papiro encontrado com os mortos nas escavações das tumbas egípcias. Outro nome dado ao texto é "Livro para sair à luz", fórmula com a qual se inicia o capítulo, em uma referência ao renascimento do morto no seu encontro com os raios do sol (BARGUET, 1967, p. 14).

[14] Um trecho do que seria mais tarde o capítulo 64 do *Livro dos Mortos* aparece inscrito na parede do caixão da rainha Montuhotep, no Segundo Período Intermediário, por volta de 1600 A.E.C. (BARGUET, 1967, p. 8).

Nos encantamentos para "sair à luz", os aspectos solar e ctônico da religião egípcia estavam presentes. O morto deveria passar pelo julgamento presidido por Osíris junto à assembleia dos deuses - quarenta e dois ao total -, conforme o total de nomos[15] do Egito. Tendo falado a verdade no tribunal, por meio da "Confissão Negativa"[16], o morto era considerado "justo de voz", isto é, justificado. O morto também poderia acompanhar Rê na sua barca e se tornar um ser luminoso e glorificado pelos raios do sol. A transição entre o reino de Osíris e o celeste era possível, segundo a crença, por meio da barca de Rê, a qual navegava pelo mundo dos mortos quando era noite na terra. O ocaso era a morte do sol, que no Mundo Inferior (*Duat*) se unia a Osíris e renascia a cada dia.

A tumba era o elemento material que, por meio dos rituais mágicos, fazia a conexão com o mundo metafísico do Além. O corpo mumificado deveria ser preservado na tumba, permanecendo a capela funerária como o espaço reservado às oferendas ao morto e ao banquete funerário realizado pela família e amigos do falecido. Os egípcios acreditavam que os vários elementos que compunham a pessoa se separavam com a morte, e deveriam, por meio de ritos apropriados, serem colocados novamente em conexão. O cadáver, *khat*, era depositado mumificado na câmara funerária, local mais restrito da tumba. Outros elementos eram o *ba*, o *ka*, a sombra (*shut*), o coração (*ib*) e o nome (*ren*).

O coração era considerado a sede do pensamento e deveria permanecer na múmia. Era o coração que deveria ser pesado na balança em contraposição a Maat, ou à pluma que representava a deusa. Jan Assmann (2003, p. 34) considera que o *ka* e o nome estariam interligados, pois diziam respeito à memória do morto, à sua conexão com a sociedade, enquanto que o *ba*, o corpo e a sombra, retratariam a esfera física do morto, o seu caráter mais individual. O *ka*, muitas vezes traduzido por duplo, poderia se incorporar em uma

[15] O nomo ou *spat*, em egípcio, era a divisão distrital do Egito na Antiguidade. Sua quantidade variou conforme a época, mas na maior parte do período dinástico o Baixo Egito era composto por vinte nomos e o Alto Egito por vinte e dois.

[16] Eram quarenta e duas fórmulas que começavam pela negativa "não" e são indicativas do teor moral da religião egípcia, pois, a princípio, só aqueles que seguiram Maat na vida terrena poderiam continuar a existência no reino de Osíris. Maat era o princípio da verdade, ordem e justiça e incluía noções éticas e morais de falar a verdade e, sobretudo, de não ter cometido crimes (roubos, furtos, assassinatos, adultério, blasfêmia etc.).

imagem do morto, geralmente uma estátua colocada na capela funerária, por meio da qual o *ka* recebia as oferendas de alimentos ali depositadas pela família. Era a personificação do morto na capela funerária e o seu elo com a família e os antepassados (TAYLOR, 2001, p. 19). Já o *ba* era o elemento que se deslocava, por isso era representado no hieróglifo como uma figura em forma de pássaro com cabeça humana. Enquanto o corpo ficava na tumba, o *ba* poderia visitar o mundo dos vivos e ascender aos céus para viajar na barca do sol. Porém, um periódico contato do *ba* com o corpo era necessário, por isso, ele sempre retornava à sua tumba (TAYLOR, 2001, p. 21).

O estado de excelência que o morto desejava alcançar era o de *akh*. Seria um "ser transfigurado", o estado do indivíduo morto no Mundo Inferior (*Duat*). O sentido da palavra *akh* indica "poder", capacidade de regeneração e de criação. O morto, enquanto *akh*, tornava-se habilitado para agir, assimilando-se aos deuses. Também, como ser regenerativo, estava associado à luz e à luminosidade, princípios da criação. Diferentemente dos elementos como o *ba* e o *ka*, o *akh* era um estado atingido após a morte, depois de o morto vencer as dificuldades e os percalços encontrados em sua trajetória pelo Além (TAYLOR, 2001, p. 32). Essas crenças estavam em voga na época de Nakht, um astrônomo e escriba do deus Âmon, que viveu entre os reinados dos faraós Tutmés IV e Amenhotep III (c. 1401 - 1353 A.E.C.). Sua tumba, objeto de nosso estudo, foi construída no atual sítio arqueológico de *Sheik el-Qurna*, na necrópole tebana, margem ocidental da cidade de Tebas.

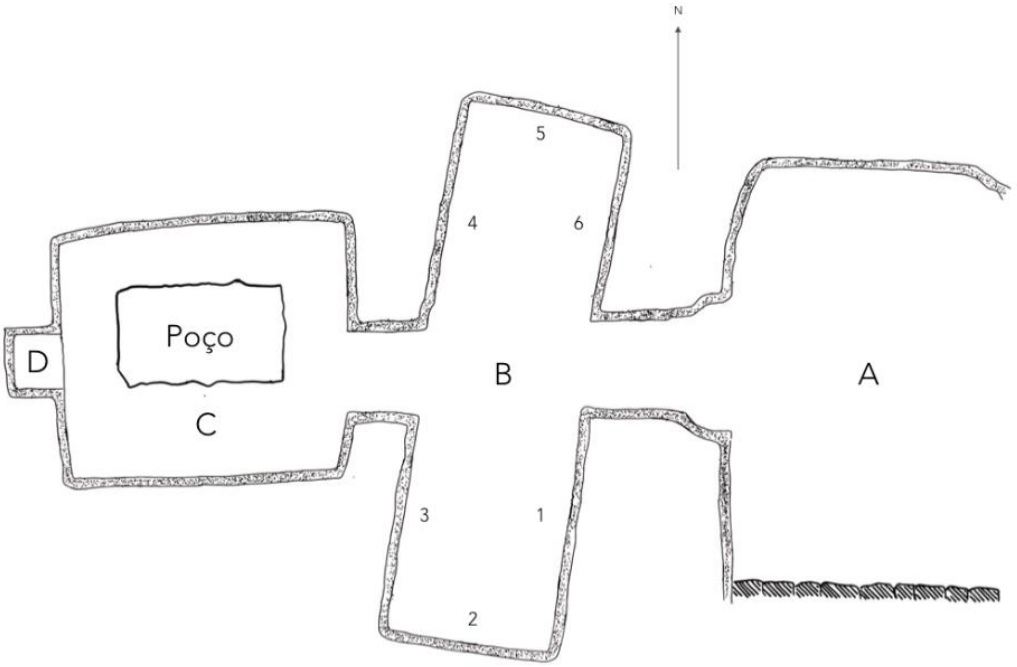
Os trabalhos na tumba de Nakht (TT 52)

A escolha do local da tumba, abrigo para o corpo do morto e parte importante da interação deste com os vivos, não era aleatória. As necrópoles egípcias eram construídas na margem oeste do rio Nilo, associando, assim, a morte com o pôr do sol. No caso tebano, a margem ocidental era constituída por vários sepultamentos. Os enterramentos reais ocorriam no Vale dos Reis, enquanto que os de particulares - membros da elite, funcionários do palácio, escribas, sacerdotes e artesãos – eram realizados em outras áreas, como *Deir el-Medina*, *Sheik el-Qurna*, *el-Asasif* e *el-Khokha*. Um desses fora Nakht, cuja

tumba (Figura 2) possui: (A) um pátio (irregular), (B) uma capela funerária (aprox. 4,8m x 1,5m), um pequeno corredor posterior (aprox. 0,5m x 0,6m) que leva a (C) um quarto interno (aprox. 2,2m x 2,5m), o qual contém (D) um pequeno nicho para a estátua *ka* (aprox. 0,5m x 0,4m). Abaixo desse quarto há o fosso para a descida para a câmara funerária, que possui um plano irregular. Contudo, o único cômodo que contém pinturas na tumba de Nakht é o da capela funerária. As seis paredes dispõem de sete conjuntos de cenas no plano decorativo desse espaço.

Embora seja uma tumba muito famosa, que aparece em quase todo livro de divulgação sobre a arte egípcia, esse complexo funerário não fora amplamente explorado e analisado, de modo que podemos numerar os grandes trabalhos sobre essa tumba em três obras: (i) um catálogo de 1917, do *Metropolitan Museum* de Nova lorque, sob curadoria de Norman de Garis Davies; (ii) um livro, publicado em 1991 por Abdel Ghaffar Shedid e Matthias Seidel, o qual reitera o que Davies apresentou, com o adicional de imagens coloridas da tumba; (iii) um artigo, resultado de uma palestra, publicado em 1997 e escrito por Dimitri Laboury. Além desses trabalhos específicos sobre a tumba, podemos destacar um artigo de Valerie Angenot, de 2012, no qual a autora demonstra como realizar um trabalho hermenêutico da arte egípcia, comparando a tumba de Nakht (TT 52) com outras mais antigas e apresentando as influências que os artesãos tiveram ao pintar essa tumba.

Figura 2 - Planta da tumba de Nakht (TT 52)



Fonte: adaptado de Laboury (1997, p. 50).

No entanto, nesse trabalho, nosso foco se constitui na ampliação e atualização das análises sobre essa tumba. Como podemos fazer isso? Ao longo de mais de um século desde a primeira publicação sobre essa tumba, houve diversas pesquisas e reformulações em antigas teorias da Egiptologia. Uma delas é o entendimento dos antigos egípcios sobre as suas crenças funerárias. O Além egípcio no período do Reino Novo está representado nas cenas de tumbas de particulares e esse Além tinha respaldo na vida cotidiana. Em 1917, isso não era algo discutido entre os egiptólogos e, assim, eles acreditavam que as cenas nessas tumbas eram apenas parte do cotidiano terreno egípcio. Os artigos citados de Laboury (1997) e de Angenot (2012) tentam atualizar algumas discussões sobre essa tumba. Entretanto, os autores focam suas discussões mais para uma cena ou apenas na discussão teórica sobre imagem. Entendemos aqui que a estrutura da tumba, isto é, o seu espaço, pode nos indicar e aprimorar diversos conhecimentos sobre as crenças egípcias.

Existe um trabalho de projeção tridimensional da câmara interna da tumba de Nakht disponibilizado na plataforma digital *Youtube*, feita por Glenn Gunhouse (VIRTUAL tomb of Nakht, 2008), um medievalista especializado em arte italiana do medievo. No entanto, tal

produto não permite a interação do historiador com o seu objeto[17], não apresenta a estrutura completa nem os detalhes e imperfeições que existem na arquitetura da tumba, os quais podem ser calculadas pelo catálogo de 1917 e pelo livro de 1991. Sendo assim, é capaz dessa projeção ter sido feita apenas para divulgação da tumba, não visando a disponibilização do objeto para a análise dos diversos pesquisadores da História do Egito Antigo.

Em nosso trabalho, de modo contrário, priorizamos a fidelidade aos detalhes e imperfeições da tumba de Nakht e entendemos que a análise completa da sua estrutura é algo a ser priorizado, assim como a disponibilização do produto para ampliação das pesquisas na área. Dessa forma, como podemos utilizar essas ideias para a tumba aqui pesquisada e projetada tridimensionalmente? Como que a utilização dessa humanidade digital nos auxilia na compreensão desse espaço e quais as possibilidades disso para a área de estudo (no caso, a História e a Egiptologia)? Com as crescentes possibilidades, atualizações e inovações tecnológicas temos, hoje em dia, uma ampla utilização delas para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo de trabalho.

Para tornarmos possível a nossa projeção tridimensional da tumba de Nakht (TT 52), resolvemos utilizar o programa *SketchUp*, um dos mais comuns entre arquitetos e *designers* por ser um aplicativo não muito pesado e que contém diversos recursos criativos. O programa permite criar paredes, moldá-las para mostrar suas imperfeições, adicionar a informação do material utilizado nessa parede, criar objetos específicos e, também, tornar público o produto. Para tanto, utilizamos todos os desenhos, medições e fotografias feitos da tumba e que estavam disponíveis para serem utilizadas. Seguimos, portanto, um processo metódico.

Em um primeiro momento, utilizamos as medições do catálogo feito por Norman de Garis Davies (1917) e da tese de Friederik Kampp-Seyfried (1996, p. 257-258) para projetarmos as paredes no espaço do aplicativo, iniciando com a camada superior (pátio,

[17] Na descrição do vídeo, há um *link* disponibilizado pelo autor que, supostamente, levaria o entusiasta ao modelo tridimensional pela plataforma Unity 3D. Contudo, tal página parece ter sido descontinuada ou o autor retirou o acesso ao público.

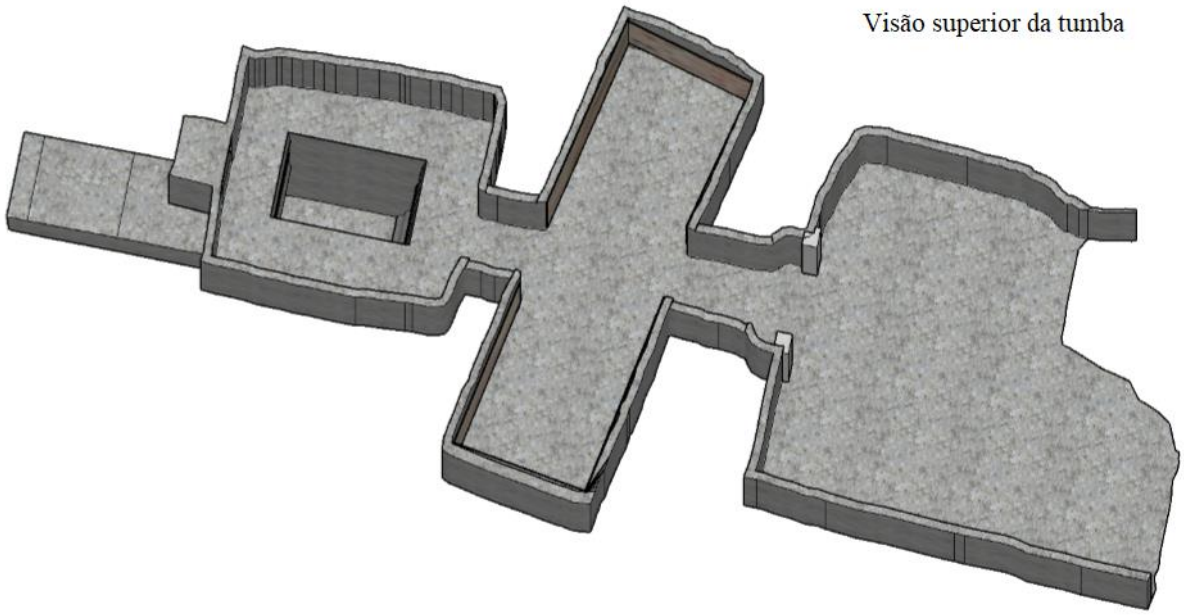
capela funerária, câmara interna e nicho da estátua *ka*) para fazermos a camada inferior. Encontramos um problema ao projetarmos a câmara funerária: o terreno é irregular e as medidas computadas pelos dois egiptólogos acima não são exatas e correspondentes. Diante disso, resolvemos manter as medições correspondentes e ignorar as irregularidades, deixando a camada inferior com as paredes retas quanto ao eixo X e respeitando as imperfeições do eixo Y.

Erguidas as paredes, tentamos resgatar os materiais que as compõem. Retiramos essas informações da tese de Fiederik Kampp-Seyfried (1996, p. 257-258) e do artigo de Dimitri Laboury (1997). Cada uma das colorações na projeção representa um material: os pedregulhos na parede sul do pátio, o arenito nas pilastras da entrada da tumba (provavelmente essas pilastras são construções do período moderno, para manterem uma porta e poderem fechar/guardar a tumba) e a rocha talhada em toda extensão da tumba (em cinza). As camadas desses diferentes materiais foram importadas de arquivos públicos de arquitetura depois de pesquisarmos quais são aquelas que mais se assemelham às egípcias.

Feito isso, modelamos um bloco com 40cm de altura, 20,7cm de largura e 25,6cm de profundidade. Nele inserimos as imagens da estátua *ka* disponíveis no catálogo de Davies (1917) e no livro de Seidel e Shedid (1991). Esse bloco fora posicionado no nicho da estátua *ka*. Para completar, utilizamos as imagens disponibilizadas pelo *Metropolitan Museum of Art* de Nova Iorque para inserirmos nas seis paredes da capela funerária, calculando suas posições a partir da planificação feita por Laboury (1997, p. 76-77).

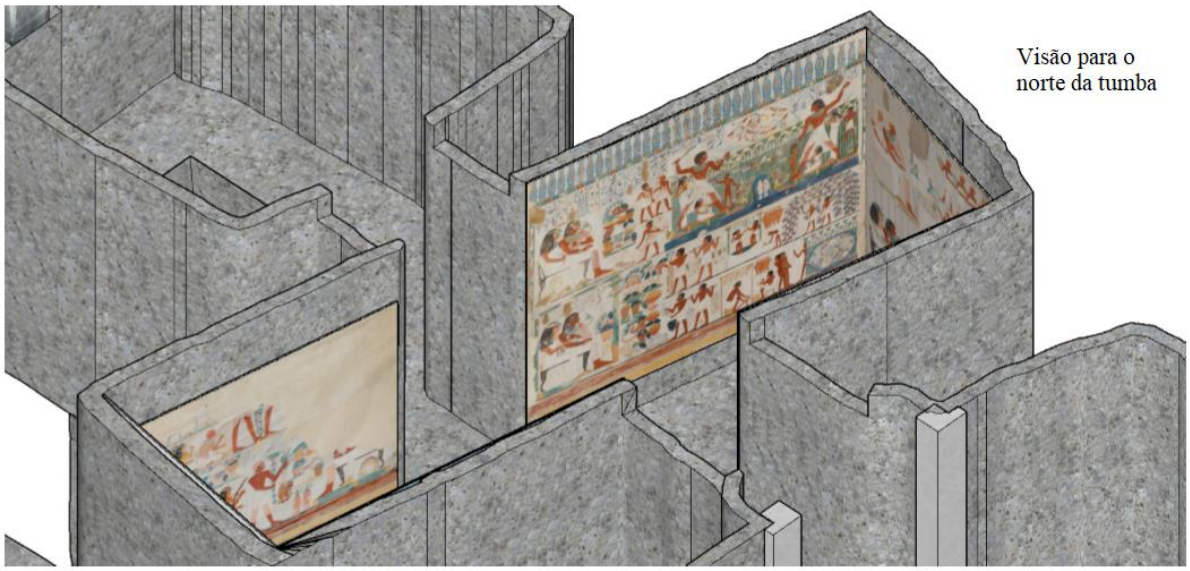
As Figuras 3, 4, 5, e 6 são imagens da projeção tridimensional que construímos. Na Figura 3, podemos notar a visão superior da tumba, com o teto retirado. Percebemos a profundidade do poço que leva para a câmara funerária e o problema apontado sobre as dimensões irregulares e impossíveis de cálculos. A Figura 4 representa uma visão para o norte da tumba e podemos perceber as Paredes 3, 4 e 5 da tumba (de acordo com a Figura 2), enquanto a Figura 5 demonstra o lado sul, com as Paredes 6, 1 e 2. Por fim, a Figura 6 apresenta a visão longitudinal de quem entra na tumba, sendo possível perceber a estátua *ka* ao fundo do espaço.

Figura 3 - Visão superior da tumba



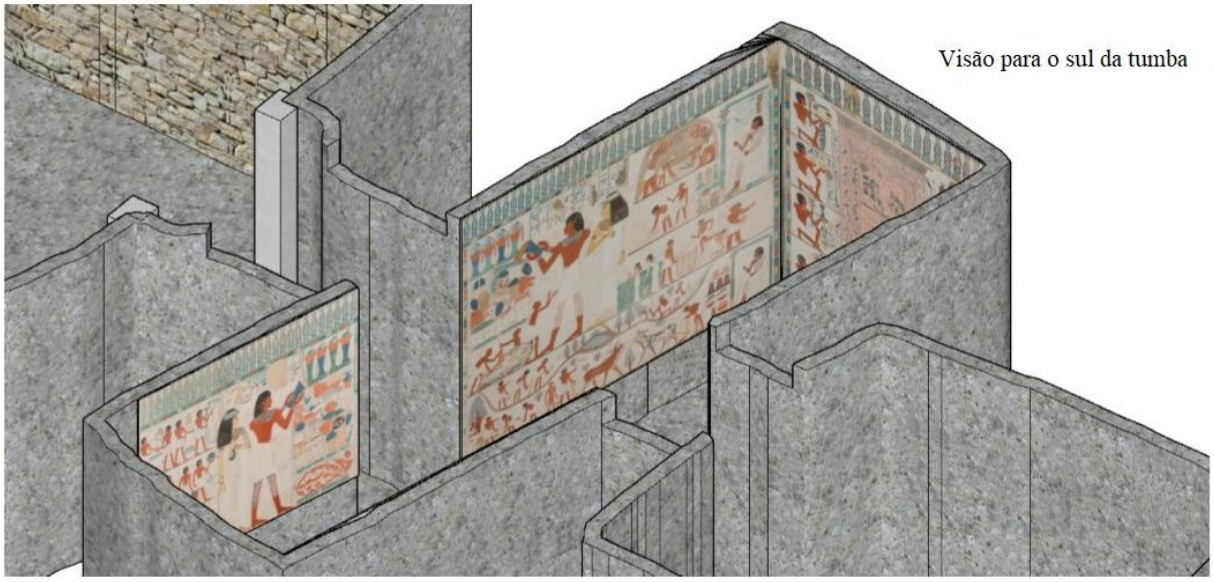
Fonte: projeção tridimensional de nossa autoria, feita no programa *SketchUp*.

Figura 4 - Visão para o norte da tumba



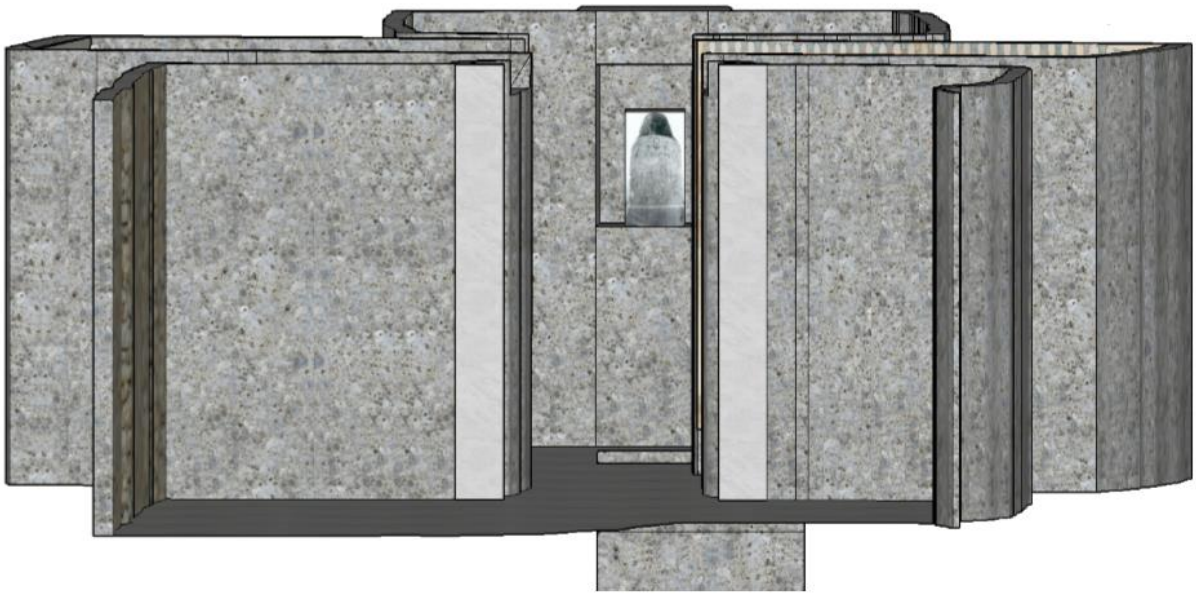
Fonte: projeção tridimensional de nossa autoria, feita no programa *SketchUp*.

Figura 5 - Visão para o sul da tumba



Fonte: projeção tridimensional de nossa autoria, feita no programa *SketchUp*.

Figura 6 - Visão longitudinal de quem entra na tumba



Fonte: projeção tridimensional de nossa autoria, feita no programa *SketchUp*.

A estrutura da tumba e sua análise

O espaço funerário egípcio engloba diversos significados e problemáticas que estão intrínsecas no entendimento da complexidade das crenças funerárias dessa sociedade. As tumbas tebanas de particulares eram divididas, de um ponto de vista arquitetônico, em

duas estruturas: uma superior, contendo a capela funerária, e uma inferior, onde estava localizada a câmara funerária com o sarcófago e a múmia. Dessa divisão, há um espaço público de sociabilidade (o superior), o qual as pessoas podiam prestar suas oferendas e, assim, revitalizar o morto no Além. O outro espaço (o inferior), era ocupado pelos sacerdotes apenas na cerimônia de enterramento, de modo que pudessem recitar orações para assegurar a ida do morto ao Além. As egiptólogas Friederike Kampp-Seyfried (1996) e Melinda Hartwig (2004) desenvolvem a ideia de que tanto os níveis da arquitetura de uma tumba de particular quanto o seu plano decorativo fazem referência à vida eterna de quem estava enterrado ali. Desse modo, é interessante pensar que, se determinado elemento iconográfico não estiver evidenciado na imagem, este estará presente no simbolismo comum ao espaço que a própria imagem está inserida. Dessa forma, o nível mais externo da tumba (pátio) está relacionado ao culto solar e à trajetória do sol no Egito terreno. O nível médio (a capela funerária) era um local acessível aos vivos, onde eram realizados os cultos ao morto. Enquanto o nível mais inferior (câmara funerária) era lacrado após as cerimonias funerárias e relacionado ao reino de Osíris, a *Duat*, onde o corpo estaria enterrado.

O egiptólogo Jan Assmann (2003) alega que, para viverem, os proprietários das tumbas precisam ser revitalizados no Egito Terreno por meio de oferendas. Melinda Hartwig, em sua tese, entende que essas oferendas e revitalizações também podem estar contidas no plano decorativo das tumbas e, portanto, auxiliando o morto no Além, defendendo que essas imagens não representam apenas a realidade, mas, também, tinham o poder mágico de se tornar animadas (HARTWIG, 2004, p. 51). Dessa forma, pelo poder da magia e do simbolismo, existem ligações que podem ser criadas entre o que estava representado e o que estava significado. Para tanto, é interessante o que o arquiteto e antropólogo Amos Rapoport escreve sobre os significados dos ambientes construídos. Para esse autor, as pessoas reagem ao ambiente a partir de determinados significados que este espaço pode disponibilizar para elas (RAPOPORT, 1982, p. 13). O ambiente construído é o centro das atividades humanas. Dessa forma, não podemos estudar um certo local sem analisar a sua complexidade por um todo.

O ambiente pode estar repleto de significados que, de forma não verbal, exercem seu papel de informar sobre a identidade, o *status* e os pensamentos da sociedade que ali vivia (RAPOPORT, 1982, p. 56). A ideia de Assmann (2003, p. 292-293) é que a tumba representa o local da capacidade de regeneração do morto, seu contínuo reaparecimento e sua visibilidade vitoriosa. Para tanto, é necessário que este espaço esteja em constante reanimação por meio de atividades no ambiente. Essa atividade é influenciada pela cultura de uma sociedade. Como observa Rapoport (1990), a cultura é um vasto domínio, construído a partir de uma pequena parte desta, o que representa um subconjunto da cultura. Para este autor, cultura é a mediadora das conexões que existem entre as atividades e a arquitetura. A arquitetura influencia o comportamento, guiando-o e vice-versa. Contudo, não é possível realizar essa ligação entre cultura e ambiente de modo generalista. É preciso averiguar aspectos específicos de cada atividade na cultura e, consequentemente, no ambiente.

Um dos meios que a cultura pode ser desmembrada é entendendo o *Sistema de Atividades* proposto por Rapoport (1990). Uma cultura é determinada a partir de uma visão de mundo, influenciada pelos valores que aquela sociedade possui em relação ao seu estilo de vida, enquanto as atividades são representações desses estilos de vida de uma sociedade. As especificidades das atividades, assim como alguns aspectos delas (sua associação aos sistemas e seus significados), começam a explicar a diversidade da forma construída e, portanto, os vínculos com a cultura (RAPOPORT, 1990, p. 11). Para esse autor, o ambiente não pode determinar completamente o comportamento humano, uma vez que uma atividade presente em um espaço pode variar (RAPOPORT, 1982, p. 80). Entretanto, o conjunto dessas atividades, organizado pelo tempo e espaço em um sistema de atividades, pode nos informar sobre a cultura que vivencia aquele ambiente. Sendo assim, utilizando a projeção tridimensional da tumba de Nakht, podemos realizar uma Arqueologia Virtual, que se baseia na observação de determinado sítio arqueológico sem que façamos interferências no espaço, e aplicar os conhecimentos que temos da sociedade egípcia.

Os planos decorativos das tumbas tebanas expõem os pensamentos sociais, religiosos, econômicos e artísticos da sociedade egípcia naquele momento. Do mesmo

modo, os textos dispostos nas tumbas dirigiam os visitantes às suas tarefas, de forma bem didática para quem podia ler, como, por exemplo, disposições de oferendas. Seguindo as propostas de organização da função dos níveis da tumba de Kampp-Seyfried (1996), Assmann (2004) afirma que havia diferentes funções nesse espaço:

I. Abrigar e ocultar o sarcófago com a múmia: esta função está relacionada com a noção de sagrado, uma vez que o que está inacessível está guardado e intocável;

II. Indicar o lugar de enterramento e mostrar o nome do defunto: associa-se com o conhecimento do *eu* e poder simbólico que esse possibilita;

III. Mnemônica ou de representação biográfica: a tumba era construída para ser visitada para a posteridade, já que a crença egípcia entende o dono da tumba, para continuar sua vida no Além, deve ser relembrado no Egito terreno;

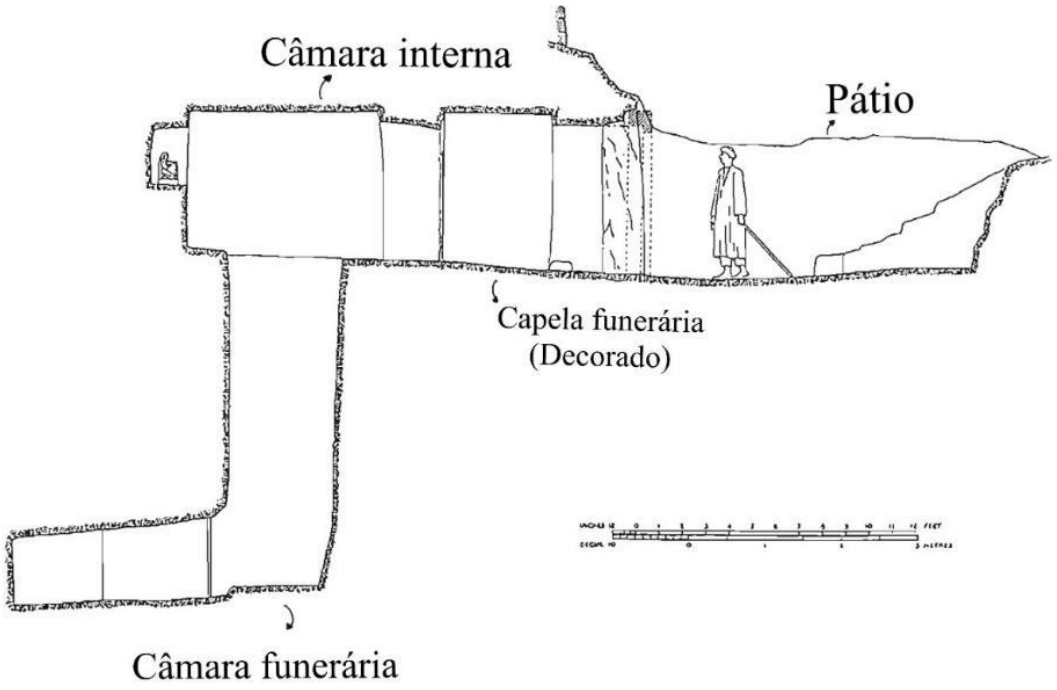
IV. Prover uma interfase: ou uma passagem (ponte), para que o morto possa transitar entre este e o outro mundo;

V. Prevenir o regresso do defunto ao mundo dos vivos: com o intuito de que este não perturbe os vivos, separando, assim, de seu mundo por meio do isolamento da câmara funerária.

Se pensarmos que uma parte da tumba necessita de visibilidade (capela funerária) enquanto a outra é totalmente o oposto (câmara funerária), podemos supor que ambas as funções apresentadas são divergentes em certos pontos. A quarta e a quinta função estão associadas com o viés de simbolismo no projeto arquitetônico da tumba e das esferas físicas e social do egípcio. Sendo assim, tumba não é interpretada como um bloqueio entre os mundos dos vivos e dos mortos, mas, sim, como uma "interfase", que é o símbolo principal desse aspecto (ASSMANN, 2004, p. 47).

Conforme Rapoport (1982), o ambiente se comunica com os demais participantes por meio de um conjunto de pistas. As pistas são destinadas a provocar emoções, interpretações, comportamentos e transações apropriados, estabelecendo as situações e contextos apropriados. Pode-se dizer, então, que o ambiente age como um agente

mnemônico, lembrando as pessoas de um comportamento esperado delas. Os ambientes



são, portanto, ligações e separações no espaço e no tempo, determinando quem faz o quê, onde, quando e com quem, que compreende a lembrança da pessoa e a inscreve no ambiente (RAPOPORT, 1982, p. 81).

Sendo assim, ao utilizarmos a tumba de Nakht para aplicarmos tais teorias, iniciamos uma compreensão sobre a complexidade das crenças funerárias egípcias. A TT 52 apresenta os três níveis estruturais: pátio, câmara interna e câmara funerária. Na Figura 7, podemos perceber tais níveis. Entretanto, o único que apresenta um plano decorativo é a capela funerária (da câmara interna). Então, a partir da simbologia intrínseca ao espaço do pátio e da câmara funerária, devemos analisar que o primeiro possui uma relação com o culto solar e a segunda com Osíris.

Figura 7 - Estrutura da tumba de Nakht (TT 52)

Fonte: adaptado de Laboury (1997, p. 50).

Ao analisarmos o plano decorativo da tumba em conjunto com a simbologia do espaço ao qual ele está inserido, podemos perceber as influências sofridas na organização e estrutura das cenas pintadas na parede. As imagens a leste da estrutura da tumba (Figura

5) estão, de certa forma, relacionadas com o culto solar. As imagens que estão voltadas para a porta de saída da tumba (para o pátio) apresentam Nakht e sua esposa Tawi, oferecendo alimentos e mantimentos em uma mesa. A partir do estudo do espaço e sua simbologia podemos entender que os alimentos dessa mesa estão sendo oferecidos para Âmon-Rê, por isso o fato de estarem voltados para o pátio, à leste, onde o sol nasce. Portanto, de acordo com as crenças egípcias, ao nascer, o sol ilumina a entrada da tumba e pode receber as oferendas feitas pelo casal. Do outro lado do plano decorativo (Figura 4), podemos observar Nakht e Tawi sentados em cadeiras, representação que se relaciona com o hieróglifo A50: uma pessoa (nesse caso, o casal) sentada em uma cadeira. Se pesquisarmos esse símbolo em uma gramática egípcia, podemos encontrar que essa posição representa um morto venerável (GRANDET; MATHIEU, 2003, p. 673). Associando a posição geográfica e simbólica que as pinturas estão dispostas na tumba, entendemos que as representações do casal nas cenas das paredes noroeste e sudoeste estão relacionadas com Osíris, o Além e a câmara funerária.

Dessa forma, entendemos que um egípcio que vivenciava esse ambiente era guiado pelo sistema de atividades intrínsecos ao espaço. A partir da comunicação não-verbal, esse humano entendia que, ao entrar na parte acessível ao público, que era a capela funerária, sua visão era projetada para a estátua *ka*[18] de Nakht no final da câmara interna, percebendo uma cena de banquete funerário e outra de caça e pesca no pântano, entendendo que aquelas figuras sentadas estão relacionadas com os donos da tumba mortos. Por meio da Figura 6, a qual demonstra a visão que uma pessoa teria ao entrar na tumba, podemos entender essa descrição exposta na projeção tridimensional. Ao adentrar na capela funerária, passa pela parede de função biográfica, à esquerda, e pela parede de ritos funerários à direita, até chegar à estátua *ka* e prestar as oferendas ao morto. Terminado, o egípcio, ao caminhar para sair da tumba, repara em duas imagens do casal oferecendo alimentos para Âmon-Rê, presente a partir dos raios solares que iluminam a tumba e

[18] Era a partir do elemento *ka* do morto que este poderia receber as oferendas feitas na capela funerária. Acreditava-se que o *ka* se manifestava em uma imagem do morto, normalmente a sua estátua que ficava na capela funerária, por isso chamada pelos egiptólogos de estátua *ka*.

recolhem as oferendas para si. Para aqueles indivíduos que sabem ler as inscrições da tumba, há o entendimento do que é representado pelas imagens, bem como sua relação com as escrituras.

As análises acima podem ser percebidas por uma imersão virtual no espaço a partir da projeção tridimensional da tumba, o que auxilia bastante o trabalho do historiador que trabalha com esse tipo de fonte. Com o modelo 3D podemos perceber como esse espaço era vivenciado pela família de Nakht e como a crença egípcia existia naquele espaço. Dessa forma, o trabalho do historiador pode ir além dessas análises preliminares, podendo entender melhor os tipos de culto e a interação sociedade-espaço.

Considerações finais

O uso de tecnologias digitais na área de Humanidades tem crescido nos últimos tempos e um desses campos é o da Realidade Virtual, utilizada como recurso para melhor exploração e compreensão de paisagens, ambientes e espaços, naturais ou construídos. A interdisciplinaridade entre vários campos de conhecimento é, portanto, essencial nesse quesito e se mostrou salutar para o aprimoramento das pesquisas voltadas para o campo da arqueologia e História, em especial para o estudo das sociedades antigas. A Realidade Virtual aplicada em sítios arqueológicos possibilita o aprimoramento da pesquisa pela capacidade de aumentar consideravelmente a nossa percepção espacial. Na arqueologia egípcia, a observação de detalhes nas paredes e saliências, antes não perceptíveis, nos permite compreender melhor a visão egípcia do espaço natural e arquitetônico, marcada por uma ideia de sacralização do mundo.

Apresentamos como exemplo do uso das Humanidades Digitais a análise espacial de uma tumba egípcia do Reino Novo, a fim de demonstrar a sua utilidade para a compreensão da concepção de morte no Egito Antigo e a função mágica e simbólica do espaço para os rituais funerários e preservação da memória do morto. O personagem objeto de nosso estudo, Nakht, era escriba e astrônomo do templo de Âmon em Karnak, na cidade de Tebas e viveu entre os reinados dos faraós Tutmés IV e Amenhotep III (1401-1353 A.E.C.), em uma época de prosperidade do Egito marcada por viagens comerciais e

expansão do domínio egípcio para o Levante e a Núbia. A necrópole tebana reflete na morte, e seus cuidados à riqueza do grupo de indivíduos que atuava coletivamente na preservação do reinado e dos templos tebanos.

Uma tumba como a de Nakht tinha todos os elementos necessários para a manutenção da vida após a morte de seu proprietário e de sua família. Era constituída por uma estrutura superior, onde está a capela funerária, e uma inferior, com um poço escavado que forma a câmera funerária, onde estava a múmia. Na tumba de Nakht, além da sua estátua *ka*, que estava presente originalmente em um nicho na parede (Figura 2, letra D), existem pinturas nas paredes (Figura 2, letra B) que retratam cenas de oferendas e trechos selecionados do Livro dos Mortos, texto funerário principal para os membros da elite nesse período. Uma análise da tumba a partir da Realidade Virtual nos permitiu verificar a projeção espacial da estrutura arquitetônica e a sua relação com as crenças religiosas da época.

Para a confecção da tumba em 3D foi usado o programa *SketchUp*, o qual permite verificar o espaço em uma perspectiva tridimensional e melhorar a análise do pesquisador de seu objeto de pesquisa. Essa tecnologia digital que aplicamos à tumba de Nakht pode ser classificada como um exemplo de Arqueologia Virtual, já que permite ao pesquisador ter uma visão espacial da estrutura arquitetônica como um todo, do conjunto geral do ambiente construído, fator que facilita a interpretação do seu papel simbólico-religioso. Um dos elementos de análise são as áreas relacionadas ao culto de Osíris e Rê. O pátio aberto que recebia a luz solar conectado ao culto solar e a parte interna, mais reclusa, associada aos mortos e a Osíris. Em relação às imagens pintadas nota-se que as relacionadas a Rê estão na parte leste (onde o sol nasce) e próximas à porta de entrada para receber a luz solar enquanto as osiríacas estão na parte oeste, onde o sol se põe, e voltadas para a câmera funerária no interior da tumba. Um outro dado percebido é a visão em perspectiva de quem entrava na tumba, que visualizava, em linha reta, o nicho onde estava colocada a estátua *ka* de Nakht, principal representação imagética do morto.

A visão de mundo egípcia, baseada na magia e no poder simbólico do espaço construído, torna-se mais clara e perceptível com o uso da Realidade Virtual. A tecnologia

em 3D facilita a interpretação da questão da agência, de objetos (estátua *ka*) e das imagens (pinturas nas paredes). A ação da magia perpetrada no ritual funerário permitia ao morto usufruir de suas oferendas e ter acesso ao mundo de Osíris. A estrutura arquitetônica da tumba formava um todo com as pinturas nas paredes e os objetos que, em conjunto, garantiam a existência póstuma do falecido.

Referências

ANGENOT, Valerie. Copy and reinterpretation in the tomb of Nakht: ancient Egyptian hermeneutics. In: MUHLESTEIN, K. (Org.). *Proceeding of the International Colloquium:* evolving Egypt – innovation, appropriation, and reinterpretation in ancient Egypt*.* Oxford, British Archaeological Reports, 2012. p. 53-60.

ASSMANN, Jan. Die Konstruktion sakralen Raums in der Grabarchitektur des Neuen Reichs. *Archiv für Religionsgeschichte*, v. 6, p. 1-18, 2004.

ASSMANN, Jan. *Mort et au-delà dans l'Égypte ancienne*. Paris: Éditions du Rocher, 2003.

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír*. O mundo egípcio.* Deuses, templos e faraós*.* Madrid: Edições del Prado, 1996. 1v.

BARGUET, Paul*. Le Livre des Morts des Anciens Égyptiens.* Paris: CERF, 1967.

BRANCAGLION JR., Antônio. *O banquete funerário no Egito Antigo, Tebas e Saqqara:* tumbas privadas do Novo Império (1570 = 1293 a.C.). 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BRYAN, Betsy M. The 18th Dynasty before the Amarna Period (c. 1550-1352 BC). In: SHAW, Ian (Org.). *The Oxford History of Ancient Egypt.* Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 207-264.

DAVIES, Norman de Garis. *The Tomb of Nakht at Thebes*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art, 1917.

DERCHAIN, Philippe. Du temple cosmique au temple ludique. In*:* QUAEGEBEUR, J. (org.). *Ritual and sacrifice in Ancient Near East.* Leuven: OLA, 1993.

DODSON, Aidan. Mortuary Architecture and Decorative Systems. In: LLOYD, Alan B. (Org.). *A Companion to Ancient Egypt*. Chichester: Wiley Blackwell, 2014. p. 804- 825.

FLEMING, Maria Isabel; MARTIRE, Alex da S. Humanidades Digitais e Jogos Eletrônicos como meio de aprendizado histórico. In: FLEMING, Maria Isabel; MARTIRE, Alex da S. (Orgs.). *Humanidades Digitais e Arqueologia*. O desenvolvimento de O Último Banquete em Herculano. São Paulo: MAE/USP, 2019. p. 6-12.

FROOD, Elizabeth. Social Structure and Daily Life: Pharaonic. In: LLOYD, Alan B. (Org.). *A Companion to Ancient Egypt*. Chichester: Wiley Blackwell, 2014. p. 470- 490.

GRANDET, Pierre; MATHIEU, Bernard. *Cours d'égyptien hiéroglyphique.* Paris: Khéops, 2003.

VIRTUAL tomb of Nakht. Elaborado por Glenn Gunhouse. [S. l.: s. n.], 2008. 1 vídeo (1 min 7 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x0sG7b-57vE. Acesso em: 9 abr. 2020.

HARTWIG, Melinda K. *Tomb painting and identity in ancient Thebes, 1419-1372 BCE.* Turnhout, Bélgica: Brepols Publishers, 2004.

HORNUNG, Erik. *The Ancient Egyptian Books of the Afterlif*e. Ithaca, London: Cornell University Press, 1999.

JAMES, Simon. Drawing inferences: visual reconstructions in theory and practice. In: MOLYNEAUX, Brian Leigh (Org.). *The cultural life of images.* Nova Iorque: Routledge, 2011.

KAMPP-SEYFRIED, Friederike. *Die thebanische Nekropole*: zum wandel des grabgedankens von der XVIII. bis zur XX. Dynastie. Mainz am Rhein: von Zabern, 1996.

KEMP, Barry J. *Ancient Egypt*: Anatomy of a Civilization. New York: Routledge, 2018.

LABOURY, Dimitri. Une relecture de la tombe de Nakht. In: TEFNIN, Roland. *La peinture égyptienne ancienne*: un monde de signes à préserver. Bruxelles: Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1997.

MALZBENDER, Thomas; GELB, Dan; WOLTERS, Hans. Polynomial texture maps. *Proceedings of the ACM SIGGRAPH Conference on Computer Graphics*, p. 519-528, 2001. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/220720751_Polynomial_texture_maps. Acesso em: 11 mai. 2020.

MARTIRE, Alex da Silva. *Ciberarqueologia em Vipasca*: o uso de tecnologías para a reconstrução-simulação interativa arqueológica. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia), São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2017.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983.

MOLYNEAUX, Brian Leigh. Introduction: the cultural life of images. In: MOLYNEAUX, Brian Leigh (Org.). *The cultural life of images.* Nova Iorque: Routledge, 2011.

MORENZ, Ludwig D.; POPKO, Lutz. The Second Intermediate Period and the New Kingdom. In: LLOYD, Alan B. (Org.). *A Companion to Ancient Egypt*. Chichester: Wiley Blackwell, 2014. p. 101-119.

PIQUETTE, Kathryn E. Reflectance transformation imaging (RTI) and Egyptian material culture. *Damqatum*: El boletim de noticias del CEHAO, Buenos Aires, n. 7, p. 16-20, 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/ancient-egyptian-material-culture-piquette.pdf.

PIQUETTE, Kathryn E. Documenting Early Egyptian Imagery. Analysing past tecnologies and materialities with the aid of Reflectance Transformation Imaging (RTI). In: GRAFF, Gwenola; SERRANO, Alejandro J. (Orgs.). *Préhistoires de l'écriture*. Iconographie, pratiques graphiques et émergence de l'écrit dans l'Égypte prédynastique. Presses Universitaires de Provence, 2016. p. 87-112.

RAPOPORT, Amos. Systems of activities and systems of settings. In: KENT, Susan. *Domestic architecture and the use of space.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RAPOPORT, Amos. *The meaning of the built environment*: a nonverbal communication approach. Arizona: The University of Arizona Press, 1982.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

SCHWEIZER, Andreas. *The Sungod's Journey through the Netherworld*. *Reading the Ancient Egyptian Amduat.* Ithaca; London: The Cornell University Press, 1994.

SEIDEL, M. SHEDID, A. G. *Das grab des Nacht.* Mainz: Philipp von Zabern, 1991.

SHANKS, Michael. Photography and archaeology. In: MOLYNEAUX, Brian Leigh (Org.). *The cultural life of images.* Nova Iorque: Routledge, 2011.

TACLA, Adriene B. Visualização digital para a numismática céltica: o potencial do RTI. *Brathair*, v. 18, n. 1, p. 189-212, 2018.

TEFNIN, Roland. Image a histoire: réflexions sur l'usage documentaire de l'image égyptienne. *CdE*, v. 54, p. 218-244, 1979.

TAYLOR, John. *Death and the Afterlife in Ancient Egypt.* Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

Entre o líder político e o mito religioso: a construção do perfil de Padre Cícero a partir de acervos de periódicos e arquivos digitais

Between the religious myth and the political leader: the constitution of Father Cícero's profile from digital archives and periodicals files

Leandro Martan Bezerra Santos[1]

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória política de Padre Cícero, uma das figuras mais conhecidas e significativas do Brasil dos séculos XIX e XX. Através de pesquisa em dezoito periódicos e jornais do estado do Ceará e em acervos disponíveis em meio digital, busca-se apresentar como essa carreira política se desenvolveu e de que forma a imprensa construiu para ele diferentes perfis à época de seu trabalho, interpretando os impactos de sua atuação na cidade de Juazeiro do Norte e no contexto político nacional brasileiro.

Palavras-chave: Padre Cícero, acervos digitais, periódicos cearenses.

Abstract

This article aims to analyze the political trajetory of Father Cícero, one of the most known and significant figures in Brazil in the 19th and 20th centuries. Through research in eighteen periodicals and newspapers from the state of Ceará and in collections available in digital media, it seeks to present how this political career developed and how the press built different profiles for him at the time of his work, interpreting the impacts of his roll in the city of Juazeiro do Norte and in Brazilian's national political context.

Keywords: Father Cícero, digital collections, periodicals from Ceará.

Introdução

O presente trabalho visa percorrer as facetas públicas de Cícero Romão Batista, notadamente conhecido como Padre Cícero, sinônimo da tradição religiosa popular nordestina e popularmente referido com a alcunha de "Padim Ciço". Serão objetos desta análise as percepções da historiografia acerca da trajetória de vida, dos feitos e do impacto que Padre Cícero causou nos cenários político, religioso, cultural e social do Ceará e do Nordeste brasileiro, indicando os principais pontos de similaridade e discordância nessas distintas visões acerca desse destacado personagem brasileiro. À análise serão acrescentadas contribuições teóricas propostas em publicações acadêmicas pelas historiadoras Flaviana Almeida e Rosemary Rodrigues (2012), Hebe Mattos (2012),

[1] Mestrando em Arqueologia na Universidade de São Paulo (MAE/USP), com bolsa CAPES. Bacharel em Ciências Sociais pela Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV). E-mail: leandromartan@yahoo.com.br

Jacqueline Hermann (2014) e considerações feitas pelo escritor cearense Rui Facó (1965) - em seu livro póstumo "Cangaceiros e Fanáticos", no qual faz extensa análise da trajetória política e religiosa do Padre Cícero -, Pinho e Silva (2017), Brito (2016) e Almeida e Rodrigues (2012). Para além da fundamentação sobre episódios da carreira de Padre Cícero, compõem o escopo teórico desta análise trabalhos de autores que se debruçaram sobre a atividade da imprensa e da prática historiográfica, como Luca (2008), Lapuente (2016), Brasil e Nascimento (2020), Oliveira e Sandes (2014) e Lima (2016).

A principal abordagem deste artigo, contudo, se dará a partir da utilização de documentos provenientes de um arquivo pessoal e de acervos históricos virtuais de periódicos. A atuação política presente nos telegramas de Padre Cícero a Setembrino de Carvalho ganhará especial atenção em um dos tópicos deste trabalho, sendo, juntamente com as publicações em jornais comuns e periódicos panfletários de grupos políticos, objeto de análise para a devida contextualização dessas atividades. Para tanto, serão utilizados como referenciais documentos provenientes do arquivo pessoal de Fernando Setembrino de Carvalho, antigo interventor e governador do Ceará e cujo arquivo hoje é parte componente do acervo de documentos do CPDOC/FGV, ambiente referência em pesquisas de história do Brasil contemporâneo, composto por cartas, documentos oficiais, telegramas, ofícios, fotografias, depoimentos de história oral e arquivos pessoais de políticos e grandes personalidades públicas brasileiras.

Além do acervo digitalizado disponibilizado pelo CPDOC, a utilização de uma ferramenta como a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional foi de fundamental importância para a construção desta análise, sistematizando informações e possibilitando buscas num espaço temporal de vinte anos, utilizando os acervos de diversos jornais[2], viabilizando a observação dos contextos de circulação de informações sobre os assuntos constantes neste estudo, incluindo padrões de publicação dos periódicos, posições editoriais e tendências temáticas conforme a época destacada.

[2] Compuseram a pesquisa os acervos virtuais dos seguintes periódicos (em suas grafias originais): A Esquerda; A Imprensa; A Instruccao; A Lucta; A Mão Negra; A Nota; A Ordem; A Razão; Diario da Manhã; Folha do Litoral; Jornal do Ceará; Nortista; O Ceará; O Congresso; O Imparcial; O Rebate; O Sitiá e Patria.

O processo de consulta digital introduz à pesquisa um público que normalmente não teria acesso aos documentos originais, promovendo democratização nas oportunidades de investigação histórica, especialmente quando se considera a distância entre muitos pesquisadores e os arquivos públicos e de universidades, - geralmente localizados em grandes centros urbanos - e a diminuição dos custos envolvidos nos projetos. Compreender esse processo permite ao pesquisador obter segurança em seu percurso metodológico, conforme considerações feitas por Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2020) ao refletirem sobre as possibilidades trazidas pela história digital e o emprego da citada Hemeroteca em novas pesquisas acadêmicas.

Ao explorar a possibilidade de aprender e escrever história a partir do uso de mídias digitais, complementando a pesquisa tradicional em livros físicos e arquivos com o uso da tecnologia para a obtenção de fontes históricas, torna-se possível ampliar o horizonte de atuação de historiadores e pesquisadores através do fortalecimento de novas áreas históricas e da fragmentação disciplinar, o que dialoga diretamente com as contribuições teóricas oriundas da terceira geração da "Escola dos Annales", aqui representado por Jacques Le Goff (1996).

Levantaram-se na historiografia, com razão, ressalvas sobre a confiabilidade da imprensa como fonte histórica, especialmente se esta estiver aliada à falta de critérios metodológicas bem definidos e devidamente seguidos pelo pesquisador. Uma vez amadurecida no campo acadêmico, o saldo dessa discussão teórica delega ao pesquisador - livre dessa inocência metodológica - a tarefa de estabelecer de maneira sistemática o contexto de produção e preservação desses documentos, analisando motivações econômicas, ideológicas e editorais por trás das publicações estudadas, bem como aspectos técnicos de elaboração, tiragem e difusão, que ajudam a dimensionar o tamanho das fontes em seu tempo e lugar.

A partir da década de 1970, é identificado o surgimento de estudos que tomavam a própria imprensa como objeto a ser investigado, através da identificação de seu papel como porta-voz de determinados grupos sociais, políticos e econômicos. Sobre esse tema, Tania de Luca (2008) analisa o papel da imprensa como fonte fundamental de

novos e importantes campos da pesquisa histórica, especialmente pela grande disseminação de periódicos nas décadas anteriores, tais como almanaques, pequenos jornais de associações e sindicatos, folhetos publicitários e os grandes jornais matutinos. Para Lapuente (2016, p. 26), a utilização de jornais ampliou as possibilidades para a pesquisa histórica, ao considerar que "a queda do fetichismo do documento, substituído por uma análise crítica, criou um leque amplo de fontes de pesquisa, [...] e o uso do jornal garantiu nas últimas décadas uma fonte de consulta usada por muitos trabalhos".

Note-se também a importância do estabelecimento da função social do impresso estudado, bem como a necessidade de compreensão do investigador acerca das condições de produção e das razões para a escolha dos processos adotados. No trabalho de Luca (2008) acima citado, a autora verifica o contexto de profissionalização dos jornais diários, com a criação de um mercado de publicidade, melhorias técnicas de impressão e distribuição e consequente diminuição dos custos dos exemplares e aumento das tiragens, acompanhadas de uma mudança na dinâmica editorial de doutrinação, que passa a adotar a lógica da informação.

Atuação religiosa e a ascensão política de Padre Cícero

Nascido em 1844 - na cidade do Crato, interior do Ceará –, Cícero Romão Batista demonstrou vocação para a vida religiosa ainda adolescente, tendo ingressado no seminário da capital de seu estado, Fortaleza, aos 21 anos. Ordenado padre cinco anos depois, Cícero voltou à sua terra natal para iniciar a impressionante carreira religiosa, mudando-se para o povoado do Juazeiro em 1872, a fim de exercer o sacerdócio.

Sua atuação próxima aos moradores e a organização de grupos religiosos ao redor do padre passaram a chamar a atenção e despertar aversão em setores de sua Igreja, animosidade agravada com a atribuição de milagres ao sacerdote, cada vez mais relevante no cenário social local. Ao final do século XIX, em consequência, o padre Cícero se encontrava em situação de disputa com Roma, o que aos poucos impediu sua atuação religiosa oficial e possibilitou e estimulou a migração e ampliação de seu trabalho junto a outras esferas da sociedade.

Politicamente, o primeiro destaque obtido pelo padre Cícero foi sua atuação direta no processo de emancipação do município de Juazeiro do Norte - então vinculado ao Crato – angariando grande mobilização popular. Imediatamente à emancipação, Cícero foi escolhido como o primeiro prefeito da história do município, em 1911. Poucos meses depois, no início de 1912, foi deposto do cargo de prefeito, só retornando ao cargo em 1914 - e nele permanecendo ininterruptamente até 1927. O retorno ocorreu após ter sido eleito pela Assembleia Legislativa local (funcionando em caráter dissidente, uma vez que havia uma disputa de comando político no Ceará) como vice-presidente do estado, o que hoje equivaleria ao cargo de vice-governador, seguindo o sucesso da revolução cearense, a chamada Sedição de Juazeiro.

O movimento conhecido como Sedição de Juazeiro, em suma, ocorreu após a interferência do Governo Federal brasileiro - realizada no início de 1912, sob ordens do Presidente marechal Hermes da Fonseca - sobre a dinâmica política oligárquica existente no Ceará, retirando do poder a tradicional família Acioly e seus aliados - como era o caso de Padre Cícero - para concentrar poderes em Fortaleza, utilizando a figura de Franco Rabelo como nova liderança e, assim, garantindo maior influência do governo baseado no Rio de Janeiro sobre a região. Como resposta à intervenção, organizou-se um levante armado liderado por Floro Bartolomeu e Padre Cícero, que conflagrou o conflito estadual no final do ano de 1913, logrando êxito na retirada de Franco Rabelo do poder no ano seguinte e consolidando a força política e a capacidade de mobilização das importantes lideranças políticas locais envolvidas.

Seguida da enorme vitória do grupo político de Cícero, é registrada a chegada de Setembrino de Carvalho ao governo do Ceará, como observam Pinho e Silva:

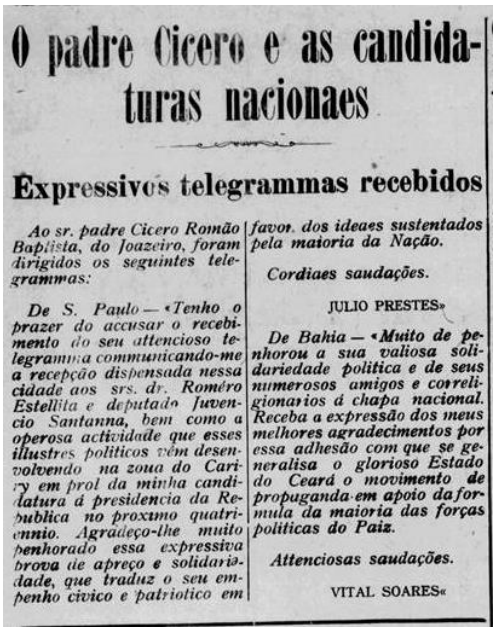
> Em 14 de março de 1914 o presidente da República, Hermes da Fonseca, decreta intervenção federal no Estado do Ceará, destituindo o governador Franco Rabello e empossando, no dia seguinte, o Cel. Setembrino de Carvalho como seu interventor. Bem sucedido nessa empreitada o padre Cícero conquista a eleição subsequente para governador, tornando-se o 1º vice-presidente do Estado (PINHO; SILVA, 2017, p. 10-11).

Ainda sobre a Sedição de Juazeiro, nos esclarece Brito que:

> Marco de ascensão e decadência do principal movimento de cunho religioso, cultural e político no Cariri cearense, a Sedição de Juazeiro que provoca profundas alterações na configuração territorial da região, na medida em que é produzida por um contexto local de manifestação da diversidade da expressão católica. É enfrentada pelo catolicismo formal e apresenta relações de convivência e conflito com o poder nacional que se instituía (BRITO, 2016, p. 260).

A decisiva participação de Padre Cícero na articulação de forças durante o movimento de Sedição de Juazeiro é um dos pontos chave da transição de figura religiosa adorada e destacada com influência política no seu povoado e arredores para um político de significativa relevância em toda a região Nordeste, extrapolando as fronteiras do estado cearense. Dessa forma, Padre Cícero passou a chamar a atenção, então, de figuras políticas de cacife elevado, que circundavam as disputas e composições em escala presidencial, como é o caso dos futuros telegramas trocados com o presidente Arthur Bernardes e publicados no panfletário *A Imprensa* (1926, p. 1).

Em outro exemplo, o jornal *Diário da Manhã* (1929, p. 2), noticia o recebimento de duas importantes correspondências enviadas ao Padre Cícero, provenientes dos integrantes da chapa presidencial que viria a ser eleita nas eleições de 1930, mas que não lograria tomar posse dos cargos em decorrência da "Revolução" de 30: o paulista Júlio Prestes e o baiano Vital Soares foram os remetentes dos telegramas, que podem ser lidos na imagem a seguir:



O padre Cicero e as candidaturas nacionaes

Expressivos telegrammas recebidos

Ao sr. padre Cicero Romão Baptista, do Joazeiro, foram dirigidos os seguintes telegrammas:

De S. Paulo — «Tenho o prazer do accusar o recebimento do seu attencioso telegramma communicando-me a recepção dispensada nessa cidade aos srs. drs. Roméro Estellita e deputado Juvencio Santanna, bem como a operosa actividade que esses illustres politicos vêm desenvolvendo na zona do Cariry em prol da minha candidatura á presidencia da Republica no proximo quatriennio. Agradeço-lhe muito penhorado essa expressiva prova de apreço e solidariedade, que traduz o seu empenho civico e patriotico em favor dos ideaes sustentados pela maioria da Nação.

Cordiaes saudações.

JULIO PRESTES»

De Bahia — «Muito de penhorou a sua valiosa solidariedade politica e de seus numerosos amigos e correligionarios á chapa nacional. Receba a expressão dos meus melhores agradecimentos por essa adhesão com que se generalisa o glorioso Estado do Ceará o movimento de propaganda em apoio da formula da maioria das forças politicas do Paiz.

Attenciosas saudações.

VITAL SOARES«

Figura 1: Reprodução em O Jornal da Manhã de telegramas enviados à Padre Cícero pelos componentes da chapa presidencial eleita em 1930. Fonte: Diário da Manhã – Acervo Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/800040/64. Acesso em 22 de abril de 2020.

Uma outra figura que acaba por se destacar na relação com o Padre Cícero é a do então coronel Fernando Setembrino de Carvalho, à época governador do Ceará, e que já havia sido interventor no estado – após a vitória da Sedição de Juazeiro – e Ministro da Guerra brasileiro.

Ao guardar em seu acervo pessoal os telegramas escritos por Padre Cícero, Setembrino de Carvalho indiretamente nos deu indícios históricos sobre o funcionamento da atividade política e, de certa forma, paternalista da região do Cariri e dos próprios envolvidos nas mensagens, uma vez que se verificava intensa correspondência relacionada a indicações de cargos na região, muitas vezes em posições de certa estatura hierárquica na cadeia de comando político-social regional. Nesses documentos é possível constatar pedidos de Padre Cícero que variavam entre a troca do efetivo policial designado à região, promoções de trabalhadores de pequenos cargos, escolha de juízes e agradecimentos por nomeações de cunho pessoal, como no telegrama em que Cícero agradece a sua nomeação como intendente do município juazeirense, bem como articulações políticas mais urgentes, como quando Cícero utilizou a correspondência para

desmentir ao informante boatos de que seus correligionários estariam sendo mobilizados para uma invasão ao estado vizinho da Paraíba.

O próprio padre também nutria o costume de documentar todos os telegramas e cartas enviados e recebidos por ele, conforme assinalam Pinho e Silva (2017). É possível notar também o emprego de uma possível estratégia de tornar públicas – por meio da publicação em jornais – suas correspondências privadas, imaginando-se que com o intuito de colher ganhos políticos, demonstrando aos leitores das publicações – seguidores, aliados e rivais políticos e público em geral – os efeitos de seu trabalho e sua capacidade de exercer influência e articulação políticas. O interesse dos jornais em publicar correspondências pessoais e ocorrências cotidianas do padre Cícero demonstra também o papel do sacerdote como eixo norteador da vida política no Cariri, sendo protagonista de temas tão caros à identidade sertaneja como religião e política.

É também interessante notar a opção pelo envio de telegramas de cunho e assinaturas pessoais, numa escolha que ocorria em detrimento de uma comunicação oficial e institucional feita no âmbito da prefeitura da cidade cearense. De acordo com levantamento feito a partir do arquivo de Setembrino de Carvalho na Fundação Getulio Vargas, foram preservados catorze desses telegramas oriundos do Padre Cícero, um deles com seus pedidos exemplificados na imagem a seguir:

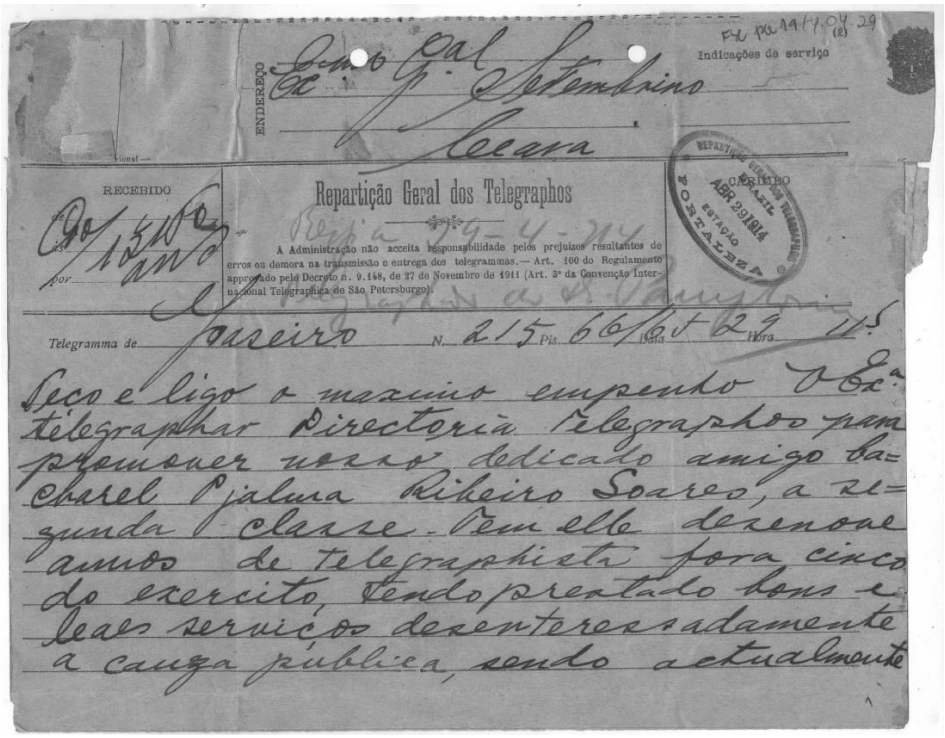

Repartição Geral dos Telegraphos

Figura 2: Telegrama do Padre Cícero solicitando a promoção de um telegrafista ao governador Setembrino de Carvalho. Fonte: acervo CPDOC; classificação "FSC pce 1914.04.29". Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FSC_PACEARA&pasta=FSC%20pce%201914.04.29. Acesso em 15 de abril de 2020.

Com Padre Cícero no comando do então povoado, há de se destacar o crescimento vivenciado por Juazeiro do Norte, hoje importante centro econômico, social e turístico da região do Cariri, no sul cearense: o povoado tinha cerca de 800 habitantes quando da chegada do padre ao local para fixar residência, em 1872; hoje conta com cerca de 274 mil habitantes, de acordo com estimativa atual (2019) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento juazeirense se baseava em dois pilares: o primeiro, a extrema popularidade do Padre Cícero entre os fiéis sertanejos, que migravam de diversas regiões do Nordeste até o Cariri atraídos pela proximidade do homem milagreiro do sertão. O segundo pilar era a atratividade econômica que começava a se desenvolver na região, também com grande colaboração do Padre Cícero, que ajudava os pobres na sua acolhida e lhes ofertava trabalho.

Ambos os mecanismos auxiliavam o acúmulo de capital político do padre, embora se baseassem em atos de milagre negados e condenados pela Igreja de Roma, e postos

de trabalho de baixíssima remuneração e de precárias condições, que efetivamente serviam de mecanismos de inserção política de Cícero entre os coronéis, mediante a alocação desses trabalhadores em fazendas e obras designadas por ele. Sobre tal constatação é que nos ensina o jornalista Rui Facó, autor da obra "Cangaceiros e Fanáticos", ao destacar a relação do Padre Cícero com a população do Juazeiro, em suas considerações contidas no seguinte excerto:

> Juazeiro se transformara num grande mercado de mão-de-obra barata ou quase gratuita para os proprietários de terra do vale do Cariri. Com a unificação temporária dos chefes políticos locais sob a égide do Padre Cícero, os coronéis que pertenciam às suas hostes recebiam a sua cota-parte de trabalhadores que, conforme a tradição do vale, nas épocas mais ou menos tranquilas iam lavrar a terra, cortar a cana, fabricar a rapadura, extrair a borracha, colher o algodão, plantar o milho e o feijão, vaquejar o gado, e nas épocas conturbadas pegavam de um rifle para o que desse e viesse: em defesa da propriedade do patrão ou em assaltos por ele ordenados (FACÓ, 1965, p. 164).

Padre Cícero ainda teria estabelecido, apesar de mínimo, contato com Lampião, o maior símbolo do Cangaço, em episódio no qual necessitou de sua atuação perante o combate a Coluna Prestes, supostamente oferecendo a patente de capitão em troca de apoio armado contra os integrantes do grupo organizado por Luís Carlos Prestes, outro movimento singular de nossa história e que efervesceu o já conturbado cenário político da Primeira República brasileira.

Sobre esse episódio, as historiadoras Flaviana Almeida e Rosemary Rodrigues consideram que:

> Em 1926, o padre Cícero vivia momentos difíceis na política. Seu prestígio já não era tão forte. Sábio, estratégico e calculista, cedo compreendeu que se o Juazeiro oferecesse resistência ou mesmo colocasse a Coluna Prestes em fuga, teria ganho político. Primeiro, enviou a Prestes um pedido de rendição, enquanto que por outro lado, despachou um emissário a Lampião, convidando-o a defender Juazeiro de um possível ataque comunista, sob a promessa de fazê-lo 'capitão' com patente (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 48).

O periódico *A Esquerda* descreveu a atuação das tropas de padre Cícero no combate à Coluna Prestes da seguinte maneira:

> Pagehú, em Pernambuco, 300 homens das forças do padre Cicero contra 150 de Siqueira Campos, tendo os revolucionários alcançados os seus objetivos; Riacho do Navio, Pernambuco, 2.000 homens do Padre Cicero, do Exercito e da policia estadual contra toda a columna Prestes, então de 800 homens, tendo os revolucionários obtido os fins visados (A ESQUERDA, 1928, p. 2).

Sua participação política se amplia e envolve importantes acontecimentos que perpassam a história do Brasil: Cícero foi o principal articulador do famoso "Pacto dos Coronéis". Ao mesmo tempo, porém, edificava estreitas alianças com jagunços e cangaceiros - o que não poderia ser diferente para alguém que começara a gozar das benesses de um efetivo e distinto coronel, considerando o contexto social encontrado no sertão nordestino entre o final do século XIX e a primeira metade do XX.

A respeito dessas benesses, observando especialmente fatores de ordem econômica, Rui Facó comenta que:

> Era geralmente reconhecida a falta de ambição pessoal do Padre Cícero Romão Batista. Sabe-se que o sacerdote jamais admitira, desde sua ordenação, receber um níquel sequer como pagamento da celebração de atos religiosos. Era este um dos principais motivos de sua enorme popularidade entre gente que vivia em extrema pobreza. [...] Com o correr dos anos, o Padre Cícero teve que se adaptar ao meio onde vivia, acumulando bens, cortejado pelos grandes proprietários, até se tornar um deles. [...] Sobre o testamento 'são enumeradas 5 fazendas, 30 sítios, além de vários terrenos, ou lotes de terra, prédios urbanos [...] 15 'prédios' (casas térreas) e sobrados (casas de dois pavimentos) em Juazeiro, faz referência a 'um quarteirão de prédios' [...] o prédio onde funciona a cadeia pública, 'bem como os demais que se seguem contiguamente à mesma rua e na Rua Padre Cícero', de forma que, pelo documento em apreço, não se sabe exatamente quantos imóveis urbanos possuía o sacerdote. Além disso, tinha criação de gado [...] era uma fortuna regular para a época e para o meio (FACÓ, 1965, p. 165-166).

A peculiar relação entre política e religião no cotidiano do interior do Brasil foi objeto de análise de Jacqueline Hermann (2014), em capítulo componente do livro "O Brasil Republicano", no qual a autora discorre sobre movimentos religiosos que ocorreram no início da era republicana no Brasil e suas estreitas ligações com a política. Ao promover revisão bibliográfica sobre o tema, Hermann aponta que a religiosidade exercia um papel secundário na origem dos movimentos tratados como messiânicos, seguindo a linha argumentativa adotada por autores como Maria Isaura de Queiroz e Rui Facó (2014, p. 127). Ou seja: como conclusão dessa revisão promovida por Hermann (2014, p. 154-156),

os principais aspectos desses movimentos seriam, em suma, as relações de disputa e equilíbrio de forças políticas e as transformações culturais e econômicas vivenciadas à época (HERMAN, 2014, p. 154). Além disso, a autora estabelece uma ligação entre as revoltas do início do período republicano brasileiro e a instabilidade política que se seguiu ao golpe militar que promoveu o sistema republicano, reflexo da delicada e instável situação política da época. Em outras palavras, o próprio contexto de proclamação da República no Brasil foi o que futuramente fomentou ameaças à estabilidade do sistema político.

Tratando especificamente da figura de Padre Cícero, a mesma autora considera que:

> Do ponto de vista eclesiástico, a disputa do Padre Cícero pela confirmação do milagre se arrastaria até sua morte, aos 91 anos, em 1934 [...] politicamente, no entanto, o resultado foi altamente positivo para Cícero, com o prestígio crescente adquirido entre os seguidores e afilhados, Padre Cícero tornou-se uma figura decisiva no quadro político do Ceará, do vale do Cariri e de todo o Nordeste durante e República Velha. [...] Padre Cícero foi também o fiador do famoso Pacto dos Coronéis, firmado em 4 de outubro de 1911, em Juazeiro (HERMANN In: DELGADO; FERREIRA, 2014, p. 132).

Grande exemplo atual da aura santa e mítica que é atribuída e rodeia a imagem de *Padim Ciço,* as romarias feitas até o seu Juazeiro hoje envolvem mais de 2 milhões de visitantes anualmente, número significado ao se considerar a enorme distância da cidade para os grandes centros populacionais do Nordeste brasileiro. Ao longo de todo o ano, esses milhões de fiéis se dirigem ao Cariri para cumprir promessas, pedir milagres e agradecer bênçãos creditadas ao santo do povo. O sacrifício desses fiéis e sua devoção são tamanhas que alguns romeiros optam por ir caminhando até Juazeiro do Norte, e lá estando sobem de joelhos os muitos degraus até a base da enorme estátua de 27 metros que representa o Padre Cícero, construída ao lado de sua antiga residência e igreja, hoje considerada basílica pela Igreja Católica Romana.

O mito em torno da figura do Padre Cícero, entretanto, não é exclusividade dos dias atuais: a partir de 1889, a hóstia ministrada pelo padre a uma beata supostamente se transformara em sangue dentro de sua boca seguidas vezes. Com esses episódios, ligava-

se pelo interior do Nordeste o estigma de milagreiro ao padre oriundo da cidade do Crato. Esses episódios, nunca oficialmente desacreditados pelo padre, resultaram em sanções aplicadas pela Igreja Católica Romana, com a qual Cícero travou um verdadeiro conflito político e retórico nos anos seguintes, chegando a passar meses morando em Roma para negociar o pleno retorno às suas funções dentro da Igreja da qual foi afastado.

A construção da identidade do Padre Cícero nos jornais cearenses

Em decorrência da enorme quantidade de citações ao nome de Padre Cícero na imprensa brasileira e do tempo demandado para analisar toda essa documentação, além das próprias limitações temática e de extensão naturais a um artigo, optou-se por estudo que abrangesse apenas as publicações cearenses. Dessa forma, para a pesquisa histórica deste artigo foram objeto de análise as menções ao nome do padre Cícero Romão em dezoito periódicos do estado do Ceará entre os anos de 1910 e 1929, abarcando o fortalecimento da campanha de emancipação municipal de Juazeiro do Norte até momentos antes das eleições e da chamada "revolução" de 1930, que culminou no afastamento do protagonista deste artigo da prefeitura da cidade cearense.

Todos as fontes de imprensa aqui utilizadas constam no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, preservando sempre as grafias originais encontradas nas publicações. São documentos, assim como os telegramas estudados no tópico anterior, cujas análises ainda são inéditas em publicações acadêmicas, o que denota as grandes possibilidades de pesquisa e narrativas existentes sobre essa figura de destaque do sertão nordestino e seus feitos políticos e religiosos. Assim, serão apresentadas diferentes visões sobre o padre Cícero e seus movimentos políticos e religiosos nos periódicos cearenses da época, buscando contextualizar e interpretar os acontecimentos retratados nas linhas desses jornais.

Este tópico, portanto, se dedica a analisar as visões da imprensa sobre o padre e a transformação do caráter simbólico representado por sua figura, perpassando os adjetivos e louros que lhes eram empregados nas páginas dos jornais cearenses.

Exemplo dos adjetivos empregados, neste caso negativos, são os publicados no boletim de *A Liga Feminina Cearense* (1912, p. 7) – que, apesar de seu nome, está assinado por José do Amaral – ao assinalar que "Padre Cícero Romão, chefe dos chefes mais terrorosos de cangaceiros, pactúa com esta causa anti-christã, o que não admira, por ser este sacerdote catholico já excommungado pela Santa Sé".

Em semelhante toada, o *Nortista,* jornal da cidade de Sobral, publicou recomendações aos leitores na edição de 10 de janeiro de 1914, afirmando que:

> O degenerado Padre Cícero, como é sabido, é renegado pelo Papa [...]. Grande numero de sertanejos ignorantes, estão debaixo de seu despotismo religioso e portam'se a toda espécie de crimes e depravações q' o falso apostolo lhes sujeita. [...] Espalhar do alto do pulpito e por todos os cantos dos sertões, quem é esse famoso Cícero Romão que vive a explorar a gente simples do sertão (O NORTISTA, 1914, p. 1).

No mesmo jornal (1914, p. 1), agora em primeiro de fevereiro de 1914, ao abordar a intervenção vinda da capital do país, é noticiado que "o governo do Ceará tomou a deliberação de solicitar, do governo da União, o auxílio das forças federaes, para fazer repressão aos fanaticos do Padre Cícero, que perturbam a ordem, nos sertões de Caryri".

Outra publicação, proveniente do jornal de perfil editorial independente *A Lucta* - em 28 de maio de 1914, um par de meses após o conflito em Juazeiro e no primeiro mês de circulação do periódico – mostra o claro descontentamento de setores da cúpula da Igreja Católica com a projeção ganha por Padre Cícero junto ao imaginário popular de sua região, de acordo com a seguinte declaração publicada na Portaria Episcopal desse noticiário, assinada por Manuel, "bispo diocezano", em carta datada de 12 de maio de 1914:

> Tendo chegado ao meu conhecimento que se acham espalhadas por entre o povo medalhas tendo de um lado a imagem de Nossa Senhora das Dores e do outro a eligie do revdm. padre Cícero Romão Baptista, e também se expõem á venda, alem das taes medalhas, retractos do mesmo sacerdote, a guiza de imagens, em pequenos oratórios ou redomas, juntamente com imagens de Nossa Senhora. Declaramos, como Pastor e Guarda da Fé, que taes medalhas e retractos, não sómento são contrario á civilização e ao senso comum, mais ainda condemnados pela Egreja. [...] Pelo que, ordenamos a todos os sacerdotes [...] que empreguem esforços para debellar esta surpertição, instruindo ao povo (A LUCTA, 1914, p. 1).

Considerado pela imprensa de maneira tão discrepante como "chefe dos fanáticos do Cariry" ou como alguém que "ascende de humano à vida", Padre Cícero era retratado de acordo com a conveniência política editorial de cada veículo, cabendo identificar em qual dessas esferas cada periódico se encontrava.

O jornal *Patria*, da cidade de Sobral, por exemplo, fazia parte da esfera de influência e propaganda política do Partido Republicano Conservador, de cujos quadros Padre Cícero era componente. Era um jornal de edições curtas, de frequência semanal ou de poucos dias na semana e que praticamente se limitavam a um caráter editorial panfletário, ainda em processo de profissionalização da prática jornalística, conforme apontado por Lima (2016), e que pode ser replicado como descrição de praticamente todos os periódicos aqui citados.

Numa das edições desse jornal, inclusive, se discutem os boatos de que o grupo político estaria organizando uma revolta contra o governo de Fortaleza, o que em breve realmente viria a se concretizar, embora fosse veementemente rechaçado no número de 22 de maio de 1912 do jornal *Patria,* como se observa a seguir:

> Telegrammas de Fortaleza para o Recife dizem que o Padre Cícero Romão Baptista, influencia política no Cariri, està armando sua gente para revolucionar o Estado, cazo o Coronel Franco Rabello seja reconhecido Presidente. [...] Entretanto corre que o Revd. Padre Cícero Romão Baptista telegraphou ao Coronel Thomaz Cavalcante, em Fortaleza, dizendo não ser verdadeira semelhante notícia (PATRIA, 1912, p. 2).

Dois anos depois – em 17 de junho de 1914, na edição de número 200 - o jornal *Patria* reproduz o discurso proferido pelo deputado Thomaz Cavalcante no Rio de Janeiro - em banquete oferecido ao presidente eleito do estado do Ceará, Cel. Benjamin Barrozo, no qual comemora os resultados positivos da campanha da Sedição de Juazeiro, exaltando seus líderes:

> O illustre Dr. Floro Bartholomeu da Costa, aquelle a quem coube no momento memorável da nossa historia politica, consubstanciando o valor moral do venerado pastor do Cariry, o respeitável P. Cicero Romão Baptista, poude reunir os sentimentos de protesto e revolta do povo cearense contra seus tyrannos e encarnar as suas aspirações, sua ansiedade pela reivindicação das liberdades,

> concluídas pela sua reintegração, constituindo-se valoroso, severo e abnegado chefe da revolução de Dezembro. Mas á victoria que destruiu o despotismo é indispensável que succeda a obra de reconstrucção, cujas bases foram lançadas pelo illustre general Fernando Setembrino de Carvalho, correspondendo plenamente a confiança do chefe da Nação (PATRIA, 1914, p. 2-3).

O conflito entre os discursos dos jornais locais pode ser percebido em outro excerto do jornal *Patria*, quando na edição de 29 de julho de 1914 foi publicado em defesa do Padre Cícero e de seu aliado Setembrino de Carvalho que:

> A imprensa da opposição phantaseou um novo caso, [...] inventou que o governo federal havia emprestado ao da Intervenção a importancia de oitocentos contos, da qual apenas se conhece o destino dado á quantia de trezentos, assim deixando perversamente perceber-se que o resto desse valor ficára entre o bolso da farda de Setembrino de Carvalho e o da batina do Padre Cicero Romão. Desgraçada a causa para cujo triumpho se faz mister a arma ignóbil da difamação (PATRIA, 1914, p. 1).

A nota rechaçada acima se tratava de uma publicação veladamente acusatória proveniente do jornal *O Rebate* da cidade de Sobral: note-se que é um periódico diferente do jornal *O Rebate* de Juazeiro do Norte, criado para a promoção da campanha de emancipação do município e de linha editorial ao seu homônimo sobralense.

O Rebate de Juazeiro, por seu turno, se destacava pelo total alinhamento político ao Padre Cícero, provavelmente sendo a publicação que mais se manteve editorialmente a favor do sacerdote cearense.

Exemplo desse alinhamento é a edição de 6 de fevereiro de 1910 de *O Rebate*, na qual o jornal juazeirense elenca telegramas provenientes de outros estados recebidos por Cícero Romão e que reforçam sua influência e a importância de seu apoio político até para a candidatura ao cargo máximo da República. Um deles, inclusive, se destaca por ter sido enviado pelo bispo do estado do Piauí, demonstrando o engajamento político existente nas ordens religiosas do período. Ambos podem ser lidos a seguir:

> Theresina – 3 Fevereiro: 'Em nome do Catholicismo do Piauhy pedimos, Padre Cícero, a sua intervenção em favor da candidatura do Dr. Ruy Barbosa defensor de nosso Bispo, e contra o candidato da Maçonaria, o marechal Hermes.
> Theresina 3 – 'Por gratidão ao Dr. Ruy Barbosa faço meu o pedido dos signatários do telegramma referente á sua candidatura civil: Padre Cícero, serei agradecido.' – Bispo do Piauhy (O REBATE, 1910, p. 2).

Acerca da postura no mínimo simpática d'*O Rebate* com relação ao padre Cícero, basta considerar o seguinte trecho de uma nota de seu aniversário escrita pela redação do jornal (1910, p. 2): "Padre Cícero! O nome deste preclaro homem de Deus é uma como copla bemdita a distillar-se em cada lábio; é uma como estrofe d'oiro a vibrar em cada peito; é como hymno affectivo a sacudir todos os corações".

Em bem verdade, todas as páginas dessa edição de 26 de março de 1910 do jornal foram dedicadas apenas aos votos de parabéns ao padre, que comemorou 66 anos completos de vida dois dias antes. Considerado um periódico independente, *O Rebate* de Juazeiro do Norte é tido como o primeiro jornal impresso da cidade, e logo em sua edição de estreia tinha uma imagem de capa com o rosto do padre Cícero Romão. Criado com o objetivo de impulsar o movimento de emancipação política juazeirense (OLIVEIRA; SANDES, 2014), naturalmente também respaldava Cícero politicamente, uma vez que o padre era uma das principais lideranças do movimento e veio a se tornar o primeiro prefeito do município.

Considerações finais

Figura ambígua ao longo de sua vida e que motiva reações de amor e ódio até os dias de hoje, o Padre Cícero se estabelece como um dos grandes personagens da história brasileira, um dos arautos da fé sertaneja e se consagrou como grande motor do desenvolvimento de uma cidade inteira em pleno sertão nordestino.

Diante de todo o exposto neste trabalho, cabe apenas reproduzir o feliz resumo feito por Hebe Mattos (2012) acerca de sua habilidade de articulação entre os segmentos político e religioso, ao afirmar que:

> Padre Cícero cumpria os dois papéis políticos centrais que se esperavam dos coronéis. Por um lado, seu perfil de liderança religiosa o fazia capaz de mobilizar e receber a fidelidade de milhões de camponeses não eleitores, mas ainda assim atores políticos centrais na nova ordem republicana [...], como chefe político conseguia organizar a competição local entre as elites políticas e suas clientelas mais próximas, que efetivamente participavam das eleições, especialmente nas vilas e arredores. Seu apoio foi fundamental no contexto das lutas oligárquicas ocorridas em 1913 e 1914 no estado, quando violento confronto armado

> recolocou no poder a oligarquia formada pela família Accioli (MATTOS In: SCHWARCZ, 2012, p. 110).

Com fama de santo milagreiro e padrinho dos mais humildes do sertão, Padre Cícero Romão Batista veio a falecer em 20 de julho de 1934, após ter percorrido um singular caminho que o levou além do destaque religioso, com participação direta em diversos eventos importantes para a configuração atual da política brasileira, décadas após se tornar "santo" de fato para milhões de brasileiros.

Referências

Fontes

A CAMPANHA do Joazeiro. *Nortista*, Sobral, 10 jan. 1914, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720550/120>. Acesso em: 12 abr. 2020.

A LIGA FEMININA CEARENSE. Boletim impresso. Sem data e local exatos, edição 54, 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721182/69>. Acesso em: 20 abr 2020.

CÍCERO, Padre Romão Batista. Telegrama a Setembrino de Carvalho. Arquivo Setembrino de Carvalho, FSC pce 1914.04.29", (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 29 abr. 1914. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FSC_PACEARA&pasta=FSC%20pce%201914.04.29>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

ECHOS – A intervenção. *Nortista*, Sobral, 01 fev. 1914, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720550/132>. Acesso em: 10 abr. 2020.

<eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/245-24481-27052016-122314.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

NOTÍCIAS. *Patria*, Sobral, 22 mai. 1912, p. 2. Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/166693/495>. Acesso em 08 abr. 2020.

O PADRE Cícero e as candidaturas nacionaes. *Diário da Manhã*, Fortaleza, 27 out. 1929, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800040/64>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OS COMBATES em que se empenhou a coluna Prestes. *A Esquerda*, Fortaleza, 12 abr 1928, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720992/196>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PADRE CÍCERO. *O Rebate*, Juazeiro do Norte, 25 mar. 1910, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164771/138>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PORTARIA Episcopal. *A Lucta*, Sobral, 28 mai. 1914, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/720763/17>. Acesso em: 20 abr. 2020.

QUEM AVISA. *Patria*, Sobral, 27 jul. 1914, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/166693/941>. Acesso em: 08 abr. 2020.

TELEGRAMAS. *A Imprensa*, Sobral, 21 jul. 1926, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721204/385>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TELEGRAMMAS. *Patria*, Sobral, 17 jun. 1914, p. 2 – 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/166693/882> e <http://memoria.bn.br/DocReader/166693/883>. Acesso em 07 abr. 2020.

VÁRIAS – Theresina 3 fevereiro; Theresina 3. *O Rebate*, Juazeiro do Norte, 06 fev. 1910, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164771/110>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Bibliografia

ALMEIDA, Flaviane; RODRIGUES, Rosemary. Padre Cícero Romão: entre a religião e a política (adoração e acusação a um homem do sertão). *Revista Brasileira de Filosofia e História*, v. 1, n. 1, p. 41-48, 2012. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/2480/1936>. Acesso em: 03 abr. de 2020.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79933>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRITO, Anderson. Transformações territoriais no Cariri cearense: Estado, igreja e organizações populares entre 1889 e 1930. *Revista de Geografia (Recife),* v. 33, n. 3, p. 250 – 272, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229244/23615>. Acesso em: 29 mai. 2020.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*: Gêneses e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no alvorecer da República os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. (org.). *O Brasil Republicano* – Livro 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados geográficos sobre a cidade de Juazeiro do Norte - 2019. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama. Acesso em: 16 abr. 2020.

LAPUENTE, Rafael. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros*, v. 6, n. 4, p. 11-29, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938&path%5B%5D=1656>. Acesso em: 18 mai. 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, Jorge Luiz. O enfermo e o mártir: imprensa, história e memória a partir das trajetórias dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto Lima – Sobral, 1907 – 1924. In: *Anais da Semana de História da FECLESC*, 12., 2016, Quixadá.

OLIVEIRA, Naiara; SANDES, José Anderson. O Rebate – um relato sobre o primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte. In: *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, 16., 2014, João Pessoa. João Pessoa: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014, p. 1-15.

PINHO, Maria; SILVA, Sônia. No silêncio obsequioso, preparo minha própria defesa – Padre Cícero: arquivista de si mesmo. *Revista Observatório*, v. 3, n. 2, p. 172-196, abr./jun. 2017. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3429/9609>. Acesso em: 16 abr. 2020.

A História que queremos: uma proposta de ensino de História para as redes sociais[1]

The History we want: a proposal on the teaching of History for the social networks

Bruno Belloc Nunes Schlatter[2]

Resumo

O trabalho propõe o uso das redes sociais na aula de História a partir de páginas nas quais os alunos devem fazer postagens opinativas periódicas relacionando o conteúdo estudado em aula com a sua realidade e as suas experiências pessoais. Teoricamente, o trabalho se apoia no conceito de protagonismo dos estudantes, articulado com a noção de passado prático, enxergando a realidade não somente como um ponto de partida para se chegar ao conhecimento histórico, mas, também, como um ponto de chegada, em que os conceitos e temas desenvolvidos no estudo do passado ajudem a compreender e a realizar uma leitura crítica da realidade presente. O que se observou é que o recurso à rede social promove um maior engajamento dos alunos, assim como um fortalecimento do sentimento de protagonismo e de agente sobre a sua realidade.

Palavras-chave: Ensino de História. Passado prático. Redes sociais.

Abstract

The article proposes a way to use social networks in History classes, through pages in which the students can make messages relating the contents of the classes to their personal realities and experiences. Theoretically, it is based on the concept of student protagonism, articulated with the practical past, taking the realities of the students not just as a starting point to reach the historical knowledge, but also as an arrival point at which this knowledge will help understand and read the present reality in a critical way. What have been observed is that using the social network promotes a better engagement of the students and enhances their sense of protagonism over their own realities.

Keywords: History teaching. Practical past. Social networks.

Introdução

O presente trabalho desenvolveu-se como parte de uma pesquisa de mestrado profissional, defendida em maio de 2020. A pesquisa tinha como tema o protagonismo estudantil, em uma busca de formas de ensinar que trouxessem o conhecimento histórico para mais perto das experiências dos estudantes. Nesse contexto, as redes sociais apareceram como um ambiente promissor, no qual havia a possibilidade de engajar os estudantes com o uso de uma ferramenta do seu cotidiano, com a qual têm familiaridade,

[1] Artigo baseado na pesquisa realizada para a dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História e na apresentação realizada a seu respeito, no I Congresso Nacional do ProfHistória (2019).

[2] Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a dissertação A História que queremos: ensino de História, protagonismo e passado prático nas redes sociais; e especialista em História do Brasil Contemporâneo pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). É professor de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre desde 2012.

e no qual poderiam articular os conhecimentos estudados em sala de aula para além dos muros da escola, em uma forma de ação ou, ao menos, de interação com suas realidades e experiências pessoais.

Talvez eu possa dizer que, em seus primórdios, o trabalho tenha vindo, na realidade, de duas fontes improváveis: um jogo eletrônico e uma greve.

O jogo chama-se *Persona 5* (Atlus, 2016), sendo, em 2017, o que me ocupava em minhas horas de descanso fora da sala de aula. Ele possuía como temática o universo e a cultura escolares; no seu enredo, um grupo de estudantes adquire poderes sobrenaturais, os quais usam para promover mudanças na sociedade em que vivem. Há um tema de protagonismo juvenil muito presente na trama, enquanto as personagens principais lidam com situações de perversão e corrupção em instâncias cada vez maiores, lutando para resolvê-las.

Enquanto jogava, pensava nas ocupações escolares promovidas pelos movimentos estudantis no Brasil durante o ano de 2016. Para além delas, pensava também na minha própria experiência enquanto estudante, tantos anos antes, e no tipo de sonhos e utopias que eu criava para o futuro. Tenho a impressão de que, por vezes, diante das dificuldades e ocupações da vida adulta, esquecemos dessa dimensão utópica que há em nós enquanto jovens, para quem o futuro ainda se encontra em aberto e cheio de possibilidades. Ainda mais no trabalho como professor (que me deixa em contato constante com estudantes jovens) em que sinto que, com frequência, perdemos essa dimensão de vista, ao mesmo tempo em que entendo que é fundamental recuperá-la, se desejamos engajá-los e envolvê-los em um processo de aprendizagem significativo.

Concomitantemente, ocorreu, em 2017 também, uma das maiores e mais intensas greves das quais participei enquanto professor da rede pública municipal de Porto Alegre. Com quase quarenta dias de paralisação, foi também um movimento relativamente vitorioso, com a retirada de projetos de lei que prejudicariam a carreira pública no município.

Ao retornar para as aulas, após tanto tempo envolvido na luta sindical, estava ainda com a experiência do movimento muito viva, com o sangue ainda quente, por

conta de todos os conflitos que tivemos dentro e fora do sindicato. Somando esse episódio às reflexões às quais o jogo havia me levado anteriormente, pensei se não haveria uma forma de trabalhar em sala de aula com esse sentimento e essa ânsia de mudança que julgava existirem também entre os alunos.

À época, além das aulas de História, também ministrava a disciplina de Filosofia para algumas turmas. Embora a graduação em História me habilitasse para isso, a falta de uma formação específica na área me deixava, paradoxalmente, mais confortável para fugir do currículo e testar estratégias didáticas mais abertas, diferentes e arrojadas. Foi com esse pensamento que, no último trimestre daquele ano, comecei a trabalhar o tema da filosofia política com os alunos do oitavo ano e a formular a ideia de um trabalho final que utilizasse as redes sociais como forma de alunos agirem sobre a realidade.

O trabalho tomou forma com a criação de duas páginas no Facebook, uma para cada turma de oitavo ano para a qual eu lecionava. As páginas se chamariam *A Cidade Que Queremos*, e serviriam para que os alunos refletissem sobre a realidade que viam fora dos muros da escola, fizessem fotos ou vídeos a esse respeito e, então, criassem e divulgassem postagens sobre o que lhes agradava ou sobre aquilo que gostariam que fosse diferente[3]. Em particular, lembro que chamava o projeto humoristicamente de "oficina de textão no Facebook".

Meu objetivo era que as páginas fossem espaços em que os alunos pudessem se expressar e expor anseios e aquilo que gostariam de mudar no mundo em que viviam, além de terem a sensação de fazer algo de concreto sobre ele, ao denunciar os problemas que enxergavam. Não fiz ingerências sobre o conteúdo, exceto pela formatação (com o uso de uma *hashtag*, para agregar engajamento às postagens) e algumas orientações de segurança, necessárias, já que fazem parte de uma comunidade

[3] Curiosamente, alguns meses após a realização da atividade com os alunos, um telejornal de uma grande rede de televisão de alcance nacional deu início a um quadro regular em sua programação no qual telespectadores deveriam enviar vídeos gravados com o celular expondo sua visão a respeito dos problemas do país, e sobre o que desejavam que fosse diferente. A proximidade temporal, bem como quase tudo no projeto – desde a proposta inicial, o formato dos vídeos, até o nome escolhido para o quadro, *O Brasil Que Eu Quero* –, deixou-me com algumas suspeitas, mas, no fim, como o trabalho escolar teve um alcance bem limitado entre os alunos e seus círculos familiares e sociais próximos, julguei que provavelmente não fosse mais que uma mera coincidência.

com risco social elevado, marcada pelo tráfico e pela violência. As páginas pertenciam aos alunos, não a mim, e cabia a eles decidir o que iriam postar nelas a partir da proposta do trabalho.

O resultado foi bastante positivo, com um bom engajamento dos alunos (embora nem todos tenham de fato participado da atividade, como já era esperado), e, então, decidi que queria repeti-lo nos anos seguintes. Em 2019, quando, na organização disciplinar dos docentes da escola, fiquei sem turmas de Filosofia, decidi buscar uma forma de transpô-lo para as aulas de História, associando as postagens a conteúdos estudados em aula, mas ainda com um foco no presente e na percepção de realidade dos alunos.

E é esse trabalho, ressignificado, que deu origem à pesquisa realizada na dissertação, sintetizada neste artigo. Com ele, busco responder a uma inquietação constante em minha experiência docente, a respeito, em um primeiro momento, da distância que há entre os conteúdos estudados e a realidade dos alunos, mas verificando, também, como a própria aula de História pode servir para torná-los cidadãos mais críticos e proativos diante dessa realidade.

Como professor de uma escola dentro de uma comunidade de periferia, em que os alunos são, em sua grande maioria, moradores locais, essa distância fica bastante patente em quase todas as disciplinas. Especificamente na aula de História, no entanto, parece haver uma distância maior, uma vez que nem sempre há um sentido evidente para os alunos do motivo de aqueles conteúdos serem importantes para eles. A pergunta "em que estudar isso vai ajudar na minha vida?" é um incômodo constante, do qual tento me esquivar com frases feitas e lugares comuns, mas que, em última instância, incomoda-me tanto quanto a eles.

A verdade é que, para mim, graduado e profissional da área, o sentido e a necessidade do ensino de História podem ser evidentes – mas é difícil criar engajamento em sala de aula quando eles não o são para os alunos. A ideia da sequência didática nasce um pouco dessa inquietação, e da necessidade que via de dar concretude ao que era estudado em aula, ajudando-os a relacionar os conhecimentos históricos à realidade

que encontram fora da escola.

Uma prática pedagógica que leve em conta a realidade dos alunos, é claro, não é uma ideia nova, ela existe desde, pelo menos, Paulo Freire e os teóricos da educação popular. "Porque não estabelecer uma "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?" – Freire (2016, p. 32) se indagava. Transparece em sua obra essa visão do conhecimento vindo dos alunos não como algo subalterno, mas possuindo de fato algo para ensinar ao professor. A sua prática e sua teorização encontraram eco em educadores não apenas do Brasil, mas em todo o mundo; bell hooks[4], professora norte-americana fortemente influenciada por Freire, destacava como (2018, p. 75): "na obra de Paulo havia um reconhecimento da subjetividade dos menos privilegiados, dos que têm que carregar a maior parte do peso das forças opressoras. [···] Esse ponto de vista confirmava meu desejo de trabalhar a partir de uma compreensão vivida das vidas de mulheres negras pobres".

bell hooks admirava em Freire essa valorização da subjetividade, em oposição ao que ambos chamam de "educação bancária" (HOOKS, 2018, p. 14), aquela educação conservadora, hierarquizada, em que os alunos são meros objetos da educação e não possuem *status* de agente para interferir no saber e na prática do professor. Debatendo o uso da experiência de grupos marginalizados como balizador da sua prática docente, hooks destaca a necessidade de uma estratégia pedagógica que "se baseia no pressuposto de que todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência e de que esse conhecimento pode, de fato, melhorar nossa experiência de aprendizado" (HOOKS, 2018, p. 114).

O trabalho que proponho se sustenta teoricamente, em grande parte, nas ideias de pensadores como Freire e hooks. Dentro de uma lógica dialética, no entanto, não pretendo que a subjetividade e a realidade concreta nas quais os alunos estão inseridos

[4] O nome da autora bell hooks é escrito com iniciais minúsculas no corpo do texto por determinação da própria a respeito de referências ao seu trabalho, mas quando a referência é por citação direta mantive as maiúsculas conforme regra formal da ABNT.

sejam apenas um elemento prévio, um ponto de partida, de onde sair em busca do conhecimento histórico. Busco, nesta proposta de trabalho, fazer um movimento de retorno, entendendo a realidade concreta dos alunos principalmente como o ponto de chegada da atividade pedagógica.

Fundamento-me aqui, mais uma vez, em Paulo Freire, que expressava a necessidade de enxergarmos a educação como uma prática emancipadora e libertadora, que levasse ao desenvolvimento da autonomia do educando e da sua capacidade de intervir e de agir de forma transformadora sobre o mundo em que vive.

"O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, interagindo no mundo, conhecer o mundo" (FREIRE, 2016, p. 30). Em última instância, meu objetivo era que os alunos intervissem de alguma forma em suas realidades, denunciando e expressando suas visões de mundo por meio das postagens na rede social, a partir dos conceitos e dos temas abordados na aula de História, construindo, assim, o conhecimento histórico a partir da suas leituras da realidade.

Protagonismo & passado prático

O conceito-chave que guia o trabalho é o de *protagonismo*. Trata-se de um conceito cercado de alguma polêmica: FERRETI, ZIBAS & TARTUCE (2004, p. 418), assim como SOUZA (2009, p. 2), criticam a sua origem localizada no ambiente das ONGs e do terceiro setor, associada às políticas de educação para a juventude, em especial a juventude pobre. Com definições vagas, ora visto como a promoção de uma pedagogia ativa, centrada na proatividade do aluno e relacionada ao ensino por projetos integradores, ora como uma promoção do trabalho voluntário e gratuito, visando a transformação social no âmbito da comunidade, ele converte-se com frequência em um conceito despolitizante, que busca valorizar o papel de uma ação individualista, em contraposição à atuação do Estado e à mobilização coletiva na luta por direitos políticos e sociais.

A apropriação que faço desse conceito, no entanto, possui algumas diferenças, buscando um viés mais positivo. Diálogo, aqui, com o trabalho de Conceição (2018, p. 37–40), que, também por meio das tecnologias da informação, busca desenvolver uma didática de História centrada na ação do aluno, na sua curiosidade e sua iniciativa para a pesquisa e na construção do conhecimento. A sua *prática didática protagonizada pelo aluno*, método pedagógico que introduz em seu trabalho, também se fundamenta em grande parte na obra de Freire e em sua busca por uma pedagogia libertadora e emancipadora, que valorize os saberes prévios dos alunos e dialogue com eles na construção do conhecimento (CONCEIÇÃO, 2018, p. 39).

O que entendo por protagonismo, assim, é algo mais próximo do seu sentido original, vindo do teatro grego: o personagem principal, ou aquele que age primeiro (FERRETI, ZIBAS & TARTUCE, 2004, p. 413). E busco uma pedagogia centrada na autonomia e na iniciativa dos alunos, que não se fie por uma didática burocrática e fechada nos muros da escola, mas que permita ao educando intervir e enxergar uma possibilidade de atuação no mundo que o cerca.

O estudo da História se apresenta, nesse ponto, como uma forma de combater o caráter despolitizante do conceito de protagonismo apontado anteriormente. A crítica recorrente nos autores citados é que, nos contextos em que é utilizada, a noção de protagonismo quase sempre assume um caráter individualista, que valoriza o *fazer* individual do "protagonista" e desqualifica a mobilização coletiva e a luta por direitos políticos e sociais. Mas a ideia de uma pedagogia ativa, centrada na *ação* dos alunos e no desenvolvimento da sua autonomia, não pressupõe, necessariamente, essa característica.

O conceito de que me aproprio para esta formulação foi proposto por Michael Oakeshott, na forma como foi posteriormente utilizado por Hayden White. O que ele chama de *passado prático* é caracterizado como um modo de ver o passado que:

> é estabelecido a serviço do "presente", é relacionado com este presente de um modo prático e do qual, então, podemos retirar lições e aplicá-las ao presente, para antecipar o futuro (ou, pelo menos, o futuro próximo) e fornecer razões, se não justificação, para as ações nele tomadas em nome de um futuro melhor do que a atual dispensação. (WHITE, 2018, p. 17)

Entendo, da formulação de White, que a ideia de *praticidade* não pode ser confundida com *utilitarismo* – não é um passado *útil*, no sentido de que deve servir apenas para justificar o presente, como se apenas o recurso ao contemporâneo justificasse o estudo do que já passou. Ainda assim, trata-se de um passado que possui um significado prático e algo a dizer sobre a realidade presente de quem o estuda; é uma forma de ver o estudo do passado como essencialmente *voltado* para o presente, ainda que não reduzido a ele, e para o que ele pode nos dizer e como pode nos ajudar a entender e agir no próprio tempo em que vivemos.

Na atividade com a rede social, essa praticidade deve se encontrar, principalmente, na forma como os temas e os conceitos desenvolvidos no estudo do passado auxiliam na leitura da realidade presente dos alunos, historicizando e dando significado a ela. Assim, orienta-se o estudo do passado para o presente: a realidade atual não como ponto de partida, e sim como ponto de chegada, em que os conceitos apropriados do estudo do passado histórico serão articulados e operados ao lidar com o presente.

A História que queremos

O trabalho propriamente dito se desenvolveu utilizando o espaço virtual do Facebook, rede social criada por Mark Zuckerberg em 2004. Em 2017, a plataforma chegou aos 2 bilhões de usuários, tornando-se a maior rede social do mundo (G1, 2017); estima-se que o seu número atual de membros cadastrados seja em torno de 2,3 bilhões (G1, 2019). Além da sua rede mais conhecida, a empresa de Zuckerberg, Facebook, Inc., também é proprietária de outras plataformas de grande alcance no meio digital, como o Instagram e o WhatsApp.

Tamanho alcance se traduz também em uma quantidade imensa de dados e informações recolhidos sobre seus usuários, que, por sua vez, são a principal fonte a partir da qual a rede gera valor e lucro para seu proprietário e seus acionistas. Idealmente, tais dados seriam utilizados apenas para fins de direcionamento de publicidade, a partir de complexos algoritmos que processariam as informações para exibir anúncios alinhados

com os gostos e a personalidade de cada um. Mas, na realidade, grupos com interesses políticos logo perceberam o valor bruto que tais dados possuíam e passaram a usá-los para influenciar a opinião pública e até mesmo o resultado de eleições (VALENTE, 2018).

Ao mesmo tempo, no entanto, o ambiente da rede, ao conectar usuários de diversas origens e localidades, com interesses e visões de mundo em comum, também se tornou um espaço virtual muito fértil para mobilizações sociais e políticas. Na década de 2010, diversos movimentos ao redor do mundo se iniciaram ou ganharam força com as mobilizações das redes – da chamada "Primavera Árabe", nos países da África setentrional e do Oriente Médio, aos diversos movimentos *Occupy*, na América do Norte, "compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet" (CASTELLS, 2013, p. 7-8). No Brasil, elas tiveram um papel central durante os movimentos de rua de junho de 2013, mas também contribuíram para a rearticulação das direitas conservadoras que se seguiram a eles (PINTO, 2019, p. 48-49; ROCHA, 2019, p. 156-165); e, de maneira ainda mais significativa, foram fundamentais para a articulação dos movimentos de ocupação estudantis de escolas públicas por estudantes secundaristas, que ocorreram em diversos estados do país entre 2015 e 2016, como meio de troca de informações e divulgação de iniciativas (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 112; MEDEIROS, JANUÁRIO e MELO, 2019, p. 23).

E foi nesse lado mais positivo das redes, enquanto espaço de articulação social e política, que me concentrei para a proposta de oficina. Se é verdade que os adolescentes modernos possuem grande parte da sua sociabilidade mediada virtualmente, é também nesse ambiente que eles se sentem à vontade para se expressar e articular relações entre si, e é nele, também, que o seu protagonismo transparece de forma natural e espontânea.

É importante frisar que não entendo, no âmbito deste trabalho, o computador e a rede social meramente como extensões da sala de aula, uma continuação, em outro contexto, da atividade realizada dentro da escola. Encaro-os, sobretudo, como uma porta de saída: é um meio para que o conhecimento dos alunos não fique preso em um trabalho escolar, afetando, também, a realidade do lado de fora. Por isso, entendo como fundamental o caráter público da atividade, pois não é meu interesse analisar a

apropriação de temas e conceitos em um trabalho fechado, feito apenas para os olhos do professor, e sim verificar a forma como os alunos os articulam e se engajam neles tendo em vista um ambiente externo, interagindo com outro tipo de público-alvo. É o ambiente em que podem exercer o seu protagonismo, conforme conceituado anteriormente – no qual estão no centro das atenções, um espaço em que seus posicionamentos se farão ouvir e sentir pelos demais usuários.

O trabalho se desenvolveu, assim, com a manutenção de uma página no Facebook, cujo conteúdo seria criado pelos alunos a partir da sua compreensão dos conteúdos estudados em aula, e da qual eles seriam os responsáveis, também, pela divulgação dentro e fora da escola. O nome da página – *A Cidade que Queremos* – é reminiscente do trabalho realizado em anos anteriores; inicialmente, de fato, foi mantida a proposta da página como um espaço de expressão e anseios mais centralizados no âmbito da cidade, porém esse aspecto foi progressivamente apagado pela própria apropriação dos alunos sobre o espaço virtual, dando lugar a anseios mais gerais a respeito da sua realidade e de suas visões de mundo.

Para guiar e agregar engajamento às postagens, foram sugeridas, em cada trabalho, *hashtags* que definiriam o tema da vez, sempre discutidas em aula com os alunos. As *hashtags* são um modo de expressão característico das redes sociais, em que o símbolo da cerquilha (#) é seguido por uma palavra ou uma expressão contínua, sem espaços – por exemplo, #CidadeSemRacismo ou #MinhaRevolução –, ajudando a reunir conteúdos dentro do mesmo conjunto temático e funcionando como um título ou *slogan* para eles. É comum que ferramentas de redes sociais, como o próprio Facebook, criem *hyperlinks* para essas *hashtags*, agregando volume de acesso às postagens que as utilizam e permitindo a sua visualização contínua, com um único clique.

A metodologia do trabalho foi fundamentada teoricamente no conceito de passado prático, debatido anteriormente, e buscava oferecer um estímulo para que o seu estudo de temas passados fosse voltado para o presente e para as questões que eles identificassem como mais relevantes para as suas realidades pessoais. Essencialmente, a utilização da página seguia a seguinte sequência:

1. O conteúdo era desenvolvido em aula, com debates e questionamentos dos alunos.
2. Uma postagem era sugerida pelo professor como trabalho final de cada conteúdo, definindo uma *hashtag* a ser usada e o seu tema geral.
3. Os estudantes realizavam as postagens e as divulgavam na escola e em suas comunidades, buscando ganhar curtidas e compartilhamentos.
4. Após a última postagem, foi pedido também um relatório final, no qual os estudantes poderiam avaliar a sua participação na atividade durante o ano e a repercussão que algumas postagens atingiram, além de sugerir formas de melhorá-las nos anos seguintes.

Ao longo do ano de 2019, cinco trabalhos foram realizados pela turma na referida página. Para desenvolver a dissertação, optei por considerar os quatro primeiros como uma avaliação inicial, feita de forma mais superficial, que me permitisse observar que tipo de temas despertavam interesse dos alunos, corrigir problemas de metodologia e ajustar os rumos da pesquisa. Com o quinto e último trabalho, por fim, realizei uma sequência didática mais desenvolvida, que trabalhou, como subtexto, os próprios temas da dissertação, em especial o protagonismo juvenil e as relações entre passado e presente, o que me permitiu uma avaliação qualitativa mais aprofundada da apropriação que os estudantes fizeram dos conteúdos de aula e do espaço virtual.

Os temas estudados e os trabalhos realizados pelos alunos foram:

- Partindo de um estudo sobre o movimento abolicionista e a trajetória do fim da escravidão no país, propus uma reflexão sobre o racismo estrutural ainda existente na sociedade brasileira. A *hashtag* utilizada foi a #CidadeSemRacismo.
- Após estudar o imperialismo e neocolonialismo, bem como as formas de resistência desenvolvidas contra eles, refletimos sobre as que ainda realizamos hoje, com a *hashtag* #EuTambémResisto.

- A Primeira Guerra Mundial permitiu que refletíssemos sobre a presença da violência no mundo contemporâneo, com a *hashtag* #PelaPaz.
- Partindo de um estudo da Revolução Russa, propus que os alunos refletissem sobre quais mudanças gostariam que houvesse na nossa sociedade, assim como sobre o que eles próprios fazem para tornar o seu mundo um lugar melhor, usando a *hashtag* #MinhaRevolução.
- O último trabalho desenvolveu-se a partir do estudo do nazifascismo. Diferente dos anteriores, optei por deixar o tema específico e a *hashtag* a serem escolhidos em um debate em aula, com todos os estudantes tendo voz sobre aquilo que gostariam de dizer. O tema mais presente nas falas e nas escolhas dos alunos foi o do preconceito – entendido de forma ampla, partindo da discriminação aos judeus realizada pelos nazistas, podendo ser estendido, de acordo com a escolha dos estudantes, para questões que se aproximassem mais de suas realidades. Três possibilidades de *hashtag* foram escolhidas pelos alunos: #Consciência (que poderia ser complementada com algum tema de preferência do aluno, como #ConsciênciaNegra ou #ConsciênciaLGBTQIA+), #NazismoÉCrime e #ContraOPreconceito.

Análise das postagens e resultados

Percebeu-se, na realização da oficina, um engajamento bastante grande dos alunos, inicialmente. O primeiro trabalho foi o que teve mais participação, algo que foi diminuindo no decorrer do ano. Em parte, isso se deu devido à mobilidade dos alunos, uma vez que a turma, que já era pequena desde o princípio, ainda teve alguns de seus membros transferidos para outras escolas. No entanto, mesmo entre os remanescentes, manter o nível de interesse durante um trabalho de longa duração mostrou-se um desafio a ser superado, o que exigiu constante replanejamento das ações.

Quanto às postagens, o resultado foi bastante positivo, dentro dos objetivos que haviam sido propostos para a pesquisa. Levados a observar e se questionar sobre suas

realidades, eles demonstraram uma boa capacidade de compreensão dos conceitos de aula, além de serem capazes de operá-los com mais facilidade no modelo proposto que em um ambiente formal, como o de uma prova ou de um trabalho escrito. Inicialmente, houve uma grande quantidade de trabalhos plagiados, retirados de outras fontes da internet – a questão da autoria no ambiente virtual é, de fato, um tema complexo, e requer outros debates, que extrapolariam o escopo da pesquisa. Nos dois últimos trabalhos, no entanto, todas as postagens foram originais – o que denota um crescimento ao longo da atividade, com maior confiança em suas próprias ideias e uma capacidade de expressão que não havia nos primeiros trabalhos.

É possível observar, também, que há um interesse latente sobre temas considerados "sensíveis", o que se reflete no conteúdo das postagens. Adoto, aqui, a definição de Benoît Falaize, que, retomando o trabalho de Legardez e Simmeauneux, enxerga os temas sensíveis como caracterizados pela sua vivacidade na sociedade, além de o fato de que a sua presença nos espaços de mídia os torna controversos em sala de aula (FALAIZE, 2014, p. 228). No trabalho, para além da controvérsia causada por grupos políticos que tentam suprimi-los do cotidiano escolar, o que se percebeu é que, frequentemente, são justamente com essas temáticas que os estudantes mais se engajavam, e sobre as quais tinham mais interesse em se expressar.

Assim, além da postagem que tratava especificamente do tema, o racismo também apareceu no trabalho sobre resistências; os outros assuntos escolhidos na ocasião incluíam a LGBTQIA+fobia e o machismo. E esses também são temas que parecem incitar maior engajamento da comunidade, em grande parte positivo: o texto sobre LGBTQIA+fobia foi o que teve mais interações, entre curtidas, comentários e compartilhamentos; já as postagens sobre racismo obtiveram comentários de pessoas de fora da comunidade, a quem a página conseguiu alcançar.

O trabalho final, em que os parâmetros e as *hashtags* foram definidos coletivamente pela turma, foi especialmente revelador quanto à predileção dos alunos diante de alguns dos temas sensíveis. Estudando o nazifascismo, a maioria dos estudantes buscou aproximações apenas tangenciais com o assunto, partindo da discriminação

realizada contra os judeus para falar daquelas que eles próprios sofriam em seu cotidiano. A escolha do preconceito como tema norteador das postagens já é um reflexo disso; e, observando as que foram realizadas na página, nota-se que aqueles que mais apareceram foram o preconceito racial e o de gênero. Reproduzo alguns dos trabalhos a seguir.

> Vocês já pararam pra pensar que NEGROS são excluídos só por sua cor de pele? Vocês tem noção do quanto é horrível ser excluído, diminuído ou até mesmo morto só por ter a pele escura? Passa a viatura e eles falam pra correr, correr por quê? se eu não devo nada, mesmo assim eles nos param, uma das piores sensação.
> Outra sensação horrível é entrar em uma loja a procura de produtos para comprar e no meio de tudo isso ser seguido pelos guardas ou pelas vendedoras cara isso é horrível, baita desconforto...
> Somos vistos como uma ameaça!!!
> Essas frases machucam ...
> "A entrada dos funcionários é pra lá"
> "Negro é tudo igual, tudo bandido"
> "Tinha que ser negro mesmo"
> "Se alisar o cabelo, vai ficar lindo"
> "Além de negra, é pobre"
> Não podemos abaixar a cabeça diante de um preconceito, temos que lutar para ter nossos direitos, somos pessoas do bem ...
> Uma cor não define quem somos!
> #Nãoaopreconceito

> Dá pra acreditar que ainda existe preconceito, não tô falando só do preconceito por causa da cor da pele ou classe social eu estou falando do preconceito geral com os negros, as mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e trans. Desde que a América foi descoberta os brancos acham que podem mandar, desmandar e tratar do jeito que querem os negros, sendo que ninguém é perfeito todos nós temos um defeito. É inacreditável que a notícia que a gente mais escuta nas rádios seja o aumento de feminicídio, sendo que a maior parte da população fala "DEVE EXISTIR IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES" se deve existir igualdade então por que a mulher é a imagem principal vista para fazer os afazeres domésticos e cuidar do(s) filho(s) e por que a cada dia que passa mais mulheres morrem ou são violentadas sexualmente? São tentas perguntas e a resposta que nós mais escutamos é "A CULPA É DA MULHER OU ELA PEDIU POR ISSO". Não dá pra acreditar que no século XXI tem gente que não tem o que fazer e fica cuidando da vida dos outros dizendo o que eles devem ou não fazer com quem eles devem ficar namorar e casar, não existe problema algum uma mulher ficar com outra, um homem ficar com outro, uma mulher ou um homem ficar com os dois gêneros sexuais, não têm problema uma pessoa não gostar do próprio gênero. Resumindo não precisa gostar ou ser o que é importa mesmo é ter RESPEITO.
> #sempreconceito

> O machismo, é achar que os homens superiores as mulheres! Bom, na verdade todos nós somos um pouco machista, mas acho que nós mulheres devemos saber que somos livres, devemos sempre trabalhar pra não depender de homem nenhum, Pois nenhum homem tem que falar o que devemos, e o que podemos fazer! Mulher NÃO é obrigada a ficar trancada dentro de casa, Mulher NÃO É Obrigada ta esquentando a barriga na boca do fogão, mulher NÃO é obrigada a Ficar com homem machista! Mulherada, trabalhem por vocês, lutem por vocês! E não deixem homem nem um, dizer o que vocês devem fazer! *Mulher, liberte-se de tudo o que cala tua voz!*
> Nós mulheres temos que deixarmos de ser submissas aos homens que acham que são superior a nós, devemos ter o mesmo salário, os mesmos direitos, o mesmo cargo de trabalho. Antigamente as mulheres eram submetidas a usar saias, espartilhos e o comprometimento sempre era abaixo do joelho, e se usassem as roupas que elas queriam, o estilo de cabelo, falavam que a mulher não se dá o valor e que está pedindo pra ser assediada, isso é um absurdo ainda bem que os anos passaram e muitas coisas mudaram mas ainda temos muito para lutar para ter tudo o q é de nosso direito e parar de ser assediada na rua.
> #Conciênciaaomachismo

É significativo que o tema do racismo tenha sido abordado pelos alunos, ainda mais considerando que fora discutido superficialmente durante as aulas desse conteúdo programático, a partir da história de Jesse Owens. A questão de gênero, por outro lado, trata-se de uma aproximação feita pelos estudantes de forma original e espontânea – em especial pelas estudantes do sexo feminino, em cujas postagens ele foi mais proeminente –, mas que não havia sido prevista pelo professor.

Outros resultados percebidos na realização da atividade são mais difíceis de quantificar, mas eram percebidos empiricamente, na própria realização das aulas durante a atividade. Percebeu-se que os alunos demonstravam um maior engajamento com o trabalho digital que com os trabalhos tradicionais, e as referências constantes a questões de seus universos sociais os levaram a se interessar mais pelos temas em aula. Eram constantes comentários sobre a repercussão de suas postagens, em especial aquelas que despertaram maior engajamento para além da escola. A perspectiva de expor seus pensamentos e visões de mundo – de, enfim, agirem como protagonistas sobre sua realidade – parecia interessar a eles, sobretudo nos casos em que houve respostas externas à comunidade, deixando-os animados e deslumbrados.

Muitas dessas questões foram abordadas pelos estudantes em seus relatórios finais, em que avaliaram aquilo que foi feito durante o ano e expressaram suas impressões

pessoais sobre a atividade. “Eu achei uma proposta legal pois podemos dizer o que pensamos sobre certos assuntos que normalmente não são muito discutidos na nossa sociedade”; destacou uma aluna. Nas palavras de outro aluno:

> não só nós refletíamos sobre o assunto, fazíamos também outras pessoas pararem para pensar, foi muito produtivo ter um espaço para expressar sua opinião sobre um assunto dado em aula, usamos temas contemporâneos para desenvolver postagens construtivas e levar adiante uma ideia diferente para quem leu.

Da mesma forma, a questão dos temas controversos foi destacada, com aqueles pelos quais mais mostraram interesse e com os quais ficaram à vontade para se expressar: “Bom eu gostei de todas [as postagens] mas a que eu gostei mais foi a última, porque fala sobre o meu mês[5], sobre a consciência, eu amo falar sobre negros e foi por isso que eu gostei”.

> Esse trabalho me ajudou muito a refletir sobre esse assunto, me fez mudar meu pensamento para melhor, ver como tem muitas injustiças ainda, que ainda existe o preconceito mesmo depois de anos.
> A última e a primeira [postagens] foram as melhores, pois as duas falavam de algum modo sobre preconceito, que ainda é muito forte, as pessoas não pensam que isso faz os outros sofrerem, elas foram as melhores porque pudemos mostrar nossa opinião. Todas as postagens fizeram elas refletirem e mostrar que ainda temos que lutar por tudo para ainda conquistar as coisas que são do nosso direito.

Como avaliação final, assim, acredito que a oficina trouxe resultados muito satisfatórios, com dados muito ricos para a reflexão a partir dos trabalhos realizados pelos estudantes, e um saldo muito positivo quanto à sua realização. A rede social mostrou-se como um espaço que pode ser fértil para os estudantes se expressarem, no qual se sentem à vontade, demonstrando um interesse latente em exercer o seu protagonismo e se apropriar de forma muito pessoal e individual dos conteúdos estudados em aula para usá-los em suas reflexões sobre as questões de suas próprias realidades.

Referências

[5] “Meu mês”, no caso, faz referência ao Mês da Consciência Negra, uma vez que o trabalho final foi realizado pelos estudantes durante o mês de novembro de 2019.

A Cidade que Queremos C31. Página do Facebook. Disponível em: <http://fb.com/HistoriaLeocadia>. Acesso em: 19 out. 2019.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta.* São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança:* Movimentos sociais na era da internet. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2013.

CONCEIÇÃO, Juliana Silva da*. Em busca de conexões com as Juventudes no Ensino de História*: 2018. 100 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

FALAIZE, Benoît. "O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França?" Trad. Fabrício Coelho. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6. n. 11. Florianópolis, jan./abr. 2014.

FERRETTI, Celso; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. "Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

G1. *Facebook atinge os 2 bilhões de usuários*. Rio de Janeiro: G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. *Facebook completa 15 anos com 2,3 bilhões de usuários*. Rio de Janeiro: G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*: Educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (orgs.). *Ocupar e resistir:* Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015–2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

PERSONA 5. Tóquio: Atlus, 2016. Jogo eletrônico.

PINTO, Céli Regina Jardim. "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013–2015)". In: SOLANO, Esther. e ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: A crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROCHA, Camila. "'Imposto é roubo!': A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff". In: SOLANO, Esther. e ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: A crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Regina Magalhães de. "Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz". *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2009.

VALENTE, Jonas. *Ministério Público do DF investiga uso ilegal de dados de usuários do Facebook.* Brasília: Agência Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ministerio-publico-do-df-investiga-uso-ilegal-de-dados-de-usuarios-do-facebook>. Acesso em: 21 jan. 2020.

WHITE, Hayden. "O passado prático". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 37, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/issue/view/1800>. Acesso em: 01 mai. 2019.

Museus históricos no mundo digital e suas potencialidades em sala de aula

Historical museums in the digital world and their potentiality in the classroom

Ana Gláucia Oliveira Motta[1]

Resumo

Na contemporaneidade, o surgimento constante de novas tecnologias e suas aplicações têm servido como meio frutífero de construção e difusão do conhecimento. Esse novo cenário também reorganizou os modos como o ser humano pensa e age em seu cotidiano. Diante desse fato, buscamos analisar impactos e propostas possíveis dessa nova configuração para o ensino de história. Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo discutir o uso de exposições museológicas, de temáticas históricas, disponíveis na *web* como ferramentas metodológicas e didáticas que podem ser aplicadas ao pensar e fazer história em sala de aula. Utilizamos para tanto, como metodologia, uma análise bibliográfica teórico-metodológica a respeito da temática. Em diálogo com a bibliografia utilizada, sugerimos o uso de três acervos digitais em aulas de história - pertencentes ao Museu da Acrópole (Atenas), ao Museu Britânico (Londres) e ao Museu Imperial (Petrópolis) - com o objetivo de pensar acerca das potencialidades e limites desse tipo de fonte histórica no processo de ensino de história.

Palavras-chave: Museus históricos; Ensino de história; Acervos Digitais.

Abstract

Currently the constant emergence of new technologies and their applications has served as a fruitful means of development and dissemination knowledge. This new scenario also reorganized the ways in which human beings think and act in their daily lives. Therefore, we seek to analyze impacts and possible proposals of this new configuration for the teaching of history. Thus, this article aims to discuss the use of museum exhibitions, of historical theme, available on the web as methodological and didactic tools that can be applied when thinking and writing history in the classroom. For that, we used, as a methodology, a theoretical-methodological bibliographic analysis about the theme. In dialogue with the bibliography used, we suggest the use of three digital collections in history classes - belonging to the Acropolis Museum (Athens), the British Museum (London) and the Imperial Museum (Petrópolis) - in order to think about the potential and limits of this type of historical source in the history teaching process.

Keywords: Historical museums; History teaching; Digital Collections.

Introdução

Com a globalização e o avanço das tecnologias, a produção de conhecimento e sua divulgação têm passado por grandes transformações. A tecnologia está cada vez mais

[1] Museóloga e Historiadora. Participou do grupo de pesquisa Museologia, Conhecimentos Tradicionais e Ação Social (GEMCTAS) e do grupo de pesquisa Estudos Filosóficos em História Antiga e Medieval. É coautora dos livros Fafi, Praça Costa Pereira, Praça Oito de Setembro, Parque Moscoso e Theatro Carlos Gomes, integrantes da Coleção Vitória em Monumentos II. Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Estudos Culturais, História e Linguagens pelo Instituto Superior de Educação Ateneu - ISEAT. Mestre em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO/Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Hoje é professora da Secretaria de Estado da Educação - SEDU e integrante do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Addam Orssich - IPAE.

presente em nosso cotidiano modificando a forma como agimos, pensamos e nos relacionamos com o outro e com o ambiente em que vivemos. Não só novas áreas de estudos surgiram, como as já existentes foram se adaptando. É o caso da museologia e da educação que, quando combinadas ao uso das novas possibilidades tecnológicas, apresentam diversas potencialidades para a construção e divulgação do conhecimento histórico.

A partir disso, nosso artigo tem por objetivo perceber o museu enquanto instituição de difusão de informação que, adaptando-se à nova realidade tecnológica, pode fornecer ferramentas metodológicas e didáticas enriquecedoras para o professor no pensar e fazer história junto a seus alunos.

Pensando os museus

Os museus modernos, que surgiram a partir dos grandes gabinetes de curiosidades, trazem consigo a herança da proteção e da divulgação de informações que, naquela época, eram obtidas por meio de objetos e coleções adquiridas no contato dos europeus com novos povos e suas culturas, novas terras e sua fauna e flora. Desde então, ele passou por diversas transformações conceituais sem que sua essência primordial tenha sido alterada.

Hoje, podemos dizer a respeito do museu que "[...] a instituição designa, principalmente, a um organismo público ou privado estabelecido pela sociedade para responder a uma necessidade concreta [...] regido por um sistema jurídico de direito público ou privado" (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2010, p. 42). Essa idéia vem consolidar as definições de museu apresentadas por dois importantes órgãos da área: o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), como podemos ver nas citações a seguir:

> Um museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e

> seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão. (ICOM, 2007, tradução nossa).[2]

> Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei [nº 11.904/2009], as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (IBRAM, 2009).

Tanto o ICOM quanto o IBRAM destacam o caráter institucional do museu, bem como sua função de pesquisa, preservação e comunicação voltadas para o benefício da sociedade. Enquanto instituição, os museus possuem uma missão, regras, estruturas e processos pré-estabelecidos aos quais devem respeitar e que norteiam todas as suas ações. Um desses processos denomina-se musealização, onde os artefatos (sejam artísticos, históricos, etnográficos, ou de outras naturezas), quando em um espaço museológico, ganham uma nova aura. Com isso, a musealização institucionaliza, sob o olhar da museologia, os artefatos em questão, dotando-os de outros usos e sentidos e colocando-os sob o amparo da instituição museológica, que é responsável pela proteção de sua integridade física, informacional e sua comunicação a partir de então (LIMA, 2012, p. 40).

De outra maneira, o museu é, assim, uma instituição a serviço da sociedade destinada a salvaguardar o patrimônio humano e natural, entendendo este como o conjunto de bens que plasmam em sua materialidade as histórias, os contextos, as identidades, as expressões e as crenças de um grupo social, e que, por isso, merecem destaque e proteção. É missão do museu, também, zelar pela proteção e pela divulgação das informações presentes e/ou relacionadas a esse patrimônio.

Como podemos perceber, os museus, além de instituições de proteção, são também instituições de comunicação que fazem uso de diversas ferramentas de disseminação da informação. Uma delas, e talvez a mais evidente, é a exposição. É neste

[2] "A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment".

momento que o signo, o significado e o significante, elementos básicos da semiótica[3] e da comunicação, bem como o símbolo e a interpretação, se fazem presentes de maneira mais intensa. Pensar a exposição pelo prisma da semiótica é compreender que há outras formas de linguagem além da verbal oral e escrita, como podemos identificar a partir da obra de Santaella (2017, p. 8). Sobre isso exemplificaremos adiante.

Outros meios de comunicação da informação contida na coleção são possíveis no âmbito do museu, como a formulação de documentação museológica[4], a publicação de catálogos e trabalhos técnicos, bem como as ações educativas, pesquisa *intra* e *extra* instituição, eventos midiáticos, entre outros.

Em sua obra, François Mairesse apresenta alguns quadros teóricos do processo de organização de conceitos básicos da museologia. Neles, fica claro o papel de comunicação do museu, mais especificamente, na estrutura organizacional evocada por Peter van Mensch, onde o elemento comunicação deriva-se de um todo complexo de elementos básicos da museologia e ramifica-se em educação, exibição e avaliação (MAIRESSE, 2012, p. 15-18). Sobre isso, Lima nos fala que:

> O museu compartilha do processo comunicacional e isto é um fato perceptível para o público - sua clientela, seu consumidor - no espaço da exposição. Com seus recursos e estratégias esta criação associada à imagem do museu é considerada um meio de expressão ao articular mensagem específica e de feição simbólica sob forma de linguagem museológica, opera no âmbito do

[3] Não é nosso objetivo aqui nos aprofundarmos na questão da semiótica. Contudo, nos parece pertinente esclarecer os conceitos citados. Ao contrário da linguística, que se preocupara com o estudo da linguagem humana, a semiótica apresenta-se como uma área de estudo mais ampla que se ocupa de uma teoria mais geral dos sinais. Neste campo de estudo se destacam Ferdinand de Saussure e Charles Sanders Peirce. Podemos dizer, de forma simplificada, que o signo é formado pela união de significante ("imagem acústica" ou combinação de sons) e significado (conceito ou conteúdo). Saussure destaca que essa relação não é tão simples, na verdade é por vezes arbitrária, e é perpassada, entre outras coisas, por elementos culturais. Por exemplo, um mesmo significado pode ter significante distinto em diferentes lugares do mundo. Para mais informações indicamos: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

[4] Essa documentação, chamada de "documentação museológica", ou como denomina Ferrez, "Documentação de acervo museológico", é o conjunto de informações sobre os itens do museu, suas representações por meio de palavras e imagens, e tem por objetivo conservar os itens da coleção, maximizando o acesso a eles, bem como o uso das informações neles contidas. Assim sendo, como função, ele estabelece um contato efetivo entre fonte e usuário. Ainda segundo esta autora "[...] a documentação, mais do que um conjunto de informações sobre cada item da coleção, é um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermedia fontes de informação e usuários e se estrutura em função de objetivos de atender as necessidades de informação de sua clientela" (FERREZ, 1994, p. 65-74).

> conhecimento disseminando a informação cultural própria da instituição. Além da exposição, os outros recursos comunicacionais da informação cultural disseminados pelo museu podem ser exemplificados pelos produtos e/ou serviços produzidos (LIMA, 2010, p. 17).

Diante do exposto, tomemos como exemplo uma xícara de porcelana chinesa, encontrada em um trabalho arqueológico subaquático, nos restos naufragados de um galeão português, localizado na costa brasileira. Quando esta xícara foi fabricada seu objetivo era servir de utensílio prático. Após séculos, depois de ser encontrada pelos arqueólogos, foi musealizada devido ao seu caráter singular. Não se trata mais de ser apenas uma xícara, mas sim um documento histórico que pode servir de evidência. Por meio dela, podemos saber mais sobre os conhecimentos técnicos e artesanais dos chineses, hábitos alimentares dos portugueses e brasileiros, conexões comerciais, cultura estética dos objetos, entre outras informações dependendo do olhar do pesquisador. Uma vez parte do acervo do museu, essa xícara pode integrar uma exposição que foi conscientemente pensada pelos profissionais envolvidos, levando em conta as premissas da instituição museológica, para transmitir uma informação ou discurso específico. Com isso, podemos perceber, de forma mais clara, o caráter comunicacional do museu.

Segundo Scheiner (2006, p. 54-55), o museu se constitui pelo discurso referente ao real, articulando-se às evidências e documentações. A seleção e a interpretação, que fazem parte do processo de musealização, são partes de um discurso. Em uma escolha, há falas e silêncios. Lima descreve esse pensamento de forma mais aprofundada:

> A formação das coleções, a identificação e interpretação dos dados físicos, documentais, contextuais de cada peça, a elaboração da exposição, a formulação do discurso e a veiculação da mensagem também pelos demais produtos gerados, assim como os serviços de atendimento voltados para o público constituem atividades que, em maior ou menor monta, envolvem um processo seletivo (LIMA, 2010, p. 17).

Enquanto elaborador de discursos e instância de comunicação, o museu possui diversas possibilidades de vinculação com a educação formal, fornecendo ao professor ferramentas metodológicas e didáticas muito ricas. Para pensar essa relação, voltemos nosso olhar para os museus históricos, especificamente.

Ao analisar o panorama museológico brasileiro, em finais do século XX, Maria Margaret Lopes afirma que:

> No caso do Brasil, as práticas museológicas estão muito mais próximas ainda da animação terapêutica e promocional de Varine-Bohan do que de sua animação conscientizaste. Os museus brasileiros mantêm até hoje sua identidade no campo da educação escolar, com posições escolanovistas e no campo da educação não-escolar alinham-se às propostas da educação permanente introduzidas no País pela Unesco (LOPES, 1991, p. 2).

De acordo com essa mesma autora, essa "animação terapêutica e promocional" coloca os indivíduos (beneficiários) como objeto da animação, ignorando suas necessidades, tornando-os agentes passivos e, justificando assim, a existência da instituição museológica. Já a "animação conscientizante" tem por objetivo uma espécie de "ação comunitária" de transformação cultural e social e, assim, os indivíduos tornam-se sujeitos ativos (LOPES, 1991, p. 1).

Analisando especificamente museus históricos por essa perspectiva, temos, de um lado, a possibilidade de um museu que escreve e perpetua histórias oficiais, factuais, baseadas majoritariamente nos artefatos que compõe o seu acervo museológico e cuja participação dos demais é meramente de expectador, ou, de outro, um museu que escreve e perpetua uma história dinâmica, crítica e que a constrói junto de sua comunidade.

Nas décadas que se seguiram, esse cenário museológico mudou. Contudo, ainda apresenta problemas que são cruciais quando tratamos a escrita e difusão da história nestes ambientes. De acordo com Carina Martins Costa, pesquisadora na área da História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), na pós-modernidade

> os museus históricos repensam suas narrativas e seus projetos educativos que, mesmo nas entrelinhas, vêm colaborando decisivamente na formação de projetos de cidadania e nação. Todavia, ironicamente, negligenciam os fios de sua própria memória, obstaculizando a possibilidade de perceber a construção de suas tramas históricas. (COSTA, 2008, p. 218)

A autora afirma também que embora as instituições museológicas venham passando por uma revisão de suas identidades e missões

> os museus históricos mostram-se, em geral, impermeáveis aos questionamentos sobre os usos e abusos do passado, reforçando narrativas cronológicas, pautadas em esquecimentos deliberados sobre períodos de conflito e ruptura. Um olhar panorâmico permite-nos apontar forte tendência de teatralização do passado nacional. (COSTA, 2008, p. 219).

Tudo isso, de uma maneira geral, para a escrita e propagação da história, torna-se uma prática extremamente problemática. Este cenário é reforçado e complementado por Pacheco, quando nos diz que "infelizmente os museus são em grande medida pensados como locais de exposição e não de produção do conhecimento por parte da comunidade de pesquisadores" (PACHECO, 2010, p. 146). É preciso pensar os museus também enquanto espaços de ciência, de memória, de identidade e de escrita da história, levando em conta a intencionalidade, historicidade, materialidade, apropriação, elaboração de sentidos e simbolismo presentes nesse processo museológico.

Por mais que museus históricos enfrentem ainda hoje algumas dificuldades para a realização desse salto interpretativo, além das identificadas anteriormente, eles também vêm buscando se reinventar. Nesse sentido, a tecnologia tem se apresentado como uma ferramenta muito positiva.

Valéria Peixoto de Alencar, em seu estudo intitulado "Mediação cultural em museus e exposições de história", aponta que:

> a certos tipos de dispositivos de mediação: alguns com forte apelo tecnológico hoje em dia, como aplicativos para *tablets* e celulares que possibilitam outro olhar para a exposição, ou mesmo no próprio espaço expositivo, materiais digitais que apresentam contextos e problemas para refletir sobre as obras, ou ainda materiais gráficos simples que provocam uma leitura de obra. Normalmente tais dispositivos de mediação são utilizados para o público em geral, com o objetivo de fazer o espectador entender e/ou refletir sobre uma determinada obra, objeto ou imagem (ALENCAR, 2015, p. 116-117).

O uso das tecnologias como dispositivo de mediação é muito comum e tem ajudado o público na compreensão do espaço expositivo, principalmente quando a temática da exposição impõe desafios de distanciamento temporal, geográfico ou cultural.

Contudo, os museus fazem ainda outros usos da tecnologia que contribuem para a difusão do conhecimento histórico. Um exemplo disso é sua existência no mundo digital.

Em fins da década de 1940, o escritor e pensador francês André Malraux propôs a criação de um museu diferente dos vistos até então, nomeado como "museu imaginário". Segundo Fiuza, Spanhol e Lemos (2016, p. 79), essa tipologia engendraria "um museu sem paredes, localização ou fronteiras espaciais, como um museu virtual com seu conteúdo e informação ao redor de objetos os quais poderiam ser acessados em diferentes partes do mundo". A partir dessa proposição, surgiram novas formas de instituições museológicas e suas presenças no mundo digital. Hoje, temos museus físicos que possibilitam aos seus visitantes um acesso remoto às informações do seu acervo, ações educativas e exposições, ou, até mesmo, museus que só existem na *web*. Esses museus oferecem um mundo de possibilidades comunicacionais, podendo ser acessado nos quatro cantos do planeta, desde que se tenha um aparelho com acesso à internet.

Pensando o ensino de História

Para pensarmos o ensino de história hoje, é preciso compreendê-lo enquanto construção de uma consciência histórica que permite aos indivíduos uma explicação humana do mundo e de si mesmo. Para tanto, é imprescindível tratar desse processo contextualizando-o a partir do presente e relacionando-o com a realidade dos alunos e com os diversos aspectos da realidade humana.

Nesse sentido, compartilhamos da ideia de que "ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos..." (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 119). Ou seja, o ensino de história na atualidade precisa ir além da mera reprodução de informação, pois, deve contribuir para a formação de indivíduos críticos em toda sua integralidade, capazes de analisar o mundo, as instituições, as representações e contextos em que estão inseridos.

Segundo Joaquín Prats (2006, p. 196-197), a história é capaz de facilitar a compreensão do presente, preparando os alunos para a vida adulta ao despertar seu

interesse pelo passado, contribuindo para o conhecimento e a compreensão de outros países e culturas e potencializando um sentido de identidade e compreensão de suas próprias raízes culturais e heranças comuns Além disso, contribui para o desenvolvimento das faculdades mentais por meio de um estudo disciplinado ao introduzir junto aos alunos um conhecimento e uma metodologia rigorosa, própria dos historiadores. No entanto, para atingir tais potencialidades, os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem devem partir do pressuposto de que:

> "uma aula de História não é uma ilha, mergulhada numa atemporalidade que estabelece uma relação de esquecimento e desinteresse pelo que ocorre nos contextos sociais. Ela precisa estar sempre à espreita, uma vez que nela se criam e redefinem memórias, assim como se repensam os relatos sobre o passado. [...] Nesse sentido, uma aula de História se preocupa com o valor do passado, por isso não é uma ilha, mas um redemoinho em meio ao turbilhão que se lhe propõe, questiona e discute modos de dizer o passado e modos de valorizar memórias" (PEREIRA; MEINERZ, PACIEVITH, 2015, p. 34).

Em outras palavras, uma aula de história precisa contemplar e conectar passado e presente, de forma que os conteúdos a serem trabalhados levem a questionamentos e discussões. É desse processo que surge o conhecimento histórico.

Diante do exposto, nos cabe perguntar: como esse processo de ensino-aprendizagem pode acontecer em sala de aula? Partindo da proposta central de nosso artigo - perceber a união dos museus com a tecnologia como possibilidades e ferramentas metodológicas e didáticas para pensar e fazer história em sala de aula - precisamos também analisar o papel da didática e da metodologia no ensino de história. Antes, no entanto, buscamos definir a diferença entre ambas. Nas palavras de Piletti:

> Tanto a Didática como a Metodologia estudam os métodos de ensino. Há, no entanto, diferença quanto ao ponto de vista de cada uma. A Metodologia estuda os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor. A Didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino. Podemos dizer que a Metodologia nos dá juízos de realidade, e a Didática nos dá juízos de valor. Juízos de realidade são juízos descritivos e constatativos [...] Juízos de valor são juízos que estabelecem valores ou normas (PILETTI, 2004, p. 43).

À vista disso, podemos dizer que enquanto a metodologia preocupa-se com as técnicas, saberes, métodos, ou seja, com o "como ensinar"; a didática preocupa-se com a

"criticidade desse ensinar", revestindo-se de objetivos sociais e políticos, bem como de um modo crítico de desenvolver a prática educacional e a construção pedagógica. O mais importante, no entanto, é reconhecer que ambas se ocupam dos percursos a serem trilhados no processo de ensino-aprendizagem.

Devemos compreender a metodologia e a didática de ensino dentro das relações escola-sociedade e escola-aluno, levando em conta todos os atores envolvidos. Metodologia e didática também estão diretamente ligadas ao posicionamento que o profissional da educação adota no exercício de sua função que se dá, não apenas durante sua formação acadêmica, como também a partir de suas experiências de vida. Assim, ele pode estar entre o "Pessimismo Ingênuo", que percebe a escola enquanto reprodutora da desigualdade social, o "Otimismo Ingênuo", que percebe a escola enquanto espaço de "salvação" [da pátria] e o "Otimismo Crítico", que percebe a escola dentro do contexto histórico, político, social e cultural (CORTELLA, 1997, p. 117-123). É essa linha adotada que influenciará a postura do profissional da educação, a visão que a sociedade faz da escola, da figura do professor e a forma como a sociedade encara a influência da escola no mundo.

Dentre os pesquisadores dessa temática, destacamos Libâneo. Segundo ele, cabe à didática "converter objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos" (LIBÂNEO, 2017, p. 34). Ele nos fala ainda que a didática é uma espécie de "mediação escolar dos objetivos e conteúdo de ensino", investigando "as condições e formas que vigoram no ensino e, ao mesmo tempo, os fatores reais [...] condicionantes das relações entre a docência e a aprendizagem" (LIBÂNEO, 2017, p. 74). Em outras palavras, podemos dizer que a didática, entre outras funções, tem o papel de mediadora entre os objetivos de ensino, os conteúdos a serem ensinados e a assimilação dos conhecimentos sistematizados.

Engana-se quem pensa que metodologia ou didática se resumem aos jogos, discursos e recursos infanto-juvenis. Trata-se, na verdade, de todo e qualquer meio que auxilie o professor no processo de ensino-aprendizagem. Esse seu caráter abrangente exige do professor e da escola uma postura holística, criativa, tolerante, focada e

comprometida frente à sociedade contemporânea. Essas preocupações são ainda maiores quando relacionadas ao ensino de história na atualidade, pois é exigida também uma abordagem contextualizada, planejada, coordenada, intencional, interdisciplinar, integrada, compartilhada, inclusiva, crítica, consciente, provocadora, estimulante, democrática, com técnicas e estratégias diversas para além do usual livro didático. O "quanto e quando ensinar", assim como o "quanto e quando deixar descobrir" devem se desenvolver de forma a equilibrar teoria e aplicação do aprendizado histórico.

Metodologia e didática precisam ser planejados atenciosamente, pois devem identificar as individualidades, gerar motivação e entusiasmo, ser claro quanto aos seus objetivos, buscar novas formas de participação, bem como novas tecnologias e recursos, por exemplo: rádio, televisão, *datashow*, aplicativos de celular, jogos, recursos audiovisuais e museus digitais, como propomos neste artigo. Um planejamento prévio deve levar em conta também os objetivos traçados, o tempo disponível, os recursos e o público (os alunos e suas especificidades), sem que, com isso, perca unidade, coesão, continuidade, flexibilidade, precisão e clareza.

Há de se ressaltar que essa atenção dada ao papel que a metodologia e a didática desempenham no processo de ensino-aprendizagem atende demandas da atualidade. Os meios utilizados para o ensino de história no Brasil, ao longo dos anos, modificaram-se, seguindo seus contextos históricos e as funções que buscaram desempenhar. Segundo Martins, a educação empregada pelos jesuítas, em 1549, fazia uso de textos histórico apenas para o ensino da leitura e da escrita, sem qualquer preocupação com uma discussão dos conteúdos. Quase três séculos depois, com a fundação do Colégio Dom Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, a história estabeleceu-se enquanto disciplina obrigatória e autônoma, voltada mais para o estudo da formação da civilização ocidental do que para a história do Brasil. Já com a Proclamação da República, o ensino de história, para atender aos intentos da elite e do Estado brasileiro, ganhou um caráter nacionalista, dedicado à construção de uma identidade gloriosa e heróica para a nação (MARTINS, 2008). Tais características também se apresentaram na museologia, como veremos. Nessa

linha do tempo do ensino de história no Brasil, cada momento foi acompanhado por uma metodologia especifica como a Tradicional[5], a Anarquista[6] e a Moderna[7].

Esse breve panorama das modificações do ensino de história no Brasil pode ser útil para refletirmos acerca do quanto e do como essa atividade, por vezes, foi utilizada como meio e como fim do próprio processo de ensino-aprendizagem, onde o passado teria, assim, uma função política no presente. Esse ensino é, ainda hoje, a todo o momento, perpassado por objetivos e procedimentos relacionados aos interesses políticos, servindo muitas vezes ao Estado. Uma prova disso são as menções e definições da disciplina de história em documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p.118). A formação dos currículos escolares está relacionada aos interesses e planos políticos, assim como a própria formação acadêmica do professor e as inquietações que emergem de seu cotidiano.[8]

Embora algumas escolas, hoje, têm discutido sobre metodologias de ensino de história dinâmicas e variadas, que fomentem a autonomia dos alunos e contribuam para sua formação enquanto cidadãos mais conscientes, plenos de seu papel e potencial na emancipação das camadas populares e na mudança do mundo para melhor, percebemos que, na prática cotidiana da sala de aula, a estratégia de ensino mais comumente utilizada ainda é a aula expositiva (dialogada ou não), seja utilizando o auxílio de anotação no quadro, seja com auxílio de apresentação de slides. Essa prática pode, muitas vezes, transformar-se em um entrave para a compreensão do conteúdo por parte dos alunos,

[5] Inspirada no método francês do século XIX, cujo foco era memorizar os fatos em ordem cronológica, tendo como referência a construção dos Estados-Nação e a importância dos valores morais e cívicos, teve como estratégia de ensino as aulas expositivas, o apoio de livros didáticos e o estímulo à decoreba de datas, fatos e nomes.

[6] Surgiu depois da Revolução Francesa e da Comuna de Paris, na Europa, e da proclamação da República, no Brasil. Foi introduzida em algumas escolas brasileiras, nos anos 1920, cujo foco era conhecer o movimento histórico pelas lutas sociais, desconstruindo a visão política e romantizada, tendo como estratégia de ensino as visitas a museus para fazer pesquisas e estimular a reflexão crítica.

[7] Baseada nas teorias cognitivas de Jean Piaget e Lev Vygotsky e na idéia de que se deve buscar abordagens diversas (sociais, econômicas, políticas e culturais). Nesta linha, especificamente, o foco do ensino está em ensinar os alunos a terem uma visão crítica e a percepção de que não existe uma história verdadeira e única. Por isso, como estratégia de ensino eram propostos eixos temáticos, consultas à diversas fontes e perspectivas para estabelecer a relação entre o passado e o presente.

[8] Não é nosso objetivo nesse artigo nos aprofundar sobre tal temática, porém, julgamos relevante para o debate aqui realizado uma menção ao assunto, visto que está relacionado à prática do ensino de história.

pois, no processo de ensino-aprendizagem de história, muitas vezes, esses sujeitos apresentem dificuldade de assimilação da informação, uma vez que lhes é difícil compreender certos fatos, certas formas de pensar tão distantes no tempo, no espaço e na teia cultural de sua realidade cotidiana. Como bem afirma Martins, os "estudantes só aprendem a disciplina quando relacionam fatos, confrontam pontos de vista e consultam diversas fontes de pesquisa" (MARTINS, 2008).

No ensino da história, além das aulas expositivas, é preciso buscar o uso de outras metodologias que superem as dificuldades de diferença temporal, cultural e geográfica entre os alunos e os conteúdos, podendo ser utilizados estudos dirigidos, fichamentos, filmes, notícias de jornais, documentários, jogos, memória oral, músicas, *singles*, museus digitais, entre outros, afinal, como afirma Prats, os conteúdos de história

> [...] são úteis na medida em que *sejam suscetíveis de serem manipulados pelos alunos*. Para isto, deve-se tomar em consideração o grau de desenvolvimento cognitivo próprio de cada faixa etária, subordinando a seleção de conteúdos e os enfoques didáticos às necessidades educativas e capacidades cognitivas dos estudantes (PRATS, 2006, p. 195. Grifo nosso).

A escolha dessas metodologias pelos professores de história é importante para materialização do conhecimento e, por isso, deve levar em consideração, como aponta a citação anterior, o grau de desenvolvimento dos alunos. Sobre esse assunto, Piaget aponta que a construção da inteligência está organizada em três fases: a primeira é a "sensório-motor" que acontece entre 0 a 2 anos de idade. De uma maneira geral, esta fase está relacionada ao desenvolvimento da coordenação de partes do corpo, atividades reflexas, início da experimentação, da representação interna e de novas combinações mentais. A segunda fase é denominada "Pré-operacional", entre os 2 e 7 anos, e é onde a percepção ocupa um espaço de destaque, bem como a representação sensório-motora e o pensamento pré-lógico. A última fase é o "Operacional", que pode ser dividido em concreto, entre 7 e 11 anos, e formal ou hipotético-dedutivo, entre 11 a 15 anos (PIAGET, 1983, p. XII). Neste momento, há o desenvolvimento de um pensamento lógico aplicado à resolução de problemas (BERTIN, 2018, p. 38-39). Pensar nessas fases é importante, pois, a escolha didática e metodológica deve estimular e respeitar o desenvolvimento do

indivíduo para que obtenha êxito. Turmas de ensino fundamental II e médio, onde o ensino de história se configura como uma disciplina à parte, é composta por alunos passando pela terceira fase, ou seja, onde há uma transformação do pensamento pré-lógico para o lógico. O autor aponta ainda que "a inteligência na criança, será, portanto, a da continuidade funcional entre o sensório-motor e o representativo, continuidade essa que orienta a constituição das sucessivas estruturas" (PIAGET, 1978, p. 13). Nesse sentido, o ensino de história pode e deve contar com estímulos lúdicos e de experimentação que levem em consideração o desenvolvimento sensório-motor e o representativo.

Assim sendo, propomos aqui o uso de recursos disponibilizados na web por museus de história como ferramenta metodológica e didática no pensar e fazer história em sala de aula. Para tanto, apresentamos aqui três museus e três sugestões de sequência didática como exemplos possíveis. É importante ter em mente, como aponta Piaget, que

> não se aprende a experimentar simplesmente vendo o professor experimentar, ou dedicando-se a exercícios já previamente organizados: só se aprende a experimentar, tateando, por si mesmo, trabalhando ativamente, ou seja, em liberdade e dispondo de todo o tempo necessário (PIAGET, 1949, p. 39 apud MUNARI, 2010, p. 18).

Ou seja, é preciso, dentro de qualquer proposta, dar aos alunos a liberdade de construção do próprio conhecimento, sendo o professor um mediador desse processo. Vale ressaltar também que sequências didáticas são partes de um planejamento maior e que devem dialogar com o projeto político-pedagógico da instituição de ensino em que será desenvolvida.

Museu no mundo digital e ensino de História

Se buscarmos uma relação entre museus e educação, perceberemos que esta não é uma novidade. Em finais do século XIX, foi comum a criação dos chamados museus de educação[9] e museus pedagógicos ou escolares[10] (POSSAMAI, 2015, p. 21). No Brasil da

[9] "Os museus de educação configuraram-se em instituições museológicas particulares e afinadas aos museus do século XIX, não se caracterizando como os museus clássicos, originados a partir de uma coleção de obras de arte alocadas em uma edificação histórica, permitindo observar uma apropriação específica das representações e práticas relacionadas à Museologia por parte da Educação. Esses museus continham

década de 1950, a discussão sobre as conexões entre educação e museus ganhou destaque e, neste contexto, a prioridade era a organização de conteúdos museológicos atrelados ao currículo escolar e a um civismo patriótico (KNAUSS, 2011, p. 588-589). Hoje, esse cenário passou por grandes transformações. As visões ideológicas e políticas ainda se fazem presentes nos museus, mas a preocupação com o setor educativo e a expansão dos espaços museológicos, acervos e exposições para além dos muros do museu, apresenta um cenário ainda mais frutífero para sua utilização em sala de aula de forma a construir um ensino de história crítico e preocupado com o presente.

Essa expansão dos museus, que ganham cada vez mais espaço no mundo digital, contribui também para a superação de certos problemas que antes representavam empecilhos na aproximação do ensino de história e museologia. Perguntem-se: quantas escolas hoje, no Brasil, poderiam levar seus alunos para uma viagem pedagógica a outro país ou, até mesmo, a outro estado? Essas viagens exigem um investimento financeiro e burocrático que muitas instituições de ensino não possuem. E, quando os alunos estão longe, como nas aulas em modalidade EAD? Ou ainda, em momentos como o que estamos vivenciando em 2020 por conta da pandemia do COVID-19? Acreditamos que os museus presentes na *web* são uma possibilidade de enriquecer e dinamizar o ensino de história, bem como transpor tais dificuldades, como veremos adiante. Neste sentido, Marinho aponta que:

> A tecnologia [...], que permite acesso rápido e imediato a fontes ampliadas de informação e agiliza seu tratamento, poderá com certeza contribuir para ajudar a escola a se transformar em um local onde se constrói conhecimento e onde se desenvolvem habilidades. O aprendizado autônomo pressupõe a busca de informações onde quer que elas estejam mediante o domínio de diferentes formas de acesso à informação, associado ao desenvolvimento de uma atitude crítica de investigação (MARINHO, 2002, p. 42).

---

biblioteca pedagógica, lojas de materiais escolares, coleções de materiais pedagógicos, arquivos de documentos históricos, realizando estudos estatísticos sobre a educação no País e oferecendo serviços de publicações, conferências públicas e auxílio aos professores e ao ensino escolar." (POSSAMAI, 2015, p. 22)

[10] "Museus escolares era a denominação utilizada, no século XIX e início do século XX, para materiais didáticos compostos por caixas de madeira, contendo amostras de materiais diversos seja da natureza, como pedras, minerais, solo, ou da indústria, como artefatos. Os museus escolares poderiam conter quadros de ilustrações coloridas de diversos aspectos e elementos da natureza, como a flora e a fauna, assim como da indústria." (POSSAMAI, 2015, p. 21).

Ao nos apropriarmos dos recursos digitais disponibilizados pelos museus, possibilitamos uma vivência diferenciada do patrimônio histórico ali presente, junto a uma geração de crianças e jovens que estão atrelados desde cedo ao mundo tecnológico. Essa experiência então contemplaria três dimensões importantes, apresentadas por Schmidt (2014, p. 43), na elaboração de uma cultura histórica[11]: a "dimensão estética" que torna o trabalho rememorativo visível, a "dimensão política" que discute por meio da memória histórica questões sobre adesão e consentimento na relação dominado - dominador e a "dimensão cognitiva" que parte das metodologias, regras e normas presentes na interpretação histórica a fim de gerar credibilidade.

Vale ressaltar que a ampliação do que se entendia por fontes históricas, bem como as novas formas de analisar e interpretar o fazer humano que surgiram com a Escola dos *Annales* e a Nova História Cultural, permitem, de uma forma mais acessível, a utilização de fontes históricas em sala de aula. Dessa forma, a museologia e a tecnologia se unem ao ensino de história ao disponibilizar acervos enquanto fontes de pesquisa para os professores e alunos. Esse é o papel do objeto museológico que se transforma em documento durante o processo de musealização. Le Goff (1990, p. 545), no século passado, já havia nos apresentado a noção de Monumento/Documento em que "a análise do documento enquanto monumento" permitiria seu uso científico pela história e sua recuperação pela memória coletiva.

O processo de ensino-aprendizagem de história, a partir de sua aproximação com a museologia, assume o fazer histórico enquanto ciência e não como mera reprodução de fatos do passado. O uso dessas fontes enquanto evidências possibilitam ao aluno a elaboração de inferências, apresentação de opiniões e reavaliação das mesmas de modo argumentativo e crítico. Neste sentido, Braga nos diz que:

> "Os museus são ambientes de formação, e seu uso proporciona reflexões sobre os saberes e as estratégias que serão mobilizados, rompendo com limitações conceituais e práticas da educação. São ambientes que proporcionam experiências e trocas diferentes das que acontecem em uma situação relacional em sala de aula. Os museus constroem uma narrativa visual por meio de cenografias com objetos, totens multimídias, legendas, focos de luz e espaços

[11] Para mais informações sobre "Cultura História" enquanto categoria de análise ver RÜSEN (2001; 2010).

> vazios. Nesses ambientes, os sentidos são despertados pela relação corpórea com as coisas no mundo" (BRAGA, 2015, p. 55).

O professor pode proporcionar essa rica experimentação, descrita por Braga, em sua sala de aula por meio dos museus presentes na *web.* Para tanto, é preciso compreender que a transposição de uma linguagem museológica para os ambientes virtuais, que por si só possuem uma linguagem própria, é ainda um campo em construção e difere de acordo com a tipologia, a missão e os valores de cada instituição. A multiplicidade de possibilidades, geradas pelas novas tecnologias, que podem ser aplicadas desde uma simples página do museu na *web* com informações museológicas até exposições on-line, torna ainda mais complexo este processo. Por esse motivo, selecionamos três museus que, inicialmente, foram criados fisicamente e, com o passar do tempo, estenderam suas ações para a *web*, neste sentido, é importante perceber as ferramentas comunicacionais utilizadas por cada um deles.

O primeiro museu que selecionamos foi o Museu da Acrópole[12], cujo museu físico se localiza em Atenas. Este museu foi fundando em 1863 e sua construção começou dois anos depois, nas proximidades do Parthenon, com o objetivo de abrigar achados da escavação arqueológica da Acrópole. Com o passar dos anos, seu espaço físico foi ampliado para atender a demanda do crescente acervo, tendo sido reinaugurado em 2009. Hoje, o museu conta com diversas exposições, permanentes e temporárias, que abordam arqueologia, crença, saúde, arte, arquitetura e história grega.

Além do museu físico, o Museu da Acrópole disponibiliza em seu site, com auxílio do *Google Arts & Culture*, uma visita virtual pelo Salão do Parthenon e pelo Salão da Acrópole Arcaica. Ele oferece também material educativo como o jogo "Pinte o véu", relacionado à exposição "Cores Arcaicas", ou ainda o aplicativo "Atena, a deusa da Acrópole", entre outros.

Partindo disso, nossa primeira proposta de sequência didática tem como tema a mitologia grega, trabalhada dentro do conteúdo de Grécia Antiga. O objetivo central é

[12] O site oficial do museu, em grego, pode ser acessado em <https://www.theacropolismuseum.gr/>, podendo ser visualizado também em outras línguas como inglês, francês, alemão, japonês, entre outros.

possibilitar ao aluno, por meio de uma visita virtual ao museu, um contato dinâmico com a cultura material grega e, a partir dela, pensar a importância que a mitologia tinha no cotidiano dos gregos antigos.

A ação inicia-se com uma sondagem do conhecimento da turma sobre o tema já na visitação, por meio de perguntas pré-estabelecidas pelo professor. Em um segundo momento, os alunos serão organizados em grupos para que, juntos, escolham uma das peças expostas relacionadas à mitologia grega. Em seguida, os grupos deverão pesquisar e debater sobre as motivações da escolha e sobre o mito relacionado. Por fim, como forma de avaliação do aprendizado, os grupos deverão apresentar para a turma uma releitura da peça escolhida e do mito em questão. A partir dessa experiência, os alunos recebem a chance de construir seu conhecimento sobre mitologia grega a partir da análise de fontes primárias sobre o assunto, além de exercitarem a criatividade e o uso do conhecimento histórico para realizarem uma releitura da mesma, podendo conectar o passado com o presente e notar similaridades e diferenças das crenças gregas com as visões de mundo atuais.

A segunda sugestão é o Museu Britânico[13], localizado em Londres, criado em 1753 por meio de uma lei parlamentar. Hoje ele é um dos maiores museus do mundo cujo acervo[14] contempla dois milhões de anos da história humana dos seis continentes e, no mundo digital, não é diferente. O Museu Britânico oferece um número grande de possibilidades de fruição e aprendizado junto à instituição como *tours* de áudio com informações especializadas sobre as coleções, áudios dos curadores do museu apresentando as galerias, *podcasts*, vídeos no *YouTube* com a participação de curadores e especialistas, a visualização de oito milhões de objetos pertencentes às coleções

[13] O site oficial do museu, em inglês, pode ser acessado em <https://www.britishmuseum.org/>.

[14] Inicialmente, na época da inauguração, o governo inglês comprou do senhor Hans Sloane uma coleção de mais de 80.000 itens a serem expostos ao público. Com o passar dos anos, outros itens foram adicionados ao museu por meio de doação, compras e parcerias em escavações arqueológicas por todo o mundo. Contudo, a formação de parte desse acervo, assim como aconteceu em outros grandes museus da Europa, como o Louvre, é controversa e tem passado por diversos debates sobre reapropriação de herança cultural, afinal, muitas coleções se constituíram através de espólios de oficiais, diplomatas, missionários e viajantes durante a época do colonialismo e neocolonialismo.

museológicas, recursos de aprendizado gratuitos voltado para o público entre 3 e 16 anos e visitas virtuais a mais de 60 galerias com o *Google Street View*.

Frente à vastidão do acervo do Museu Britânico*,* nossa proposta de sequência didática tem por objetivo introduzir os conteúdos relacionados às grandes civilizações que se desenvolveram na antiguidade, assim sendo o período a ser trabalhado é Idade Antiga. Trata-se de uma atividade diagnóstica. Os alunos realizarão uma visita virtual às galerias "Escultura Assíria e Balawat Gates", "Vasos gregos", "Antigo Irã", "Mesopotâmia 1500 a.C. - 539 a.C.", "Império Romano" e "Egito Antigo". Em cada um dos espaços virtuais mencionados, os alunos serão desafiados a identificar a quais civilizações pertencem as coleções, caracterizando-as. Por se tratar de uma atividade diagnóstica de conhecimento, a avaliação pode ocorrer por meio de uma análise, realizada pelo professor, do grau de participação dos alunos e do fluxo de informações levantadas.

O terceiro e último museu que apresentamos aqui é o Museu Imperial[15], localizado em Petrópolis (RJ). Inaugurado em 1943, este museu ocupa o espaço histórico comprado por Dom Pedro I e onde Dom Pedro II construiu sua residência de verão. Após o fim do período imperial no Brasil, o espaço foi ocupado ainda pelo Educandário Notre Dame de Sion e pelo Colégio São Vicente de Paulo. Hoje, o Museu Imperial abriga o principal acervo do país relacionado à temática do período imperial brasileiro, com reproduções de espaços da época em cada uma das salas de seu prédio.

Em seu site, o museu disponibiliza não só imagens em alta qualidade de peças do acervo e documentos, como também possibilita um *tour* virtual pelas salas expositivas e uma experiência de olhar 360º de algumas delas. Durante a visitação virtual, é possível perceber que o acervo expositivo do museu conta com um grande número de óleo sobre tela representando personalidades históricas e cenas cotidianas do Brasil Império, como por exemplo, os quadros "Juramento da Princesa Isabel" de Victor Meirelles, "D. Pedro II na abertura da Assembléia Geral" de Pedro Américo e "Vista do Largo do Machado" de Giovanni Batista Molinelli.

[15] O site oficial do museu pode ser acessado em <https://museuimperial.museus.gov.br/>.

Assim sendo, nossa proposta de sequência didática relacionada ao Museu Imperial tem como tema principal a representação imagética do Brasil no século XIX, podendo ser desenvolvido junto ao conteúdo de Segundo Reinado Brasileiro. O objetivo central é "dar forma e cor" ao conteúdo estudado, desenvolvendo a capacidade de análise de imagem no fazer histórico dos estudantes. A sondagem do conhecimento da turma sobre o tema deve ser anteriormente realizada pelo professor durante as aulas expositivas previamente realizadas. Nossa sequência tem início com a visitação virtual do Museu Imperial pelos alunos que, orientados e estimulados pelo professor, buscarão debater sobre os aspectos históricos percebidos nas pinturas encontradas (aspectos estes como a representação da mulher, a urbanização, as relações de poder, os símbolos nacionais e os eventos políticos). Dessa maneira, as falas podem complementar-se ou confrontar-se, construindo diversas percepções e olhares sobre a história do Brasil Imperial. Como método de avaliação, propomos a elaboração individual de textos dissertativos que expressem suas impressões, análises e aprendizados com a visitação.

As propostas de sequências didáticas aqui apresentadas foram pensadas para turmas de fundamental II, podendo ser adaptadas para alunos de ensino médio. Como mencionamos anteriormente, é preciso respeitar o tempo de aprendizagem do estudante que pode variar de escola para escola, porém, é importante que cada sequência seja desenvolvida minimamente em três aulas: a primeira para preparação da ação, a segunda para realização e a terceira para sedimentação e avaliação do aprendizado conquistado.

Acreditamos que ações didáticas como as propostas aqui tornam a aula mais dinâmica, lúdica e participativa, partem da curiosidade inicial gerada em cada aluno durante as visitas virtuais ao museu. Sabemos que a curiosidade é um dos elementos primordiais da aprendizagem. Além do mais, a interação analítica dos alunos com a exposição virtual e todo o acervo que o compõe transforma o processo do conhecimento histórico desenvolvido em sala de aula onde a experimentação materializa a informação que, por vezes, é tão distante no tempo e no espaço da realidade dos alunos. Em certa medida, o museu, enquanto instância comunicacional que oferece uma linguagem diferenciada das comumentes utilizadas no ambiente escolar, pode auxiliar o aluno no

que tange o caráter simbólico e abstrato que muitas vezes é exigido no ensino-aprendizagem de história.

Conclusão

Os constantes avanços tecnológicos mudam a forma como o ser humano vive seu cotidiano formulando novas demandas, novas formas de agir e pensar, impactando inclusive a criação e difusão de informação e conhecimento. Nesse sentido, o artigo procurou pensar a associação das áreas de museologia, história e educação frente a esse novo cenário, entendendo o uso das tecnologias como ferramenta positiva no processo de ensino-aprendizagem que pode auxiliar na superação de desafios, dificuldades e problemáticas no fazer e pensar a história em sala de aula. Acreditamos também que essa associação pode tornar a construção do conhecimento mais divertida, participativa e dinâmica.

Assim sendo, entendemos aqui o museu como uma instituição responsável não só pela proteção de bens como também pela difusão de informação, que pode ser realizada de várias formas, sendo a mais conhecida, a exposição. A museologia, assim como outras áreas de conhecimento, buscou adaptar-se à realidade cada vez mais tecnológica. Hoje, alguns museus físicos podem oferecer acesso remoto às exposições, acervos e atividades educativas, enquanto outros incluem em suas ações recursos como áudio guias, realidades virtuais, projeções, *tablets*, sons etc. Há ainda museus cuja existência acontece apenas no mundo digital. Enfim, essa nova realidade abriu novos caminhos para o acesso e fruição do conhecimento.

Quando pensamos no ensino de história, encaramos algumas dificuldades como o distanciamento geográfico, temporal e cultural que os alunos têm de muitos conteúdos, ou ainda, entraves financeiros e burocráticos que as instituições de ensino enfrentam na dinamização das aulas. O processo de ensino-aprendizagem é mais do que mera transmissão de conhecimento e carece de didáticas e metodologias que levem os alunos à autonomia e ao raciocínio crítico, por isso, é importante compreender com clareza tais conceitos. Além disso, a superação dessas problemáticas influencia na motivação dos

alunos e nada melhor que possibilidades tecnológicas para atender as demandas de uma sociedade igualmente tecnológica.

Referências

ALENCAR, Valéria Peixoto de. *Mediação cultural em museus e exposições de história: conversas sobre imagens/história e suas interpretações*. Tese (Doutorado em Artes), São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2015.

BERTIN, Méris Nelita Fauth. *A educação das relações étnico-raciais através da escuta sobre a história da vida*. Dissertação (Mestrado em História), Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

BRAGA, Jezulino Lúcia Mendes. Discutindo o ensino de História mediado pelos museus: experiências docentes no Museu de Artes e Ofícios - BH. *Revista do Lhiste*, n. 1, v. 1, p. 30-56, jan/jun., 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/56148>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A Escola e o Conhecimento: reflexão sobre fundamentos epistemológicos e políticos dessa relação.* Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

COSTA, Carina Martins. A escrita de Clio nos temp(l)os da Mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos pelos museus. *Educação em Revista*, n. 47, p. 217-240, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 dez. 2019

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceptos claves de museología*. Paris: Armand Colin, 2010.

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Estudos Museológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/38689114/Documentacao-Museologica-Helena-Dodd-Ferrez>. Acesso em 25 jun 2012.

FIUZA, Patricia Jantsch; SPANHOL, Fernando José; LEMOS, Robson Rodrigues. Educação multimídia, construindo uma cultura digital. In: FIUZA, Patricia Jantsch; LEMOS, Robson

Rodrigues (org.). *Tecnologias interativas mídia e conhecimento na educação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *O que é museu*. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Museum definition*. Áustria: ICOM, 2007. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JOLY, Maria Cristina R. Azevedo (org). *A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia Historia*, n. 46, v. 27, p.581-597, jul./dez., 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática.* São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=q3MzDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 jul. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas – Museologia e Patrimônio*, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf> e <http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia(lima).pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/167/161>. Acesso em: 15 jun. 2013.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. *Revista Educação & Sociedade,* n. 40, dez. 1991. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-

content/uploads/2016/04/A-favor-da-desescolariza%C3%A7%C3%A3o-dos-museus.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MAIRESSE, François. Le musée inclusif et la muséologie mondialisée. In: *Anais do IV SIAM e do XXI Encontro do ICOFOM-LAM*, Unirio, 2012.

MARINHO, Simão Pedro. Tecnologia, educação contemporânea e desafios ao professor. In: AZEVEDO JOLY, M. C. (Org) *A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MARTINS, Ana Rita. O que ensinar em História: passado e presente, juntos, para ensinar. *Nova Escola*, ed. 218, dez. 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/passado-presente-juntos-ensinar-428266.shtml?page=4>. Acesso em: 16 dez. 2015.

MUNARI, Alberto. *Jean Piaget*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, p. 143-154, dez. 2010. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26319122008. Acesso em: 21 dez. 2019.

PEREIRA, Nilton Mullet; MEINERZ, Carla Beatriz; PACIEVITCH, Caroline. Viver e pensar a docência em história diante das demandas sociais e identitárias do século XXI. *História & Ensino*, v. 21, n. 2, p. 31-53, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23850>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, n. 28, v. 15, p. 113-128, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho imagem e representação*. São Paulo: Zahar, 1978

_____. *A epistemologia genética/ Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética; Jean Piaget*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PILETTI, Claudino. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 2004.

POSSAMAI, Zita Rosane. Olhares cruzados: interfaces entre história, educação e museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, n. 6, v. 1, p. 17-31, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16692>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. *Educar*, p. 191-218, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5540>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica - Teoria da História: Fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora da UFPR/Braga: IMUNHO, 2010.

SANTAELLA, Lucia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SCHEINER, Teresa. Museologia e interpretação da realidade: o discurso da História. In: *Symposium Museology as a field of study: Museology and History. ICOM/ ICOFOM. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35*. Alta Gracia, Cordoba: 2006. p. 53-60.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. dos Santos. Cultura Histórica, ensino e aprendizagem de história: questões e possibilidades. In: OLIVEIRA, Carla Mary s.; MARIANO, Serioja R. Cordeiro. *Cultura histórica e ensino de história.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

A história e as mídias digitais na experiência do Instituto Museu da Pessoa

History and digital media in the experience of Instituto Museu da Pessoa

Ian Kisil Marino[1]

Resumo

Tem sido comum, nos últimos anos, a percepção de que as mídias digitais fazem parte do cotidiano dos historiadores. Há uma lacuna, no entanto, na reflexão atenta e crítica quanto ao impacto dessas tecnologias na constituição teórica e metodológica do campo: é ainda raro que as reflexões avancem para uma crítica aprofundada, interessada nas tensões epistemológicas que têm se alastrado nos documentos, nos arquivos e nas narrativas, objetos centrais do fazer historiográfico. Imersas nos dilemas do terceiro setor, da Nova Museologia e da história oral, as percepções e a experiência concreta do Instituto Museu da Pessoa com o fenômeno digital são paradigmáticas do lugar privilegiado que essas mídias ocupam nos afazeres dos profissionais do trato da memória – o arquivista, o museólogo, o historiador – dos anos 1990 até aqui. O entusiasmo e o otimismo atribuídos a elas – como soluções técnicas sempre positivas – ilustram tanto a cena contemporânea quanto a existência de territórios inexplorados por essa experiência singular, que matiza pontos críticos da constituição disciplinar da história e dos seus afazeres no meio digital.

Palavras-chave: História Digital; Humanidades Digitais; Teoria da História.

Abstract

In recent years, there has been an increasingly common perception that digital media are part of historians' daily lives. However, there is a gap concerning a thorough and analytical reflection about the impact of these technologies on the theoretical and methodological constitution of the area: the reflections rarely proceed to an in-depth analysis, interested in the epistemological tensions that may be observed in documents, archives and narratives, which are central objects of historiography. Immersed in the dilemmas of third sector, New Museology and oral history, the perceptions and concrete experience of Instituto Museu da Pessoa with regard to the phenomenon of the "digital" are representative of the privileged place that these media occupy in the work of memory specialists – archivists, museologists, historians – since the 1990s. The enthusiasm and optimism attributed to these media – as always positive technical solutions – illustrate both the contemporary scene and the existence of areas still to be explored by this singular experience, which evince critical points of the disciplinary constitution of history and its practice in the digital environment.

Keywords: Digital History; Digital Humanities; Theory of History.

Introdução

Já foi apontada diversas vezes a ampla penetração das mídias digitais no cotidiano dos historiadores (FICKERS, 2012, p. 8; NOIRET, 2015, p. 32-33). Também foi levantado que a preocupação autorreflexiva sobre o impacto dessas tecnologias no campo da história tem sido

[1] Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em andamento pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua profissionalmente como professor de História no Ensino Básico.

limitada, tendo em vista a já implacável presença delas nas mais diferentes etapas da pesquisa e da difusão de resultados (MAYNARD, p. 106). O estudo do lugar social e da prática do Instituto Museu da Pessoa vem no sentido de matizar, em uma experiência concreta, as tensões e os dilemas teóricos e epistemológicos mais amplos, que atingem a história como um todo em meio ao advento das mídias digitais. A temática digital é central na experiência do Museu, sendo exaltada, pelos seus e por intérpretes, como elemento incontornável para a compreensão da sua atividade. Sem retirar o caráter particular da experiência do Instituto, este texto visa precisar a medida em que alguns de seus tópicos podem oferecer subsídios para reflexões mais amplas.

Seguindo aquilo que Pedro Telles da Silveira chamou de *razão histórica digital*, busca-se, a partir de uma experiência singular, levantar questões sobre o "conjunto de afirmações, opiniões, sentenças e expectativas, ditos e não-ditos, que presidem as relações entre o conhecimento histórico e as novas tecnologias." (SILVEIRA, 2018, p. 20). Nesse sentido, almeja-se contribuir, ainda que de forma pontual, a uma discussão teórica que, mesmo que ainda tímida, vem tentando pensar os parâmetros teóricos, metodológicos e epistemológicos do trabalho do historiador – e o seu lugar social – no mundo contemporâneo.

Inicialmente, propõe-se um olhar atento à trajetória do Museu da Pessoa, com destaque aos seus alicerces e dilemas fundantes. Em seguida, o texto atém-se ao propósito das tecnologias digitais nessa experiência, desnudando as tensões geradas por essa presença. Por fim, busca-se discutir como a experiência particular do Museu ecoa fissuras constitutivas dos documentos, arquivos, narrativas e do campo histórico como um todo, colaborando, enfim, para os debates que vêm construindo e pensando o campo da história digital.

O Museu da Pessoa e os seus alicerces

O Museu da Pessoa foi fundado em 1991, em São Paulo. Sua idealizadora, fundadora e ainda hoje diretora é a historiadora Karen Worcman (2017, p. 1-3), que definiu as atribuições da organização como "registrar, preservar e disseminar a história de vida de toda e qualquer

pessoa", baseada na ideia de que "a história de toda e qualquer pessoa tem valor e deve ser considerada parte da memória social.". Na prática, o Museu da Pessoa se propôs a coletar depoimentos seguindo parâmetros metodológicos da história oral, conforme salienta Worcman, que tomara contato com essa abordagem a partir uma experiência com depoimentos de imigrantes judeus entre 1988 e 1991.

A década de 1990 foi dedicada à consolidação institucional do Museu, que passou por mudanças de sedes – todas localizadas na cidade de São Paulo –, de técnicas de gravação e de armazenamento, e de membros em sua equipe. Nesses anos iniciais, o Museu da Pessoa trabalhou sobretudo como prestador de serviços a empresas e instituições interessadas, como organizador de acervos e exposições. Esses projetos, além de financiarem a construção da instituição, foram desenvolvidos segundo práticas que, no decorrer desses anos, consolidaram-se como os marcos metodológicos da ação do Museu (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, p. 71).

No decorrer dessa trajetória, o Museu da Pessoa produzia o seu próprio acervo em duas frentes: histórias de vida individuais e projetos de memória organizacional. Ambas se constituíram a partir de procedimentos de entrevistas individuais, seguindo métodos ligados à história oral. O acervo do Museu consolidou-se, de 1996 em diante, em seu portal na internet. Mais do que isso, o seu *website* tornou-se símbolo da identidade da instituição – intrinsecamente ligada às mídias digitais –, conforme a opinião de seus entusiastas e estudiosos: Rosali Henriques (2004, p. 94-96) cita que, em meio às primeiras experiências do uso da internet no Brasil, o Museu da Pessoa mostrou-se pioneiro, de modo que não demoraram a aparecer mostras de reconhecimento sobre as suas formas de navegação e exploração da rede em eventos internacionais; Worcman e Joanne Garde-Hansen (2016, p. 71) salientam que, ainda em 1997, já foi notado como o futuro do Museu da Pessoa estaria intrinsecamente ligado à internet, dado o potencial interativo da nova tecnologia; Margaret Clarke (2009, p. 156) considera a inserção na internet como fundamental, tendo em vista o seu potencial de

alavancar a comunicação com o público, armazenar e organizar o acervo e proporcionar um espaço único para sua exposição.

Assim, ainda que de forma breve, é importante que o leitor tenha conhecimento de alguns recursos do *website*.[2] Há guias visíveis na parte superior da tela, divididas em sessões específicas, que direcionam a assuntos e recursos diversos: apresenta-se a instituição ao visitante, por meio da reconstituição de datas marcantes, de linhas de ação, de números relevantes do acervo e dos relatórios anuais de contas; são expostos artigos, notícias e trabalhos acadêmicos ligados ao Museu; destacam-se as ações educativas da instituição; oferecem-se canais de comunicação; elencam-se as exposições virtuais feitas pelo Museu da Pessoa a partir de seu acervo.

Além das guias principais, há uma seleção de histórias em destaque promovidas na abertura do *website*, que variam de tempos em tempos. Há um *link* de acesso rápido ao recurso "Monte a sua coleção", que permite ao visitante compor uma coleção com critérios à sua escolha, a partir do acervo do Museu. Outro *link* se direciona ao recurso "Conte a sua história", que permite que os visitantes deem os primeiros passos no registro da sua história de vida, seguindo os procedimentos do Museu. Também há menção às redes sociais da instituição, como estímulo para que o visitante estabeleça algum contato com ela. O elemento mais importante do *website*, entretanto, é o sistema de buscas no acervo a partir de palavras-chave. Há a opção básica e a busca avançada, mais detalhada nas opções de tipo de mídia – gravação, transcrição, vídeo, imagem – e data do material. Afora as exposições feitas pela instituição e as histórias em destaque, é o sistema de buscas que constitui o vetor principal de consulta e visita ao acervo do Museu da Pessoa.

Segundo o *website*, o Museu conta com mais de vinte mil depoimentos e sessenta e dois mil documentos e fotos em seu acervo. Também haveria duzentos e oitenta e um projetos já realizados, com oitenta e seis exposições, oitenta publicações e oito exposições permanentes

[2] A versão referida responde ao endereço eletrônico: museudapessoa.net. Acesso em: 10 jun. 2020.

e centros de memória. Sua atuação social no ensino básico – em projetos em parceria com instituições públicas e do terceiro setor – conta com mais de quatro mil professores, cinquenta e dois mil estudantes, profissionais e lideranças comunitárias, em mil e seiscentas escolas pelo Brasil.

Em 2002, o Museu da Pessoa adquiriu, juridicamente, o status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP, o que facilitou a sua entrada em projetos de cunho social, o estabelecimento de parcerias com outras instituições similares, isenções fiscais e o financiamento de órgãos públicos com objetivo de aumentar o alcance de seus projetos (HENRIQUES, 2004, p. 97-99). Institucionalmente integrado ao terceiro setor, o agora *Instituto* Museu da Pessoa forneceria à sociedade meios para preservação de sua história e memória, pressupondo uma incapacidade do poder público de fazer o mesmo. A partir do mesmo ano, intensificaram-se os projetos educativos e sociais sem fins lucrativos, sem que fossem abandonados os contratos, lucrativos, de empresas e instituições interessadas. Estes projetos, coerentemente, eram feitos cada vez mais com empresas e organizações ligadas, de alguma forma, ao terceiro setor – fundações empresariais, institutos, empresas socialmente responsáveis ou ONGs, por exemplo.

O terceiro setor constitui um dos três alicerces da inspiração teórica e prática da atuação do Museu da Pessoa. Esse movimento tem raízes nos Estados Unidos, nos anos 1970, e caminha lado a lado com a desestruturação concreta e teórica do *welfare state*, ou Estado de Bem-Estar Social. Em meio à ascensão das ideias e políticas neoliberais – que, grosso modo, tornaram-se hegemônicas na organização das nações capitalistas nas décadas de 1980 e 1990 –, a esfera da questão social, ou da imensa variedade de problemas sociais como um todo, viu-se momentaneamente desamparada: o Estado, como agente interventor responsável pelo bem-estar social, foi desqualificado, pintado como promotor de crises fiscais e cronicamente ineficiente (HARVEY, 2005. p. 3; 70-71). Ao vazio social gerado pelas ideias e políticas neoliberais veio o terceiro setor. Nele, a própria sociedade se empoderaria e interviria sobre os seus dilemas, fazendo o que o "primeiro setor" – o Estado – não conseguira, pela sua

ineficiência intrínseca, e o que o "segundo setor" – o setor lucrativo – seria incapaz de fazer, pela sua finalidade privada. O terceiro setor, como caracterizou Rubem César Fernandes (1994, p. 19-22), seria privado em sua gênese, porém público em seu desígnio.

Na prática, o terceiro setor seria composto de uma "imponente rede de organizações privadas autônomas". Agindo "à margem do aparelho estatal", o terceiro setor refletiria uma série de "mudanças sociais e tecnológicas", além da "contínua crise de confiança na capacidade do Estado", e configuraria uma "revolução associativa global", conforme comentou Lester Salamon (1998, p. 5), uma das lideranças globais na estruturação do terceiro setor (ALVES, 2002, p. 5-7). A ênfase na associação como lócus do movimento remete, epistemologicamente, a Aléxis de Tocqueville. A lembrança desse intelectual, que tanto elucidara positivamente a sua percepção da vida social na América de meados do século XIX, é uma constante dentre os referenciais teóricos do movimento, marcando desde o princípio a sua forte inclinação liberal (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2009. p. 132).

A amplitude e a diversidade, tanto da sua composição quanto de suas formas de ação, são marcas características do terceiro setor (CALEGARE, 2005, p. 30-36). As imprecisões sobre quem o compõe, como ele atua e qual a sua finalidade são tão marcantes que há autores, como Carlos Montaño (2005, p. 150-152), que não hesitam em afirmar que os seus entusiastas só encontram unidade, verdadeiramente, na perene crítica da ação do Estado, alinhando-se aos pressupostos neoliberais do cenário político e econômico hegemônico. O terceiro setor faria o que o Estado não fez, e seria reflexo da desconfiança do que o Estado seria incapaz de fazer. A sua ascensão a um fenômeno global, nos anos 1990, teria se desenhado por impulso da própria "sociedade civil",[3] que teria se organizado para "tomar em suas próprias mãos" a resolução de seus flagelos e direitos, com incentivo de agente externos, como as instituições

[3] A concepção de "sociedade civil" da maior parte dos entusiastas do terceiro setor é interpretada como o campo daqueles não inseridos na esfera estatal. Suas caracterizações, em geral, são politicamente insípidas, ignorando-se disputas de interesses e as possíveis inter-relações com o Estado e com o mercado (MONTAÑO, 2005. p. 120-130; CORRY, 2010, p. 17-19.)

religiosas e o Banco Mundial, e retração da presença do Estado, que abria espaço para ser ocupado (SALAMON, 1998, p. 7).

Hoje autodefinido como uma "instituição privada de fins públicos" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199), o Museu da Pessoa foi gestado no projeto de viabilizar narrativas de vida capazes de servir de fontes para o "conhecimento e compreensão pela sociedade" (MUSEU DA PESSOA, 2020). Identificando demandas sociais no incentivo à memória oral, na capacidade de registro, na preservação e na mobilização de narrativas históricas dos cidadãos comuns, o Museu foi construído como uma instituição jurídica e conceitualmente arranjada no terceiro setor. Os desafios de se praticar o empoderamento comunitário na construção dessas narrativas de vida e de, nesse processo, não tomar o protagonismo e a espontaneidade das pessoas – porque delas é que deveria emanar a ação concreta – são dilemas centrais da experiência do Instituto. Essas questões amarraram-se com outra, decorrente de outro alicerce do Museu: a Nova Museologia.

A fundadora do Museu da Pessoa, Karen Worcman (2017, p. 2-3), comenta que ele foi criado "com a missão de transformar as narrativas em fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas" e que "foi desde o seu início concebido para ser um *museu virtual* de histórias de vida" (grifo meu). No mesmo texto, Worcman alude ao desafio de se pensar como um acervo composto de histórias de vida poderia ser exposto ao público, tendo em vista que, ainda que materializados em gravações, seriam narrativas invisíveis. Rosana Miziara Lopes (2005, p. 234), coordenadora de projetos de memória oral do Museu (1998-2003), coordenadora do programa Conte sua História (2010-2015) e de Relações Institucionais (desde 2015), também coloca questões nesse sentido, em três etapas: "1. Que experiências o público pode ter quando visita um museu? 2. Qual espaço um museu com a proposta do Museu da Pessoa pode ocupar na cidade e no país? 3. Como se dá o processo de mediação entre o Museu da Pessoa e o seu público?". Antes que se chegue à resposta encontrada pela organização – o "museu virtual" referido na passagem de Worcman – é preciso reter-se, por

um momento, na temática da chamada Nova Museologia, que em muito compôs a experiência da instituição aqui estudada.

As duas autoras referidas se voltam à dissertação de Rosali Henriques – sócia-fundadora do Museu da Pessoa – como um material indispensável para a compreensão dos pilares museológicos da instituição. Seu trabalho retoma a trajetória dos debates do campo da museologia das últimas décadas do século XX até o advento da internet. Cunhada nas décadas de 1970 e 1980, a partir de diversos encontros entre teóricos e museólogos, a Nova Museologia cristalizava seus princípios na Declaração de Québec, em 1984:

> A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico (apud HENRIQUES, 2004, p. 33-34).

Nas palavras de Henriques (idem, p. 34),

> o foco do museu deixa de ser a colecção e passa a ser a comunidade, com seu património e sua especificidade. [...] Todos os saberes e percepções históricas e sociais, e todos os testemunhos são sujeitos e objectos de conservação nos museus. Além disso, os bens materiais são considerados património, na medida em que são reflexos da memória colectiva de uma determinada comunidade.

Antes instituições tradicionalmente estáticas na recepção de um público visitante externo entendido como passivo, os museus seriam orientados, segundo a Nova Museologia, para o "desenvolvimento comunitário", de modo que o acervo só teria importância na medida em que proporcionasse potencial para mudanças culturais, sociais e econômicas às comunidades, que seriam agentes ativos no processo museológico (idem, p. 34-35). O curador ou museólogo também teria o seu papel revisto nesse movimento. Se, no museu tradicional, ele tinha o papel de "grande *expert* de seu acervo", agora ele teria a função de "articular a comunidade para que ela possa interagir no processo museológico" (idem, p. 36).

Na Nova Museologia, está em jogo a revisão da autoridade museológica, questionada na medida em que se discutem, simultaneamente, dois aspectos: primeiro, a relação do museu com a comunidade não especializada. Inquerindo criticamente sobre a imposição de critérios

curatoriais mais caros aos círculos especializados do que aos da comunidade, questiona-se se a passividade desta última na concepção dos museus não estaria inviabilizando a construção de acervos socialmente mais significativos. O segundo aspecto, partindo dessa crítica, argumenta que a própria concepção de museu deveria ser repensada, na medida em que os critérios da classificação de itens com *status* museológico deveriam ser alinhados às percepções da própria comunidade (VEIGA, 2014, p. 27-33).

A Nova Museologia defende que o empoderamento social recrie a concepção de museu. Essa percepção, conforme Henriques, é fundamental para se compreender os pilares museológicos do Museu da Pessoa – que, afinal de contas, é o objeto final de sua dissertação. O Instituto desenhou-se, desde a sua fundação, com o projeto de se alinhar aos preceitos da Nova Museologia, enfatizando a relação com a comunidade, a revisão criativa das formas de exposição e a reformulação da ação curatorial e museológica. Para a instituição, que se aproximara do terceiro setor no decorrer dos anos 1990, a Nova Museologia pareceu uma combinação coerente. De fato, as semelhanças entre os princípios dos dois movimentos convergem em diversos sentidos: na crítica de um padrão de funcionamento hegemônico visto como desgastado e socialmente desestimulante – o *welfare state* e a museologia tradicional; na promoção de um modelo no qual a sociedade se tornaria protagonista do encaminhamento dos seus temas particulares – de seus dilemas sociais ou da eleição dos critérios para a constituição de acervos; e no desafio, enfim, de se projetarem formas de concretização dos seus projetos.

Assumindo para si o corolário de princípios do terceiro setor e da Nova Museologia, o Museu se viu diante de dois dilemas – assim como outras instituições envolvidas em quaisquer desses movimentos. No plano do terceiro setor, a questão era a de como viabilizar o empoderamento das comunidades carentes, sendo elas as protagonistas das suas próprias lutas – no caso da experiência particular do Museu, na narrativa das suas próprias histórias de vida. Para a Nova Museologia, a incógnita estava em como concretizar um modelo de Museu efetivamente colaborativo, composto por um acervo intangível: as histórias de vida. Expresso

em duas sentenças, o dilema era rigorosamente o mesmo: o da criação de novos recursos, linguagens e plataformas de ação capazes de garantir o protagonismo comunitário. O Museu da Pessoa, no decorrer dos anos 1990, encaminhou esse impasse em duas respostas: na história oral e nas mídias digitais.

A história oral é o terceiro alicerce do Museu da Pessoa. Ainda que não seja ela o objeto central deste texto, deve ser dito que ela serviu como linhagem historiográfica que inspirou e pautou as operações metodológicas da constituição do acervo de depoimentos e das narrativas históricas escritas para organizações contratantes. A história oral ganhou peso no circuito historiográfico internacional e nacional entre as décadas de 1970 e 1990, trazendo elementos relevantes para a discussão teórica e epistemológica da disciplina. Na medida em que se popularizava, surgiram tensões e debates quanto ao impacto desses saberes no fazer historiográfico, que se exporiam nas décadas seguintes (JOUTARD, in AMADO; FERREIRA, 2006, p. 45-50). Isso não ocorreu como uma experiência isolada, contudo: desde o princípio, ela dialogou e se fez presente nos movimentos de renovação historiográfica mais amplos daquele cenário, ao lado e sob a influência dos autores da Nova História francesa, da antropologia norte-americana e da história cultural em ascensão (FRANÇOIS, in AMADO; FERREIRA, 2006, p. 6-9).

A história oral promoveu-se desde o início como um fazer historiográfico inovador, que possibilitaria a narração das trajetórias daqueles que, na estrutura documental escrita, teriam as suas narrativas de vida, em tese, ignoradas. Propondo-se, nas suas vertentes que mais se popularizaram, como ferramentas de reconstrução da própria história – que se estruturara, disciplinarmente, na autoridade do historiador sobre a crítica documental escrita –, a história oral coloriu o depoimento oral de qualidades e tensões que foram em muito discutidas no campo da teoria e da metodologia (THOMPSON, 1978, p. 11-12). Empoderando os setores não especializados na crítica documental escrita e na narrativa histórica tradicional da "voz do passado", a história oral encaminhava as lacunas deixadas pelos anseios do terceiro setor e da Nova Museologia. Ao primeiro, sistematizava procedimentos para que as pessoas narrassem

as suas narrativas por si só, fortalecendo a "sociedade civil". Ao segundo, somaria o acervo em construção a uma tradição historiográfica popular e consolidada, encorpando e uniformizando o teor colaborativo visado desde o princípio.

Apesar da sua importância no encaminhamento do dilema do empoderamento coletivo gestado no terceiro setor e na Nova Museologia, a história oral não logrou, por si só, resolvê-lo. Ela mesma tinha as suas questões, remetentes à sua trajetória própria, que não poderiam ser ignoradas. Se a narrativa oral daria voz às pessoas marginalizadas, qual seria a função do historiador – ou do Museu da Pessoa, no caso? E mais: como mobilizar as pessoas a pensarem as suas trajetórias por elas mesmas, empoderando-se das narrativas e invertendo a tendência excludente da historiografia tradicional escrita? À história oral, emergia o impasse de como as pessoas poderiam se empoderar elas mesmas da narrativa histórica, promovendo e cultivando o acervo do Museu sem que este exercesse um papel de autoridade imposto e alheio à comunidade. Um segundo recurso, na experiência do Museu da Pessoa, foi mobilizado para a dissolução dessas persistentes questões – tornando-se o principal vetor da atuação do Instituto. São as mídias digitais, que compõem o objeto central deste texto.

O documento, o arquivo e a narrativa histórica no meio digital

Margaret Clarke (2009, p. 154, tradução minha) periodiza a trajetória institucional do Museu da Pessoa em três fases: "Origens e desenvolvimento" (de 1991 a 1996); "Memória, história e narrativa" (de 1997 a 2004) e "Redes de tempo e espaço: construindo pontes entre narradores e ouvintes" (de 2004 em diante). Segundo ela, essas fases correspondem diretamente às formas de uso da tecnologia feitas pelo Museu – do uso de CDs e totens multimídia, passando pelo primeiro website e chegando até as experiências mais recentes de compartilhamento e interação com o público na internet. A importância da tecnologia – que chega a pautar a periodização – é expressa claramente quando Worcman, Henriques, Garde-Hansen, Lopes, Clarke, ou mesmo o portal oficial, referem-se ao Museu da Pessoa como um "museu virtual" ou um "museu digital".

Henriques (2004, p. 70) define o conceito de museu virtual como "aquele que faz da Internet espaço de interacção através de acções museológicas com o seu público utilizador". Segundo a autora, o Museu da Pessoa encontraria a sua resposta ao dilema da Nova Museologia – de como viabilizar um museu colaborativo com um acervo de depoimentos orais – assim que os avanços tecnológicos permitissem, pois se trataria de "um museu que nasceu com a concepção de virtualidade antes mesmo do crescimento e proliferação da Internet" (idem, p. 67). É a nova tecnologia digital, protagonizada na internet, que teria o potencial de alavancar esse projeto:

> A Internet trouxe para a museologia uma nova perspectiva. Não só porque permitiu potenciar o acesso aos museus de forma mais ampla, mas também por dar oportunidade aos museus de saírem de seus muros. As acções museológicas dos museus, exercidas através da Internet podem ter um alcance muito maior do que aquelas que são exercidas em seu espaço físico, pois podem abranger um público muito maior. Os museus que sabem tirar proveito de todas as possibilidades que a Internet oferece, criando seus próprios museus virtuais, conseguem ir além de suas fronteiras" (idem, p. 74).

O cultivo dos depoimentos orais como objetos centrais do acervo do Museu também seria catalisado pelas mídias digitais, somando mais elementos positivos às tecnologias que viabilizariam as inovadoras formas de exposição e interação com as comunidades. "Technology has brought about new possibilities of recording and sharing our private lives and of rewriting our history", comentam Worcman e Garden-Hansen (2016, p. 69). Para além de aparatos de gravação e de recursos de edição e armazenamento digitalizados, é o amplo potencial de comunicação da internet que é novamente destacado como elemento central para a mobilização das comunidades marginalizadas, na preservação das suas próprias memórias e na criação de suas próprias histórias:

> A internet trouxe grandes mudanças para os processos de criação de informação e acesso a informação. Isso levou à criação de arquivos e bibliotecas digitais que armazenam informações e podem ser amplamente disseminados.
> A existência de uma tecnologia digital permite que os próprios usuários se tornem produtores de informação (em uma biblioteca tradicional, há uma divisão clara entre aqueles que produzem conhecimento – autores, editores, etc. – e aqueles que o utilizam.) A consequente transformação na criação da informação e no acesso a ela

> está reformulando o próprio conceito de conhecimento (WORCMAN, 2002, n.p., tradução minha).

A criação de arquivos digitais através da internet seria uma face do processo de empoderamento das próprias pessoas, por meio da manipulação dos recursos oferecidos pelo fenômeno digital. Na leitura das autoras, as mudanças nos critérios de autoridade e de agência sobre a informação poderiam, em última análise, reformular a configuração de autoridade e de constituição epistemológica das diferentes áreas do conhecimento. O uso as tecnologias digitais na mobilização comunitária para a criação desses novos espaços digitais – arquivos, museus, narrativas de vida –consagrou-se, por fim, na formulação de um conceito que foi, talvez, o mais importante na estruturação do trabalho do Museu após 2003: a Tecnologia Social da Memória.

A publicação conjunta do Museu da Pessoa e da Fundação Banco do Brasil, de 2009, *Tecnologia Social da Memória - Para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias*, define o conceito para, em seguida, oferecer uma espécie de receituário de passos para a sua implementação. Logo no início, é estabelecido um diálogo com o campo historiográfico: "A História nunca está pronta nem é absoluta. O fazer histórico é um processo permanente, vivo, que diz respeito a todos nós. É impossível imaginar a vida sem História" (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 10). Ainda assim, "o poder de registrar e definir o que faz parte da História tem ficado concentrado em poucas pessoas e instituições. Muitas vezes, estabelece-se uma narrativa oficial, a única preservada e repetida nos livros didáticos, no cinema, na literatura, na mídia." (idem, p. 11). Conclui-se o argumento, então, apresentando-se o conceito central do livro:

> A certeza de que a narrativa histórica tem um papel valioso no desenvolvimento social do país e de que cada grupo pode ser produtor, guardião e difusor de sua própria história motivou a busca desta Tecnologia Social da Memória – um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História (idem, ibidem).

O livro de 2016, *Social Memory Technology -Theory, Practice, Action*, de Karen Worcman e Joanne Garde-Hansen – já citado aqui –, oferece um panorama semelhante para

a aplicação da Tecnologia. Ele é mais fecundo, entretanto, ao discutir preceitos centrais ao tema, como a memória, a história oral, o lugar das tecnologias digitais nesses campos e as experiências concretas do que seria, na prática, a Tecnologia Social da Memória – a partir de casos do Museu da Pessoa e de instituições análogas do Reino Unido. Segundo as autoras, há quatro princípios vitais na definição de Tecnologia Social da Memória: primeiro, que todo indivíduo possa e deva ser considerado um ator relevante no mundo ou em sua comunidade, a partir da narração da sua história de vida; segundo, que todo e qualquer grupo de seres humanos tenha o direito de produzir as suas próprias memórias; terceiro, que as práticas de produção de memória coletiva ou individual sejam transparentes, acolhedoras e inclusivas; quarto, que o potencial por mudança social, cultural ou teórica seja a principal finalidade das releituras memoriais do passado dos indivíduos (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, p. 18-19). Em suma, "a ideia principal de uma tecnologia social da memória é empoderar as pessoas e as comunidades em si próprias." (idem, p. 56, tradução minha).

A ideia de "tecnologia social", segundo elas, remete às lutas sociais que projetavam formas de engajamento popular seguindo fórmulas replicáveis em situações diversas. "Em suma, podemos dizer que esses parâmetros são: custo baixo, replicabilidade fácil, impacto social e, principalmente, participação coletiva (idem, p. 69, tradução minha). Esse conceito ganhara força no início do século XXI, no Brasil, por liderança da Fundação Banco do Brasil e do Museu da Pessoa. No cenário ascendente do terceiro setor no Brasil, a Fundação buscava meios de viabilizar um projeto concreto de "tecnologia social" no país. O anseio do Museu da Pessoa, de arquitetar formas de intervenção social a partir da metodologia da história oral, encontrou, então, a parceria ideal. Se, até então, o Museu ainda entendia haver um percalço entre o objetivo da socialização do seu acervo e a ausência de métodos bem definidos para fazê-lo, a tecnologia social – agora, *da memória* – viria a solucionar esse dilema (idem, p. 70).

Dos pontos de vista prático e teórico, o que definiu a Tecnologia Social da Memória foi, simplesmente, a reunião de experiências que o Museu da Pessoa já vinha conduzindo desde a sua criação, em 1991. Ora, os preceitos da história oral, já enunciado por Thompson desde os

anos 1970, não traduziriam exatamente os parâmetros formativos de uma tecnologia social, aplicada ao campo da história? Worcman e Garde-Hansen não hesitam em entender que sim:

> A opção foi utilizar a prática do Museu da Pessoa como referência porque havia exemplos claros de diferentes aplicações da metodologia que sempre focavam em histórias de vida, no indivíduo e na mudança social. A ideia era detectar semelhanças entre projetos desenvolvidos durante a trajetória do Museu da Pessoa. Ao longo do tempo, esse método permitiu que relatórios avaliativos encontrassem algumas características em comum, independentes dos entrevistados ou entrevistadores. O próprio ato de contar a sua história aproxima a pessoa de ouvintes desconhecidos, conectando ouvintes que não conhecem a pessoa e nunca a conhecerão, mas que são merecedores de um gesto de abertura. (idem, ibidem, tradução minha).

E o que se entende por *tecnologia*, na prática, está diretamente relacionado às mídias digitais:

> Na nossa prática, o impacto da tecnologia digital na memória criou desafios e oportunidades para comunicar histórias de passados pessoais como um processo dinâmico (que abrange tanto aspectos universais da contação de histórias quanto particulares das histórias) em vez de apenas reconectar a memória a objetos, territórios, grupos e lugares. (idem, p. 58, tradução minha).

A história tradicional – assim como o museu tradicional – restringiria as comunidades não especializadas ou marginalizadas do acesso à memória coletiva e às suas histórias de vida. As tecnologias digitais viriam, então, no sentido de empoderar esses grupos, como coloca Worcman:

> Na medida em que os membros de comunidades adquirem tecnologia digital, eles mesmos podem tornar-se produtores e detentores de sua própria história, integrando-a ou não com a história social de outras comunidades. É nesse sentido que comunidades socialmente excluídas (indígenas e outras) podem utilizar a tecnologia digital e a Internet como formas de inclusão social e cultural (WORCMAN, 2002, n.p., tradução minha).

Os princípios do terceiro setor, da Nova Museologia e da história oral ampararam e inspiraram a ação do Museu, além de fornecerem o seu enquadramento institucional e jurídico, dentro de um espectro de intervenção social mais amplo. Entretanto, foi o advento técnico trazido pelo digital que permitiu a reunião desses fatores num horizonte operacional estável e seguro aos olhos das lideranças do Instituto. Foi por meio dele que se construiu o *website* – como um portal de armazenamento, busca, exposição e interação com os visitantes – e a

Tecnologia Social da Memória, como aparato teórico-metodológico central na junção das práticas de história oral e da Nova Museologia, com o acréscimo da intervenção social.

A percepção generalizada das lideranças e dos entusiastas do Museu da Pessoa sobre as tecnologias digitais é a de que estas são soluções e catalisadoras das suas aspirações. O digital é entendido como um recurso técnico mais mecânico do que orgânico, na medida em que ele mais possibilitaria a concretização de princípios anteriores do que traria algo de essencialmente novo. A percepção deste trabalho, no entanto, é outra: aqui, pretende-se esmiuçar o discurso admirador do digital para mostrar que, para além de um recurso técnico-operacional, o impacto desse fenômeno à história atinge relevantes dilemas teóricos e epistemológicos constitutivos deste campo do conhecimento. Importa que se reforce a questão que foi bem escrita por Pedro Telles da Silveira (2018, p. 20-21), na introdução da sua tese:

> O que significa, enfim, pensar a teoria a partir da técnica, e confeccionar um discurso sobre a história que não procure adaptá-la tampouco resguardá-la das novas tecnologias, mas buscar um vocabulário apropriado para entender que, sim, algo realmente mudou, que as mudanças não se deram apenas no domínio do cotidiano, das práticas corriqueiras, das operações metodológicas, mas tocam o próprio cerne do que entendemos por história e historiografia?

A noção de que as tecnologias digitais chegariam a impactar a constituição disciplinar da história – como área epistemologicamente formulada em um ambiente cronologicamente anterior ao digital – até é discutida, em relance, em algumas produções referentes ao Museu. Entretanto, o tema não é problematizado de fato, restando uma impressão mais retórica e entusiasta de mudanças pretensamente positivas do que aprofundada e crítica acerca das especificidades constitutivas das mídias digitais. Isso repercute no comentário de Karen Worcman (2002, n.p., tradução minha), que afirma em uma breve passagem: "projetos envolvendo digitalização da história e memória coletiva têm o potencial de impulsionar inúmeras transformações sociais e culturais. A primeira grande transformação certamente seria a reavaliação do que hoje é socialmente estabelecido como "História". O enunciado é forte e ambicioso, mas não vai muito além disso: se, por um lado, indica-se que a digitalização da

história é mais do que um processo superficial e mecânico, por outro, não se aludem quais seriam as transformações da "História" nesse novo ambiente. Resta uma leitura superficialmente otimista e teleológica, que confere ao fenômeno digital a capacidade transformadora de empoderamento comunitário, proposta e inalcançada por movimentos cronologicamente anteriores a ele.

Esse tipo de percepção do digital é sintomático daquilo que Evgeny Morozov chamou de "solucionismo": uma abordagem que confere às tecnologias digitais a capacidade – e até o desígnio – da resolução de problemas sociais complexos das mais diversas naturezas. Esses dilemas longínquos, qualificados como intrincados e indissolúveis no contexto analógico, teriam nas mídias digitais a sua solução. Sistematizada aos mais diferentes campos, essa leitura conformar-se-ia em um discurso mais ou menos homogêneo, que legitimaria e sancionaria ao digital esse lugar privilegiado (MOROZOV, 2013, p. 5).

No topo da escala de plataformas e mídias valorizadas pelo discurso solucionista, a internet constituiu-se como eixo central da interpretação global, configurando-se como uma ferramenta cultuada de forma quase religiosa. O seu potencial comunicativo, dinâmico e supostamente democratizante, nessa leitura, configuraria uma ruptura histórica no desenvolvimento civilizacional. Com ela, equipada dos recursos necessários para a superação de problemas sociais de longa data, antes incapazes de serem solucionados, a sociedade avançaria rumo ao progresso. Sem se preocupar com a detecção dos mecanismos intrínsecos ao seu funcionamento, com os seus impactos colaterais e com a sua própria história, o discurso solucionista gera uma narrativa teleológica e a-histórica, superficialmente otimista e inócua em termos analíticos (idem, p. 18-27).

Não é semelhante a essa a abordagem geral do Museu da Pessoa, quando enxerga na internet a pedra fundamental para a solução dos seus dilemas? Ao sancionar ao digital o encaminhamento da intervenção social, do patrimônio museológico e da memória oral, cronologicamente anteriores a ele, o esforço argumentativo do Instituto mostra os seus limites. A predileção solucionista serve, assim, como uma imagem de como o digital tem sido

percebido e debatido nos meios interessados na disciplina histórica. A experiência do Museu ecoa uma retórica mais ampla, encampando uma "tecnofilia" manifesta no ambiente historiográfico desde o surgimento do computador, como indica Dilton Maynard (2016, p. 104-105) ao relembrar os comentários entusiásticos de Le Roy Ladurie sobre a informática nos anos 1960.

Ainda que os diversos aspectos transformadores do digital não recebam um grande esforço contemplativo pelos pensadores do Museu da Pessoa, alguns dados certamente importantes foram lançados – mesmo que sob uma ótica solucionista e limitada. Sobre eles, este trabalho pretende deter mais atenção, a começar pelo arquivo digital.

Mario Wimmer (2015, p. 177, tradução minha), resgatando a trajetória da arquivística nos séculos XIX e XX, constata a relevância do estudo dos arquivos para a compreensão dos parâmetros epistemológicos do trabalho do historiador: "Os arquivistas, ao lidarem com os vestígios materiais do passado, antecederam os historiadores na escrita da história como uma reformulação seletiva do passado que se baseava, em grande medida, nesse material arquivístico.". Essa noção é reforçada por Thiago Nicodemo e Paulo Iumatti (2018, p. 99-100), que, destacando o lugar dos arquivos privados, discutem como a agência da instituição ou do arquivista sobre seus documentos influi no trabalho do historiador, podendo modular determinados "atos de memória" que, expressos na produção historiográfica, teriam raiz em um momento anterior a ela – no arquivo. Andreas Fickers (2012, p. 4), incentivando o estudo da proveniência de documentos em arquivos digitais, caminha na mesma direção, qualificando no processo arquivístico uma pré-história, no sentido de que os caminhos das fontes condicionam as pesquisas históricas que delas se valem.

Retomando a já citada definição de Worcman, de que a missão do Museu da Pessoa seria "registrar, preservar e disseminar a história de vida de toda e qualquer pessoa", é seguro

dizer que a esfera da preservação configura, na instituição, uma característica de arquivo.[4] Trata-se de um arquivo privado, tendo em vista seu enquadramento institucional, mas também de um arquivo digital, levando em conta a sua relação com as mídias e com a internet. Nesse sentido, as supostas vantagens do uso de um banco de dados multimídia, enumeradas por Worcman, Henriques e José Santos Matos (1999, n.p., tradução minha), são elucidativas das questões que se busca discutir aqui. São elas:

> 1. uma melhor preservação do material, já que é uma preservação digital e não analógica. O meio magnético evita o envelhecimento e/ou a perda de qualidade do material com as cópias (que é o caso de fitas de áudio ou vídeo ou cópias por Xerox);
> 2. uma possibilidade maior de registrar depoimentos – quando voz, imagem e texto são gravados.
> 3. grandes possibilidades de consulta, pois, diferentemente de livros e vídeos, onde a ordem das informações é imposta ao leitor, o banco de informações multimídia não é linear, o que permite o usuário "navegar" pelo sistema, relacionando informações e investigando mais afundo as seções de maior interesse.

A comparação direta entre a preservação e a agência de documentos em um cenário arquivístico analógico e em um digital pressupõe que a natureza material dos documentos arquivados seja a mesma. Nesse ponto, pode-se recorrer a autores dedicados em compreender os parâmetros de funcionamento do ambiente digital, na tentativa de refletir sobre em que medida uma linguagem das mídias digitais se distanciaria ou se aproximaria da analógica. "Com tecnologias digitais, não se armazena nada além de código: o simples *potencial* de gerar, repetidas vezes, uma imagem de um material composto a partir de constelações numéricas." (BLOM, 2017, p. 12, tradução minha). O comentário de Ina Blom introduz a ideia de que o ambiente digital teria uma característica, de certo modo, matemática. O documento digital estaria resumido em códigos numéricos que, se projetados da maneira correta, expressariam, na tela de um computador, por exemplo, o material ao qual estariam

[4] A predileção do Museu da Pessoa pelo nome "museu" ao invés de "arquivo" é compreensível, na medida em que aquele desenvolveu-se historicamente em instituições mais midiatizadas e marcadas por um uso social. Os arquivos, por outro lado, caracterizaram-se pela guarda documental não direcionada à exposição, com frequência maior de pesquisadores (ALMEIDA, 2016, p. 169-170).

endereçados. Em contraposição, pode-se dizer que um arquivo analógico tradicional armazena a documentação sem a intermediação de códigos matemáticos representativos.

Se, no caso do Museu, agracia-se às tecnologias digitais por uma maior segurança no armazenamento de arquivos, pode-se questionar em que medida a agência sobre esses dados é de fato do Instituto. Como indagou-se Maynard (2016, p. 108), deve-se perguntar: "quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital?". Conforme lembra Michael Moss (in CRAVEN, 2008, p. 77-78, tradução minha),

> Quando visualizamos um documento online, seja imagem, texto ou trecho de música, estamos olhando um objeto mantido em um servidor por um provedor. O provedor pode ter cópias em *back-up* para fins práticos ou de segurança, mas o acesso é muito diferente de um manuscrito analógico e da cultura impressa.

Nesse sentido, a situação é curiosa: o Museu da Pessoa confere ao ambiente digital a maior capacidade de preservação e controle sobre seus arquivos. No entanto, a influência sobre os servidores que projetam esses arquivos em seu site não está sob comando direto do Museu, pois é intermediada por uma linguagem codificada de natureza adversa ao universo de trabalho da instituição – que não é uma especialista em programação de dados. Pode-se questionar, então, se o agenciamento sobre os arquivos digitais de fato pertence às respectivas instituições mantenedoras ou se, em outro sentido, elas possuem, na verdade, somente as cópias analógicas desses documentos. Nessa leitura, parte de seu potencial de agenciamento é perdido – ou, ao menos, alterado – quando os arquivos passam a operar dentro de um sintagma digital.

A temática dos arquivos e museus em ambientes digitais vem acompanhada de um discurso que defende nessas práticas uma maior inclusão social, ou ao menos um potencial para empoderamento de pessoas que, fora do contexto digital, não teriam acesso às práticas curatoriais ou arquivísticas. "Hoje, um jovem de 14 anos é capaz de gerar uma página da web sobre a história da Guerra Civil Norte-Americana tanto quanto um professor universitário", exemplifica Worcman (2002, n.p., tradução minha), anunciando a revisão da autoridade e da possibilidade de construção de arquivos digitais – um discurso comum, mas passível de

questionamentos. Ainda que se deva interrogar o agenciamento sobre essa documentação, bem como os mecanismos para a sua apresentação, o lugar das instituições tradicionais, de autoridade e exclusividade sobre a criação de acervos, sofreu, de fato, mudanças importantes com o advento técnico do digital.

Essa percepção, por sinal, permite questionar o próprio discurso de intervenção social do Museu da Pessoa. No limite, como justificar a estrutura, a legitimidade e a autoridade dessa instituição – expressas por meio de publicações, de um *website* de ponta, de parâmetros operacionais próprios, de investimentos privados e públicos – se o objetivo, na verdade, seria um empoderamento de comunidades marginalizadas através de ferramentas digitais que, segundo o próprio Museu, já permitiriam essa inversão de poderes por si só? Em outras palavras, qual o lugar do Instituto na relação entre as tecnologias digitais e as comunidades marginalizadas se as próprias mídias, pela sua natureza, já empoderariam essas pessoas?

Em primeiro lugar, há a compreensão de que a tecnologia por si só não bastaria para a mudança social. Conforme Worcman (idem, n.p., tradução minha),

> [···] conforme já comentado, apenas digitalizar artefatos e narrativas históricas de comunidades não garante a inclusão social. Por outro lado, apenas distribuir computadores pelas comunidades (indígenas e outras) não garante a inclusão digital. Primeiramente, é necessário tornar os computadores e o seu uso significativos para aqueles que os utilizarão.

Nesse sentido, a função do Museu seria a de ensinar e dar sentido: caberia ao Instituto introduzir os significados e as formas de uso da tecnologia para uma comunidade que vê nessas mídias um elemento estranho. O Museu da Pessoa é uma instituição abertamente favorável às tecnologias digitais, que confere a elas não só um lugar de centralidade em sua essência – quando se diz um museu virtual ou digital – mas as entende como um veículo essencial para mudanças sociais no mundo contemporâneo – a partir da Tecnologia Social da Memória. Todavia, em meio a esse otimismo, o Instituto não se priva de um lugar de destaque: se o digital potencializa a mudança social, é necessária uma liderança cognitiva, que conduza e coordene os caminhos a serem percorridos.

A concepção de que seria necessária a presença de uma instância mediadora no advento das tecnologias digitais não é uma peculiaridade do Museu da Pessoa. Retomando o debate da Nova Museologia, Andrew Prescott (in CRAVEN, 2008, p. 33) lembra do poder envolvido no processo curatorial – o que vale para museus e para arquivos. O poder da escolha entre o que é ou não preservado em um arquivo, ou o que é ou não exposto em museu, infere diretamente sobre qual o passado que seria potencialmente lembrado no presente e no futuro. Levando-se em conta a fragilização das autoridades arquivísticas e museológicas tradicionais proporcionada pelo digital, Moss atenta que, muitas vezes, a persistência de instituições em manterem-se presentes na constituição de arquivos e museus digitais não passa de uma reação defensiva (MOSS, in CRAVEN, 2008, p. 77).

Se as tecnologias digitais ensejam maior margem de ação a pessoas antes renegadas do controle sobre a preservação de vestígios acerca do passado, é porque esse poder foi, de certo modo, diluído das mãos dos que outrora controlaram esses documentos. Isso é reforçado pelo tamanho e amplitude de materiais abrigados na internet, como destacaram Ralph Schroeder e Niels Brügger (2017, p. 10, tradução minha):

> Uma vez que é impossível arquivar continuamente a web em sua totalidade, sem falar em domínios nacionais da *web* ou até mesmo grupos menores de *websites*, uma instituição ou um indivíduo realizando o arquivamento deve ter uma estratégia para decidir o que deve ser arquivado e o que é deliberadamente omitido.

Nesse cenário, a ação de liderança teórica, metodológica e institucional buscada por algumas organizações sobre arquivos ou museus digitais é uma reação natural de instituições, de arquivistas e de historiadores que enfrentam alterações relevantes no horizonte organizativo e nas relações de poder ocasionadas pela popularização das mídias digitais. O historiador indicado por Serge Noiret (2015, p. 39-40) é mediador e instrutor das informações dos registros históricos no meio digital; o arquivista, clamado pro Mark Vajcner (2008, n.p.) como necessário para a preservação dos parâmetros arquivísticos após a "virada digital", deve ser intérprete, além de guardião de documentos; e o Museu da Pessoa, como instituição de

vanguarda, é detentora de uma "tecnologia social da memória" a ser ensinada às comunidades carentes.

O quadro solucionista do advento digital enxerga nele um aparato técnico superficial, uma ferramenta a serviço de anseios de empoderamento social pensados antes da sua existência. Essa leitura se mostra limitada, na medida em que se desdobram reflexões mais aprofundadas sobre a agência dos arquivos digitais, caracterizada pelo entremeio nebuloso do processamento de dados e dos servidores de rede, e sobre o lugar das instituições especializadas – como o Museu da Pessoa – em um cenário em que qualquer um com acesso à internet poderia se tornar um curador ou arquivista. Se essas tensões requerem uma revisão das práticas arquivísticas, em termos práticos e teóricos, ela também o faz em relação à história, como campo disciplinar indissociável dos arquivos, entidade determinante na deliberação sobre documentos potencialmente utilizados como fontes históricas. A experiência do Museu da Pessoa, por um lado, faz dele uma instituição exemplar para o tensionamento dessas questões; a sua posição acerca do digital, entretanto, apenas arranha a superfície de problemas envolvidos na compreensão dos arquivos digitais.

A principal pauta social do Museu da Pessoa é a crítica de estruturas que ele considera tradicionais e limitantes da participação comunitária na construção das respectivas áreas: são o exclusivismo de uma historiografia documental escrita; a infertilidade social da museologia tradicional; o *welfare state*, como modelo de intervenção social falido. Todos esses problemas são encaminhados no uso das mídias digitais, que têm, na capacidade de rápida navegação, um dos aspectos mais relevantes no combate às estruturas tradicionais e excludentes, segundo os entusiastas do Museu. Esse dinamismo é proporcionado pelos indexadores de busca e pelos chamados hipertextos, que seriam "uma outra revolução, dentro da própria revolução da Internet", segundo Henriques (2004, p. 55). A coordenadora de projetos e consultora do Museu da Pessoa entre 1991 e 2015, Cláudia de Oliveira (2012, p. 2-3), lembra que, ainda em 1994, com o uso de totens como estações multimídias,

> [...] era recorrente o uso de hipertextos, com sons, texto, imagens estáticas (fotos e documentos) e imagens em movimento. Estes recursos possibilitaram o que na época chamamos de "leitura não-linear da história". Há de se assinalar que se começava a falar sobre as possibilidades que o hipertexto acrescentava às leituras tradicionais, tais como a possibilidade de aglutinar em um mesmo espaço texto, áudio e imagens fotográficas ou em movimento. Na realidade, para o Museu da Pessoa, o hipertexto trazia a possibilidade de o público realizar essa leitura não-linear da história, passando de conteúdo a conteúdo através dos milhares de links [...].

Na mesma direção, enquanto analisa o projeto *Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobras*, realizado pelo Museu da Pessoa em 2003, Clarke (2009, p. 159, tradução minha) destaca: "Cada história também tem seu próprio índice pesquisável, possibilitando o leitor extrair o trecho de maior destaque e relevância da narrativa, em relação tanto a um evento cronológico quanto a um tema específico"; e conclui: "já que, dessa maneira, pode-se incluir muito mais conteúdo, o *site* apresenta uma abordagem mais democrática de história que inclui nuances de vidas e eventos, normalmente ignoradas de acordo com critérios históricos tradicionais".

Essas percepções, em suma, constatam que as mídias digitais, a partir dos hipertextos e dos indexadores de busca, alteraram a escrita e a leitura da história, rompendo com uma suposta linearidade narrativa característica do gênero enquanto abriam caminho a uma história, em tese, mais fragmentada, individualizada, dinâmica e democrática.

Voltando à ideia de que haveria uma espécie de linguagem matematicamente codificada por detrás do funcionamento das mídias digitais, pode-se dizer que as impressões dessas autoras são apropriadas. Em *The Language of New Media*, Lev Manovich (2001, p. 214), enfatiza as profundas diferenças entre um documento físico e outro digitalizado em uma base de dados. Um mesmo material, ao adentrar o formato digital, passa a incorporar as operações específicas deste ambiente. Um texto historiográfico digitalizado, por exemplo, assume predicativos que não seriam possíveis em sua versão impressa. A possibilidade peculiar de uma leitura aos saltos, a partir de hipertextos ou de um mecanismo de busca de termos, por exemplo, seria inviável de ser realizada em um escrito não digitalizado. Essas mudanças mudam o caráter do material, de modo que as experiências de leitura digitais possam atingir

modalidades impossíveis em seu estado analógico. Mais do que isso, segundo Manovich (2001, p. 228, tradução minha), as formas digitais apresentam-se como uma oposição às analógicas justamente no sentido discutido pelas autoras, na narrativa:

> Nos novos meios, o banco de dados suporta uma variedade de formas culturais que variam desde tradução direta (ou seja, um banco de dados permanece um banco de dados) até uma forma cuja lógica é o oposto da lógica da forma material referente – a narrativa. Mais precisamente, um banco de dados pode suportar uma narrativa, mas não há nada na lógica da mídia que, por si só, impulsionaria a sua geração.

A percepção é semelhante à de Maynard (2016, p. 112), que nota que

> [...] embora permaneça ainda claro que a história em sua narrativa para ser comunicada precisa ter uma estrutura que mantenha o circuito começo, meio e fim, a forma clássica e linear de exposição tende a se modificar em ambientes digitais.

A lógica de códigos numéricos, que está no cerne das bases de dados digitais, apresenta uma oposição à lógica tradicionalmente inferida à narrativa historiográfica analógica. As possibilidades de busca de termos em um longo documento digitalizado, por exemplo, podem abrir e fechar portas, na medida em que permitem uma navegação não-linear e até quantitativa. Ao mesmo tempo, esse aspecto da linguagem digital estranha e até dispensa a leitura linear tradicionalmente inferida às narrativas. Os recursos operados pelo disparo de códigos numéricos no uso de um hipertexto, por exemplo, são parte constitutiva do documento digital, ao mesmo tempo em que são totalmente alheios aos aspectos narrativos ali contidos – tais como o tema, a trajetória e os porquês do documento.

Novamente, o caso do Instituto levanta temas que não se encerram nas suas experiências, mas interrogam as percepções sobre a história: em que medida as mídias *digitais* tensionam as bases epistemológicas da história enquanto área do conhecimento gestada em um ambiente *analógico*? Ainda que se compreenda que as críticas do Museu ao que ele entende como história tradicional ocorrem dentro de um cenário historiográfico e político-econômico específico – marcado pelos adventos da história oral e do terceiro setor –, impressões como as de Manovich estremecem as bases do que se entende como documento ou fonte histórica em um cenário digital.

A acepção do fenômeno digital como um fator técnico superficial fragiliza-se ainda mais com a noção de que o documento nascido digital, ou mesmo o digitalizado, erige-se em meio a operações fundamentalmente diferentes das analógicas – e até opositoras a elas, como no caso da narrativa. Se a operação historiográfica deve se debruçar sobre a constituição, a trajetória e os porquês envolvidos na disposição das suas fontes, o mesmo deve ser feito em relação ao digital, assumindo-se as suas particularidades e os seus impactos na constituição da pesquisa histórica como um todo. De novo, a experiência do Museu da Pessoa lança as questões corretas, mas não chega a se aprofundar o suficiente nelas, pela sua proposta – que jamais foi essa –, mas também pela sua empolgação com o digital, visto muitas vezes como elixir do empoderamento popular.

Conclusão

Roy Rosenzweig (2011, p. 33), em *Clio Wired: the future of the past in the digital age*, um trabalho pioneiro da história digital, aponta que as nítidas dificuldades de incorporação das ferramentas digitais no trabalho dos historiadores levam a questionamentos importantes sobre a constituição, os métodos e os objetivos da história enquanto campo do conhecimento. A experiência do Instituto Museu da Pessoa, de 1991 aos dias atuais, revela que as dificuldades apontadas por Rosenweig persistem, e que não faltam questões a serem colocadas sobre a natureza da história em meio ao advento digital.

A contemplação do Instituto como um arquivo digital, ambiente modulador de discursos sobre o passado, tensiona as percepções sobre o agenciamento e a conservação de documentos. A estrutura codificada de armazenamento das mídias digitais atua como uma instância mediadora entre o arquivista e os documentos, às vezes até prescindindo do primeiro. Na medida em que o agenciamento passa por filtros operacionais digitais – estranhos tanto ao documento quanto aos afazeres diretos do arquivista –, alteram-se o controle sobre a sua guarda e suas formas de acesso. Ainda, levando o potencial da internet para a criação de

acervos pessoais, fragilizam-se as noções costumeiras da autoridade do especialista nesse cenário – em que qualquer um com a tecnologia poderia criar um arquivo digital.

Ao mesmo tempo, a experiência do Museu da Pessoa suscita a ponderação sobre uma narrativa histórica digital. Considerando ferramentas como os hipertextos e os indexadores de busca – amplamente empregados e valorizados no trabalho do Instituto –, emergem tensões em relação à narrativa histórica analógica. A possibilidade de leitura aos saltos e direcionada a partir da busca por termos específicos conflita com a estrutura narrativa previamente estabelecida, indicando que a mudança de formato de um texto histórico – do analógico ao digital – não é meramente superficial, mas infere alterações na estrutura da narrativa, na leitura e na acepção do conhecimento histórico. Em alguma medida, pode-se questionar se esse ponto poderia fazer tremular a autoridade do historiador, como detentor dos métodos para a construção de uma narrativa historiográfica.

Referências

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. *Revista Conhecimento em Ação*, v. 1, n. 1, p. 162-185, jan/jun. 2016.

ALVES, Mário Alves. Terceiro Setor: as Origens do Conceito. *ENANPAD*, v. 26, 2002. Disponível em: http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf. Acesso: 12 jun. 2020.

BLOM, Ina. Rethinking Social Memory: Archives, Technology, and the Social. In: BLOM, Ina et al (Eds). *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social Memory*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017. p. 11-40.

BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph. Introduction: The Web as History. In: BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (Eds.). *The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. Londres: UCL Press, 2017. p. 1-22.

CALEGARE, Marcelo. *A transformação social no discurso de uma organização do terceiro setor*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CALEGARE, Marcelo; SILVA JÚNIOR, Nelson. A "construção" do Terceiro Setor no Brasil: da Questão Social à Organizacional. *Psicologia Política*, v. 9, n. 17, p. 129-148, jan-jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

CLARKE, Margaret A. The Online Brazilian Museu da Pessoa. In: GARDE-HANSEN, Joanne et al (Eds). *Save as... Digital Memories*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. p. 151-166.

CORRY, Olaf. Defining and theorizing the third sector. In TAYLOR, Rupertt (Ed.) *Third Sector research*. Nova Iorque: Springer, ISTR, 2010. p. 11-20.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém Público: O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FICKERS, Andreas. Towards A New Digital Historicism? Doing History In The Age Of Abundance. *Journal of European History and Culture*, v. 1, n. 1. 2012. Disponível em: https://www.viewjournal.eu/articles/abstract/10.18146/2213-0969.2012.jethc004/. Acesso: 12 jun. 2020.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 3-14.

GARDE-HANSEN, Joanne; WORCMAN, Karen. *Social memory technology: theory, practice, action*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

HENRIQUES, Rosali. MATOS, José S.; WORCMAN, Karen. Museum of the Person: a Brazilian Experience of Virtual Museum. *Museums and the Web Papers*. Pittsburgh, 1999. Disponível

em: https://www.museumsandtheweb.com/mw99/papers/worcman/worcman.html. Acesso: 1 dez. 2019.

IUMATTI, Paulo; NICODEMO, Thiago L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n78/1806-9347-rbh-1806-93472018v38n78-05.pdf. Acesso: 12 jun. 2020.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 43-64.

LOPES, Rosana Miziara. Experenciar museus: um olhar sobre o Museu da Pessoa. *Revista Centro de Pesquisa e Formação*, mai. 2016, p. 232-248. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/files/artigo/f9afe4f5-a04c-4dab-9eb8-b0ee1e12dccb.pdf. Acesso: 12 jun. 2020.

MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: notas sobre História Digital. *Acervo*, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726/731. Acesso: 12 jun. 2020.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2005.

MOROZOV, Evgeny. *To save everything click here*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2013.

MOSS, Michael. Opening Pandora's Box: What is an archive in the digital environment?. In: CRAVEN, Loise. *What are Archives?*. Burlington: Ashgate, 2008. p. 71-87.

MUSEU DA PESSOA. História. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.museudapessoa.org/pt/entenda/historia. Acesso: 12 jun. 2020.

MUSEU DA PESSOA; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia Social da Memória - Para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2009.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, p. 28-51, mai. 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634/3098. Acesso: 12 jun. 2020.

OLIVEIRA, Cláudia Leonor. Da Estação Multimídia ao Blog: uma reflexão sobre as novas tecnologias e o Museu da Pessoa. In: Simpósio Internacional de História Pública, São Paulo, 2012. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/fflch.pdf. Acesso: 12 jun. 2020.

PRESCOTT, Andrew. The Textuality of the Archive. In: CRAVEN, Louise. *What are Archives?*. Burlington: Ashgate, 2008. p. 31-54.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, jan./mar., p. 5-11, 1998. Disponível em: http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=158. Acesso: 12 jun. 2020.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: Crítica da razão histórica digital*. Tese (Doutorado em História Social), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

VAJCNER, Mark. The Importance of Context for Digitized Archival Collections. *Journal of the Association for History and Computing*, v. 11, n. 1, n.p, abr. 2008. Disponível em: https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-idx?c=jahc;view=text;rgn=main;idno=3310410.0011.102. Acesso: 12 jun. 2020.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. A Nova Museologia e a interdisciplinaridade. In: 1º Sebramus – Seminário Brasileiro de Museologia, 2014, Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte:

Universidade Federal de Minas Gerais. p. 26-33. Disponível em: http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/. Acesso: 12 jun. 2020.

WIMMER, Mario. The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times. *Storia della Storiografia*, n. 68, 2, p. 165-184, 2015.

WORCMAN, Karen. Digital Division is Cultural Exclusion. But Is Digital Inclusion Cultural Inclusion? *D-Lib Magazine*, n. 8, v. 3, n.p. 2002. Disponível em: http://www.dlib.org/dlib/march02/worcman/03worcman.html. Acesso: 1 dez. 2019.

WORCMAN, Karen. Nossas Memórias, Nossas Histórias. Ou de como as bibliotecas podem usar e abusar do Museu da Pessoa, uma grande 'humanoteca'. *Museu da Pessoa*, 2017. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/pt/explore/artigos/nossas-memorias-nossas-historias-ou-de-como-as-bibliotecas-podem-usar-e-abusar-do-museu-da-pessoa-uma-grande-humanoteca. Acesso: 12 jun. 2020.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, José Vasquez (Coord.). *História Falada: Memória, Rede e Mudança Social*. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa, 2006.

A ONG Igualdade: a consolidação da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre - RS

"Igualdade", an NGO: consolidating a trans organization in Porto Alegre – RS

Augusta da Silveira de Oliveira[1]

Resumo

O artigo insere-se na temática da História LGBTQI+ no Rio Grande Sul. O objetivo é discutir as ações que resultaram na institucionalização da ONG Igualdade (Associação das Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul). Para isso, são utilizados relatos orais e documentação institucional da organização. Essas fontes nos ajudam a compreender a semelhança na forma de atuação da Igualdade e do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA/RS), dado que a associação emergiu de um grupo que se reunia semanalmente no GAPA na década de 1990. Nesse ínterim, discorre-se sobre os projetos dos primeiros anos de atividade, as relações estabelecidas com outras entidades, formação de redes, parcerias com o Estado através da captação de recursos por meio de editais de fomento, as conquistas políticas e o papel do enfrentamento da epidemia de aids nesse planejamento.

Palavras-chave: travestis e transexuais; movimentos sociais; organizações não-governamentais

Abstract

The article seeks to contribute to the LGBTQI + history of Rio Grande Sul. The main goal is to discuss the actions that resulted in the institutionalization of the NGO Igualdade (Association of Travestis and Transgender People of Rio Grande do Sul). For this, oral interviews and institutional documentation were used. These sources aid us in understanding the similarity in the way in which Igualdade and the Aids Prevention Support Group (GAPA/RS) work, given that the association emerged from a group that met weekly at GAPA in the 1990s. The article also discusses the projects during the first years of activity, the relations established with other entities, network building, partnerships with the State through governamental fundraising, political achievements and the role of the answer to the aids pandemic in this planning.

Keywords: transgender; social movements; non-governamental organizations

Do GAPA emerge a Igualdade

O movimento de travestis e transexuais[2] em Porto Alegre, a exemplo de outras cidades no Brasil, se insere no contexto da emergência da epidemia de aids na década de

[1] Mestra (2018) e Licenciada (2015) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é doutoranda em História na Brown University com financiamento da CAPES/Comissão Fulbright. É integrante do CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: augusta_de_oliveira@brown.edu.

[2] As categorias identitárias são múltiplas e passam por mudanças históricas, a exemplo da emergência de identidades como "transexual" e "transgênero", fruto de um discurso médico-científico e de tecnologias disponíveis para essas novas expressões (VERAS, 2017). Na maioria dos casos, considerando o contexto analisado, "população travesti e transexual" ou ainda "população trans", termo mais abrangente e "guarda-

1980[3]. Mais do que analisar as condições de emergência, esse artigo busca analisar o processo de institucionalização e consolidação de um movimento autônomo de travestis e transexuais.

Inicialmente, é central falarmos de como a Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, emerge no contexto do combate à epidemia de aids e de dentro do GAPA/RS (Grupo de Apoio a Prevenção da Aids). É mister ter em conta que foi somente em decorrência da ação da sociedade civil organizada em resposta à falta de uma política nacional de enfrentamento da doença que organizações como o GAPA puderam estruturar-se. No Rio Grande do Sul, o GAPA/RS surge em 1989, fruto da reunião de portadores de HIV, familiares e pessoas preocupadas com o atendimento aos pacientes de aids nos hospitais em Porto Alegre.

As ações do GAPA culminaram em sua consolidação enquanto referência de ONG para o enfrentamento da aids "prestando solidariedade fundada no apoio financeiro e na assistência jurídica, nas denúncias de atos de discriminação e de falhas na assistência hospitalar, mas, principalmente, nas visitas hospitalares e domiciliares aos doentes" (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015, p. 98). Inserido na rede de ONGs/aids brasileiras, o GAPA foi, ao longo da década de 1990, uma das partes do modelo de articulação entre Estado e ONGs através de parcerias e financiamentos, materializando a "soma de esforços" que compreendeu o objetivo comum de enfrentamento da epidemia (VILLELA, 1999). Do GAPA emergiriam outros grupos, ligados a direitos da população LGBT para além da aids, a exemplo do Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual e a Igualdade, que aqui analisaremos.

---

chuva" de diferentes identidades, são úteis para essa referência e para nomear o grupo atendido pelas instituições citadas.

[3] Uma primeira onda do movimento homossexual brasileiro (mais tarde nomeado LGBT) data do fim década de 1970, marcada pelo surgimento do jornal Lampião da Esquina e do SOMOS - Grupo de Afirmação Sexual, em São Paulo. O processo de redemocratização no Brasil e a epidemia de aids foram responsáveis pelo declínio dessas iniciativas, mas também produziram a ampliação do espaço de atuação política possibilitaram outras formas de organização civil.

A chegada da população travesti e transexual no GAPA é marcada não só pela busca de prevenção, testagem e tratamento do HIV/aids, mas, principalmente, pela condição marginalizada que dificultava o trabalho de prevenção. Na década de 1990, estando a maioria das travestis e transexuais exercendo o trabalho sexual noturno nas ruas, sobreviver a perigos iminentes como a violência da polícia e dos clientes é um problema mais imediato do que o vírus da aids. O primeiro trabalho do GAPA, portanto, constituiu-se em interpelar as travestis nos pontos de prostituição com o chamariz da distribuição de preservativos e, na sequência, fomentar os grupos de trabalho com reuniões semanais na sede da instituição para, além de abordar a questão do HIV, tratar de questões latentes como a violência policial e direitos humanos, através da construção de um ideal de cidadania, que também compreendia acesso a direitos e serviços básicos, como educação e saúde.

O grupo das travestis e transexuais passou a se reunir na segunda metade da década de 1990 e foi planejado pelos voluntários do GAPA. A aids sempre apareceu como questão essencial para o debate, mas o dia-a-dia da batalha e a violência policial se mostravam temas mais significativos e presentes. As reuniões se inseriam num completo e extenso programa de formação voltado para a área de direitos humanos e cidadania, com oficinas sobre temáticas do cotidiano da população, a exemplo da importância de fazer o teste de HIV, leitura de artigos da Constituição, discussões sobre organização do Estado[4]. O GAPA teve importante papel na mediação de conflitos da população travesti e transexual com a polícia, bem como na formação de lideranças que, mais tarde, estiveram envolvidas na criação de uma entidade autônoma voltada para a representação das travestis e transexuais.

É também dentro dessas reuniões que se passa a fomentar o associativismo da população travesti e transexual. A melhora no atendimento aos portadores de HIV e medicamentos como o coquetel de anti-retrovirais que torna possível viver com o vírus, desfaz a aids como único fator aglutinador dos grupos que acessavam o GAPA. Nesse

[4] Entrevista concedida por Marcos Benedetti, voluntário do GAPA, em 24 de julho de 2017.

sentido, o distanciamento natural é catalisado pelas ações da equipe do GAPA em viabilizar a autonomia do grupo. Entre as próprias travestis e transexuais surge a ideia de que os voluntários do GAPA não podiam mais representar o grupo nem "falar em seu nome"[5]. Não corroborar com a lógica do empoderamento tutelado e assistencialista era uma das premissas da equipe do GAPA nesse processo, por isso os esforços em fomentar o associativismo entre as próprias travestis.

Das reuniões semanais surgiram o primeiro modelo de estatuto e as primeiras lideranças incentivadas com viagens para congressos e eventos de ONGs/aids. É dentro do GAPA, órgão de assistência e promotor de direitos, que a Igualdade surge, tendo como pano de fundo o combate à epidemia de aids. A auto-organização e o conhecimento dos direitos, valores pautados nas reuniões semanais pelos facilitadores que coordenavam o grupo, bem como o esforço para que algumas frequentadoras se tornassem voluntárias e conhecessem outros exemplos de organizações da população trans, foram ações decisivas que contribuíram para que, em 1999, a Igualdade surgisse enquanto instituição.

Dentre os entrevistados ao longo da pesquisa e que participaram desse processo, estão os voluntários do GAPA, que contribuíram através da capacitação de lideranças e do incentivo à auto-organização, e também as travestis e transexuais que frequentavam as reuniões semanais, responsáveis por colocar em prática os projetos coletivos do grupo. Karen Bruck e Marcos Benedetti fazem parte do primeiro grupo. Do segundo, fazem parte Alessandra Greff, funcionária e secretária do GAPA na segunda metade da década de 1990; Cassandra Fontoura, primeira coordenadora da Igualdade; Marcelly Malta, atual coordenadora; Veruska de Mattos e Joyce da Silva, frequentadoras tanto do grupo no GAPA como usuárias dos serviços oferecidos pela Igualdade. Também foi entrevistada Magali Sperb, responsável pelo administrativo da Igualdade. A opção por utilizar fontes orais deu-se pelo reconhecimento do papel das histórias de vida e, acima de tudo, das narrativas sobre si mesmas como parte fundamental da construção do movimento social.

[5] Entrevista concedida por Alessandra Greff, em 8 de setembro de 2017.

Nesse sentido, é mister salientarmos o valor dos depoimentos enquanto documento, e como uma das diferentes versões possíveis dos eventos e do período em questão nessa pesquisa, marcando sua parcialidade e caráter singular, visto que são memórias reconstituídas (ALBERTI, 2005). Em adição às fontes orais, coletadas através de entrevistas semi-estruturadas que buscavam abordar, além da militância, trajetórias individuais de uma maneira ampla, foram utilizadas fontes documentais referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição.

A Igualdade nas manchetes

O principal, aqui, é analisar o funcionamento de uma instituição voltada para a população travesti e transexual que, com sucesso, conseguiu consolidar-se como referência no atendimento a população trans de Porto Alegre. Para isso, a formalização da Igualdade como ONG é o primeiro passo para a autonomia de um movimento de travestis e transexuais na cidade.

Em maio de 1999 a Igualdade se torna realidade, resultado do trabalho semanal de reuniões no GAPA. A escolha do nome ficou a cargo das frequentadoras do grupo. Igualdade "não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração" (SCOTT, 2005). No caso da nova ONG, vemos a formação de uma identidade de grupo, resultado de um processo político de identificação coletiva e fomento ao associativismo, iniciado nas reuniões do GAPA. O nome escolhido revela a posição à qual queria ser alçada na sociedade em relação a outros sujeitos, à época, mais detentores de direitos. O jornal do Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual, voltado para o público LGBT, traz uma nota em sua oitava edição que publicizava a formação do grupo:

> Foi fundada em Porto Alegre a ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RS, QUE SE CHAMA IGUALDADE. A Associação surgiu a partir das reuniões que acontecem todas as terças no Gapa. A direção está composta por Cassandra Fontoura, Coordenadora Geral, Gabriela Pinho, Secretária, Marcelly Malta, Tesoureira, e Pâmela Barragan, Conselheira Titular (NOTAS, 1999).

Na mídia tradicional, uma matéria veiculada no jornal de maior circulação do estado, o Zero Hora, e intitulada "Travestis criam associação" dá espaço para a divulgação da nova entidade (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999). O subtítulo "iniciativa nasceu das reuniões realizadas na sede do GAPA" já sinaliza a importância do papel da instituição mencionada no processo de criação da Igualdade, visto que sinaliza o ponto de origem dos esforços para materialização da nova entidade. Foram entrevistadas para a reportagem Cassandra Fontoura e Marcelly Malta, presidenta e tesoureira da nova organização, respectivamente. As duas estiveram presentes durante o processo de concepção da associação, participaram de capacitações dentro do GAPA e, ao fim, foram as responsáveis por levar à frente a nova instituição.

O conteúdo da matéria explana a respeito da necessidade de organização das travestis e, além disso, traz um pequeno perfil de Cassandra, citando características físicas e parte de sua trajetória, como segue:

> Ela tem 1,73cm, 74 quilos, pele morena e nos últimos anos andou experimentando uma ponte-aérea entre Itália e Brasil. Depois de tantas viagens sobre o oceano Atlântico - quando acabou conhecendo boa parte da Europa - a pelotense Cassandra decidiu fixar residência em Porto Alegre. A dificuldade em exercer a profissão, a violência das ruas e a luta contra o preconceito a levaram a organizar da categoria. A partir de várias reuniões realizadas com as colegas no Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), nasceu Associação dos Travestis Igualdade do Rio Grande do Sul. Cassandra é a presidente. (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999, p.58)

Na primeira parte do excerto fica clara a omissão do tipo de trabalho exercido por Cassandra e pelas outras travestis, mencionadas somente como "colegas". A ideia de trabalho sexual fica implícita apenas através da referência do preconceito e da violência nas ruas, sinais da marginalização do grupo, mas não é explicitada ao longo da reportagem. No segundo trecho, a ação do GAPA para fomentar a organização das travestis é detalhada:

> Todas as terças-feiras, um grupo de travestis da capital se reúne na sede do GAPA para debater assuntos de interesses específicos. Nas discussões e nas palestras, questões como formas de proteção contra o vírus HIV, violência de cidadãos civis e da polícia e o preconceito da sociedade sempre estão entre os temas abordados. A discussão ganhou corpo e, com apoio dos técnicos do

> GAPA, surgiu a iniciativa de criar uma associação. (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999, p. 58)

A principal bandeira levantada pela Igualdade também é destacada: lutar contra a discriminação que a categoria sofre. O próprio termo "categoria" também associa diretamente o ser travesti ao trabalho sexual, englobando a população travesti e transexual como uma categoria profissional. Em segundo plano, aparecem demandas como "a prevenção contra a aids e a busca de uma cidadania plena com direitos e deveres", valores cultivados já nas reuniões semanais dos grupos de trabalho realizadas na sede do GAPA e levados adiante pela nova instituição.

A reportagem é rica não somente pela divulgação do novo serviço em um meio de grande circulação, mas porque faz papel de "carta de intenções" da Igualdade para a população travesti e transexual, e a diversidade no teor desses projetos denota a carência de políticas públicas específicas direcionadas para a população trans. Nesse ínterim, também foram levantadas propostas como a realização de um censo da população e foi sinalizado o desejo de obtenção de uma sede. Marcelly Malta menciona a possibilidade da criação de uma casa de apoio para travestis em situação de vulnerabilidade e em situações precárias de moradia, seja em decorrência do preconceito e abandono da família ou da aids. A questão da moradia era uma das várias que colocava a população trans em situação de vulnerabilidade. A falta de um registro formal de emprego, além da discriminação, fazia com que a maioria das travestis e trans dependesse de quartos alugados em áreas centrais, próximas aos pontos de prostituição, mas com preços inflacionados e monopolizados por cafetinas. Quando não conseguiam trabalhar, muitas travestis e trans se viam desamparadas.

A proposta de Marcelly, sabendo dessas condições precárias, podia ser oriunda do conhecimento e troca de experiências a partir de uma iniciativa semelhante, a "Casa de Apoio Brenda Lee" que, respondendo principalmente à epidemia de aids, passou a oferecer acolhimento para as travestis ainda na década de 1980. Sobre isso, Mario Carvalho, autor de importante trabalho sobre a emergência dos movimentos de travestis e transexuais no Brasil, coloca:

> Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de Sa˜o Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados "pacientes sociais", ou seja, aqueles que, embora na˜o necessitassem de internaça˜o hospitalar, na˜o tinham condiço˜es de exercer uma ocupaça˜o profissional e careciam de cuidados me´dicos dia´rios. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vi´timas de violeˆncia. Inicialmente chamada de "Pala´cio das Princesas", a casa passa a se chamar "Casa de Apoio Brenda Lee" em 1986 (···). (CARVALHO, 2011, p. 27)

A matéria menciona ainda a presença da coordenação da mais nova entidade no "Congresso Nacional de Travestis" a ser realizado em Fortaleza. O evento em questão era mais uma edição do ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a Aids, importante espaço para inserção da Igualdade e para o contato com outras instituições e ONGs/aids do Brasil, e que em 2003, em sua décima edição e três anos após a criação da Igualdade, seria sediado em Porto Alegre. Dada a anterior política dos voluntários do GAPA de levar as população trans a congressos nacionais e colocá-las em contato com pessoas de outras organizações semelhantes, de forma a fomentar uma instituição autônoma, é significativo que a população siga participando de eventos e congressos agora representando a Igualdade.

Por último, a reportagem menciona o desejo de regulamentação da instituição e um contato iniciado com a então deputada estadual Maria do Rosário (PT-RS), ressaltando a existência de um estatuto já finalizado. Além disso, e talvez mais importante, sinaliza uma reunião já realizada com o comando da Brigada Militar. O principal resultado do encontro teria sido a diminuição da violência dos policiais em relação a população travesti e transexual, colocando em boa perspectiva as primeiras ações da Igualdade. No período de pesquisa para esse trabalho, a matéria original era ostentada em um quadro numa das paredes da instituição.

A Igualdade se autonomiza

O passo seguinte à criação da Igualdade, decorrente da formalização da instituição, portanto, é o progressivo desligamento e afastamento em relação ao GAPA. A primeira tensão foi a respeito da sobreposição do trabalho realizado pelo GAPA e o que a

Igualdade também se propunha a fazer, de prevenção à aids. Nesse sentido, apesar da separação da nova instituição, há uma continuidade nos objetivos e demandas principais da população travesti e trans relativas, pelo menos num primeiro momento, ao HIV/aids. A aids ainda era o grande fator mobilizador e captador de recursos e, nos primeiros anos da distribuição coquetel de antirretrovirais, a parceria Estado-sociedade civil dava sinais de sucesso. O problema, nesse caso, era que o GAPA não queria diminuir ou transferir o trabalho para outra instituição, mesmo que oriunda da ação desenvolvida ao longo dos anos por ele mesmo, como era o caso da Igualdade, até por já ter reconhecimento da sociedade como instituição referência no trabalho de prevenção. Nessa situação, havia conflito de interesses no estabelecimento de uma única autoridade para dar continuidade aos projetos, trabalho de campo e outros elementos centrais para o funcionamento das duas organizações.

Entre as travestis e transexuais, porém, o papel do GAPA é notoriamente reconhecido. Joyce relaciona a criação da Igualdade e de outras instituições focadas em questões LGBT diretamente ao trabalho do GAPA: "Cada um [a respeito dos grupos que surgiram dentro do GAPA] foi ter a sua caminhada, o seu espaço e a sua luta direcionada à sua população. E nós, a Igualdade, seria um filho que nasceu de dentro do GAPA, entendeu? Aonde saiu para ter sua própria caminhada, sua própria gestão"[6]. Veruska também cita o GAPA como espaço do que viria a ser o início da Igualdade, bem como a cooperação entre as duas instituições: "Aonde surgiu a Igualdade? Dentro do GAPA, trabalhamos um bom tempo, usufruímos lá do espaço do GAPA (…) E (…) eu acho o seguinte: (…) tem que ter pessoas capacitadas no nosso meio, que entendam o nosso meio, pra ver onde a gente pode chegar…"[7].

Marcelly ainda amplia os termos desse afastamento em relação a representação:

> Aí eu e a Cassandra, né, que foi a primeira presidente aqui da Igualdade, a gente teve a ideia de se reunir e falar por nós mesmos, porque quem falava por nós?

[6] Entrevista concedida em 11 de setembro de 2017.
[7] Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

> Era psiquiatra, psicólogo, padre, Igreja, sociólogo, enfim, era a Universidade que falava por nós. Acho que ser travesti é tu poder falar do teu corpo, tua vida, tua trajetória. (MALTA, 2017)

Foucault afirma o quanto os sistemas de poder invalidam o discurso e os saberes que não partem "dos intelectuais" (FOUCAULT, 2015). "Falar por nós", no caso da Igualdade, é, de certa forma, subverter esse sistema de poder e criar novos sujeitos autorizados a ocupar a esfera pública. Assim, na medida em que se organizavam outras demandas que iam além da questão da prevenção a aids, o distanciamento do GAPA torna-se mais natural. O surgimento de demandas específicas (ligadas, principalmente, a direitos humanos) e o incentivo à autonomia do grupo que fundou a Igualdade foram centrais nesse processo. O GAPA deixa de abrigar as particularidades dos diversos grupos que atendia e o empoderamento torna-se uma estratégia. Não reconhecer ou perceber no GAPA mais sua identidade ou a instituição como uma possível porta-voz demonstra o sucesso do objetivo de fomentar a autonomia, além de ressaltar o quanto as pautas extrapolavam somente as questões ligadas ao HIV. Apesar da continuidade no teor das ações desenvolvidas, Cassandra Fontoura narra as dificuldades de incentivar o grupo de travestis e transexuais que frequentavam o GAPA a utilizarem o serviço da Igualdade:

> Mas no começo foi muito muito difícil, as gurias não vinham, a gente também tava lá no GAPA, ficava muito estranho, acho que elas ficavam constrangidas de participar do nosso grupo e do grupo do GAPA, foi muito difícil··· mas acho que eu tinha uma persistência, quando eu boto uma coisa na cabeça, vou até o final. Aí a gente conseguiu fazer os grupos num mercado. Aí a gente, como não tinha experiência, começou a discutir com elas pra ver que tipo de assunto, aí o grupo começou a crescer, né. Todas as quartas feiras ia muita travesti no grupo, demorou dois anos pra gente conseguir fazer, ser beneficiada pelo Ministério da Saúde e tudo··· foi muito difícil, mas a gente conseguiu, sabe, a participação das gurias, era 30-40 travestis nos grupos, nas quartas feiras, mas a gente conseguiu passar essa etapa difícil.[8]

Cassandra relata como, na falta de uma sede, a Igualdade precisou contar com o empréstimo das instalações do GAPA de forma a desenvolver seu trabalho. Da mesma maneira, a Igualdade manteve o formato das reuniões semanais para incentivar a

[8] Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

participação das travestis e dar prosseguimento ao grupo de trabalho. O fato de essas reuniões continuarem se dando na sede do GAPA, para Cassandra, dissuadia muitas comparecerem aos encontros.

Além disso, outros fatores impediam que todas as travestis e transexuais acessassem a Igualdade, como rixas pessoais e desavenças entre grupos[9]. Nesses casos, o GAPA continuou atuando na distribuição de preservativos e atendimento individual nas questões ligadas a aids e ao HIV. Outras organizações, como o Nuances, voltado para a população LGBT, e iniciativa de pessoas que também frequentavam o GAPA, estiveram em contato com a Igualdade ao longo dos anos. Esses grupos fazem parte da extensa rede de relações estabelecidas pela Igualdade ao longo de sua existência, constituindo-se em parceiros longevos para a organização de eventos (a Parada Livre de Porto Alegre sendo o maior exemplo) e articulação de demandas a níveis municipal e estadual.

No princípio, após o desligamento definitivo do GAPA, as reuniões se davam em locais públicos e de fácil acesso, mas logo ficou clara a necessidade de uma sede própria para a ampliação do atendimento e até mesmo para o reconhecimento da nova instituição. Quando questionada se a busca por uma sede própria era relacionada a autonomia, Cassandra coloca:

> Ah, sim, claro. Tudo que lá no Gapa tinha que ver uma agenda, e tudo e tal··· E os grupos não funcionavam, elas não iam. Aí que eu vi que tinha essa questão que elas não queriam confrontar as nossas reuniões com as reuniões do GAPA (···). A gente fazia as reuniões num mercado, eu percebi que não ia funcionar os grupos lá, entendesse? (···) Aí eu vi que tinha que sair de lá, elas não vem porque é aqui. [10]

A partir desse afastamento do GAPA, consolidado com a conquista da primeira sede da Igualdade, no entorno da praça Oswaldo Cruz, no centro de Porto Alegre, as relações entre as duas instituições se construíram na base da cooperação em prol dos objetivos de prevenção da aids. Sobre essa relação, Cassandra também menciona: "A gente sempre entrou em contato, às vezes quando tinha alguma manifestação, a gente

[9] Entrevista concedida por Alessandra Greff, Porto Alegre, em 08 de setembro de 2017.
[10] Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

sempre, todos os grupos, o Nuances··· Quando tinha alguma coisa com os moradores, a gente sempre teve um bom contato"[11].

Quando fala "os moradores", Cassandra refere-se aos moradores do Quarto Distrito bairro Floresta, onde se encontra a quadra conhecida por ser ponto de prostituição de travestis e transexuais, próximo às rua São Carlos e Hoffman. Após inúmeras reclamações e embates com a Brigada Militar, chamada pelos moradores descontentes com o movimento no bairro, foi através de reuniões de conciliação que também envolveram o GAPA no papel de mediador que a convivência se tornou mais pacífica:

> O GAPA foi muito bom, fez várias manifestações, aí pararam. Aí depois vem a coisa dos moradores, que botaram ali na São Carlos faixas, que eles tinham botado câmeras. Aí já era na época da Igualdade, a gente entrou com uma ação no ministério público, contra os moradores. Aí teve reunião pra conversar com os moradores e a polícia, a gente ganhou a sentença, que eles podem botar câmeras mas pra proteção da sua casa, não pra vigiar a rua, a rua é pública. Teve vários problemas assim. (···) Sempre vai ter. Aí teve uma época que eles reclamavam que elas faziam as necessidades nas portas, aí colocaram banheiro···[12]

A mediação e participação nessa questão específica diz não só a respeito da relação do GAPA com o Estado e do elo estabelecido em decorrência do prestígio da primeira instituição, mas também da autoridade adquirida e que exercia poder enquanto a Igualdade ainda se consolidava como serviço para a população travesti e trans.

Funcionamento como ONG

O processo de criação da Igualdade se relaciona com o movimento de prevenção e luta contra a aids no Brasil. Em outros locais, foi semelhante a organização de instituições promotoras de direitos humanos para a população travesti e trans, como coloca Mario Carvalho:

[11] Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.
[12] Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

> Assim, dois "modelos" se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis e profissionais dos sexo. (CARVALHO, 2011, p. 27)

Nesses locais, além do binômio violência policial e aids, contribuiu também o contato com organizações mais antigas, como a pioneira ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), criada no Rio de Janeiro em 1992. Na Argentina, em 1991 já se estruturava a ATA (Asociación de Travestis Argentinas), com dissidências que dariam origem a outros grupos minoritários, mostrando uma correspondência na emergência desses grupos nos dois países. O incentivo dos integrantes do GAPA para que as travestis e trans viajassem para Congressos e eventos com o objetivo de conhecer novas pessoas e outros grupos já em funcionamento é decisivo para a auto-organização:

> O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, com o tema "Cidadania não tem roupa certa". Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas), de Aracajú. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Com a criação de outras organizações, as articulações entre esses grupos se torna fundamental para a troca de experiências, estabelecimento de vínculos e fortalecimento do movimento, como mostra a continuidade dos ENTLAIDS (incluindo sua realização em Porto Alegre em 2003) e a multiplicação de redes para integrar esses grupos. Carvalho (2011) explana mais sobre a formação de redes no âmbito nacional:

> Timidamente, começava a se constituir um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) que viria a mudar de nome e a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis). A realização dos encontros anuais, os ENTLAIDS, com participação de militantes de diversos estados foi fundamental para essa articulação, que possibilitou não somente a organização de travestis e transexuais para uma interlocução com o poder público, como também para pleitear uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBT. Em dezembro de 2000 na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e

> Transgêneros (ANTRA), que hoje conta com mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Outras redes nacionais como a RedeTrans (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 2009) FONATRANS (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros, criado em 2014) se constituíram ao longo dos anos, nos mesmos moldes da ANTRA. Da mesma maneira, foram materializadas por divergências no que diz respeito a posturas políticas dos movimentos e das organizações presentes nos encontros nacionais e regionais. A Igualdade, num primeiro momento filiada à ANTRA, posteriormente se associa à RedeTrans.

Em um dos relatórios dos projetos desenvolvidos pela Igualdade nos anos de 2000 e 2001, consta a ata da primeira assembleia da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), organizada em Porto Alegre, no ano 2000 com estatuto reconhecido na cidade de Curitiba em abril do ano seguinte. Contando com Alessandra Greff como representante da região sul e Cassandra Fontoura como presidente da Igualdade e vice-coordenadora da nova rede, o encontro que ocorreu em Porto Alegre no dia 10 de dezembro de 2000 dispôs sobre a criação da Articulação, a composição de sua diretoria e conselho, criação do estatuto e elaboração da carta de princípios.

O estatuto da ANTRA pode servir como modelo para a análise do papel das redes para as instituições locais, como é o caso da Igualdade e de outras, como o Grupo Esperança, de Curitiba, que também fez parte da criação da Articulação. No documento, são enumeradas as finalidades da Articulação:

> I. Ser um instrumento de expressão de luta, da conquista e da garantia de plenos direitos humanos as travestis, transexuais e transformistas, e contra qualquer forma de discriminação contra estes, seja de expressão jurídica, social, política, religiosa, cultural ou econômica;
> II. Promover campanhas gerais e informativas, procurando ser instrumento de expressão, a nível regional, de diretrizes políticas propostas por seus membros ou associados que busquem e obtenham a garantia de seus direitos;
> III. Maximizar a eficácia das ações das entidades das travestis, transexuais e transformistas através de coordenações políticas em nível regional e nacional;
> IV. Promover a articulação entre as entidades visando o estabelecimento de ações políticas, sociais, econômicas e culturais em nível regional e nacional, de maneira que se maximize o impacto das ações regionais;

> V.Promover cursos, seminários, encontros, fórum de debates, que atendam as necessidades de aprofundar o conhecimento dos temas relevantes sobre a realidade das travestis, transexuais e transformistas da região;
> VI.Estimular a cooperação entre os grupos das travestis, transexuais e transformistas para que promovam o intercâmbio de informações entre si e com outros grupos e movimentos sociais que apoiem a luta de emancipação das travestis, transexuais e transformistas das regiões;
> VII. Defender os interesses comuns de seus membros e representar a seus associados sempre que for necessário;
> VIII. Apoiar o desenvolvimento de ações e iniciativas de entidades das travestis, transexuais e transformistas nas regiões, que tenham o objetivo de alcançar e garantir a cidadania plena para esses grupos, com o fim de coibir toda e qualquer discriminação por orientação sexual;
> IX.Firmar-se como referência nos casos de defesa contra a discriminação com as travestis, transexuais e transformistas, e contra a violação dos direitos humanos dos mesmos, fornecendo apoio jurídico e logístico;
> X.Reivindicar, protestar e interpor processos nos casos de discriminação por orientação sexual, denunciando-a e difundindo-a nos meios de comunicação;
> XI.Assessorar os associados na elaboração de todos os projetos que busquem a promoção e garantia dos direitos das travestis, transexuais e transformistas, incluindo, entre outros, a saúde física e psicológica;
> XII. Apoiar a luta contra o HIV/AIDS em todos os seus aspectos e em todos os seus âmbitos;
> XIII. Divulgar para a sociedade e o poder público as finalidades, objetivos, projetos e realizações da ANTRA. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS – ANTRA, 2001)

Apesar da menção ao HIV, o foco do estatuto está na construção de cidadania e noções de direitos humanos para a população trans, principalmente no que diz respeito à discriminação. Em uma reportagem do Zero Hora que noticiava o 3º Encontro Nacional de Travestis, edição na qual foi consolidada a ANTRA, a proposta do grupo era "firmar parcerias que possam garantir trabalho e evitar a violência e a discriminação" (HELFER, 2000). Foi através dessas redes que houve intercâmbio de experiências, métodos de trabalho e, principalmente, a definição de interesses coletivos e demandas comuns a instituições para promoção dos direitos da população trans de diferentes regiões do Brasil.

O processo que capacita a organização para atuar de forma independente, estabelecer contatos e consolidar redes que atuem de forma global (SCHERER-WARREN, 1999), iniciado no GAPA, é o que Mario Carvalho chama de "empoderamento tutelado", quando "elementos discursivos e a pra´xis poli´tica na construça˜o dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relaço˜es que envolvem diversos atores, como as

lideranças gays e le´sbicas, age^ncias governamentais e profissionais de sau´de envolvidos em programas de prevença~o de DST e aids" (CARVALHO, 2011, p. 47). É através da combinação da organização da sociedade civil e direitos humanos que a política de aids torna-se vitoriosa no Brasil, e a autonomia dos movimentos que se originaram desse fomento, se apropriando do vocabulário característico dessas organizações como *advocacy, peer education e empowerment* (CARVALHO, 2011) para a elaboração projetos, materiais e na comunicação interna e externa, se torna fundamental para a construção de demandas coletivas independentes e para além da questão do HIV. É certo que "esse fortalecimento da sociedade civil (*empowerment*) está associado à capacidade dos sujeitos sociais de se articularam, tornando-se atores de ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública" (SCHERER-WARREN, 1999, p. 83), exatamente o processo pelo qual passa o grupo que, das reuniões do GAPA, funda a Igualdade.

Há uma discussão importante que vai ao encontro desse movimento progressivo de organização formal da sociedade civil. Ao falarmos da institucionalização desses grupos, podemos observar um processo de "onguização" dos movimentos sociais característico dos anos 1990 (FACCHINI, 2002). Sobre isso, Carvalho coloca:

> A ideia de uma organização não-governamental (ONG) como formato ideal para a articulação política já vinha se consolidando ao longo da segunda metade dos anos 1980 no então movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005). Porém, no caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, também havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS na construção de possibilidades concretas, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político. (CARVALHO, 2011, p. 29)

A "onguização", portanto, é um "fenômeno associativo" que aparece como decorrente da capacitação dessas populações através de valores de autonomização e dá uma nova característica aos movimentos identitários, uma "forma de ação coletiva, com identidade e projetos de intervenção social próprios" (FACCHINI, 2005, p. 73). É necessário notar a dificuldade em definir o termo "ONG", seja especificamente a que tipo de organização se refere e como se diferencia da denominação de movimento social,

bem como de suas atribuições, visto que muitas vezes essas ações e papéis na sociedade se intersectam e se confundem.

> Comparada à denominação "movimentos sociais" como utilizada no Brasil dos anos 1980, que é interpretada por Fernandes como desdobrável em "*movimentos* para acentuar sua natureza instável e mutante, distinta da obtida em estruturas que se organizam numa longa duração[···] (e) *sociais* devido ao seu distanciamento em relação aos aparelhos de Estado" (Fernandes, 1985, p. 43) (···) a denominação "organizações não-governamentais" parece indicar algo ainda mais impreciso. (FACCHINI, 2005, p. 74)

Como ferramenta de organização e facilitador, visto que possibilita a inserção no campo político, busca de fomentos e organiza a instituição, o "virar ONG" torna-se uma porta de entrada para esses movimentos identitários se consolidarem enquanto executores de ações que reflitam as demandas coletivas a que se propõem. No Brasil, em relação às ONGs/aids e sua multiplicação a partir da década de 1990, isso se estabelece a partir do empréstimo do Banco Mundial ao Brasil para as políticas ligadas à prevenção e controle da aids e a distribuição de recursos entre as organizações via concorrência pública, ligada a editais do Ministério da Saúde (VILLELA, 1999). Karen Bruck, voluntária e posteriormente presidente (1997-1999) do GAPA entre 1994 e 2001 e que trabalhou no programa nacional de aids em Brasília entre 2002 e 2012, coloca que o trabalho no Ministério da Saúde era uma questão de saúde estreitamente ligada a cidadania e direitos humanos, uma "venda casada" com apoio da organização da sociedade civil e financiando a criação de redes através de encontros, a exemplo do ENTLAIDS[13].

A Igualdade, nesse sentido, se relaciona com essa política e, através da institucionalização, passa a atuar no campo da prevenção a aids e promoção de direitos da população travesti e transexual enquanto ONG. É através de editais, fomentos e parcerias que a ONG se mantém em funcionamento, e por meio de relações com outros grupos, materializadas nas redes e nos encontros anuais, que se constroem e articulam demandas coletivas. Ao mesmo tempo, as reivindicações da população perante a sociedade aproximam a instituição da ideia de movimento social, relacionada a outras

[13] Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

organizações semelhantes e atuando de forma significativa no movimento LGBT em Porto Alegre. As ações de campo, serviço de assistência, distribuição de preservativos, material informativo aproximam a Igualdade do público alvo e de outras organizações que compartilham dos mesmos valores.

A emergência das ONGs voltadas para populações específicas e com pautas identitárias e o sucesso da política de aids no Brasil, são algumas das razões para o declínio de instituições como o GAPA/RS, com uma abordagem mais abrangente e focada especialmente na questão do HIV/aids. Quando esse problema deixa de ser o principal, parcialmente atendido por investimento do Estado na prevenção, abre-se o espaço para outras questões latentes e multiplicam-se as organizações para atender diferentes grupos e suas demandas particulares.

Ações e vitórias

A documentação que mostra a evolução do contato da Igualdade com as instituições do Estado através de editais e fomentos mostra o domínio do processo necessário para a captação de fundos e execução de projetos. Magali Sperb, responsável pelo setor administrativo desde que a Igualdade tinha somente 6 meses de funcionamento, ainda em 1999, menciona 46 projetos concluídos ao longo da existência da instituição[14]. Sobre a relação das ONGs com as instituições do Estado, Regina Facchini coloca:

> É frequente, no discurso de ONGs, a referência à relação com o Estado ou com agências estatais como "parceria". Parece fazer sentido pensar que as boas relações entre ONGs e Estado não se estendem igualmente a todas as ONGs de um mesmo campo, nem a todos os campos de atuação cobertos pelas iniciativas desse tipo de entidades. O termo "parceria", comumente utilizado por ambas as partes para definir sua relação, pressupõe que haja interesse e compromisso de ambos os lados. Isso significa, pelo menos em tese, que o Estado deve ter a área de atuação da ONG na agenda de suas políticas públicas, a ONG deve ser propor adequadamente a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos. (FACCHINI, 2005, p. 150)

[14] Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

A documentação disponibilizada pela Igualdade compreende os primeiros anos da ONG, datando de 1999 até 2005, e contém relatórios, editais, cronogramas, termos de cooperação e material informativo. Esses documentos mostram os compromissos firmados e as parcerias estabelecidas no processo de consolidação da instituição.

Foram consultados formulários de submissão de propostas de projetos, relatórios finais e de progresso e termos de cooperação que tratam, sem exceção, de aspectos da prevenção a aids e promoção da cidadania entre a população travesti e transexual. A questão da prevenção é sempre abordada pois é o motivo do financiamento e da relação com o âmbito federal, ligado ao Ministério da Saúde e Coordenação Nacional de DST/aids, principal parceiro da Igualdade para a execução dessas ações. Magali Sperb ressaltou o protagonismo do Ministério da Saúde no que diz respeito a editais de fomento para a instituição, enquanto nos âmbitos estadual e municipal se consolidam mais convênios e parcerias para ações específicas, independente de grandes projetos desenvolvidos pela instituição.

Dos termos de cooperação consultados, quase todos firmam parcerias com o UNDCP - Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas através da Coordenação Nacional de DST/aids do governo federal. Nesses documentos, além da descrição dos projetos, cláusulas que estabelecem "observar, na execução financeira, os procedimentos e diretrizes constantes do manual de 'Instruções para Aplicação de Recursos Originários de Empréstimos do BIRD' (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento)" já explicitam a origem do financiamento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE INTERNACIONAL DE DROGAS - UNDCP, 2002). O canal que passa do financiamento do BIRD, pela UNDCP, pelo Ministério da Saúde via Coordenação Nacional de DST/aids e chega até a Igualdade-RS mostra o papel central da institucionalização e do "virar ONG" para a viabilização dessas ações, em consonância com a literatura a respeito do processo de apagamento da fronteira entre ONG e movimento social.

Nos documentos disponibilizados, consta um único convênio de cooperação, datado de junho de 2004: uma parceria com "*Pact Inc.*", organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Nesse documento, nos termos do Acordo Cooperativo da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) intitulado "Mecanismos de resposta rápida para atividades relativas ao HIV/aids - *Community REACH*", a Igualdade é beneficiária de um total de 476 mil reais, a ser dividido entre gastos com pessoal, consultorias, eventos, estrutura administrativa e outros equipamentos. Não foi disponibilizado nenhum projeto ou relatório dessa cooperação para análise dos seus resultados, em decorrência dos arquivos da instituição não serem frequentemente consultados e por não haver um trabalho de acondicionamento apropriado dessa documentação que facilite o acesso.

Apesar disso, podemos analisar as ambições da instituição nos seus primeiros anos através da documentação acessível. Nos termos do convênio com a "*Pact Inc.*", "aumentar as atitudes de cidadania, direitos humanos e prevenção, buscando aumentar a consciência no uso de preservativos com clientes e parceiros fixos nas cidades de Tramandaí, Caxias do Sul e Novo Hamburgo" (PACT INC, 2004) ilustra uma parte da história da Igualdade: uma tentativa de expandir as ações da instituição para o interior do Rio Grande do Sul. Embora as entrevistadas não tenham mencionado esse projeto especificamente, relatos dos voluntários do GAPA que seguiram acompanhando a trajetória da Igualdade apontam para um esforço inicial de mobilizar a militância no interior do estado, mas uma falta de engajamento que motiva o desligamento dessas lideranças, deixando a Igualdade-RS com sede em Porto Alegre como referência no município no que diz respeito a assistência de pessoas travestis e transexuais[15]. O grau de institucionalização necessário para a captação de recursos, conhecimento da dinâmica do processo de inscrever-se em editais de fomento e a disponibilidade de recursos humanos necessária para colocar uma ONG em funcionamento podem ter contribuído para

[15] Entrevista concedida por Marcos Benedetti, em 24 de julho de 2017.

centralização das atividades em Porto Alegre, onde o GAPA já tinha deixado um legado no que tange à organização e autonomia.

Ainda tratando de relações institucionais da Igualdade com o poder público, os formulários de submissão de projetos também evidenciam uma agenda própria, desligada das ações do GAPA, já nesse período inicial. "Igualdade na prevenção com caminhoneiros", projeto realizado entre 2002 e 2005 é um desses exemplos. Oriundo de uma realidade particular, a prostituição de travestis e transexuais nas estradas e rodovias, o projeto buscava, através de intervenções comportamentais nos pontos de parada de caminhoneiros, aumentar o conhecimento sobre DST/HIV/aids, incentivar o uso do preservativo com parceiro fixo e incentivar entre a população do uso de preservativos em todas as relações sexuais. Entre 2002 e 2003, quase 35 mil preservativos foram distribuídos para um total de 2598 caminhoneiros. No relatório do projeto de 2005, destaca-se as 38 intervenções somente no biênio 2004-2005 com distribuição de mais de 20 mil preservativos entre caminhoneiros (IGUALDADE, 2005).

Foi também disponibilizado o relatório final do projeto "Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos" dos anos 2000/2001 (IGUALDADE, 2001). Ainda nos primeiros anos de trabalho da Igualdade, o documento relata os resultados, o projeto inicial, seu desenvolvimento e o que foi produzido no período, como cópias de material informativo e fotos. Ao descrever a executora do projeto, o relatório evidencia a origem da Igualdade a partir de reuniões sistemáticas dentro do GAPA/RS. Das primeiras parcerias, vemos o apoio "da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre" (IGUALDADE, 2001). Além disso, informa sobre o recebimento de uma cota mensal de preservativos masculinos distribuídos pelo Programa Integral de Controle DST/aids da Secretaria Estadual da Saúde. Como objetivos do projeto, foram citados:

> "reduzir a incidência da infecção pelo HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) entre as travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da Aids como questão social, resgate da auto estima e acesso ampliado a rede de saúde e redução de danos." (IGUALDADE, 2001)

O trabalho de campo aliado às reuniões no Mercado Público de Porto Alegre foram ferramentas para atingir esses objetivos, totalizando 580 travestis e transexuais presentes nas reuniões sistemáticas no ano do projeto e 817 atingidas nas intervenções de campo, quando o previsto eram 300.

Esse é o relatório mais completo das atividades da Igualdade naqueles anos, compreendendo não somente as ações de prevenção mas também o encontro nacional realizado naquele ano, a criação da ANTRA cursos de capacitação e fotos das atividades desenvolvidas. Na conclusão, além de proposta a continuidade do referido projeto, são evidenciadas "a auto-organização das travestis e transexuais, a inclusão social, o desenvolvimento da autoestima" (IGUALDADE, 2001) como valores de suma importância para a instituição, considerando o município de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul como, à época, terceiro colocado no país nos casos registrados de aids.

É importante salientar que as primeiras demandas das travestis se referiam diretamente às questões imediatas de sobrevivência. Violência policial motivada pelo estigma, epidemia de aids, falta de assistência em serviços de saúde e a marginalização oriunda do afastamento da família, da falta de atenção do Estado para com a população (em sua maioria profissionais do sexo) pautaram as demandas do grupo no GAPA e, mais tarde, da Igualdade. O afastamento da família, da escola, e a prostituição num contexto de marginalização são pontos em comum que aglutinam essas demandas e interesses, manifestos nas primeiras ações da instituição, como cursos de capacitação profissional e alfabetização voltados para a população trans.

No relatório do projeto "Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos" são descritas as atividades de um curso de alfabetização no ano de 2001, parceria da Igualdade com a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação/Mova (Movimento de Alfabetização de Adultos). O curso tinha como objetivo capacitar travestis e trans para além do trabalho sexual, possibilitando a reaproximação com o ambiente escolar após o afastamento motivado

pelo preconceito. Quando questionada em entrevista a respeito de conquistas marcantes, Cassandra Fontoura lembra do curso de corte e costura e de um livro:

> Uma luta foi esse curso de corte e costura, que a gente teve uma parceria da prefeitura, e todas as dificuldades··· A gente conseguiu fazer, conseguiu formas as gurias, um grande desfile. O livro também, que contava histórias de travestis em Porto Alegre, a sede, essas coisas tudo. A gente tem um objetivo e as coisas começam a se organizar. No início a gente não tinha nada, era uma pastinha embaixo do braço··· Uma pastinha vermelha.[16]

O livro referido, lançado em 2003 sob a organização de Alexandre Boer (BOER, 2003), foi uma conquista importante do processo de valorização das narrativas de vida de travestis e transexuais. Intitulado "Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre" e editado pela própria Igualdade, foi muito referenciado pelas militantes entrevistadas como "atestado" da importância de sua história. O livro é um conjunto de transcrições de entrevistas com travestis e transexuais que atuaram como profissionais do sexo em Porto Alegre. Alguns artigos buscam elaborar sobre a cena da prostituição na cidade, mas os relatos são o foco da obra. Da profissional mais antiga, Rubina, que alugava quartos na década de 1960, à Cassandra Fontoura, primeira coordenadora da Igualdade - RS, os relatos mostram experiências comuns nas vidas das profissionais do sexo. A violência policial está presente em todos os relatos, mostrando a população travesti e trans marcadas pelo estigma da prostituição e, mais tarde, da aids. A obra busca colocar em evidência as trajetórias das mulheres que, por escolha ou por falta de opção, usaram da prostituição como forma de ganhar a vida, de criar de laços dentro da comunidade de profissionais do sexo e construir uma identidade. Para esse trabalho, o livro também foi central para dimensionar a realidade e os pontos em comum das trajetórias de vida das travestis e trans que exerciam trabalho sexual.

Nos relatórios de progresso de outros projetos em andamento na época, vemos o papel da aids e da prevenção para construção da cidadania. Em 2004, o projeto "Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis" buscava

[16] Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

> "Continuar a desenvolver o trabalho já iniciado no ano de 2001 na redução e na incidência da infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da AIDS como questão social, resgate da auto-estima e acesso ampliado à rede de saúde". (IGUALDADE, 2004b)

Essa descrição evidencia a aids como prerrogativa necessária para a captação de recursos e fomentos, mas também como mote para o incentivo de ações de cidadania e de conscientização a respeito de direitos. Durante o projeto também foram distribuídos material gráfico, sachês de gel lubrificante e foram realizadas 23 reuniões sistemáticas de grupo e 33 intervenções em campo, além de um curso de geração de segunda renda (caixas e embalagens, produtos de limpeza, produtos de beleza), uma outra demanda por parte das travestis no que tange a capacitação para profissionalização, visando exercer outras atividades.

Apesar do papel significativo da aids para a aprovação de projetos, corte e costura e alfabetização são outras demandas que aparecem na medida em que a Igualdade se afasta do GAPA. Os relatos evidenciam essas vitórias e sinalizam a importância dessas novas demandas para a organização. A luta pela diminuição da violência policial também não sai do horizonte da instituição. Em 2002, Marcelly Malta ministrou o curso "Nova abordagem para profissionais do sexo" para alunos soldados da Brigada Militar (MEU TEMPO, 2008), outro sinal da mudança nas relações com Estado e o poder público, iniciadas já na década anterior com mediação do GAPA.

Nesse período, a Igualdade se beneficiou da favorável situação político-institucional nas esferas federal e municipal. Por um lado, os sucessivos mandatos de políticos do Partido dos Trabalhadores (1989-2005) na prefeitura de Porto Alegre deram abertura para parcerias e convênios que melhoraram as condições de vida da população trans no estado. Por outro, continuou recebendo recursos da política de aids empreendida pelo Ministério da Saúde, responsável pelos editais e pelos fomentos à outras ONGs no Brasil. O financiamento por parte do Ministério da Saúde foi a principal fonte de recursos das organizações não-governamentais voltadas para a prevenção à

aids, por isso a permanência de pautas e demandas em relação à prevenção, aliadas a questões de cidadania e direitos humanos.

Além dos editais e fomentos que viabilizam ações locais, campanhas nacionais vinculadas ao Ministério da Saúde inauguram uma nova fase que fala de reconhecimento para além do estigma da aids, a exemplo de campanhas do Programa Nacional de DST/aids como "Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.", veiculada em 2004 (MINISTÉRIO, 2004). Mais tarde, em 2012, outra campanha intitulada "Sou trans/travesti, tenho direito de ser quem eu sou" também traz uma mensagem positivada (MINISTÉRIO, [s.d.]). Na última, a Igualdade foi representada por Marcelly Malta, que estampou o material de divulgação distribuído. Apesar disso, o projeto de desmonte da política de HIV/aids no Brasil, modelo de resposta à epidemia, a partir de 2018, e o crescimento dos casos de HIV no país apontam para um profundo retrocesso (DA COSTA, 2020) que denota a importância da política de aids no Brasil e da mobilização para sua manutenção.

Em relação às pautas específicas, como a cirurgia de redesignação genital disponível pelo SUS, a possibilidade de utilização de nome social e, mais recentemente, a alteração de nome e gênero no registro civil, essas se tornam possíveis num contexto de positivação da figura da travesti e transexual. A análise desses primeiros anos de atuação evidencia a continuidade em relação ao trabalho do GAPA e ampliação das demandas da Igualdade, progressivamente afastando-se da "bioidentidade" relativa à "SIDAnização" das pautas relacionadas à aids (PELÚCIO, 2009), dependentes dos fomentos destinados à prevenção da doença e controle da epidemia. A Igualdade soube fazer uso desses fomentos sem estar presa somente à questão da aids, o que contribuiu para seu afastamento do GAPA e para sua consolidação como referência para a população travesti e transexual.

O papel da Igualdade em retrospecto

No período de pesquisa para esse trabalho, as origens da Igualdade e de outras instituições voltadas para a população LGBT ficaram mais evidentes ao ouvir Joyce da Silva. Ela relaciona a criação da Igualdade e de outras instituições focadas em questões LGBT diretamente ao trabalho do GAPA:

> O GAPA representa mais essa parte, aonde as instituições, a Igualdade, o NEP [Núcleo de Estudos da Prostituição], o SOMOS [Comunicação, Saúde e Sexualidade], outras instituições, elas se desenvolveram e saíram de dentro do GAPA. Cada um foi ter a sua caminhada, o seu espaço e a sua luta direcionada à sua população. E nós, a Igualdade, seria um filho que nasceu de dentro do GAPA, entendeu? Aonde saiu para ter sua própria caminhada, sua própria gestão.[17]

A partir de falas como essa, vemos que o modo de "ser ONG" exercido pela Igualdade ao longo dos anos foi, de muitas formas, pautado pelo modelo oferecido pelo GAPA desde 1989. A materialização da Igualdade dez anos depois da criação do GAPA demonstra também o quanto foram central a formação de lideranças, capacitação de voluntários, percepção da cidadania como valor e, principalmente, a compreensão do modelo de prevenção e combate à aids fomentado pelo Estado para a criação da instituição. O seu sucesso, também, deve-se ao enquadramento no modelo hegemônico de organização da sociedade civil à época, responsável pela captação de recursos através de projetos.

Saber operar entre as instituições, criar redes e elaborar projetos são fatores decisivos para a Igualdade constituir-se como instituição que oferece serviços de referência à população travesti e trans. Isso também foi enfatizado ao longo das entrevistas: o papel da Igualdade para além dos números e resultados, mas como uma ponte que representa a ligação de uma população marginalizada com o Estado, como foi o papel do GAPA. Seja para serviços jurídicos, acesso a serviços de saúde, mas, principalmente, como garantia de representação da população travesti e transexual, a Igualdade deu continuidade e ampliou o trabalho do GAPA, consolidando-se como referência para a população trans e como garantia de assistência.

[17] Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

A multiplicação de serviços específicos para populações com demandas distintas é outro fenômeno correlato à "onguização" dos atores sociais. Na declaração feita por Joyce logo acima, a Igualdade é um desdobramento do GAPA, como são organizações como o Nuances. O desligamento do GAPA, portanto, é uma sinalização de demandas que se multiplicam e não são mais compreendidas somente sob a problemática da aids. Nos anos subsequentes, a Igualdade incorporaria cada vez mais pautas particulares à população trans, como a troca de nome e gênero nos registros civis e as demandas por cirurgias de redesignação genital oferecidas pelo SUS. A demanda por visibilidade e pelo direito à identidade é posterior, e aparece como resultado do sucesso de políticas públicas e projetos voltados para o combate e prevenção a aids. A ampliação das demandas ligadas a cidadania da população só é possível num contexto de positivação da figura da travesti e transexual, idealizada a partir da diminuição do estigma e do afastamento da ligação automática entre travesti/transexual e aids.

A mudança do caráter e teor das demandas evidencia ganhos ao longo dos anos, acumulados com a experiência na gestão da ONG e na elaboração e execução de projetos, mas também reitera que a luta por direitos humanos e extensão destes a todas as pessoas trans ainda é uma questão presente nos dias de hoje. Durante todo esse tempo, a Igualdade foi e ainda é símbolo da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre, referência para a população em questão.

Num movimento que se constitui com demandas imediatas que dizem respeito não só à cidadania, mas também "direito de viver", o papel das organizações locais, como é o caso da Igualdade, seus agentes e sua interação com o contexto mais amplo se evidenciam como ferramentas de visibilidade, assistência e referência para uma população que, apesar dos ganhos materiais sensíveis ao longo dos anos, ainda é marginalizada e estigmatizada por transitar por lugares alhures à heterocisnormatividade.

Referências

Entrevistas

Entrevista com Alessandra Greff. Porto Alegre, 08/09/2017

Entrevista com Cassandra Fontoura, 03/10/2017 (por skype).

Entrevista com Joyce Maria da Silva. Porto Alegre, 11/09/2017.

Entrevista com Karen Bruck. Porto Alegre, 17/07/2018.

Entrevista com Marcos Benedetti. Porto Alegre, 24/07/2017.

Entrevista com Magali Sperb Barbachan. Porto Alegre, 30/08/2017.

Entrevista com Veruska de Matos. Porto Alegre, 12/09/2017.

Documentos consultados

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS - ANTRA. Estatuto Social. Curitiba, 26 abr. 2001.

IGUALDADE. Formulário de Projeto de Transição - Igualdade na prevenção com caminhoneiros. Porto Alegre, 2005.

_____. Relatório de Progresso Final Subprojeto Igualdade na Prevenção com Caminhoneiros. Porto Alegre, 2004a.

_____. Relatório de Progresso Final Subprojeto Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis. Porto Alegre, 2004b.

_____. Relatório Final Projeto Construindo Igualdade em Cidadania, Saúde e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2001.

PACT INC. Convênio de cooperação ajdudicado pela Pact, Inc. à Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. [S.L.], jun. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE INTERNACIONAL DE DROGAS - UNDCP. Termo de cooperação de financiamento de subcontrato que entre si celebram o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas - UNDCP e a Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. Brasília, 10 jul. 2002.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BÖER, Alexandre (org.) *Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade, 2003.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima*. Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DA COSTA, Fernanda. Do exemplo ao retrocesso: país sofre desmonte da política para o HIV. *Jornal da Universidade - UFRGS*, Porto Alegre, 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/do-exemplo-ao-retrocesso-pais-sofre-desmonte-da-politica-para-o-hiv/>. Acesso em 28 mai. de 2020.

FACCHINI, Regina. *"Sopa de letrinhas"?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HELFER, Dulce. Travestis querem união nacional. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2000, p. 40.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

MALTA, Marcelly. A força no reflexo: entrevista [julho, 2017]. Porto Alegre: Escola Superior de Propaganda e Marketing, curso de Jornalismo. Entrevista concedida a Gian Carlos Panisson e Leonardo Kaller.

MEU TEMPO Não Parou. Realização: Nuances - Grupo pela livre expressão sexual. Roteiro e Direção: Silvio Barbizan e Jair Giacomini. Maio 2008.

MINISTÉRIO da Saúde lança campanha para travestis. Portal Terra, 29/01/2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI261836-EI715,00-Ministerio+da+Saude+lanca+campanha+para+travestis.html>. Acesso em 29 abr. de 2019.

MINISTÉRIO da Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Campanha: Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou - 2012, [s.d.]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-sou-travesti-tenho-direito-de-ser-quem-eu-sou-2012>. Acesso em 29 abr. de 2019.

"Notas", *Jornal do Nuances*, Ano 2, n. 8, p. 3, 1999.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS.* São Paulo: Annablume: FAPESP, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

TRAVESTIS criam associação*. Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de jun. de 1999, p. 58.

VILLELA, Wilza Vieira. Das interfaces entre os níveis governamentais e a sociedade civil. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane e BESSA, Marcelo (orgs*). Saúde, Desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017)[1]

Daily, violence and social movement: history of a militant transvestite in Manaus (1996-2017)

Michele Pires Lima[2]

Resumo

Este artigo analisa a trajetória de uma travesti militante e sua atuação no primeiro movimento homossexual, e posteriormente LGBT, organizado em Manaus. Para isso, utilizamos a História Oral como metodologia que viabiliza o registro e a análise das memórias individuais, das subjetividades, dos significados do gênero, da importância do ativismo político e do impacto desses elementos ao longo da vida. Vislumbramos, assim, a trajetória de uma personagem para além das fronteiras socioculturais hegemônicas. E, justamente por isso, pretendemos abrir um caminho para que outras/os travestis e transexuais narrem suas memórias e para que estas sejam analisadas, interpelando a historiografia tradicional sobre "o que diz respeito à História e o que não diz".

Palavras-chaves: Travesti, Militância, Trabalho Sexual.

Abstract

This article analyzes the trajectory of a militant transvestite in Manaus and her engagement in the first organized homosexual – later LGBT – movement in Manaus. For that, we used Oral History as this is a methodology that allows the recording and analysis of individual memories, of subjectivities, of the meanings of gender, of the importance of political activism and of the impact of those elements throughout life. We focused on the trajectory of a subject existing beyond the hegemonic social and cultural boundaries. And rightly so, we aim to open the path for other transvestites and transsexuals to narrate their memories and for those narratives to be analyzed, interpellating traditional historiography on "what concerns History and what does not."

Keywords: Transvestite, Militancy, Sex work.

Era uma tarde quente do verão amazônico. Neste dia, Manaus fervilhava por causa da disputa eleitoral por vagas na prefeitura e Câmara de Vereadores[3]. Era 1996. No bairro

[1] Agradeço o apoio do orientador Prof. Dr. Julio Claudio da Silva e do amigo Eraldo Menezes que muito contribuíram para efetivação deste artigo.

[2] Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Amazonas/CAPes. Membro da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM.

[3] A eleição para prefeitura de Manaus, especificamente, se deu em dois turnos. O primeiro foi disputado por Alfredo Nascimento (PPB), Candido Honório Ferreira (PT do B), Danízio Valente Gonçalves (PRTB), Serafim Fernandes Corrêa (PSB), Gilberto Mestrinho (PMDB), Irineia Vieira dos Santos (PSTU), Raimundo Nonato Marreiros (PDT) e Evandro das Neves Carreira (PMN). No segundo turno somente disputaram Alfredo Nascimento e Serafim Corrêa, tendo o primeiro ganhado a eleição, com 160 mil votos. Dados disponíveis

Lírio do Vale, especificamente no Conjunto Augusto Montenegro, essa intensidade política e social não era sentida com a indiferença do restante da cidade. Foi diante desse cenário que Rebecca Carvalho, então com seus 26 anos, "recém-saída" do processo de transição como travesti, conhece o futuro amigo e confidente Adamor Guedes, líder e precursor do Movimento Homossexual no Amazonas. Lá, próximo de sua casa, visitava cotidianamente Beto Brasil, identificado por Carvalho como "uma bicha legal". Em uma de suas visitas diárias, Beto apresenta Rebecca a Adamor, de quem, no dizer dela, "(…) fiquei amiga; eu ia lá pra casa dela, e a gente bebia, mas até então não sabia onde eu fazia programa, nem nada".

O cultivo da nova amizade, entre diversões e bebidas, não foi suficiente para que Guedes soubesse do trabalho de Rebecca. Ou melhor, pouco ou quase nada de sua vida sabia.

Não dizer que "fazia programa" era um recurso que Rebecca utilizava para se proteger das reações das pessoas. Essa tentativa de autoproteção inclui ter omitido da mãe e provavelmente de outros familiares sua transição de gênero, pois estes não sabiam do seu reconhecimento como travesti. Ela nos diz que no bairro onde morava com a família – Conjunto Augusto Montenegro – usava acessórios considerados masculinos e o cabelo preso, embora já estivesse hormonizada e com o cabelo comprido. A mãe, aos poucos, foi percebendo suas mudanças, pois até então Rebecca se entendia como guei.[4]

Lançar mão de tecnologias para borrar sua identidade de gênero naquele momento constituía um modelo de resistência aos olhares e práticas disciplinadoras da sociedade. Isso pode ser sentido ao se preocupar com a exclusão que poderia acarretar

em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 27 jul. 2019.

[4] Aos 16 anos a entrevistada assumiu, *a priori*, a homossexualidade, tendo que deixar seu lar por conta das opressões vivenciadas cotidianamente advindas de seus irmãos. Após sua saída, Rebecca passa a morar com o marido/namorado, o que durou cerca de 10 anos. Após o término do relacionamento, a entrevistada voltou a morar com a mãe no Conjunto Augusto Montenegro, no bairro Lírio do Vale, zona oeste de Manaus.

Utilizo o termo "guei", e não *gay*, com o intuito de desvencilhar de conceitos tipicamente norte-americanos, percebendo a importância da valorização das identidades e dialetos latino-americanos. Para isso, cito o canônico trabalho de João Trevisan (2018), *Devassos no paraíso*.

caso sua mãe descobrisse as transformações corporais e subjetivas a que se submeteu para adequar-se ao gênero feminino.[5] Portanto, o "ritual de transformação" das travestis e das transexuais deve ser compreendido como ato político, através da relação com aspectos econômicos e sociais, que "exigem" a modelação dos seus corpos para serem apresentados e lidos socialmente como femininos.

Ao refletir sobre a relação entre memória e identidade social, Michael Pollack observa ser parte constituinte do processo de identidade a imagem construída "e apresenta[da] aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros". A ligação entre memória e construção da identidade social, no caso aqui a de gênero, é evidente na costura das lembranças sobre os sentidos de "fazer-se travesti" (POLLAK, 1992, p. 204). A importância da história e da memória para pensar essas experiências vividas constitui, como nos mostra Marta Gouveia Rovai, o dever e o comprometimento dos historiadores com as "feridas da memória", pois explicitam a "ousadia e o desejo de superação" acerca dos medos e das dores que acompanham a trajetória das diferentes formas de mulheridades subalternizadas pelas investidas da dominação masculina. Isto quer dizer que as investidas do universo masculinizado partem do princípio de que tudo e todos os que demonstrem corpos, formas, jeitos feminizados são passíveis dos desejos e quereres do homem, que reivindica para si uma masculinidade viril e, de certa maneira, frágil (ROVAI, 2017, p. 7).

A memória feminina, nesse sentido, diz respeito não somente àquelas que desde seu nascimento se veem como mulheres, senão também àquelas que ao nascerem foram assimiladas socialmente como homens por conta do sexo masculino, porém, à medida que vão crescendo, reivindicam para si a identidade de gênero mulher. Dessa forma,

[5] Tiago Duque, ao escrever uma etnografia sobre travestis adolescentes, afirma que, enquanto o desejo por uma pessoa do mesmo gênero provoca vergonha e é assimilado como homossexualidade, viver uma identidade de gênero oposta ao pré-determinado pela sociedade implica a construção e o reforço de um estigma pelo coletivo social. Contudo, esse estigma possibilita diferentes experiências, ao mesmo tempo em que é manipulado pelas travestis, para terem acesso a diversos lugares públicos. DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens:* desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011, p. 39-40.

memória e identidade são fatores presentes quando analisamos as memórias dos sujeitos que, durante a relação dialógica nas entrevistas, constroem e reivindicam características específicas que moldam suas identidades. Por isso, aqui, a História Oral busca observar atentamente as narrativas das diferentes formas de mulheres, retirando do horizonte dos pesquisadores o objetivo de "dar voz" àquelas que, ingenuamente, são compreendidas como vítimas. Pelo contrário, temos o dever de dar escuta e atenção ao que têm a nos dizer sobre suas experiências, que generosamente nos cedem, como também ampliar as disputas por memória.

Diante disso, objetivamos, aqui, analisar as memórias de uma travesti que participou ativamente do primeiro movimento LGBT do estado, o Grupo Gay do Amazonas. Esta instituição iniciou suas atividades na Rua Marechal Deodoro, no Edifício Galeria Central, em 1992, sob a liderança do ativista Adamor Guedes. Era mantida por contribuições advindas dos associados, cerca de 600 pessoas, e também de entidades internacionais. As memórias de Rebecca apresentam não só o passado dessa instituição, que existiu por cerca de quatorze anos, mas também sua representatividade dentro de um espaço político ocupado majoritariamente por homens gueis. Essas memórias, portanto, possibilitam:

> (···) que a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* pesquisado; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore no texto interpretativo (COSTA, 2014, p. 51).

Desse modo, foi no estreitamento de sua relação com o movimento social que ocorreu, de certa forma, o seu gradativo distanciamento do trabalho sexual. Assim sendo, Rebecca rememora algumas situações que desembocaram em seu afastamento. Uma delas foi quando bebeu junto com outras travestis e foi:

> (···) dormí na casa da Bicha Loura e, quando foi de manhã, chegou uma bicha morta de colocada, a Queixinho; chegou lá, bateu na porta, quebrando tudo; aí

> eu acordei nervosa e fui na briga com ela. A Bicha Loura foi a favô da Queixinho e me deu uma facada no meu pescoço por trás.[6]

Tendo que ir urgentemente para o hospital, Rebecca recebeu a notícia de que por pouco não tinha morrido. Ao passar cerca de uma semana hospitalizada, pôde pensar se voltaria ou não a trabalhar na rotatória da Bola da Suframa[7], já que estava começando a participar do movimento social e das reuniões do Grupo Gay do Amazonas. Contudo, as circunstâncias levaram-na a retornar ao trabalho, porém em outro território de prostituição hegemônico na cidade: o Centro de Manaus.

> Quando eu ia voltá, o rapaz que tava trabalhando na Bola da Suframa, que tinha uma banquinha lá, ele falou pra eu não i pra Bola da Suframa, que a Bicha Loura tinha contratado uma outra bicha pra me matá lá, se eu baixasse. Sabia que eu era perigosa, já tinha fama também. Então comecei a batalhá no Teatro Amazonas.[8]

O Centro Comercial há tempos configura um polo importante de trabalho sexual, abarcando uma diversidade de pessoas e de atividades que giram em torno deste exercício. Bares, boates, lupanares e mesmo ruas e avenidas são compreendidos como espaços de sociabilidade entre profissionais, clientes e visitantes, mas não só isso; a rede de solidariedade construída por esse conjunto de pessoas deve-se ao processo de violação dos direitos humanos propalado pela simbiose entre os jornais e a polícia. Ademais, esse fator, nomeado de "rede de amizades", segundo Rafael França e Márcio Nicolau, além de combater as forças da ordem, é necessário para transformar "a vida precarizada em vida potente, criativa" implicando a resistência ao sistema cis-heteronormativo inserido na dinâmica biopolítica (SANTOS & NICOLAU, 2018, p. 80-86).

Embora a rede de solidariedade estivesse presente no cotidiano das travestis e transexuais, as hierarquias por tempo de trabalho e as rivalidades territoriais viabilizavam

[6] Comum entre os sujeitos da comunidade LGBT, a palavra "colocada" torna-se sinônimo de *embriagada*, *dopada de bebida alcóolica*. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

[7] A Bola da Suframa localiza-se no bairro Crespo, zona sul de Manaus. É uma rotatória que interliga diversas avenidas, tendo as Rodrigo Otávio, Silves, Danilo Areosa e Ministro João Gonçalves de Souza. Esta última avenida permite o acesso ao Distrito Industrial de Manaus. Durante o dia, funciona em seu centro o museu Homem do Norte e o Centro Cultural dos Povos da Amazônia. À noite, encontra-se funcionando o trabalho sexual exercido, particularmente, por travestis e transexuais, pelo intenso fluxo de trabalhadores e carros vindo, sobretudo, do Distrito Industrial.

[8] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

violências e extorsões contra as mais novas no campo de trabalho. Rebecca relata que sempre houve conflitos entre as travestis, inserindo-se na turma nomeada de "colocadas", que "eram as donas do pedaço" e praticavam o ato de multar[9] as "bichinhas novata". Além disso, as rixas territoriais entre as que trabalhavam na Bola da Suframa e as do Centro compunham o caráter simbólico que essas sujeitas empregavam aos espaços de atividade.

Os campos ocupados por travestis produzem "diferentes fronteiras de convivência e territorialidades", levando em consideração múltiplas diferenciações que estabelecem acordos, comportamentos, estéticas, hierarquias, identidades, interesses relacionais e violência. Essas fronteiras se dão de inúmeras maneiras, como dito pela colaboradora; a rixa entre travestis que ocupam outras territorialidades é um símbolo da segregação entre as mesmas como forma de proteção do seu espaço de trabalho, mas também de manutenção da rede de proteção e fuga com as já conhecidas. Para além disso, captar a apropriação de partes da cidade e a gestação e complexificação da territorialidade pelas travestis diz respeito à conformação "pelas (redes) de fugas às padronizações comportamentais sociais (…) vinculadas à heterossexualidade e aos padrões de gênero" (COSTA, 2010, p. 82).

Ainda que a hierarquia entre as travestis no mundo da prostituição e as suas consequências se apresentem naturalizadas, a discriminação da sociedade incorporada pela polícia e por "playboyzinhos" é denunciada e, simultaneamente, compreendida como aprendizado. Inúmeras foram as vezes em que Rebecca sofreu ou presenciou agressões nas noites em que "batalhava"; segundo ela, era comum pessoas em carros e em ônibus arremessarem objetos na tentativa de atingi-las. Certa vez, na Bola da Suframa, um ônibus passou e alguém lhe tacou uma pedra. O sangue vindo de sua cabeça desceu pelo rosto, fazendo-a levar a mão à cabeça para obstruir o ferimento. Foi assim que sua noite de trabalho terminou no Hospital do Educandos.

[9] No mundo do trabalho sexual das travestis, "multar" concerne a uma prática de travestis "mais velhas" retirarem dinheiro das "mais novas" para oferecer e manter a proteção destas nas ruas e avenidas. Contudo, o propósito de multar é diverso e, caso as travestis mais novas se recusassem a pagar, estavam passíveis de agressão. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

A violência sobre seus corpos e subjetividades surge de diferentes direções. Entretanto, não devemos vitimizar estas por constituírem minoria de gênero, mas rastrear as possibilidades de resistência, sobretudo na relação com seus clientes. Certa vez, Juliana, uma colega de trabalho de Rebecca, saiu com um cliente e, quando retornou, seus seios estavam em carne viva "porque o bofe tinha feito programa com ela dentro do carro e falou que ia matar ela"[10]. No intuito de sobreviver, mesmo o carro estando em alta velocidade, Juliana jogou-se para fora do veículo e

> saiu cortando o peito todo, aquela coisa assim, porque ela se jogou do carro e saiu rolando. Aí, quando ela apontou "Lá vem ele! Lá vem ele!", a gente pegou umas pedra e tacamos no carro, no para-brisa. Quebrou o carro todo, mas nem parou, o carro também não parou.[11]

Embora a violência e as tentativas de homicídio fizessem parte do cotidiano dessas sujeitas, devemos considerar as formas particulares de lidar com as dores, os sofrimentos, os anseios, os medos que a "avenida" reserva. Raras vezes os dispositivos de poder produzidos para oprimir e extorquir "dissidentes sociais" intervêm nos conflitos na zona de trabalho sexual de travestis. Dessas situações problemáticas e emblemáticas, Rebecca rememora um grupo de quatro ou cinco pessoas numa caminhonete que iam toda semana tacar nelas ovos e pedras. Numa dessas idas à Bola da Suframa, a polícia apanhou-os, colocou-os numa fila e "deram umas porrada neles". Assistindo às agressões, os policiais

> perguntaram se alguma de nós tinha faca, alguma tesoura, por enquanto a gente não queria falá, mas – eu sei que vocês têm. Aí uma mostrou lá uma faca, e tinha uns dois ou três cabeludos lá, e a gente cortou o cabelo deles. Foi babado! Mas passamos, assim, umas três semanas fugindo, porque eles iam toda noite atrás da gente.[12]

---

[10] As violências perpetradas sobre os corpos de travestis e transexuais parte, inicialmente, da família, sobretudo na figura do pai que expõe sentimento de vergonha pela situação do/a filho/a e na própria expulsão do âmbito familiar, relegando-o/a à marginalidade social e a obter no trabalho sexual sua forma de existência e resistência ante a espiral de violência da sociedade. A quantificação dos assassinatos e agressões de travestis e transexuais só foi possível com o trabalho de organizações não governamentais (ONG) como, por exemplo, o Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, através de subnotificações veiculadas na imprensa. TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 383-384.

[11] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

[12] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

Ainda que a atitude dos policiais nesse momento estivesse em defesa das travestis, não são descartadas e esquecidas as ações coercitivas sobre seus corpos com o intuito de tirar proveito da relação subalternizada. Isso pode ser constatado quando não somente as prendiam, mas levavam-nas para "dar uma volta". Essa "volta" pressupõe que "queriam sexo com a gente de graça, faziam sexo de graça e depois soltavam a gente. Era horrível!" Essas relações podem ser configuradas como abuso policial numa perspectiva de negociação desigual pelo direito ao território e ao trabalho, levando em conta a relativa "segurança" proporcionada pelos policiais.

Não são algo novo as investidas da polícia contra as travestis. Em 1986, algumas travestis e homossexuais denunciaram ações coercitivas da polícia, legitimadas "sob a justificativa de que estão coibindo a prostituição e defendendo a moral e os bons costumes". Dentro dessa lógica proibicionista da prostituição, as travestis em especial são as mais afetadas. Isso é percebido, por exemplo, quando Edson, um homem guei trabalhador do sexo, expõe as atitudes da polícia com as travestis, ao ser preso juntamente com elas: "os travestis serviram de gozação para os policiais, que faziam carinho nos seus seios, mas, de repente, aplicavam-lhes tapas e pontapés". Após o percurso até o Distrito Policial, foram submetidos coletivamente a xingamentos e obrigados "a ficar nus, até de manhã", quando foram liberados após fazerem faxina em todo o prédio do Distrito Policial.[13]

Tal subordinação e a atribuição de atividades forçadas por essa parte da ordem estatal violam os direitos humanos sob a perspectiva higienista, moral e sexual da sociedade naquele momento. Além disso, a segurança estatal não é a única instituição a ser denunciada pelas travestis. Incluem nessa denúncia a imprensa, por construir (ou distorcer) fatos objetivando a desqualificação e a produção de juízos de valor sobre um coletivo ou mesmo um sujeito específico. Pragmática da mídia impressa, a incongruência de fotógrafos e jornalistas é repelida com protestos das travestis e homossexuais, entendendo essa instituição como tão "repressora e preconceituosa quantos os

[13] "Gays: vítimas de violência". *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 33.915, 25 maio 1986, p. 6.

organismos policiais", justamente por relegarem seus corpos às páginas policiais. Neste sentido, Júlia, uma das travestis entrevistadas pelo jornal do Comércio, narra que: "Saí da casa de meus pais porque saiu uma nota no jornal dizendo que eu era marginal. Não sou marginal, ganho a vida na prostituição. Nunca assaltei, nunca roubei".[14]

Sendo assim, no intuito de evitar o acometimento dos policiais, a construção de métodos de fuga é essencial e específica daquele grupo, sobretudo a formação de conglomerados em locais estratégicos, relativamente distantes e dispersos, para não ser considerado tumulto ou arruaça. Com isso, inferimos algumas especificidades do que se configurara como movimento organizado de travestis no Brasil e que, posteriormente, compreendeu a inserção de mulheres transexuais. Dizemos isto porque alguns dos pressupostos do surgimento de associações, grupos, redes compostas e lideradas por travestis em meados da década de 1990, são tanto o combate e as políticas de prevenção à epidemia de HIV/Aids, quanto as arbitrariedades da Polícia Civil.[15] Seguindo este caminho, Rebecca Carvalho adentra as entranhas do Grupo Gay do Amazonas – não de travestis ou transexuais – na busca de transformar progressivamente e visibilizar a complexa realidade vivida pelas travestis em Manaus.

"Já era travesti, não fazia programa e ia pra associação"

Afastada do trabalho sexual, Rebecca Carvalho interessa-se pela militância e torna-se membro do Grupo Gay do Amazonas (GGA), que tem como presidente Adamor

[14] "Gays: vítimas de violência". *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 33.915, 25 mai. 1986, p. 6.

[15] Regina Facchini aponta que, com o advento da epidemia HIV/Aids, houve um exponencial crescimento de movimentos GLT, dando resposta à propagação do estigma pelas políticas do Estado para prevenção e à diminuição da *vulnerabilidade* dos sujeitos marginalizados. Igualmente, Facchini sinaliza os números de entidades ativistas, em suas diferentes formatações, para não comprometer a dimensão da relevância política dessa comunidade. A autora mostra-nos que "1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileira – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras num documento preparado para um evento internacional. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT, número que subiu para 157 no início de 2007". Ver: FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades,* v. 3, n. 4, p. 138-139, 27 nov. 2009.

Guedes.[16] Possivelmente pelas atividades exercidas antes da transição de gênero, Rebecca é convidada a ocupar a secretaria da organização, e prontamente o aceita.[17] Como parte do ofício do historiador, é necessário situar o contexto lembrado pela colaboradora acerca do único grupo organizado e mobilizado para lutar pelos direitos humanos e contra a discriminação da população GLT no Amazonas, servindo como prisma para compreender os detalhes da estrutura, objetivos, vivências dentro e fora do movimento social.

Esta organização se localizava, a princípio, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), na Rua Lima Bacuri, Centro de Manaus. Cedida pelo partido, lá ocorriam as reuniões para articulação das atividades de prevenção, educação e inibição da violência sobre a comunidade GLT, tendo somente à sua disposição duas mesas e algumas cadeiras. Após ficar um tempo neste local, a organização conseguiu, através do Partido Democrático Trabalhista (PDT), um espaço maior, com duas salas, também na Lima Bacuri. Entretanto, segundo Rebecca, "Adamor sempre colocou que não queria ter rabo preso com nenhum partido. Se quisesse dar apoio aceitava, mas sem se comprometer".[18]

Percebemos, nisto, ser histórica a relação dos movimentos sociais identitários com os partidos políticos, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores. O sociólogo Rodrigo Cruz chama a atenção para a fundamental participação dos homossexuais na fundação do PT na década de 1980, pois o partido reclamava uma espécie de aliança entre os

[16] Conforme o Grupo Gay do Amazonas foi ganhando visibilidade e prestígio no estado enquanto única instituição em defesa dos direitos de gueis, lésbicas e travestis, no ano de 2000 diversos ativistas de todo o Brasil se candidataram às eleições. Cerca de quarenta pessoas do movimento foram indicadas durante reuniões ocorridas em 1999, em Goiânia, e no início de 2000, em Maceió. Dentre os escolhidos, Adamor Guedes torna-se pré-candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Vereadores de Manaus, em 2000. Cf. "Movimento gay apresenta candidatos em todo o país". *Jornal do Commercio,* Manaus, n. 38.109, 20 jun. 2000, p. 4.

[17] Antes da transição de gênero, Rebecca exerceu atividades em diferentes empresas. A primeira aconteceu por intermédio de Antônio, seu companheiro naquele momento, como *office boy* de um banco. Após um tempo nesta função, foi promovida a compensadora e depois caixa, na mesma instituição. Infelizmente não lembrou o nome do banco em que trabalhou. Depois de três anos, foi contratada pela companhia aérea *TransBrasil* e, após um tempo, passou a trabalhar como recepcionista em um hotel de selva.

[18] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, situada no bairro Alvorada, em Manaus.

sujeitos subalternizados, levando em conta a aglutinação de interesses similares. Cruz nos diz que

> os movimentos de perfil identitário, impulsionados por setores médios da sociedade, se dirigiram ao PT porque viram nele a proposta de uma política alternativa, que promovia a participação democrática, ao mesmo tempo em que consideravam engajamento partidário uma oportunidade de ampliar o alcance de suas causas.[19]

Tendo uma sede provisória, com mais espaço para trabalhar e planejar seus caminhos, Rebecca, já como secretária, explicita a crescente visibilidade do GGA na cena Amazônica, sobretudo quando construíram projetos financiados pelo Ministério da Saúde, instituição relevante na manutenção dos direitos humanos até hoje. Nesse sentido, o projeto "Boto-Cor-de-Rosa", o primeiro de que Rebecca participou, desenvolvia a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em travestis e gueis no Amazonas. A equipe era composta por uma ação de coordenação e três agentes multiplicadores. Estes agentes consistiam em um guei, uma lésbica e uma travesti, que realizavam o curso de capacitação sobre "doenças venéreas", sintomas e cuidados, e a partir disso selecionavam os mais capacitados e lhes pagavam um salário-mínimo. Todavia, não se encerrava nisso:

> ela tinha que levá uma prancheta, os preservativos tudinho, o *folder* informativo sobre doenças venéreas. Ela já tinha feito curso sobre o que [é] que era doença venérea, quais são os tipos, quais são os direitos, e ela já levava essa informação, e qualquer problema ela trazia pra associação. Ela tinha que prestá conta toda semana de quantos preservativos ela entregou, qual foi o ponto, qual foi as travestis, [estas] só fazia dá um rabisco do lado pra dizê que recebeu. E aí ela nos prestava conta, entendeu?[20]

O exercício de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST)[21], especialmente ao HIV, na década de 1990, constituía uma prática comum e importante

[19] Não somente o Partido dos Trabalhadores (PT) buscava fazer alianças com os "novos movimentos sociais", como eram compreendidos, mas outros partidos políticos, justamente pelo engessamento das regras de registro eleitoral, segundo a qual tinham que ter significativo número de filiados. Por isso, alguns partidos de centro e de direita, repentinamente, se interessaram em dialogar com ativistas homossexuais, à época, de forma claramente oportunista. Para melhor análise, ver: CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

[20] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

[21] Optamos pela nomenclatura "doenças sexualmente transmissíveis" por ser o termo utilizado à época e assim não incorrermos em anacronismos. Atualmente essa noção de "doença" foi repensada e a nomenclatura modificada para "infecções sexualmente transmissíveis" (IST), destacando possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

nos movimentos políticos LGBT, pois atribuíam – como até hoje, mas bem menos – o *boom* do HIV/Aids às homossexualidades, numa perspectiva terrorista propagada como "peste guei" (TREVISAN, 2018, p. 401). Então, associações e grupos como o Grupo Gay do Amazonas passaram a atrair recursos e a garantir a sobrevivência financeira dos associados inseridos no projeto, a fim de promover a cidadania e os direitos por meio da capacitação dos agentes multiplicadores e da própria coordenação. Além disso, pressupomos que o papel exercido pela organização no que tange ao acesso ao serviço de saúde, especificamente pelas travestis, configura uma alternativa de diálogo e de mediação entre os eixos sistema de saúde/movimento social/público-alvo, levando minimante tecnologias de prevenção e cuidados para redução de danos.[22]

A construção de políticas afirmativas, além da elaboração e efetivação de projetos de prevenção, possibilitava o exercício da cidadania através do direito à cidade, quando gueis e travestis iam à associação para denunciar a cotidiana violência policial praticada nas madrugadas. Diante disso, Rebecca relata que, a partir do agravamento de denúncias contra a segurança pública, decidiram entrar em

> contato com a Polícia Militar, e depois de várias conversas eles cederam umas duas vezes por semana, praticamente um mês, a gente palestrá pros policiais. Mais ou menos uns cinquenta policiais em cada palestra, e a gente falava o que era sê um *gay*, o que era sê uma lésbica, qual era nossos direitos, que não difere do direito de nenhum outro sê humano, mas que pelos nossos trejeitos nós éramos diferenciados. Nossos trejeitos, nosso [jeito] de vestí, de comunicá, nós éramos diferenciados e pô isso a gente era discriminado.[23]

A relação entre o movimento LGBT e a polícia era um fato incomum até aquele momento, tanto em Manaus quanto no restante do país, o que pode ser justificado pelo

[22] Em 2015, Keila Simpson, ao escrever sobre travestilidade e transexualidade no Sistema Único de Saúde, concorda com a afirmação de que foi com a epidemia de HIV/Aids que "se iniciou a entrada de grande parte dessa população no SUS. Antes dessa epidemia era dificílimo incentivar uma travesti a cuidar da saúde nos serviços". Destacar a epidemia de Aids nas décadas de 1980 e 1990 como fator preponderante para a inserção das pessoas trans na saúde é um equívoco, porque acaba corroborando os discursos hegemônicos que atribuem a infecção à população de travestis e transexuais, não levando em consideração a construção da instituição de saúde baseada em posturas discriminatórias. Tais posturas, infelizmente, ainda são evidentes nos postos de saúde, pela explícita falta de formação continuada dos servidores. Ver: SIMPSON, Keila. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

[23] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

reforço conservador e discriminatório da Ditadura Civil-Militar. Esse feito inédito na cidade é aclamado por Rebecca por ter sido o Amazonas o segundo estado no Brasil a ter esse diálogo com uma instituição hegemonicamente opressora. Os resultados desse estreitamento de relações foram sentidos na diminuição das queixas, como também na visível tomada de consciência dos policiais a respeito dos direitos que gueis, lésbicas e travestis tinham como cidadãos e cidadãs.

Nesta relação dialógica e interpretativa, revelando os lugares e a importância dos eventos para os entrevistados (PORTELLI, 2016, p. 12), Carvalho, ao continuar contando as ações executadas enquanto membro e secretária-geral da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) – antigo GGA –, explicita um programa direcionado especificamente para travestis, intitulado "Sereias da Noite". Segundo ela, candidataram-se vinte travestis que participaram de um teste de conhecimentos sobre DST/HIV/Aids. Dependendo das respostas, era feito durante três dias um curso de capacitação, que ao final incluía outra atividade para selecionar apenas duas travestis como agentes multiplicadoras. Nascido de um curso de elaboração de projetos em Fortaleza, o título do projeto é justificado por Rebecca de forma categórica e simbólica em relação ao "ser travesti":

> batizei ele 'Sereias da Noite' porque 'Sereias da Noite' tem tudo a vê, porque nós somos sereias da noite, nós encantamos, né? Tanto homem quanto mulhê, a gente encanta qualquer pessoa! A gente tá lá, naquele cantinho lá, parece uma sereia, todo mundo olha.[24]

Desse esforço foram selecionadas duas travestis: Safira e Samara Tempestade.[25] Ambas assinaram o contrato e recebiam o benefício.

A coordenação composta por e para "travestis" sob financiamento do Departamento de DST e Aids do Ministério da Saúde propõe o empoderamento e o protagonismo político dessa categoria identitária no Amazonas, repercutindo, *a posteriori*,

[24] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

[25] *Idem*. Segundo Rebecca, Safira já é falecida, e Samara Tempestade foi uma sujeita discriminada e expulsa do famigerado Colégio Estadual D. Pedro II por andar de mãos dadas com um colega. O GGA foi procurado pela família das vítimas, na tentativa de contornar a situação judicialmente, resultando, após o embate, no retorno de ambos os alunos. Importante ressaltar que, à época, Samara era entendida socialmente como um adolescente homossexual.

na construção de associações específicas de travestis e transexuais. É nesse sentido que Mario Carvalho e Sérgio Carrara afirmam que o Ministério da Saúde constituiu a "principal parceria que não só tem possibilitado financiamento para as atividades do movimento, como também se tornou porta de entrada dessas militantes para outras interlocuções com o poder público" (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 343). Por isso, o protagonismo de Rebecca num movimento gestado e liderado por um homem guei foi fundamental para que outras travestis se aproximassem e se mobilizassem para reivindicar um lugar político para a categoria.

> Aí as travestis começaram a procurá mais a associação, tanto que nós tivemos que alongá o horário de atendimento. A associação abria das oito às cinco da tarde, e ficamos abertos até as sete da noite, porque era o horário que as travestis passavam na associação, porque a gente tinha uma associação no Centro e ficava ali na··· Guilherme Moreira? Tem a Rua Ramos Ferreira e a outra que vai dá na Igreja Aparecida··· Monsenhô Coutinho! Na Monsenhô Coutinho. E aí era o Centro, então as travestis já começavam vi na associação mais ou menos seis e meia pra sete horas, pegavam os preservativos e já frequentavam lá, e aí a gente teve uma grande abertura pras travestis nessa época.[26]

A readequação dos horários de funcionamento, a permanência da sede no Centro enquanto local estratégico, a distribuição de preservativos e a manutenção do diálogo com as travestis são características de uma tentativa de aproximação sentida com maior abertura por essa comunidade. A partir da frequência e da participação nas reuniões começaram a surgir novas lideranças, dinamizando e valorizando as múltiplas identidades sexuais e de gênero inerentes à comunidade. É o caso da Jaqueline, que, ao passo que frequentava o espaço da AAGLT, conversando, tecendo amizades e militando, decide fundar

> uma associação de travestis, que foi a "Fadas", que era uma associação de travestis, mas infelizmente não vingou, né? Não sei se ela teve CNPJ ou não, mas ela foi uma que começou a participá, começou a gostá, foi militante. Hoje ela trabalha numa outra associação: Associação Garotos da Noite, né? Eu também não sei por que [é] que ela tá lá, é uma travesti numa associação de garotos da noite, de garotos de programa, mas abriu pra ela, ela tá lá. Ela tá até como presidente da associação, e ela é uma travesti, uma transexual, tudo. E ela

[26] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

> começou no nosso movimento··· qué dizé, *de mil que pelo menos duas ou três tenham consciência dos seus direitos, isso pra gente já é uma vitória*.[27]

Embora inconscientemente Rebecca tenha aberto um espaço político para as travestis, Jaqueline enveredou por outro caminho (Associação Garotos da Noite), distinto das suas experiências de vida, o que leva ao questionamento, por parte da entrevistada, do motivo de estar num ambiente dissemelhante do "ser travesti". Simultaneamente, ela se contradiz e apreende como uma "oportunidade", uma "abertura" para a inserção de Jaqueline na presidência de uma associação predominantemente ocupada por homens cisgênero.[28]

Eder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entram em cena*, ao discutir a importância da linguagem na articulação política dos trabalhadores, argumenta que, "se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários a sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade" (SADER, 1987, p. 58-59). Transpondo essa ideia para o interesse em construir um movimento "trans" no Amazonas, era imprescindível a identificação dos obstáculos e "carências" inerentes às vivências das travestis no acesso aos direitos básicos (educação, saúde, justiça etc.), causados pela manutenção da heterossexualidade compulsória radicada na sociedade.[29]

"Voltar a ser militante é um pouco cansativo, mas é gostoso"

[27] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada. Grifo nosso.

[28] A Associação Garotos da Noite foi fundada em 2006, tendo inicialmente como público específico garotos de programa; posteriormente houve ampliação das categorias prioritárias, como Trabalhadores e Trabalhadoras do Sexo e Pessoas LGBT. Ainda, promove encontros e palestras em torno da saúde e dos direitos humanos. Atualmente é presidida por Dartanhã Gonçalves e Marinês Maciel de Souza.

[29] Para a filósofa norte-americana Judith Butler, a heterossexualidade compulsória produz e reproduz regimes de poder/discurso como unívoco e hegemônico, regulando e governando práticas de gênero sobre os corpos de pessoas que rompem com as categorias de sexo, gênero e sexualidade estabelecidos como "normais", escancarando sua fragilidade pelas categorias travesti e transexual. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11 e 43.

Após a morte da mãe em 2004, Rebecca inicia o seu processo de afastamento da então Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), sob inúmeras justificativas, sobretudo a de construir uma estabilidade financeira, já que não estava mais inserida no trabalho sexual. Sobre isso, conta que

> fui corrê atrás do meu objetivo de vida, né? Porque você vivê só de militância, você não recebe aquele dinheiro. Apesá de que a gente trabalhava através de projeto. Nosso projeto já tinha finalizado. Então, já tinha montado meu salão, já tava com salão feito, então corri mais atrás do meu salão.[30]

A execução de projetos através de financiamentos é uma alternativa para que a população de travestis alcance as benesses da "cidadania" destacada nos movimentos sociais identitários. É claro, em sua narrativa, que a participação em e a coordenação de projetos a motivaram a construir o seu próprio salão de beleza, garantindo a subsistência econômica e social que a militância não oferecia.

Já afastada do movimento social, no verão de 2005, recebe a informação de que o precursor do movimento homossexual no Amazonas é assassinado, vítima de homofobia. Os jornais não noticiam ou sequer mencionam este fato. Contudo, os bastidores são rememorados por Rebecca por considerar Adamor Guedes um grande amigo. Após o velório e enterro, alguns dias se passaram e se iniciou a disputa na "associação de quem ia ser presidente. Na época, quando a gente transformou o GGA, que era Grupo Gay do Amazonas, em Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), teria que ter presidente, então a gente colocou a Bruna como presidente".

Mas não foi assim tão simples. A AAGLT possibilitou a formação de novas lideranças para construir associações de acordo com suas identidades sexuais e de gênero, respectivamente. E foram entre essas lideranças, juntamente com o restante dos membros assíduos, que se deu a reunião. Rebecca opôs-se à nomeação de Bruna La Close por considerá-la ainda "crua" para assumir uma instituição decenária.

[30] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

Bruna assumiu a presidência e transferiu-a para o bairro do Coroado, especificamente para a Associação do Coroado.[31] Após um tempo nesse espaço, La Close

> conseguiu dinheiro em parceria com outras pessoas e conseguiu alugá uma sedezinha lá na Avenida Epaminondas, próximo ao Colégio Militar, onde ela até pediu que eu fosse trabalhá com ela. Aí fui trabalhá como secretária lá. Aí ela começou a corrê atrás de fazê a parte da visibilidade da associação, que foi a Parada Gay, que era o que mais dava visibilidade. Então foi isso que ela engajou nesse sentido.[32]

Após ter contribuído cerca de seis meses como secretária, Rebecca novamente se afasta e aponta que aos poucos os problemas da AAGLT culminaram em seu desmoronamento. Gradativamente seus membros foram se desvinculando. Como uma hipótese, conclui-se que os problemas burocráticos atrelados ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) são a causa da impossibilidade de captação de recursos. Não podendo mais controlar a crise pela qual a decenária AAGLT passava, Bruna La Close decide encerrar as atividades da associação. Posteriormente, "abriu outra associação, que foi a APOLGBT, a Bruna como presidente dessa associação. Nada mais a ver com a AAGLT. Ela só partiu agora para focar nas paradas LGBT."[33]

Sendo convidada, vez ou outra, para criar a logomarca e participar das Paradas do Orgulho LGBT, mal sabia que em um desses encontros seu destino e o de tantas outras travestis e mulheres transexuais (agora já entendida como identidade política) mudaria.

Em 2017 ocorre em Manaus o Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, sob a supervisão de Bruna La Close. Convidada pela mesma para participar da organização, Rebecca aceita prontamente, já que "sempre tive a militância, quando pediam ajuda minha". Ocorrido em maio (mês do combate à LGBTfobia), o

[31] Na tentativa de buscar a localização desta associação mencionada por Rebecca não obtivemos êxito, por não constar nos registros da Internet. Não sabemos ao certo se existiu ou se modificou de 2005 até o momento atual. As associações mais antigas são a dos Idosos e a dos Servidores da Universidade Federal do Amazonas, ambas no bairro Coroado.

[32] A Parada Gay, que posteriormente se torna Parada LGBT, não se iniciou com a gestão de Bruna La Close, mas ainda com a de Adamor Guedes, em 2003. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

[33] *Idem*. Associação da Parada do Orgulho LGBT – APOLGBT.

evento durou cerca de três dias.[34] Nesses dias intensos, conheceu Joyce Alves e Mirna Lysa, e reencontrou Camila Brasil, aquela que apresentou à Rebecca o mundo de "ser travesti" e o trabalho sexual. Nesse ínterim:

> Aí, conversa vai e conversa vem, contei um pouco da minha história, contaram parte delas, que a Joyce tava sendo militante, aquele sangue novo, que tava toda empolgada. A Mirna já com sua carga de história também. Aí conversamos e surgiu a ideia: "bora montá uma associação nossa? Pra gente lutá pelos nossos, em vez de outros lutarem pela gente, a gente i para frente e vê o que podemos fazê por nós mesmas". Aí pronto, começou a se reuní nós quatro e decidimos fazê uma associação. Eu falei que poderia fazê a parte da Ata, toda a parte burocrática poderia auxiliá porque já tinha conhecimento. Aí juntamos mais meninas e fizemos uma assembleia, e elegeram a gente como as primeiras da diretoria, porque o cargo é de três anos, depois a gente vai dá oportunidade para outras meninas virem, ou não. Aí a gente começou e estamos até agora.[35]

No mesmo ano é fundada a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), especificamente no dia 16 de agosto. É a primeira associação com a finalidade de abarcar as múltiplas identidades de gênero para não comprometer o diálogo político em torno de pautas que contemplam as categorias. Por algum tempo, travestis e mulheres transexuais mantinham divergências e constantes embates, sobretudo no que concerne à cirurgia de "redesignação sexual" e à universalidade desse direito no sistema público de saúde.

Na ASSOTRAM, como é comumente conhecida, Rebecca ocupa o cargo de secretária-geral, redigindo as Atas das reuniões mensais; os ofícios para as Coordenações Estaduais e Municipais de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais e para outras entidades governamentais que colaboram com o trabalho de base nos pontos de trabalho sexual, nas universidades, nas escolas, e participando da construção de projetos, objetivando angariar recursos, já que a organização foi concebida e permanece sem fins lucrativos.

[34] Com apoio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPEA), foi realizado o 3º Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, nos dias 16 a 18 de maio de 2017. Este evento visibilizou o dia do combate à LGBTfobia (17), tendo participação de diversas organizações brasileiras que defendem os direitos humanos LGBT, sendo aberto pela presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Keila Simpson. Blog do Hiel Levy. *Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus*. 2017. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

[35] Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

Entre diversas atividades promovidas pela ASSOTRAM, o dia 29 de janeiro é considerado significativo para o movimento "trans" no Brasil, por constituir uma etapa em que travestis e transexuais tornaram-se as "protagonistas" e idealizadoras das novas políticas públicas do Ministério da Saúde, em 2004, sendo considerado um "momento simbólico de reconhecimento do movimento" (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 344). Esta radical mobilização do movimento possibilitou a participação ativa das travestis e das mulheres transexuais através da politização e da tomada de "consciência dos direitos" importantes para haver crescimento de militantes interessadas no embate por políticas públicas mais abrangentes.

Considerações finais

"A sociedade que não sabe me inventar sem me desprezar", disse uma travesti brasileira a um comunista das Brigadas Vermelhas no presídio de Rebibbia, na Itália, em 1993 (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 11). Tal enunciado representa o que muitas sentem a partir do momento em que experienciam suas identidades de gênero quando distintas do dimorfismo homem-pênis/mulher-vagina. Os acessórios considerados femininos e a utilização de hormônios, bem como de silicone, são apropriados para modificar o corpo e a subjetividade com o intuito de viverem plenamente a identidade travesti. Esse sentimento certamente circulou inúmeras vezes pela mente de Rebecca ao ser exposta à violência por parte da família, dos amigos, das colegas de trabalho, da polícia e da sociedade hipócrita como um todo.

A canalização das experiências adquiridas por ela ao longo dos seus 48 anos certamente fortaleceu-a, levando-a a reconhecer nas "ruas" e "avenidas" um espaço de disputa, de sociabilidade, de risos e choros e, sobretudo, de aprendizado. Diante dessas vicissitudes inerentes à vida travesti foi que, em 1996, nossa colaboradora imergiu no espaço de luta dos movimentos sociais – e gostou. Tornou-se secretaria, participante e idealizadora de projetos sociais com a finalidade de não somente instruir as travestis trabalhadoras do sexo, mas sinalizar um espaço de diálogo e de luta ao qual poderiam recorrer.

No âmbito de tais reviravoltas, o sentimento de militância firma-se de maneira profunda em sua vida, a ponto de sempre voltar após um período de distanciamento, como uma trombeta-chinesa, que se multiplica e dá flores. A ASSOTRAM é uma dessas ramificações floridas, advinda da iniciativa de Rebecca junto com outras mulheres trans e travestis – Joyce Alves, Mirna Lysa e Camila Brasil. Situada num outro contexto de disputa política e social, a organização encara um novo formato de ativismo, atrelado ao transfeminismo, com o fim de garantir a permanência dos direitos e a idealização de *políticas afirmativas* para a população trans, contrariando a invisibilidade e a marginalidade que a transfobia proporciona. Os desdobramentos da história de Rebecca Carvalho são muitos, contudo nos deteremos a esta análise de sua vida, por enquanto.

Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 2, n. 14, 2013, p. 319-351.

COSTA, Benhur Pinós da. Emergência de novas territorialidades urbanas: a condição homossexual. In: *Cidades brasileiras:* territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais/ José Aldemir de Oliveira (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, 2014.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens:* desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, p. 138-139, 27 nov. 2009.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História Oral e história das mulheres:* rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; NICOLAU, Marcio. Vidas precarizadas e existência reinventada: experiências trans entre o Brasil e a Europa do Sul. *Transversos*: *Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, dez. 2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos estudos de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.

TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Fontes

ORAIS

Rebecca Carvalho. [Entrevistas cedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 21 de julho de 2018/ 13 de agosto de 2018.

DIGITAL E IMPRESSA

Jornal do Commercio, Manaus, n. 33.915, 25 maio de 1986.

Jornal do Commercio, Manaus, n. 38.109, 20 junho de 2000.

LEVY, Hiel. Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus. *Blog do Hiel Levy*, Manaus, 15 mai. 2017. Disponível em: <https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Protração do passado no presente: vidas negras *queers* também importam

Protraction of the past in the presente: queers black lives also matter

Allan Kardec Silva Pereira[1]

Resumo

Inicialmente, discutiremos como movimentos co-liderados em sua maioria por jovens mulheres *queers* como o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* enfocam a questão da "violência do estado", pautando suas demandas para além dos discursos do direito, questionando a narrativa homonacionalista e *colorblindness*. Em seguida, a partir de uma leitura afropessimista, enfocaremos casos de brutalidade policial envolvendo mulheres trans negras. Dessa forma, por fim, estabeleceremos uma interpretação em que tais cenas de sujeição e terror racial são intensidades temporais que estruturam a subjetividade e as chances de vida que tem "marcado" os negros – ainda mais quando *queers* – desde a escravidão.

Palavras-chave: negritude; violência; temporalidade.

Abstract

Initially, we will discuss how co-led movements mostly by young women *queers* like *Black Lives Matter* and *#SAYHERNAME* focus on the issue of "state violence", guiding his demands beyond the right speeches, questioning homonationalist narrative and *colorblindness*. Then, from an afro-pessimistic reading, we will focus on cases of police brutality involving black trans women. In this way, we will finally establish an interpretation in which such scenes of subjection and racial terror are temporal intensities that structure the subjectivity and the chances of life that have "marked" the blacks - even more when *queers* - since slavery.

Keywords: blackness; violence; temporality.

> Nossos futuros coletivos dependem disso. Até que digamos os nomes e contemos as histórias de toda a comunidade negra, não podemos verdadeiramente reivindicar lutar por todas as vidas negras.
> (Alicia Garza, *A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement*).

Introdução

Recentemente, houve uma inegável mudança no que diz respeito à visibilidade social, cultural e política *queer*[2] no espaço público dos Estados Unidos. Cada vez mais,

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agência de fomento CAPES.

filmes e programas de televisão apresentam personagens abertamente *queers*, que são celebrados por grandes públicos e alcançam tanto sucesso comercial quanto prêmios importantes da indústria. O casamento entre pessoas do mesmo sexo emergiu como a mais importante causa de direitos civis para organizações poderosas, como a *Human Rights Campaign.* O fim da política "*Don't ask, don't tell*" das forças armadas agora permite que homens e mulheres LGBT+ atuem abertamente. Ao mesmo tempo, mercados multibilionários destinados a turistas *queers* estão aumentando rapidamente. Para muitos, essa expressividade *queer* na esfera pública fornece evidência de visibilidade, igualdade e verdadeiro *progresso* social e político. Ainda assim, tensionando os limites da crença de que viveríamos um novíssimo tempo de plena tolerância, na última década, ativistas e acadêmicos tem procurado abordar tais mudanças não como evidência de progresso, mas como respostas diretamente ligadas a uma marca autoritária e dominante de políticas neoliberais. Lisa Duggan, considerou essas movimentações como uma

> nova homonormatividade - uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as defende e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despolitizada ancorada na domesticidade e no consumo (DUGGAN, 2003, p. 50).

Para Elena Kiesling (2017, p. 4), enquanto um segmento em sua maioria branco de classe média do feminismo e de *queers* caminhava rumo ao progresso, a *queerness*[3] negra, em sua maior parte, continuava sendo uma nota secundária, marginalizada com relação aos principais atores culturais, sociais e políticos tanto da *queerness*, quanto da negritude.

Esse processo de exclusão e esquecimento não é recente, todavia. De fato, por mais que personagens negros e negras *queer* tivessem contribuído de forma considerável

[2] Devido à frequência que apareceu em textos próprios do *Black Lives Matter* e de grande parte de nossos referenciais teóricos, decidimos utilizar o termo *queer* e suas variantes. Tendo sido por um bom tempo empregado como ofensa a pessoas LGBT+, o termo *queer* (que no sentido literal significaria *estranho*) foi reapropriado de forma a designar aqueles que não se encaixam na imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.

[3] Optou-se por manter a palavra em inglês já que não há em português um termo que garanta o sentido do vocábulo.

para a cultura e a sociedade dos EUA, a *queerness* negra não se tornou parte da memória coletiva da nação. Indiscutivelmente um dos períodos literários mais influentes, o *Harlem Renaissance*, foi significativamente moldado por artistas *queer* negros como Countee Cullen, Claude McKay, Langston Hughes e Richard Bruce Nugent. Esses escritores e escritoras, além de outros artistas formaram a estética cultural da década de 1920, apesar de ou por causa de suas vidas negras abertamente e secretamente *queers*, numa época em que nem o *queer* nem a negritude eram abraçadas pela sociedade. Décadas mais tarde, na década de 1960, Bayard Rustin, um ativista negro do Direitos Civis abertamente gay, estava na vanguarda do movimento, enquanto outros ativistas dos direitos civis *queer*, como Pauli Murray, passaram despercebidos.

Em seu livro *Safe Space: Gay Neighborhood History and The Politics of Violence*, Christina Hanhardt (2013) situa essas complexidades do ativismo *queer*, desde os primeiros movimentos homófilos, passando pela liberação gay nos anos 1960-70, até os dias atuais. Ela argumenta que o foco crescente na segurança e visibilidade no ativismo *queer* levou à construção de uma identidade e uma comunidade *queer* branca que se posicionou contra pessoas de cor, que foram vistas como os autores mais comuns de violência contra os *queers* e não as vítimas da violência.

Trilhando caminho semelhante, David Eng analisa três decisões da Suprema Corte dos EUA, *Lawrence vs Texas* (2003), *Brown vs Board of Education* (1954) e *Loving vs Virginia* (1967), para definir o que ele considera o "liberalismo *queer*":

> Ativistas gays e lésbicas norte-americanos, claramente marcados pela branquitude, configuram o liberalismo *queer* como um projeto político no presente enquanto consignam o racismo como um projeto político do passado [...] Em outras palavras, o liberalismo *queer* caminha junto com a lógica *colorblindness*[4] que considera o projeto racial historicamente 'completo'" (ENG, 2010, p. 17).

[4] Trata-se de uma ideologia racial que, na esteira do avanço da agenda neoliberal, ganhou força nos anos 1970. Parte de uma concepção que vê o racismo como uma chaga relegada ao passado em que negros eram linchados em público, algo que atualmente apenas membros de organizações brancas supremacistas, ousam se identificar. Por fim, essa "cegueira a cores/daltonismo" (numa aproximação de uma tradução literal) entende que a raça não é mais fator central a determinar as oportunidades de vida das minorias.

Elena Kiesling (2017, p. 8-9) argumenta que a criminalização da *queerness*, especialmente durante a negligência governamental das vítimas do HIV/AIDS na década de 1980, deu lugar a uma crescente integração desses sujeitos em uma posição hegemônica dentro do Estado-nação. Por seu turno, a leitura do "homonacionalismo" realizada por Jasbir Puar (2015) nota como essa "aceitação" e "tolerância" relativamente a sujeitos *queers* é usada como barômetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional. Em suas palavras:

> Posto de uma forma simples, o homonacionalismo corresponde à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação (PUAR, 2015, p. 299).

Nessa política do tempo do homonacionalismo, percebemos como o corpo negro, relegado ao espaço do atraso, permanece sendo considerado como habitualmente criminoso, enquanto alguns corpos *queer* se movem para o reino da cidadania. Como recorda Michelle Alexander:

> A confusão da negritude com o crime não ocorreu naturalmente. Ela foi construída pelas elites políticas e midiáticas como parte de um amplo projeto conhecido como Guerra às Drogas. Essa confusão serviu para fornecer uma porta de saída legítima para a expressão do ressentimento e do *animus* antinegros – uma válvula de escape conveniente agora que as formas explícitas de preconceito racial estão estritamente condenadas. Na era da neutralidade racial, já não é permitido odiar negros, mas podemos odiar criminosos. (ALEXANDER, 2017, p. 282).

Como parte de uma recente reação a essa criminalização, as recentes mortes de jovens negros em abordagens policiais, amplamente registrado em vídeos de celular, câmeras de segurança conseguiram ser massivamente divulgadas, chamando a atenção pública. No entanto, este arquivo sempre crescente da morte negra tem produzido constantemente um resultado em que raramente alguém chega a ser condenado por esses crimes. Ao mesmo tempo, quando pensamos exemplos de brutalidade policial nos EUA, o assassinato de negros e negras *queers* não tem alcançado o mesmo grau de comoção, protesto e circulação no debate público. A falha em destacar e cobrar

responsabilidade diante de diversos encontros fatais entre negros e negras *queers*, como Tanisha McBride, Mya Hall, Kayla Moore, Duanna Johnson, acaba servindo como uma forma de apagamento desses sujeitos, um modo de os manter tais sujeitos propícios à contínua vulnerabilidade da violência policial racializada.

De fato, esse impasse foi ainda mais significativo no momento da posse de Donald Trump, presidente eleito, em grande parte, atiçando o ressentimento conservador, homofóbico e racista de determinado eleitorado branco. Era possível notar a disputa de duas narrativas sobre o ativismo anti-Trump naquele momento. Em um relato, mulheres e setores *queer* de classe média estariam na vanguarda da resistência, organizando a *Women's March*, congregando milhares nas ruas de todas as grandes cidades norte-americanas com a promessa de se opor a qualquer coisa que o presidente esperava alcançar. Muitas dessas pessoas, novatas no ativismo, ao chegar em casa após a marcha, fixaram símbolos políticos em seus gramados suburbanos pela primeira vez. Em outro relato, as mulheres e *queers* que protestavam na *Women's March* eram retardatários que haviam chegado tarde ao ativismo. Esses grupos não teriam se dado ao trabalho de participar de manifestações contra a violência policial – especialmente quando as vítimas eram negros e negras *queers* - na era Obama, mas finalmente estavam se voltando para a justiça social, agora que se sentiam pessoalmente ameaçados por um presidente que nunca pensaram que seria eleito.

Diante de tais condições, inicialmente, discutiremos de que forma movimentos co-liderados – de forma descentralizada por meio de mídias sociais - em sua maioria por jovens mulheres *queers*, como o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME*, enfocam a questão da "violência do estado", pautando suas demandas para além dos discursos do direito, questionando a narrativa homonacionalista e *colorblindness*. Em seguida, a partir de uma leitura afro-pessimista, enfocaremos casos de brutalidade policial envolvendo mulheres trans negras. Dessa forma, por fim, estabeleceremos uma interpretação em que tais cenas de sujeição e terror racial são intensidades temporais que estruturam a subjetividade e as chances de vida que tem "marcado" os negros – ainda mais os *queers* negros – desde a escravidão.

Black Lives Matter e #SayHerName: reclamando vidas esquecidas pelo ativismo

Quando pensamos os tradicionais movimentos por justiça racial nos Estados Unidos, percebemos como foi por eles montado uma estrutura de ativismo contra a violência policial e o racismo estrutural que terminava por centralizar figuras masculinas e heterossexuais. Mulheres e *queers* negros que passavam por quadros de perfilamento racial, agressões físicas, sexuais e morte por agentes da lei, raramente eram tomados como exemplos a se lutar por justiça.

Diante desse quadro, é interessante notar a reação das três mulheres negras *queer* co-fundadoras da *hashtag #BlackLivesMatter*[5] – Patrisse Cullors, Opal Tometi e Alicia Garza. Para elas, acima de tudo, era importante trazer ao primeiro plano do ativismo a sobreposição de opressões que *todos* os negros enfrentam. Para o movimento *Black Lives Matter*, a incapacidade em reunir essas histórias demonstraria uma falha mais ampla em exigir responsabilidade por todas as vidas negras violentadas pelo Estado. De fato, a percepção corrente era de que as famílias de *queers* negros mortos por violência policial não seriam regularmente escaladas para falar em atos públicos, além de não receberem o mesmo nível de apoio comunitário ou atenção de políticos e da mídia. Quem, então, iria lamentar aquelas vidas? Vidas *queer* negras, afinal, também importam?

Ao expandir o entendimento desses modos de dano e, ao mesmo tempo, defender que o *Black Lives Matter* não deve reduzir-se tão somente a combater a brutalidade policial, Alicia Garza nota que:

> Quando dizemos Black Lives Matter, estamos falando sobre as formas pelas quais o Povo negro tem sido privado de nossos direitos humanos básicos e dignidade. É um reconhecimento que a Pobreza negra e o genocídio são a violência do estado. É um reconhecimento de que 1 milhão de negros estarem presos em jaulas neste país - metade de todas as pessoas em prisões ou cadeias - é um ato de violência do Estado. É um reconhecimento de que as mulheres

[5] O *Black Lives Matter* [Vidas Negras Importam] é um movimento social norte-americano, que surgiu através de hashtags com ampla divulgação na Internet após episódios de violência policial contra jovens negros no ano de 2013. Atualmente, seus ativistas organizam protestos em torno da morte de negros advindas da brutalidade policial, o racismo do sistema prisional americano, justiça histórico reparativa, além de questões mais amplas que envolvem outros grupos precarizados em escala global.

> negras continuam a suportar o fardo de um ataque implacável aos nossos filhos e às nossas famílias, e esse ataque é um ato de violência do Estado. Pessoas negras *queer* e trans carregam uma carga única em uma sociedade hetero-patriarcal que nos descarta como lixo e ao mesmo tempo nos fetichiza e lucra com a violência do Estado; o fato de 500.000 negros nos Estados Unidos serem imigrantes indocumentados e relegados às sombras é a violência do Estado; o fato de as meninas negras serem usadas como negociantes de fichas durante épocas de conflito e guerra é a violência do Estado; companheiros negros que vivem com deficiências e habilidades diferentes carregando o fardo das experiências darwinianas patrocinadas pelo Estado, que tentam nos espremer em caixas de normalidade definidas pela supremacia branca, é a violência do Estado. E o fato é que as vidas dos negros - não TODAS as pessoas - existir dentro dessas condições é consequência da violência do Estado. (GARZA, 2014, s/p)

O foco na "violência do Estado" empregado por Garza faz como que a análise não caminhe para uma abordagem convencional que reduziria o racismo às intenções e ações privadas dos indivíduos envolvidos - como sustenta a narrativa *colorblindness*. Reclamar que a violência anti-negra é uma "violência do Estado" exige mais do que a remoção de um oficial em particular ou punições a um determinado departamento de polícia, mas chama a atenção para as forças sistêmicas que permitem que os indivíduos ajam com impunidade.

Fixar a brutalidade policial em uma rede mais ampla de desigualdade está em grande parte ausente das agendas mais restritas das organizações como a *National Action Network* (NAN) do Rev. Al Sharpton, que se concentraram em abordagens legalistas, mais preocupadas em resolver os detalhes de casos particulares. Importa ao *Black Lives Matter* a defesa de uma visão muito mais estrutural, que exponha como o policiamento dos afro-americanos está diretamente ligado aos níveis mais altos de pobreza e desemprego nas comunidades negras através de redes de taxas e multas e mandados de prisão que prendem os negros em um interminável ciclo de dívidas (TAYLOR, 2016, p. 168).

Diante disso, a intervenção estabelecida pela hashtag #*SayHerName*[6] procura iluminar as experiências de *todas* as mulheres negras vítimas de violência policial em um

[6] #*SayHerName* [Fale o Nome Dela] é uma intervenção política que procura alterar a percepção pública de que as vítimas da brutalidade policial e da violência anti-negra são predominantemente masculinas, destacando as formas específicas de gênero nas quais as mulheres negras são desproporcionalmente afetadas por atos fatais de injustiça racial. Em um esforço para criar uma grande presença na mídia social ao

esforço para apoiar uma abordagem inclusiva de gênero à justiça racial. Trata-se de um relatório cujo objetivo central seria chamar a atenção para omissões frequentes nos movimentos ativistas, daí porque seu enfoque em mulheres cis e trans negras que perderam suas vidas para a violência policial. Em resumo, para o #*SayHerName*:

> Existem várias razões pelas quais o movimento ressurgente de justiça racial deve priorizar o desenvolvimento de uma lente de gênero inclusivo. Primeiro, incluir mulheres e jovens negras na narrativa amplia o escopo do debate, melhorando nossa compreensão geral da relação estrutural entre comunidades negras e agências de aplicação da lei. A fim de compreender as causas e o escopo total da violência do Estado contra as comunidades negras, devemos considerar e esclarecer todas as maneiras pelas quais os negros nos EUA são rotineiramente alvos de violência estatal. Reconhecer e analisar as conexões entre violência anti-negra contra os homens negros, mulheres, transexuais e pessoas de gênero não-conforme revela realidades sistêmicas que passam despercebidas quando o foco é limitado exclusivamente aos casos de homens não-transexuais negros. A fim de garantir comunidades negras seguras e saudáveis, devemos abordar a violência policial contra as mulheres negras com igual indignação e comprometimento. Terceiro, centralizar as vidas de todos os segmentos de nossas comunidades nos permitirá afastar-nos da ideia de que, para abordar a violência policial, devemos "ajustar" homens negros e policiais ruins. Ir além desses conceitos estreitos é fundamental se quisermos adotar uma estrutura que enfoque as dimensões estruturais complexas que estão realmente em jogo (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 5).

Incluir mulheres negras cis e trans nesse discurso, envia uma poderosa advertência de que, de fato, todas as vidas negras são importantes. Se a indignação coletiva é para advertir o Estado de que seus agentes não podem matar homens negros com impunidade, então o silêncio em torno do assassinato de mulheres negras (cis e trans) envia a mensagem de que suas mortes são aceitáveis e não merece repercussão.

Infra-humanidade e violência policial – uma abordagem afro-pessimista

A anti-negritude particulariza ainda mais o sexismo, a homofobia e a transfobia contra pessoas *queers* negras em abordagens policiais. Nos Estados Unidos, com

lado de campanhas de justiça racial existentes, como #*BlackLivesMatter*, o *African American Policy Forum* (AAPF) cunhou a *hashtag* #*SayHerName* em fevereiro de 2015. Podemos dizer que a noção de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, uma das co-autoras do relatório *SayHerName*, é a referência teórica e ativista central. O documentário "*Say Her Name: the Life and Death of Sandra Bland*" oferece interessantes relatos do modo de atuação e dos propósitos dessa intervenção.

frequência, a polícia pune a não-conformidade sexual ou de gênero - real ou suposta - com a violência física e sexual. Esses atos às vezes são acompanhados por insultos homofóbicos, transfóbicos e/ou misóginos, por meio de afirmações de que se querem "agir como um homem"(sic), eles serão "tratados como homens"(sic). Mulheres transexuais negras e mulheres não-conformes ao gênero também são rotineiramente sujeitas a assédio e abuso verbal transfóbico, abordagens ilegais e degradantes para atribuir gênero com base em características anatômicas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Discriminação contra Transgêneros, 38% dos transexuais negros que tiveram interações com a polícia relataram assédio, 14% relataram agressão física e 6% relataram agressão sexual (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 22).

A percepção das mulheres trans negras como ameaçadoras e seus corpos como "sobre-humanos" - e, portanto, não suscetíveis à dor ou à vergonha – informam grande parte das interações policiais. Esses medos são frequentemente percebidos como razoáveis, não importando quão vulneráveis ou necessitadas de assistência elas sejam. O fato de muitos desses casos terem sido justificados por representantes oficiais do governo reflete formas únicas de discriminação enfrentadas por *queers* negros. Com demasiada frequência, percepções estereotipadas são amplificadas e reforçadas quando se trata de transgêneros pobres, supostamente envolvidos em atividades criminalizadas (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 7)

Essas abordagens abusivas se dão em sua maioria no trânsito. De fato, afro-americanos costumeiramente passam por "perfilamento racial" [*racial profiling*] enquanto dirigem. Sujeitos *queers* negros são comumente detidos, pois pequenas infrações de trânsito servem como pretexto para investigações criminais[7]. Nos piores cenários, a

[7] Pra ser ter uma ideia da dimensão absurda de como infrações de trânsito são utilizadas, muitas vezes, como forma de acossar afro-americanos, é interessante mencionar o relatório divulgado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) sobre a cidade de Ferguson, após a morte do jovem negro Mike Brown, em 2014, em que revelava: "As práticas policiais de Ferguson são moldadas pelo foco da cidade nas receitas, e não nas necessidades de segurança pública" (p. 2) Essa ênfase na geração de receita levou ao policiamento inconstitucional e às práticas irregulares no tribunal municipal, que refletiam e exacerbavam os estereótipos raciais e a discriminação, de onde podemos destacar o perfilamento racial no trânsito. Cf. Department of Justice (DoJ), Investigation of the Ferguson Police Department, United States Department of Justice, Civil Rights Division, 4 March 2015. Disponível em:

percepção ou a realidade de violações de trânsito mais sérias - excesso de velocidade, falha ao estacionar ou dirigir um carro roubado - podem se tornar mortais. Um caso acontecido em 30 de março de 2015 na cidade de Baltimore, Maryland é paradigmático disso.

Mya Hall era uma mulher trans negra morta pela polícia da Agência Nacional de Segurança (NSA) apenas algumas semanas antes do caso de Freddie Gray ganhar as manchetes nacionais. Supostamente dirigindo um carro roubado, ela tomou um caminho errado para a propriedade da NSA e foi morta a tiros por policiais depois que o veículo bateu no portão de segurança e em uma viatura. Nenhum esforço para usar força não letal foi feito, mesmo que não houvesse ameaça à instalação e ninguém no veículo estivesse armado[8].



Figura - *SayHerName*: Mya Hall. Fonte: https://www.chicagotribune.com/news/nationworld/chi-nsa-shooting-20150401-story.html. Acesso: 12 maio 2019.

Nos primeiros momentos, o incidente deixou a região de Washington em alerta, com receio de que pudesse ser terrorismo ou outro tipo de ataque planejado.

---

https://www.justice.gov/sites/default/files/opa/press-releases/attachments/2015/03/04/ferguson_police_department_report.pdf Acesso em 10 maio de 2019.

[8]Todas as informações sobre o caso Mya foram retiradas de reportagem do *Washington Post*. Cf. https://www.washingtonpost.com/local/crime/baltimores-transgender-community-mourns-one-of-their-own-slain-by-police/2015/04/03/2f657da4-d88f-11e4-8103-fa84725dbf9d_story.html . Acesso em 12 maio de 2019.

Rapidamente, porém, as autoridades disseram que no SUV roubado estavam dois homens que erroneamente havia pego uma saída restrita e entraram em pânico quando viram a polícia. Os funcionários identificaram-nos pelos seus nomes legais: Ricky Hall, 27, que passou por Mya, e Kevin Fleming, 20, ou Brittany. O trágico momento foi marcado pela confusão das forças policiais, que haviam inicialmente acreditado que os dois indivíduos estavam vestidos com roupas femininas, para em seguida, confirmar que os trajes não eram disfarces. O acontecido intensificou um sentimento frequente de luto nas profissionais do sexo colegas de Mya Hall. Ao *Washington Post*, elas alertavam sobre a frequência em que morriam, jovens e de maneira banal.

Essa condição de morte-em-vida de Mya Hall e diversas outras mulheres trans negras nos leva a tomar o afro-pessimismo como referencial teórico para pensar a temporalidade da morte *queer* e os processos de infra-humanidade que definem a exclusão desses sujeitos. O afro-pessimismo remonta a Assata Shakur, ao Exército de Libertação Negra, a Nat Turner, Dismal Swamp, as Seminole Wars e a toda uma tradição radical negra, especialmente da década de 1970 (AARONS, 2016, p. 3). Partindo do trabalho de Orlando Patterson, um de seus princípios centrais redefine o entendimento da escravidão: não mais vista como uma relação de trabalho (forçado), a escravidão passa a ser pensada como uma relação de propriedade. A objetificação do escravo se deu de tal maneira que eles foram legalmente feitos objeto, ou seja, uma mercadoria a ser usada e trocada. Diferentemente dos demais trabalhadores, não se tratava apenas de mercantilizar sua força de trabalho, mas seu próprio ser. Dessa forma, os escravos não eram reconhecidos como sujeitos sociais, enfrentando, portanto, uma "morte social", uma exclusão da categoria de "humano" (RACKED & DISPATCHED, 2017, p. 8).

Ainda com Orlando Patterson (2008), o afro-pessimismo argumenta que a morte social teria três elementos definidores: o primeiro deles é a violência gratuita, uma forma de "vulnerabilidade estrutural ou aberta", ou seja, uma vulnerabilidade que independia de alguma transgressão da lei por parte do escravo. Um outro elemento diz respeito a "alienação natural", o que equivale a dizer que o mundo não reconhecia as relações filiais dos escravos ao entendimento de família. O terceiro ponto trata-se da "desonra geral",

ou seja, o escravo era desonrado em seu próprio ser. Viveria uma vida desonrada, antes mesmo de praticar atos desonestos[9]. Entretanto, além dessas condições, o mais importante para nossa leitura da temporalidade da violência contra negros e negras *queer* é como o afro-pessimismo vê a morte social e seus três elementos constituintes enquanto parte de um *continuum* de sujeição da escravidão em que os negros existem. Assim, o "não-evento da emancipação" (HARTMAN, 1997, p. 116) de 1865 é, nos dizeres de Frank B. Wilderson III: "um pontinho na tela. Não é um momento paradigmático, é um momento experiencial, o que equivale a dizer que a tecnologia da escravidão simplesmente se transforma e modela as mudanças – não terminando com isso" (WILDERSON III, 2017, p. 18).

Influenciados pelos escritos de Frantz Fanon, os teóricos afro-pessimistas argumentam que a abjeção racial do escravo foi transferida para uma construção racial "epidérmica" da negritude. Dada a contínua acumulação de morte negra nas mãos da polícia - apesar da crescente visibilidade midiática nos últimos anos – os afro-pessimistas aproximam a vulnerabilidade à violência gratuita de uma pessoa negra na rua à situação dos escravos nas *plantations*. O que Steve Martinot e Jared Sexton descrevem como a "ignorabilidade" da morte negra e a impunidade do assassinato policial de corpos negros fornece o pano de fundo constitutivo para a racionalidade simbólica da democracia branca, e a moeda simbólica do capital social dentro dela (MARTINOT & SEXTON, 2003, p. 172).

O afro-pessimismo parte desse entendimento e ilumina os limites e fracassos dos movimentos dos Direitos Civis e do Black Power, tais como suas ideologias reformistas em relação ao progresso e sua integração desastrosa com a maquinaria burocrática. Se, como mostra o afro-pessimismo, não é possível afirmar a própria negritude sem ao

[9] No final dos anos 90, Saidiya Hartman, na esteira do trabalho de Hortense Spillers, acrescentou aos critérios de Patterson uma dimensão ontológica: a escrava, Hartman argumenta, é aquela que se vê posicionada em sua própria existência como um não humano - um objeto para um outro, capturada, possuída e negociada. A abjeção ontológica da existência dos escravos não é definida primariamente pela alienação e exploração (um sofrimento devido à perda percebida da humanidade), mas pela acumulação e fungibilidade: a condição de ser possuído e negociado. Cf. HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

mesmo tempo afirmar a violência anti-negra, então as tentativas de reconhecimento e inclusão na sociedade só resultarão em mais morte social e real. O afro-pessimismo é, entre outras coisas, uma tentativa de formular um relato desse sofrimento, estabelecer as regras de sua *gramática*.

A violência física que *marca* os corpos negros é contínua com relação à escravidão, na medida em que permanece basicamente despótica e gratuita, sem depender de motivo ou justificação legítima, aberta à expressão sem limites e ciente de impunidade institucional, como demonstra o caso de Kayla Moore, uma mulher transgênero negra, morta pela polícia de Berkeley, na Califórnia, em 12 de fevereiro de 2013. Sua colega de quarto havia pedido ajuda às forças de segurança quando Kayla começou uma crise de saúde mental. Ao invés de ser escoltada para um pronto socorro, conforme havia sido solicitado, os policiais tentaram prendê-la seguindo um mandato de um homem 20 anos mais velho, que possuía o mesmo nome que Kayla recebeu quando nasceu. Diversos policiais dominaram Kayla em seu quarto, sufocando-a até a morte no processo. Além disso, atrasaram o monitoramento de seus sinais vitais e proferiram-lhe xingamentos transfóbicos (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 15).



Figura - *SayHerName*: Kayla Moore. Fonte: https://www.dailycal.org/2014/05/07/leaked-documents-shed-new-light-kayla-moore-death/ Acesso: 13 maio de 2019.

Tal episódio revela como, na falta de recursos adequados de saúde mental para a grande maioria das comunidades negras, os policiais têm atuado como primeiros e únicos "socorristas" das crises de saúde mental vivenciadas por grupos já marcados pela anti-negritude. Um episódio como o de Kayla demonstra como mulheres transgênero negras em uma crise de saúde mental, por mais vulneráveis, frágeis ou em perigo que estejam, são vistas por forças policiais como símbolo de perigo e força "sobre-humana". O relatório #SAYHERNAME menciona um estudo de 2014 da *Social Psychological and Personality Science*, onde descobriu-se que os brancos eram mais propensos a "implicitamente e explicitamente superhumanizar" os negros. No contexto das interações policiais, esse tropo "sobre-humano" pode levar mulheres negras, especialmente as *queers,* a não receber ajuda em condições adversas, bem como a sofrer em circunstâncias insuportáveis (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 16).

Isso nos faz pensar a centralidade do chamado complexo médico-industrial dos Estados Unidos no que Lauren Berlant descreveu como "morte lenta", especialmente no seu impacto nocivo para negros e negras *queer*. Partindo da análise da obesidade, o problema de saúde mais frequente dos Estados Unidos, Berlant formula uma noção de temporalidade interessante para entender como se dá a "morte lenta". Afastando-se do evento de trauma ou das catástrofes, "a morte lenta ocupa as temporalidades da endemia" (BERLANT, 2007, p. 758). Ou seja, mulheres trans como Mya Hall vivenciam diariamente:

> (...) uma zona de temporalidade que podemos apontar como a da progressividade, da sobrevivência e da vivência onde as desigualdades estruturais estão dispersas, o ritmo de sua experiência intermitente, muitas vezes em fenômenos não propensos a serem capturados por uma consciência organizada por arquivos de impacto memorável (BERLANT, 2007, p. 758-759).

A "morte lenta" de Berlant descreve populações marcadas por desgastes insidiosos e constantes. Uma forma de colocar a vida e a morte em uma zona específica de proximidade e precariedade: "Enquanto a morte é usualmente considerada um evento em contraste com a 'extensividade' da vida, neste domínio a morte e a reprodução normal da vida são coextensivas" (BERLANT, 2007, p. 762). A leitura da "morte lenta" de Berlant se

aproxima da forma como a violência anti-negra é entendida pelos teóricos do afro-pessimismo. Contra uma visão de *progresso* que vê os "supostos segredos da supremacia branca" como exibições espetaculares do racismo, como patologia e instrumentalidade, como a atuação excessiva de um "policial trapaceiro" (MARTINOT & SEXTON, 2003, p. 178-179), o pensamento afro-pessimista toma a violência contra Kayla Moore e Mya Hall como algo que não é contingente. Não se trata de uma violência que ocorre entre sujeitos no nível de conflito, mas sim a violência gratuita que ocorre no nível de uma estrutura que constitui o negro como o constitutivo exterior (SHARPE, 2016, p. 35). Como Jasbir Puar observa em *Right to Main*:

> Nestas formulações do tempo de vida temporal, a capacidade de habitar o futuro já é um privilégio do poder. Essa capacidade não é simplesmente afetiva ou fenomenológica, mas também estrutural, biopolítica e enredada em economias de risco, cálculo e sobrevivência. O futuro já está aqui, mas está desigualmente distribuído, em partes e pedaços no tempo e no espaço, como extremos e também como banalidades. (...) Além disso, a morte duracional não é algo superada ou resolvida; em vez disso, é constitutivamente e fundacionalmente instalada. O corpo que é visto como consignado à morte é o corpo já debilitado em termos biopolíticos. Esses enquadramentos estão situados em uma relação endêmica e não epidêmica ou excepcional com a debilitação (PUAR, 2017, p. 86).

Essa violência gratuita/endêmica também parte de uma pressuposição em que os negros não seriam capazes de sentir dor, vergonha, medo. Se a negritude é o avesso da Humanidade, contra corpos negros não é necessário sentir pena. A hipotética alegação de força super-humana aos sujeitos *queers* negros, na verdade, é um modo de consigná-los a uma infra-humanidade e indignidade perpétua.

Acumulação, protração do tempo: terror racial e o *Black Lives Matter*

> "Como o tempo se desdobra nos confins da morte esperada?"
> (Saidiya Hartman – *Dead Book Revisited*)

Esses "longos séculos de violência desregulada" (SPILLERS, 2003, p. 19) fazem com que protestos contra a vulnerabilidade da vida negra colapsem as narrativas do progresso

no tempo historicista. Indo na contramão de uma narrativa baseada na exaltação das conquistas da sociedade civil, o *Black Lives Matter* sugere uma transformação das aspirações possíveis. Isso pressupõe outras formas de imaginar o tempo, de entender a relação entre os tempos presente, passado e futuro que vão além da "flecha do tempo" historicista. Há aqui, aproximando-se do afro-pessimismo de Jared Sexton: "a reeducação de uma cultura política radical negra como um movimento para todas as vidas negras" (SEXTON, 2016, s/p.). Isso tem particular importância para sujeitos sub-representados e igualmente oprimidos como são os *queers* negros.

É importante notar como a democracia americana assenta-se em noções temporais de progresso, paciência e reformismo, uma forma de justificar e apagar a violência constitutiva sob rubricas de igualdade, justiça e liberdade. Isso explica por que, não à toa, surgiram slogans como #*BlueLivesMatter* e #*AllLivesMatter*, ou mesmo acusações de que o *Black Lives Matter* seria um "grupo terrorista" baseado no ódio às forças policiais e dotados de uma radicalidade anacrônica avessa ao progresso coletivo[10]. Na medida em que procura privatizar o racismo como resultante de irracionalidade individual, o discurso do Estado cobra paciência e confiança no progresso do tempo. Diante dos casos de violência policial contra negros, a "maior democracia do mundo" reestabelece sua fé nas decisões da justiça e credita o racismo ao passado distante.

Para o *Black Lives Matter*, entretanto, anti-negritude que mata lentamente todos os dias, desfaz o progresso imaginado do tempo, de modo que a passagem do tempo é meramente a modificação e a intensificação de modos mais antigos de sujeição e subjugação. Estar frequentemente espoliado pela supremacia branca e o heteropatriarcado faz com que aqueles que ocupam praças e ruas gritando "*Black Lives Matter*", de certa forma, não consigam distinguir o passado, o presente e o futuro enquanto espaços temporais distintos. Em outras palavras, o *Black Lives Matter* capta os

[10] *BluesLivesMatter* e *AllLivesMatter* foram hashtags criadas em reação a #*BlackLivesMatter*. A primeira seria em defesa dos policiais (daí por que a menção a cor de suas fardas, azul), enquanto a segunda, seria uma forma de esvaziar a demanda do *Black Lives Matter* numa forma de dizer que "Todas" as vidas importavam, independemente da cor, algo que, logicamente, não leva em conta a disparidade em que a vida negra está exposta ao dano.

movimentos de acumulação, metamorfose e protração do passado no presente e os mobiliza numa perspectiva ampliada de justiça e liberdade.

De fato, aqueles e aquelas que gritavam "*Black Lives Matter*" viviam uma consciência de si mesmos como se estivessem "na esteira" [*in the wake*] do projeto inacabado de emancipação (SHARPE, 2016). Essa "pós-vida da escravidão [*afterlife of slavery*] - chances de vidas distorcidas, acesso limitado à saúde e educação, morte prematura, encarceramento e empobrecimento" (HARTMAN, 2007, p. 6) - é o que leva o *Black Lives Matter* a ocupar ruas e a incluir corajosamente a vida de *queers* negros no debate proposto.

Diante dessas condições, falar de "pós-vida da escravidão", "morte lenta" e de "protração do passado no presente" enquanto elementos definidores da experiência *queer* negra também significa contar uma outra história do capitalismo. Em *Espectros do Atlântico: Capital Financeiro, Escravidão e a Filosofia da História*, Ian Baucom defende uma concepção da história que desfaça as noções liberais de progresso, mudança e tempo, mostrando a relação umbilical do capitalismo com a história da escravidão de bens móveis do Atlântico. A teoria da temporalidade e da história de Baucom centra-se no massacre de 132 escravos a bordo do navio negreiro *Zong*, em 1781. Durante três dias, os escravos foram algemados e atirados ao mar para que se pudesse recolher o dinheiro do seguro que selou seu valor mesmo na morte. Baucom, argumenta que esse massacre é o evento paradigmático da modernidade, pois engloba os regimes raciais, financeiros e epistemológicos que não apenas falharam em se dissolver com a passagem do tempo, mas, em vez disso, se intensificaram para que o nosso momento atual seja antecipado e envolvido por esse evento. Para Baucom, portanto: "O tempo não passa, ele se acumula" (BAUCOM, 2005, p. 24). O tempo não desvanece o ocorrido, dissolvendo o terror e a violência no progresso do futuro. Antes, o passado retorna ao presente de maneira dilatada, em protração, de modo que o presente "encontra armazenado e acumulado dentro de si uma matriz não sincrônica de tempos passados" (idem, p. 29). A distinção entre passado, presente e futuro não se trata de uma questão natural, mas envolve uma

postura mais ativa na qual os atores sociais criam e recriam essas distinções temporais em intervenções performativas (LORENZ & BEVERNAGE, 2013, p. 29-30).

O seminal ensaio "*Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book*", de Hortense Spillers, oferece uma leitura fundamental para entender a política do tempo no afro-pessimismo e as "pós-vidas da escravidão". Em seus termos:

> Embora a carne/corpo em cativeiro tenha sido "liberada" e ninguém precise fingir que nem mesmo as aspas importam, a atividade simbólica dominante, a episteme em vigor que libera a dinâmica da nomeação e valoração, permanece fundamentada nas metáforas originárias do cativeiro e da mutilação, de modo que é como se nem o tempo nem a história, nem a historiografia e seus temas, mostrassem movimento, como o sujeito humano é "assassinado" uma e outra vez pelas paixões de um arcaísmo anônimo e sem sangue, mostrando-se em disfarce sem fim (SPILLERS, 1987, p. 68)

A anti-negritude da escravidão, argumenta Spillers, permanece como uma sentença de morte que epidermicamente *marca* sujeitos tais quais Kayla Moore e Mya Hall. Essas *marcas* produzem, ainda segundo Spillers, "hieróglifos da carne" (idem, p. 67) – aqui é importante notar a distinção entre "corpo" e "carne" como uma diferenciação central entre posições-sujeito cativas e liberadas. Dessa forma, uma história marcada por violência, trauma e terror altera concepções normativas de temporalidade. Em outras palavras, a anti-negritude é uma força no nível da episteme e do corpo, mas também uma intensidade temporal que estrutura a subjetividade e as chances de vida.

O *Black Lives Matter* e um suplemento como a *#SAYHERNAME* lutam contra uma noção de história como progresso e, em seu lugar, trabalham uma leitura do tempo muito próxima do afro-pessimismo: o tempo se acumula, os hieróglifos da carne *marcam* em "morte lenta" homens e mulheres negras *queer*, sem necessariamente precisar de exibições espetaculares de terror. Ocupar as ruas, exigir justiça, enlutar-se quando o luto é desdenhado em nome de uma suposta democracia, é uma forma de despertar a América de seu sono tranquilo e revelar o rastro do navio negreiro em nosso presente *colorblindness*. *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* demonstram como a ideologia pós-racial, a nostalgia idealista da supremacia branca de Trump ou a fé homonacionalista

no progresso *queer* são símbolos de uma política do tempo sustentada pela indiferença à acumulação de morte negra, ainda mais se quando se trata de negros e negras *queer*.

Essa visão pessimista do mundo é marcada por uma sensação de cansaço, raiva e urgência. Para o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME*, o futuro e o presente parecem se chocar, pois a violência estatal é da ordem da protração, intensificação e acumulação: "O passado - ou, mais preciso, a preteridade (*pastness*) - é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado como passado" (TROUILLOT, 2016, p. 55). Em resumo, O *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* parece entender o que está por vir como algo que já ocorreu várias vezes. O passado, nesse sentido, é muito mais um alerta, do que algo enterrado e distante.

Alerta

O *Black Lives Matter* e o *#SayHerName* conseguiram chamar atenção para um elemento chave do ativismo norte americano atual: um determinado silêncio das principais organizações *queer* sobre o encarceramento em massa de corpos negros, sobre a morte de homens e mulheres negros *queer*. Jared Sexton explica por que essa falta de atenção à negritude acabará levando ao fracasso:

> A tentativa de defender os direitos e as liberdades das últimas vítimas da repressão estatal não conseguirá ganhos substanciais, na medida em que perderá ou marginalizará o destino dos negros, os alvos prototípicos da panóplia de práticas policiais e a infra-estrutura jurídica construída ao redor deles. Sem negros a bordo, a única opção política viável e a única defesa eficaz contra a intensificação do fogo cruzado envolverá maior aliança com uma sociedade civil anti-negra e mais capitulação à ampliação do poder estatal. (SEXTON, 2010, p. 48).

As principais organizações ativistas não podem ignorar a anti-negritude se realmente aspiram uma mudança radical na sociedade. Alicia Garza argumenta que um dos objetivos do *Black Lives Matter* no combate à violência policial deve ser ampliar o enfoque reclamativo intersecional para abordar as experiências de todos os negros. Afirmar que as vidas de mulheres e homens negros *queers* marginalizados importa é essencial na tentativa de trazer à tona uma imagem mais efetiva das opressões estruturais.

(GARZA, 2014, s/p). Pois, quando negros e negras *queers* são subtraídos da memória dos mais distintos ativismos, quando há uma apropriação indevida do trabalho de mulheres negras *queer* (como ocorreu, em certa medida, no desenvolvimento do *Black Lives Matter*), o resultado é, justamente, uma política do tempo em que a nação aparece plenamente como a terra do *progresso*.

Através da leitura afro-pessimista da temporalidade, da noção de *marca* e *carne* de Hortense Spillers, da *acumulação temporal* de Ian Baucom, podemos pensar uma forma distinta de futuro, não mais visto como o ponto final da estrada percorrida pelo progresso, um futuro visto como resultado derradeiro da passagem do tempo, como a conquista última do processo de evolução (meritocrático por excelência, vale salientar). Se o passado não passa, mas continua em protração no presente, o futuro não consegue desvencilhar-se das marcas do passado. Por esse motivo é tão relevante ao *Black Lives Matter* e ao *#SAYHERNAME* engajar a *queerness* como uma força que distorce e mina as lógicas normativas da sequencialidade. Estar alerta de que a protração do passado no presente também ameaça o futuro, é uma interpelação política do tempo fundamental.

Referências

AARONS, K. *No Selves to Abolish: Afropessimism, Anti-Politics & The End of the World*. Berlin & Chicago: Will Editions.

ALEXANDER, Michelle. *A Nova Segregação: racismo e encarceiramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BAUCOM, Ian. *Spectres of the Atlantic: Finance Capital, Slavery, and the Philosophy of History*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

BERLANT, Lauren. Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency), *Critical Inquiry* vol. 23, p. 754-780, 2007.

BEVERNAGE, Berber, LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. *Storia della Storiografia*, vol. 63. n. 1, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé & RITCHIE, Andrea. *Say Her Name: Resisting Policie Brutality Against Black Women*. African AM. Policy Forum, 2014. http://static1.squarespace .com/static/53f20d90e4b0b80451158d8c/t/560c068ee4b0af26f72741df/1443628686535/AAPF_SMN _Brief_Full_singles-min.pdf.

DUGGAN, Lisa. *The Twilight of Economy: Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy.* Boston: Beacon Press, 2003.

ENG, David L. *The Feeling of Kinship: Queer Liberalism and the Racialization of Intimacy.* Durham and London: Duke University Press, 2010.

GARZA, Alicia. A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement. *The Feminist Wire*. Web. 27 Aug 2016. http://www.thefeministwire.com/ 2014/10/blacklivesmatter-2/

HANHARDT, Christina B. *Safe Space: Gay Neighborhood History and the Politics of Violence.* Durham: Duke University Press, 2013. Print.

HARTMAN, Saidiya, *Lose your mother: a journey along the atlantic slave route*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2007.

_____. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America.* Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. The Dead Book Revisited, *History of the Present* 6.2 (2016): 208-15.

KIESLING, Elena. The Missing Colors of the Rainbow: Black Queer Resistance, *European journal of American studies*, vol. 11, n. 3, p. 1-22, 2017.

MARTINOT, Steve & SEXTON, Jared. The Avant-gard of White Supremacy, *Social Identities* vol. 9, no. 2, p. 169-81, 2003.

Oxford: Oxford University Press, 1997.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um Estudo Comparativo*. São Paulo, Edusp, 2008.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 3, n. 1, Aveiro, p.297-318, 2015.

_____. *The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability*. Duke University Press, 2017.

RACKED & DISPATCHED. *Afro-pessimism: an introduction*. Minneapolis, Publicado em setembro de 2017.

SEXTON, Jared. People-of-Color-Blindness: Notes on the Afterlive of Slavery. *Social Text*, vol. 28, n. 2, p. 31-56, (Summer 2010).

_____. Afro-Pessimism: The Unclear Word, *Rhizomes* vol. 29, 2016.

SHARPE, Christina. *In the Wake: On Blackness and Being*. Durham, NC: Duke University Press, 2016.

SPILLERS, Hortense J. Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. *Diacritics*, vol. 17, n. 2, p. 64-81, 1987.

_____. *Black, White and In Color: Essays on American Literature and Culture.* Chicago: University of Chicago Press, 2003.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta Taylor. *From #BlackLivesMatter to Black Liberation*. Chicago: Haymaker Books, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.

WILDERSON III, Frank B. Blacks and the Master/Slave Relation. In: RACKED & DISPATCHED. *Afro-pessimism: an introduction*. Minneapolis, 2017. p. 15-31.

Sexualidade e governo: a produção do perverso pelos discursos médicos

Sexuality and government: the production of the perverse by medical discourses

Paloma Czapla[1]

Resumo

Nos últimos anos, houve um uso político da questão sexual que mobilizou um investimento discursivo enorme sobre a sexualidade. Partindo desse diagnóstico do presente, gostaria de pensar as condições históricas que possibilitaram o aparecimento de um discurso sobre o sexo. Meu foco será as narrativas médicas dos séculos XIX e XX, que se tornaram o grande edifício teórico de compreensão da sexualidade. Cruzando-as com uma leitura de Michel Foucault, mostrarei como essas narrativas fizeram com que a sexualidade se situasse entre o normal e o patológico segundo técnicas de poder cristãs. Um exemplo disso foram os discursos médicos sobre as chamadas "perversões sexuais", que produziram uma verdade sobre o sexo e inscrições sexuais específicas no corpo feminino. A partir dessa análise, proponho pensarmos no saber médico como uma forma de governo, ou seja, uma forma de conduzir as condutas. Para tanto, trabalharei com os conceitos foucaultianos de dispositivo da sexualidade, governo, biopoder e discurso.

Palavras-chave: sexualidade; discursos médicos; governo.

Abstract

In recent years, there has been a political use of the sexual issue that has mobilized a huge discursive investment on sexuality. Starting from this diagnosis of the present, I will think about the historical conditions that made it possible for a discourse about sex to appear. My focuses will be the medical narratives of the nineteenth and twentieth centuries, which have become the great theoretical building for comprehending sexuality. Connecting them with a Michel Foucault's read, I will show how these narratives have split sexuality into the normal and the pathological according to Christian power techniques. An example was the medical discourses about the so-called "sexual perversions", which produced a truth about sex and specific sexual inscriptions on the female body. Based on this analysis, I propose we should see medical knowledge as a way of governing or, in other words, as a way to conduct conducts. Therefore, I will work with Foucault's concepts of dispositive of sexuality, government, biopower and discourse.

Keywords: sexuality; medical discourses; government.

Um diagnóstico do presente

Em seu texto "Thinking sex", Gayle Rubin (1992) apresenta uma história dos pânicos morais e mostra como eclosões ultraconservadoras, bem como crises políticas e econômicas, estão relacionadas a períodos de maior mudança social, principalmente

[1] Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas, na linha de pesquisa "Gênero, Subjetividades, Cultura Material e Cartografia". É bolsista FAPESP. Contato: paloma.czapla@hotmail.com

quando essa mudança desloca os sentidos e as práticas do comportamento sexual hegemônico. O pânico moral é o momento político do sexo, no qual as atividades sexuais operam como significantes de medos sociais. Travam-se guerras sobre a sexualidade que se concentram em falsos alvos, estimulam regras de conduta, censuram os prazeres e capturam o cotidiano. As dissidências sexuais são transformadas nos grandes perigos e as crianças são aquelas que se precisa proteger.

Ao pensarmos sobre os pânicos morais, é impossível não lembrar o cenário brasileiro. Tomemos como exemplo as últimas eleições e a polêmica do "kit gay", que, segundo o atual presidente, teria sido um projeto do partido de oposição para que "livros, cartazes e filmes de crianças se acariciando e meninos se beijando" inundassem as escolas[2]. A notícia estimulou a narrativa de que crianças inocentes (e naturalmente heterossexuais) estariam sendo incitadas a se tornarem homossexuais e até mesmo a mudarem seu sexo biológico por seus professores. Em realidade, o "kit-gay" se referia ao projeto "Escola sem Homofobia", um material sobre como discutir diversidade sexual e preconceito no ambiente escolar. Confundido com o que seria um fomento à homossexualidade, o projeto nunca chegou a ser implementado e acabou servindo para motivar uma enxurrada de "fake news", chegando ao ápice do desatino quando o candidato da oposição foi acusado de propor inclusive a legalização da pedofilia.

A polêmica em torno do "kit-gay" mostra como a sexualidade se tornou problemática central nas disputas de poder, mas é preciso dizer que não é apenas no campo discursivo que a luta vem sendo travada. O país onde um grupo de pessoas conseguiu eleger um presidente que entende educação sexual como sinônimo de incentivo à homossexualidade também é o país onde esse mesmo grupo criou um movimento contra a chamada "doutrinação ideológica e de gênero" nas escolas, cancelou uma mostra de arte que trazia questões de gênero e diversidade sexual, queimou em público uma boneca com o rosto de uma das maiores filósofas feministas da atualidade, assim como promoveu uma série de outros esdrúxulos episódios que marcaram o nosso

[2] Segundo notícia retirada do jornal El País, disponível em: https://bit.ly/2NEE3pn.

presente. Não à toa, é o país onde milhares de mulheres e corpos LGBT+ têm suas vidas abruptamente interrompidas todos os anos, simplesmente pelo fato de existirem[3].

Neste texto, gostaria de voltar ao passado para investigar um outro momento de pânico moral que nos mostra como a nossa compreensão sobre o sexo foi construída historicamente. Refiro-me à intensa cruzada moral que foi promovida pelo saber médico em relação ao que os médicos denominaram como "perversões sexuais", assim entendidas as formas de sexualidade não reprodutivas e não heterossexuais durante os séculos XIX e XX. Para pensar sobre isso, trago trabalhos que encontramos nas bibliotecas de medicina e que se tornaram referências na ciência das perversões, tanto os que vieram do exterior, quanto os que foram elaborados aqui[4]. Como esses discursos produziram corpos e sexualidades? Que resquícios trazem de técnicas de poder cristãs? Como o saber médico pode ser lido pelo conceito foucaultiano de "governo" por pretenderem dirigir as condutas sexuais? São questões que pretendo discutir aqui.

Michel Foucault será o autor que mais nos guiará nessa jornada e a motivação dessa escrita parte do que o filósofo chamou de "diagnóstico do presente". Para ele, o/a intelectual é aquele/a que deve desnaturalizar e diagnosticar o presente para fazer aparecer o que está tão próximo e intimamente ligado a nós que não percebemos. Dessa forma, a análise foucaultiana desloca o trabalho do/a historiador/a, que não olha para o passado para saber o que de fato aconteceu, já que não há uma realidade fixa à espera de nossa luz, mas apenas discursos que a constroem de acordo com seus referênciais. Como Foucault (2005, p. 348) nos diz no texto "O que são as Luzes?", de 1984, o passado serve para entendermos como nos tornamos o que somos e então deduzirmos "da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos".

---

[3] Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, disponível em: https://bit.ly/2NPaTnT.

[4] As produções médicas que compõem esse texto foram encontradas nas bibliotecas de medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade de São Paulo (USP).

Foucault, a sexualidade e o governo

Em *História da sexualidade*, "A vontade de saber", de 1976, Foucault (2017, p. 150) nos apresenta ao "biopoder", uma forma de poder que incide sobre os corpos e se expressou de duas maneiras no século XIX. A primeira voltou-se para o corpo como máquina, buscando o adestramento dos corpos por meio de técnicas de vigilância e disciplinarização que vinham se desenvolvendo desde o século XVII. A segunda voltou-se para o corpo como espécie e teve como objetivo administrar as populações por meio de mecanismos de gestão da alimentação, saúde, higiene e natalidade que foram elaborados em meados do século XVIII. A primeira é a expressão disciplinar do biopoder, enquanto a segunda é sua expressão biopolítica.

O biopoder tem como objeto fundamental a sexualidade, que deu margem tanto a um conjunto de micropoderes, exames, controles e vigilâncias infinitesimais, quanto a campanhas ideológicas, operações políticas, medidas sociais e estimativas estatísticas. Foucault (2017, p. 114) então mostra como a sociedade do biopoder é uma sociedade do sexo, que ganhou uma grande importância no século XIX, quando os investimentos do saber se fixaram em quatro figuras: a mulher histérica, a criança onanista, o casal malthusiano e o adulto perverso. Em realidade, essas eram figuras que se esboçavam desde o século anterior por quatro estratégias. A primeira fez com que as mulheres tivessem seus corpos analisados e (des)qualificados por meio de uma patologia que lhes seria intrínseca e que as tornavam objetos de uma intervenção médica que foi feita em nome da mulher que se buscava instituir – a Mãe casta e passiva. A segunda fez com que a masturbação infantil fosse entendida como uma patologia e um perigo. A terceira buscou regular a reprodução, ora a restringindo, ora a reforçando. A quarta limitou os prazeres sexuais, colocando a maior parte deles para o terreno do patológico.

No fim, o que eram essas estratégias? Eram lutas contra a sexualidade? Esforços para assumir seu controle? Tentativas para regulá-la ou para esconder o que ela tinha de indiscreto, gritante e indócil? Foucault (2017, p. 115) se coloca essas perguntas, logo

respondendo que elas eram a própria produção da sexualidade no século XIX. O filósofo então desfaz a ideia de que a sexualidade seria um dado da natureza que o poder tentaria reprimir ou um domínio obscuro que o saber tentaria desvelar. A sexualidade é um dispositivo, algo que é produzido, que opera de acordo com técnicas móveis e conjunturais de poder, que penetra nos corpos e controla as populações de formas cada vez mais globais. Em outras palavras,

> A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2017, p. 115).

Se a sexualidade foi construída historicamente, isso significa que a maneira como nos relacionamos com ela nem sempre foi a mesma. Por isso o retorno aos antigos, um projeto no qual o filósofo busca pensar como os corpos foram levados a se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade, e como as atividades e os prazeres ligados a essa sexualidade se tornaram objetos de uma preocupação moral. A investigação é o tema de *História da Sexualidade*, "O uso dos prazeres" e *História da Sexualidade*, "O cuidado de si", ambos publicados em 1984. Os dois trabalhos mostram que os gregos tinham outro vínculo com a sexualidade, começando pelo fato de que a identidade das pessoas não era definida por suas práticas sexuais, fossem elas homoeróticas ou não. É o que mostra Artemidorus, um filósofo pagão do século III, cujos textos indicam que não importava se o indivíduo fazia sexo com uma mulher ou um homem, mas sim se o parceiro era livre ou escravo, rico ou pobre, jovem ou velho, ativo ou passivo.

Foucault, ainda nesses dois livros, nos mostra que os antigos tinham uma preocupação com a austeridade sexual e com a abstinência, mas que isso não se desdobrava em uma lei ou uma interdição moral, como seria nas lições cristãs e na literatura médica do século XIX. Em realidade, os gregos viam a continência como um exercício para o controle de si, por meio do qual as pessoas aprendiam a dominar a si e suas paixões. A principal questão que se colocava aos antigos era se o indivíduo atingiu

"apatheia", que significava o domínio de si, algo muito diferente do que viria a ser a ideia cristã de "apatia", ligada à anulação da própria vontade. Para isso ser possível, havia instrumentos, formas de direção e exames de consciência. Era possível estabelecer uma relação de obediência com um guia espiritual, que durava apenas o tempo necessário para que se aprendesse a se conduzir sozinho. Era possível recorrer à análise dos sonhos, à escrita e à memória. Uma vez que se descobriam falhas, não havia autopunição, mas uma regra de conduta para o futuro. Não se tratava de ser o acusador de si mesmo, mas o administrador de si mesmo para melhor gerir suas emoções e melhorar suas ações.

A emergência do cristianismo deu surgimento a um espaço totalmente diferente do que era o mundo antigo. Um famoso médico francês bastante lido em terras brasileiras afirmaria: "A era cristã abriu-se felizmente para por um freio à exaltação dessas turpidas pagãs. Foi o lado mais belo da sua obra sublime" (GARNIER, 1901, p. 15). Encontramos exaltações como essa em diferentes discursos médicos, como resíduos de uma moral cristã da qual os homens de saber-poder custariam para se desvencilhar. Antes de pensarmos sobre essas continuidades, vejamos como o cristianismo se apropriou de técnicas antigas e criou uma nova relação com a sexualidade. Esse é o tema de *História da Sexualidade*, "As confissões da carne", que aguarda a edição brasileira e foi publicado em francês apenas em 2018. Ainda assim, outros trabalhos também abordam o assunto, como o curso *Do governo dos vivos*, de 1980, e os textos "*Omnes et Singulatim*: uma crítica da razão política", de 1981, e "Sexualidade e Poder", de 1978.

Nesses trabalhos, o filósofo mostra que o cristianismo criou uma modalidade de poder em que os pastores conduzem a conduta de seu rebanho a fim de levá-lo à salvação. Foucault (2006b, p. 65) denomina essa forma de poder de "pastorado", designando assim uma forma de poder que introduziu "a ideia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte". O poder pastoral é um poder de governo, que, na analítica do poder foucaultiana (2014a, p. 13), quer dizer condução das condutas. É por essa razão que o poder pastoral não se preocupa em impor leis gerais, e

sim tecnologias comportamentais que orientem a conduta do rebanho. É pela mesma razão que o vínculo entre pastores e ovelhas é livre e voluntário. Toda direção só funciona na medida em que o dirigido quiser ser dirigido, e funciona tão bem justamente porque as ovelhas querem ser dirigidas. Não à toa, as ovelhas são uma alusão de nós mesmos, uma crítica de como aceitamos tão facilmente poderes essencialmente normalizadores.

Foucault (2006a, p. 368) também mostra que o pastorado cristão se apropriou de dois instrumentos fundamentais do mundo antigo, a direção e o exame de consciência, mudando-os significativamente. Eis que para melhor dirigir o rebanho, é preciso que a obediência das ovelhas seja total, exaustiva e perfeita. Além disso, é preciso que as ovelhas enunciem suas faltas, revelem seus segredos e se confessem para que os pastores saibam tudo o que fazem, pensam e escondem. Por meio de sua obediência e enunciação, os pastores então dizem quem elas são e lhes prescrevem uma punição coerente com as faltas cometidas para que as próprias ovelhas se punam e deixem de ser quem são. Assim, o que era uma direção temporária passou a ser uma obediência permanente, enquanto o que era um exame de consciência para conhecer e dominar a si mesmo passou a ser usado para castigar e renunciar a si mesmo. O cristianismo então desenvolveu técnicas centrais na subjetividade cristã e ocidental, a obediência constante e o dizer tudo de si mesmo, e fez com que o homem ocidental aprendesse durante milênios o que nenhum grego jamais teria aceitado, como diz Foucault (2008, p. 174).

O cristianismo também acabou nos colocando uma nova forma de nos relacionarmos com a sexualidade nesse processo. Afinal, se o sujeito é aquele que deve se confessar, não é qualquer coisa que ele deve enunciar, mas sim aquilo que é da ordem do desejo sexual, das práticas sexuais e dos pensamentos lascivos. O que está em jogo então não é um conjunto de atos permitidos ou proibidos, mas sim uma técnica para analisar o pensamento que coloca o sexo em discurso e faz dele um problema fundamental. Emerge daí uma obrigação de dizer a verdade que faz com que os indivíduos se examinem constantemente como sujeitos de uma sexualidade. Assim, a sexualidade deixa de ser aquilo que simplesmente se pratica, para ser aquilo que define a

identidade dos seres e que se esconde em toda parte como um enigma perigoso e constante que é preciso confessar, castigar, corrigir e renunciar.

Tudo isso desemboca na ciência médica do século XIX. Richard Sennett (1981, n.p.) já diria que os médicos desse momento estão "mergulhados nas fórmulas cristãs fundamentais sobre o relacionamento entre desejo, discurso e dominação política". Foi nesse período que as práticas sexuais ganharam um significado patológico, pelo menos aquelas que não estavam de acordo com o sexo que há muito tempo a moral cristã já impunha como o correto. Assim, o problema do pecado parece ter sido transferido para o problema da doença. Foucault (2017, p. 158) mostra como que, tal como faziam os padres, os médicos fizeram com que a sexualidade fosse esmiuçada nos seus mínimos detalhes. "Foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância". Tornou-se a chave da individualidade e o que permitia analisá-la, permitia constituí-la.

Nas páginas que seguem, teremos como foco a parte da medicina que se destinou a pensar sobre o sexo, a ciência sexual, para discutir como o saber médico funcionou como uma máquina de produzir corpos e sexualidades; uma máquina que nos remete às formas de poder cristãs e suas técnicas de direção, mostrando como a história da sexualidade moderna já se forma em grande parte com a pastoral cristã. Focaremos então na patologização dos prazeres perversos, nos tantos discursos médicos que fizeram com que os indivíduos passassem a se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade, ou patológica, ou normal. Veremos como os corpos ditos perversos, desviantes, anormais, são aqueles que não podem ser eles mesmos; aqueles que oferecem um perigo tanto para si mesmos, quanto para toda a espécie humana. Descobrindo sua sexualidade, devem reconhecer a doença através dela e se opor a tudo o que ela remeta. Devem, enfim, renunciar a si mesmos. "Curar-se".

O saber médico das perversões

Duzentos e trinta e oito casos e uma extensa tipologia científica dos comportamentos sexuais: assim se estrutura o livro *Psychopathia sexualis*, que, publicado em 1886, tornou-se o grande símbolo da nova ciência sexual[5]. Seu autor, o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, era um dentre o crescente número de sexologistas. Organizando os corpos conforme suas "perversões", o médico descreveu uma série de "anomalias do instinto sexual", como a necrofilia, fetichismo, sadismo, masoquismo, exibicionismo, lesbianismo, homossexualismo, transvestismo, hermafroditismo psíquico, ninfomania e onanismo – para citar alguns dos ditos distúrbios ou, nas palavras de Foucault (2017, p. 48), dos "belos nomes de heresias".

O trabalho de Krafft-Ebing transformou as experiências que subvertiam o feminino e o masculino normativos ou que contrariavam o sexo reprodutivo e heterossexual em transtornos médico-psiquiátricos. Como o médico (1905, p. 81) nos dizia no livro *Textbook of insanity*, a "individualidade mental depende em sua maior parte da natureza da sensibilidade sexual" e, sendo assim, "anormalidades do instinto sexual levam a muitos casos de erros sexuais que podem se tornar importantes causas de insanidade". A diferença sexual tornou-se patologia, podendo, inclusive, levar a uma série de distúrbios mentais. Daí a importância de colocá-la sob o olhar atento do médico, de classificá-la e especificá-la, fazendo com que a identidade do indivíduo seja a sua sexualidade. Foucault, sobre isso, coloca que:

> A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, o introduz nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão desses milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo (FOUCAULT, 2017, p. 49).

[5] Outros médicos também marcaram a ciência sexual desse período, como Magnus Hirschfeld e Havelock Ellis, que buscaram reconhecer a variabilidade sexual mais do que patologizá-la. Richard Miskolci (2009, p. 165) diz que, por isso, a eles é creditada uma versão menos sexista e menos homofóbica sobre o comportamento sexual.

Vejamos rapidamente alguns casos. Comecemos por Z., de 29 anos, que tinha um pai nervoso, tia insana e vários parentes muito nervosos e estranhos. "Perguntas a respeito do abuso dos órgãos sexuais provocaram a confissão de que se masturbava desde a juventude". Além disso, sentia um estranho prazer em cenas masoquistas, quando se autoflagelava ou via alguém sendo açoitado. Tinha orgasmo e, geralmente, ejaculação. Adquiriu uma fascinação por panturrilhas femininas e orelhas, além de uma estranha paixão por gatos: considerava-os simplesmente lindos, e ver um gato podia tirá-lo da mais profunda depressão. "À primeira vista, nada havia de estranho na aparência do paciente; sua pélvis, porém, era anormalmente larga, os ilíacos achatados e o quadril oblíquo e claramente feminino". Krafft-Ebing (2001, p. 49-50) ainda registrava que, além de tudo isso, o paciente tinha "olhos neuropáticos".

Outro caso interessante é o do paciente X., de 35 anos, homossexual. Filho de mãe insana e tendo irmão hipocondríaco, "era menino pequeno quando começou a se masturbar". Na maturidade, cometeu "excessos libidinais" e ficou neurastênico. Adquiriu uma inclinação por rapazes e, à medida que sua libido aumentava, sua virilidade diminuía. Satisfazia suas necessidades sexuais por meio da masturbação e, ao relacionar-se com meninos, sentia-se moralmente reprimido, uma vez que tinha consciência de ter realizado um "ato perverso, indecente e passível de punição", como colocava Krafft-Ebing (2001, p. 138-139).

Já outro paciente, Z., de 36 anos, buscou ajuda por uma anomalia em seus sentimentos sexuais. Seu pai era neuropata e sofria de pesadelos noturnos. A avó, também neuropata. Um irmão do pai, débil. Aos oito anos, o paciente começou a se masturbar e notou uma inclinação por pessoas do mesmo sexo. Ficou neurastênico pela masturbação excessiva. Ocorriam-lhe pensamentos lascivos e frequentemente sonhava com homens. Para "se curar", começou a visitar bordéis. Desejava se casar, mas temia ser incapaz de amar uma mulher "decente". Z. teria uma "fraca inclinação congênita pelo sexo oposto, com uma propensão maior a pessoas do mesmo sexo, que, por causa da masturbação precoce resultante do instinto homossexual, enfraquecera-se ainda mais".

Krafft-Ebing (2001, p. 169-173) então recomendava que ele se opusesse aos impulsos homossexuais, exercitasse os desejos sexuais "normais" e se furtasse da masturbação. Também indicava a hipnose, a hidroterapia e a faradização geral.

Foucault (2017, p. 47-48) entende que "o homossexual do século XIX torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa". O estudo de Krafft-Ebing faz exatamente isso. São modos de vida tornados casos, e casos que capturam a minúcia da existência: é o parente neurastênico, o sonho lascivo, o pensamento perverso, uma anatomia de um determinado tipo ou até mesmo um gosto por gatos. É como se fosse preciso ir atrás de cada passo desses comportamentos e atitudes que já são moralmente "anormais" sem serem patologicamente doenças. Nessa caça às sexualidades "periféricas", tudo passa a ser suspeito. O dispositivo da sexualidade faz o sexo ser algo ameaçador, que precisa do olhar atento, das observações constantes e das perguntas que extorquem confissões.

Essa dinâmica acaba escancarando como as técnicas de poder cristãs respingavam no saber médico, sobretudo as formas de direção e de exame baseadas na obediência total e no dizer tudo de si mesmo. Não é à toa que os pacientes de Krafft-Ebing apareçam confessando alguma coisa a todo o momento. Confessam seus sonhos, seus desejos, a masturbação que tiveram quando eram crianças ou a que ainda praticam nos recônditos de seus lares. Garnier (1901, p. 142) já afirmava que um ato tão "odioso" e "vergonhoso" como a masturbação não podia ser "confessado em voz alta". De acordo com o médico, era por esse motivo que era preciso estabelecer "um interrogatório especial ao uso dos médicos", algo que nos mostra o quão perto as práticas médicas estavam do confessionário cristão.

Se a sexualidade ainda é aquela que se confessa, a diferença é que agora não era mais para o padre que a torna pecado, mas para o médico que a torna doença. Quando confessam, dizendo "a verdade sobre si mesmos", os pacientes tinham suas identidades marcadas por uma patologia que seria intrínseca e recebiam um tratamento que prometia

curá-los. Um curar que parece trazer uma renúncia de si, uma vez que, de modo muito semelhante com o que ocorria ao sodomita cristão, os corpos considerados perversos eram aqueles que não podiam ser eles mesmos: deviam reconhecer a perversidade que se escondia em seus atos e se opor a cada pensamento ou impulso desviante. A ciência das perversões é um registro do nosso esforço em conhecer a nós mesmos e, ao mesmo tempo, em combater a nós mesmos.

É preciso perceber ainda que não era somente a confissão que revelava a sexualidade perversa, mas também o histórico familiar. Krafft-Ebing e toda sua geração foram marcados pelo discurso da hereditariedade, o que fazia das perversões sexuais degenerações congênitas e hereditárias. Qualquer comportamento sexual desviante poderia trazer sérios danos tanto ao indivíduo, quanto à sua descendência, visto que era como um estigma que gradualmente se acumularia e seria levado de geração em geração, podendo chegar a alguém na forma de perversão sexual, neurastenia, histeria ou outras psicoses. Foucault (2017, p. 128) mostra que o discurso da hereditariedade colocava o sexo em posição de responsabilidade biológica com relação à espécie, de maneira que o sexo poderia ser afetado por suas próprias doenças, mas também transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras.

Estamos, pois, na era da teoria da degenerescência, que entendia que a espécie humana se degenerava em função de certos caracteres transmitidos hereditariamente. Todo degenerado tinha um degenerado na árvore genealógica, assim como levaria a degeneração para frente. E quem eram os degenerados? Eram as lésbicas, prostitutas, feministas, anarquistas, criminosos, negros, loucos, homossexuais. Eram os que fugiam da normalidade colonial branca, europeia, heterossexual e misógina. Eram corpos que o saber médico, ao ligá-los a uma anormalidade inata e hereditária, legitimou que fossem perseguidos, confinados, internados, medicalizados, encarcerados, esterilizados, deportados, castrados e até mesmo exterminados por políticas eugênicas e higienistas. Afinal, essas existências não só não podiam ser quem eram, como não podiam continuar

transmitindo seus estigmas às futuras gerações de um mundo fantasioso no qual só haveria lugar para o homem hétero-branco-cis e seu objeto necessário – a Mãe.

Foucault (2010, p. 277) nos mostra que nesse momento surgiu uma medicina que não tinha como função simplesmente curar, mas prevenir a sociedade contra os perigos que ela poderia ser vítima em função dos anormais. Assim, também surgiu uma forma de racismo interno contra os indivíduos que, sendo portadores de um estigma ou um defeito qualquer, poderiam transmitir aos seus herdeiros as consequências imprevisíveis do mal que traziam em si. Por isso a necessidade de detectar e eliminar as condutas anormais ou os próprios corpos considerados anormais, como forma de prevenção e de defesa da sociedade. A ciência sexual que surgiu nesse contexto nasceu no afluxo das ideais da degeneração da raça. Aos médicos, cabia lidar com os seres de sexualidade perversa, já que, se as perversões sexuais não fossem controladas, poderiam levar a uma degeneração generalizada na espécie humana. Portanto, a degeneração acabou sendo a maior peça para a medicalização dos corpos.

O discurso das perversões sexuais encontrou um solo fértil em terras brasileiras, onde ele aparece em uma série de teses e livros. Afrânio Peixoto talvez tenha sido quem mais popularizou a ideia ao nos apresentar aos "missexuais". Assim o médico chamava os seres de sexualidade anormal que deviam ser corrigidos, tratados e curados pela ciência médica, o único domínio capaz de reestabelecer a "normalidade" desses corpos. Em 1935, na introdução para o livro *A inversão dos sexos*, do médico Estácio de Lima, Peixoto afirmava que:

> Não é pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer, e corrigir. Não religião ou direito, que nada têm que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez, para repor o homem desviado, a mulher pervertida, na sua saúde normal (PEIXOTO, 1935, p. viii).

Peixoto apresenta outra forma de ver as perversões, não como desordens mentais, mas como disfunções hormonais. Para ele (1932, p. 105), um homossexual podia ser simplesmente um homem que sofria de tuberculose dupla dos testículos e que, se

realizasse um enxerto do testículo ectópico, acabaria com os "gostos invertidos". Assim também achavam médicos como o espanhol Gregório Marañón, que, como diz James Naylor Green (2000, p. 199), teve uma grande recepção no saber médico brasileiro. Marañón propunha que a homossexualidade era causada por um desequilíbrio endócrino orgânico, embora entendesse que a constituição biológica fosse uma predisposição, não uma determinação. Peixoto também não negava a influência de fatores externos nos desvios sexuais e recomendava um tratamento moral que podia ser feito por médicos, psicólogos e até pela Igreja. Todavia, a maioria das perversões era mesmo uma disfunção hormonal, só podendo ser "corrigida" pela opoterapia.

Peixoto era um dos maiores defensores do exame pré-nupcial, o ponto de intersecção entre os investimentos em relação às sexualidades não normativas e à reprodução. Afinal, se o desvio sexual era hereditário, bastava restringir a reprodução dos anormais. É preciso lembrar que sexo e fecundidade são administráveis na biopolítica, e que o saber médico se tornou um dos principais meios para o bom regulamento dos casamentos, nascimentos e sobrevivências. Pedro Monteleone, outro médico que nos deixou interessantes narrativas em sua tese *Os cinco problemas da eugenia brasileira*, de 1929, dizia que os desvios sexuais impediam a evolução da espécie e que a reprodução devia ser refreada nesses casos em que era nociva ao indivíduo e à raça. Era apenas perceber como todos os dias as clínicas se enchiam de "crianças taradas", "um grande sintoma de degeneração". Monteleone (1929, p. 19) então se perguntava: "Não está claro que devemos impedir a procriação aos anormais, porque eles geram anormais?"

As "crianças taradas" às quais o médico se referia eram aquelas que se masturbavam, outro ponto de fixação do dispositivo da sexualidade que se cruzava com o saber das perversões. A masturbação, afinal, era tanto uma perversão em si, quanto aquilo que levava a alguma, e é preciso lembrar que eram raros os pacientes de Krafft-Ebing que não a tinham no histórico. Foucault (2010, p. 205) diz que, em realidade, o problema se desenhou bem antes, quando os médicos travaram uma verdadeira cruzada contra a masturbação infantil no século XVIII, por meio da qual os pais aprenderam que o

sexo de seus filhos era problemático e as crianças aprenderam que sua relação com o próprio corpo era errada. A sexualidade cotidiana e banal das crianças tornou-se o perigo que era preciso vigiar e a doença que era preciso corrigir, algo que então demandava tanto o controle familiar, quanto a intervenção médica.

Thomas Laqueur (2003, p. 15) mostra que a paranoia teria começado com um tratado, *Onania, the Heinous Sin of Self-Pullution*, publicado em 1712. O autor, anônimo, foi quem teria criado a brilhante e bem sucedida associação entre o abuso de si e a história bíblica de Onan, aquele que desperdiçou seu esperma na terra e foi castigado por Deus com a morte. "Onanismo" então passou a nomear o sexo solitário, um pecado qualquer que aos poucos se tornava uma perigosa doença. Algumas décadas depois, em 1760, seria publicado o famoso *L'Onanisme. Dissertation sur le maladies produites por la masturbation*. Samuel-Auguste Tissot (2003, p. 20), médico e autor da obra, dizia que o onanismo era um "mal que consegue minar a saúde em silêncio, sem que suas vítimas suspeitem de sua malignidade", pois o gasto intencional e desnecessário do líquido seminal provocava epilepsia, estupidez e loucura. No pior dos casos, poderia até levar à morte – não por contrariar à Deus, mas à natureza.

Mais de um século depois, os médicos continuavam preocupados com a masturbação. Garnier, um dos tantos médicos europeus que muito eram mencionados nas teses brasileiras, entendia a masturbação como o grande vício moral de nossa sociedade, um perigo que exercia a "mais fatal influência sobre o cérebro". Garnier dedicou um de seus livros só ao assunto, buscando nos alertar para os graves efeitos dessa prática e nos mostrar os casos daqueles que cometeram esse "atentado" contra si mesmos. Nesse livro, chamado *O onanismo só e a dois: sob todas as suas formas e suas consequências*, de 1883, o médico dizia que:

> Se muitas vezes não é mais do que um efeito acidental e passageiro da idade ou da constituição, condições especiais, o onanismo aparece também como um vício persistente, um sinal de depressão ou de perversão das faculdades morais e afetivas. Conduz desde então, aos hábitos mais funestos, às inclinações mais vergonhosas e degradantes, aos crimes mais abomináveis e às doenças graves e muitas vezes mortais. Tal é, em resumo, este mal tão leve e insignificante na aparência, e cujas consequências são às vezes terríveis. É por isso que,

> considerando-o quase inofensivo no físico, o Snr. Christian, sob o ponto de vista moral, o qualifica de crime contra a natureza, crime contra a espécie, que nunca será de mais censurar-se energicamente (GARNIER, 1901, p. 41).

É preciso dizer que, em muitos dos trabalhos, por vezes temos a sensação de estarmos mais diante de uma suma cristã do que de uma tese médica. Hernani de Irajá (1918, p. 84), por exemplo, dizia que os masturbadores são aqueles que se deixam levar por "ideias lascivas e satânicas". Irajá foi um sexólogo brasileiro, escritor do livro *Psychoses do amôr: estudo sobre as alterações do instincto sexual*, de 1918. Irineu Vasconcellos, por sua vez, deixou até mesmo uma lista de recomendações àqueles que sofriam do mal da masturbação e queriam se tratar. Eram regras elaboradas por um famoso fisiologista americano que ajudariam o indivíduo que, "por infelicidade", tivesse "contraído esse mau hábito", como ele dizia em *Possibilidade e dever da castidade antes do matrimônio*, de 1919. Vamos a elas:

> 1ª – Dormir em cama dura, com coberta ligeira, sobre o lado direito, e num quarto bem ventilado; 2ª – Comer pouco, alimentos simples e bem cozidos. Comer carne uma vez só por dia. Evitar cousas desnecessárias, como pimenta, chá forte, tabaco, bebidas alcoólicas e café em excesso; 3ª – Não se preocupar mais com a falta cometida, mas consagrar-se totalmente aos estudos ou aos trabalhos; 4º - Levantar-se uns quarenta e cinco minutos antes do café, tomar um banho frio de esponja ou de chuveiro, beber dois copos d'agua fria e dar um pequeno passeio. Si, entretanto, tiver algum trabalho em casa antes do almoço, pode deixar de fazer o exercício fora; e, se, houver mau tempo, um vigoroso exercício no quarto com a janela aberta para substituir o passeio ao ar livre (HALL apud VASCONCELLOS, 1919, p. 22).

Paul B. Preciado (2017, p. 106) traz um espantoso dado sobre isso ao dizer que mais de vinte instrumentos diferentes para prevenir a masturbação foram arrolados em um órgão de registro de patentes americano entre 1856 e 1917. Eram luvas noturnas para evitar o contato genital, ferros de cama que inibiam o atrito dos lençóis contra o corpo, grilhões de contenção que impediam a fricção das pernas e uma variedade de cintos de castidade desenhados tanto para homens, quanto para mulheres. Preciado (2017, p. 103) entende que a mão masturbadora coloca em risco a tecnologia de produção dos corpos heterossexuais e que por isso deve ser disciplinada por um conjunto igualmente importante de tecnologias de repressão. Todos os discursos, orientações, tratamentos e

instrumentos que vimos fazem parte dessa tecnologia de produção dos corpos, buscando a garantia do sexo heterossexual e da reprodução.

Lembremos que o maior pecado de Onan não foi exatamente o de se masturbar, mas o de desviar seu esperma do seu destino natural e necessário: a reprodução. É por essa razão que a mão não podia tomar o lugar dos órgãos genitais, assim como o sexo solitário, homoerótico e/ou não reprodutivo não podia desbancar o sexo heterossexual direcionado para a procriação. Garnier (1901, p. 165) já dizia que as mulheres eram ainda mais inclinadas ao nefasto ato da masturbação por causa de seu "nervosismo exagerado" e que, às onanistas, sequer adiantava prescrever o casamento já que elas seriam indiferentes aos maridos e nem poderiam lhes dar filhos. A explicação do médico: por terem se entregado à masturbação, teriam ficado estéreis. "Não se masturbem, pois, mulheres, já que ficarão estéreis e não cumprirão sua real função no mundo: serem mães e servirem ao macho". Eis o que esses discursos parecem dizer. A seguir, veremos como o discurso médico das perversões sexuais não serviu apenas para demarcar o lugar do sexo normal, mas também para delimitar o papel das mulheres.

A "fêmea bem materna"

Em seu livro *Novos rumos da medicina legal*, de 1932, Afrânio Peixoto (1932, p. 100) nos apresenta K., "perfeita senhora, respeitável matrona, mãe de filhos, a quem a menopausa trouxe essas perturbações". As perturbações às quais o médico se referia eram sintomas de ninfomania que a paciente começou a manifestar durante o climatério, quando ela passou a "procurar soldados em um estabelecimento militar para se entregar". Peixoto então mostrava que muitas mulheres adquiriam perversões sexuais com o fim da idade reprodutiva, muitas se tornando anormalmente "lascívias" e se "masculinizando". Embora o marido de K. tivesse a enclausurado em um hospício, o médico tinha uma saída muito mais simples para as mulheres de sexualidade acentuada que tanto preocupavam a sociedade burguesa. Para ele,

> Uma insaciável Messalina, "Donas Juanas" de "estro" permanente, têm apenas foliculina demais, o hormônio feminino, que já se obtém cristalino... Uma impassível Recamier 'glaçons' ou mulheres de gelo, sem "estro" não têm foliculina... Uma aplicação desses hormônios, e o dia e noite, a indiferença será provocação, a virtude vicio... Mais ou menos foliculina. Velhas aposentadas tornam-se eruptivas, meninas impúberes tornar-se-ão explosivas – com a foliculina. As mulheres invertidas, as mulheres estéreis, as mulheres obesas, naufragadas na gordura endireitam-se, curam-se, adelgaçam-se com a foliculina (PEIXOTO, 1932, p. 126).

Peixoto era um dos tantos médicos que via as perversões sexuais como o resultado ou do excesso ou da falta do hormônio segregado pelos ovários. Elas então estavam ligadas às transformações hormonais inerentes ao corpo feminino, um discurso que fazia da mulher um ser ligado aos seus órgãos reprodutivos e aos seus hormônios. Fabíola Rohden (2008, p. 136) mostra que praticamente todo o comportamento feminino poderia ser lido em função dos seus órgãos sexuais e dos seus ciclos reprodutivos, sobretudo o que era visto como anormalidade. Mães por "natureza", as mulheres que chegavam ao fim da idade reprodutiva supostamente ficariam mais suscetíveis às perversões sexuais. O climatério e a menopausa eram momentos chave para o aparecimento de transtornos como histeria, loucura, lesbianidade e ninfomania. O tratamento: a reposição das substâncias produzidas pelos ovários ou sua castração.

Embora a maior parte das perversões sexuais femininas fosse entendida pela ciência como consequência do momento da vida em que as mulheres não poderiam mais reproduzir, elas também podiam ser manifestadas na própria idade reprodutiva. Sandra Caponi (2019, p. 36) nos mostra que era o caso das mulheres eruditas e feministas, que ganharam um distúrbio específico: o hermafroditismo psíquico. Assim eram diagnosticadas aquelas que pensavam e se comportavam como homens, decidindo estudar, querendo ser livres e escapando do dever do matrimônio e da maternidade. Era indispensável que elas agissem conforme seus corpos e crânios, já que, agindo como se tivessem um cérebro masculino e não cumprindo os deveres maternais, seus órgãos maternos se atrofiariam e elas se tornariam "andróginos repugnantes e inúteis", como

mostra Caponi (2019, p. 38) em referência às ideias do psiquiatra alemão Paul Julius Moebius e sua teoria das hermafroditas psíquicas que vinha de Krafft-Ebing.

Outro transtorno que poderia afetar as mulheres em qualquer fase era a prostituição, que teve um lugar especial na obra do médico e criminologista italiano Cesare Lombroso. No livro, *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, publicado em conjunto com o sociólogo Guglielmo Ferrero em 1896, Lombroso constrói a teoria de que a prostituta seria uma "degenerada nata", ou seja, a principal figura feminina que degenerava a espécie. Apenas seus traços já denunciavam seu distanciamento em relação à "mulher honesta", como a menor capacidade craniana, mandíbula grande, mãos mais longas, pés curtos e cabelos volumosos. Além disso, a maioria delas teria perdido a virgindade com menos de 20 anos e demonstrava uma sexualidade excessiva, com forte inclinação a depravações sexuais. Não à toa, muitas eram ninfomaníacas e até mesmo "tríbades". Elas então estavam longe da "mulher normal", caracterizada como naturalmente inferior ao homem, dotada de uma mentalidade próxima à das crianças e dos "selvagens", e cuja "energia sexual era canalizada para a realização de sua essência: o desejo de ser mãe", como nos mostra Margareth Rago (2002, n.p.).

É por essa razão que Peixoto (1932, p. 100) olhava para K. e lamentava o fato de uma "mulher casta, bem materna, mulher 99%" ter perdido os "caracteres femininos" pela chegada da menopausa. Afinal, como não lastimar o fato de uma mulher "normal" ter se desviado do seu verdadeiro eu, materno e pudico? O acentuado desejo sexual de K. incorporava os pavores acerca da sexualidade feminina exacerbada, tantas vezes diagnosticada como ninfomania. Carol Groneman (1994, p. 342) diz que as ninfomaníacas eram mulheres que questionavam os papeis de filha, esposa e mãe que eram entendidos como um "bastião necessário diante das incertezas de uma sociedade em mutação". Nesse contexto, a ninfomania se constituiu como uma categoria para patologizar até os mínimos comportamentos sexuais femininos, de forma que uma mulher que tivesse tido

sonhos lascivos, orgasmo clitoriano, relações com outras mulheres e/ou praticado a masturbação já poderia se inserir no quadro da doença.

Dentre as mulheres de Krafft-Ebing, vejamos, para findar este item, o caso da paciente T., de 26 anos. Como sempre, seu histórico não era dos melhores: seu irmão era neuropata e sofria de histeria, enquanto a mãe era hipersexual e ninfomaníaca. Passou a sentir-se atraída por garotas com apenas 12 anos e, quando cresceu, uma prima lhe ensinou os "mistérios do amor lésbico". Teve muitos casos amorosos e praticava "inclusive a cunilíngua". Certa vez, chegou a mobiliar um apartamento onde "se entregava a frequentes orgias com dedo e língua, às vezes por horas". Adquiriu melancolia e pensou em suicídio, quando começou a escrever cartas de despedida – "uma espécie de confissão". T. "lamentava tal situação e declarava-se pronta para fazer qualquer coisa a fim de se livrar dessa perversão e tornar-se uma verdadeira esposa e boa mãe". Foi tratada com hidroterapia e tratamento sugestivo. Krafft-Ebing (2001, p. 223) diz que a paciente apresentou um comportamento "absolutamente correto" depois.

T., escolhida aleatoriamente dentre as muitas vidas escondidas por detrás dos casos, mostra como o saber médico opera como uma forma de governo. Ou seja, como uma maneira de conduzir a conduta em que os sujeitos são aqueles que não só devem se curar, como devem não ser mais eles mesmos. O médico então não é somente quem define o lugar do patológico e do normal, mas quem diz quem somos, impõe uma verdade sobre nós mesmos e liga essa verdade à nossa própria identidade. K. assustava porque transgredia uma suposta natureza que seria intrinsecamente dócil, passiva e dessexualizada. Transgredia porque a natureza de toda mulher era ser uma "fêmea bem materna", como dizia seu médico. O mesmo ocorre com T., que contraria a heterossexualidade e os sentidos impostos às mulheres. Ao final, ela mesma parece se reconhecer como sujeita de uma perversão e se identificar na verdade médica.

Em realidade, as perversões sexuais femininas pareciam então funcionar como formas de instituir o lugar das mulheres, principalmente das mulheres brancas e burguesas, que eram construídas pelas narrativas médicas como mães e esposas

dessexualizadas, frígidas, castas, obedientes, passivas e do lar. Ninfomaníacas, histéricas, prostitutas, tríbades, hermafroditas psíquicas e onanistas eram todas imagens da sexualidade desviante e patológica que, no fim, transgrediam ao modelo de feminilidade branco e burguês. Era impensável que esses corpos pudessem se relacionar com outras mulheres, contrariando sua suposta heterossexualidade inata. Também era impensável que esses corpos pudessem querer trabalhar fora, ser eruditos ou ao menos ter desejo sexual. Logo, o saber médico ia construindo cada vez mais patologias, fazendo o dispositivo da sexualidade incidir especialmente sobre as mulheres. Para Rago:

> O rol das perversas sexuais se estende progressivamente: as lésbicas, de cabelos curtos, invejam os homens, pois gostariam de ter pênis; as solteironas, as feministas, as escritoras, as negras e mulatas. Próximas da aranha, ameaçadoras e fatais. Loucas. O desfile tipológico poderia prosseguir, trazendo à cena as construções ansiosas de muitos outros doutores, todos aflitos com a nova presença feminina em massa no cenário social, todos absolutamente preocupados em conter as mulheres, definir suas identidades, segurar seus desejos, dizer qual é o seu lugar (RAGO, 2013, p. 242).

Podemos ligar a origem de todo esse investimento discursivo sobre o corpo feminino ao medo da degenerescência e ao fato de que as mulheres estavam ocupando cada vez mais novos espaços e invertendo os sentidos atribuídos ao seu sexo naquele momento. Mas ainda é preciso considerar outro elemento. Em 1939, em um artigo para uma revista médica de Porto Alegre, o criminologista Luís Cacciatori dizia que devemos esquecer que a mulher foi a Virgem Maria, porque ela também foi a sanguinária Isabel de Inglaterra, a envenenadora Marqueza de Brivinlliéres, a assassina Carlota Corday, a perfídia Gabriela Bompard e o vício em grau supremo, Messalina. Cacciatori (1939, p. 32) dizia para não nos enganarmos com Maria, pois a mulher foi, acima de tudo, Eva, aquela que praticou "o crime de desobediência, legando a toda a humanidade, o fardo incomodo e incompreensível do pecado original".

Somos uma cultura que, dentre tantas narrativas possíveis, escolheu para ser seu mito de origem a história de um casal heterossexual, monogâmico e branco, no qual a mulher é a culpada por todo o mal que existe na Terra. É claro que isso tem uma série de consequências no nosso imaginário, como tão bem mostra Stephen Greenblatt (2018).

Acreditando ou não no conto de Adão e Eva, durante anos, e pelos mais diferentes meios, fomentamos a ideia de que a mulher é naturalmente perversa, pecadora, transgressora, promíscua. Nossa própria ciência legitimou esses sentidos, imputando-os em nossos corpos sob a fachada de supostas verdades inexoráveis. E não precisamos ir longe. Em pleno 2019, o atual presidente, em um discurso realizado para o Dia da Mulher, afirmou que da costela do homem, surgiu a mulher – aquela que "edifica o lar"[6]. Mas tudo bem, porque nunca faltam Evas para desobedecer aos governos.

Concluindo...

Em seu conto "O segredo do Bonzo", Machado de Assis (2007) nos apresenta a dois aventureiros que viajaram para um reino distante e se depararam com uma estranha situação. Uma multidão se aglomerava em torno de um homem que lhes dizia que os grilos surgiram do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova. O homem também dizia às pessoas que somente um homem com o seu nível de conhecimento e de estudo poderia ter chegado a esse descobrimento. O povo o ovacionou, saudando o homem que descobriu o segredo por trás dos grilos. Mais adiante, os dois aventureiros se defrontaram com outra situação semelhante: um outro homem defendia uma absurda teoria, e mesmo assim era aclamado pelo povo.

Intrigados com o fato de as pessoas acreditarem naquelas teorias, os dois foram atrás do monge que teria criado a doutrina que aqueles homens utilizavam e que lhes garantiam "a nomeada de grandes físicos e maiores filósofos", bem como seguidores "capazes de dar a vida por eles". O monge contou que havia consumido anos de sua vida com extensos estudos, até descobrir que conseguia alcançar o mesmo efeito das pessoas sem esse esforço. Segundo ele, de nada importava sua sabedoria, pois "se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na

[6] Segundo notícia retirada do jornal El País, disponível em: https://bit.ly/3dlZq3z.

opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente".

O conto de Machado de Assis é uma alusão de como ideias muitas vezes absurdas podem ser tomadas como verdades desde que respondam a certas condições. A ideia de que hoje temos movimentos sendo promovidos nas escolas brasileiras que sorrateiramente tentam transformar nossas crianças em homossexuais e as incentivar a querer trocar de sexo é um dos exemplos desses absurdos tomados como verdade. Discursos como esse podem ser ilógicos, mas eles produzem efeitos de poder na realidade, legitimam práticas e têm consequências. Sua sustentação encontra morada em pânicos morais que mobilizam os medos de uma sociedade em mutação. Ao mesmo tempo, em narrativas que vieram muito antes de nós.

As teorias médicas que vimos não ficaram no passado, mas são importantes camadas discursivas que constituíram nossa relação com a sexualidade e criaram as condições de possibilidade para que hoje tenhamos figuras que mobilizem uma ordem discursiva eugênica e se voltem contra as mulheres e as sexualidades não normativas. Por isso é preciso entender como esses discursos operaram, percebendo que hoje operam por outros mecanismos. Afinal, tínhamos um cenário marcado pelo biopoder e suas técnicas disciplinares quando essas teorias foram desenvolvidas. Rago (2017, p. 369) mostra que, nos anos 60 e 70, houve uma quebra de um estado de dominação com os movimentos anti-psiquiátricos, feministas e LGBT+. Parece haver hoje um predomínio das formas de controle, que opera menos pelas disciplinas e mais por capturas sutis das subjetividades, como diria Deleuze (2008, p. 233). São regulamentações legais, medidas educacionais, campanhas ideológicas, discursos moralizantes e "fake news" que atravessam nossa subjetividade e novamente fazem do sexo um problema central.

Quando pensamos tanto sobre os investimentos contemporâneos sobre a sexualidade, quanto sobre a ciência sexual do século XIX, vemos que, se houve um esforço de promover alguma forma de sexualidade ao longo de nossa história ocidental, foi justamente um esforço em promover a heterossexualidade. Adrienne Rich (2010, p. 35)

diz que a heterossexualidade é algo que tem sido "imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força". Monique Wittig (2006, p. 15), do mesmo modo, também mostra como a heterossexualidade não é uma mera prática sexual ou algo natural. É antes um regime político e compulsório, se pensarmos em todas as imagens, filmes, fotos, propagandas, práticas e discursos que são constantemente reiterados e que acabam construindo a ideia de que somos heterossexuais de modo inato. Esses elementos são, pois, dispositivos de produção do corpo heterossexual.

Penso que o que está por trás desses investimentos de poder-saber sobre a sexualidade traz uma série de continuidades das técnicas de poder cristãs que ainda atuam. São técnicas de governo que funcionam como formas de dirigir as condutas, de impor ao outro uma verdade, de transformá-lo em sujeito por meio de uma relação em que ele deve deixar de ser quem ele é para ser o que um outro quer que ele seja. Todavia, da mesma forma que o espetáculo só se mantém se houver espectador, o pastorado só se mantém se houver ovelhas e, o governo, se houver dirigidos. Cada prática de governo que se estabelece institui uma relação de direção, e cada um que aceita sustenta essa relação. Sobre isso, lembra-nos Foucault (2014a, p. 209): "O dirigido quer sempre ser dirigido, e a direção só se manterá [...] na medida em que o dirigido quiser continuar a ser dirigido. E ele é sempre livre de não querer mais ser dirigido".

Termino essa reflexão com o que Foucault (2010, p. 11) chamou de "caráter ubuesco" dos discursos de poder, que, ao mesmo tempo em que produzem a verdade, também fazem rir. Da cruzada contra as perversões sexuais à cruzada contra o gênero, acredito que fica explícita essa característica, pois, sejam os discursos de poder materializados em médicos e psiquiatras do século retrasado, sejam materializados em figuras muito mais vis de nosso presente, eles fazem rir pelo nível do contrassenso. O caráter ubuesco de que Foucault trata é uma referência à peça de teatro Ubu Rei, de Alfred Jarry, em que o governante é um rei grotesco, mas que, apesar de tudo, continua no poder. Até quando o rei se sustenta?

Referências bibliográficas:

ASSIS, Machado de. O segredo do Bonzo. In: ASSIS, Machado. *50 contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 119-125.

CAPONI, Sandra. Scientia sexualis: el lugar de la mujer en la historia de la psiquiatría. In: MIRANDA, Marisa Adriana. *Las locas*: miradas interdisciplinares sobre género y salud mental. La Plata: EDULP, 2019, p. 19-48.

CACCIATORI, Luis. Menstruação e criminalidade. *Revista do centro acadêmico de medicina*, Porto Alegre, ano 1, nº 2, p. 31-38, dez. 1939.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 223-230.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II*: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

_____. "*Omnes et singulatim*": uma crítica da razão política. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV*: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 355-385.

_____. Sexualidade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V*: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 56-76.

_____. *Segurança, território e população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Do governo dos vivos*: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

_____. *História da sexualidade II:* o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. *História da sexualidade III*: o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

_____. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. *Histoire de la sexualité IV* : les aveux de la chair. Paris: Gallimard, 2018.

_____.; SENNETT, Richard. Sexuality and solitude. In: *London Review of Books*, Londres, vol. 3, n. 9, mai. 1981. Disponível em: https://bit.ly/31mwL1P. Acesso em: 27 abr. 2019.

GARNIER, Pierre. *O onanismo só e a dois*: sob todas as suas formas e suas consequências. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1901.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREENBLATT, Stephen. *Ascenção e queda de Adão e Eva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRONEMAN, Carol. Nymphomania: the historical construction of female sexuality. *Signs,* vol. 19, n. 2, p. 337-367, 1994.

KRAFFT-EBING, Richard von. *Textbook of insanity*. Philadelphia: F. A. Davis Company, publishers, 1905.

_____. *Psychopathia sexualis*: as histórias de caso. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAQUEUR, Thomas. *Solitary sex*: a cultural History of masturbation. New York: Zone Books, 2003.

LIMA, Estácio. *A inversão dos sexos*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1935.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *La Donna Delinquente, la prostituta e la donna normale*. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MONTELEONE, Pedro. *Os cinco problemas da eugenia brasileira*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo, 1929.

PEIXOTO, Afrânio. *Novos rumos da medicina legal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.

PEREIRA, Hernani de Irajá. *Psychoses do amôr*: estudo sobre as alterações do instincto sexual. Porto Alegre: Globo, 1918.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do "amor veneris". *Projeto História Corpo e Cultura*, PUC-SP, n. 25, p. 181-196, dez. 2002.

_____. Foucault, a Histeria e a Aranha. In: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *O mesmo e o outro*: 50 anos de História da Loucura. Belo Horizonte: Autência, 2013, p. 235-246.

_____. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Org.). *Michel Foucault e as insurreições*. É inútil revoltar-se? São Paulo: Intermeios, 2017, p. 363-374.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, p. 17-44, nov. 2010.

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, p. 133-152, jun. 2008.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry et all. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. London/New York, Routledge, 1992, p. 3-44.

TISSOT, Samuel-Auguste. *El onanismo*. Madrid: Asociación española de neuropsiquiatría, 2003.

VASCONCELLOS, Irineu Torres de. *Possibilidade e dever da castidade antes do matrimônio*. Porto Alegre: Globo, 1919.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

A Força e a voz de uma mulher na política de Goiás: Ana Braga Machado Gontijo, uma história apagada.

The force and the voice of a woman in Goiás politics: Ana Braga Machado Gontijo, an erased story.

Débora de Faria Maia[1]

Resumo

Por meio do estudo realizado sobre a biografia de Ana Braga Machado Gontijo, feita por sua amiga e conterrânea Irmã Áurea Menezes "A têmpera da mulher tocantinense" de 1991, nossa referência e única fonte biográfica, tencionamos nos aprofundar na vida da escritora, intelectual, negra e primeira Vereadora em Goiás nos idos de 1947. Ana Braga é caracterizada como "destemida" e dotada de grande força e capacidade de oratória. Discursou nos palanques da política quando participou da primeira legislatura de Goiânia, filiando-se à UDN, na época. Fez parte da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás de 1969 como Co-fundadora ao lado de 40 mulheres intelectuais e artistas. A voz das mulheres, como reforça Michelle Perrot (2005), foi considerada tagarelice, inútil aos ouvidos mais atentos, e no campo político era vista como uma intrusão. Por meio desta fonte, a partir das perspectivas de Geovani Levi (2006) e Bourdieu (2006) acerca da trajetória e usos da biografia, e dos estudos de gênero, lançaremos luz histórica à vida desta mulher até então apagada.

Palavras-chave: política-mulheres-Goiás.

Abstract

Through the study on the biography of Ana Braga Machado Gontijo, made by her friend and fellow Sister Áurea Menezes "The temperament of the Tocantins woman" of 1991, our reference and only biographical source, we intend to delve into the life of the writer, intellectual, black and first councilwoman in Goiás in the years of 1947. Ana Braga is characterized as "fearless" and endowed with great strength and ability to speak. She spoke on the political platforms when she participated in the first legislature in Goiânia, joining the UDN at the time. She was part of the Women's Academy of Letters and Arts of Goiás in 1969 as Co-founder alongside 40 women intellectuals and artists. The women's voice, as reinforced by Michelle Perrot (2005), was considered chatter, useless to the most attentive ears, and in the political field it was seen as an intrusion. Through this source, from the perspectives of Geovani Levi (2006) and Bourdieu (2006) about the trajectory and uses of biography, and gender studies, we will shed historical light on the life of this woman, which had been erased until then.

Keywords: Political-Women-Goiás.

Entre os silêncios da história: mulheres, memórias, escritas femininas e biografia.

> No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra [...].
> **Michelle Perrot**.

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: debora.maia06@hotmail.com

Ao nos debruçarmos nas trajetórias de mulheres, logo nos deparamos com as lacunas e a falta de fontes. A historiadora Marina Maluf em seu livro "Ruídos da Memória" (1995) refletiu sobre um objeto relativamente novo para a historiografia da década de 1990, os diários, especificamente aqueles escritos por mulheres. O uso deles e das cartas são fontes privilegiadas para a História das Mulheres que se firmou como campo de estudos nos anos 1970-1980. Ao se tratar de escritos deixados por elas devemos ressaltar o que Michelle Perrot (2005) pontua em "Práticas da Memória Feminina", ou seja, os escritos das mulheres possuem a intenção de promover uma autodefesa contra o apagamento da existência.

Fazer estas breves considerações são pertinentes para nos aprofundarmos nos usos de fontes de caráter autobiográfico, biográfico e memorialístico. Este material reflete a tomada de consciência das mulheres acerca de si mesmas, utilizando-se de práticas da "escrita de si" e arquivamentos para preservarem uma memória. Organizar as memórias revela um desejo genuíno de coesão, afirma Michael Pollak (1989), e no caso das memórias de mulheres, quando escritas, deixam registrado novos olhares, resistências, narrativas de uma história até então silenciadas. Essas memórias silenciadas são na concepção de Pollak (1989), "memórias clandestinas", que emergem fora das narrativas compreendidas como "oficiais". Pollak (1989) dialoga com o uso das memórias como fontes considerando-as reminiscências de um passado nos quais o historiador (a) encontrará "zonas de sombras", silêncios e "não ditos", ou seja, tanto no testemunho oral quanto no escrito existirão lacunas e apagamentos, intencionais ou não, os quais o historiador (a) deverá lidar e identificar.

O século XVIII viveu o triunfo do gênero biográfico, isso se nos limitarmos ao suporte escrito, pois como reforçou Contardo Calligaris (1998), a produção autobiográfica e suas ramificações vão se definindo concomitante a formação da noção de "eu", como conceito, sendo algo profundamente ligado aos avanços da cultura individualista ocidental. De acordo com Geovanni Levi (2006) junto ao desejo de registrar a própria vida vinha o seguinte questionamento: seria possível captarmos a essência de um indivíduo? A resposta seria não. O grande desafio dos biógrafos até então era o de "construir uma

narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele possa ter conforme os pontos de vista e as épocas". (LEVI, 2006, p. 171).

A crise dos paradigmas da história nas décadas de 1970-1980 trouxe à tona os usos da biografia, questionou-se sobre as possibilidades de pesquisa, novos temas e objetos. Sobre a biografia, Vavy Pachedo Borges (2005) aponta que houve um resgate de seus usos "o chamado retorno talvez em parte tenha-se insinuado mediante o conceito (vindo do senso comum) de "história de vida", a partir da década de 1970, utilizado pela sociologia e pela Antropologia" (BORGES, 2005, p. 208).

Falar sobre trajetórias ou "histórias de vida", como a antropologia costuma abordar, necessita de um apurado exercício metodológico e interpretativo. Bourdieu (2006) teceu importantes considerações acerca do uso das biografias. De acordo com o sociólogo, o desejo primordial do relato autobiográfico de um indivíduo se baseia "sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis". (BOURDIEU, 2006, p. 184).

Partindo desta premissa, deve-se considerar que toda narrativa biográfica presume a seleção de fatos de significativa importância sobre aquela vida, fazendo-nos refletir que o ato de selecionar representa o desejo de construir uma imagem, um projeto de vida, e isso se torna evidente quando nos debruçamos em biografias de célebres personalidades históricas. Como pesquisadores e pesquisadoras devemos nos ater que "o real é descontinuo", considerando que as incertezas, desvios e recuos são próprios da existência. Desta forma Bourdieu chegou à seguinte conclusão de que: ambos os lados, do biografado e do biógrafo, inclusive o leitor, devem concordar a premissa de uma "ilusão retórica", ou seja, concluindo que o mais próximo que chegamos ao interpretar a vida de um indivíduo é ao considerarmos a trajetória "como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (BOURDIEU, 2006, p. 189), desta

forma, nos atentarmos que as biografias e as histórias de vida são construídas por ilusões e imagens que muitas vezes são essencialistas.

Retomando o debate acerca da história das mulheres, os usos de biografias como fontes de análise envolvem outras dificuldades, as mulheres dificilmente foram biografadas. Sobre esta questão Michelle Perrot (2005) reforça que "dizer "eu" não é fácil para as mulheres a quem toda uma educação inculcou a conveniência do esquecimento de si mesma" (PERROT, 2005, p. 42), ou seja, não apenas a sociedade considerava desnecessário dar destaque às mulheres, cujas biografias não teriam serventia, mas entre elas mesmas o ato de biografar-se era desencorajado.

No início este gênero era exclusivamente pedagógico, utilizado para construir imagens de célebres figuras masculinas, heróis da pátria, governantes do Estado, desta feita, segundo Michelle Perrot (2005) as mulheres não estão nas narrativas históricas, e muito menos dignas de um projeto biográfico "elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas" (PERROT, 2005, p. 11). Por essa razão as historiadoras e historiadores das mulheres se deparam com muitas ausências e informações desencontradas "as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações". (PERROT, 2005, p. 11).

Para os homens sempre foi dada a possibilidade de narrar sua própria vida, uma vida pública dotada de significados e sempre associada a uma memória oficial. A História das mulheres revelou o grande material até então negligenciado pela tradicional historiografia. Losandro Tedeschi (2014) reforça que:

> A recuperação da memória feminina nos ajuda a fortalecer os processos de discriminação e de resistência à hegemonia dos discursos de poder e de sistemas de representações androcêntricos presentes. Tais memórias nos revelam como a recuperação desses sujeitos coloca as mulheres num processo de retomada de consciência, demonstrando a identificação do sujeito coletivo com sua experiência no processo histórico. (TEDESCHI, 2014, p. 32).

Margareth Rago (2015) em seu livro "A Aventura de Contar-se" deixa evidente que para as mulheres a máxima de suas narrativas estava no desejo de "inscrever-se na

existência", promovendo novos "modos de subjetivação". Desta forma elas constituem formas criativas de resistir ao apagamento, bem como constituírem a sua identidade. Para esta pesquisa nos debruçamos diante da trajetória de uma mulher até então apagada na história. O esquecimento, como pontuou Paul Ricoeur (2000) em seu livro "A memória, a história e o esquecimento" é fruto de uma manipulação a partir da não lembrança, ou seja, constrói-se uma ausência que por sua vez é naturalizada pela memória, escolhendo aquilo que deve ou não, ser lembrado. Jacques Le Goff em "História e Memória" reforça que "os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória". (GOFF, 1990, p. 427).

Ana Braga Machado Gontijo (1923-) foi apagada da história de Goiás. Esta foi protagonista de uma importante iniciativa feminina, como co-fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás fundada em 1969, encarregada de projetar a produção da mulher goiana e lutar contra a "injustiça à intelectualidade feminina" ao lado de mais 40 mulheres intelectuais. Destacamos aqui sua trajetória enquanto mulher negra, na política de Goiás nos idos de 1940. Geovanni Levi (2006) nos atenta para observarmos as manobras, práticas e possibilidades de liberdade, trazendo destaque às relações de poder ao refletir que "nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado" de forma a perceber através da biografia:

> [...] as incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados. (LEVI, 2006, p. 180).

Sobre estas relações de poder, vale nos lembrar de Michel Foucault para o qual "onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social". (FOUCAULT, 2018, p. 18). A biografia utilizada como material de estudo e fonte, a única que encontramos, foi escrita por Áurea Cordeiro Menezes (1931-2017) [2], mulher branca,

[2] Nasceu em Curvelo, Minas Gerais em 1931. Muda-se com a família para Goiás quando tinha 05 anos de idade. Estudou no Colégio Santa Clara, já em Goiânia, concluindo o curso Normal junto ao curso de contabilidade. É

conterrânea e próxima da biografada, sendo colega de profissão, ambas são professoras, e colegas na organização da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) em 1969, da qual ocupara uma cadeira apenas em 1986.

Menezes deu como titulo à sua obra "Ana Braga: a têmpera da mulher tocantinense". O nome próprio, como evidenciou Bourdieu (2006) é a constante máxima da nossa existência, reconhecido socialmente e atribuído de significados, através do nome o biografado é revestido de personalidade e individualidade. No caso das mulheres, cujo nome muda em decorrência do casamento, a construção de uma individualidade e a afirmação de sua existência social era um grande desafio. Ana Braga Gontijo torna-se Ana Braga Machado Gontijo ao casar-se, sendo interessante pontuarmos que a biógrafa optou apenas por "Ana Braga". Através do nosso material encontramos a intenção de projetar uma mulher autônoma, forte e destemida, que não se deixou vencer pelas intemperes da vida, galgando espaços até então conquistados apenas pelos homens.

Vamos nos aprofundar neste breve artigo sobre a vida de Ana Braga Gontijo pelo olhar de sua biógrafa e amiga, sendo este um material enriquecedor por conter uma reunião de entrevistas, tanto concedidas para a autora, quanto recolhidas em extensa pesquisa nos jornais da capital Goiana. Isso reforça não apenas a intenção de produzir uma biografia, mas o desejo de registrar na memória a existência desta mulher como forma de fazer-lhe justiça, bem como fixar um elo de amizade entre que havia entre elas.

Educando uma mulher: projetando um futuro.

> Impressionou-me ver aquela moça morena, tão nova e tão vibrátil, falando de coisas que ainda eram efêmeras, de crenças que permaneciam fugazes e, mesmo assim, sua voz multiplicava-se nos ecos. Gritava seu desejo de abrir caminho ao aprimoramento feminino, sua certeza de que a marcha da mulher buscava a realidade de seu valor. (DAHER, Nice Monteiro. In. MENEZES, 1991, p. 21).

congregada das irmãs Franciscanas, seguindo carreira religiosa. Na Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás fez o curso de pedagogia, chegando à pós-graduação em História pela Universidade Federal de Goiás ao defender sua tese em 1981, chamada: "O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás". Auxiliou na formação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) em 1969, vindo a ocupar uma cadeira apenas em 1986 aos 55 anos. Faleceu em 2017 em Goiânia.

Narrar uma trajetória pressupõem um destino, uma origem que levou aos devidos fins, muitas vezes, relembra Bourdieu (2006), o projeto narrativo nos faz esquecer que esta vida está repleta de desvios, incertezas, recuos. Como exemplo de estudo biográfico, encontramos a narrativa da historiadora Suely Kofes que em *Uma trajetória em narrativas* (2001) escreve sobre a trajetória de Consuelo Caiado, uma mulher goiana, importante figura para compreendermos o feminismo em Goiás, tendo sido fundadora da Federação Goiana pelo Progresso Feminino em 1930 à imagem da Federação administrada por Bertha Lutz no Rio de Janeiro. Kofes (2001) traçou um itinerário, perseguindo os rastros e preenchendo as lacunas de uma vida, e por meio de seu estudo podemos concluir que: "escrevo sobre o que pode ser construído, tecido através das indagações sobre uma pessoa" (KOFES, 2001, p. 22).

Neste artigo, por se tratar da biografia de uma mulher escrita por outra, levando em consideração, no momento da análise, à proximidade entre o biógrafo e o biografado, concluímos ser este um ato potencialmente emancipatório, aproximando das reflexões de Foucault (1976) em "História da Sexualidade" em relação a "escrita de si", estas mulheres estão se reinventando, reconstruindo espaços aos quais elas possam se fixar na memória, de forma que, sendo mulheres cuja amizade se reforça no ato da escrita, o desejo de se fazer justiça é evidente.

"Ana, flor brotada do agreste goiano, herdou, de seus antepassados, a força e a coragem necessárias para moldá-la na mulher imbatível que é" (MENEZES, 1991, p. 25). Esta é a descrição de Áurea Menezes em relação à Ana Braga Machado Gontijo, a biografada. Percebemos o laço profundo de admiração e cumplicidade que a levou a registrar a vida de uma mulher. A biografia é dividida em aspectos da vida de Ana Braga, iniciando na "Infância", por meio da qual é retratada a origem de Ana, sendo a cidade de Peixe, localizada no médio norte goiano, hoje o Estado do Tocantins. Nascida em 29 de novembro de 1923, Ana é descrita como moça humilde, cujo futuro promete grande feitos devido à sua personalidade forte e destemida, própria dos prodígios da história.

Interessante ressaltarmos que a construção da trajetória de Ana reforça a promessa de grandes batalhas, inerentes às narrativas românticas dos feitos heróicos

próprios das jornadas do herói, presentes em muitas narrativas mitológicas. Aqui se aplica a reflexão proposta por Bourdieu (2006) acerca das ilusões projetadas pelas biografias. Neste ponto, as influências que o gênero biográfico absorveu do romance literário se fazem presentes, como reforça Calligaris (1991), na qual os percalços e dificuldades próprias da existência humana são necessárias para a glória do herói projetado, de acordo com o teórico: "vivemos nossas vidas como romances e, reciprocamente, encontramos na literatura modelos para nossas vidas" (CALLIGARIS, 1991, p. 48). A descrição de Ana como um prodígio é reforçada no destaque dado as suas habilidades de oratória, que serão sua principal característica enquanto adulta ao discursar nos palanques da política.

> Ana iniciou seus estudos aos cinco anos de idade, quando passou a frequentar a única escolinha de sua cidade [...] o Pai de Ana pagou, com muito sacrifício, algumas aulas particulares para ela. Foi à única aluna da professora Fany [Fany de Oliveira Macedo], por muito tempo, sentada numa varanda, sozinha. Após dar aulas para os meninos. (MENEZES, 1991, p. 26).

As dificuldades sentidas pelas mulheres que intencionavam seguir com seus estudos eram inúmeras. No início do século XX para as meninas era permitido o acesso às escolas primárias, já o estudo secundário era voltado apenas para os meninos, para os quais era permitido galgar o ensino superior. As jovens poderiam cursar o colégio normal, que as capacitavam como normalistas aptas para exercer o magistério, profissão considerada moralmente aceita para as moças. Muitas escolas funcionavam separadas por gênero, o fato de Ana Braga ter acesso à educação, já faz dela uma privilegiada, capacitando-a para seguir com seus anseios. Aprendia-se a ler, escrever, contar, e no máximo as quatro operações.

A educação no Brasil se constitui profundamente sexista, como pontua Perrot (2005) "os planos de educação são geralmente sexistas, ligam as moças ao fuso e à roda, limitando a sua escolarização ao estritamente necessário". (PERROT, 2005, p. 459), de forma que saber ler o básico, contar para administrar a economia doméstica, e escrever, era o fundamental destinado às moças na época. Fany de Oliveira, a professora, explicava

à Ana Braga, em suas aulas particulares, as lições de História e Geografia, além de proporcionar-lhe leituras variadas que esta não acessava nos bancos escolares.

Nessa biografia se faz presente uma entrevista concedida pela biografada, de forma que podemos ascender na memória através das palavras dessa mulher, nas subjetividades que a História Oral, um recurso muito utilizado para se preencher lacunas, nos proporciona alcançar. Nas palavras de Ana, atreladas à narrativa biográfica sobre a região em que nasceu, descreve com muito apego: "Cresci amando aquela natureza virgem. Lugares lindos, ermos, cheios de matizes e de silencio, só cortados pelo canto dos pássaros". (GONTIJO apud. MENEZES, 1991, p. 29).

Cercada de brincadeiras, cresceu livre. Ana é descrita como moça dedicada "a menina decorava palavras do dicionário de Jaime Séguier. Ana guarda esse dicionário até hoje". (MENEZES, 1991, p. 28). O pai de Ana, Anísio Pereira Braga, muda-se levando toda a família para a região de Trindade, em Goiás, quando Ana completava seus seis anos de vida. O pai de Ana é descrito como "um operário", de origem humilde, sendo importante figura para que a jovem venha a se tornar o que foi. O apoio deste lhe abriu um leque de possibilidades, como reforça Menezes: "Preocupado com o futuro da filha, o Sr. Anísio, homem de extraordinária visão, percebia que teria de proporcionar-lhe a oportunidade para continuar os estudos". (MENEZES, 1991, p. 33). A figura humilde do avô, Joaquim Nunes Pinheiro, também participa dessa trajetória, ao recordar Ana de que: "seu avô a botava para fazer exercícios na lousa, que a punha para decorar palavras do dicionário Jaime Séguier, que lhe tomava as lições de aritmética, de português [...]" (MENEZES, 1991, p. 37).

Em 1936, como evidenciado pela biografia, Ana com seus 13 anos de vida muda-se com a família novamente, desta vez para Goiânia, a Nova Capital recém-fundada em 1933[3]. A vida cercada de dificuldades reforçam sua origem humilde, e a luta do pai em

[3] Em 1933, o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira nomeado por Getúlio Vargas promoveu a mudança da capital, até então Cidade de Goiás, para a região que viria a ser Goiânia. Influenciado pela Revolução de 1930 que depôs da política a oligarquia dos Caiado na antiga Capital e fez ascender a nível nacional o governo de Getúlio Vargas, o desenvolvimento econômico fortaleceria o projeto da "Marcha para Oeste". Ares de modernidade política, segundo Nasr Chaul (2010), emergem influenciando uma mentalidade mais progressista, mais moderna, no desejo de superar o atraso e a decadência construída em torno da velha capital, no desejo de

proporcionar-lhe o estudo agora é transferida para a figura da mãe, Dona Edetina, que com muito esforço levou a filha para galgar uma vaga no Colégio Santa Clara: "este era o melhor colégio de toda a região sul [...] ela e o esposo queriam o melhor para Ana, não obstante as grandes dificuldades por que passavam". (MENEZES, 1991, p. 39). Ana Braga em entrevista descreve que sua mãe foi para ela: "[...] mulher forte. Dela eu herdei essa garra, essa tenacidade que sei que me conduzem a um caminho determinado". (GONTIJO, apud. MENEZES, 1991, p. 45).

Sobre o Colégio, este se chamava "Escola Pública de Campinas", Campinas era até então a maior cidade que se formava no entorno da nova capital. De acordo com Menezes (1981), na década de 1930, com "a evolução da mentalidade dos habitantes de Campinas que começavam a sentir a necessidade da instrução para a mulher", se dirigiram para o Colégio na intenção de matricular suas filhas. Desta forma o Colégio passa a funcionar em regime de internado. A instrução feminina não era considerada necessária, sendo um luxo destinado às moças das camadas mais abastadas da sociedade goiana.

Seguindo a biografia, encontramos uma parte dividida em "formação cultural", nesta a biógrafa Áurea Menezes começa a se dirigir à Ana Braga como doutora, fazendo um retrospectivo de sua formação e trazendo importante reflexão:

> Terminando o curso primário, o que já era o bastante para uma mulher, na década de quarenta, Ana buscou aperfeiçoar e desenvolver tudo aquilo que já lhe havia sido ensinado. Com dificuldade, conseguiu matricular-se, em Goiânia, no Colégio Santa Clara, dirigido por irmãs Franciscanas. [...] Foi então, para o primeiro ano do curso Complementar. Esse curso se constituía na sucessão de dois anos de estudos que precediam os quatro do curso Normal. [Normalista] [...] Em 1952, bacharelou-se em Geografia e História, pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás. Em 1962, licenciou-se nessas disciplinas. Bacharelou-se em Direito, em 1956, com diploma expedido pela faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Em 1963 concluiu o curso de Enfermagem, pela escola São Vicente de Paula, UCG. (MENEZES, 1991, p. 45). [grifo nosso]

"povoar" os sertões do Brasil. Esta mentalidade poder ser percebida "nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia" (CHAUL, 2010, p. 256).

Menezes (1991) reforça no trecho acima que terminar o colégio primário "já era o bastante para uma mulher, na década de quarenta", apontando novamente sua posição de privilégio, demonstrando que a mesma tinha consciência de que as barreiras que Ana Braga rompia eram estruturais. Sobre a educação das mulheres vale frisarmos que:

> Nessa época, já havia sido instituído o ensino superior para a mulher, desde 1879, propiciando a abertura de profissões. Poucas privilegiadas frequentaram uma faculdade, pois além das pressões, da desaprovação social, a jovem deveria ter concluído o curso secundário, que era muito caro. Só no século XX aceitaram a frequência de moças em escola pública. (AIRES, 2006, p. 36).

Nelly Alves de Almeida (1916-1999), amiga de profissão - ambas haviam lecionado no Instituto de Educação de Goiás na década de 1960- escritora, que junto desta foi co-fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, em 1969, assim a descreve: "Ana Braga Machado Gontijo, nome que sustenta grande responsabilidade – a de ser a inteligência feminina mais vibrante de Goiás. Espírito nobre, forjado na luta, Ana é bem a força e a capacidade da mulher goiana" (AMEIDA apud. MENEZES, 1991, p. 46). Reforçar a intelectualidade de Ana Braga é um ato potencialmente transgressor para a história das mulheres, pois juntas estão enaltecendo entre si qualidades que a história relegou apenas aos homens, como frisou Joana Maria Pedro (2005; 1994), por meio de instituições que desqualificaram tudo o que dizia respeito ao feminino.

Ana Braga é enaltecida nas profissões que exerceu no espaço da biografia dedicada exclusivamente para a sua "vida pública". De acordo com Clarisse Ismério (1995) os discursos que reiteravam uma incapacidade intelectual e física da mulher: "procuravam sempre destacar o aspecto negativo gerado pela mulher que trocava seus deveres principais por uma profissão remunerada" (ISMÉRIO, 1995, p. 25). Esses discursos atingiam, a princípio, uma camada de mulheres mais abastadas da sociedade, que durante o século XX almejavam seguir com suas carreiras profissionais e exercer direitos civis e políticos. Os "deveres principais" enaltecidos como essenciais da mulher focavam o cuidado do lar e da família, compreendidos pela moral cristã e por grande parcela da sociedade brasileira como a "grande missão da mulher", justificada "pelo fato de ser

considerada inferior ao homem no que diz respeito à inteligência e ao raciocínio" (ISMÉRIO, 1995, p. 25).

Destacamos que as mulheres pobres, negras, populares, sempre estiveram na linha dura do trabalho, movimentando-se, exercendo funções precárias, trabalhando com seus próprios recursos, mesmo sob olhares desconfiados. Esses discursos idealistas da maternidade e dos cuidados do lar, atrelados a ideia de inferioridade física e mental, aos poucos foi amplamente reforçado para as mulheres populares. Isto evidencia a importância de termos mulheres se biografando na história e enaltecendo suas qualidades intelectuais e protagonismos. Em sequência apontaremos aspectos da vida de Ana Braga enquanto mulher, mãe e figura pública em Goiás.

Ana Braga Gontijo: uma mulher pública.

O homem público desempenha uma função de valor, legitimada pela sociedade que reconhece nele a autoridade e a capacidade de falar diante de multidões. A mulher que arrisca desbravar estes mesmos espaços é considerada "Depravada, debochada, lúbrica, venal" instituindo vergonha para si e para sua família (PERROT, 1998, p. 07). Os campos do saber, bem como o acesso ao conhecimento, são símbolos da diferença entre os sexos mais enraizados e implícitos em nossa sociedade. Michelle Perrot em *Mulheres Públicas* (1998) ao estudar as mulheres na política propôs a seguinte reflexão:

> A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher [...]. (PERROT, 1998, p. 130).

Venerando de Freitas Borges (1907-1997), primeiro prefeito de Goiânia, assim descreveu Ana Braga em registro para a Biografia estudada "Ana Braga é tudo isso, e é mais, porque é produto de si mesma" sendo reforçado por Brasigóis Felício, também em depoimento, "Talvez Ana Braga tenha sido uma das primeiras mulheres goianas a, ainda

na flor da idade, a encararem com naturalidade, a missão de discursar em praça pública, rodeada quase que só de homens" (MENEZES, 1991, p. 59).

Assim escreveu June Habner: "O universo feminino era para ser doméstico. Mesmo as mulheres de classes privilegiadas não podiam entrar no mundo "masculino" da política". (HABNER, pág. 46). Desta feita, as mulheres ressoam nas feiras, na reclusão do lar, nas lavanderias, nos salões literários e, no máximo, nas salas de aula, cuja presença feminina é autorizada por ser esta uma profissão que reproduz suas funções maternas, a imagem da mãe como educadora era comum desde o final do século XIX.

Sobre o despertar de Ana para a política, Áurea Menezes descreve: "isso aconteceu em 1945, quando essa menina voluntariosa, porém dócil, como os dóceis, mal acabava de despojar do manto da adolescência" (MENEZES, 1991, p. 144). Após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, Jerônimo Coimbra Bueno (1910-2006) candidata-se ao governo de Goiás, apresentando-se como filiado à UDN (União Democrática Nacional). Sobre a (UDN) a nível local, o historiador Cristiano Arrais (2016) assim apresenta sua formação na região de Goiás:

> A UDN foi criada numa convenção em Anápolis sob a presidência de Domingos Vellasco. No Plano nacional, incorporou profissionais liberais, professores, magistrados e intelectuais de renome, oriundos de famílias, em suas fileiras, considerável número de financistas ou de pessoas ligadas a instituições de crédito, em sua maioria, opositores a Vargas e ao Golpe de 1937. Em Goiás, a UDN foi lugar onde os antigos grupos destituídos do poder, em 1930[4], se reuniram, além de políticos que, pelas mais variadas razões, romperam com a administração de Pedro Ludovico, tendo à frente os Caiado. (ARRAIS, 2016, p. 102).

Trouxemos destaque a este partido por ser através dele que Ana Braga, em meio às turbulências políticas entre o mesmo e o partido opositor o PSD (Partido Social Democrático), - que agregou muitos adeptos e representavam a maioria dos deputados-

[4] Faz referencia à Revolução de 1930. Esta revolução reverberou em Goiás com a derrocada do governo da oligarquia dos Caiado, e logo depois a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Getúlio Vargas como interventor da região na década de 1930. Pedro Ludovico inicia a empreitada da mudança da Capital da Cidade de Goiás para a nova capital Goiânia, concluindo em 1933. Para mais consultar: CHAUL, Nars Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2015.

surgiu no cenário do discurso, com a sua oratória. A UDN era contra o Governo de Vargas e o Estado Novo (1930-1945), considerado por estes uma ditadura, fazendo com que se promovesse o desejo de uma "redemocratização".

Ana Braga, nas palavras de Áurea Menezes, ao ver a oportunidade de discursar em público, pensou: "Chegou a minha vez!". A jovem moça foi recepcionar o candidato- Dr. Jerônimo - com a intenção de proferir um discurso para ele. Aqui a biógrafa construiu uma narrativa mediante ao depoimento de Ana Braga, seguindo o ritmo de um romance, no qual Ana, ao contar para os pais o desejo de entrar para a política, recebeu reações controversas, o pai assim se manifestou: "Ah! Não! Filha minha não vai mexer com isso não. Onde já se viu uma coisa dessa, moça dessa idade, fazer discurso político, Não! Eu não aceito, de forma alguma". (MENEZES, 1991, p. 145).

Novamente a promessa de um futuro promissor. Nossa heroína na biografia reveste-se da imagem de uma prometida, cujos empecilhos e superações são próprios de uma grande ascensão que estará por vir. Ana se dirigiu ao local que recepcionaria o candidato, mesmo com as controversas dos pais insistiu para discursar. Nesta época com apenas 22 anos, Ana discursou no palanque, e assim descreveu em entrevista para a biógrafa: "o fato é que Jerônimo Coimbra chegou. Um fazia discurso, outro fazia, e lá estava eu. Chegou a minha vez. Fiz o discurso e deve ter saído direitinho porque, no dia seguinte, "O Popular" [5] estampou meu discurso, quase na íntegra". (GONTIJO, apud. MENZES, 1991, p. 146). As mulheres tornam-se importante contingente eleitoral após 1932 quando o Novo Código Eleitoral concedeu-lhes o direito ao voto no Brasil[6], após intensa luta engajada pelo movimento feminista, contudo, só foi possível registrar a participação feminina pela primeira vez em 1945, após o Estado Novo (1937-1945).

Interessante reforçarmos a descrição de Áurea Menezes em relação à Ana Braga como mulher dócil, apesar de sua força. A feminilidade de Ana Braga é reafirmada ao deixar registrado na sessão "Esposa e Mãe" em sua biografia o desempenho amoroso desta para com os filhos. Carla Pinsky (2014) em seu estudo sobre mulheres e o mundo

[5] Principal jornal da época, fundado em 1938, pelos irmãos Jaime Câmara, em Goiânia. Funciona até hoje.
[6] O Brasil foi o segundo país da América Latina (primeiro é o Equador) a conceder o voto feminino.

público assim ressalta que: "perder a feminilidade é, contudo, a ameaça mais comum para a mulher" devendo a todo instante "manter-se com toda sua delicadeza e ternura" e "cuidar para que sua integridade feminina não sofra". (PINSKY, 2014. p. 181), reafirmar a maternidade de Ana é um forma de resgatar-lhe toda a sua "essência feminina" na construção da biografia.

O que está em jogo neste resgate é a manutenção de qualidades que lhe conferiam respeito diante da sociedade machista e misógina que atribuía à mulher pública o estereótipo da feminista mal amada, dessexualizada, frustrada e "traidora de seu sexo" (RAGO, 2001). Esses estereótipos foram fortes principalmente após a década de 1960 atrelados às mulheres feministas. Como afirmou Áurea Menezes sobre Ana Braga: "Em discurso político, Ana concita as mulheres à luta em prol do bem da sociedade. Resguarda, porém, o aspecto feminino da mulher. Quer uma mulher atuante, porém, respeitosa, para se fazer respeitar, digna, à altura de sua condição de mulher" (MENEZES, 1991, p. 157.grifo nosso). A presente biografia é escrita em 1991, ou seja, essa descrição moderada de Ana Braga feita por Áurea Menezes é um reflexo do período de inúmeros estigmas por elas vivenciado, e que as influenciou.

Para Ana Braga, ser mãe foi um fato que lhe trouxe muita felicidade. Enaltecer esta "função" social cumprida com louvor, reforçando sua "feminilidade" [7] na figura materna amorosa é uma estratégia das mulheres que buscavam ascensão entre os homens. Assim descreve Ana Braga sobre a sua maternidade:

> Amor de Mãe
> Que diferença existe,
> Entre meu materno amor

[7] Joan Scott (1991) em *Gênero: categoria útil de análise histórica* aponta que através das relações entre os sexos, imersos em estruturas de poder, se produzem as "feminilidades" e "masculinidades". Esses são conjuntos de comportamentos reiterados por determinadas sociedades, que devem ser situados e contextualizados em seu tempo e espaço. A "Feminilidade" ideal expressada por Ana Braga e enaltecida através do exercício quase que "santificado" de sua maternidade é fruto de uma educação de bases religiosas direcionado às jovens, ou seja, como elucida Elisabeth Badinter (1980) em *Um amor conquistado: O Mito do amor materno,* a maternidade deve ser desvinculada da figura da fêmea, e a sua análise voltada a uma construção social que reitera o amor maternal e o associa a um ideal de "essência" inerente a toda e qualquer mulher, sendo que em muitas comunidades e épocas diferentes a figura da "mãe" é revestida de diversos outros signos e sentidos, para alguns inclusive inexiste.

E o esplendor de tudo
Que a natureza tem?
Que diferença existe
Entre este meu amor
E o rolar das águas puras,
Caindo, constantemente,
Daquela cachoeira?
Não vejo diferença
Entre o meu amor materno
E este impulso febril,
Sentimento eterno [...] [8]

A maternidade é um escudo mobilizado no viés da tática [9], a força que provém do amor de mãe ressoa na força de Ana Braga, como pontua Roger Chartier "uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta - aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu". (CHARTIER, 1995, p. 41). Desta forma, a "dócil" Ana Braga, a exemplo, mesmo não falando diretamente sobre o feminismo, como descreve Áurea Menezes, já lutava por essas bandeiras "silenciosa e bravamente, enfrentando condições e preconceitos, muito mais duros e arraigados do que os de hoje existentes" (MENEZES, 1991, p. 159).

Ana é descrita como mulher de caráter, indo contra toda a manifestação de corrupção do mundo político. Após discurso em público, Ana Braga foi convidada a fazer campanha pela UDN, viajando por várias regiões do Estado de Goiás. Convocada pelo partido para participar das reuniões, Ana lança seu nome como vereadora em 1946, porém, seus ideais se desvirtuam dos propagados pelo partido, que se viu na necessidade de filiar membros do Partido Comunista, para que, mediante a esta "coligação" saíssem vitoriosos. Ana se distancia da UDN por conta dessa coligação e suas convicções pessoais.

De acordo com Áurea Menezes, Ana, contudo, manteve sua candidatura e foi eleita vereadora à primeira legislatura da Câmara Municipal de Goiânia, em 1947, aos 25 anos, permanecendo até 1951: "a conduta de Ana pautou-se pelos padrões da honestidade, mantendo-se rente aos ideais do povo que lhe conferiu o voto". (MENEZES,

[8] GONTIJO, Ana Braga, apud. MENEZES, Áurea. 1991, p. 76-77.
[9] Ver: SOIHET, Raquel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Revista. Brasileira. Educ. n.15, p.97-117, 2000. Disponível em: https://goo.gl/Ycxogy Acesso em: ago.2019.

1991, p. 150). Porém, lembra-se do esquecimento que recai em Ana Braga, sentido pela mesma após a eleição do candidato Jerônimo Coimbra Bueno, pelo qual tanto discursou e militou. Em entrevista à biógrafa, Ana diz que: "o desprezo pelo trabalho realizado motivou-me a provar meu potencial" (GONTIJO, apud. MENEZES, 1991, p. 150).

Ana Braga enquanto vereadora levantou pautas sobre os direitos das crianças, dos mais pobres, respeitando a dignidade do ser humano, sempre associando sua conduta à sua origem humilde. Por desentendimentos recorrentes no partido UDN (União Democrática Nacional) Ana Braga filia-se ao partido do PSD (Partido Social Democrata), no qual manteve boas relações. Áurea Menezes descreve que: "Ana nunca caminha só. Está com seu povo. A força de suas raízes a sustenta na batalha". (MENEZES, 1991, p. 156).

Ana Braga após o exercício da política, como Vereadora, concluindo seu mandato em 1951, casou-se. Logo, matricula-se na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás[10] no curso de História. Ana, em entrevista à autora reforça sua batalha ao conciliar os estudos, ainda jovem, aos 29 anos, com filhos pequenos. Ana Braga profissionalizou-se em diversas áreas, e nesta época já lecionava como professora graças à formação de normalista[11] que recebeu na juventude, segundo ela própria:

> Edetina Augusta [Filha] já havia nascido. Eu lavava, passava, cozinhava, fazendo almoço que sobrava para a janta. Pela manhã, estudava na Faculdade e, à tarde, lecionava no Liceu. Depois do 3º ano do curso de História, em diante, cedo ia

[10] Apenas em 1879 que a lei Leôncio de Carvalho garantiu às mulheres o direito de estudar em instituições brasileiras de ensino superior. A primeira mulher a dispor de um diploma superior no Brasil foi uma mulher branca, graduando-se em Medicina, na Bahia, em 1887. Apenas em 1926 teremos a primeira negra, Maria Rita de Andrade, bacharelando-se em Direito também pela faculdade da Bahia. (ROSEMBERG, 2015, p. 337).

[11] O curso de Normalista tinha a duração de dois anos, mediante a isto, atrelado ao curso complementar de um ano, as jovens saiam formadas como professoras, podendo lecionar em graus menores. O magistério foi para muitas a porta de entrada no mundo público e sem dúvida a profissão ideal para alcançar sua emancipação, tendo sido em Goiás, importante na consolidação de sua formação de mestra, a Escola Normal Oficial, criada em 1884, o Colégio Santana, para moças, em 1889 e em Campinas o Colégio Santa Clara, na década de 1930. Dedicaram-se ao máximo como educadoras e foram mestras notáveis: Maria Romana da Purificação Araújo (1800-1873), Angélica de Souza Lobo, Silvina Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvina- 1835-1920), Maria Cyríaca Ferreira, Maria Victória de Moraes Brandão, Pacífica Josefina de Castro (Mestra Nhola 1845-1933), Anna J. Xavier de Barros Tocantins (Don'Anna 1847-1949), Marianinha Marimbondo e Maria Henriqueta Peclat (1886-1965). (RODRIGUES, 1986, p. 35)

> para a Faculdade de Direito, no outro dia, para a Faculdade de Filosofia, assim alternadamente e, à tarde, para o Liceu [Dar aulas]. (GONTIJO, apud. MENEZES, 1991, p. 75).

A década de 1950 vivenciou e aspirou ao progresso. O surgimento de uma nova ideia de "modernidade" reformulou a valorização moral do trabalho feminino. Desde antes, muitas mulheres se viam na necessidade de trabalhar mesmo diante dos empecilhos familiares, como as mulheres mais pobres. De acordo com Pinksy (2014), nos anos 1950 aumenta-se a demanda específica por "trabalhos femininos", provenientes de cursos de secretariado, vestuário, assistência social, enfermagem, dentre outros. A extensão da liberdade profissional das mulheres ainda se restringe aos empregos considerados apropriados ou "femininos".

Ana Braga forma-se historiadora, advogada e professora (Normalista), lecionando por toda a sua vida, sendo descrita por Áurea Menezes em biografia como uma "mestra-mãe", chegando a fundar escolas primárias em Porangatu-Go, onde residiu com seu segundo esposo na década de 1960, coordenar o Centro de Serviços Sociais de Goiânia na década de 1970 e figurando-se como Membro do Conselho de Cultura do Tocantins-Go, na década de 1980.

Sobre as possibilidades de formação, Goiânia na década de 1950 vivenciou forte impulso artístico, e segundo Arrais (2016) destaca-se pela criação de Universidades:

> Em 1959, vinte e cinco anos depois da criação da USP, em São Paulo, criou-se a Universidade de Goiás (hoje a PUC-Goiás) mantida pela igreja católica, com a junção das faculdades de Direito, Filosofia e Serviço Social. Em 1960, fundou-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), agregando cinco faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Conservatório de Música, ocasião em que Goiânia se tornou "um centro universitário ativo e o mais importante, depois de Brasília, da região Centro-Oeste" (ARRAIS, 2016, p. 83).

Sobre mulheres alfabetizadas no Brasil, os censos indicam que em 1940 era um percentual de 70,6%, logo, atingir o ensino superior como Ana Braga, seria um acontecimento na vida de poucas privilegiadas. Carmem Silva (1919-1985), escritora, mulher e feminista na década de 1960 embora considerasse um sintoma do progresso o

fato das mulheres galgarem espaços fora do lar, à mesma defende a realização pessoal da mulher: "que inclui a satisfação em outros campos de interesse" como "uma condição relevante para o melhor desempenho dos papéis mais importantes: o de esposa e o de mãe". (PINSKY, 2014, p. 202). Ana Braga atrai para si constantemente esta imagem de mãe e esposa, chegando a pontuar que: "lutando por empregos, profissões, a mulher não compromete sua responsabilidade de mãe e esposa (...) Dar ênfase aos seus direitos não significa, para a mulher, diminuição de sua responsabilidade, em nenhuma colocação de sua vida". (GONTIJO apud. MENEZES, 1991, p. 69).

Equilibrar estas duas imagens produz um efeito de aceitação. As mulheres que ousaram "usurpar" posições antes masculinas causavam verdadeiros distúrbios na ordem social e na história (TELLES, 1997). Inúmeros discursos que visavam normatizar e submeter às mulheres à posição de submissão atingia primordialmente o seu caráter, revogando a elas a "maternidade ideal e romântica" como medida corretiva e inerente a sua função enquanto fêmeas (BADINTER, 1985). Muitas se utilizaram da imagem respeitosa promovida pela maternidade, reforçando seus papéis como donas de casa e mães de família, para ampliar seus espaços de atuação. Rachel Soihet (2000) pontua que este exercício de ressignificação das representações impostas pela ordem vigente permeava as estratégias de emancipação das mulheres em períodos de grande represália.

Em 1959 Ana Braga é eleita Deputada Estadual, com 36 anos. Seu lema era "uma voz sempre forte em defesa do povo". Neste período seu primeiro marido faleceu em trágico acidente. Ana casa-se novamente com o médico Dr. Trajano Machado Gontijo, prefeito municipal de Tocantinópolis, havendo de conciliar seus estudos, maternidade, matrimônio, junto à vida pública como Deputada e primeira dama. Em 1958, Ana Braga idealizou o Primeiro Congresso Político de Mulheres, afirmando: "Sou muito goiana, sou política e gosto de política. Acho-a uma ciência e uma arte". (MENEZES, 1991, p. 158).

Enquanto Deputada, Ana pregou a presença de elementos femininos na Assembléia Legislativa do Estado, em entrevista ao jornal "O Popular" em 1982, esta afirma: "Espero que, no pleito que se aproxima, sejam eleitas representantes femininas à Assembléia" e continua "que a eleitora de Goiás, a mulher entenda que ela, na conjuntura

atual, não pode ser apenas a "ouvinte" [...] Penso, ainda, que os partidos políticos devem estimular essa participação feminina".[12]

Figura 01



Ana Braga na Assembléia do Estado. 1960. Fonte: MENEZES, Áurea. Ana Braga: A têmpera da Mulher tocantinense. Fevereiro – 1991, p. 166.

Ana Braga reforça para sua biógrafa que: "ainda nas lides políticas, ia abrindo, como podia caminho à mulher goiana, para que atingisse, sem complexo, nem discriminação, um lugar junto aos que governam" (MENEZES, 1991, p. 159). Na foto acima podemos observar uma maioria de homens, sendo Ana Braga a única mulher ali presente. Sobre mulheres no campo político tal como Ana Braga, a historiadora Céli Regina Pinto (2014) fez um estudo sobre Suely Oliveira, primeira mulher eleita a Deputada Estadual do Rio Grande do Sul em 1950. A historiadora identificou posicionamentos moderados por parte da deputada, muitos destes coagidos pelo ambiente opressor em que essa mulher, a única entre os homens, se encontrava. Observamos uma situação compartilhada com o contexto de Goiás. Segundo Pierre Bourdieu, citado por Pinto (2014), podemos identificar que o *campo político* esta imerso em forças e dinâmicas de poder.

De acordo com Pinto (2014), sendo mulher, a Deputada Suely precisou redimensionar muitas vezes as próprias ações para "sobreviver" nestes espaços,

[12] GONTIJO. Ana Braga. "Porangatu tem centro e espera UFG". Entrevista em O Popular, Goiânia, 04/04/1982. Apud. MENEZES, Áurea Cordeiro. A Têmpera da Mulher Tocantinense. 1991, p. 159.

posicionando-se de forma moderada. Muitas mulheres como Ana Braga tornavam-se referência para outras que circulavam nos espaços públicos, tanto que Áurea Menezes aponta que a mesma já lutava por essas "bandeiras" cujo viés estava na emancipação das mulheres, na liberdade de expressão, e na possibilidade de encontrar "um lugar junto aos que governam" muito antes do termo "feminismo" surgir. Céli Pinto (2014) considera que as estruturas e as dinâmicas de forças nas quais as relações de gênero são gestadas, marcam os sujeitos, e naquele contexto da década de 1960, foi possível para mulheres como Suely Oliveira e Ana Braga determinados posicionamentos, moderados e estrategicamente calculados.

Sobre mudanças e maior liberdade para a mulher circular nesses espaços lembremos que até pouco tempo o Brasil se pautava no Código Civil de 1916, que postulava que o marido é o representante legal da família, estabelecendo que sem a autorização deste a mulher não poderia exercer qualquer atividade fora do lar. Apenas em 1962 a mulher adquiriu o status de "colaboradora" do marido através do novo *Estatuto Civil da Mulher Casada*, fruto de muita luta, o que aumentou a flexibilidade e a mobilidade para constituir a sua autonomia. Aos poucos as mulheres conquistam o espaço público enquanto sujeito político, com direitos e deveres, sendo esta a tão almejada cidadania. Mesmo que hoje estas medidas tenham se amenizado, o senso comum reitera uma imagem pejorativa da mulher que fala em público, impondo estigmas históricos diretamente ligados às construções de gênero.

Em 1969, aos 46 anos, em conjunto de mais 40 mulheres, escritoras, artistas, intelectuais, Ana Braga Machado Gontijo protagoniza uma importante iniciativa literária feminina chamada Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (AFLAG) [13]. Nas palavras das fundadoras essa instituição viria "contra a injustiça à intelectualidade feminina", injustiça sentida por muitas mulheres, não só em Goiás, mas pelo Brasil inteiro. Silenciadas

[13] Essa instituição se mantém em funcionamento, completando em 2019 seus 50 anos de existência. Ali se encontram, além das 40 mulheres que organizaram a instituição, dentre elas Ana Braga Machado Gontijo, outras 84 mulheres, dentre falecidas e titulares das cadeiras ao longo destes anos. São mulheres que ocuparam diversos cargos e espaços no território goiano, dentre elas escritoras, teatrólogas, professoras, musicistas, etc. Site da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás- AFLAG: <https://www.aflag.com.br/academicas>.

da história, das ontologias poéticas, das cátedras, dos espaços do saber, as mulheres foram consideradas sujeitos incapazes de exercer qualquer atividade que exigisse o intelecto, que, segundo discursos reiterados por tratados médicos, filosóficos e religiosos, elas eram naturalmente inferiores. Esses mesmos discursos incidem no exercício da política, considerando a "mulher pública" como inapropriada.

Nossa biógrafa, Áurea Menezes esteve ao lado de Ana Braga em muitos momentos de sua vida, como colega de profissão, e parte da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás acima mencionada. Menezes assim termina sua narrativa: "Ana é a voz que faz estremecer os alicerces dos tronos de homens empossados no poder e que mostra, à mulher, sua força, seu vigor, não raro, superior aos dons de que é dotado o sexo masculino". (MENEZES, 1991, p. 159). Michelle Perrot (2005) em seu estudo sobre autobiografias e biografias femininas ressalta que estas deixaram o testemunho do que foi para elas o difícil aprendizado da palavra pública e ao mesmo tempo o prazer que sentiam, e nisto relaciono o exercício público da voz, o seguir de uma carreira profissional e a conquista progressiva da liberdade.

Figura 02



Ana Braga Machado Gontijo discursando na Assembleia Legislativa de Goiânia por ocasião da fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, oficialmente em 1970.
Fonte: jornal O Popular, nov.1970. [Arquivo Estadual]

Considerações Finais.

"A participação feminina em assuntos políticos e econômicos era considerada uma intromissão indesejada" (MÉNDEZ, 2018, p. 231). Assim explanou Natalia Pietra Méndez sobre as mulheres intelectuais, artistas, professoras universitárias e feministas na década de 1960. Ana Braga Gontijo foi tudo isso e muito mais, neste mesmo período, no longínquo Goiás, distante do eixo Rio São Paulo. Essa mulher, negra, versou nas diversas profissões, chegando a bacharelar-se em Direito e Filosofia, áreas até então inapropriadas a uma mulher. "O saber é contrário à feminilidade" reforça Michelle Perrot (2005) em seus estudos, e estas mulheres sabem bem a dificuldade de se legitimarem nestes espaços diante dos estigmas que recaíram sobre seu sexo.

Vavy Pacheco Borges (2004) aponta que atualmente a biografia "é vista como parte da história", tornando-se mais do que uma fonte recorrente, um acesso a novos saberes sobre o passado. Giovanni Levi (2006) assim reforça os usos da biografia atrelado à historiografia:

> A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas. (LEVI, 2006, p. 169).

A história das mulheres emerge com força durante os processos de revisão pelos quais a escrita da história atravessou nas décadas de 1970-1980. De acordo com Rachel Soihet (1997), o movimento feminista influenciou ainda mais o surgimento deste campo de pesquisa, e na área da história, junto ao o profícuo debate a respeito das fontes promovido pela História Cultural, a biografia ressurge entre os pesquisadores. Através dos estudos a respeito da biografia a história das mulheres ampliou as possibilidades e olhares.

As mulheres dificilmente foram biografadas, e para elas, até mesmo o exercício da autobiografia foi uma árdua conquista. A princípio como recurso pedagógico, as mulheres foram estimuladas a manter diários íntimos, escrever na reclusão do quarto, como forma de "confessionário". A formação das moças aspirava ao exercício de seus papéis futuros

de mulher, dona-de-casa, esposa e mãe, sendo dificilmente a exposição da sua vida a terceiros vista com bons olhos, inculcar-lhes "os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas" (PERROT, 2007, p. 93) era a máxima de sua educação.

Romper com estes estigmas foi um desafio. Em suas autobiografias, as mulheres revelam os anseios que tinham diante da vida pública, tanto que o movimento feminista, logo no final do século XIX, abarcou muitas escritoras e intelectuais que conseguiram progressivamente romper com essas barreiras, ainda assim, uma parcela muito pequena de mulheres. Contudo, os espaços foram se ampliando, e muitas mulheres estariam ingressando nos espaços públicos e do saber, ressignificando esta imagem passiva e inferior. Seus questionamentos, como os de Ana Braga, não esbarram diretamente na divisão sexual dos papéis, reiterando muitas vezes imagens associadas à domesticidade, como a figura do "anjo tutelar" e "rainha do lar", mas "a crescente inserção das mulheres na vida pública e seu engajamento em causas sociais mais amplas podem ser interpretadas como parte de um processo de desenraizamento dos papeis sociais que fixavam as mulheres a um espaço de atuação privado" (MÉNDEZ, 2018, p. 115).

É um processo gradativo de conscientização e conquista. Tatau Godinho (2004) aponta que as décadas de 1970 e 1980 vivenciaram um crescimento maciço das mulheres na política, e isso se deu pelas novas formas de sociabilidade e diálogos que surgiram. Mulheres em sindicatos, promovendo trocas, liderando partidos, movimentos de mulheres nos diversos seguimentos sociais, isso ocorreu devido ao progresso da consciência política e crítica entre elas. Contudo, como apontou a pesquisadora, o percentual de mulheres no Legislativo, de forma geral, fica em torno dos 10%, sendo nas Câmaras Municipais um percentual de 11, 6% e na Federal 8%.[14] Se formos refletir acerca das mulheres negras esse percentual cai para menos da metade.

Quanto mais as mulheres atingem os espaços de poder, como as universidades, mais engajamento político e possibilidade de atualização e envolvimento em pesquisas

[14] São dados arrolados pela pesquisadora em 2004.

elas terão. O saber é poder, e este não era permitido às mulheres. Ana Braga Gontijo cursou o ensino superior, estudou as leis, discursou em público, movimentou mulheres, lutou para que estas tomassem consciência da sua importância para a "coisa pública" e figurassem voz nas campanhas políticas. Sua família lhe deu condições de estudar, e o acesso à educação foi primordial no seu entrosamento político, não podemos deixar de ressaltar que este era um privilegio de poucas. "O acesso à educação foi importante para que elas ampliassem seus horizontes, suas referencias" (MÉNDEZ, 2018, p. 103). Somente hoje as mulheres representam equidade ou maioria no ensino superior.

Nos depoimentos de Ana, o reforço de sua origem humilde serve para gerir suas identidades, assim como maternidade, suas vivencias enquanto educadora e educanda, além de sua condição enquanto mulher. Podemos apontar a complexidade das identidades humanas, e o fato de que estas são fluídas e constituídas imersas em estruturas de poder. Para refletirmos as identidades e as resistências das mulheres apontamos que: "nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação". (LEVI, 2006, p. 180).

Lançar o olhar através do gênero para investigar a trajetória de mulheres públicas e analisar fontes biográficas amplia as possibilidades de pesquisa, as nuances sociais no entrosamento político e os processos de inserção destas mulheres nestes espaços é permeada por recuos, ressignificações das imagens atribuídas ao feminino e resistências. Joan Scott (1991) pontua que o gênero como categoria de análise produziu conhecimento acerca das diferenças e como estas consumam vantagens e desvantagens para determinados sujeitos dentro das relações de poder.

Neste caso a diferença sexual como justificativa para que as mulheres seguissem em posição subalterna e inferior, configurando lógicas e comportamentos sociais difíceis de serem desconstruídos do senso comum. De acordo com Joan Scott (1989):

> O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às

> mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1989, p. 07).

As subjetividades percebidas, os recuos e os anseios, todos são produto de uma formação cercada de interditos. Ana Braga Gontijo é uma mulher negra. A sua "participação efetiva na vida pública do Estado é o estereótipo da mulher moderna que caminha a passos largos a estrada da auto realização, servindo a sua terra e a seu povo" (MENEZES, 1991, p. 92). Conquistar o direito de realizar-se, primeiro para si e depois perante os outros, é o processo pelo qual muitas mulheres atravessam. Negar a si mesma e seus anseios é praxe no seu cotidiano. Simone de Beauvoir (1970) assim refletiu:

> Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência, sente-a como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

Como realizar-se na condição do "outro", do inessencial? A realização foi permitida aos homens, cujas trajetórias forneceram material para longas narrativas biográficas. Ana Braga foi apagada da história, seu nome não aparece nos salões da política e seus feitos não são ressaltados, sua trajetória foi biografada apenas por Áurea Menezes, companheira de luta e de formação, conterrânea, amiga. Essas mulheres estão ressignificando a memória e as possibilidades de seus usos.

Jacques Le Goff (1990) evidencia que a memória é própria de sistemas dinâmicos, que demandam organização e são reconstituídos de acordo com interesses próprios de cada sociedade, classes, indivíduos e grupos históricos. Menezes (1991) enquanto mulher branca, fala e constrói a biografia de sua conterrânea a partir do seu olhar e lugar social, atravessado pelas intervenções diretas de Ana Braga, que usa deste espaço para falar de si. Áurea Menezes têm a preocupação de entrevistar Ana Braga para relatar as suas palavras e a partir delas montar a narrativa. Esse registro marca duas trajetórias que se encontram em momentos compartilhados de interdições, pois ambas, enquanto mulheres do século XX sofreram com os estigmas de seu sexo e lutaram pelo seu reconhecimento

intelectual. Como foi dito anteriormente, ao biografarem-se, estas mulheres projetam práticas potencialmente emancipatórias. Aqui observamos a construção de uma autoestima e o resgate de subjetividades apagadas pelo tempo.

Referências Bibliográficas

Capítulo de Livro:

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral. (8º edição).* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Editora Unicamp, 2004.

_____. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas.* Ed: Contexto, 2008.

FONSECA-SILVA, MC. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO; NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online].* Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208.

GODINHO, Tatau. Democracia de política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: OLIVEIRA; RECAMÁN; VENTURI. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Ed: Fundação Perseu Abramo. 2000.

LEVI, Giovanni. Os Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral. (8º edição).* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.

Livros completos:

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro. Ed: Best Bolso. 2018.

BADINTER, Elisabeth. Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. Volume 1: Fatos e Mitos*. 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Ed: Paz e Terra. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora: UNICAMP, 1990.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Intelectuais Feministas no Brasil dos anos 1960: Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro.* Jundiaí, SP: Paco, 2018.

MC CLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História.* Bauru. SP, Ed. EDUCS. 2005.

_____. *Minha História das Mulheres.* São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezy. *Mulheres dos Anos Dourados.* São Paulo: Contexto, 2014.

RAGO, Margareth. *A Aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.* Campinas: Ed. UNICAMP. 2013.

TEDESCHI, Losandro. *Alguns apontamentos sobre a História Oral, Gênero e História das Mulheres.* Dourados: Ed.UFGD, 2014.

Artigos em periódicos:

CHARTIER, Roger. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)." *Em Cadernos Pagu. Fazendo história das mulheres.* Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 4, 1995. Disponível em: https://is.gd/zmij2G

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários íntimos. In: *Estudos Históricos.* CEPEDOC/FGV, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: https://is.gd/nKedgk

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista: Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. Disponível em: https://is.gd/IkRPge

PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina” *Revista: Brasileira de História*. São Paulo. 2005.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *Revista: São Paulo em Perspectiva*. 2001. Disponível em: https://is.gd/xm1gBg

SCOTT, Joan. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. Tradução de SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,* v. 45. mar. 2014. Disponível em: https://is.gd/OPWP1m

_____. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, nº 16, 1991. Disponível em: https://is.gd/uiisS2

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300. Disponível em: https://is.gd/oaCIgm.

_____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Revista. Brasileira. Educ. n.15, p.97-117, 2000. Disponível em: https://goo.gl/Ycxogy.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica.* Trad. de DABAT, C; ÁVILA, M B. Recife: SOS-CORPO, 1991. Disponível em: https://is.gd/9CTiK7.

Artigo em anais eletrônicos:

MAIA, Débora de Faria. Rosarita Fleury e as Mulheres da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. V.5 N.1 (2018 - Edição Especial): Científic@ -Multidisciplinary Journal. Disponível: https://is.gd/gbSZh4.

_____. Rompendo Barreiras: As mulheres e a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. In: CONADE 2019, 2019, Jataí. Democracia Diáspora e Educação: relações possíveis no contexto brasileiro, latino e mundial. Jataí: UFG, 2019. v. 30º. Disponível em: https://is.gd/OlE8jv.

_____. “Fazer da Pena um Ofício”: A Conquista do Espaço Público para as mulheres escritoras em Goiás. In: 30° Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil., 2019, Recife. Disponível em: https://is.gd/18FsRf.

SILVA, Janaina Ferreira dos Santos da. *Política goiana no século XX: As mulheres*.[resumo] 14º congresso de ensino, pesquisa e extensão. CONPEEX. 2017, p. 121.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). Topoi (Rio de Janeiro), v. 15, n. 29, p. 565-587, 2014. Disponível em: https://is.gd/vn3rvf

Documento iconográfico de arquivo:

Fig. 01. Ana Braga na Assembléia do Estado. 1960. Fonte: MENEZES, Áurea. Ana Braga: A têmpera da Mulher tocantinense. Fevereiro – 1991, p. 166.

Fig. 02. Jornal O POPULAR. Ana Braga Machado Gontijo discursando na Assembleia Legislativa de Goiânia por ocasião da fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, oficialmente em 1970. Fonte: jornal O Popular, nov.1970. (Arquivo Histórico Estadual de Goiás).

Fonte Biográfica:

MENEZES, Áurea. Ana Braga: A têmpera da Mulher tocantinense. Fevereiro – 1991. (Biblioteca da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás).

A experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico *O Jardim das Maranhenses*

The editorial experience of Maria Firmina dos Reis in the periodical *O Jardim das Maranhenses*

Natália Lopes de Souza[1]

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a experiência editorial de Maria Firmina dos Reis, mulher negra maranhense, professora e escritora da segunda metade do século XIX, no periódico *O Jardim das Maranhenses*. Este circulou durante os anos de 1861 e 1862, na cidade de São Luís. Percebemos que o conteúdo veiculado era voltado para o público feminino e que a maioria das publicações no periódico foram escritas por homens. Com a entrada de Maria Firmina dos Reis como colaboradora, notamos uma percepção diferenciada do conteúdo encontrado no jornal. A partir disso, o objetivo deste trabalho é entender a experiência editorial de uma mulher negra escritora no periódico abordado. Desta forma, *O Jardim das Maranhenses* nos permite entender a construção e enquadramento da mulher na sociedade, reforçado pelo jornal em questão. Além disso, se propõe pensar a existência de uma mudança do discurso e foco do periódico no momento em que Maria Firmina dos Reis começou a colaborar com a folha.

Palavras-chave: Jardim das Maranhenses; Maria Firmina dos Reis; construção do feminino.

Abstract

The present work intends to analyze the editorial experience of Maria Firmina dos Reis, a black woman from Maranhão, a teacher and writer from the second half of the 19th century, in the periodical *O Jardim das Maranhenses*. This circulated during the years 1861 and 1862, in the city of São Luís. We realized that the content conveyed was aimed at the female audience and that most of the publications in the periodical were written by men. With the entry of Maria Firmina dos Reis as a collaborator, we noticed a different perception of the content found in the newspaper. Based on this, the objective of this work is to understand the editorial experience of a black woman writer in the journal covered. In this way, *O Jardim das Maranhenses a*llows us to understand the construction and framing of women in society, reinforced by the newspaper in question. In addition, it is proposed to think about the existence of a change in the discourse and focus of the journal at the time when Maria Firmina dos Reis began to collaborate with the sheet.

Keywords: O Jardim das Maranhenses; Maria Firmina dos Reis; construction of the feminine.

Introdução

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente trabalhando com a trajetória na imprensa da escritora e poetisa maranhense Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917).

Na atualidade, observamos um aumento de estudos voltados para a percepção dos grupos tidos como minoritários. Essa profusão de trabalhos e pesquisas se dá, em grande medida, devido tanto às inquietações que vivemos no presente quanto pela busca e resgate da história do outro, de algum modo esquecido.

Há uma importância social, cultural e política nos estudos da área de resgate e reconhecimento dos atores e de textos produzidos por grupos minoritários. Segundo Araújo (2008, p. 33), esses estudos iniciaram uma reflexão sobre a(s) escrita(s) feminina(s), o que possibilitou que houvesse também um aumento de análises acerca da escrita de mulheres, que foram marcadas pelas subjetividades das autoras e pelas implicações sociais dos ambientes e contextos aos quais elas estavam inseridas.

Pensando sobre isso, no século XIX, diversas mulheres do Império e do mundo encontraram na imprensa periódica um campo profícuo de atuação. Este espaço público tipográfico era um dos meios mais utilizados pelos sujeitos, principalmente como espaços de reivindicação, legitimação ou de visão de mudança, por isso, se configurava como campo fecundo de atuação. Segundo Milena Oliveira (2015, p. 5), os jornais habitavam uma esfera de poder que perpassava pelo estatuto da verdade e da legitimação de costumes, ideias e posicionamentos perante a sociedade (VIEIRA, 2016, p. 127).

De acordo com Morel (2008, p. 28), a imprensa periódica surgiu e se consolidou sob determinadas condições e características que não eram as de uma democracia moderna, mas sim sob a influência imperial, o que conferia a ela uma outra dinâmica e especificidade na circulação de ideias. Este contexto auxiliou no aparecimento e na profusão de folhas noticiosas, sobretudo aquelas atrelados a política.

A imprensa, ao longo do XIX, figurava como espaços de trocas culturais e políticas se tornando ferramentas de legitimação social. No Maranhão não foi diferente, pois a imprensa ajudou a fundamentar a circulação de ideias e opiniões. Neste contexto de valorização da imprensa, Maria Firmina dos Reis mulher negra e professora pública se tornou uma poetisa e escritora em seu tempo.

A autora publicou poesias, contos, logogrifos e charadas. Apesar de "bastarda! E pobre! E mulata! E de sobejo uma solteirona ou moça velha de amor frustrado" (MORAIS FILHO, s/p) obteve relativo sucesso em suas colaborações em jornais por toda a segunda metade do século XIX, contribuindo com inúmeros artigos conquistando espaço no mundo dos impressos.

A primeira experiência editorial desta autora se deu no periódico *O Jardim das Maranhenses* (1861-1862). Este, era explicitamente voltado para o público feminino. Segundo Gisele Ambrósio (2009), os primeiros periódicos dedicados ao público feminino evidenciavam uma circulação de ideias que perpassava e tinha como enfoque principal os ideais de moralidade. Deste modo, *O Jardim das Maranhenses* também tinha como objetivo a legitimação de costumes e da moralidade feminina.

A prática de produção de impressos voltados para o público feminino já era realizada em outras localidades do Império, como *O Espelho Diamantino* (1827) no Rio de Janeiro, *O Espelho das Brasileiras* (1831) no Recife e outros. Entretanto, foi na segunda metade do XIX que se intensificou a produção de impressos voltados e/ou produzidos para as mulheres.

A proposta deste trabalho se concentra na análise da experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico *O Jardim das Maranhenses.* Assim, procura-se entender como se deu tal colaboração, suas contribuições para a folha e a possível existência de uma rede de apoio à qual a autora aqui trabalhada estaria ancorada. Deste modo, propõe-se pensar na estada de Maria Firmina dos Reis no jornal e se houve mudanças significativas do conteúdo veiculado após sua estreia como colaboradora do jornal.

Para isso, buscaremos analisar a estrutura do jornal e o conteúdo dos artigos veiculado no mesmo. Para pensar essa experiência de colaboração nos embasaremos em metodologias que dizem respeito a História Social e a análise dos discursos presentes nos artigos, sem deixar de ter em mente que o ambiente do periódico "marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras" (MOREL, 2008, p. 26).

Le Goff (2006) nos diz que o documento histórico é produto de uma construção, portanto, *O Jardim das Maranhenses*, enquanto documento histórico, também precisa ser problematizado como uma fonte intencional, pois só era imprimido determinado artigo depois de ser aprovado, ou seja, os periódicos de uma forma geral estão repletos de intencionalidades.

Para esta pesquisa, buscou-se analisar a sociedade maranhense à qual a autora estava inserida bem como a estrutura e os ideais propagados no periódico em questão. Depois de uma leitura atenta de todas as páginas da folha, propõe-se uma reflexão que abarque a colaboração de Maria Firmina no jornal e se houve ou não uma rede de apoio que a permitiu ocupar o espaço público da imprensa maranhense.

Assim sendo, análise da experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no *O Jardim das Maranhenses* nos permitirá ter acesso a estada de uma mulher na colaboração de um periódico marcado por disputas de poder e intencionalidades e pensar a forma com que a colaboradora foi recebida na folha literária.

O Maranhão do oitocentos

Alguns questionamentos perpassam esta pesquisa, dentre eles, que sociedade é essa em que esta mulher negra conquistou este espaço? Como se deu a experiência editorial dela? Possuiu redes de apoio que de algum modo auxiliaram sua estada como colaboradora?

Muitos motivos podem ser elencados para auxiliar no entendimento da sociedade em que Maria Firmina dos Reis estava imersa e de como tal contexto se tornou importante na trajetória desta mulher na imprensa maranhense. As especificidades da província maranhense, em conjunto com a trajetória de vida desta mulher, permitiram que Reis adentrasse determinados espaços, incluindo o espaço público da imprensa.

Esta autora à qual nos debruçamos, Maria Firmina dos Reis, nasceu no dia 11 de março de 1822[2], em um período conturbado na história do Maranhão. Neste momento, a província passava por momentos de tensões políticas, sendo contraria à independência brasileira. Foram tantas as agitações e pressões políticas, que somente em 28 de julho de 1823 após o cerco em São Luís, que "proclamou-se solenemente a adesão do Maranhão à independência do Império do Brasil, festejada com salvas de artilharias dos fortes e das embarcações e com o repique dos sinos" (MEIRELLES, 2001, p. 213).

Neste mesmo período se deu a instalação da atividade tipográfica em São Luís, fazendo desta cidade um polo de concentração desse tipo de empreendimento. Em 1821, começou a circular em São Luís o primeiro periódico intitulado *Conciliador do Maranhão.* Este tinha como objetivo ser um instrumento político. Após a aparição deste primeiro jornal, "a cidade manteve a tradicional profusão de folhas noticiosas" (PINHEIRO, 2007, p.16) que duraria por todo o século XIX.

Os primeiros periódicos maranhenses eram predominantemente folhas políticas, se caracterizando como dinâmica e porta-voz das aspirações políticas maranhenses. Entretanto, alguns deles continham artigos literários, como por exemplo, o periódico *Minerva* (1828 – 1829)[3]. Desse modo, tais folhas marcaram a província por circularem suas ideias representando este espaço de vozes diferenciadas, auxiliando também na estruturação da imprensa e da opinião pública na província.

Tal florescimento da imprensa maranhense, segundo Costa (2018, p. 245), se deu pela relativa recuperação do sistema agroexportador, que inseriu o açúcar no mercado até então protagonizado pelo algodão. Portanto, houve um crescimento em termos econômicos que acabou trazendo riquezas para a província maranhense. Sobre isso, Sérgio Buarque de Holanda nos fala que,

[2] APEM. Autos de justificação de nascimento de Maria Firmina dos Reis. *Fundo da Arquidiocese do Maranhão*, caixa nº114, documento n º4171, 1847.

[3] Os jornais da década de 1820 tinham como foco principal assuntos políticos e comerciais. Os jornais que se dedicavam exclusivamente a literatura começaram a surgir em fins dos anos 1830. Periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital, mecanismo de pesquisa da Biblioteca Nacional.

> a rápida e efêmera ascensão econômica do Maranhão coincidirá, por sua vez, com um aumento notável no número de estudantes daquela capitania e província nortista, que chegará a ultrapassar largamente, no meio século imediato, os próprios totais de Minas e de Pernambuco (HOLANDA, 1979, p. 109).

Notamos que relacionado ao crescimento econômico ligado a exportação houve a construção de um clima intelectual na província, haja visto que ocorreu um aumento de estudantes. Este aumento se deu também no número de literatos e estudiosos, que acabou por promover uma efervescência cultural e intelectual. Desse modo, "essa ambiência, considerada "refinada", possibilitou o surgimento de um destacado grupo de literatos, com participação na configuração da literatura nacional" (SILVA, 2008, p. 24).

Estes fatores contribuíram para que o nome "Athenas Brasileira" fosse aplicado à cidade de São Luís. Sobre isso, Borralho (2009, p. 19) nos fala que a Athenas foi uma aspiração de frações de classes conforme mudava o jogo político no Brasil e no Maranhão. Tal clima de fervor intelectual possibilitou que atores sociais ocupassem espaços de legitimação social, estâncias de poder e decisão na estrutura administrativa da província, na imprensa, na educação formal e na literatura.

A ascensão econômica maranhense e acúmulo de riquezas que proporcionou o aumento do incentivo às letras estava vinculada à escravidão, ou seja, o clima intelectual e a manutenção da escravidão conviviam em paralelo na sociedade maranhense. Tanto a efervescência cultural quanto a aglomeração de mão-de-obra escrava se concentravam em São Luís, haja vista que "a capital funcionou como importante entreposto comercial, inclusive com intensa atividade portuária" (COSTA, 2018, p. 254). Estas condições acabaram por consolidar um grande contingente de negros escravizados[4] na província, o que de acordo com Rego (1875, p.4), em meados de 1870 representava 21,2% da população cativa no Maranhão.

[4] A entrada massiva de negros no Maranhão, se deu a partir de 1755 com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ela trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778. Com o desenvolvimento das fazendas de algodão e arroz e a crescente demanda europeia por esses produtos, vieram mais 100 mil africanos. P.69. Ver mais em: ASSUNÇÃO, Matthia Rohrig. A memória do tempo de cativeiro no Maranhão. *Dossiê Tempo.* 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/04.pdf>. Acesso em: Abril de 2019.

Segundo Senra (2006, p. 434), o senso de 1872 indicava que os números de escravos chegavam há 25.210 pretos e 11.679 pardos. Ou seja, a sociedade maranhense, ao longo do XIX era permeada em sua maioria pela população negra através da escravidão e da massiva circulação de negros livres. Assim, "o Maranhão não só se constituía em uma das áreas mais "negras" do Brasil, mas ainda continuava - assim como a Amazônia e o Mato Grosso - uma importante região 'indígena'" (ASSUNÇÃO, 2019, p. 5). E foi neste ambiente de coexistência entre uma intensa produção intelectual e uma maioria populacional negra e analfabeta, que os jornais maranhenses se estruturaram.

Ao longo do século XIX, de acordo com Galves (2010), a cidade de São Luís possuía uma circulação e produção de ideias que eram absorvidas por um público crescente, além de ser, espaço para o aparecimento de literatos, tanto como colaboradores quanto como fundadores de periódicos.

Este momento, de acordo com Morel (2008, p. 42), foi também o de emergência na imprensa de uma sensibilidade romântica que se transformaria depois em movimento. Assim, a imprensa maranhense embebida neste aumento de consumo impresso reestruturou os jornais, que passaram a dar enfoque à variados temas como política, economia, religião e literatura.

Os periódicos maranhenses, além de serem portadoras de uma circulação de opinião pública[5] e legitimação social, tomavam para si a função de instruir a população. Podemos citar como exemplo a publicação do periódico *Jornal de Instrução e Recreio.* Nele lemos:

> Não foi certamente incessante desejo de vangloria, que nos obrigou a publicar um Jornal: o estado de inércia a que tem chegado a nossa Literatura, o desanimo geral nas artes e ciências, nos incitaram esta publicação. (*Jornal de Instrução e Recreio.* São Luís, vol 1, 15 de fevereiro de 1845)[6].

[5] De acordo com Morel, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. Sobre isso ver mais em: MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Imprensa. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil.* Editora Contexto. 2008, p. 33.

[6] Grafia atualizada

Portanto, fica nítido que a sociedade maranhense que Maria Firmina dos Reis cresceu estava embebida em uma aura intelectual, que era valorizada e difundida socialmente, e pela escravidão que acabava por marcar e hierarquizar a sociedade. Além disso, a produção tipográfica maranhense atingia cada vez mais segmentos sociais se tornando naturalizada entre a população.

Foi em meio a esta sociedade marcada por suas especificidades que Maria Firmina dos Reis e sua irmã Amália Augusta dos Reis foram criadas por sua mãe Leonor Fellipa dos Reis, mulata forra, e por seus parentes maternos. Além disso, foram as ideias, que perpassavam a sociedade que contribuíram com a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis e com a sua entrada e permanência na imprensa maranhense do século XIX.

A trajetória de uma literata

Como já mencionamos anteriormente, Maria Firmina dos Reis nasceu no ano de 1822 na cidade de São Luís. Aos cinco anos de idade mudou-se para Vila de Guimarães, para a casa de sua avó materna, onde permaneceria até sua morte em 1917. Maria Firmina dos Reis e sua irmã receberam algum tipo de instrução, tal fato pode ser corroborado através de fragmentos escritos deixados por Reis. Neles afirmava que "uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais"[7] (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p). Presumimos então que a educação dada às irmãs foi vivenciada no espaço privado.

Segundo Maria Lúcia de Barros Mott, a autora viveu alguns anos na casa de uma tia materna "mais bem situada economicamente" (MOTT, 1988, p. 68), tal fato não era excepcional, haja vista que, "os primeiros aprendizados foram concebidos no seio familiar, como a grande maioria das mulheres daquele período" (SANTOS, 2016, p. 81).

[7] Os escritos deixados por Maria Firmina dos Reis faziam parte de uma espécie de diário da mesma intitulada Álbum. Estes escritos foram compilados e publicados pelo biógrafo da escritora Morais Filho. Ver mais em: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis:* fragmentos de uma vida. São Luís: Governo do estado do Maranhão, 1975.

A instrução recebida por Maria Firmina dos Reis pode ter garantido a possibilidade de acesso ao mundo das letras e de trabalho. Ancorada na instrução conseguiu em 1847 ser aprovada em um concurso público para a Cadeira de Instrução Primária em Guimarães, tornando-se professora, função que ocuparia até se aposentar em 1881.

Ao contrário de grande parte da população negra, Maria Firmina recebeu uma educação que a colocava em uma posição privilegiada em relação a outras mulheres negras livres. Privilégio esse, que não a relegou às funções ocupadas por mulheres forras e livres, tais como quitandeiras, lavadeiras, costureiras, domésticas e outros. Entretanto, como não fazia parte da elite maranhense a mesma teve que buscar formas de trabalho, o que culminou com seu espaço dentro da esfera letrada.

A alfabetização foi aquela que possibilitou a vivência de Maria Firmina dos Reis no universo das letras, haja vista que este era fechado até mesmo para as mulheres brancas, imagine as negras. Estes fatores elencados acima colocaram a autora em uma posição distinta em relação à outras mulheres que nasceram livres. Entretanto, a mesma não foi uma exceção, e junto com outras mulheres no mesmo período, buscava estratégias que a permitia ter acesso a uma maior mobilidade social e reconhecimento pelo trabalho na imprensa.

A jovem Maria Firmina dos Reis cresceu em meio à transformações e intersecções intelectuais, políticas e culturais que contribuíram para seu desenvolvimento pessoal e sua trajetória profissional atrelada às letras. Estes fatores foram importantes pois auxiliaram e deram ferramentas para que a autora adentrasse o mundo dos impressos.

A estreia literária de Maria Firmina dos Reis ocorreu em 1859 com a publicação de seu romance denominado *Úrsula*[8]. Inicialmente o romance foi anunciado sendo pertencente à "uma maranhense". Os jornais do período enfatizavam ser a estreia de uma

[8] A história do romance diz respeito ao casal protagonista Úrsula e Tancredo, ambos brancos, que se apaixonaram e, precisaram lidar com o tio da garota, o Comendador P que desejava desposar Úrsula. Entretanto, o que chama a atenção no romance é a forma com que a autora lida com a temática da escravidão, tecendo críticas a este sistema e demonstrando a agência negra dos personagens secundários da obra. Ver mais em: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras.* Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018. [e-book.]

jovem talentosa maranhense na imprensa. Posteriormente, os mesmos jornais começaram a noticiar que o romance em questão pertencia à professora pública Maria Firmina dos Reis.

Cabe ressaltar que o fato de não ter o nome revelado na obra *Úrsula* pode ser problematizado pelo fato de a mesma possuir temas relacionados a escravidão, além do receio em publicar uma obra autoral, visto que, havia uma dificuldade histórica e estrutural das mulheres adentrarem os espaços da imprensa periódica, o que no caso de Maria Firmina se tornava mais difícil por ser negra. Esta dificuldade feminina em adentrar a imprensa estava vinculada com os ideais e discurso historicamente infundido na sociedade e reforçado durante os séculos XVIII e XIX sobre a "natureza feminina", que era considerada inferior (GOMES, 2009, p. 35).

Contudo, esse discurso, não impediu que Maria Firmina dos Reis e várias outras mulheres adentrassem a imprensa e o espaço público trazendo suas percepções que, para Lobo (1993, p. 14), mostravam um outro que estivera tradicionalmente a margem e que passava a expressar uma nova voz impossível de se ignorar.

Essa abertura na imprensa para a participação feminina na imprensa ocorreu sobretudo por causa do aparecimento de jornais escritos por mulheres e a entrada destas no universo impresso. Em 1852, surgiu o primeiro periódico redigido por uma mulher no Brasil intitulado *Jornal das Senhoras*. Para Martins e Luca o periódico "figura como um dos primeiros jornais de propósitos femininos e abrigo da mulher escritora, contando inclusive com mulheres na redação" (LUCA; MARTINS, 2008, p. 67 e 68). Depois deste, cresceu o número de jornais redigidos por mulheres, bem como aumentou a participação destas como colaboradoras em variadas localidades, como por exemplo, Nísia Floresta, Gilca Machado, Francisca Júlia e outras.

Foi neste contexto de abertura de espaço para as mulheres na imprensa periódica que Maria Firmina dos Reis, mulher negra e professora pública maranhense, iniciou sua trajetória no mundo literário e na imprensa maranhense da segunda metade do século XIX. Depois de sua estreia ganhou notoriedade por suas produções e colaborações em

periódicos. Seu reconhecimento foi tão grande que a autora colaborou em diversas produções como o *Parnaso Maranhense* (1861), *Almanak Histórico de Lembranças Brasileiras* (1863), e diversos periódicos, como o *Echo da Juventude* (1864), *Semanário Maranhense* (1868) *A Pacotilha* (1908) e outros.

O Jardim das Maranhenses foi o primeiro jornal ao qual a autora contribuiu. Estes fatos, juntamente com a percepção de que esta folha era voltada para o público feminino, nos ajudará a pensar que periódico foi esse, e como se deu as colaborações da autora buscando perceber nuances que permitem perceber a experiência editorial desta mulher.

O Jardim das Maranhenses

Na segunda metade do XIX houve um aumento de periódicos no Maranhão que se dedicavam aos assuntos literários, alguns deles possuíam duração efêmera e outros não, podemos citar como exemplo o *Recreio dos Maranhenses* (1839), *O Despertador* (1852-1854), *A violeta* (1853), *Echo da juventude* (1866) e outros, tendo todos circulados na cidade de São Luís.

Neste mesmo período, em todo o Império aumentou-se a produção e veiculação de jornais voltados para o público feminino, sejam eles produzidos ou não por mulheres. Em São Luís, "durante o século XIX, não houve o aparecimento de um jornal dirigido e escrito por mulheres, embora muitos periódicos fossem destinados a esse público" (ABRANTES, 2013, p.3). Mesmo não sendo dirigido por mulheres, alguns periódicos maranhenses contavam com participações femininas ou transcreviam artigos de mulheres, tanto da província quanto de outras regiões do Império ou do exterior.

Desse modo, por mais que antes de 1880 não houvesse jornal editado por mulheres, muitos deles se dedicavam a este público leitor, como o *O Ramalhete* (1863 – 1864) e o *O Jardim das Maranhenses* (1861 – 1862). Apenas em 1880 que o Maranhão, mais precisamente Caxias, conheceria um jornal editado por mulheres[9].

[9] O periódico *O Chrysalida: Publicação mensal – Redacção de Meninas* de 1884, foi um jornal editado por mulheres no Maranhão. Na ferramenta Hemeroteca Digital, só existe disponibilizado a edição de número 12 do mesmo.

Muitos dos jornais que se dedicavam ao "bello sexo" eram escritos por homens, deste modo, os artigos representavam um determinado *modus operandi* no qual as mulheres deveriam se adequar. Sobre isso, Muzart (2004, p. 118) nos fala que o ato de representar constitui o processo no qual o sujeito fala no lugar do outro, neste caso, no lugar da mulher. Notamos assim, que o os periódicos voltados para o público feminino possuíam discursos que legitimavam comportamentos femininos aceitos socialmente.

O *O Jardim das Maranhenses* se enquadrava em uma configuração de impressos que buscavam legitimar determinados comportamentos e moralizar o público feminino, pois os periódicos destinados ao público feminino almejavam para si a tarefa de legitimar o lugar e o comportamento da mulher na sociedade, assim, baseavam-se em uma pedagogia de leitura para o público feminino que submetia a mulher ao crivo da moral religiosa (ARAÚJO, 2008, p. 47).

Tal legitimação pode ser vista no artigo *Mandamentos das leis das moças*, publicado na edição de nº23 do referido jornal. Nele lemos:

> *"1º Amar as modas sobre todas as couzas.*
> *2º Não jurar se não em vão.*
> *3º Guardar os domingos dias santos, o uteis, porque todos são dias de santo namoro.*
> *4º Honrar pae e mai em quanto lisongoarem seos caprichos.*
> *5º Matar um pobre diabo com despresos e desdéns, depois de o ter feito romper um par de solas, e entrete-lo com as mais doces esperanças.*
> *6º Guardar as cartinhas que pode pilhar as amigas.*
> *7º Furtar o tempo destinado as occupações domesticas para emprega-lo em frivolidades, intriguinhas, murmúrios etc etc.*
> *8º Levantar falsos testemunhos aos padecentes que pode vir mais tarde ao – rendez vous - é arguido de ter estado em tal parte, o passado por tal rua.*
> *9º Desejar os namorados alheios, só pela triste vaidade de se ver rodeada de adoradores.*
> *10º Cubiçar o vestido da visinha por ser o do ultimo gosto.*
> *Estes mandamentos se encerrao em dous: convem a saber: - Coitados dos pais e pobres das mães."* (O JARDIM DAS MARANHENSES, nº 23, 20 de setembro de 1861)

Segundo Duarte (2016), esse artigo tinha como intuito divertir as mulheres ao mesmo tempo em que as alertava para os perigos que representariam aos pais, caso essas leis fossem seguidas. Através deste artigo, fica nítido a intencionalidade moralizante por traz do texto, repudiando os ideais de frivolidades atribuídos as mulheres. Neste

sentido, observamos que a mulher era associada aos aspectos negativos, como incapaz, um nível de inteligência e habilidades inferiores ao do homem considerada abaixo do sexo masculino (VITORINO, 2013).

Este periódico semanário, literário, moral, crítico e recreativo, adquiri importância pois é declaradamente, em seu título, o primeiro periódico da província do Maranhão que tinha como público alvo as mulheres, mesmo que sua duração tenha sido efêmera.

Buitoni (1981) nos fala que os primeiros jornais para mulheres preferiam o tema da literatura, correspondência de editores e leitoras, crônicas sociais e comentários sobre espetáculos. Essa descrição proposta pela autora abarca as características estruturais do *O Jardim das Maranhenses.*

Como era comum deste tipo de periódico, o maranhense produzia seu conteúdo de literatura para entreter as senhoras maranhenses (OLIVEIRA, 2015, p. 6) baseado na publicação de romances folhetins[10], poesias e crônicas dos redatores. Todos os artigos veiculados perpassavam por questões morais e comportamentais femininas. A folha, em cada número possuía quatro páginas. Os artigos, em sua maioria, eram compostos nas primeiras páginas pelos romances. Nas folhas seguintes, vinha a crônica do editor seguido por poemas e charadas nas últimas laudas.

Por ser um periódico relativamente barato, custando mil réis por bimestre, seus ideais e valores podiam ser mais difundidos pela sociedade. Tal difusão podia chegar as várias mulheres, pois por mais que a sociedade contasse com um "contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo" (LUCA, 2006, p. 133), as ideias dos impressos ultrapassavam a camada letrada pois "era comum ler coletivamente e em voz alta" (FERREIRA, 2005, p.3).

O jornal detinha também uma sessão de correspondências assinado pelo leitor "cachorrinho das belas". Mesmo existindo esta segmentação, não havia uma troca de

[10] Os romances-folhetins consistiam em capítulos de obras literárias publicadas nas páginas dos periódicos. Ver mais em: VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos.* 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

correspondências entre leitoras. A estrutura do periódico permaneceu a mesma em todas as edições que temos contato[11].

A folha articulava determinadas características e estratégias para atrair esse público feminino denotando o respeito para com o "bello sexo", o que pode ser verificado no trecho abaixo: "Curva-se ante o bello sexo e todo rendido beijar essas mãozinhas tão bellas" (*O JARDIM DAS MARANHENSES,* nº23, 20 de setembro de 1861). Em todos os números, o editor do jornal procurava agir com respeito ao seu público deixando evidente sua posição enquanto protetor e defensor das mulheres.

Nas análises que se seguiram do mesmo, não vemos explicitado ou restringido a presença de mulheres enquanto colaboradoras e autoras de artigos literários, o que se lê é: "Aceita qualquer artigo concebido em termos decentes" (*O JARDIM DAS MARANHENSES,* nº18, 6 de junho de 1861). Deste modo, todos estavam sendo convidados a colaborar com o jornal contanto que esteja nas raias da decência.

Sem deixar explícito a possibilidade de mulheres participarem da colaboração do periódico, não houve muitas que contribuíram com a folha assinando com o seu nome. Não se pode descartar a existência da contribuição de outras mulheres no *O Jardim das Maranhenses,* contudo, pode-se denotar que a única mulher declarada, sem a utilização de pseudônimos a escrever no jornal é a maranhense Maria Firmina dos Reis. Muito dessa dificuldade feminina de escrever sem a utilização de pseudônimos estava relacionada com o discurso sobre a 'natureza feminina', que foi construída desde o século XVIII e persistentemente reforçada no século XIX" (GOMES, 2009, p.35).

Para Gaspari (2003), Rousseau detinha um discurso de que a educação feminina deveria ser restrita ao ambiente doméstico, pois segundo Rousseau, elas não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza. Portanto, essas noções a respeito da inferioridade feminina permearam o imaginário social brasileiro no século XIX,

[11] Possuímos disponibilizadas as imagens microfilmadas pela Biblioteca Pública Benedito Leite, contudo não temos todas as edições do periódico, apenas as de números 18, 21 à 25, 27 à 29. No que se refere a primeira edição, não temos a fonte, mas podemos precisar que a circulação do jornal teve início em janeiro de 1861.

relegando as mulheres o espaço privado em detrimento do público. Estas relegadas ao lar eram as da elite, pois as mulheres negras já transitavam no mundo público do trabalho a muito tempo. Deste modo, as mulheres negras acumulavam funções e exerciam atividades dentro e fora do mercado (POPINIGIS, 2012, p. 24) ocupando sistematicamente o campo do trabalho.

Como vimos, o *O Jardim das Maranhenses* não diferia de outros jornais voltados para o público feminino, contudo, suas especificidades permitiram que Maria Firmina dos Reis pudesse participar do mesmo, colaborando com variadas produções. Para entender como se deu a parceria entre Maria Firmina e o periódico, foi necessário entender como se estruturava o mesmo.

A colaboração de Maria Firmina dos Reis

A presença de Maria Firmina dos Reis na imprensa foi, por si só, um fator importante pois no periódico analisado ela é a única mulher que colaborou assinando o próprio nome. Assim, as produções de Maria Firmina dos Reis eram conhecidas por quem lia O *Jardim das Maranhenses.* Entretanto, como uma mulher negra, não houve nenhum tipo de menção à cor de sua pele no jornal em questão.

Como filha de forra, Maria Firmina dos Reis ocupava um lugar marcado tanto pela cor quanto pelo gênero. Isso quer dizer que, na prática, a cor permanecia como estigma e marca da escravidão (MATTOS, 2016). Deste modo, mesmo que nesta experiência editorial não apareça, a autora e suas relações foram condicionadas certamente pela questão da cor. Tal silenciamento muitas vezes "não estaria apenas ligada à coação e à escolha. Não é "estar em silêncio", mas "pôr em silêncio" (ORLANDI, 1995). Assim, pode ter sido uma escolha tanto da autora quanto das pessoas envolvidas na produção do periódico de não explicitar a cor da autora.

Segundo Leudjane Diniz (2015, p.439), "aos libertos ou nascidos livres, carregar as marcas da cor da escravidão significava, mesmo não sendo eles cativos, continuar sofrendo os estigmas da escravidão". Assim, a autora por nós trabalhada, conviveu com

os estigmas de uma sociedade escravista e não estava imune as consequências e discriminações sofridas. Contudo, como era professora pública, isso conferia a ela uma posição social distinta de outras mulheres negras (MATTOS, 1997). Devido à sua instrução, a autora ocupava um lugar de prestígio social e isso pode ter garantido uma menor incidência de episódios ligados aos estigmas da escravidão e um afastamento do tratamento precário dado às mulheres negras na província.

Maria Firmina dos Reis adentrou ao *O Jardim das Maranhenses* fazendo parte deste espaço. O silêncio das fontes não nos permite indagar mais a fundo sobre as questões raciais nas tipografias e como se deu essa relação com a autora. Porém, temos em mente que,

> Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCA, 2006, p. 140).

É bem provável que como empreendimentos coletivos, o jornal em questão e as pessoas por trás dele, poderiam ter recebido as produções de Maria Firmina dos Reis sem discriminá-la por sua cor ou ainda, poderiam não ter visto a necessidade de explicitar tal informação no conteúdo do periódico.

Sirinelli (2003) aponta a existência de relações próximas de amizade e influência nos meios intelectuais e nos impressos, assim, havia a possibilidade de Maria Firmina dos Reis ter conseguido ocupar o espaço público por manter relações próximas no meio tipográfico. Este universo da imprensa contava com uma série de disputas e de pessoas que atuavam neste ambiente. No Maranhão estas relações também eram próximas, pois os literatos maranhenses circulavam por grupos intelectuais, que apoiavam e auxiliavam a atuação nos empreendimentos tipográficos, e promoviam saraus e encontros intelectuais. Assim, se torna nítido que a rede de apoio entre literatos se tornava fundamental para a permanência e o reconhecimento de sujeitos literatos na imprensa maranhense do XIX.

No que diz respeito à Maria Firmina dos Reis, as redes de apoio ao qual a mesma poderia estar amparada e as relações com determinados literatos podem ter feito a

diferença no sucesso e reconhecimento de suas produções. Iniciar suas colaborações em um jornal voltado para o público feminino pode ter se tornado uma estratégia cautelosa em relação a este universo, ou seja, mesmo rompendo com o espaço privado ainda se mantinha dentro do *modus operandi* pois, sua participação poderia ser melhor aceita entre este tipo de folha.

Tomamos o *O Jardim das Maranhenses* como sendo de fundamental importância na trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa, pois por ser o primeiro em que a autora colaborou, poderia a partir desta experiência ir se lapidando como literata na imprensa. Entretanto, esta experiência só foi possível graças as redes de apoio ao qual a autora estava amparada. Para entendermos estas redes temos que retornar à publicação de *Úrsula* em 1859.

A obra foi anunciada em periódicos que pertenciam a Tipographia Progresso (1860 – 1868) de Bellarmino de Mattos[12]. De acordo com Lopes (1959, p. 34), dentre os redatores dessa gráfica se encontravam Francisco Sotero dos Reis, Gentil Homem de Almeida Braga e Joaquim Serra Joaquim de Sousa Andrade. Com exceção de Sotero dos Reis, os outros organizaram também a antologia *Parnaso Maranhense* de 1861 no qual Maria Firmina dos Reis também participou.

Francisco Sotero dos Reis é considerado pela bibliografia de Maria Firmina dos Reis, primo da autora. Nesta pesquisa não se encontra fontes que corrobore tal informação, contudo, era um dos redatores da gráfica Bellarmino de Mattos. Além disso, esta mesma gráfica que imprimiu *Úrsula* também era responsável pela impressão do *O Jardim das Maranhenses.* Isto nos leva a crer que Mattos e os outros redatores foram importantes no processo de construção da autora na Imprensa, e que formavam uma rede de apoio ao qual permitiu que Maria Firmina dos Reis adentrasse a imprensa passando a colaborar com ela.

[12] Bellarmino de Mattos (1830 - 1870). Aos dez anos começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Temperança de Manuel Pereira Ramos d'Almeida. Em 1863 abre sua oficina tipográfica. Fundou juntamente com outras pessoas a Associação Tipográfica Maranhense. Ver mais em: COSTA, Odaleia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881).* 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 79 e 80

Ressaltamos que nas páginas microfilmadas do objeto de pesquisa não se encontra informações a respeito do editor[13] do *O Jardim das Maranhenses,* porém sabemos que o jornal não foi escrito por mulher, como podemos observar nessa passagem:

> Sem dúvida a leitora curiosa como é próprio do seu amável sexo, julgará que meu egoísmo será tamanho, - que engano! – que as deixarei em seco, engana-se, pois estou resolvido não deixar de dar-vos conta do que d'ora em diante se passar com tais moçoilas *(O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº 22. 15 agosto 1861).

Nestas linhas, indiretamente já são colocados atributos destinados às mulheres. Partindo disso e dos textos encontrados no periódico, podemos problematizar seus conteúdos, pensando para além do texto em si, ou seja, a forma que é legitimado e aceito socialmente. Sobre isso, se torna necessário buscar as ideias contidas nos discursos e expandir para além delas, como a circulação e o consumo dos discursos. Deste modo, devemos sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social, é o que nos diz Cardoso (1997, p. 378).

O periódico estudado, a todo tempo se colocava em defesa das mulheres, "continuaremos no nosso propósito: sempre defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido" (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº23, 30 setembro de 1861). Portanto, buscava através de suas estratégias de proteção se legitimar e se colocar socialmente enquanto defensor das mulheres, prezando pela seriedade e respeito para com as suas leitoras. Isso é reforçado com o trecho: "O JARDIM com muita atenção afiança ao belo sexo, que choroso andava por não saber notícias do seu defensor que continuará ainda com mais energia a combater pelos seus direitos" (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº 24, 20 setembro de 1861).

Antes das colaborações de Maria Firmina dos Reis, a folha se dedicava às publicações de cunho pedagógicas de como deveriam ser as mulheres, ou seja, muitas

[13] No acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, na seção de obras raras encontramos o periódico *O Jardim das Maranhenses,* mas em sua ficha catalográfica aparece apenas sem editor, portanto, não é uma informação que possuímos.

delas falavam apenas daquilo que os homens viam ou queriam que as mulheres fossem. Em muitos dos artigos, não se encontrava as subjetividades femininas. Assim, quem falava por elas eram os homens, pois ao representá-las eles evidenciavam o caráter que as mulheres deveriam ter. Podemos notar isso no trecho do poema de A. Laim a seguir:

> Tudo se acaba: a riqueza,
> A formosura, o amor;
> Zomba da sorte a virtude,
> Da morte dissipa o horror.
> Brilha na vida a virtude
> Qual luzir ao brando albôr,
> Cultiva, filha mimosa,
> Tão viçosa e linda flor. [...]
> O amor da mulher é uma imagem
> Que ou sei cá no peito guardar,
> Appareção os profanos; que irei
> Pelo amor da mulher, batalhar (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº 18, 6 junho de 1861).

Neste trecho, percebemos que a mulher precisava cuidar de sua virtude, e que banalidades como riqueza e fortuna iriam se acabar, mas a virtude sempre permaneceria. Percebemos também, um homem falando a respeito do amor da mulher, reafirmando os ideais, valores e comportamentos capazes de estimular as qualidades de castidade, simplicidade, passividade, do recato e dedicação.

É importante notar que os jornais também eram espaços de relações de poder e de vozes da sociedade, de acordo com Sohiet (1997, p. 116), os periódicos promoviam uma emergência do privado e do cotidiano, portanto a esfera política não está ausente as múltiplas relações de poder. Notamos essa emergência do cotidiano no trecho a seguir:

> Mal sabe a donzela que no seio da mais carinhosa amiga encontra um – algoz – que por meio da lisonja, trabalha para conduzi-la ao suplício. E algumas delas, cujo coração morto pele desengano, vivendo por reunir junto a si, uma falange de – adoradores - não hesitam em conduzir como vítimas incautos – de suas infernais maquinações; - a donzela que por um pouco afastada do carinho materno, vai no seio da amizade receber as primeiras impressões do mundo, sem ter quem lhe proteja a candidez contra os ardis da maldade e da experiência. (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº22. 15 agosto 1861).

A partir dele, percebemos para além de um alerta para amizades com outras mulheres, havia uma relação de poder, onde a voz do mais forte era ouvida e a moral se sobressaía, pois, havia um alerta em relação as namoradeiras, as desenganadas e experientes e também as solteironas. Havia neste trecho, uma relação social que reafirmava o poder do casamento, pois se não casavam, se tornavam má influência. Encontramos neste trecho vozes que resvalam no âmbito privado e cotidiano além de reforçar o discurso legitimador em relação ao comportamento feminino.

A maioria dos artigos publicados no *O Jardim das Maranhenses* legitimava um discurso de poder, que diz respeito ao âmbito da esfera pública e privada e dos costumes morais, sociais e religiosos. Por isso, o conteúdo encontrado no semanário analisado continha os mesmos discursos intrínsecos moralizadores e pedagógicos de direcionamento as mulheres.

Maria Firmina dos Reis começou a sua colaboração a partir do número 23, na primeira página deste número lemos:

> Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma Sra. D Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense. De coração agradecemos à S. Exc. pela honra que dá ao nosso Jornal, colaborando-o" (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº23, 20 setembro de 1861).

Com esse trecho, podemos perceber a forma que a autora foi recepcionada na folha, com respeitabilidade e aceitação. Isto denota a importância desta mulher no espaço da imprensa. Ocupando a posição de mulher negra e pobre adentrando um espaço majoritariamente masculino, em uma província notadamente escravista, sua colaboração na folha analisada pode ter sido "produzida pela consciência de uma leitura da diferença" (LOBO, 1993, p. 68). Eles não teciam críticas a sociedade, se mantinha apenas com poemas sobre a natureza, sobre o amor e sobre memórias de viagens.

Com a entrada de Maria Firmina dos Reis no periódico, houve uma mudança no discurso da folha. Antes de sua entrada, notamos que os artigos veiculados eram majoritariamente masculinos e seus conteúdos, de acordo com Mayana Silva (2008, p. 10), abarcavam intrinsicamente discursos que determinavam e corroboravam com a forma

aceita pela sociedade de como as mulheres deveriam se comportar e as funções que lhes cabiam dentro da sociedade.

A partir da entrada e colaboração de Maria Firmina dos Reis no periódico, outras temáticas foram abordadas no jornal. Em um trecho do poema de Maria Firmina, intitulado *Ao amanhecer e o pôr do sol*, a autora trouxe um outro olhar, pois diferentemente das temáticas relacionadas a amor e moralidade onde o narrador é onisciente, ela trouxe um olhar de si na poesia.

> E com a tarde esvaeceo-se,
> Minha risonha esperança;
> Despontou-me amargo pranto,
> Apoz penosa lembrança.
> Lancei a lira por terra,
> Já não tinha uma só flor!
> No fundo do peito eu sentia,
> Extranha secreta dor (*O Jardim das Maranhenses*. São Luís, nº23, 20 setembro de 1861).

A participação de Reis evidenciou um outro olhar e percepção sobre a mulher dentro do periódico, ou seja, seus escritos refletiam um olhar a partir do interior. O que diferia de outras publicações, que possuíam um olhar masculino sobre a realidade vivida e sobre comportamentos esperados para as mulheres.

Nas publicações de Maria Firmina dos Reis, também não apareciam o caráter pedagógico e moral, e nem reprodução de um discurso pautado na legitimação de comportamentos sociais. Ela trouxe a luz, uma temática que destoa do resto dos artigos produzidos até então pelos homens.

> Ao amanhecer e pôr do sol
> A hora do arvorecer,
> Quem não sente uma afeição?
> Quem não sente uma esperança,
> Nascer-lhe no coração?
> Foi nessa hora, sob a copa
> Da bela, e grata mangueira,
> Que inflorei a grata lira,
> A lira doce e fagueira.
> Era a canção, que eu tecia, fruto de eterna saudade;
> O só prazer, que me resta,
> Nesta triste soledade. (*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº23, 20 setembro de 1861).

Este trecho específico do poema *Ao amanhecer e o pôr do sol* nos mostra como Reis trouxe esse olhar diferenciado a partir da expectativa e experiência interior feminina, o que ajudava em uma identificação por parte de outras leitoras. Além de quebrar com a concepção e olhar para o feminino sob a perspectiva do masculino.

A valorização de Maria Firmina dos Reis neste jornal foi grande, pois em cada uma das edições encontramos alguma produção de Reis, seja poema, charada ou outro. Ressaltamos que algumas edições, como por exemplo a de número 27, a página inteira do periódico foi dedicada as produções da autora. Foi também aqui que ela publicou pela primeira vez *Gupeva*, "romance brasiliense" a partir do número 25 do referido jornal.

Gupeva trazia a exaltação à natureza e a temática da miscigenação, a partir da relação de um europeu com uma indígena, realizando uma crítica social. Segundo Telles (2008, p. 348), *Gupeva* não é um canto lírico comemorativo, mas a narrativa de um embate violento entre as raças. Assim sendo, *Gupeva*, um conto indianista, publicado por mulher negra em São Luís adquiriu notoriedade elevada. Segundo José Nascimento Morais Filho, depois de sua publicação no periódico estudado, obteve mais duas edições em outros jornais do período[14].

O trabalho desta poetisa maranhense tratava sobretudo dos sentimentos, da natureza, das amizades evidenciando um olhar da sua perspectiva. Fica nítido, a abertura que Maria Firmina dos Reis obteve no jornal, em um período que, para a mulher, adentrar o espaço público das letras ainda era difícil. Mesmo lidando com esta situação conseguiu adquirir seu espaço e publicou artigos inéditos e um conto.

Em uma sociedade segregada pelo ideal de submissão feminino, Maria Firmina dos Reis rompeu com essa lógica de pensamento pois foi reconhecida e valorizada por suas produções. Deste modo, sua inserção e experiência no *O Jardim das Maranhenses* trouxe um outro tipo de conteúdo para a folha, além do caráter moralizador.

Enfatizamos que os escritos da autora possuíam uma tônica pessoal, diferentemente dos outros poemas e artigos que tratavam de uma mulher genérica ou

[14] Os outros periódicos que publicaram o texto *Gupeva* foram *Porto Livre* (1863) e *Echos da Juventude* (1865).

idealizada, Maria Firmina dos Reis nos mostrou a visão dela, o olhar e sentimentos que possuía, e, isto mudava a dinâmica com que o leitor recepcionava o artigo ou poema. Esse olhar de dentro nos leva para a intimidade da vida de Reis, de uma mulher maranhense do século XIX. Verificamos isso no trecho a seguir de seu artigo intitulado *Meditação:*

> Meu Deus, que é pois hoje a minha vida? Arida, e pedregosa estrada – deserto ardente, onde não se descobre a fronte risonha d'um amigo; ou a mão esquálida, e fria do anjo do extermínio que aperte esta mão requeimada pelo ardor do sol no zinith.(*O Jardim das Maranhenses.* São Luís, nº 27. 25 novembro de 1861).

Temos que ressaltar que coexistia na folha as produções de Reis e os artigos voltados para a legitimação do comportamento feminino, o que ajudou a exercer de acordo com Abrantes (2013, p. 1), um importante papel na difusão de imagens e ideias sobre a mulher. Com esta coexistência, o *O Jardim das Maranhenses* deu brechas para que outras formas de percepções do feminino aparecessem, mas sem perder seu caráter pedagógico e moral.

Para além disso, a presença desta autora no periódico promoveu toda uma mudança de dinâmica e de estrutura das páginas do jornal. Em diversas edições seus trabalhos eram destacados nas primeiras páginas, além disso, o número delas variava, tendo dois ou três poemas da autoria de Reis em uma única edição. Das páginas analisadas, que correspondem aos números 18, 21 a 29, notamos a existência de cinquenta publicações incluindo romances, charadas, poemas e logogrifos. Desses trabalhos Maria Firmina dos Reis é a segunda autora que mais publicou nesse jornal. Isso denota a importância de sua escrita e de suas ideias, que galgaram um espaço proeminente na imprensa periódica e na sociedade maranhense.

Tudo isso enfatiza que a experiência editorial de Maria Firmina dos Reis foi expressiva em seu tempo, nos ajudando a pensar e olhar para o passado. Em um tempo onde a imprensa periódica estava obtendo uma crescente efervescência de escritos femininos, Reis fazia parte desse rol de mulheres, que de certo modo, romperam com

seus lugares impostos socialmente, provavelmente suas inserções neste espaço não devem ter sido fáceis, mas elas lutaram e se instalaram nesse espaço trazendo suas visões de mundo e suas dores.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos perceber a importância da experiência editorial de Maria Firmina dos Reis na província do Maranhão, pois em um contexto marcado pela contradição de intensa escravidão e uma efervescência intelectual e cultural, uma mulher negra conquistou o espaço de uma imprensa periódica fecunda. Durante os anos de circulação do *O Jardim das Maranhenses*, a autora se manteve atuante na folha com trabalhos que destoavam de estratégicas moralizantes e pedagógicas utilizadas até então. Além disso, em um ambiente onde explicitamente não se encontrava jornais dirigidos ou escrito por mulheres sua presença foi exaltada e seu trabalho valorizado.

Podemos dizer que tanto Maria Firmina dos Reis quanto os redatores e editores do periódico se beneficiaram mutuamente, pois a autora conseguiu um grande reconhecimento como vimos ao longo do trabalho, se tornando a segunda pessoa com maiores publicações nas páginas disponíveis. Quanto ao editor, este abriu a oportunidade de outras leitoras se identificar com os escritos de Maria Firmina dos Reis e ajudou a fomentar a vontade de exercitar as letras entre as senhoras, bem como conseguir trazer mais leitoras para o jornal.

Para além dos textos, percebemos como os costumes e a percepção do que é ser mulher estava impregnada nos artigos do periódico e como de certa forma assumia uma posição de orientação a respeito da moralidade e comportamento feminino aceito. Deste modo, a percepção do mundo descrito por Reis nos permite entender sua vivência no oitocentos, bem como trazer a luz a sua importante contribuição para as letras e para a imprensa como um todo.

Sua experiência editorial nos permite problematizar essa camada de mulheres atuantes na imprensa, cada qual com suas especificidades, pois elas buscavam para si o espaço da imprensa, que outrora era reservado apenas aos homens. Portanto, ao pesquisar essas mulheres percebemos que podem ser denominadas mulheres de letras que foram atuantes em seu tempo. Cabe a nós, a tarefa de torná-las objetos de estudo colaborando para o resgate e reconhecimento destas trajetórias.

Referências

Fontes:

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

REGO, Antônio Cândido de Moraes e. Apresentação. *Almanak Administrativo da Província do Maranhão*. São Luís, p. IV, vol 1.º jan. 1875.

APEM. Autos de justificação de nascimento de Maria Firmina dos Reis*. Fundo da Arquidiocese do Maranhão,* caixa nº114, documento n º4171, 1847.

O Jardim das Maranhenses - edições 1861 – 1862

Jornal de Instrução e Recreio – edição 1845.

Bibliografia:

ABRANTES, Elizabeth Sousa. Conselho para as moças – a educação feminina nos periódicos do século XIX. *In:* III SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, IMPRESSOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX. 2013. *Anais* [...]. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013, p. 1-10.

ARAÚJO. Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas Femininas na Imprensa do Século XIX: Tessituras de Ignez Sabino e Délia.* Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS. 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Cultura popular e sociedade regional no maranhão do século XIX. *Revista de Políticas Públicas,* v. 3, n. 1, 1999, p.1 – 25. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3672/1670>. Acesso em: 31 de abril de 2019, p. 5.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. A memória do tempo de cativeiro no Maranhão. *Dossiê Tempo.* 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/04.pdf>. Acesso em: Abril de 2019.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um maranhão no império brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (ed.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

COSTA, Odaleia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881).* 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. v. 10, n. 20, 2018, p. 241-262.

DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. "EU VI": representações da escravidão no romance *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo. *In:* COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (Orgs.). *O Maranhão Oitocentista.* 2ªed. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros de História: bibliotecas e mercado editorial no século XIX. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História.* Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/issue/view/11248/1636>. Acesso em: 10 janeiro de 2020.

GALVES, Marcelo Cheche. *"AO PÚBLICO SINCERO E IMPARCIAL": Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826).* Tese (Doutorado em História) – Instituto de

Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão*. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 4, no.1, janeiro-abril 2012, p. 4-38.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: A construção do Feminino no Brasil do oitocentos, 1827-1846.* 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

LOBO, Luiza. *Crítica sem Juízo.* Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1993.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil.* Editora Contexto. 2008.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MARTINS, Ana Luíza. *História da Imprensa no Brasil.* Editora Contexto. 2008.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio – o significado da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 890. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, 2012, p. 193-226.

MATTOS, Hebe Maria. De pai para filho: África, identidade racial e subjetividade nos arquivos privados da família Rebouças (1838-1898). In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe. *Escravidão e subjetividades*. Open Edition Press book, 2016. p. 1-31. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/792#text>. Acesso em: 31 outubro de 2019.

MEIRELES, Mário. *História do Maranhão.* São Paulo: Siciliano. 2001.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Imprensa. In: LUCA, Tânia Regina de;

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto,1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia.* Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC.V. 2, 2004, 1184p.

OLIVEIRA, Milena Rodrigues de. Os Diferentes Olhares dos Jornais em São Luís do Maranhão acerca das festas religiosas no século XIX. *In:* XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS. 2015. *Anais* [...] Florianópolis, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. 3ª ed. Campinas: Ed UNICAMP, 1995.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Impressos no Maranhão: uma primeira leitura sobre a fundação da imprensa local. *In:* II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. 2004. *Anais* [...] Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004, p.1-15.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Um Mapa da Difusão do Jornalismo Maranhense nos séculos XIX e XX. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *In:* V Congresso Nacional de História da Mídia.2007. *Anais* [...] São Paulo, 2007.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, 2012, p. 193-226.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras.* Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018. [e-book.].

SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX.* 2016. Dissertação (Mestrado em) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras.* Vol 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SILVA, Ana Ládia Conceição. Falas de decadência, moralidade e ordem: a *"História do Maranhão" de Mário Martins Meireles.* 2008. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Mayana. *"O bello sexo": representações da mulher na imprensa literária ludovicense do século XIX.* Maranhão, 2008.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In:* RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOIHET. Raquel. História das Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. PINSKY, Carla B. *História das Mulheres no Brasil.* 9ed. UNEP. 2008.

VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos.* 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

“Querendo eu dar as Tropas Auxiliares dos meus reinos provas manifestas da minha real satisfação”: um estudo sobre as reformas militares portuguesas da segunda metade do século XVIII

"Wanting to give my Auxiliary Troops from my kingdoms clear evidence of my real satisfaction": a study on portuguese military reforms by the second half of the 18th century

Bruno César Pereira[1]
Ana Paula Wagner[2]

Resumo

O presente artigo, em linhas gerais, propõe analisar o contexto histórico das reformas militares lusas, colocadas em prática a partir de uma série de atos oficiais da Coroa portuguesa (decretos, alvarás, leis, etc). Essas reformas ocorreram tanto no reino (Portugal), assim como nos territórios que compunham o Império Português em África, Ásia e América, ao longo da segunda metade do século XVIII. Partiremos de uma análise bibliográfica de historiadores/as brasileiros/as e portugueses/as que nos permitam compreender tal contexto e quais reformas foram estas. Dedicaremos ao longo deste texto, uma atenção especial as reformas das Tropas Auxiliares, que, a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796, passaram a ser designadas Corpos de Milícias.

Palavras-Chave: Reforma Militar; Império Português; Século XVIII.

Abstract

The present article, in general terms, proposes to analyze the historical context of the Portuguese military reforms, put into practice from a series of official acts of the Portuguese Crown (decrees, permits, laws, etc). These reforms occurred both in the kingdom (Portugal), as well as in the captaincies that composed the so-called Portuguese Empire in Africa, Asia and America, throughout the second half of the eighteenth century. We will start from a bibliographical analysis of Brazilian and Portuguese historians that allow us to understand this context and what reforms were made. Throughout this text, we will pay special attention to the reforms on the so-called Auxiliary Troops, which, since the Decree of August 7, 1796, have been designated Militia Corps.

Keywords: Military Reform; Portuguese Empire; XVIII century.

As forças militares em domínios de E/*'Rey*

[1] Mestrando em História pelo PPG da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Gaduado em História pela mesma IES (2018). Pesquisador vinculado ao Núcleo de História da Violência – NUHVI.
[2] Licenciada e Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999), Mestre (2002) e Doutora (2009) em História pela Universidade Federal do Paraná. Entre os anos de 2010 e 2012 realizou estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e, em 2017, junto ao Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus Irati (UNICENTRO-PR).

> Um Império Oceânico: "[...] um império onde o Sol nunca se punha, do Brasil à Insulíndia, passando pela China, índia e África" (HESPANHA; SANTOS, 1988, p. 351).

A partir do início do século XV, período marcante do começo da expansão marítima lusa, Portugal ocupou uma série de territórios, em África e Ásia e Novo Mundo (América), constituindo assim o que é caracterizado pela historiografia como Império Português. O Império, como é apresentado por Antônio Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos no capítulo *Os poderes num Império Oceânico*, presente na obra *História de Portugal*, volume 4, não estava constituído apenas pelos espaços territoriais. Para estes autores, os mares no Império Português representavam "o próprio corpo do império", ou seja, eram o "nexo essencial de união dos pontos de apoio na terra firme" (HESPANHA; SANTOS,1998, p. 351).

Um ponto comum das pesquisas contemporâneas, referentes aos estudos deste "império oceânico", seja de pesquisadores/as brasileiros/as bem como de portugueses/as, pauta-se na busca pela compreensão de como o Império estava estruturado. Sobre este aspecto, destacamos a obra *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*, organizado por João Fragoso, Maria F. Bicalho e Maria de F. Gouvêa, publicada em 2001. Esta obra possui uma coletânea de textos, que entre suas preocupações, evidencia a complexidade das relações reino-capitanias. Compreende-se que o Império Luso, ao longo da sua existência, transferiu do reino (Portugal) para os territórios do além-mar uma série de instituições. Os objetivos destas eram buscar manter a posse dos territórios, bem como salvaguardar os interesses comerciais da Coroa. Entre estas instituições, destacamos aquelas de caráter administrativo, como as formas de administração através dos governadores-gerais, a introdução das forças militares e, em um nível local, a implantação das câmaras municipais.

Mas esta argumentação pode dar a falsa ideia de um Império homogêneo. Segundo a pesquisadora Ana Paula Wagner (2009), em sua tese de doutorado, intitulada *População no Império Português: recenseamento na África Oriental Portuguesa na*

segunda metade do século XVIII, ao discutir a respeito de uma concepção do Império, interligado por um fio condutor, como por exemplo, os modelos institucionais administrativos e militares, observa que mesmo existindo diretrizes comuns a todas as capitanias no além-mar, ocorriam adaptações realizadas pelos governos-gerais e outras autoridades. Estas adaptações aconteciam em razão da pluralidade "sociocultural com que os portugueses se deparavam nos distintos territórios" (WAGNER, 2009, p. 17).

Em síntese, compreendemos que havia uma série de diretrizes comuns emanadas do reino e encaminhadas para as capitanias espalhadas ao longo do ultramar. Entretanto, ocorriam adaptações variadas, seja nas formas de administrar dos governos-gerais e dos seus subordinados, bem como nas maneiras de defender, comercializar, etc.

No que se referia a estrutura militar, as diretrizes impostas pela Coroa, como modelos a serem seguidos nos territórios do além-mar, por vezes também sofriam adaptações. Como argumenta Kalina Vanderlei P. da Silva (2001), em sua tese *O miserável soldo & a boa ordem na sociedade: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*, em algumas situações, os modelos colocados pela Coroa, para a estruturação das forças militares, esbarraram em uma série de dificuldades enfrentadas pelos governos-gerais (SILVA, 2001, p. 48)[3]. A bibliografia sobre as forças militares portuguesas mostra que as capitanias que integravam o Império Português, ainda que procurassem seguir os modelos propostos pela Coroa, tiveram que se adaptar (SILVA, 2001; MELLO, 2006).

No período que nos interessa, meados do século XVIII, as forças militares portuguesas (reino e territórios ultramarinos) encontrava-se organizada em três segmentos, eram eles: as Tropas Regulares, as Tropas Auxiliares e os Corpos de

[3]A historiadora Kalina Vanderlei P. da Silva disserta sobre a impossibilidade das capitanias seguirem os modelos impostos pela Coroa, pelos inúmeros problemas que cada uma enfrentava. De uma maneira geral, a autora traça alguns pontos em comum, ou melhor, os problemas em comum enfrentados pelas capitanias. Entre os principais pontos, destacamos: a falta de homens para compor o exército burocrático e as demais forças que compõem a estrutura militar; o baixo soldo pago a estes soldados; o estado crítico que se encontravam quartéis e fortalezas; a grande lista de homens isentos a sentar praça em uma das forças militares; entre outros. Ver: SILVA, 2001.

Ordenança. Cada uma destas três forças possuía características e funções especificas dentro da esfera militar, assim como possibilitava a distinção social de grupos particulares.

As Tropas Regulares também eram conhecidas como Tropas Pagas ou Tropas de primeira (1ª) Linha. Elas representavam o corpo burocrático[4] das forças militares. Esta primeira força militar estava dividida inicialmente em terços, e posteriormente – com as reformas militares na segunda metade do século XVIII – sua distribuição se deu através de regimentos e batalhões de cavalaria; infantaria e de artilharia (COTTA, 2005, p. 5). O recrutamento para este corpo militar priorizava homens oriundos de Portugal, os chamados reinóis. Todavia, muitas vezes pela falta de homens vindos do Reino, os regimentos, bem como as patentes mais altas desta força militar, eram compostos por homens nascidos nas capitanias.[5] As duas características principais desta força eram: tratava-se da única força paga pela Fazenda Real; para a composição das patentes altas deste corpo militar priorizava-se homens com carreira militar, ou seja, que já possuíssem experiência militar. Conforme Ana Paula Pereira Costa (2005, p. 465-466), em seu texto *Estratégias sociais e a construção da autoridade: uma análise das práticas de reprodução social dos oficiais dos Corpos de Ordenança na busca pelo mando,* os homens integrantes deste corpo, teoricamente, "dedicar-se-iam exclusivamente as atividades militares. Seriam mantidos sempre em armas exercitados e disciplinados".

[4] As expressões "corpo burocrático", "exército burocrático" ou "tropas burocráticas" utilizadas neste trabalho, referem-se as Tropas Regulares ou Tropas Pagas. Segundo Silva (2002), o uso da expressão "burocrático" está ligado a questões que envolviam o caráter institucional desta força, ou seja, os detalhados regimes de regulamentação que a constituía. Todavia ao longo do século XVIII, as demais forças, tanto Auxiliares quanto Ordenanças, também passariam a ter uma série de regulamentações. No entanto, de acordo com a bibliografia, o termo "burocrático" ou "burocráticas" é empregado exclusivamente para as forças militares pagas (Tropas Regulares). Ver: SILVA, 2001, SILVA, 2002.

[5] Francis Albert Cotta, ao tratar da América Portuguesa, destaca que no século XVIII com a administração Pombalina, o preenchimento da tropa regular foi estendido aos "naturais da terra". De uma maneira geral, o termo "naturais da terra" fazia referência aos homens brancos/mestiços nascidos nos domínios ultramarinos. Todavia, em circunstâncias específicas, podia ser empregado para designar indígenas ou africanos. Ver: COTTA, 2005. Esta forma de compor os regimentos com "naturais da terra", também foi um recurso utilizado em alguns momentos na Capitania de Moçambique e Rios de Sena. Como indica Eugênia Rodrigues, que realizou um estudo sobre a África Oriental Portuguesa, em relação ao período da segunda metade do XVIII. Ver: RODRIGUES, 1999, p. 702-714; RODRIGUES, 2006, p. 57-96.

A segunda força militar eram as Tropas Auxiliares, também conhecidas como Tropas de segunda (2ª) Linha, e posteriormente Milícias. Os indivíduos, que compunham esta força, eram recrutados junto à população civil, com base territorial local. Os Corpos de Auxiliares deveriam estar armados, exercitados e disciplinados. Este corpo militar era de caráter obrigatório e não remunerado, mas havia a possibilidade deste corpo receber soldo, em caso de eventual mobilização junto das Tropas de 1ª Linha. Em situações de conflitos, as Tropas de 2ª Linha assumiam a sua posição na busca por manter a "boa ordem" em sua localidade ou região.

Como já mencionado, este corpo militar deveria estar sempre exercitado e disciplinado, para uma eventual substituição das tropas de primeira linha. Em seu trabalho sobre *O sistema militar corporativo na América portuguesa*, Francis Allbert Cotta observa que "na prática, devido à insuficiência de corpos regulares, os auxiliares desempenhavam atividades internas e externas" (COTTA, 2005, p. 5).

Um aspecto que também diferencia as Tropas Auxiliares das Tropas Pagas era a composição das patentes mais altas. Nas Tropas de 2ª Linha, algumas das patentes do Estado Maior[6] eram ocupadas por homens sem experiência militar. O critério de escolha muitas vezes era marcado pela influência destes indivíduos junto ao quadro social local. Ou seja, tratava-se de um reconhecimento destes perante a sua comunidade. Conforme a historiadora Cristiane Figueiredo Pagano Mello (2006, p. 33), em estudos sobre a composição do Estado Maior das forças militares não burocráticas, Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança, a preferência por determinados sujeitos estava pautada pelo prestígio social, onde eram "escolhidos dentre as pessoas mais nobres e honradas".

[6] A expressão "Estado Maior" refere-se aos oficiais com as patentes mais altas em cada um dos corpos militares (Tropas Regulares, Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança). A escolha dos indivíduos que iriam compor tais patentes se deu de maneira diferente em cada uma das forças. Enquanto que para exercer uma patete dos Corpos Pagos era necessário a experiência militar, nas forças militares de segunda e terceira linha a ocupação destas patentes se dava preferencialmente por indivíduos oriundos das elites locais. Segundo Pereira Filho (1998), os oficiais que compunham o Estado Maior nas Tropas Pagas eram: Mestre de Campo, Tenente, Alferes, Sargento, Furries, Porta Bandeira e Aspeçadas; nas Tropas Auxiliares: Mestre de campo, Alferes, Sargento-Mor e Ajudante; e por fim nos Corpos de Ordenança: Capitão-Mor, Alferes, Sargento-Mor, Ajudante, Meirinho e Escrivão.

A terceira e última força militar eram os Corpos de Ordenança, que correspondia a todos os homens em idade militar, entre 18 e 60 anos, que não estavam alistados nas demais forças. Este Corpo, assim como as Tropas Auxiliares, era de caráter obrigatório e não remunerado, possuindo também um recrutamento de âmbito local. Os Corpos de Ordenança correspondiam aos homens sem instrução militar, não havia obrigatoriedade desta força estar exercitada e de prontidão, como era o caso das outras duas.

A sua importância esteve ligada diretamente ao administrativo, através da figura dos Capitães – Mores, patente mais alta deste corpo militar. Eram eles os incumbidos de realizar os alistamentos para as demais forças. Através das listagens dos possíveis recrutas, se organizava um verdadeiro "recenseamento da população colonial"[7]. Assim, em tese, se conhecia uma parte da população, permitindo "que os braços do Estado alcancem as povoações mais distantes [...]" (SILVA, 2001, p. 66).

Mello (2006, p. 33-34), ao analisar o papel das Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança, explica que

> [...] devemos considerar que [...] a existência dos Corpos Auxiliares e de Ordenança revestia-se de suma importância, não somente em função da imprescindível manutenção da defesa da posse territorial, que os definiam como uma força fundamental, mas também devido ao papel e a relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar a uma ordem social que se objetivava construir.

De um modo geral, estas três forças militares, estavam presentes em todo o Império Português. A sua regulamentação se dava por meio da emissão de documentos administrativos (Leis, Decretos, Cartas Régias, Projetos de Leis, etc.) que partiam da Coroa e eram encaminhadas as capitanias situadas ao longo do ultramar.

Estas forças militares portuguesas foram fundadas entres os séculos XVI e XVII. Observa-se que a primeira força militar organizada foram os Corpos de Ordenança, instituída em 1570, no reinado de Dom Sebastião, "após várias tentativas de criação de

[7] A figura do Capitão-Mor, nas sociedades coloniais, destacava-se por ser ele o responsável pelas listagens de toda população masculina em idade militar, e onde cada um destes homens seria incluído nas forças militares. Ou seja, se sentaria praça nas Tropas de 1ª ou 2ª Linha, assim como também nos Corpos de Ordenança. De acordo com Jorge da Cunha, em um estudo sobre as tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVII e XVIII, a figura do Capitão-Mor era tida como o "comandante militar da população civil" (PEREIRA FILHO, 1998, p 46-80, p. 57).

um sistema de organização militar controlado pelo Rei" (COTTA, 2005, p. 9). Somente no final da primeira metade do século XVII, se tem notícias da criação das demais forças militares: as Tropas Regulares fundadas em 1640 e as Tropas Irregulares, ou Tropas Auxiliares, em 1645 (COTTA, 2005).

Ao longo da existência destas forças, ocorreriam uma série de reformas e reorganização destes corpos; mas foi somente no século XVIII, que a historiografia diz ter existido uma reforma militar 'concreta'. Até então, as atenções em relação a força militar, em especial ao corpo burocrático, Tropas Pagas, estavam ligadas a determinados momentos histórico-sociais dos territórios do Império. Ou seja, em contextos diretamente relacionados com situações de conflitos (guerras/invasões de território). Findados estes conflitos, se dissolviam as comissões responsáveis pela 'preocupação com a guerra' (COSTA, 1995/2004c).

Assim, no século XVIII, em especial na segunda metade desta centúria, é observada uma grande mudança por parte da Coroa com o tratamento das forças militares. Este período foi marcado por uma série de reformas impostas pela Coroa a sua esfera militar. A historiografia sobre o tema é concordante em afirmar que o movimento de reformas nas forças militares se deu após a entrada de Portugal no conflito bélico, conhecido como Guerra dos Sete Anos (1756-1763)[8].

A participação portuguesa neste confronto, segundo Bruno Cezar Santos da Silva (2011), se deu a partir da negação de Portugal em apoiar espanhóis e franceses, resultando na invasão do Estado Português. Segundo o autor,

> [...] a fronteira portuguesa é assediada pelas forças franco-espanholas. Vale pontuar que, por muito pouco os lusos não se viram capitulados. A investida só não logrou êxito graças à veemente mobilização popular, em especial, dos

[8] Este confronto bélico envolveu uma série de Estados europeus e ocorreu entre os anos de 1756-1763. De um lado a França, a Monarquia de Habsburgo e seus aliados (Saxônia, Império Russo, Império Sueco e Espanha), e do outro a Inglaterra, Portugal, o Reino da Prússia e Reino de Hanôver. O principal motivo deste conflito bélico, segundo a historiografia, se deu a partir da disputa pelo monopólio comercial entre os Estados europeus nos territórios do além-mar. Após sete anos do conflito em territórios europeus e coloniais, a guerra chegaria ao fim com o Tratado de Paris, assinado em 10 de fevereiro de 1763, onde de um modo geral podemos dizer que os Estados vitoriosos foram Inglaterra e Prússia e seus aliados. Ver: SILVA, 2011.

> alentejanos, e a ajuda dos britânicos, que contribuíram através do envio de armas e regimentos. A bem da verdade, o embate não passou de pequenas escaramuças, tendo pouca influência no resultado da Guerra, durando até novembro do mesmo ano, quando são iniciadas as negociações para a declaração de armistício, que levariam a assinatura do Tratado de Paris, em 1763 (SILVA, 2011, p. 5-6).

Silva (2011, p. 7) destaca que este episódio evidenciou um "problema fulcral para Portugal: a precariedade de suas forças armadas". Assim, após a Guerra dos Sete anos (1756-1763), foram colocadas em prática uma série de reformas nas forças militares lusas. Inicialmente estas reformas se deram no reino, mas logo foram encaminhadas para as capitanias integrantes do Império Português. Em um primeiro momento, estas estiveram voltadas diretamente para as Tropas de 1ª Linha, onde tais serviriam como base para reformar os demais Corpos militares. Estas reformas, promovidas a partir de 1762 no reino, contaram com o auxílio e participação direta do Conde de Lippe[9]. Desde então, buscou-se o fortalecimento das forças militares do reino através da introdução das chamadas "ciências militares"[10]. Estas reformas se deram através da publicação de uma série de atos emitidos pela Coroa (Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Regulamentos, etc.)[11] ao longo da segunda metade dos setecentos.

Um outro aspecto que gostaríamos de destacar, nesta discussão sobre os motivos que levaram à reforma da estrutura militar lusa, diz respeito aos territórios ultramarinos. Se a situação das tropas lusas no reino, nas palavras de Silva (2011) eram "frágeis", nos

[9] Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe, ou Conde de Lippe, nasceu em Londres em 09 de janeiro de 1724. Sua família era de origem alemã. O Conde de Schaumburg, a convite da Coroa Lusa, foi responsável por reorganizar as forças militares portuguesas nas batalhas ocorridas nas fronteiras de Portugal e Espanha ao longo dos anos finais da Guerra dos Sete anos. Findado este conflito bélico, Conde de Lippe seria um dos principais nomes das reformas militares empreendidas sobre as Tropas Regulares, na segunda metade do século XVIII. Ver: COSTA, 2004c.

[10] Estas ciências correspondiam ao uso de recursos como a estratégia, tática, organização e administração da esfera militar. Como observaremos ao longo do presente artigo, estes conhecimentos seriam empregados inicialmente nas Tropas Regulares, a partir das reformas empreendidas pelo Conde de Lippe após a década de 1760. Ver: FRAGA, 1990.

[11] O tipo de documentação, utilizado na presente pesquisa, emitidos pela Coroa Portuguesa, possuem alguns atributos particulares. Ou seja, tratam-se de documentos que se enquadram como regulamentos a serem seguidos pelas capitanias, como é o exemplo do Decreto de 7 de Agosto de 1796. Este tipo de documentação, segundo José Joaquim Sintra Martinheira (2006), é caracterizado como documentos legislativos do poder régio, como são as Cartas Régias, Decretos, Alvarás, Editais e Projetos de Leis. Ver: MARTINHEIRA, 2006, p. 131-156.

territórios que compunham o Império a situação não era diferente. Sobretudo, Portugal lidava com as pressões das potências europeias, mas também com os grupos nativos dos territórios ocupados. Desta maneira, as razões que desencadearam as reformas foram múltiplas. Ou seja, parte delas se deu pelas pressões externas ao Império (como a Guerra dos Sete Anos e as ameaças aos territórios do ultramar pelas potências europeias), bem como por pressões internas (como as dificuldades de colonização, assim como pelas resistências colocadas em prática pela população local das capitanias).

Sobre este último ponto, destacamos a dissertação de Ariane Carvalho da Cruz (2014), intitulada *Militares e militarização no reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem*, que além de discutir as adaptações e dificuldades da introdução das reformas militares neste território, a autora traz discussões sobre o contexto que antecedeu as reformas. Cruz destaca que a presença militar em Angola deveria ser constante, pois este local era caracterizado por Alexandre Correa Silva (cronista e militar) como uma área de "grande necessidade da presença militar [...] pois este seria um ambiente propício a revoluções, sublevações, assassinatos, dentre outros problemas; afinal, os africanos seriam propícios à desobediência" (CRUZ, 2014, p. 51). Esta "desobediência", na ótica europeia, pode ser interpretada como resistência e enfrentamento em relação a presença portuguesa.

Destacamos ainda o trabalho *Formas de Resistência Africanas às Autoridades Portuguesas no Século XVIII* de Luís Frederico Dias Antunes (2017), que volta seus estudos a África Oriental Portuguesa (Capitania de Moçambique e Rios de Sena). Entre as reflexões apresentadas pelo autor, encontramos um debate sobre as diferentes formas de resistência dos grupos locais sobre a ocupação (colonização) portuguesa. Antunes (2017, p. 84) argumenta que "a resistência fez parte do relacionamento quotidiano entre autoridades africanas e portuguesas, em Moçambique setecentista", seja "como processo de resistência ostensiva e intencional à sua autoridade ou poder [...] através da acção armada e violenta", mas também a resistência simbólica, através de "manutenção de costumes e identidades".

Como se nota, os trabalhos de Cruz (2014) e Antunes (2017) evidenciam uma série de disputas e lutas presentes em parte dos territórios portugueses em África (Ocidental e Oriental) ao longo do século XVIII. Desta forma, os motivos que desencadearam as reformas militares lusas podem ser entendidos em um plano mais amplo do que somente as pressões externas, as quais o reino sofria no contexto europeu.

Assim, o presente trabalho propõe analisar as reformas militares das Tropas de 2ª Linha, impostas pela Coroa a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796. Como observaremos ao longo das discussões, as principais reformas prescritas ao Corpo Militar pago a partir de 1762, no reino, serviriam de base para reformar as Tropas Auxiliares. Outrossim, evidenciaremos neste trabalho a busca da Coroa em fortalecer este Corpo Militar, seja através da introdução da disciplina militar, como também levantaremos a hipótese de que a reforma deste corpo indica um desejo da Coroa de quebrar parte do poder das elites locais sobre esta força militar.

"[...] Que todos os corpos até agora intitulados forças Auxiliares serão denominados para o futuro regimento de Milícias": As reformas militares das Tropas de 2ª Linha

As reformas militares lusas, durante a segunda metade do século XVIII, inicialmente atingiriam as Tropas Regulares, ou seja, as tropas burocráticas portuguesas. De um modo geral elas estiveram ligadas a organização, disciplina, composição dos regimentos, etc.

Consideramos que as reformas do corpo pago seriam a base para as ações empreendidas nos demais corpos, sobretudo no que diz respeito a transposição das noções de disciplina e organização das tropas. Ao longo deste tópico, buscaremos compreender as reformas das Tropas Auxiliares, a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796, como parte integrante de um processo mais amplo de reformas sobre as forças militares presentes no reino e nos territórios do Império Português (América, África e Ásia). Desta forma, partimos da noção de que as reformas colocadas em prática pela Coroa, inicialmente no reino, a este corpo militar foi, entre outros aspectos, um desdobramento das reformas militares realizadas inicialmente nas Tropas Regulares, a

partir da década de 1760. Para isto, começamos pela análise do decreto, assim como pela realização de leituras que tratam da estrutura e da composição das Tropas Auxiliares ao longo da segunda metade dos setecentos.

As Tropas Auxiliares foram instituídas através da Carta Régia de 7 de janeiro de 1645. Por meio deste instrumento régio, a Coroa visava a criação de um novo corpo militar. Até então, as forças militares existentes eram os corpos Regulares e Ordenanças. O objetivo era que estes homens socorressem:

> [...] as fronteiras, para isto a proposta da Coroa visa a criação em cada Comarca de um trosso de gente desobrigada, e capaz de se poder occupar em meu serviço, os quaes, com título de soldados Auxiliares, e com o privilégio de que gozem os pagos, e outros que parecer mas conveniente, estejam alistados, com dous ou três capitães pessoas de experiência e valor [...] e além de gozarem de todas as honras e preeminências de Capitaes pagos (CARTA RÉGIA, 1645).

Os privilégios concedidos pela Carta Régia de Janeiro de 1645 ficariam melhor esclarecidos através do Alvará com força de *ley* de 24 de novembro do mesmo ano. Entre as prerrogativas garantidas estariam, por exemplo, o abatimento de pagamento de alguns impostos, como pela compra do tabaco (COTTA, 2005). Outro importante privilégio, concedido a este corpo, foi a possibilidade de receber soldo em circunstâncias específicas: no caso de locomoção para acudir as fronteiras junto com as Tropas Pagas em tempos de guerra; ou quando fosse necessário assumir a posição das Tropas Regulares nas vilas, visando manter a "boa ordem" (ALVARÁ, 1645).

A estrutura das Tropas Auxiliares, inicialmente criada no reino, seria também empregada nos demais territórios do Império Português ao longo dos séculos XVII e XVIII. Para o século XVIII, algumas pesquisas abordam sobre as funções deste corpo militar no contexto do ultramar. Para a América Portuguesa, destacamos os já referidos trabalhos de Ana Paula Pereira Costa (2005/2006) e Bruno Cézar Santos Silva (2011)[12]. Segundo estes autores, a atuação desta força militar ia além das tarefas militares. Ou seja, esta força possuía uma ligação com as elites locais, visto que a composição deste corpo, no que

[12] Ana Paula Pereira Costa tem estudos voltados a Capitania de Minas Gerais, já Bruno C. Santos Silva para as Capitanias de Pernambuco e a Capitania Subordinada da Paraíba.

dizia respeito às patentes mais altas – como a de Mestre-de-Campo– eram ocupadas pelos "melhores da terra" ou os homens mais "nobres" das vilas.

Kenneth Maxwell (1996), na obra *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, discorre sobre um ponto importante para o presente trabalho. Segundo o autor, as elites locais, em especial no contexto da América Portuguesa, passaram a assumir diferentes posições de prestígio e de poder dentro das capitanias, isto se deu a partir da segunda metade dos setecentos com as reformas (fiscais e militares) realizadas pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo). Com estas reformas empreendidas "[...] os magnatas locais eram encorajados a assumir postos de liderança na instituição militar colonial [assim como na administrativa]" (MAXWELL, 1996, p. 132). Desta forma, podemos considerar que essa era uma situação (de prestígio da elite local) que o Decreto de 1796 desejasse "corrigir".

As Tropas Auxiliares, ao longo da segunda metade do século, passariam pelas reformas empreendidas pela Coroa lusa, especialmente através do Decreto de 7 de agosto de 1796, que propunha reformar "os corpos Auxiliares do exército, denominando-os para os futuros Regimentos de Milícias". Estas iniciaram a partir 1762, ao abrigo da direção de Conde de Lippe, que sob convite de Sebastião José de Carvalho e Melo, foi chamado para auxiliar nas reformas militares das tropas burocráticas portuguesas. Estas reformas tinham por objetivo enquadrar o reino nos moldes da modernização militar que alguns Estados europeus haviam passado durante a primeira metade do século XVIII (FREIRE, 2005). Segundo alguns autores, como Costa (2004b), Moreira e Loureiro (2012), Portugal, até meados da primeira metade dos setecentos, encontrava-se em uma posição "periférica" em relação aos demais Estados europeus, no que se dizia respeito a adoção de novos modelos e estruturas militares. A bibliografia sobre o tema indica que foi somente a partir de 1760 que o reino passou a adotar as inovações militares europeias, como a introdução da disciplina militar, a nova organização das tropas, a criação de colégios militares e manuais militares, etc.

O Decreto de 7 de agosto de 1796, foi, como propomos compreende-lo, parte integrante de um movimento de reformas das forças militares, como supracitado. Na introdução do Decreto, temos a seguinte informação:

> Querendo eu dar as tropas Auxiliares dos meus Reynos provas manyfestas da minha real satisfação e do muito que ellas merecem sou servida declarar que todos os corpos até agora intitulados forças auxiliares serão denominados para o futuro regimentos de Milícias das comarcas, ou districtos aonde pertencerem; que todos os seus Mestres de Campo serão outro sim denominados Coronéis de Milícias a imitação dos das Tropas Pagas e que proderão usar de banda em todas as funções militares (DECRETO, 1796).

Podemos observar dois pontos importantes nesta citação. O primeiro deles é a mudança da nomenclatura desta força militar, de Auxiliares para Milícias[13]. O segundo ponto, é a busca da Coroa em reformar este corpo, visando torná-lo mais próximo da estrutura adotada pelas Tropas Regulares. Este segundo encaminhamento ficaria mais evidente na continuidade do Decreto:

> E querendo eu que os sobre dittos Regimentos de Milicias sejam em tudo conformes aos das Tropas Regulares do meu Exército na sua organização e formatura; sou servida determinar que em todas eles haja para o futuro hum Tenente Coronel e os mais oficiaes que vão declarados no corpo do plano, que baixara com este; que em todos eles hajam Bandeiras, e tambores fornecidos pelos meus Arcenaes e que os tambores e Pifanos sejam pagos pelas Thezourarias geraes do meu Exército, como os dos mais Regimentos de Linha (DECRETO, 1796).

Entre os principais aspectos deste documento, destacamos a valorização que a Coroa propõe às Tropas Auxiliares. Entre os termos do Decreto de 7 de agosto de 1796, notamos a busca pelo fortalecimento destas Tropas, na medida em que se observa uma inspiração no modelo adotado pelas Tropas Regulares, na década de 1760, a partir das propostas do Conde de Lippe: "E querendo eu que os sobre dittos Regimentos de Milicias sejam em tudo conformes aos das Tropas Regulares do meu exército na sua organização e formatura". As principais reformas encaminhadas pelo Conde de Lippe, em relação às Tropas Regulares, segundo Fernando Dores Costa (2004c), estiveram ligadas as questões

[13] Ao longo de nossas leituras para a realização do presente trabalho a expressão 'milícias' ou 'grupos milicianos' não designavam exclusivamente as Tropas Auxiliares. De forma geral, estas expressões remetiam as forças não burocráticas, ou seja, os Corpos Auxiliares e Corpos de Ordenança. Foi somente com a publicação do Decreto de 7 de Agosto de 1796, que a expressão Milícias passaria a referir-se exclusivamente a segunda força militar.

como organização, composição, recrutamento, pagamento, disciplina, etc. No que se refere à composição e organização, foram adotados novos modelos de distribuição de soldados e oficiais em cada regimento, visando criar um modelo ideal e padronizado. Sobre este ponto, citamos aqui o texto *Tropas militares lusos brasileiras nos século XVIII e XIX*, do pesquisador Jorge da Cunha Pereira Filho (1998), que realiza um levantamento geral sobre os modelos impostos pela Coroa ao reino bem como as capitanias no ultramar. A principal mudança, no que se refere a composição e organização, foi a mudança em sua divisão, de terços para regimentos. Nesta modificação observamos, além da criação de novas patentes militares, a subdivisão dos regimentos em companhias (artilharia, infantaria e cavalaria).

Já sobre a questão do pagamento, destacamos a análise sobre as reformas do Corpo Pago feita pelo historiador António Manuel Hespanha, que, no capítulo *A administração militar*, presente na obra *Nova História Militar de Portugal*, volume 2, explica o "detalhado regime de governo", que em síntese correspondia às preocupações da Coroa no que dizia respeito a manutenção das Tropas Pagas. Sobretudo a manutenção dos presídios, quartéis, pagamentos de soldo, fardamentos e armas. Este novo "regime de governo", segundo Hespanha, seria a arrecadação de impostos para manter o pagamento regular dos soldos bem como a manutenção dos presídios, quartéis, etc. Segundo o autor este momento, a segunda metade do século XVIII, em especial, a partir da década de 1760, foi "um ponto de viragem da história da organização militar portuguesa" (HESPANHA, 2004c, p. 176).

Neste mesmo sentido, Fernando Dores Costa (2004b), argumenta que a Coroa, após a Guerra dos Sete anos, continuaria com as cobranças de impostos sobre a guerra, com a intenção de cuidar da manutenção da força burocrática (pagamento de soldos, investimentos em: quartéis, presídios, fortalezas, etc.) mesmo em tempos de paz, o que, segundo o mesmo autor, não ocorria antes. Desta forma, podemos observar uma grande mudança na maneira como a Coroa lidava com sua força militar burocrática.

> [...] é verdade, que em 1715, finda a guerra [Guerra de Sucessão do trono Espanhol, ocorrida entre a virada do século XVII para o XVIII], tal como ocorrera

> em 1668, essas inovações serão parcialmente revogadas [a estas inovações o autor se refere aos novos impostos criados para sustentar o confronto], confirmando a persistência do carácter excepcional dos impostos associados as situações de urgência bélica" (COSTA, 2004b, p, 188).

Outro ponto de grande importância destas reformas das Tropas Pagas, que de uma maneira geral atingiria de imediato as outras duas forças militares, diz respeito as formas de recrutamento. Sobre este aspecto destacamos o Alvará com força de lei de 24 de fevereiro de 1764, que, em linhas gerais, regulamentava as formas de recrutamento para as três forças militares (Tropas Pagas, Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança), assim como evidenciava quem seriam os homens que iriam compor os regimentos em cada uma destas forças. Segundo Costa,

> o propósito do alvará de 1764 é o de atribuir legitimidade ao recrutamento tornando-o um processo regular e público. Para tal seria, em primeiro lugar, indispensável que o universo dos recrutáveis[14] fosse delimitado com rigor [a delimitação dos privilegiados] (COSTA, 2004a, p. 85).

Este Alvará indica de forma detalhada, quem são os homens que se eximiam dos serviços nas Tropas Pagas, a lista dos privilegiados. Entre eles, destacava-se os homens que não poderiam sentar praça nas Tropas Regulares, por exercerem atividades consideradas "úteis" em suas respectivas localidades, ou seja, não poderiam locomover-se para fora destas. Todavia, estes homens poderiam ser convocados para as demais tropas, de segunda e terceira Linha.

Este documento também se refere a uma parte da população caracterizada como "inúteis" e "vadios" pela Coroa[15]. Estes indivíduos eram homens passíveis de serem recrutados para atuarem nas Tropas Pagas. Todavia, muitos deles utilizam de uma série de estratégias, visando eximir-se de sentar praça no Corpo Regular. Entre elas

[14] Segundo o autor, este "universo dos recrutáveis" se referia a todo homem entre 18-60 anos de idade. Todavia, como apresentado na primeira parte do texto, cada uma das forças dentro da esfera militar contemplava um grupo específico.

[15] Segundo as Ordenações Filipinas, este grupo de "vadios" era caracterizado como "qualquer homem que não viver com senhor ou com amo, nem tiver ofício nem outro mister, em que trabalhe ou ganhe sua vida ou não andar negociando algum negócio seu ou alheio [...]" (Ordenação Filipinas, In: LARA, 1999, Apud: SANTOS, p. 25). Esta definição também pode ser aplicada aos identificados como "inúteis". No contexto que estamos debatendo, estes grupos são aqueles que não possuem nenhum tipo de ocupação ou trabalho. Ou seja, não possuem "utilidade" ao Império. Desta forma, integra-los ao corpo militar, é dar não somente uma ocupação, mas também uma "utilidade" a estes indivíduos.

destacamos, além dos indivíduos que fugiam do processo de seleção de recrutas, aqueles que buscavam se vincular a um determinado grupo privilegiado pelo Alvará. A exemplo, o próprio documento chama a atenção para os estudantes, e alerta que muitos vinculavam-se a Colégios e Universidades apenas para esquivar-se de sentar-praça. Assim, o Alvará destaca a necessidade de haver uma fiscalização, para averiguar se estes indivíduos realmente estariam estudando. Desta forma, aqueles que se vincularam as instituições de ensino, apenas para se eximir de sentar praça, eram considerados "inúteis" e deveriam ser incluídos nas listas de possíveis recrutas. Mesmo com as delimitações minuciosas dos homens 'recrutáveis', assim como do processo de recrutamento, em praça pública e através de sorteio, pode-se notar a grande preocupação por parte do poder régio com as estratégias utilizadas para se esquivar de sentar praça. Sobre isso, o Alvará de 1764, expressa nos artigos 15 a 29, o desejo de que houvesse uma fiscalização minuciosa para com os indivíduos que alegassem participar de um grupo privilegiado, como o dos estudantes, comerciantes, artífices, filhos únicos, feitores, etc.

As reformas realizadas nas Tropas Pagas, especialmente o tratamento das questões como organização, composição e as formas de recrutar, seriam, em tese, incorporadas às Tropas de 2ª Linha a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796. Alguns pontos que reforçam esta hipótese são apresentados no corpo do texto do Decreto, "[...] sejam em tudo conformes aos das Tropas Regulares [...]" (DECRETO, 1796). Entre as alterações encaminhadas, destacamos a introdução de novas patentes (como é o caso da patente de Tenente Coronel, e a criação de patentes que até então não existiam nesta força, como a de Porta Bandeiras), assim como pela reorganização do número de soldados para cada regimento das Milícias (para cada regimento deveria haver 85 indivíduos, sendo que 7 corresponderiam ao Estado Maior e os demais, 78, seriam soldados).

Com relação a composição das Tropas Auxiliares, no período que antecede a reforma de 1796, Jorge da Cunha Pereira Filho (1998) explica que esta força era composta em: Mestre de Campo, Sargento Mor, Ajudante, Alferes e Cabo de Esquadra (PEREIRA

FILHO, 1998, p. 56). Com a nova regulamentação, seguindo o modelo imposto pela Coroa, a composição do Estado Maior deveria ser: Coronel, Sargento Coronel, Ajudante, Tambor Mor e Cabo de Esquadra. Este novo modelo visou seguir as patentes presentes nas Tropas Regulares.

Chamamos a atenção para esta mudança da composição do Estado Maior, como se pode notar, as duas patentes mais importantes desta força, o Mestre de Campo e o Sargento Mor, tiveram suas nomenclaturas modificadas para Coronel e Sargento Coronel, respectivamente. Outro ponto a ser destacado foi a retirada de uma das patentes (Alferes) e a inclusão de novas, como as de Tambor Mor, Porta Bandeira e Pífanos. Estas reformas, como já referenciado, visavam que as Tropas de 2ª Linha fossem "em tudo conformes aos das Tropas Regulares do meu Exército na sua organização e formatura" (DECRETO, 1796), seja na questão de uma padronização da nomenclatura, assim como a introdução de novas patentes.

Ainda sobre este ponto, a presença de "tambores" e "pífanos", sobretudo na regulamentação de que estes deveriam receber um soldo pelo desempenho das suas tarefas, reforçam a nossa proposta de analisar o Decreto a partir de uma perspectiva de fortalecimento das Tropas de 2ª Linha. Outrossim, a entrada destes novos elementos também estiveram ligados a questão da implantação da disciplina nesta força. Entendemos que, assim como as palavras, os sons dos instrumentos também constituíam mecanismos importantes para dar ordens e estabelecer a disciplina nas tropas (OLIVEIRA, 2016).

Devemos salientar ainda outros dois aspectos do Decreto de 1796, os quais consideramos relevantes para construir nossa argumentação do fortalecimento das Tropas Auxiliares. O primeiro deles é a possibilidade de migração de oficiais de altas patentes da Tropa Regular para as Milícias. O segundo refere-se ao pagamento de soldos ao Estado Maior desta força militar:

> E outro sim sou servida a declarar que todos os Capitaes das Tropas Pagas que quizerem passar aos postos de Sargento Mores de Milicias gozarão em tempo de paz do soldo que recebiam, e nos tempos de guerra do Soldo de vinte e seis

> mil reis alem das mais vantagens relativas ao seu emprego[16]. Que todos os alferes das sobreditas Tropas Pagas que quizerem passar a Ajudantes do número gozarão igualmente dos soldos que lhes competiam e em tempo de guerra das vantagens de quinze mil reis por mês. E finalmente que todos os Sargentos dos Regimentos de Linha que houverem de passar a Ajudantes Supras gozem em tempo de paz do soldo de seis mil reis mensaes, e no da guerra do soldo de dez mil réis (DECRETO, 1796).

Sobre o primeiro ponto, destacamos que a entrada de oficiais originários das Tropas Pagas, em tese, também traria a disciplina militar para as Auxiliares. Disciplina esta que a Coroa buscou implantar entre as Tropas de 1ª Linha, com as ações coordenados pelo Conde de Lippe já na década de 1760. Sobre estas ações, o historiador Francis Albert Cotta (2012), em seu texto *A fabricação do soldado português no século XVIII*, observa que uma série de regras e modelos criados pelo Conde em questão, durante a reforma militar do Corpo Pago, buscou realizar, através da disciplina, uma "nítida articulação entre o corpo e o objeto [arma]". Ainda segundo o autor, "a disciplina define cada uma das relações que o corpo [soldado] deve manter com o objeto [arma] que manipula, ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro" (COTTA, 2012, p. 53).

Outrossim, não bastava apenas a delimitação do que devia ser feito e como ser feito, o autor igualmente observa que uma série de penalizações foram criadas, visando instruir e manter um certo comportamento desejado. Sobre este ponto, Cotta (2012) argumenta que "percebe-se a elaboração de um sistema que qualifica e reprime um conjunto de comportamentos, funcionando como repressora, uma micropenalidade[17] que englobaria o tempo, a atividade, a maneira de ser, os discursos e o corpo do soldado" (COTTA, 2012, p. 56). Desta forma, a disciplina imposta às Tropas Pagas visava criar um soldado ideal, a partir de uma série de normas, regulamentos, modelos, etc.

[16] As "vantagens" referem-se aos privilégios que as Tropas Auxiliares possuíam, como o abatimento de alguns impostos para os indivíduos que compunham este Corpo Militar, conforme expressos no alvará de privilégios desta força. Ver: ALVARÁ, 1645.

[17] Ao propor a "fabricação" do soldado português, o pesquisador, estabelece uma relação entre as medidas tomadas pelo Conde de Lippe, no que diz respeito a introdução da disciplina as Tropas Pagas, com as teorias do filósofo francês Michel Foucault. Segundo o autor, ao analisar a obra *Vigiar e Punir*, esta ajuda a compreender a relação que o "poder disciplinar tem a função de adestrar, ele não amarra as forças para reduzi-las, mas procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada". Ver: COTTA, 2012, p. 52.

Todavia, a implantação da disciplina nos demais corpos militares, Auxiliares e Ordenanças, como evidencia Mello (2006), também tinha uma ligação com a organização social. Para a autora, durante a segunda metade do setecentos, observou-se, por parte do governo português, a busca por uma maior centralização política e administrativa, que geraria mudanças nas instituições políticas e nas forças militares. Desta forma,

> [...] como consequência da nova organização político-social do poder absoluto, a exigência de subordinação e obediência por parte de todos os súditos perante a autoridade da Coroa torna-se uma questão primordial para o seu estabelecimento e consolidação. Pretendia-se que tal subordinação e obediência - numa palavra, disciplina - atuassem como forças centrípetas e integrativas (MELLO, 2006, p. 34).

Mas esta citação pode levar a falsa impressão de um poder centralizado nas mãos do rei. Sobre este aspecto, Mello (2006) argumenta que o poder da Coroa lusa estava descentralizado, porém encontrava-se articulado em uma grande rede de indivíduos e instituições, como por exemplo a administração colonial (governos-gerais e governos subordinados, as câmaras municipais), assim como as forças militares e até mesmo as elites locais, ou seja, os indivíduos de posses e de reconhecimento em seus respectivos espaços sociais – vilas, províncias, etc. Todas estas instituições ou grupos, possuiriam um grande destaque dentro deste processo, que segundo a autora visou uma hierarquização da sociedade.

Segundo Mello (2006), ao analisar a importância das Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança, no contexto do ultramar, tais forças, em tese, seriam empregadas para transplantar as noções da disciplina militar, impostas pela Coroa as Tropas Regulares, para o contexto social. Assim, com a utilização das tropas não burocráticas, que concentravam entre seus regimentos os demais indivíduos, homens do Império Português que não estavam ligados às Tropas Pagas, se buscava criar e legitimar uma hierarquização da sociedade colonial.

Mello (2006), ao analisar algumas capitanias da América Portuguesa, argumenta que existia o anseio por parte da administração em utilizar-se das Tropas Auxiliares e dos Corpos de Ordenança, visando a introdução de novas classes sociais como súditos da

Coroa. Estes novos grupos seriam "[...] os negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes" (Mello, 2006, p. 39). Para esta autora,

> [...] o sistema das milícias – Auxiliares e Ordenanças –, enquanto princípio ordenador, visava a uma adesão gradual destas partes, consideradas baixas, do corpo da República, à sua cabeça. Seguindo *pari passo* a hierarquia do comando, observa a primeira instância de sujeição aos capitães, seguida pela dos comandantes das respectivas tropas, depois a do Vice-Rei e Capitão-General, e só então, finalmente, a do Rei, a capital hierárquica, a cabeça de todo o corpo constituído pelo Estado (Mello, 2006, p. 40).

Desta forma, transplantar as noções de disciplina, que até então teriam sido colocadas para as Tropas Pagas, pode ser observado como um projeto de grande importância da Coroa. Nesse sentido, é que destacamos a migração de oficiais do Corpo Pago para às Tropas Auxiliares, como sendo aqueles sujeitos que estariam aptos a conduzir esse processo de disciplinarização. Outrossim, levantamos aqui a hipótese de que este deslocamento dos oficiais iria além da questão da introdução da disciplina. Esta determinação da Coroa, poderia ser entendida também como um ponto de quebra da influência das elites locais. Em relação ao segundo ponto do Decreto de 7 de agosto de 1796, sobre o pagamento de soldo aos oficiais desta força militar em "tempo de paz", é preciso explicar que até então tanto os Auxiliares quanto os Corpos de Ordenança eram serviços militares obrigatórios, mas não remunerados. Porém, entre outros aspectos, o que diferenciava estas forças – Auxiliares e Ordenanças – era que as Tropas de 2ª Linha tinham a possibilidade de receber soldo, caso estas passassem a atuar, seja para acudir fronteiras ou manter a "boa ordem" nas vilas.

Ao longo das leituras para a realização desta pesquisa, encontramos poucas menções ao Decreto de 7 de agosto de 1796 e sobre as reformas das Tropas Auxiliares. Uma das referências foi a historiadora Ana Paula Pereira Costa (2006), no artigo *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial*, publicado na Revista *História Regional*. Ela observou que a reforma da Tropa Auxiliar teve como objetivo geral "reduzir gastos e evitar abusos cometidos, recriando cargos e redefinindo critérios para seu provimento" (COSTA, 2006, p. 124). Mas, ao realizarmos uma leitura mais detalhada do

Decreto de 1796 e da organização desta força, podemos notar algumas contradições, em especial as suas observações sobre as reduções das despesas dos cofres da Fazenda Real.

Na análise do Decreto de 7 de Agosto de 1796, se observa que não há de fato uma economia de soldos dos cofres reais, pois com a reforma das Tropas de 2ª Linha, os oficiais do Estado Maior deste corpo passariam a receber uma determinada quantia de soldo, seja em "tempo de guerra", assim como em "tempo de paz". Conforme referido na introdução, os homens que compunham as Tropas Auxiliares eram pagos com soldo apenas quando a força passava a defender uma vila ou uma região. Fora essa situação de excepcionalidade, sentar praça nas tropas auxiliares era de caráter obrigatório, mas não remunerado.

Assim, com a nova determinação da Coroa, a partir do Decreto de 7 de agosto de 1796, de realizar o pagamento de soldo para os oficiais que migrassem das Tropas Pagas para os Corpos Auxiliares, não há necessariamente uma economia, como é indicado por Ana Paula Pereira Costa (2006), visto que o Estado Maior, com o Decreto, passaria a ser pago seja em "tempo de paz" como "em tempos de guerra".[18]

Outro ponto abordado pela historiadora, trata-se do que ela chama de "abusos". Estes devem ser compreendidos como "abusos dos privilégios" concedidos aos oficiais dos Corpos Auxiliares. Historicamente, as Tropas Auxiliares, agora Milícias, detinham uma série de privilégios, adquiridos a partir da promulgação de atos régios expedidos ao longo do século XVII e XVIII, após a criação desta força militar em 1645.

Mas os privilégios que esta autora se detém foram além dos adquiridos através dos Decretos de criação desta força – como as isenções de pagamento de alguns impostos e de se eximir de sentar praça nas Tropas Pagas. Em especial, Costa (2005) trata sobre uma certa hierarquia social, que se constrói e se legitima através da hierarquia

[18] Segundo as determinações da Coroa, os valores pagos aos oficiais das Tropas Regulares que migrassem para os Corpos Auxiliares, a partir do Decreto, seriam os mesmo que recebiam nas Tropas de 1ª Linha. O Decreto de 1796 também indica os valores que o Estado Maior das Milícias passaria a receber em "tempos de guerra": os Capitães - 26.000 réis, os Sargentos Mor - 15.000 réis, e, por fim, os Ajudantes e Ajudantes Supras - 10.000 réis. Além destes soldos, estes homens receberiam outras "vantagens relativas aos seus empregos [abatimento de alguns impostos]". Ver: DECRETO, 1796.

militar. Este debate se refere as discussões indicadas anteriormente, quando mencionamos a introdução e incorporação da disciplina militar no contexto social. Tanto Costa (2005) quanto Mello (2006) observam que a construção e legitimação de uma hierarquia social nos territórios ultramarinos possuía uma estreita ligação com a hierarquia militar presente nas Tropas não burocráticas.

Sobretudo, se levarmos em conta a posição que os indivíduos ocupavam na sociedade local e nestas forças militares. As análises destas autoras indicam que patentes mais altas das Tropas Auxiliares e das Ordenanças eram ocupadas por membros das elites locais. Indivíduos que detinham não somente um poder aquisitivo (econômico), mas também um certo reconhecimento em seu espaço social, vila, província, região, etc. Estes eram os dois requisitos que prevaleciam para a ocupação das patentes mais altas nos Corpos de 2ª e 3ª Linha, até a publicação do Decreto de 7 de agosto de 1796. Desta forma, concordamos com o argumento de Costa (2006), ao fazer a leitura das reformas propostas pelo Decreto como um mecanismo de "evitar abusos", pois o incentivo a migração de oficiais do Corpo Pago para as Auxiliares, pode ser interpretado tanto como um fortalecimento da força militar, assim como uma forma de minimizar o poder da elite local sobre esta força, pois esta elite, em tese, perderia os altos postos neste corpo.

Outro ponto importante dos estudos de Costa (2005), se refere as estratégias empregadas pelos membros do Estado Maior (e também membros das elites locais) em usar suas posições para dispensar um número considerável de indivíduos que estariam aptos a sentarem praças nas tropas pagas. Esta relação, ou melhor, este 'poder' que estes indivíduos detinham pode ser compreendido a partir da sintética frase de Joaquim Romero de Magalhães (1988, p. 338): "Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda" (apud MELLO, 2014, p. 152). Ou seja, o poder de eximir indivíduos de sentarem praça nas Tropas Pagas criava uma situação de dependência, ou melhor, de fidelidade entre quem "protege" e aquele que foi "isento" (protegido).

Da mesma forma, a pesquisadora Cristiane Figueiredo Pagano de Mello também traz algumas discussões sobre estas relações apresentadas, por exemplo, no artigo *Os*

corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, a autora procura,

> [...] demonstrar que a importância de tais organizações militares (Auxiliares e Ordenanças) na segunda metade do século XVIII no Brasil dava-se não somente em função de sua defesa e manutenção da posse territorial, mas, também devido ao papel e à relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se queria construir (MELLO, 2006, p. 39).

A proposta desta autora igualmente busca compreender as redes de *clientelares* e de parentesco que estas forças auxiliavam edificar nos domínios ultramarinos. Assim, tanto os argumentos apresentados por Costa (2005) quanto por Mello (2006) ajudam a compreender um dos aspectos do Decreto de 7 de agosto de 1796, sobretudo o da migração de oficiais das Tropas Pagas para as Auxiliares. É importante informar que os oficiais do Estado Maior, tanto das Tropas Auxiliares quanto das Ordenanças, eram escolhidos entre os "mais nobres" das vilas, não exigindo experiência militar para participar destes cargos. Em certa medida, isso não deixa de ser uma forma de privilegiar as elites locais. Todavia, com o Decreto, incentivando a migração de oficiais, se cria a possibilidade de minimizar o poder local destas elites, que teria sido intensificado a partir de 1760 (MAXWELL, 1996). Como já observado por Costa (2005), com esta medida, parte da população que se encontrava protegida por estas elites passaria a ser, com a entrada de oficiais não ligados a estas elites, passível de ser recrutada.

Em síntese, este aspecto do Decreto pode ser compreendido no contexto de duas proposições: a primeira estaria ligada a quebra de parte do poderio das elites locais, com a entrada de oficiais das Tropas Regulares; da mesma forma estes homens já haviam passado pelas reformas do início da segunda metade dos setecentos, trazendo para as Auxiliares as novas "ciências-militares", sendo assim encaminhadas a este Corpo as novas noções de organização, disciplina, etc.

Assim, compreendemos que o Decreto de 1796 emitido pela Coroa e enviado para os demais territórios ultramarinos, não se tratava de uma reforma pontual, mas pode ser vista como um conjunto de ações mais gerais. Desta forma, nossa argumentação foi que

o Decreto seria um desdobramento das reformas desenvolvidas inicialmente na força burocrática, as Tropas de 1ª Linha. Todavia, propomos conhecer outro aspecto importante deste documento: a tentativa da Coroa em limitar a expansão do poder local, em especial das elites sobre as Tropas Auxiliares.

Conforme já indicado, poucos foram os estudos que abordaram o Decreto de 7 de agosto de 1796, ou debateram sobre as reformas militares lusas no contexto das Tropas Auxiliares. Como argumenta Kalina Vanderlei P. da Silva (2001), as diretrizes encaminhadas pela Coroa passavam por uma série de modificações no momento de suas implementações. Geralmente isso ocorria pela falta de homens, recursos, armas, etc. Desta forma, não há como avaliar se as capitanias seguiram à risca as reformas designadas pela Coroa.

Assim, o presente trabalho buscou realizar um breve diálogo entre algumas obras que estudaram as questões das forças militares lusas e alguns documentos administrativos produzidos pelo Império Português, que possibilitassem compreender as reformas militares empreendidas pela Coroa ao longo da segunda metade do século XVIII. Neste trabalho, dedicamos uma atenção especial às reformas das Tropas Auxiliares, que a partir de 1796, passaram a ser designadas como Corpos de Milícias. Entre as principais discussões, procuramos ao longo deste trabalho destacar a busca pelo fortalecimento deste Corpo por parte da Coroa, seja pelo pagamento de soldo aos oficiais do Estado Maior, seja pela adoção de uma nova organização inspirada nas Tropas Pagas. Da mesma forma, pretendeu-se analisar e discutir a quebra da influência das elites locais sobre às Tropas de 2ª Linha, através da migração de oficiais das Tropas Regulares.

Considerações Finais

Em suma, o presente texto buscou realizar uma análise do Decreto de 7 de agosto de 1796, que visou reformar a segunda força militar – as Tropas Auxiliares. Buscamos compreender a reforma deste Corpo como parte integrante do movimento de reforma das forças militares, iniciado a partir da década de 1760.

Assim, argumentamos que este processo, principiado na segunda metade do XVIII, com as reformas das Tropas Regulares, também contemplaria as Tropas de Auxiliares. Com a publicação do Decreto de 7 de agosto de 1796, notou-se o desejo de enquadrá-la aos novos modelos. As reformas propostas pela Coroa, e especialmente o Decreto aqui analisado, refletiam as reorganizações do conjunto dos corpos integrantes da esfera militar. Nota-se uma preocupação particular em moldar as Milícias seguindo os parâmetros empregados nas Tropas Pagas.

Procuramos evidenciar a busca da introdução da disciplina militar nas tropas de segunda linha, através da migração de oficiais para este corpo. Conforme discutido, a Coroa visava que esta segunda força possuísse "sua organização e formatura" (DECRETO, 1796), seguindo os moldes das Tropas Pagas. Sobre este ponto, destacamos ainda, que a migração de oficiais das Tropas Regulares para as Milícias, também poderia possibilitar a quebra de influência das elites locais, devido as patentes mais altas das Auxiliares, passarem a ser, em tese, ocupadas por novos indivíduos não pertencerem às redes locais.

Ao longo deste estudo, buscamos realizar uma análise sobre a segunda metade do século XVIII, dando atenção a esfera militar do Império Português, suas reformas e reorganizações. Atualmente, as pesquisas que estudam as questões militares presentes no Império Português têm dado novos rumos às investigações. Como bem observam os autores Luiz Guilherme S. Moreira e Marcello José G. Loureiro (2012), a partir do final do século XX muitos/as historiadores/as brasileiros/as têm se dedicando a uma série de trabalhos (dissertações, teses e artigos) que contemplam discussões referentes a *Nova História Militar*, ou seja estudos que abandonaram concepções ditas 'tradicionais' como as "narrativas densas de batalhas", "culto a grandes heróis", etc. As novas pesquisas destacam análises que permitam entender para além dos confrontos bélicos ou das forças militares, ou seja, compreender junto a estas as relações sociais que permearam as sociedades e suas dinâmicas sociais.

Empregamos no desenvolvimento deste texto uma série de autores e autoras que conceberam as forças militares como partes integrantes das sociedades. Outrossim,

compreendemos a estreita relação que as Tropas de Segunda e Terceira Linha possuíam dentro do campo simbólico de uma hierarquia social.

Nesse sentido, também podemos concluir que o Decreto de 7 de agosto de 1796, enviado a todos os territórios que compunham o Império Português, não foi apenas uma determinação da Coroa que visava somente reformar e fortalecer as Tropas Auxiliares. Mas integrava um conjunto de ações iniciadas em meados do século XVIII. Da mesma forma, estas breves discussões revelaram a complexidade que formava a estrutura militar portuguesa.

Referências

ANTUNES, Luís Frederico Dias. Formas de resistência africanas às autoridades portuguesas no século XVIII: A guerra de Murimuno e a tecelagem de Machira no norte de Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 33, 2017, p. 81-105.

COSTA, Ana Paula Pereira. Estratégias sociais e a construção da autoridade: uma análise das práticas de reprodução social dos oficiais dos Corpos de Ordenança na busca pelo mando. *MNEME: Revista de Humanidades*, v. 7, n. 18, 2005, p. 461-509.

_____. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. *Rev. História Regional*, v. 11, n. 2, 2006, p. 109-162.

COSTA. Fernando Dores. Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da Nação. *Análise Social,* v. 30, n. 01, 1995, p. 121-155.

_____. Milícias e Sociedade. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2004a, p. 68-101.

_____. O século XVIII. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004b. p. 187-190.

_____. Guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004c. p. 331-350.

CRUZ. Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII).* Dissertação (Mestrado em História), Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

COTTA, Francis. O sistema militar corporativo na América portuguesa. In: Congresso Internacional Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades. *Actas.* Lisboa, 2005, p. 1-29. Disponível em: http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio Acessado em: 05/04/2018.

_____. A Fabricação do soldado português no século XVIII. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e Defender*: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 47-58.

FRAGA, Luiz Alves de. Para uma perspectiva sociológica da evolução do sistema de educação militar em Portugal entre 1790 e 1958. *Repositório Institucional Camões*, n. 04, 1990. Disponível em: http://hdl.handle.net/11144/648. Acessado em: 05/04/2018.

FRAGOSO, Joao; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fatima. *O antigo regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Miguel. Um olhar actual sobre a "transformação" do conde Lippe. *Nação e Defesa,* v. 3, n. 112, 2005, p. 137-166.

HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII***.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2004a.

_____. Disciplina e jurisdições militares. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII***.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2004b. p. 62-67.

_____. A administração militar. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII***.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2004c, p. 169-176.

HESPANHA, António Manuel de; SANTOS, Maria C. dos. Os poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal*. (vol. 4). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 351-366.

MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra. Os documentos d'el Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: ano XLII, n. 02, 2006, p. 131-146.

MAXWELL, Kennerh. *Marquês de Pombal***:** paradoxo do Iluminismo. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, n. 45, 2006, p. 39-56.

_____. Deserções e privilégios: a guerra ao sul da América. *Revista Mosaico*, v. 07, n. 02, 2014, p. 149-156.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. A nova história militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e Defender*: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 13-32.

OLIVEIRA, Carlos Manuel B. M. B. *Os Sargentos nas Forças Militares Portuguesas: do cotidiano nos quartéis à luta política.* Tese (Doutorado em História), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2016.

PEREIRA, Bruno César. As forças militares em Sena (África Oriental Portuguesa) em meados do século XVIII. Irati-PR: *XXV Encontro Anual de Iniciação Cientifica – UNICENTRO*, 2016 (Ana Paula Wagner – Orientadora).

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. In*: Boletim do Projeto "Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira",* v. 03, n. 12, 1998, p. 46-80.

POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e Defender*: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

RODRIGUES, Eugénia. A africanização da guerra nos Rios de Sena no século XVIII. In: XXIV Congresso Internacional de História Militar. *Actas.* Lisboa: Comissão Portuguesa da História Militar, 1999. p. 702-714.

_____. Cipaios da índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História Questões & Debates*, n. 45, 2006. p. 57-96.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar; SANTOS, Catarina Madeira. Fazer a Guerra nos Trópicos: Aprendizagens e Apropriações. Estado da índia e Angola (séculos XVI e XVIII). In: *Actas da VIª Jornada Setecentista*. Curitiba: CEDOPDEHIS/UFPR, 2006, p. 57-66.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Vadios e política de povoamento na América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos, PUCRS*, v. 27, n. 02, 2001, p. 7-30.

SILVA, Bruno Cezar Santos da. A Reforma nas Tropas Auxiliares na Capitania da Paraíba (1750-1777). *XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH,* São Paulo, julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais Acessado em: 25/08/2017.

SILVA, Kalina Vanderlei P. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial:* Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

_____. Dos criminosos, vadios e outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais. *Locus*, v. 08, n. 01. 2002, p. 79-92. Disponível em: https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus Acessado em: 22/09/2018.

WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português*: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

Fontes

Carta Régia de Criação dos Soldados Auxiliares, de 7 de janeiro de 1645. In: *Legislação Portugueza, série II (1640-1657)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 270-272. Disponível em: O Governo dos Outros: Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961) [Arquivo Digital: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/]

Alvará com força de ley, de concessão de privilégios as Tropas Auxiliares de meu Reino, de 24 de novembro de 1645. In: *Legislação Portugueza série II (1640-1657)*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856, p. 295-296. Disponível em: O Governo dos Outros: Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961) [Arquivo Digital: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/].

Alvará com força de lei em que se dá nova forma de se fazer recrutas, de 24 de fevereiro de 1764. In: *Systema ou Collecção dos Regimentos Reas, tomo V*. Lisboa: p. 205-213. Disponível em: O Governo dos Outros: Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961) [Arquivo Digital: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/].

Decreto que Regula os Corpos de Auxiliares do Exército, denominando-os para os futuros Regimentos de Milícias, de 7 de agosto de 1796. In: *Colecção da Legislação Portugueza (1791-1801)* Lisboa: Typografia Maigrense, p. 295-297. Disponível em: O Governo dos Outros: Imaginários Políticos do Império Português (1496 - 1961) [Arquivo Digital: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/].

Portas que acolhem: o enjeitamento como proteção na freguesia de Natal-RN e em outros sítios ibéricos nos séculos XVIII e XIX

Shelter Doors: the rejection as protection in the Parish of the City of Natal-RN and other Iberian sites in the centuries XVIII and XIX

Thiago do Nascimento Torres de Paula[1]

Resumo

O objetivo desta pesquisa é demonstrar como a prática do enjeitamento foi utilizada como uma estratégia de proteção a um determinado número de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, incluindo outras localidades do mundo ibérico, entre os séculos XVIII e XIX. As principais fontes examinadas foram a documentação serial de batismo e de óbito da freguesia; os testamentos do termo da Cidade do Natal e os documentos elaborados por autoridades portuguesas na América e no reino. Os procedimentos aplicados estão associados à quantificação sistemática e à transcrição de informações. Por fim, todo o material empírico foi lido e analisado à luz da história social.

Palavras-chaves: Freguesia. Recém-nascido. Enjeitamento.

Abstract

The aim of this research is to demonstrate how the rejection practice was used as a strategy of protection to a certain number of newborn babies in the Parish of the City of Natal, including other locations in the Iberian world, between centuries XVIII and XIX. The main sources examined were the serial documents of baptismal and death in the Parish; the term testament of the City of Natal and documents elaborated by Portuguese authorities in America and in the Kingdom. The procedures applied are associated to the systematic quantification and transcription of information. At last, every empirical material was read and analysed in the light of Social History.

Keywords: Parish. Newborn babies. Rejection.

Introdução

O abandono de crianças recém-nascidas foi uma realidade no mundo católico ocidental, sobretudo nos espaços ibéricos da América, da Europa ou mesmo da costa da África. Onde havia católicos existia o abandono de recém-nascidos, ainda que o enjeitamento também fosse uma prática corrente a outros religiosos. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a prática do enjeitamento foi utilizada como uma estratégia de proteção a um determinado número de recém-nascidos na freguesia

[1] Doutor em História pela UFPR (2016). Colaborador do LEHS/UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Atualmente desenvolve Estágio Pós-Doutoral em Educação no PPGED/UFRN.

da Cidade do Natal[2], sede da província do Rio Grande do Norte, bem como outras localidades do mundo ibérico, entre os séculos XVIII e XIX.

Para tanto, as principais fontes pesquisadas e analisadas durante a investigação referem-se à Cidade do Natal, quais sejam: os assentos de batismo e de óbito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação; os testamentos pertencentes a moradores da freguesia; os termos de vereação do Senado da Câmara. Toda documentação mencionada está sob a guarda de arquivos públicos e privados no Estado do Rio Grande do Norte.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento das fontes foram os seguintes: quantificação sistemática da documentação serial de batismo e de óbito, incluindo a transcrição dos assentos de batismo mais significativos; leitura criteriosa e transcrição da documentação qualitativa, que englobam os testamentos e as atas dos termos de vereação do Senado na Câmara.

É importante ressaltar que, nos anos setecentista e oitocentista, o termo "abandonado" não era usado para fazer menção à criança rejeitada, o mais recorrente era chamar de "enjeitado" ou "exposto". Além disso, nunca houve uma Santa Casa da Misericórdia na freguesia da Cidade do Natal, nem mesmo uma Roda dos expostos. Sobre este dispositivo que nunca foi implantado na freguesia, Russel-Wood comenta:

> Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê [...] (1981, p. 233).

[2] A Freguesia da Cidade do Natal correspondeu, no período examinado, a uma fração do Bispado de Pernambuco, tendo em seu território uma igreja matriz, várias capelas, fazendas, sítios e uma população composta de indivíduos livres, forros e escravos (PAULA, 2009).

Na freguesia não houve Roda, mas os expostos era uma realidade, eles surgiam com uma dada regularidade nas páginas dos livros de assentos de batismo e de óbito. No tocante ao perfil do enjeitamento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, o fenômeno não foi considerado um problema pelo Senado da Câmara, instituição que tinha a função de socorrer os enjeitados (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título 66, § 41). Afirma-se que o enjeitamento não foi um problema para os agentes da Câmara, haja vista o índice de abandono listado na freguesia ter sido extremamente baixo, e a leitura dos termos de vereação revelaram que os expostos não foram motivo de reunião entre os vereadores da Cidade do Natal, pois os abandonados eram pouquíssimos, assim não chegavam ao Senado da Câmara (TERMOS DE VEREAÇÃO, 1709-1823).

Entre 1750 e 1835, foram arrolados um total de 5.381 batismos, sendo identificados 157 enjeitamentos, o que corresponde a um percentual de 2,9% do conjunto da amostragem (ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835)[3]. Essa taxa de abandono é extremamente baixa, quando comparada a outras localidades da América portuguesa, espaços urbanos e portuários onde a taxa de enjeitamento atingiu percentuais por volta dos 20% (VENÂNCIO, 1999). Saliento ainda que, durante toda a leitura documental dos registros de batismos e de óbitos, não foi identificado nenhum enjeitamento de recém-nascidos negros, supostamente filhos de escravas. No entanto, 100% dos recém-nascidos expostos na freguesia da Cidade do Natal foram abandonados em domicílios.

O enjeitamento como proteção

Diante do que se apresentou, o abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal foi utilizado por pais e familiares para proteger a vida dos pequenos desvalidos, não configurando um ato de desamor (VENÂNCIO, 1999). A escolha dos expositores daquela jurisdição eclesiástica em depositar os neonatos nas soleiras dos

[3] Todos os 5.381 batismos analisados nesta pesquisa são referentes a crianças livres e forras, que, segundo as Ordenações do Reino, qualquer recém-nascido negro abandonado era considerado liberto, dispositivo herdado do Direito Romano (PAULA, 2009).

domicílios garantiu que algum indivíduo, homem ou mulher, livre ou escravo, rico ou pobre, branco, negro, pardo ou índio, os encontrasse. Dessa maneira,

> Aos vinte de novembro de mil e setecentos e cinquenta e três de licença do Reverendo padre coadjutor João Freire de Amorim com vezes de vigário na matriz desta cidade [do Natal] batizou e pós os santos óleos o dito Reverendo padre coadjutor a Florencia enjeitada de Francisco Godinho. Foram padrinhos [...] e sua mulher Dona Maximiana Valeriana Liberata de Melo, sendo exposta a dita batizada aos cinco do mês de novembro pelas cinco horas da madrugada pouco mais ou menos e **a primeira pessoa que a achou foi a mesma dona da casa Dona Maximiana** de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor Visitador que abaixo assino. Marcos Soares de Oliveira / Visitador – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1753, fl. 8).

Achado, provavelmente logo após a exposição em 1756, o pequeno João Inácio teve um primeiro contato com as escravas do domicílio receptor.

> Aos vinte e quatro de mil e setecentos e cinquenta e seis de licença do Reverendo Vigário o Doutor Manuel Correa Gomes na capela do Jundiaí batizou e pós os santos óleos o Reverendo padre Luís Ferreira da Cunha a João Inácio exposto em casa de Dona Custódia do Sacramento, **sendo achado pelas escravas da dita**. Foram padrinhos João de Moura e Damiana Cosma filhos legítimos do Tenente Manuel de Melo de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor Visitador que abaixo assinou. Aos vinte e quatro de agosto do ano acima. Marcos Soares de Oliveira / Visitador – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1756, fl. 17).

Foram vários os registros de recém-nascidos expostos encontrados pela dona da casa, pelos escravos ou pelo próprio chefe do domicílio, como ocorreu na moradia de José de Lima, em 1765:

> Cosme exposto em casa de Jose de Lima **achado por ele na sua porta** [...] a sete de setembro de mil setecentos e sessenta e cinco as dez horas da noite pouco mais ou menos foi batizado com os santos óleos de licença minha pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira na capela de São Gonçalo do Potengi aos vinte de outubro do dito ano. Foram seus padrinhos Felipe de Santiago Nogueira homem casado, e Michela Arcângela, filha de Antonio Rodrigues Vição, do que fiz este termo em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1765, fl. 5).

Ainda em 1765, também na freguesia da Cidade do Natal, o pequeno Manuel foi encontrado por uma cativa da casa receptora:

> Manuel exposto em casa de Luís da Rocha, **achado por sua escrava chamada Gracia** aos cinco de dezembro de mil setecentos e sessenta e cinco, as nove horas da noite, foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiaí pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira aos oito do dito mês, e ano. Foram padrinhos Luís da Rocha casado, e Isabel Francisca da Rocha solteira sua filha, do que fiz este termo, em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1765, fl. 6v).

Em suma, quem buscava abandonar um recém-nascido junto a um domicílio, na calada da noite, independentemente dos motivos, estava buscando proteger a vida do rebento, caso contrário o abandonaria ao relento. Presumo que deixar uma criança em uma determinada casa não garantiria também uma proteção absoluta. O receptor realizava a demonstração pública de caridade e de misericórdia, o pequeno era recolhido, batizado no mesmo instante (caso necessário) ou em alguns dias (até aquele receber os santos óleos), adentrando à Cristandade e recebendo seus fiadores espirituais.

Desse modo, percebe-se que o exposto Cosme, deixado na casa de José de Lima, foi batizado mais de 30 dias depois do enjeitamento, o que reflete certa negligência no trato com o enjeitado, pois as normas da Igreja recomendavam o batismo até o oitavo dia (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707). Nesse contexto, o recém-nascido poderia ter morrido pagão[4], portando consigo o pecado original herdado de Adão e Eva. Pode-se presumir, também, que não houve negligência, ou seja, o menino Cosme foi batizado no mesmo instante em que foi encontrado, possibilitando uma confirmação tardia do primeiro sacramento, sendo esta situação, possivelmente, não revelada pelo receptor ao padre, consistindo em um segredo entre o recebedor da criança e os padrinhos.

No entanto, como está expresso na documentação de batismo transcrita acima, tal situação fica em nível de conjectura. Provavelmente, o exposto foi alimentado pelo leite

[4] *Pagão* é o termo utilizado na cristandade católica para se referir a uma pessoa não batizada.

de alguma mulher do domicílio receptor, livre ou escrava, compondo mais fios na rede de interdependência direta existente entre os indivíduos da freguesia da Cidade do Natal.

O que se pode saber da relação entre os adultos do domicílio receptor e o enjeitado? Quando não morriam nos primeiros dias ou anos de vida, acredita-se que eles eram criados em chão de terra batida, misturados aos cachorros, galinhas e outros animais que percorriam o interior das casas coloniais. Com isso, até que ponto aqueles filhos de ninguém, socorridos pela demonstração pública de caridade, não foram vítimas de seus próprios receptores ou de crianças de mais idade, sofrendo violência física ou negligência na alimentação, com comidas que fugissem da realidade do leite humano, como frutas verdes ou raízes? Tudo isso poderia vitimar o pequeno desgraçado.

A esse respeito, existem notícias de violência contra a criança tanto em Portugal como na América portuguesa e na América hispânica (OLIVAL, 2011; GOÉS, 2010); no Vice-reino de Nova Granada, em Santa Fé de Bogotá, em 1776, um juiz condena os maus-tratos de um pai contra seu filho:

> El exceso de heridas que le causo Juan Nepomuceno Bautista a una criatura tan tierna y hijo suyo y por tan leves motivos de haber comido un poco de arroz como dice el niño, o haber huido, como dice su padre, es un delito digno de todo escarmiento por la inhumanidad de quemarlo, a que no podía alcanzar las faculdades del padre ni señora, ni es proporcionado castigo quemarlo en las nalgas, orifício y escroto, para el remédio injusto y desproporcionado que se había propuesto (ACOSTA, 2007, p. 13).

O que ocorreu em Nova Granada na segunda metade do século XVIII não deve ter sido diferente das ocorrências na freguesia da Cidade do Natal. A partir disso, presumo que pais e mães que enjeitavam seus filhos nas poucas portas das casas da Cidade do Natal tinham a consciência de dar guarida aos filhos, mas, de forma alguma, os pequenos estariam em um estado de total proteção, livres da violência interna dos domicílios, dos descuidos e, sobretudo, das doenças. Contudo, na documentação de óbito não há referência a expostos que faleceram em consequência de maus-tratos ou, simplesmente, tal fato não era perceptível aos olhos dos padres que encomendavam os pequenos corpos (ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1735).

Pode-se discutir o caso da menina Lina, provavelmente branca, pois o padre não fez menção a sua cor à margem do assento de batismo. A pequenina foi exposta em casa de Antonio Martins Praça, na Ribeira da Cidade do Natal, no dia 13 de abril de 1764. A documentação permite saber que a recém-nascida foi encontrada por Dona Catarina Peralta Rangel na parte de trás da casa, demonstrando a necessidade de discrição do enjeitamento. Nesse caso, pode-se conjeturar que o choro da menina rompeu o silêncio da noite, chamando a atenção de Catarina, mulher do chefe do domicílio.

Uma vez recolhida a criança, seguiu-se a demonstração pública de caridade, de misericórdia e de fé, tão necessária aos indivíduos do mundo católico ocidental para a salvação da alma. Lina foi levada à pia batismal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação em 24 de abril do mesmo ano; foram padrinhos Antonio Martins, homem solteiro e filho de Antonio Martins Praça, e Dona Catarina Peralta Rangel (ASSENTO DE BATISMO, 1764).

É notório que pessoas externas à casa receptora não foram convidadas a serem fiadoras espirituais da enjeitada, embora tenha havido tempo para se procurar padrinhos em meio aos indivíduos da freguesia em questão, já que ela foi batizada 11 dias após o abandono. Percebe-se que a menina não recebeu o primeiro sacramento nos exatos oito dias determinados pela Igreja, mas seus receptores tiveram o cuidado de não estender muito o tempo do batismo, demonstrando um mínimo de cuidado com a criança.

Quem tomou a decisão de deixar a menina na casa de Antonio Martins Praça tinha o objetivo de protegê-la, transferindo a responsabilidade da criação para os moradores da residência. No entanto, que tipo de proteção teria o neonato sob a guarda de um casal sem filhos, em que a mulher era estéril, sem nenhuma experiência no trato com recém-nascidos? Quanto à esterilidade de Dona Catarina Peralta Rangel, ela fez essa revelação no próprio testamento em 1775:

> Declaro que sou natural da freguesia de Santos Cosme e Damião da Vila de Igaraçu Capitania de Pernambuco deste Bispado filha legitima de Jerônimo Barreiro Rangel, e de sua mulher Dona Ana Correa Peralta naturais da mesma freguesia, e ambos já defuntos. Declaro que fui casada em face de Igreja, e na

> forma do Sagrado Concílio Tridentino com o Alferes de Infantaria Lino Gonçalves Sousa, do qual não tive filhos nem tenho herdeiros, digo do qual não tive filhos, que me hajam de herdar. Declaro, que casei segunda vez com o Alferes Antonio Martins Praça, do qual também não tenho filhos nem tenho herdeiros legítimos e por isso instituo a minha alma por universal herdeira em tudo o que me ficar depois de pagas as minhas dívidas, e cumpridos os meus legados (TESTAMENTO DE DONA CATARINA PERALTA RANGEL, 1775, fl. 1v-2).

Por essa razão, Catarina vivenciou dois casamentos sem nenhum filho. Cabe considerar que, no mundo do Antigo Regime, mulheres não férteis eram comparadas à terra não produtiva, associadas às mulas (animais também estéreis). A mulher infértil era acusada de inverter o ciclo das gerações, interromper as linhagens, contrariar a natureza e ter o corpo entupido (DEL PRIORE, 1993). Muito provavelmente a impossibilidade biológica de Dona Catarina ter filhos e o possível desejo de ser mãe tenham motivado a exposição de Lina naquela casa, conduzindo, assim, a receptora a assumir a função de madrinha da exposta, bem como a responsabilidade por sua criação. Segundo Venâncio,

> O apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família [...], estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter ideia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança (VENÂNCIO, 2011, p. 220).

Não se sabe que tipo de trato foi dado à pequena enjeitada, pois em primeiro de maio de 1764, mesmo ano de seu abandono, Lina foi sepultada na mesma igreja onde fora batizada, tendo o padre, que redigiu o assento de óbito, declarado que a menina tinha 15 dias de vida. Negligência do padre ao escrever o assento ou má informação dos padrinhos-receptores, pois Lina era um pouco mais velha (ASSENTO DE ÓBITO, 1764).

No sul da América portuguesa, na vila de Sorocaba, domicílios habitados por casais sem filhos pareciam atrair expositores de crianças para o abandono protetor. É o caso de João Nunes Maciel que, sem sucesso na reprodução de filhos biológicos, recolheu três expostos em sua porta: Ana, em 1755, Joana, em 1757, e Inácio, em 1761. Na mesma vila, o Capitão José Ferreira Prestes, importante senhor de engenho local, também sem filhos, foi receptor de enjeitados, recolhendo os neonatos sucessivamente

em 1794, 1819 e 1825. No final, a tríade de enjeitados na casa do Capitão teve o mesmo destino da exposta Lina: a morte prematura (BACELLAR, 2002).

Reafirmo que não se conhece o tipo de trato que os enjeitados recebiam. Frisa-se, ainda, que não se quer demonizar os domicílios receptores e as atitudes de seus moradores, mas sim problematizar a chegada de recém-nascidos em uma casa que não se enquadrava no padrão de um grupo familiar da época. Mas isso não significa que os vários expostos deixados em domicílios semelhantes não pudessem sobreviver e chegar à idade adulta (PAULA, 2009).

Neonatos deixados nas casas de casais desprovidos de prole são um fenômeno presente além dos limites da América portuguesa. No norte da América hispânica, na Capitania Geral da Guatemala, na província da Costa Rica,

> [...] Don Francisco Fernandez y Doña Eugenia Rodrigues no tuvieron hijos, así que recogieron a dos niñas, Josefa y Maria, esta última de color pardo. Al morir los tutores dejaron testado que cuando Maria se casara se le dieran de sus bienes, cien pesos de a 8 reales, y si muriese antes se le dijeran treinta misas rezadas [...] (CÁCERES, 2000, p. 116).

Fica evidente que o casal realizou uma demonstração pública de afeto por uma das meninas deixadas em sua residência, a *expósita* Maria, de pele parda. A preocupação, primeiramente, encontrava-se no plano das estruturas, deixando um pecúlio que possibilitasse a consolidação da inserção social da enjeitada por via do matrimônio. Ascender ao altar e casar na Igreja, para um exposto dentro da figuração do mundo colonial português e castelhano, significava a definição de um outro lugar social.

Don Francisco Fernandez e sua esposa também estenderam ao universo do transcendental sua preocupação com Maria, ofertando 30 missas em favor de sua alma, caso morresse antes de constituir sua própria família. O casal do norte da América de Castela projetou o futuro da enjeitada Maria para a vida e para a morte.

Nas sociedades católicas, encaminhar uma menina enjeitada para o casamento era um ato de caridade também, tanto como recolhê-la e batizá-la. Nesse aspecto, e Josefa? Não foi digna de atenção? Qual terá sido o trato recebido? Todo abandono tinha sua acepção; quando não existia assistência institucionalizada, como em Natal e na Costa Rica,

o socorro funcionava a partir da composição de uma rede informal de recolhimento, com segredos nem sempre revelados (SÁNCHEZ CHAVES, 2008).

No Vice-reino do Prata, na região de Córdoba, o enjeitamento conectava-se à forma de abandonar dos moradores da freguesia da Cidade do Natal, pois era também um abandono caracterizado como protetor:

> Entre los blancos, la vergüenza de la ilegitimidad se ocultaba tras la máscara de dejar "expuestos" los niños en frente de casa de españoles cuya posición económica les permitiese hacerse cargo de su crianza. En algunos casos, esa exposición se hacía en la misma casa donde vivia la supuesta madre, que ocultaba su embarazo ilegítimo y asumía la familia paternidad. Hasta el siglo XIX no hubo en la ciudad de Córdoba una institución creada con el objeto de recibir expósitos (CELTON, 2008, p. 240).

Tentar esconder, mesmo que teoricamente, a origem de um filho ilegítimo, buscando protegê-lo do escândalo e da condenação pública, também foi algo presente nos domínios portugueses, inclusive nas terras da província do Rio Grande do Norte (PAULA, 2009). Mas o que pensar de neonatos abandonados em casas de homens solteiros ou viúvos?

A recém-nascida Josefa foi exposta na casa de Manuel Rodrigues, homem solteiro, na freguesia da Cidade do Natal, sendo batizada na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiaí, em 12 de fevereiro de 1760 (ASSENTO DE BATISMO, 1760). Por sua vez, aos 6 de abril de 1800, foi batizada uma menina com o nome de Francisca na Capela de São Gonçalo, sendo seus padrinhos Carlos Joaquim Pinheiro, homem casado, e Maria Antonia, também casada. A pequena, nascida aos 3 do mesmo mês e ano, foi declarada branca na documentação e tinha sido exposta na casa do viúvo Gregório Cardoso (ASSENTO DE BATISMO, 1800). Em outros espaços da América portuguesa, como na vila de Sorocaba, homens solteiros não receberam crianças, mas cinco viúvos foram receptores de neonatos; já na vila de Porto Alegre, um solteiro que atendia pelo nome de Bernardino José de Senna teve depositados junto de sua casa quatro expostos (BACELLAR, 2002; SILVA, 2014).

Outros casos se apresentaram em Natal, como na casa do viúvo Vitoriano Rodrigues, que teve deixado em sua casa um exposto pardo; o pequeno foi conduzido até a pia batismal e recebeu os santos óleos aos 21 de maio de 1802, na capela da Utinga, tendo por pais espirituais outro viúvo, Francisco Xavier de Souza, e Bibiana Matias Rodrigues, solteira. O assento de batismo declarava que o pequeno, quando abandonado, tinha por volta de um mês de nascido (ASSENTO DE BATISMO, 1802).

A quebra do silêncio

Agora, como se sabia a data de nascimento ou mesmo o tempo de vida de alguns expostos em Natal? Em muitos outros lugares da América portuguesa prevaleceu, em certa medida, o pacto de cumplicidade, pois acredita-se que todos sabiam quem era filho de quem em Natal. Não seria complicado para um padre, ou mesmo qualquer outro indivíduo, investigar a origem de um recém-nascido abandonado em uma formação social com 3.288 habitantes entre os anos de 1774 e 1786, chegando a uma população de 6.693 habitantes em 1805 (IDEIAS DA POPULAÇÃO da Capitania de Pernambuco ..., 1774; CARTA DO CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, 1806).

Quanto menos habitantes, menor era a proporção das formações sociais; em consequência, o entrelaçamento social entre os indivíduos resultaria em redes de interdependência cada vez mais diretas, sendo constante o contato cotidiano, sobretudo nas relações de trabalho e de vizinhança. As relações tornavam-se ainda mais estreitas quando consideravam-se os laços parentais e de compadrio.

Em uma figuração de pequena proporção, como era a freguesia da Cidade do Natal na transição do século XVIII para o XIX, como padres ou outros moradores não saberiam a origem de crianças que, claramente, não eram recém-nascidas? Tratava-se de rebentos que, após o nascimento, conviveram por vários dias, semanas ou até meses com seus genitores e familiares, até serem enjeitados. Desconstrói-se, assim, a concepção de

que todos os expostos eram abandonados imediatamente após o parto, em função do desapego da mãe.

Dentre aqueles expostos com mais tempo de vida, pode-se destacar o caso de Gertrudes, branca, enjeitada na casa de Carlos Joaquim, o qual era casado com Joana Francisca Benedita, com 20 dias de vida, em 1806, e de outro com um mês de vida, exposto na casa do viúvo Vitoriano Rodrigues, em 1802. Identificou-se, também, o caso de Tereza que, segundo a documentação de batismo, tinha a pele branca, exposta no domicílio de João Ribeiro, casado, em 1802, com um mês de vida (ASSENTOS DE BATISMO, 1806; 1802).

Houve situações de crianças enjeitadas já crescidas. A exemplo disso, João, exposto junto à casa da viúva Maria José, com três meses de nascido, em 1800, assim como Maria, parda, com três meses de idade, deixada em casa de José Maria, casado, no ano de 1811 (ASSENTOS DE BATISMO, 1800; 1811). Igualmente significativos são os casos de Floriana, exposta na casa de Antônio José dos Santos, com sete meses de nascida, aos 03 de junho de 1832, e de Ana, exposta também com sete meses (ASSENTOS DE BATISMO, 1832).

Existem vestígios quase incontestáveis, na documentação de batismo, de que o pacto de cumplicidade e silêncio, no que diz respeito ao enjeitamento, era por vezes rompido em Natal:

> Aos vinte e nove de abril de mil e setecentos e cinquenta e três de licença do Reverendo padre coadjutor João Freire de Amorim, com vezes de vigário, na matriz de Nossa Senhora da Apresentação desta cidade, batizou e pós os santos óleos o Reverendo padre Francisco de Albuquerque e Melo, a **Ana exposta em casa de Manuel Rodrigues Pimentel, filha de Inácio Rodrigues Baracho, e de Joana Rodrigues**, foi padrinho o padre João Tavares da Fonseca, de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor verdade que a abaixo assinou. Marcos Soares de Oliveira / Visitador – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1753, fl. 2v).

Deve-se notar que o assento de batismo de Ana apresenta duas transgressões das normas eclesiásticas: primeiramente, revela o que era público e escandaloso, a filiação de um enjeitado que deveria ser ocultada na redação do documento; em segundo lugar, consta a presença de um padre na condição de padrinho, situação não recomendada

pela Igreja, tudo assinado e reconhecido por um Visitador do Bispado de Olinda (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1707). Tal orientação eclesiástica na América portuguesa foi letra morta, pois, de norte a sul, os padres não foram até a pia batismal apenas realizar o ritual, mas tornaram-se ali padrinhos de uns e compadres de outros (HAMAEISTER, 2006; FERREIRA, 2011).

O que possibilitou o dilaceramento do pacto de cumplicidade foram as relações diretas de convivência na freguesia; em 1753, a Cidade do Natal tinha aproximadamente 118 domicílios, uma vizinhança conhecida, quase em sua totalidade, pelo pároco da Igreja Matriz, permitindo que ele, quando elaborou o registro, naturalmente revelasse quem eram os genitores da pequena Ana.

Outros enjeitados tiveram suas datas de nascimento declaradas diretamente na documentação de batismo, como foi o caso do pequeno Francisco, em 1787:

> Francisco exposto em casa de João de Deus da Fonseca **nasceu aos dois de dezembro de mil setecentos e oitenta e sete** e foi batizado aos três de janeiro de mil setecentos e oitenta e oito e foi bati digo na capela de Santo Antônio do Potengi pelo padre Francisco Alvarez de Melo com os santos óleos foram padrinhos Francisco da Rocha Bezerra, e Micaela Arcângela, solteiros, e moradores desta freguesia, e não se consta mais em dito assento do que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1787, fl. 27v).

Nos anos consecutivos, vários outros expostos na formação social analisada tiveram suas datas de nascimento registradas pelos padres.

> Aos dezenove de fevereiro de mil e oitocentos e dois nesta matriz o Reverendo coadjutor Francisco Alves de Melo de minha licença batizou, e pós os santos óleos a **José nascido nesta freguesia aos catorze do mesmo mês e ano filho digo exposto em casa de José da Fonseca e pardo**. Foram padrinhos o Capitão Antônio José de Souza e Oliveira e sua filha Dona Maria Joaquina ambos moradores nesta cidade. E para constar fiz este termo que assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário colado – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1802, fl. 108).

Percebe-se que, por muito pouco, o Vigário Feliciano José Dorneles não revelou o nome da mãe do pequeno José, ou mesmo de ambos os genitores. No entanto, a data de nascimento não foi omitida, pois, considerando a composição dos laços de

dependência diretos estabelecidos no âmbito daquela figuração específica, o padre Dorneles sabia muito possivelmente da filiação do enjeitado. No ano seguinte, o Vigário da Igreja Matriz da Cidade do Natal continuou registrando a data de nascimento dos expostos, deixando transparecer algum conhecimento sobre a origem do neonato.

> Aos dezessete de abril de mil e oitocentos e três nesta matriz o padre Bonifácio da Rocha Vieira de minha licença batizou, e pós os santos óleos a **Joaquim branco nascido nesta freguesia aos nove do mesmo mês e ano e exposto em casa de Vitorina Antônia índia solteira** moradora nesta freguesia. Foram padrinhos o Alferes Vicente Ferreira Nobre casado, e Dona Rita Maria da Conceição também casada. E para constar fiz este termo que assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário Colado – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1803, fl. 124v).

Tal informação também foi registrada nos assentos de batismo dos seguintes enjeitados: Francisca, exposta na casa do viúvo Gregorio Cardoso, nascida aos 3 de abril de 1800; Joaquina, exposta na casa de João Fernandes (casado, morador em Ferreiro Torto), nascida aos 06 de abril de 1801; João, exposto na casa da viúva Tereza Josefa Maria de Jesus (moradora da beira do rio da freguesia), nascido aos 16 de abril de 1802 (ASSENTOS DE BATISMO, 1800; 1801; 1802).

No decorrer da primeira metade do século XIX, outros enjeitados foram batizados e registrados com a data de nascimento: Manuel, exposto em casa de José Joaquim de Freitas, nascido aos 2 de abril de 1831; Maria, exposta em casa de Francisco Antônio Viveiros, nascida aos 26 de outubro de 1832; e, por fim, Antônio, exposto em casa do índio Antônio Manuel (morador na Aldeia Velha), nascido em 14 de outubro de 1832 (ASSENTOS DE BATISMO, 1831; 1832).

Assentos de batismo de expostos com filiação, idade e data de nascimento eram exceções que confirmavam a regra. Todos se conheciam na freguesia da Cidade do Natal, sobretudo expositores e receptores de recém-nascidos em uma formação social onde expor a criança junto a um domicílio era mais um ritual, e o registro na condição de enjeitado era uma mera formalidade da burocracia da Igreja e resultado do batismo, já que os indivíduos tinham conhecimento uns sobre os outros.

Tal pacto de cumplicidade se desdobrava e reproduzia-se, na segunda metade do século XVIII, também entre os moradores de Córdoba, sul da América hispânica:

> [...] por demás sospechoso que en una ciudad que en 1778 contaba con una población blanca de 613 españolas entre 15 y 44 años pudiera pasar desapercibido um embarazo o quién era la parturienta, de qué casa era y aún quién la había "deshonrado". La mera visualización de una persona protegida por las sombras de la noche depositando uma carga em los umbrales de una casa vecina puede imaginarse si en ciudades de mayor tamaño, movimiento nocturno y complejidad social que la Córdoba del siglo XVIII, pero resulta difícil para una que tenía unas cuantas manzanas alrededor de la plaza principal (CELTON, 2008, p. 246).

O que se pode observar na prática do abandono protetor em Natal foi a existência de residências que receberam mais de um exposto, não ultrapassando o número de duas crianças, reafirmando a intenção de salvaguardar suas vidas, já que, como já observei, "a escolha das casas em que se abandonava crianças não era aleatória" (FARIA, 1998, p. 70). Foram arrolados seis domicílios, vistos como um tipo de espaço referencial para o enjeitamento na freguesia.

A casa de Vitoriano da Frota recebeu Antônio, exposto aos 28 de junho de 1768, seguido de outro recém-nascido abandonado, que recebeu o mesmo nome, em 13 de junho de 1769, ambos encontrados à noite (ASSENTOS DE BATISMO, 1768; 1769). O domicílio do Capitão-mor Agostinho Gonçalo de Oliveira teve enjeitada à sua porta a pequena Dionísia, na data 02 de fevereiro de 1769; no ano seguinte, aos 20 de agosto, novo abandono: mais uma menina, batizada com o nome de Bernarda (ASSENTOS DE BATISMO, 1769; 1770).

Da mesma forma, o domicílio de João da Cunha Dias foi escolhido para a exposição de dois recém-nascidos. O primeiro, deixado em 1776, recebeu o nome de Francisco; a segunda, em 1777, recebeu o nome de Josefa. Francisco foi encontrado por volta das cinco e meia da manhã, e Josefa, ao romper do dia (ASSENTOS DE BATISMO, 1776; 1777). Dona Custódia do Sacramento também teve dois expostos deixados nos umbrais de sua moradia: um de nome João Inácio (nomes compostos não era algo comum entre os expostos), em 1756, e outra criança vários anos depois, em 1790, alguns

meses antes da morte de Dona Custódia (ASSENTOS DE BATISMO, 1756; 1790; TESTAMENTO DE DONA CUSTÓDIA DO SACRAMENTO, 1792).

Além dos indivíduos apresentados anteriormente, os moradores da freguesia João Martins Bragança e Manuel Gomes foram receptores de mais de um exposto em seus lares. O primeiro teve enjeitados em sua casa João e Antônio, ambos em 1797 (ASSENTOS DE BATISMO, 1797). Já o segundo, recebeu em sua moradia o menino José, batizado aos 03 de março de 1804, e onze dias depois foi abandonado outro menino em sua casa, que recebeu igualmente o nome do santo carpinteiro (ASSENTOS DE BATISMO, 1804).

A documentação examinada não permite que seja elaborada uma explicação concreta para o fato de duas crianças serem depositadas junto ao mesmo domicílio. Primeiramente, aponto para os indivíduos do nível superior da figuração social, o Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira e Dona Custódia do Sacramento, personagens que ocupavam lugares de destaque na hierarquia social da freguesia da Cidade do Natal. A senhora Custódia era proprietária de escravos, como provavelmente também o Capitão-mor, sinalizando condições materiais favoráveis para que pais biológicos ou familiares vissem naquelas casas a chance de salvaguardar a vida dos pequenos (TESTAMENTO DE DONA CUSTÓDIA DO SACRAMENTO, 1792).

Para os demais domicílios, onde ocorreram os duplos enjeitamentos, acredita-se no poder de decisão dos expositores supostamente anônimos de crianças, que delimitaram muito bem suas motivações para depositar um neonato junto à casa de alguém, fosse este possuidor de vasto cabedal ou não.

Sucessivos abandonos em uma mesma moradia não constituem uma singularidade no amplo contexto da América portuguesa, mas sim uma regularidade, representando um dos traços conectores entre várias formações socais. Na vila de Sorocaba, entre 1803 e 1812, a casa do pequeno lavrador José Tomé Leite recebeu seis expostos, sobrevivendo apenas um de nome José, abandonado em 1812 (BACELLAR, 2002). Em Vila Rica, de 1740 a 1810, a casa da parda forra Sebastiana Luiza do Sacramento foi o destino de nove

enjeitados, seguindo-se a moradia da também parda e forra Romana Tereza, que recolheu em sua porta sete expostos (FRANCO, 2014).

Deve-se frisar, mais uma vez, que em formações sociais de pequenas dimensões, como a freguesia da Cidade do Natal, os laços de dependência recíproca entre os indivíduos se configuravam como diretos, possibilitando um baixo índice de enjeitamento. Consequentemente, os domicílios referenciais eram poucos e recebiam poucos enjeitados.

O contrário ocorria em Sorocaba, centro de comércio de gado no centro-sul da América portuguesa, e Vila Rica, epicentro da produção mineradora, figurações sociais mais abertas a outras de grandes proporções; nestas, as redes de interdependência eram indiretas e as relações mais frouxas, possibilitando o abandono de mais recém-nascidos e, em consequência, a existência de mais domicílios referenciais para o enjeitamento, que recebiam bem mais que dois expostos.

Não foi somente a ala depauperada de Vila Rica que recebeu inúmeros abandonados; destacam-se o Capitão Sebastião Francisco Bandeira, receptor de oito recém-nascidos, e o Coronel José Veloso do Carmo, o qual teve expostas em sua soleira cinco crianças. Muitas outras casas nas vilas de Sorocaba e Vila Rica, não mencionadas aqui, foram domicílios referenciais para o enjeitamento, sendo esta uma realidade que se desdobrou em outras vilas da América portuguesa, como Curitiba, onde tais fogos oscilaram entre receber dois e cinco expostos, não sendo a situação diferente na vila de Porto Alegre (FRANCO, 2014; BACELLAR, 2002; CAVAZZANI, 2005; SILVA, 2014).

Bilhetes, cédulas e escritos

Teoricamente, os documentos de batismo não poderiam deixar pistas da origem do exposto, mesmo que estas existissem; na prática, alguns padres deixavam vestígios nos registros, como apontou-se anteriormente. Na freguesia da Cidade do Natal e em outras partes da América ibérica, principalmente nas pequenas formações sociais, quase todos os indivíduos estavam unidos em um pacto de cumplicidade.

Enfim, se na freguesia em questão o perfil do enjeitamento foi domiciliar, protetor, firmado em grande medida por um pacto de silêncio e de cumplicidade, afirmo que os enjeitamentos foram atos conscientes, direcionados e orientados. Tal afirmação toma consistência quando se descobrem vestígios de que alguns neonatos abandonados portavam bilhetes.

> Caetana exposta em casa de Florência solteira moradora em o sitio de Santo Antonio do Potengi foi exposta de madrugada as cinco para as seis horas da manhã do dia trinta digo três de setembro de mil setecentos e oitenta e oito sem escrito foi batizada sob condições na capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto com os santos óleos aos quinze do dito mês, e ano foram padrinhos Lino da Cunha Marques solteiro natural desta freguesia e não se continha mais em dito assento de que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande (ASSENTO DE BATISMO, 1788, fl. 23).

O registro acima aponta, indiretamente, para o fato de que outros expostos portavam escritos. Sendo assim, suponho que os homens e mulheres que enjeitaram na freguesia da Cidade do Natal tinham a iniciativa de orientar os receptores, em uma nítida demonstração de preocupação com os recém-nascidos deixados pelas soleiras.

Muito provavelmente, os bilhetes que acompanharam algumas crianças em Natal deveriam conter informações sobre o primeiro sacramento, se estavam batizadas ou se eram pagãs, o nome que deveriam receber, a data do nascimento, a indicação dos padrinhos, a filiação, o lugar social ou mesmo a real motivação para terem sido enjeitadas.

Escritos, cédulas e bilhetes ocupavam uma função instrumental primária no fenômeno do abandono, pois serviam quase como uma "carta de apresentação" do enjeitado, podendo também conter algumas informações manipuladas para determinados fins (VENÂNCIO, 1999). O próprio texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia já fazia menção a esses instrumentos:

> Mandamos, outrossim, que as crianças que se acharem enjeitadas na cidade, e Arcebispado, sejam condicionalmente batizadas, posto que com elas se achem escritos, em que se declare que foram batizadas, porque não se sabe de certo, se tal criança foi validamente batizada; salvo sendo os escritos de párocos, ou de

> outro sacerdote conhecido, ou de pessoa fidedigna, ou por outra via conste legitimamente por certeza moral que foram reta e validamente batizadas (Livro Primeiro, Título XV, § 60).

A existência de bilhetes foi verificada na freguesia quando identificou-se o abandono do menino Antônio, depositado junto ao domicílio de Francisco Pinheiro:

> Antonio exposto em casa de Francisco Pinheiro com escrito para ser entregue ao Capitão-mor Francisco Nogueira em cuja casa se está criando, o entreguei aos dezenove de junho de mil setecentos e sessenta e nove, e foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela do Jundiaí pelo padre João Tavares da Fonseca aos vinte e quatro de julho do dito ano: foram seus padrinhos João Rodrigues Seixas casado e Dona Inês Maria de Araújo mulher do Capitão-mor Francisco Nogueira: de que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande – Grifo meu (ASSENTO DE BATISMO, 1769, fl. 21v).

Quem seriam os autores das "cartas de apresentação" dos expostos de Natal? Como foi visto nas Constituições Primeiras, seria lícito que um padre ou outro membro do clero redigisse um bilhete em prol de um exposto. Na freguesia da Cidade do Natal, nos Setecentos, a arte de ler e escrever deveria estar restrita ao clero, a alguns homens da governança e a outras poucas pessoas, como pode-se identificar no testamento do Licenciado Albino Duarte de Oliveira, de 1797:

> [...] declaro que possuo uns livros seguintes: um ripanço antigo umas horas partes veras três espanhóis Los Reis livres de Toledo la imitación de Cristo e outro velho histórico de Toledo está emprestado ao Capitão Bernardo de Castro Freire do que tenho em meu poder outro, ante primeiro, história do futuro que tenho ao presente o Reverendo vigário desta cidade um mestre da vida, o pecador convertido, dois profanos livros de divertimento de estudiosos, uns livros que emprestei a alguns anos ao Capitão Manuel Pinto de Castro quase novos e um da vida da venerável Madre, Mariana da crucificação, emprestado a Antônio Gomes Freire oficial de entalhar, e outros livros já velhos [...] (TESTAMENTO DO LICENCIADO DUARTE DE OLIVEIRA, 1797, fl. 3).

É perceptível a existência de uma pequena circulação de livros em Natal na segunda metade do século XVIII, bem como de seus possíveis leitores: dois militares, um clérigo e um oficial artesão. Presumo que eram aqueles os habilitados a escreverem os bilhetes deixados junto aos expostos nos domicílios da freguesia; no entanto, o senso

investigativo aponta para os homens de batina, indivíduos que tudo sabiam em função das práticas da confissão ou mesmo pelas possíveis fofocas que circulavam entre a população da freguesia, as quais sutilmente chegavam até eles.

Venâncio, em pesquisas sobre os grandes centros urbanos da América portuguesa, sustentou a hipótese de sacerdotes locais, como também de os Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, estarem envolvidos na elaboração dos bilhetes (VENÂNCIO, 2009). Deve-se, porém, mencionar que nem sempre as orientações expressas nos escritos eram acatadas pelos receptores, ocorrendo um "desacordo entre as partes", como ocorreu em Vila Rica:

> [...] no caso de Antonia, exposta no dia 18 de janeiro de 1756, e que trazia um escrito dizendo "não está batizada, que era branca e se chamava Sebastiana, nome que os padrinhos lhe não quiseram pôr". Antonia foi batizada em 2 de fevereiro do mesmo ano; foram padrinhos o capitão Heitor de Sá e dona Ana de Paula de Serqueira e dada a criar a Antônio dos Santos Correa e sua mulher, Micaela de Matos, pretos forros (FRANCO, 2014, p. 78).

O importante é perceber que aquelas mensagens foram uma regularidade na América portuguesa e hispânica, sendo marcadas por similitudes que passavam pela costa da África e atingiam a Península Ibérica. Os recados escritos pelos expositores eram constantes nas grandes formações sociais, onde havia assistência por parte das Santas Casas da Misericórdia (como Salvador e Rio de Janeiro), nas regiões das Minas, onde as Câmaras socorriam os expostos, e em figurações menores como Curitiba, em que não havia assistência institucionalizada, tal como em Natal, passando pela vila de Porto Alegre (VENÂNCIO, 1999; FRANCO, 2014; CAVAZZANI, 2005; PAULA, 2009; SILVA, 2014). Enfatiza-se o fato de os bilhetes que acompanhavam os expostos estamparem uma preocupação universal: o batismo.

No mundo da Coroa de Castela, percebem-se várias similitudes quanto à forma de enjeitar: o abandono era protetor, pois se buscava uma casa para exposição do recém-nascido; consciente, já que se sabia quem era o receptor; e orientado, considerando que bilhetes deixavam algumas informações e orientações sobre o rebento. Como exemplo, o caso ocorrido no Vice-reino de Nova Granada, em Santa Fé de Bogotá, em 1787:

> Así, el cura rector de la parroquia de Nuestra Señora de Las Nieves, informó que el 11 de febrero de 1787 bautizó a: "María Josefa Coleta a quien expusieron en esta casa de Curas que es mi actual habitación, y parece haber nacido el mismo dia". La niña fue dejada con escrito dirigido a Doña Juana Gertrudis y Varcálcel, madre del señor cura párroco. El mensaje permite determinar el motivo y la procedencia, ya que en el se podía leer: "Conociendo la grande caridad que reina en su corazón me atrebo a entregar a su zelo y cuidado esta niñita; es impedida y de padres nobles pa qe. Ud con este respeto la mire y atienda como una segunda madre qe. Diós Nuestro Señor. Se lo pagara y yo le viviré muy reconocido" (ACOSTA, 2007, p. 15).

O enjeitamento da pequena Maria Josefa Coleta demonstra a acepção geral de abandono de quem deixava a criança em um domicílio ou mesmo em uma *Inclusa*, seja em Natal, na Província do Rio Grande do Norte, em Córdoba, no Vice-reino do Prata, ou em Santiago, na Capitania Geral do Chile, o sentido era salvaguardar a vida. O hábito de abandonar crianças e os métodos utilizados para o abandono conectavam os dois mundos ibéricos; na ilha atlântica do arquipélago das Grandes Canárias, especificamente em Santa Cruz de la Palma, os enjeitados traziam cédulas agregadas a si:

> En ellas, sean escuetas o explicativas, se refleja un acto consciente de quien realiza el abandono, y que quiere utilizar la cédula como escudo protector del niño, pese a la endeblez de su soporte, normalmente un papelito mal escrito, pero, a veces, también un trozo de pizarra o un fragmento de teja, como hemos encontrado entre los expósitos del Arca de Misericordia de Ponferrada (CABRERA, et al, 1993, p. 53).

A tipologia dos temas dos bilhetes deixados com os expostos na ilha hispânica[5] é similar à dos assuntos dos bilhetes deixados com as crianças enjeitadas na Roda dos expostos da cidade de Salvador, na América portuguesa.[6] Também no reino de Portugal recém-nascidos abandonados portando escritos foram uma realidade, em Lisboa, Porto,

[5] Os temas eram: "Fecha de nacimiento; bautismo, solemne o 'agua de socorro'; nombre impuesto o que se solicita se ponga; apelaciones a la caridad Cristiana; promesa de futura legitimación o de futura recuperación familiar; recomendación, al director de la Inclusa o al ama que lo crie; alusiones a la omnipotente misericordia y providencia de Dios; informaciones sobre los padres, generalmente 'naturaleza'; señales de identificación; marcas corporales, naturales – lunares – o provocadas con 'piedra inferna' (CABRERA, et al, 1993, p. 54).

[6] Os assuntos foram: "Nome da criança; ser batizado; não ser batizado; dia do nascimento; desejo de recuperar; padrinhos; mãe doente; pai ausente; nome dos pais; nome da criadeira; pobreza; ser legítimo; ser ilegítimo; ser branco; morte dos pais; doença da criança; ser gêmeo; ser cristão-velho; paróquia de origem; bom tratamento; ser forra; ser vacinada – um mesmo escrito, poderia constar mais de um tema [...]" (VENÂNCIO, 1999, p. 76).

Trancoso, Viana do Castelo, Ponte de Lima e outras formações sociais (SÁ, 1995; DINIZ, 2011; RODRIGUES, 2010; FONTE, 2004).

Considerações finais

Em linhas gerais, o abandono de recém-nascidos na sede da província do Rio Grande do Norte, freguesia da Cidade do Natal, demonstrou-se protetor em sua acepção mais ampla, pois pais e familiares buscaram, indiscutivelmente, salvaguardar os pequenos corpos nos mais variados domicílios. Dessa maneira, na América portuguesa, na América hispânica ou em qualquer outra parte do mundo católico ocidental, em pequenas povoações onde as relações de interdependência eram diretas, havendo um alto nível de coesão social, o desejo de abandonar estava contido. Os indivíduos inconscientemente vigiavam-se, não bloqueando o abandono de crianças recém-nascidas, mas possibilitando um baixo índice de enjeitamento.

Acredito que, na freguesia da Cidade do Natal, todos sabiam quem era filho de quem, haja vista os padres, indivíduos centrais nas relações coletivas, revelavam, por vezes, a filiação, a data de nascimento e até mesmo a idade do recém-nascido exposto. Demonstrando que, muitas vezes, em vários sítios do mundo ibérico, o pacto de silencio e de cumplicidade elaborado em torno dos enjeitados era uma ilusão.

Como foi identificado na documentação de batismo e de óbito, 100% dos enjeitados da freguesia da Cidade do Natal, foram depositados em portas alheias, direcionados para os domicílios, lugares onde deveriam ser encontrados, recolhidos e batizados. Apesar dos genitores buscarem a proteção de seus neonatos, em Natal ou em qualquer outra parte do mundo ibérico, acredita-se que o enjeitamento domiciliar não era uma garantia de bons tratos ao recém-nascido.

Por fim, foi posto que os expostos não somente da freguesia da Cidade do Natal, mas de diversas partes da América portuguesa e do mundo espanhol, eram deixados portando bilhetes. Tais inscritos tiveram uma função instrumental no fenômeno do

enjeitamento, pois mediavam a relação entre expositor e receptor, servindo como um tipo de carta de apresentação do recém-nascido abandonado.

Fontes

ASSENTOS DE BATISMO, 1750-1835 – Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

ASSENTOS DE ÓBITO, 1760-1835 – Freguesia da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

CARTA do Capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João], remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); "mapa da população da Capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805", e "relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na Capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem". Nata, 31 de dezembro de 1806. Arquivo Histórico Ultramarino – RIO GRANDE DO NORTE. Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Estudos introdutórios e edição, FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales, JANCSÓN, Istvan, PUNTONI (Orgs.). São Paulo: EDUSP, 2010.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extenção de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &. a &. a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitanias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

ORDENAÇÕES FILIPINAS – Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm

TERMOS DE VEREAÇÃO DO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL, 1709-1823 – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

TESTAMENTO DE DONA CATARINA PERALTA RANGEL, 1775 – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

TESTAMENTO DE DONA CUSTÓDIA DO SACRAMENTO, 1792 – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

TESTAMENTO DO LICENCIADO ALBINO DUARTE DE OLIVEIRA, 1797 – Termo territorial da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

Referências

ACOSTA, Elsa María Bocanegra. Las prácticas de crianza entre la colonia y la indepedencia de Colombia: los discursos que las enuncian y las hacen visibles. *Rev. Latino Am. Cienc. Soc. Niñez* Juv, v. 1, n. 5, p. 1-23, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonos nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). *Segredos de família.* São Paulo: Annablume, 2002. p. 15-41.

CABRERA, Manuel Lobo, CANEDA, Ramón López, SANTANA, Elisa Torres. *La "otra" población: expósitos, ilegítimos, esclavos* – Las Palmas de Gran Canaria, siglo XVIII. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1993.

CÁCERES, Rina. *Negros, mulatos, esclavos y libertos en la Costa Rica del siglo XVII.* México, D.F: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 2000.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII).* Dissertação (Mestrado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

CELTON, Dora E. Abandono de niños e ilegitimidad. Córdoba, Argentina, siglos XVIII-XIX. In: GHIRARDI, Mónica (Coord.). *Familias iberoamericanas ayer y hoy: una mirada interdisciplinaria.* Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2008. p. 231-250.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: *condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia.* Rio de Janeiro: José Olimpio / Brasília: Ed. UNB, 1993

DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha. *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825).* Dissertação (Mestrado em História), Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Luciana Viana. *A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850).* Dissertação (Mestrado em História), Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

FONTE, Teodoro Afonso da. *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924).* Tese (Doutorado em História), Guimarães: Universidade do Minho, 2004.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII.* Rio de Janeiro: FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2014.

GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil.* 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 177-210.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763).* Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermediários. In: MATTOSO, José (Dir.). MONTEIRO, N. G (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 244-273.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. *Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII.* Dissertação (Mestrado em História), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

RODRIGUES, Henrique. Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX.* São Paulo: Alameda, 2010. p. 297-338.

RUSSEL – WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775.* Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SÁNCHES CHAVES, Kattia. Niños expósitos y huérfanos en la provincia de Costa Rica, siglo XVIII, *Diálogos Revista Electrónica de Historia*, v. 5, n. 1-2, p. 1-13, 2005.

SILVA, Jonathan Fachini da. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837).* Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX.* Campinas: Papirus, 1999.

____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). *História das mulheres no Brasil.* 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 189-222.

Estratégias de Diversificação Econômica Entre os Pequenos e Médios Cafeicultores de Ribeirão Preto/SP (1889 – 1914)

Economic Diversification Strategies Among Small and Medium Coffee Growers in Ribeirão Preto/SP (1889-1914)

Ulysses de Paiva Faleiros Neto[1]

Carlo Guimarães Monti[2]

Resumo

O presente artigo busca estudar as estratégias econômicas operadas por pequenos e médios cafeicultores, no município de Ribeirão Preto/SP, entre 1889 e 1914, período de significativas mudanças econômicas e políticas no Brasil e localidade. Através da historiografia e da documentação disponível, pretendemos analisar esse momento histórico do município em torno do complexo cafeeiro. Em seguida, identificamos as estratégias econômicas que foram utilizadas no período por indivíduos de poucas ou médias posses. O cruzamento das diversas fontes possibilitou o vislumbre de aspectos econômicos relativos à produção agrícola cafeeira, comércio urbano e crédito hipotecário no cotidiano desses sujeitos. A análise nos permitiu relacionar tais práticas econômicas, o que nos revelou estratégias de inserção e manutenção na economia cafeeira de um grupo ainda pouco abordado pela historiografia.

Palavras-chave: Cafeicultura; Estratégias Econômicas, Ribeirão Preto/SP.

Abstract

This article seeks to study the economic strategies operated by small and medium coffee farmers, in the city of Ribeirão Preto / SP, between 1889 and 1914, a period of significant economic and political changes in Brazil and locality. Through the historiography and available documentation, we intend to analyze this historical moment of the municipality around the coffee complex. Then, we identified the economic strategies that were used in the period by individuals with few or medium means. The crossing of the different sources allowed the glimpse of economic aspects related to agricultural coffee production, urban commerce and mortgage credit in the daily lives of these subjects. The analysis allowed us to relate such economic practices, which revealed strategies for insertion and maintenance in the coffee economy of a group still little addressed by historiography.

Keywords: Coffee; Economic Strategies, Ribeirão Preto/SP.

Introdução

[1] Licenciado em História (Barão de Mauá) e em Geografia (Claretiano), Especialista em História, Cultura e Sociedade (Barão de Mauá) e em Moderna Educação (PUCRS). Professor da Rede Privada da Educação Básica em São Paulo. E-mail: ulysses_historia@outlook.com.

[2] Graduado em História (UFOP), Mestre em História (USP) e Doutor em História (UNESP). Professor de História na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: carlogmonti@gmail.com

No presente trabalho, buscamos analisar uma parcela das dinâmicas econômicas relacionadas ao complexo cafeeiro[3] no município de Ribeirão Preto/SP, entre 1889 e 1914. Esta parcela diz respeito às estratégias econômicas promovidas por pequenos e médios cafeicultores, mesmo frente à predominância do grande latifundiário, representavam uma quantidade numérica significativa dos produtores no município[4] e, portanto, deveriam engendrar cotidianamente práticas econômicas singulares, que ainda fogem de uma compreensão aprofundada da historiografia.

Assim, neste estudo, temos o objetivo de compreender como pequenos e médios lavradores de café operavam economicamente. Procuramos, a partir de estudos bibliográficos e com a utilização de fontes históricas, compreender suas estratégias de inserção e permanência em um cenário econômico de ampla concorrência e desvantagens, a produção cafeeira no período proposto, no qual os maiores cafeicultores, detentores do poder econômico e político local, impunham suas regras nos circuitos econômicos existentes.

Nossa problemática foi gerada a partir da revisão de estudos sobre a temática da economia cafeeira. Percebemos que o ponto em comum entre eles gira em torno da análise dos grandes proprietários e suas propriedades. Sendo assim, tais obras nos trazem à luz dinâmicas econômicas próprias do grande capital. Dentre os autores que trabalharam essa parcela da economia referente ao complexo cafeeiro, podemos apontar: Celso Furtado (2007), Caio Prado Junior (1969), Antônio Delfim Netto (2009) e Boris Fausto (1995).

Frente aos nossos levantamentos e com a disponibilidade documental de que dispúnhamos, buscamos trabalhar com uma parte da historiografia ainda pouco

[3] Entendido como: "O conjunto de atividades – sobre o qual atua um certo número de atividade independentes ou não ao conjunto [...]" (CANO, 1975, p. 6); "No caso do complexo cafeeiro, os seus principais componentes seriam: a atividade produtora de café, como atividade nuclear, a agricultura produtora de alimentos e matéria-prima, a atividade industrial, o sistema ferroviário, o sistema bancário paulista, o comércio de exportação e importação, as atividades criadoras de infraestrutura, portos e armazéns, transportes urbanos e comunicação e a atividade estatal e federal da ótica da gestão pública" (PERISSINOTTO, 1997, p. 47).

[4] Fontes: 1904 - 1905: ESTATÍSTICA... 1904 - 1905; 1916 - 1920: LIVRO... 1916 - 1936. Ver: Quadro 3 - Lavradores por faixa de tamanho (1904 – 1920).

abordada para Ribeirão Preto/SP: os pequenos e médios cafeicultores, suas dinâmicas creditícias e relações comerciais locais. Encontramos, em nossas análises, dinâmicas econômicas complexas, que fogem aos modelos impostos pelo grande latifúndio propostos pelos autores citados no parágrafo anterior.

Partindo da análise de indivíduos, e/ou famílias da localidade, é possível encontrar padrões e dinâmicas econômicas próprias do grupo ou local analisado. Ora, tal abordagem é possível quando assimilamos que os referenciais teóricos oferecidos pela história econômica compreendem "[...] estudos do desenvolvimento econômico e social" (SZMRECSÁNY, 2008, p. 32), sendo assim, devemos concentrar nossos interesses "[...] fundamentalmente nas mudanças e/ou na permanência das estruturas econômicas através do tempo, e, portanto, no estudo de suas causas, de seus mecanismos e de suas consequências" (SZMRECSÁNY, 2008, p. 33). A partir disso, interpretamos também, que a temporalidade proposta por este estudo é característica do tempo conjuntural, tal como propõe Braudel: "[...] há assim, ao lado do relato [...], um recitativo da conjuntura que põem em questão o passado por longas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos" (BRAUDEL, 2013, p. 44). De tal modo, ao enfocar essa parcela das práticas econômicas regionais, esperamos ampliar a compreensão sobre as estruturas econômicas que se formavam no Brasil naquele período de transição política e econômica, principalmente no estado de São Paulo.

Em nossa busca por uma compreensão mais precisa desta realidade, encontramos o desafio de articular as fontes primárias com a teoria. De tal modo, os dados deram origens às análises estatísticas e transcrições documentais, que nos permitiram verificar as dinâmicas econômicas impostas aos pequenos e médios cafeicultores.

Usamos em nossas pesquisas quatro fontes distintas, produzidas no âmbito da gestão pública e cartorial: a primeira foi a Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904 - 1905), e a segunda o Livro de Imposto do Cafeeiro (1916-1936). Ambos podem ser consultados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). As duas fontes foram utilizadas a fim de se construir uma série, que nos permitiu compreender a representatividade da média e da pequena propriedade no município de

Ribeirão Preto no período abordado. Além disso, os documentos, ora apontados, permitiram-nos constituir uma relação dos produtores de café locais. O nome de sua propriedade e o número de cafeeiros que possuíam, por exemplo, são dados importantes que nos assentiram a, posteriormente, fazer cruzamentos com outras fontes, oportunizando-nos, assim, identificar vínculos com outras atividades econômicas.

A terceira fonte levantada foram os Livros de Comércio e Profissões, que estão no APHRP. Os livros consultados se referem aos anos de 1890, 1913, 1914, 1918 e 1927. Neles, podemos encontrar a relação dos comerciantes e profissionais liberais que atuavam no município nos anos apontados. Ao cruzarmos essas informações com a listagem de cafeeiros, oferecida pelos registros de Impostos dos Cafeeiros e pela Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto, temos a oportunidade de analisar os liames econômicos entre a cafeicultura e o comércio urbano. Deste modo, procuramos analisar a diversificação do pequeno capital.

Sérgio Silva (1981) explicou que:

> Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra (SILVA, 1981, p. 61).

Contudo, não era apenas o grande capital que se espraiava por outras atividades periféricas ao núcleo dinâmico, tampouco era apenas ele que permitia o acesso ao núcleo dinâmico da economia brasileira no período. Assim, buscamos verificar os indivíduos ou seus familiares que possuíam algum tipo de estabelecimento comercial urbano, a fim de traçar uma relação entre as atividades desses indivíduos e sua relação com a cafeicultura.

A quarta e última fonte a qual recorremos são os Livros de Inscrição Especial, nos quais se encontram registradas as hipotecas no município de Ribeirão Preto e adjacências. Eles podem ser consultados no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. A partir deles, observamos que foram levantadas hipotecas do período entre os anos de 1877 e 1914. Este documento é valioso para nossa pesquisa, na medida em que nos

oferece um panorama sobre o crédito hipotecário local. Os dados levantados através desta documentação são: nome, profissão, endereço dos credores e devedores, data da hipoteca, valor negociado, juros estipulados, prazo para a quitação e descrição do imóvel ou bem hipotecado.

As análises e cruzamentos das fontes apontadas nos permitiram, mesmo que parcialmente, reconstituir fragmentos das redes econômicas que operavam abaixo das dinâmicas do grande capital. Assim, buscamos verificar os indivíduos ou seus familiares que possuíam algum tipo de estabelecimento comercial urbano ou operação de crédito hipotecário, com o intuito de traçar uma relação entre as atividades desses indivíduos e a sua inserção e permanência na cafeicultura.

Formação do município e a propriedade cafeeira

A região onde se localiza o município de Ribeirão Preto[5] era pouco explorada até o século XVIII. Entretanto, já era usada como uma zona de passagem conhecida que abastecia as regiões mineradoras durante o ciclo aurífero brasileiro: "Em suas proximidades passava o 'Caminho de Goiases' que ligava São Paulo ao triângulo mineiro e ao território goiano [...]" (ZAMBONI, 1978, p. 14). Neste sentido, é possível perceber que a região já estava mais ou menos inserida dentro de um circuito comercial, o que favoreceu a sua ocupação a partir dos anos de 1840. Todavia, a formação inicial do seu núcleo urbano remonta à constituição do patrimônio eclesiástico: "De 1846 a 1856 foi delimitada a área da nova capela sob a invocação de São Sebastião, originando a atual cidade de Ribeirão Preto" (ZAMBONI, 1978, p. 31). A localidade, até então, pertencia à Comarca de São Simão, mas "a concentração da população em torno de uma capela criou condições para a formação de um povoado e, em 1871, este foi elevado à categoria de vila, com o nome de São Sebastião do Ribeirão Preto" (ZAMBONI, 1978, p. 33).

[5] O município, na época, fazia parte da Comarca de São Simão. Posteriormente, em 1870, conseguiu sua autonomia administrativa, sendo alçado à categoria de vila. Localiza-se no Nordeste do Estado de São Paulo, a cerca de 351 km da capital do Estado.

As populações que vieram a ocupar a localidade pertenceram a dois ramos migratórios distintos. O primeiro tem início no final dos setecentos, relacionado à decadência do ciclo aurífero em Minas Gerais, pois buscava-se o acesso fácil às abundantes terras aqui disponíveis: "[...] eles, eram 'homens de certa posse'. [...] Apesar de viverem do amanho da terra, não haviam perdido seu viés urbano, a necessidade de comprar e vender [...]" (LAGES, 1996, p. 115). Este movimento perdura até meados dos oitocentos. A partir de 1870, tem vez um novo fluxo migratório, desta vez no sentido São Paulo-Ribeirão Preto, em que: "[...] penetra o cafeicultor, o homem já experimentado em outras áreas. [...]. É o homem dinâmico que derruba matas e, no lugar, [...], crescem imensos cafezais" (ZAMBONI, 1978, p. 51).

Destarte, é possível observar que, nessa região, duas forças atuaram em conjunto, dois *modus operanti*. O primeiro, ligado aos mineiros que, inicialmente, ocuparam essas terras e aos poucos experimentaram a cultura do café, mas não deixaram de lado suas práticas urbanas; e a dos cafeicultores já iniciados, que viam nessas terras oportunidades de grandes negócios ligados às práticas econômicas rurais. Estes dois grupos contribuíram, de maneira expressiva, para a formação do município em seus primeiros anos de existência.

A partir de 1883, nos trilhos da Companhia de Estradas de Ferro da Mogiana, um fluxo crescente de imigrantes desembarca no município, formando um terceiro grupo, que contribui para as atividades urbanas e rurais. Apesar de não estarem ligados diretamente à formação do município, deixaram marcas expressivas no cotidiano e contribuíram para intensificar a formação das redes econômicas locais. Podemos demonstrar com maior clareza a contribuição da chegada da ferrovia para o crescimento da cidade e para a representatividade dos imigrantes nesta população, através da análise do quadro 1.

Quadro 1 - Evolução demográfica de Ribeirão Preto (1874 – 1912)

Ano	População Total	Imigrantes
1874	5.552	

1886	10.420	
1902	59.210	33.199
1912	58.220	24.358

Fonte: 1874 e 1886: CAMARGO, 1952, p. 153; 1902: GUSMÃO, 1903, p. 15; 1912: WALKER, 2000, p. 46.

Podemos perceber, por meio da análise dos números apresentados, que em 1874, período de formação da Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, a população perfazia 5.552 habitantes, coincidindo com o início do segundo fluxo migratório; por sua vez, em 1886, a localidade já apresenta quase que o dobro da população. Em 1902, já conhecida pela excelência de suas terras para a produção de café, o município possui 59.210 habitantes, sendo que 33.199 são imigrantes. Até 1912, a população se mantém estável, diminuindo apenas o número de imigrantes, que passam a ser de 24.358, não deixando de ser expressivo em uma cidade com 58.220 habitantes.

Analisando o preço das terras, podemos ter uma noção mais exata do que significou esse fluxo de pessoas para o município, no período citado. A demanda por terras, principalmente aquelas consideradas boas para o cultivo do café, elevou significativamente os preços do hectare durante os anos de 1876 e 1891. Os fluxos migratórios averiguados podem ter contribuído, substancialmente, para o aumento da demanda e, consequentemente, o aumento dos preços, como podemos observar no quadro 2.

Quadro 2 - Ribeirão Preto: preço médio do hectare de terra (1876 – 1891)

Ano	Preço médio por hectare (em réis)
1876	3$845
1878	8$440
1879/1883	14$592
1884	23$603
1885	25$572
1886/1888	32$624
1891	31$068

Fonte: BACELLAR, 2001, p. 180.

Carlos de Almeida Bacellar constatou um aumento expressivo no valor das terras de impressionantes 708% entre os anos de 1876 e 1891, tal como afirma: "Esta valorização era fruto de uma evidente previsão do avanço da frente agrícola cafeeira, [...]" (BACELLAR, 2001, p. 181).

Percebemos, então, que três grupos diferentes coexistiam no município, durante período analisado, com suas origens e práticas distintas. Buscamos, assim, compreender como a produção cafeeira estava distribuída. Sabemos que a grande propriedade era predominante em Ribeirão Preto (MARCONDES, 2007; TOSI et al, 2007; FALEIROS, 2010), entretanto, em nosso estudo, buscamos analisar o número de pés de café que os lavradores detinham e não o tamanho de suas propriedades, o que nos permitirá indicar se o cafeicultor era um pequeno, médio ou grande lavrador. Podemos verificar, pela faixa do tamanho de seus cafezais, como estavam distribuídos os lavradores de café, observando atentamente o quadro a seguir[6].

Quadro 3 - Lavradores por faixa de tamanho (1904 – 1920)

Faixas de tamanho		1904/1905	1916/1917/1918	1919	1920
Pequeno	500 - 1.000	3	8	150	5
	1.001 - 5.000	29	68	14	45
	5.001 - 10.000	45	58	8	43
Médio	10.001 - 50.000	73	68	18	54
	50.001 - 100.000	25	14	12	14
Grande	100.001 - 500.000	48	51	29	39
	500.001 ou mais	11	9	4	14

Fonte: 1904 - 1905: ESTATÍSTICA... 1904 - 1905; 1916 - 1920: LIVRO... 1916 - 1936.

[6] Ao considerar como pequeno, médio ou grande cafeicultor, devemos levar em conta as condições gerais de cultivo da região em análise. Neste sentido, entendemos que Ribeirão Preto, no período em análise, estava passando por um avanço em seus cafezais. Não fosse a Geada de 1918, as médias de pés de café nas propriedades seriam altas. De tal modo, optamos por uma classificação, organizando os lavradores em blocos maiores classificando-os em grandes, médios ou pequenos, oriundos de uma classificação que leva em conta o número de pés de café que possuíam em suas propriedades.

Não obstante, as análises mostram um predomínio dos grandes lavradores em Ribeirão Preto. Logo, percebemos pelo quadro, que existia na região uma considerável diversidade de lavradores de café. Para os anos de 1904 e 1905, perfizeram um total de 77 pequenos lavradores e 98 médios. Os grandes cafeicultores, por sua vez, eram em 59 indivíduos.

Os anos de 1916, 1917 e 1918 representaram uma evolução para pequena cafeicultura, sendo 134 lavradores. Os médios cafeicultores sofreram um pequeno retrocesso, sendo agora 82; os grandes se mantiveram basicamente estáveis, sendo 60. Entretanto, devemos notar que houve um recuo nos cafezais, ou seja, entre os grandes ocorreu uma estabilidade, mas seus pés de café diminuíram. Por outro lado, entre os médios, ocorreu uma diminuição no número de lavradores e pés de café, o que explica o aumento de pequenos lavradores, na faixa entre 5.001 e 10.000 pés de café. Os médios, em geral, passaram a figurar como pequenos lavradores nesse período.

O ano de 1919 apresenta uma grande anomalia, devido à Geada de 1918. Em decorrência disso, optamos por trazer os dados de 1920, que mostram a recuperação da economia cafeeira e mantêm as análises mais consistentes. Sendo assim, para este ano temos: 93 pequenos, 68 médios e 53 grandes lavradores. Estes números expõem a tendência declinante no número de indivíduos que trabalhavam com o café: em 1920, foram cerca de 214 lavradores de café no total. Bem diferente dos 276 que se apresentaram em 1916, 1917 e 1918. Esses números também refletem a crise ocasionada pela Geada de 1918 e a incapacidade dos pequenos e médios cafeicultores de se recuperarem de tal evento climático.

Através desta análise, podemos perceber que houve, entre os pequenos e os médios cafeicultores, um aumento da representatividade na dinâmica cafeeira do município para todo o período analisado. Estes demonstraram, também, maiores variações em relação ao número de proprietários ao longo do tempo, o que indica que deveriam existir dificuldades para a manutenção das atividades.

Em 1904 e 1905, os pequenos cafeicultores representavam 32,91% do total de cafeeiros no município, enquanto os médios eram 41,88%. Em 1920, o percentual de

pequenos produtores sobe para 43,46% do total, enquanto o de médios diminui para 31,78%. Para esses mesmos anos, percebemos uma manutenção no percentual total de grandes proprietários, que representavam, respectivamente, 25,21% e 24,74% do total de produtores de café no município.

A ocupação das terras em favor da lavoura cafeeira acarretou um aumento expressivo nos preços do hectare na região, o que podemos supor, gerou uma maior dificuldade no acesso a essas terras. Esses fatores foram preponderantes para que Ribeirão Preto se caracterizasse pela grande concentração de terras[7] e produção na mão de poucos indivíduos. Este movimento, todavia, não exclui a participação dos pequenos produtores na economia regional. Os movimentos econômicos do período abordado não excluíram os pequenos e médios cafeicultores do circuito econômico, pois eles continuaram a representar a parcela majoritária do número de produtores.

Convém, neste momento, analisarmos melhor quem eram e como agiam esses indivíduos diante das dificuldades impostas pelo cenário econômico da época, buscando analisar como se dava a relação destes com o comércio e o crédito no município.

Comércio e crédito na pequena e média cafeicultura de Ribeirão Preto

A historiografia já abordou, em larga medida, as questões relativas ao grande complexo cafeeiro. Todavia, uma parcela significativa dos indivíduos que atuavam no ramo do café, pequenos e médios lavradores, não tiveram suas especificidades e práticas econômicas cotidianas estudadas amplamente. Atualmente, é possível encontrarmos trabalhos que se debruçaram sobre a contribuição dos pequenos e médios cafeicultores para a formação e manutenção do complexo cafeeiro, bem como outros que buscam compreender suas possíveis estratégias de manutenção e acumulação de riquezas. Neste movimento, podemos destacar os trabalhos de Pedro Geraldo Tosi (2005; 2007; 2011),

[7] O tamanho médio das propriedades para 1904 e 1905 é de 193 Alqueires Paulistas. Ainda havia cerca de 12 propriedades que somavam mais de 1.000 Alqueires e 67 com mais de 100 Alqueires. Propriedades extensas, levando em conta que o Alqueire Paulista equivale à 24.200m². Dados: ESTATÍSTICA... 1904-1905.

Rogério Naques Faleiros (2005; 2007; 2010; 2011) e Rodrigo da Silva Teodoro (2005; 2007), Carlo Guimarães Monti (2014) para o estudo dos pequenos e médios proprietários na região de Franca/SP e para Ribeirão Preto. Esses trabalhos possuem, em comum, o objetivo de demonstrar com maiores detalhes as dinâmicas econômicas relacionadas aos lavradores de café, através, principalmente, de uma série de fontes históricas que foram até recentemente pouco exploradas, como os documentos de caráter pessoal: cartas e livros de contabilidade; e fontes cartoriais: livros de hipotecas e/ou penhores e inventários.

Pretendemos, nesta seção, de acordo com as pesquisas apontadas, contribuir com a discussão acerca das práticas econômicas empregadas pelos pequenos e médios cafeicultores, como estratégias de permanência e/ou enriquecimento no município de Ribeirão Preto, tendo em vista que o conjunto documental com o qual dialogamos complementa e pode auxiliar no avanço das discussões até então desenvolvidas.

Em sua obra Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII, Fernand Braudel aponta a existência de três universos econômicos distintos: o primeiro é a produção, da qual já tratamos neste trabalho, caracterizando em linhas gerais o modelo de produção cafeeira predominante no município. O segundo é o espaço das trocas e circulação de mercadorias e dinheiro. Já o terceiro universo é o do consumo, que não será abordado neste estudo. Entre a produção e o consumo existe um todo, um processo, em que diversas forças econômicas interagem e dão origem à economia de mercado. Um universo formado desde o pequeno lojista até o grande negociante ou mercador (BRAUDEL, 2009).

A respeito do funcionamento das operações econômicas nesses universos, desde o da produção até o consumo, o autor afirma: "Do pequeno lojista ao negociante, do artesão ao fabricante, todos vivem do crédito [...]" (BRAUDEL, 2009, p. 339). De tal modo, podemos observar que Fernand Braudel nos aponta um caminho para a compreensão da realidade que se perfazia no município de Ribeirão Preto.

Assim, vamos buscar, a partir da documentação analisada, reconstituir uma parcela das redes econômicas no município, mirando entender: como os indivíduos que possuíam

pequenos e médios capitais operavam seus negócios e como eles poderiam estar relacionados com a atividade cafeeira.

Entre os anos de 1889 e 1918, principalmente, o município de Ribeirão Preto demonstrou um enorme dinamismo econômico no esteio da atividade cafeeira. A expansão urbana e imigração em massa para a região contribuíram para o florescimento das atividades econômicas urbanas, principalmente as ligadas ao abastecimento. Segundo Renato Leite Marcondes, "uma ilustração da magnitude das mudanças pode ser notada por meio o aumento do número de estabelecimentos, que se elevou de 228 para 914 entre 1890 e 1900" (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 2). O comércio em Ribeirão Preto ainda comportava dois tipos distintos de operações, como aponta Carlo Monti: a primeira, que se operava a partir da importação de produtos estrangeiros e de marca, e outra que, "para além do consumo de produtos industrializados, temos os produtos sem 'marca', [...], como o queijo de vaca, banha, linguiça, café, o que indica a acomodação de um tipo de comércio mais antigo, consolidado com fornecedores locais ou regionais" (MONTI, 2014, p. 83). Podemos notar que, em linhas gerais, o comércio no município, naquele período, era voltado para o abastecimento das fazendas e seus trabalhadores, entretanto, um incipiente comércio de produtos importados começava a tomar forma, sendo que predominavam as lojas de secos e molhados, fazendas e armarinhos e botequins.

Buscamos trazer luz aos personagens até então deixados de lado pela historiografia, mas que demonstram o quão rico foi o universo econômico, que não ficou recôndito aos grandes proprietários de terras; também buscamos chamar atenção para a construção de redes de práticas econômicas promovidas por esses sujeitos em Ribeirão Preto, no período estudado.

O primeiro caso que vamos apontar é o de Luiz Ciampa, herdeiro de Luigi Ciampa. Ao segundo, foi concedido, em 1891, o Lote nº 31 na Sede do Núcleo Colonial Antônio Prado[8], região conhecida como Barracão. Constam as primeiras informações da produção

[8] "Entre os núcleos coloniais criados no Estado de São Paulo após 1885, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão

cafeeira neste lote, em 1916. No período, existiam ali 1.000 cafeeiros. A partir de 1920 até 1933, o proprietário fez uma pequena expansão aumentando o número de cafeeiros para 2.000[9]. Como a concessão das terras ocorreu em 1891, é possível afirmar, principalmente devido às características dos lotes no núcleo colonial, que outras culturas eram cultivadas naquela terra e o café só veio a ser cultivado nos anos próximos a 1916. Além das atividades rurais desenvolvidas pelos Ciampa, havia também um comércio de secos e molhados, do qual verificamos o primeiro registro em 1906 e o último em 1910. O estabelecimento funcionava junto à 2ª Seção do Núcleo Colonial.

Outro caso é o de Antônio Vicente, quem figurava como pequeno lavrador de café entre os anos de 1904 e 1905, em Ribeirão Preto, possuindo uma propriedade de 5 alqueires, dos quais 4 eram cultivados em café, contendo 7.500 pés. Havia nesta propriedade, também, a produção de milho e feijão. Respectivamente, para esses anos, a produção foi de 6.000 e 4.000 litros. Segundo o documento, a propriedade de Antônio Vicente já ocupava quase que sua totalidade com a lavoura cafeeira e o alqueire restante era dedicado às pastagens e matas. Neste sentido, é possível supor que o plantio de milho e feijão era feito nos corredores dos cafezais ainda novos. Esta plantação deveria abastecer o comércio de secos e molhados que Antônio Vicente manteve. A primeira indicação desse comércio foi de 1906 e o comércio perdurou até 1908[10].

Esses dois casos demonstram que os indivíduos possuíam um lote de terra e diversificavam sua produção agrária, ou seja, plantavam outros produtos além do café. Tal produção, que poderia gerar excedentes, era escoada via comércio de secos e molhados. Nos dois casos, é possível perceber que os comércios operaram por pouco tempo; isto pode ser explicado pela precariedade em que os comerciantes se encontram frente à disponibilidade de crédito e capitais para consolidarem suas vendas, como afirma Fernand Braudel: "O comerciante, numa situação de pequeno capitalista, vive entre os que lhe devem dinheiro e aqueles a que ele deve. É um equilíbrio precário, sempre à beira da

Preto. A proposta era que servisse de 'viveiro de mão de obra' para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a atividade cafeeira." (SILVA, 2008, p. 56)

[9] Fonte: LIVRO... 1916-1936.

[10] Fonte: LIVROS... 1890-1927.

derrocada" (BRAUDEL, 2009, p. 37). Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo ainda apontam: "O leque de produtos comercializados pelas lojas de secos e molhados mostrou-se bastante amplo e não especializado, compreendendo principalmente alimentos e bebidas [...] – e manufaturas não alimentares [...]" (MARCONDES; GARAVAZO, 2004, p. 3).

Devemos ainda salientar que o cultivo cafeeiro é extremante oneroso e imobiliza diversos capitais, principalmente em seus primeiros anos de implementação. Não obstante, após a maturação do pé de café, torna-se inviável a plantação de outros gêneros agrícolas em seus corredores e, caso não houvesse a possibilidade de expansão das terras, os lavradores deveriam abandonar as outras culturas. Em um cenário de crédito escasso e poucos capitais disponíveis, é compreensível o abandono de uma atividade em benefício de outra mais rentável ou com maiores expectativas de renda.

Em casos como os de Luiz Ciampa e Antônio Vicente, podemos ainda perceber um movimento de diversificação, ou mesmo um movimento em busca do acúmulo de capitais muito característicos dos imigrantes que ocuparam a região no início do século XX. Sobre isso, Adriana Capretz Borges da Silva afirma:

> Nos lotes destinados à pequena lavoura produziam milho, arroz, feijão, criavam animais e, em princípio, exerciam qualquer atividade diferente da cafeicultura, que monopolizava a terra das grandes propriedades. Com o apogeu do café, até os sitiantes do Núcleo passaram a plantá-lo. Os moradores do núcleo faziam qualquer atividade que pudesse render algum dinheiro; muitos trabalhavam na época de safra para os fazendeiros da região e faziam suas economias (SILVA, 2008, p. 139).

Nos casos apresentados, podemos perceber que a diversificação na produção agrícola pôde, de algum modo, facilitar, ou ao menos possibilitar, a constituição de um pequeno comércio voltado para a venda dos excedentes produzidos nas terras. Nos casos relacionados ao Núcleo Colonial Antônio Prado, vamos perceber uma dinâmica econômica bastante rica, na qual excedentes de diversos produtos eram vendidos ou trocados na própria localidade. Casos como o de Antônio Vicente mostram que esse modelo pode ser observado em outros bairros do município.

Os dois próximos indivíduos a serem analisados nos trazem uma perspectiva diferente das dinâmicas apresentadas anteriormente. Domingos Henrique Barreto foi produtor de café no município de Ribeirão Preto, entre os anos de 1916 e 1928. Durante este período, manteve entre suas posses uma gleba de terras na Fazenda Iracema contendo 7.000 pés de café[11]. Entretanto, antes de se dedicar aos cafezais, era um comerciante e entre suas propriedades figuravam uma casa de fazenda e armarinhos e um comércio de secos e molhados. A primeira já estava em operação desde 1906, em Iracema, onde, posteriormente, ele constituiria sua fazenda de café. As atividades da casa de fazenda e armarinhos perduraram até 1927, quando então nossos registros cessam. A sua terceira posse, um comércio de secos e molhados, operou de 1906 até 1908[12]. Primeiro se aventurou no comércio local, fornecendo produtos para fazendeiros e habitantes locais e depois, ao acumular capital suficiente, constituiu sua plantação de café.

Através do levantamento hipotecário, conseguimos averiguar que, durante todo o período abordado neste estudo, o indivíduo não fez nenhum empréstimo dessa modalidade, sendo sua única transação um empréstimo que fez a Domingos Paulino, no valor de 3:000$000, com condições bastante modestas para o período: dois anos para a quitação total da dívida a juros de 12% ao ano. Nesse sentido, percebemos que Domingos Henrique Barreto deveria ser um indivíduo bastante temeroso por suas posses, afinal, preservou-se de maiores ganhos a fim de se assegurar de perdas em seu patrimônio já constituído, buscando segurança na produção de café que, em condições de clima e mercado normais, lhe garantiria retornos anuais.

Outro caso é o de Múcio Whitaker, quem possuía um pequeno depósito de automóveis, que operou entre os anos de 1915 e 1916[13]. Em 1925, ele adquire uma gleba de terras na Fazenda Bôa Esperança, contendo 4.000 pés de café. Desta propriedade existem registros até 1940[14]. Novamente, como averiguamos com o caso de Domingos

[11] Fonte: LIVRO... 1916-1936.
[12] Fonte: LIVROS... 1890-1927.
[13] Fonte: LIVROS... 1890-1927.
[14] Fonte: LIVRO... 1916-1936.

Henrique Barreto, Múcio Whitaker não recorreu ao crédito hipotecário e não consta em nossa amostragem, nem como credor, nem como devedor, dentro do período abordado.

Nos dois casos, verificamos novamente um tempo de duração muito curto nas atividades comerciais. As implicações dessa instabilidade nas trocas e, consequentemente, nos ganhos, deve ter, de algum modo, contribuído para que esses indivíduos buscassem segurança nos ganhos relacionados à atividade cafeeira.

Os casos indicados ilustram o movimento econômico em direção à cultura cafeeira. Esses indivíduos, já experimentados no comércio ou em outras atividades agrícolas ou urbanas, buscaram na cafeicultura uma forma de diversificar seus capitais, ou mesmo substituir suas atividades anteriores, fossem de caráter rural ou urbano, em favor das possibilidades de ganho na lavoura de café.

Ao analisar o quadro 4, é possível compreender melhor a trajetória e situação desses pequenos e médios cafeicultores.

Quadro 4 - Distribuição e concentração de cafeeiros por faixa (1904-1920)

Faixas de Tamanho	Anos	% de Cafeicultores	% de Cafeeiros
500 - 1.000	1904/1905	1,28%	0,01%
1.001 - 5.000		12,39%	0,38%
5.001 - 10.000		19,23%	1,19%
10.001 - 50.000		31,20%	6,64%
50.001 - 100.000		10,68%	6,06%
100.001 - 500.000		20,51%	36,85%
500.001 ou mais		4,70%	48,87%
500 - 1.000	1916/1917/1918	2,90%	0,03%
1.001 - 5.000		24,64%	0,83%
5.001 - 10.000		21,01%	1,62%
10.001 - 50.000		24,64%	5,55%
50.001 - 100.000		5,07%	3,71%
100.001 - 500.000		18,48%	44,11%
500.001 ou mais		3,26%	44,15%
500 - 1.000	1920	2,34%	0,02%

1.001 - 5.000		21,03%	0,52%
5.001 - 10.000		20,09%	1,14%
10.001 - 50.000		25,23%	4,72%
50.001 - 100.000		6,54%	3,88%
100.001 - 500.000		18,22%	33,32%
500.001 ou mais		6,54%	56,41%

Fonte: 1904-1905: ESTATÍSTICA... 1904-1905; 1916-1920: LIVRO... 1916-1936.

Podemos perceber, por meio da análise dos dados apresentados no quadro anterior, que os anos entre 1904, 1905 e 1920 foram representativos para a evolução e expansão do pequeno e médio cafeicultor[15]. Os pequenos e médios cafeicultores, naquele período, vão representar, para os anos apontados, respectivamente: 74,79%, 78,25% e 75,23%. Número considerável de lavradores atuando na produção de café, entretanto, diametralmente oposta à sua representatividade enquanto número de indivíduos, esta a concentração de pés de café em suas terras, sendo respectivamente: 14,28%, 11,74% e 10,27% para os anos analisados. Portanto, apesar de serem muitos indivíduos, possuíam uma produção pouco significativa, o que explica a necessidades de diversificação do pequeno capital desses produtores. Essa necessidade pode ser considerada uma estratégia de permanência na atividade cafeeira. Também, chamamos atenção para o tempo que esses agricultores levavam para chegar até a atividade cafeeira, haja vista que tinham de percorrer um longo trajeto e iniciavam com uma produção pequena.

Não obstante, o percentual de indivíduos que comportam em suas terras entre 1.001 e 10.000 pés de café, durante o período, sofreram um aumento significativo. Se em 1904 e 1905 eram 31,62% dos cafeicultores analisados, em 1920 representavam 41,12%. Isso demonstra que, cada vez mais indivíduos começavam a se estabelecer como pequenos cafeicultores, em um movimento que constatamos com os casos analisados anteriormente. Vê-se, assim, uma estratégia de inserção na atividade cafeeira, tendo como cenário pessoas acumulando certo capital ou, aparecendo uma oportunidade,

[15] Como já apontamos anteriormente, os dados relativos 1919 estão muitos discrepantes devido a Geada de 1918, de tal modo, não incluímos esses dados nesta tabela.

migraram para economia cafeeira, que em muitos casos passou a ser a única fonte de renda. Ou seja, diferente dos grandes proprietários que, muitas vezes, contavam com imensos capitais internos ou externos, esses indivíduos, os pequenos e os médios, não contavam com essa vantagem e tinham que acumular capitais em outras atividades, que poderiam ser menos rendosas frente ao café, no período. Com essas estratégias puderam, posteriormente, lançarem-se nas atividades cafeeiras. Criaram estratégias próprias para alcançarem a atividade mais rentável na época.

Como apontado por Carlo Guimarães Monti (2019), os primeiros indivíduos que se ocuparam do cultivo de café foram de famílias tradicionais do município, que foram, segundo o estudo, os Junqueira, durante os anos de 1890. Acumulando grandes capitais através de uma intricada rede de negócios, esses indivíduos, sucessivamente, diversificavam seus capitais, abandonando, aos poucos, os cafezais. Observamos que, em 1904 e 1905, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira possuía 650.000 pés de café, enquanto Francisco Schimidt[16], que chegou em período posterior em Ribeirão Preto, e dele adquiriu grandes glebas de terras, já possuía 4.043.300 pés de café. Mais tarde, já nos anos de 1916, as sucessivas crises de preço, que abalaram o café, começaram a afastar os grandes produtores, que cederam espaço para os pequenos e médios produtores, que tardiamente entraram no cultivo da rubiácea.

É significativo notar que, pelo menos nos casos estudados por nós, esses indivíduos não recorreram ao crédito hipotecário para levantarem capitais. De tal modo, devem tê-lo conseguido através de atividades econômicas diversas, principalmente o comércio, como apontado. Também não recorreram ao crédito para levantar capitais suficientes na expansão ou manutenção de seus negócios urbanos. Isso se deve, principalmente, às condições proibitivas, que eram impostas aos pequenos proprietários e comerciantes, quando recorriam a esta modalidade de crédito. O período que abordamos neste trabalho (1889-1914) é reconhecidamente marcado pela grande dificuldade de

[16] Imigrante alemão, Francisco Schimidt não veio com riquezas para o Brasil, mas fazendo contato com outro alemão – Theodor Wille – um dos maiores exportadores de café do Brasil na época, conseguiu financiamento para se estabelecer como o maior produtor de café do Brasil e do mundo (MONTI, 2019).

acesso ao crédito. Naquele período, entre os grandes, predominavam os comissários de café como fornecedores do capital necessários ao funcionamento da grande lavoura. Por outro lado, aos pequenos e médios comerciantes e cafeicultores, o acesso era ainda mais restrito. Nossos próximos casos ilustram algumas condições em que se conseguia acesso ao crédito.

As condições proibitivas do crédito hipotecário se mantinham mesmo entre camaradas imigrantes, como podemos destacar no caso dos irmãos Antônio e Vicente Colucci, ambos de origem italiana. Eram cafeicultores no município de Ribeirão Preto, possuíam propriedades no Bairro José Jacques. O primeiro possuía uma pequena propriedade com cerca de 4.000 pés de café, que existiu entre os anos de 1904 e 1924; o segundo detinha uma propriedade maior, possuindo 34.000 pés, que funcionou de 1916 até 1927[17]. Os irmãos Colucci, além de obterem renda através de seus cafezais, ofereciam crédito através de hipotecas. Entre os anos 1895 e 1910, foram registradas 17 hipotecas, que se encontram no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto. Como observamos no quadro 5:

Quadro 5 - Hipotecas realizadas pelos irmãos Colucci

Emprestadores	Nº de hipotecas	Valores (réis)	Prazo médio	Juros % médio
Antônio Colucci	6	10:600$000	15	21,1
Vicente Colucci	2	2:600$000	15,5	18
Antônio e Vicente Colucci	9	59:552$000	24	20,33

Fonte: LIVROS... 1877-1914.

Notamos que, entre seus devedores, predominavam indivíduos de origem italiana (De Lucca, Cornachione, Pasarotti, Urizze, Menchiore, Galassa e Stabile) e que a oferta de crédito passou por duas fases distintas: a primeira, entre os anos de 1885 e 1900, quando os irmãos atuavam juntos, talvez devido às dificuldades econômicas, e talvez entendiam que poderiam ter mais segurança em seus negócios. A segunda, a partir de 1900,

[17] Fonte: LIVRO... 1916-1936.

passaram a atuar sozinhos, período que coincide com a constituição do patrimônio agrário de cada um. Enquanto Vicente Colucci, com uma lavoura maior de café, ofereceu crédito apenas 2 vezes depois de 1900, seu irmão, com uma propriedade modesta, parece ter encontrado no crédito hipotecário uma forma de conseguir novos rendimentos, já que figurou 9 vezes como credor durante esse período, inclusive emprestando a quantia de 3:000$000 ao irmão, em 1902, em condições muito pesadas, com prazo de 24 meses e juros de 18% ao ano. É interessante notar que o juro desse empréstimo é menor que sua média, de 21,1% ao ano, mostrando que as relações de parentesco entre eles tinham certo valor[18].

Podemos perceber, a partir das análises, uma nova estratégia de inserção e manutenção na atividade cafeeira. O crédito hipotecário, apesar de proibitivo, foi acessado, e muitos indivíduos utilizaram-no para financiar suas empreitadas na atividade cafeeira, ou mesmo para se sustentarem nela em tempos de crises. Junto ao comércio, o crédito hipotecário se mostra como uma estratégia de inserção, manutenção ou mesmo diversificação, que esses indivíduos usavam em suas relações econômicas cotidianas.

Os valores emprestados pelos irmãos Colucci mostraram-se expressivos, sendo o maior valor de 18:480$000 cedido a João Baptista Stabile, em 1900, a última hipoteca em que atuaram em parceria. As condições desse empréstimo foram bastante pesadas e ilustram com maior clareza como os irmãos operavam; o valor deveria ser pago em 36 meses e os juros cobrados foram de 24% ao ano. Em troca do empréstimo, o devedor hipotecou uma propriedade rural, também no Bairro José Jacques, possuindo 15.000 pés de café, além de algumas casas e todas as benfeitorias existentes.

É interessante notar que, dos indivíduos apontados ao longo do estudo, cinco são estrangeiros, sendo quatro italianos (Luiz Ciampa, Antônio Vicente, Antônio Colucci e Vicente Colucci) e um inglês (Múcio Whitaker). Em relação às suas atividades, podemos apontar que gozavam de vantagens em relação ao ribeirão-pretano neste período[19]. As

[18] LIVROS... 1877-1914.

[19] Já apontamos que, no período de nosso estudo, cerca de 33.199 imigrantes viviam em Ribeirão Preto, ultrapassando o número de habitantes brasileiros.

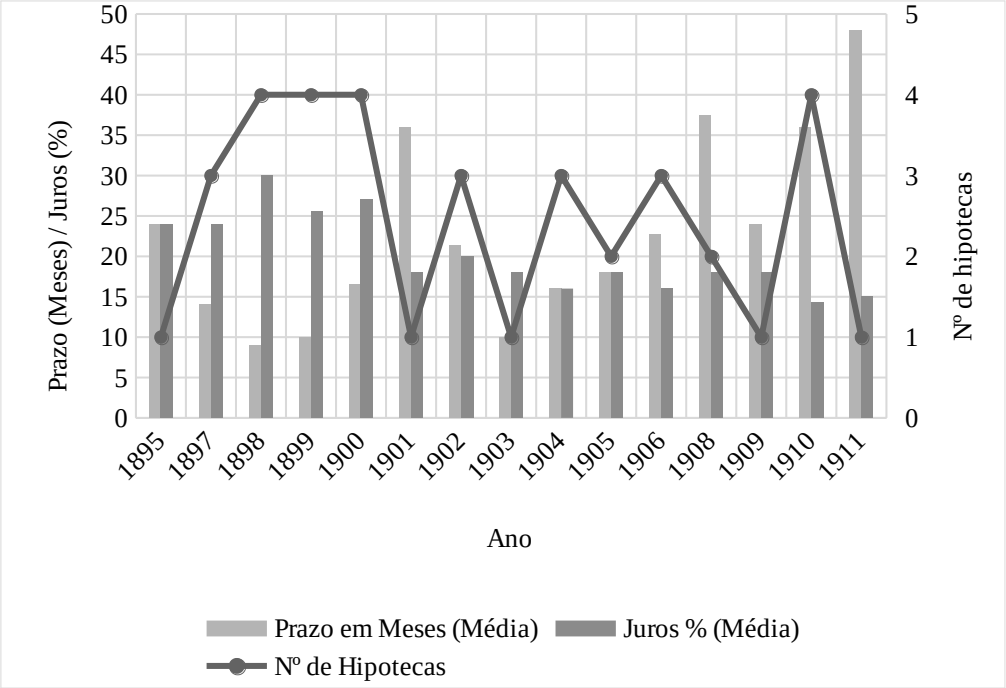
relações de camaradagem entre compatriotas estabelecidos na região forneciam-lhes fluxo constante de clientes, como aponta Waren Dean:

> Além de seus antecedentes urbanos e da experiência comercial anterior, e além da vantagem que lhe propiciava um grande mercado de compatriotas, os imigrantes ainda possuíam outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capitais nos países de origem (DEAN, 1984, p. 62).

Diferente do que aponta Warren Dean, não concordamos que todos possuíam uma relativa facilidade no acesso ao crédito externo, a exemplo de Francisco Schimdt, que conseguiu amplo crédito com seu compatriota Theodor Wille. A realidade dos indivíduos mais humildes era diferente, sendo a carestia de crédito e confiança um fato. Entretanto, as relações de proximidade devido às origens comum foram uma realidade e uma facilidade em uma cidade em que cerca de metade, ou mais, da população era de imigrantes (ver quadro 1). Quando não se tinha camaradas que pudessem ou estivessem dispostos a emprestar algum dinheiro, entra em cena o capitalista, normalmente um indivíduo da localidade, que ganha a vida fornecendo crédito, costumeiramente, com prazos curtos e juros altos. Sem ter a quem solicitar, muitos produtores, os pequenos e médios, recorriam a eles e se submetiam às condições pesadas de suas transações.

Domingos Martins Ribeiro é um exemplo de como esses capitalistas operavam em Ribeirão Preto oferecendo crédito. Desde 1895 até 1911, contabilizamos cerca de 37 hipotecas em que constava como credor, todas apresentando uma mesma característica: prazos mais curtos que os praticados habitualmente e juros mais altos que os normais. Podemos ilustrar melhor como operava analisando o gráfico 1:

Gráfico 1 - Juros e prazos médios praticados por Domingos Martins Ribeiro



Fonte: LIVROS... 1877-1914.

No gráfico acima, percebemos que as condições dos empréstimos concedidos pelo capitalista em questão sofrem mudanças significativas ao longo do tempo. Caracterizados por imporem condições pesadas em seus empréstimos, os capitalistas, como Domingos Martins Ribeiro, exploram a condição, muitas vezes delicada e instável, dos indivíduos que recorrem a ele. Podemos perceber, através do gráfico, que o capitalista em questão oferecia crédito a condições muito pesadas e, possivelmente, desse modo, fez sua fama e fortuna no município. Nos anos iniciais de sua atuação, 1897, principalmente, ofereceu crédito a um prazo médio de 14 meses, com juros de 24% ao ano. Pior foi em 1898, quando emprestou dinheiro a prazos de 9 meses cobrando 30% de juros ao ano em média.

O indivíduo manteve tal tendência até o início dos anos de 1900, particularmente a partir de 1904, quando seus números sofrem uma inversão e os prazos aumentaram, enquanto os juros diminuíram. Podemos explicar o retesamento das condições nos empréstimos através de uma observação nos preços do café apresentados no quadro 6. Para 1908, seus prazos sobem para, em média, 37,5 meses, enquanto os juros diminuem para 18% ao ano. O ano de 1910 também se apresenta atípico para o capitalista: seus prazos giram na média de 36 meses, enquanto os juros regridem ainda mais, sendo em

média de 14,25% ao ano. O quadro seguinte demonstra que, no período em que o Domingos Martins Ribeiro emprestava dinheiro, o preço do café passava por uma fase de queda, o que explica o aumento dos juros e a diminuição dos prazos concedidos. Incertezas no pagamento deveriam assustar o indivíduo que dependia unicamente dessa atividade para sobreviver, pois as altas de preços do produto para o período coincidem com o aumento dos prazos e diminuição dos juros. Nesses períodos, as certezas de ganhos eram maiores, o que tornava as atividades financeiras de créditos mais seguras.

Quadro 6 - Preço médio do quilo do café (1895 – 1907)

Ano	Valor (em mil-réis)
1895	1$348
1896	1$296
1897	$926
1898	$838
1899	$803
1900	$882
1901	$562
1902	$400
1903	$500
1904	$637
1905	$487
1906	$460
1907	$377

Fonte: IPEADATA. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. Acesso: 20 out. 2018.

Relativo aos bens que seus devedores hipotecavam, podemos perceber a predominância de fazendas, chácaras e sítios. Das 37 hipotecas levantadas, 21 estavam relacionadas com imóveis rurais e o restante com imóveis urbanos. Dos imóveis relacionados ao meio rural, 18 possuíam pés de café, tendo, o menor deles, o número de 4.000 pés, e o maior 110.000 pés de café, ou seja, situavam-se na faixa de pequenos e médios produtores. Uma das hipotecas urbanas estava relacionada ao café: o devedor

hipotecou diversos imóveis na Villa Bonfim, contendo, em seu interior, maquinários completos para beneficiar café.

Os valores emprestados não eram altos, entretanto, as garantias oferecidas em trocas deles eram sempre superiores. Como na hipoteca de 1904, em que os devedores Quirino Alves Pereira e Gertrudes Alves Pereira, em troca do valor de 10:000$000, deixaram como garantia: a) uma propriedade agrícola denominada Rio Pardo, localizada na Fazenda Ribeirão Preto Abaixo, possuindo 55 alqueires, 3 casas duplas para colonos, 20.000 pés de café, pastos e todas as benfeitorias existentes; b) uma chácara na estrada até Villa Bomfim. Neste caso, o prazo oferecido foi de 12 meses a juros de 18% ao ano. Foi possível notar que o perfil dos empréstimos realizados por ele, em geral, direcionava-se para pessoas de poucas posses, ou mesmo que tinham construído seu patrimônio recentemente. Eram, portanto, em sua maioria, pequenos e médios cafeicultores.

Finalmente, através do percurso proposto por este estudo, percebemos que uma série de atividades ligadas ao núcleo econômico central, o café, desenvolveram-se enquanto avolumavam-se os pequenos e médios proprietários, atraídos pelo negócio do café. Conforme cresce a importância desses sujeitos, uma intrincada rede econômica constituía-se, e, a partir de então, formou-se uma rede de negócios que atendia aos pequenos e médios cafeicultores, ligando, assim, diversos circuitos econômicos e gerando uma coerência em que cada parte se complementa, as quais procuramos desvelar. Assim, enquanto diversos indivíduos ocupam suas terras com o café, vai se formando um comércio voltado ao abastecimento de alimentos e bens básicos, que já não podem ser produzidos nessas terras. No meio disso tudo, surge a figura dos emprestadores ou capitalistas, que irrigam a economia com os capitais necessários à expansão dos negócios e atividades produtivas. Esse intrincado sistema torna-se cada vez mais complexo à medida que os pequenos e médios cafeicultores começam a adensar seus números, enquanto os grandes enfrentam longas crises e cedem espaço para tais indivíduos. Neste contexto é que vamos perceber as estratégias de inserção, manutenção e diversificação dos indivíduos de poucas posses, que buscavam na atividade cafeeira estabilidade e rendas maiores.

Considerações finais

Através dos casos analisados, apresentamos a dinâmica econômica que se formava junto aos pequenos e médios cafeicultores, conforme ocorria o adensamento deste grupo e sua posição numérica aumentava frente os grandes cafeicultores, principalmente a partir de 1916. Percebemos um acesso maior à terra e uma diversificação dos capitais (mesmo que a manutenção paralela de atividades econômicas fosse complicada e, por vezes, acabasse no fechamento de alguma delas) por parte de indivíduos de menor posse. De tal modo, buscamos demonstrar que, em torno da atividade principal representada pela cafeicultura, formou-se uma intrincada rede de negócios. Esta funcionava em função ou ao redor do capital gerado pelas atividades cafeeiras no período.

Como uma primeira estratégia de inserção, conseguimos perceber que, em função da diversificação de suas produções agrárias e do comércio, indivíduos conseguiram estabelecer seus cafezais. Mas, ao mesmo tempo, talvez devido ao grande ônus que a atividade cafeeira acarretava e às dificuldades de se manter um comércio, foram impossibilitados de diversificarem seus negócios, devido a diversos fatores relacionados às especificidades do uso da terra nesta atividade e aos capitais imobilizados.

Vimos, também, outra estratégia de inserção de indivíduos que não possuíam terras e operavam na área urbana, que eram comerciantes, dirigirem-se às atividades rurais relacionadas à cafeicultura. Estes, por sua vez, abandonaram, definitivamente, as atividades urbanas, dedicando-se única e exclusivamente ao café. É mister que não deixemos de apontar que esses indivíduos sofriam com a escassez de crédito e incentivos e, devido a isso, recorriam aos compatriotas ou capitalistas locais. Os últimos eram indivíduos de relativas posses, que emprestavam dinheiro em troca de certas garantias. Conseguimos, através do levantamento hipotecário, traçar um perfil desses sujeitos. As relações entre os preços do café no Brasil e as condições do crédito fornecido puderam ser averiguadas e, como consequência, percebemos que, em épocas de preços baixos, as condições de empréstimos tornavam-se mais duras, enquanto nos momentos de alta as condições abrandavam. Essa prática é reveladora de um padrão que, na época,

demonstrava as dificuldades constantes pelas quais os que queriam ascender à condição de cafeicultores enfrentavam.

Buscamos compreender e identificar a diversidade de práticas econômicas que atuavam no município de Ribeirão Preto, no período proposto. Em comum, todas possuíam algum tipo de ligação com a atividade cafeeira, o que constitui, como observamos no início deste trabalho, um verdadeiro complexo cafeeiro, que não exclui os pequenos e médios produtores, mesmo que oferecendo desvantagens a eles.

Ainda chamamos atenção para o papel do crédito, que era essencial para irrigar e dar vida a essas atividades e para as dificuldades de acesso a ele, gerando problemas, como o fechamento de estabelecimentos comerciais e a impossibilidade de ascensão econômica e social dos indivíduos.

De tal modo, diferente dos modelos que foram citados no início do trabalho, podemos apontar que as atividades econômicas relacionadas aos pequenos e médios cafeicultores no município de Ribeirão Preto foram marcados pela pluralidade. A diversidade de casos e sujeitos não nos permite categorizar os grupos apontados em um modelo estanque. Assim, a própria pluralidade de estratégias pode ser considerada como um modelo econômico local, no que se refere aos agrupamentos supracitados.

Referências

Fontes

ESTATÍSTICA... Estatística Agrícola e Zootécnica de Ribeirão Preto (1904-1905), (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1904-1905.

GUSMÃO, Manoel Aureliano de. Relatório de 1902 apresentado a Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão. São Paulo: Duprat, 1903 (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1903.

IPEADATA. Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. Acesso: 20/10/2018.

LIVRO... Livro de Imposto do Cafeeiro (1916 - 1936), (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1916 - 1936.

LIVROS... Livros de Comércio e Profissões (1890 - 1927), série incompleta, (Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto). 1890 - 1927.

LIVROS... Livros de Inscrição Especial (1877 - 1914), (1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto). 1877 - 1914.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Do gado ao café: as transformações da estrutura fundiária de Ribeirão Preto ao longo do século XIX. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n. 2, p. 173-186, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*: os jogos das trocas. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Escritos sobre a história*. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CAMARGO, J. F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaios sobre a relação entre demografia e a economia. *Boletim da FFLCH/USP*, São Paulo, 1952.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial no Brasil*. 355 fls. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1975

CAVENAGHI. Airton José Cavenaghi. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 14. n. 1. p. 195-241, 2006.

DEAN, Waren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1984.

FALEIROS, Rogerio Naques. *Fronteiras do café*: fazendeiros e" colonos" no interior paulista (1917-1937). 445 fls. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2010.

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto*: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História econômica & história de empresas*. v. 10, n. 1, p. 171-192, 2007.

____; GARAVAZO, Juliana. Comércio e Indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. In: *Associação Comercial e Industrial e Ribeirão Preto*: Um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004. p. 211-222.

MONTI, Carlo G. A trama do crédito: entre o café e o consumo conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, p. 1-19.

MONTI, Carlo G. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto*: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915). 236 fls. Tese (Doutorado em História e Cultura) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

PERISSINOTTO, Renato M. *Estado e Capital Cafeeiro*: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). 1997. 481 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estatual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto*: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887). 270 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Carlos, 2008.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 6º ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. *História econômica & história de empresas*. v. 11, n. 2, p. 31-43, 2008.

TOSI, Pedro Geraldo et al. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*. v. 65, n. 4, 2011.

_____. Crédito e pequena cafeicultura no oeste paulista: Franca/SP 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*. v. 61, n. 3, 2007.

_____. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/ São Paulo, 1890-1914. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.

ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização de rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900)* – uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. 126 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de S. *Dos coronéis à metrópole*: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Fantasmas e sonhos de modernidade: O Piauí e a retórica da integração nacional (1970-1975)[1]

Ghosts and dreams of modernity: Piauí and the rhetoric of national integration (1970-1975)

Jônatas Lincoln Rocha Franco[2]
Francisco Alcides do Nascimento[3]

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que relaciona o Piauí e os processos de modernização que ocorreram no estado, especialmente, na cidade de Teresina (PI), durante a década de 1970. Neste período, a capital experimentou em sua malha urbana, intervenções espaciais resultantes dos projetos de integração nacional e dos desejos do chefe do poder executivo local Alberto Tavares Silva, com os ideais desenvolvimentistas vigentes no país. Os discursos produzidos pelos jornais da época sobre a cidade são tomados como suporte para refletir sobre as conjunturas políticas e socioeconômicas. As fontes principais são alguns dos jornais que circulavam em sua materialidade pela cidade, como *O Estado* e *O Dia*, ambos do Piauí, e o *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Teórica e metodologicamente, o texto se ampara em reflexões e categorias de autores como: Sandra Jatahy Pesavento, Tânia Regina de Luca, Roberto Lobato Corrêa e Adrián Gorelik.

Palavras-chave: Cidade; Modernização; Integração Nacional.

Abstract

This article is part of a broader research that relates Piauí and the modernization processes that take place in the state, especially in the city of Teresina (PI), during the 1970's. In this time, a capital experimented on urban region, space interference selected for national integration projects and the wishes of the head of local executive power, Alberto Tavares Silva, with the developmental force ideals in the country. The speeches examined by the newspapers of the time about the city are taken as a support to reflect on conjunctures and socioeconomic policies. The main sources are some of the newspapers that circulate in their materialness around the city, such as *O Estado (The State)* and *O Dia (The Day)*, both from Piauí, and *Correio da Manhã (Morning Post)* and *O Estado de São Paulo (The State of São Paulo)*, from Rio de Janeiro and São Paulo, respectively. Theoretical and methodological, the text compares reflections and categories of authors such as: Sandra Jatahy Pesavento, Tânia Regina de Luca, Roberto Lobato Corrêa and Adrián Gorelik.

Keywords: City; Modernization; National Integration.

Introdução

[1] Toma-se emprestado a ideia de integração nacional como retórica a partir da leitura do texto da historiadora Tamara Rangel Vieira e Nísia Trindade Lima. Ver mais: GORELIK, PEIXOTO, 2016. p. 250.

2 Mestre em História do Brasil – PPGHB. Integra os GTs: Cidade, Tempo e Espaço; História das Ciências e da Saúde no Piauí – (SANA). E-mail: lincolnfranco1377@gmail.com

3 Doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB. E-mail: falcidesufpi@gmail.com

Comparo o exercício de escrita da História a um viajante que chega em uma estação, compra seu bilhete, dirige-se a plataforma, adentra a um dos vagões, procura um lugar e passa a apreciar a viagem. Todavia, o esforço em viajar escrevendo História não é uma aventura corriqueira, não se reduz a uma busca por respostas nas paisagens dos retratos pretéritos. Quando o atento andarilho contempla através de sua janela os vestígios decorridos, as questões que o afligem costumeiramente são originadas pelo tempo em que vive. Assim sendo, como aponta Jacques Le Goff, mais do que apreciar uma viagem para contemplar o passado, o bom historiador é o que consegue "transformar seu presente vivido em reflexão histórica" (LE GOFF, 2001, p. 16).

A proposta desse texto é fazer um convite. Convidar o leitor para uma viagem que busca refletir como foi produzido esse presente vivido. O papel da imprensa é passível de observação, com ênfase no que se refere à construção de discursos sobre os diferentes temas que perpassam dimensões, como a política - em suas variadas extensões -, como a cultura, a economia, a cidade, entre outros elementos constitutivos do cotidiano social.

A imprensa, enquanto objeto de pesquisa histórica, vem se constituindo ao longo do tempo[4]. Toma-se como pretexto os jornais de ampla circulação, na materialidade dos periódicos que circulavam na urbe, a fim de obter retratos do cotidiano citadino. Durante considerável período não houve aproximação entre história e imprensa, pois não era vista com bons olhos a construção de trabalhos oriundos dessa relação. Entendia-se que o historiador "deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo" (DE LUCA, 2011, p. 111).

Ao analisar as fontes hemerográficas encontradas no Arquivo Público do Estado do Piauí – (Casa Anísio Brito) ou na Hemeroteca Nacional, o que se desejou capturar foram os "registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões", pois, entende-se que as produções discursivas veiculadas pelos

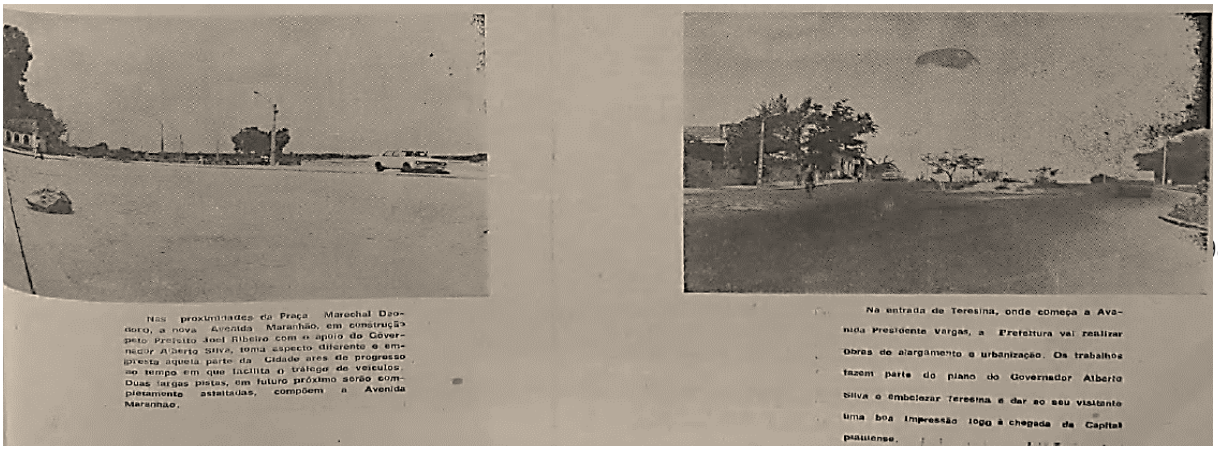
4 Para uma maior compreensão sobre os desafios epistemológicos da construção de uma história por meio dos periódicos ver: DE LUCA, 2015.

jornais auxiliam na elaboração de sentidos para o cotidiano (DE LUCA, 2011, p. 111). Se anteriormente a relação entre história e imprensa era marcada, sobretudo por receios dos intelectuais ligados a disciplina histórica que categorizavam as fontes produzidas pela imprensa enquanto "não confiáveis", após a inauguração do que se convencionou chamar de História do Tempo Presente,[5] essa junção se tornou profícua.

Cruz e Peixoto (2007) indicam que no tempo presente os historiadores incorporaram ao seu ofício a imprensa como sendo indispensável à realização de análises históricas, tanto como fontes, quanto como objeto. Essa conexão possibilita a elaboração de variados objetos históricos, como o trabalhado, de maneira resumida, neste texto. Para isso, toma-se trechos de reportagens de jornais, "por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas" (BLOCH, 2001, p. 54-55) com o desejo de perceber questões que envolvem os discursos de modernização no Piauí, da década de 1970 e como se interligavam a categorias como a política, a estrutura urbanística da cidade e de que maneira a imprensa da época publicitava esse processo.

Os discursos veiculados no dispositivo imprensa são relevantes para a escrita do texto, pois se enquadram como uma forma de representar as transformações do espaço urbano, experienciadas nesse período. As representações da cidade se revelam de forma variada, em especial pelas palavras, "escritas ou faladas". Busca-se lidar com os referentes reais da Teresina da época, tendo em consideração que ela "corresponde a tantas outras cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem obra máxima do homem, obra está que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação" (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Entre as representações e a realidade: Teresina e o fetiche moderno


Nas proximidades da Praça Marechal Deodoro, a nova Avenida Maranhão, em construção pelo Prefeito Joel Ribeiro com o apoio do Governador Alberto Silva, toma aspecto diferente e empresta àquela parte da Cidade ares de progresso ao tempo em que facilita o tráfego de veículos. Duas largas pistas, em futuro próximo serão completamente asfaltadas, compõem a Avenida Maranhão.

Na entrada de Teresina, onde começa a Avenida Presidente Vargas, a Prefeitura vai realizar Obras de alargamento e urbanização. Os trabalhos fazem parte do plano do Governador Alberto Silva e embelezar Teresina e dar ao seu visitante uma boa impressão logo à chegada da Capital piauiense.

8.

FIGURA 1: Teresina, 119 depois.
FONTE: Jornal *O Estado*. 18/08/1971, p. 5.

Fazendo menção aos 119 anos da transferência da capital da província do Piauí, de Oeiras para Teresina, a imagem escolhida para iniciar o tópico destaca o processo de modernização que o Piauí, com ênfase para a sua capital, estava experienciando naquele período, na perspectiva dos intelectuais ligados a imprensa. O artigo veiculado no jornal diário *O Estado*, no dia 18 de agosto de 1971, trouxe duas fotografias que buscavam destacar os "ares de progresso" nos espaços da cidade. Na primeira, "localizada nas proximidades da praça Marechal Deodoro" o articulista enaltece a relação do então prefeito Joel Ribeiro com o governador Alberto Silva. De acordo com a legenda, a construção da nova Avenida Maranhão "empresta aquela parte da cidade ares de progresso ao tempo que facilita o tráfego de veículos" (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5).

Monte (2010) assinala em seu texto que durante a gestão do prefeito Joel da Silva Ribeiro (1971-1975) se deu prioridade a alterações no sistema viário urbano da capital, isso explicaria a construção da Avenida Maranhão. A historiadora ainda destaca que as construções dessas avenidas seguiam as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, que havia sido publicado em 1969. Para a autora, a partir das análises realizadas, a finalidade dessas alterações no sistema viário era:

> [...] desafogar o trânsito do centro da cidade e proporcionar uma melhor fluidez ao tráfego de veículos. As obras foram iniciadas pelo Centro Cívico, com a Avenida Maranhão, que à época era composta por apenas duas quadras, uma em frente à Praça da Bandeira e a outra nas proximidades do cais do rio Parnaíba, em uma pista. O projeto para essa via de tráfego ia da ponte rodoferroviária João Luís Ferreira: a Ponte Metálica, que ligava Teresina a São Luís até a Avenida Joaquim Ribeiro, com duas pistas de rolamento (MONTE, 2010, p. 108).

No intuito de colocar o Piauí nos caminhos do desenvolvimento, após a década de 1950, deu-se início as tentativas de modernização da máquina pública, fundando autarquias estaduais como a *Centrais Elétricas do Piauí S.*A (CEPISA), *Telecomunicações do Piauí S.A* (TELEPISA), *Águas e Esgotos do Piauí S.A* (AGESPISA), entre outras. A cidade que antes era "pequena, pessimamente iluminada, possuía um deficiente e precário serviço de abastecimento d'água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação" (NASCIMENTO, 2007, p. 197), passaria por mudanças durante esses anos, ao menos, no imaginário de sujeitos como o governador Alberto Tavares Silva. O espaço urbano tornava-se palco de transformações que modificariam o seu perfil: de uma Teresina que era o retrato da pobreza e do atraso, para uma "capital moderna e desenvolvida" (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5).

Adrián Gorelik (2005) aponta que entre o início da década de 1950 e o final da década de 1970, houve condições especiais que se articularam para a produção de uma nova categoria nos estudos sobre o espaço urbano: "*a cidade latino-americana*". O autor acentua que foi durante o referido recorte temporal que essas cidades "[...] funcionaram como uma verdadeira bomba de sucção para uma série de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano, em um de seus episódios mais ricos e produtivos" (GORELIK, 2005, p. 115). Tomamos essa categoria para pensar o objeto de estudo. Teresina seria uma capital que se enquadraria enquanto uma "cidade latino-americana", conforme teorizado por Gorelik?

> Nesse sentido, a "cidade latino-americana" (como categoria de pensamento e como realidade urbana, social e cultural) não apenas ilumina aspectos pouco conhecidos desse período, como confere a eles nova inteligibilidade, oferecendo pistas de seus percursos, assinalando as instituições criadas, suas redes intelectuais e seus projetos de intervenção, como parte de um projeto histórico completo e coerente, no interior do qual talvez tenha sido formulada, com maior intensidade, a ideia de América Latina como "projeto", para retomar a formulação de Rama, um protagonista destacado desse ciclo. A "cidade latino-americana" poderia ser pensada, assim, como a peça faltante que permite entender todo esse período como um "ciclo" da imaginação social latino-americana, um ciclo que descreve um arco completo de posições: desde o

> otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical (GORELIK, 2005, p. 117).

Pode-se pensar Teresina a partir do conceito de "cidade latino-americana", não só pela sua localização geográfica, mas pelas características que a definem. Uma vez que, é a partir de análises em torno dela, com ênfase para os projetos de intervenção em sua malha urbana nesse extrato temporal, que se busca da inteligibilidade, por meio da pesquisa histórica, a contextos políticos e sociais, ou seja, a cidade passa a funcionar como uma peça que autoriza a criação de notas explicativas para a compreensão de ciclos. Conforme experienciado no Brasil da época: o ciclo desenvolvimentista, influenciado, especialmente, por ideais de integração nacional e por um "otimismo modernizador".

Dentro desse contexto, Lima e Vieira (2016) acentuam que a construção de outra cidade moderna no sertão, representaria parte significativa da proposta desenvolvimentista que circulava o imaginário nacional desde meados dos anos 1950. A cidade funcionaria como um "projeto". A edificação de uma nova capital para o país significaria, naqueles termos, a maior manifestação da capacidade de delinear o futuro, além de fortalecer o imaginário construído em torno de categorias como: integração nacional e desenvolvimentismo. Isto posto, a classe política e intelectual do Piauí se esforçaria para colocar o estado na rota do progresso.

Teresina foi projetada para ser uma urbe moderna. Teria a incumbência de atestar o progresso que o Estado experimentava desde a transferência da capital da província, ainda em 1852, "o seu traçado urbano desenvolveu-se, inicialmente, dentro de um plano rígido estabelecido em xadrez" (NASCIMENTO, 2015, p. 125). Conforme aponta Berman (1987) o que seria o padrão de planejamento ocidental desde o renascimento. Por conseguinte, o governador que intentou diligentemente cravar seu nome na história piauiense enquanto um engenheiro construtor arrogou para si, durante seu primeiro mandato (1971-1975), a responsabilidade de colocar o "estado nos trilhos do desenvolvimento" (FONTINELES, 2009, p. 139).

A cidade é palco de transformações, mudanças, construções, planos de intervenção com desejos de promover o desenvolvimento dos espaços urbanos. No

intento de tomar a cidade como um objeto histórico, surge a necessidade de captá-la em sua dinamicidade, passar a enxergá-la como um "*locus* da criatividade e das contradições" (NASCIMENTO, 2015, p. 125). Em períodos anteriores ao recorte fixado, a malha urbana de Teresina também havia sido objeto de reflexões, debates e modificações. Desde o projeto inicial do "Plano Saraiva", passando pelas mudanças propostas por intelectuais, políticos e engenheiros como Luís Pires Chaves, ainda na década de 1940, até chegar a década de 1970 e ter na *persona* do governador Alberto Silva sua principal representação, o fio que atravessou as temporalidades e que aparentemente interligou esses sujeitos foi o desejo de adequar a cidade às necessidades da vida moderna.

Se durante a década de 1940 uma das principais preocupações do então Diretor de Obras do Estado, Raimundo de Arêa Leão, era com o serviço de distribuição de água a população, na década de 1970 o governador Alberto Silva, no intuito de integrar o Piauí as práticas desenvolvimentistas nacionais, participou de um convênio de adesão do governo do Estado do Piauí ao Plano Nacional de Saneamento - PLANASA. Essa cerimônia foi divulgada pelo jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, na página do Diretor Econômico, no dia 12 de outubro de 1973:

> PLANASA – Em decorrência do convênio de adesão do governo do Estado do Piauí, ao Plano Nacional de Saneamento – Planasa, foram assinados ontem, atos que integram o município de Parnaíba àquele Plano. A cerimônia, realizada na presença do Governador Alberto Tavares da Silva, foi presidida pelos Ministros Antônio Reis Velloso e Costa Cavalcanti, contando, ainda, com a presença do BNH, José do Rego Monteiro. O Plano Nacional de Saneamento permitirá até 1980 a execução de programas de abastecimento de água aos Estados Brasileiros, beneficiando cerca de 65 milhões de habitantes em todas as cidades do País, programas esses que totalizam até o momento 4,8 bilhões de cruzeiros (CORREIO DA MANHÃ, 12/10/1973, p. 6).

Cabe ressaltar que durante o mandato de Alberto Silva houvera, concomitantemente, diversos projetos que visavam a integração nacional, como o supracitado. O PLANASA visava resolver demandas relacionadas ao abastecimento de água a estados brasileiros que eram carentes nesse setor. O Piauí se encontrava nesse quadro. Esses projetos favoreceram o representante do poder executivo local na

construção de sua imagem como governador/engenheiro/construtor. Era de seu interesse que a principal marca de sua trajetória pública fosse sua atuação como engenheiro. Fontineles (2009) aponta que o governador adotou como forma de escrituração de si a autopromoção de seu caráter técnico, o que supostamente teria norteado o seu governo. A construção de grandes edifícios, avenidas, estradas, o estádio Albertão entre outras obras, punha em destaque os impactos e transformações experimentados no cotidiano da cidade.

> A cidade de Teresina, portanto, tornou-se o palco privilegiado dos sonhos e desejos, mas também dos embates em relação aos caminhos trilhados pelo Piauí, sendo considerada a locomotiva do progresso que conduziria o Estado rumo à modernidade, como prometera outrora. Transportando os desejos, transportava também as frustrações deles advindas quando não conseguia saciá-los. Em sua condição de locomotiva exigiam-lhe que guiasse os caminhos do Estado e de sua história (FONTINELES, 2009, p. 140).

Na função de ser a locomotiva do progresso, Teresina foi transformada em cidade sensível, ou seja, "uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado" (PESAVENTO, 2007. p.14). Para Fontineles (2009), essa cidade sensível era um palco privilegiado dos sonhos e dos desejos, como também das frustrações. Isso porque o processo modernizador não pôde ser recebido sem conflitos e contradições, visto que, esse ideal de embelezamento urbano, produzido, sobretudo pelos discursos de engenheiros, urbanistas, políticos e intelectuais, "tropeçava numa realidade configurada por ruas onde se enfileiravam casebres de pau-a-pique cobertos com palha de coco de babaçu" (NASCIMENTO, 2007. p. 196).

Retornando para a segunda fotografia (figura 1) situada no início do tópico, uma outra obra é colocada em destaque. A legenda afirmava que: "na estrada de Teresina, onde começa a Avenida Presidente Vargas, a prefeitura irá realizar obras de alargamento e urbanização". A tarefa de construir estradas e avenidas, era parte de um plano maior de encurtar as distâncias,[6] permitindo com que houvesse uma facilitação e ampliação de

6 Em outros momentos a prática de "encurtar distâncias" também é interpretado enquanto modernizadora. Ver mais: NASCIMENTO, 2015.

vínculos entre Teresina e os demais municípios piauienses. O jornalista acentua que: "Os trabalhos fazem parte do Plano do Governador Alberto Silva de embelezar Teresina e dar ao seu visitante uma boa impressão logo à chegada da capital piauiense" (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5).

Duas imagens antagônicas são produzidas a partir do discurso do articulista. A primeira, uma Teresina esquecida pelo poder público durante décadas, que tinha uma imagem negativa do Piauí e que servia de anedota para os outros estados. Em contraste, havia uma cidade que estava mudando a sua feição e que representava uma "verdadeira locomotiva a rebocar 113 outros municípios piauienses" (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5). De acordo com o editorial veiculado no periódico, essas imagens foram sendo reformuladas a partir das ações de um sujeito: "[...] governador Alberto Silva, o homem que compreendeu a importância de *Teresina* e que se dispôs a dar-lhe prioridade absoluta dentro do seu plano de governo" (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5, *grifos do autor*).

Antes mesmo de assumir o governo, Alberto Tavares Silva argumentava sobre as obras que tentaria promover durante seu mandato. Em entrevista com o correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, o futuro governador oferecia indícios que demonstravam razoável entendimento sobre o clima socioeconômico desejado pelos militares na época. Em seis parágrafos publicados no OESP, Alberto Silva apontava que seu principal objetivo seria a "[...] eletrificação do Piauí, para inicialmente suprir as regiões mais promissoras do Estado, onde o governo federal aplicará recursos para irrigação e colonização" (O ESTADO DE S. PAULO, 11/08/1970, p. 5).

Dando continuidade à entrevista com o futuro governador, o articulista acentua uma das principais facetas do designado para gerir o Piauí: "Ex-superintendente da companhia de eletrificação do Ceará, sua intenção é dar um caráter técnico a sua administração, para isso aproveitando os técnicos do estado que estão servindo em outras regiões" (O ESTADO DE S. PAULO, 11/08/1970, p. 5). O texto do jornalista indica que a escolha de Alberto Silva estava em conformidade com a prática política do militar que chefiava o poder executivo nacional, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Sobre as obras relacionadas à integração nacional, o futuro governador indicou ao articulista que a construção da "Transamazônica será a 'obra de capital importância para o desenvolvimento do País, para o Nordeste e o Piauí' e que seu governo iria colaborar para sua concretização, 'fornecendo energia, por exemplo'" (O ESTADO DE S. PAULO, 11/08/1970, p. 5). O discurso de Alberto Tavares Silva salientava que o Piauí desejava fazer parte da concretização dos desejos desenvolvimentistas propagandeados pelo governo federal.

A Teresina da década de 1970 é tomada enquanto um espaço urbano "articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas" (CORRÊA, 1995, p. 11). Essa cidade passou e passa por constantes alterações, sendo ela própria decorrência de ações acumuladas através do tempo, um tipo de palimpsesto. Atos que são, conforme destaca Corrêa (1995), engendrados por figuras que produzem e consomem o espaço urbano, esses agentes sociais são concretos e seus atos só podem ser analisados tomando o contexto em que estão inseridos, pelo seu caráter complexo.

> A complexidade das ações dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas de espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1995, p. 11).

Alberto Tavares Silva, que havia sido escolhido para gerir o estado do Piauí, foi caracterizado enquanto um agente social capaz de pôr em prática os constantes processos de reorganização espacial. O ínterim em que o governador tomou posse, coincide com um período em que a economia brasileira passava por mudanças. E o governo brasileiro da época, com o intuito de integrar a nação, criou inúmeros projetos de desenvolvimento nacional, o que favorecia um considerável número de investimentos, privilegiando regiões que estavam sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As mudanças econômicas desse período se referem, em grande medida, ao que Francisco Oliveira definiu como "polêmicas sobre o caráter modernizador e impulsionador do crescimento econômico das ditaduras latino-americanas no século XX" (OLIVEIRA, 2004, p.119). Ainda que não desejemos aprofundar as características dos modelos econômicos dos regimes, cabe destacar que as ditaduras na América Latina, incluindo o "milagre brasileiro", tiveram um papel de destaque no crescimento econômico de seus respectivos países. No caso do Brasil, o regime militar usou da "repressão e coerção estatal no grau máximo, utilizando todas as formas de conversão de riqueza pública em capital" fazendo um exercício de estatização da economia, "ampliando o parque produtivo de propriedade estatal desde a Petrobras e Vale do Rio Doce para a Eletrobrás" (OLIVEIRA, 2004, p. 120).

A lógica do modelo posto em prática durante o regime civil-militar brasileiro passava, necessariamente, pela centralidade do papel do Estado na economia. Era imperativo, na visão dos ministros do regime, revigorar e ampliar as empresas estatais, para que pudessem funcionar "como uma base de lançamento de títulos e empréstimos no exterior", em resumo: essa faceta centralizadora dos governos militares tinha como finalidade internacionalizar a economia brasileira, fazendo com que a acumulação de capital fosse irreversivelmente externa (OLIVEIRA, 2004). Esses fatores favorecem a compreensão das políticas desenvolvimentistas praticadas durante o regime. Os avultosos valores obtidos por via de empréstimos externos para a promoção de obras de integração nacional, amplo investimento em construções de rodovias, hidroelétricas, universidades, desejavam difundir a sensação que o Brasil estava na rota do desenvolvimento.

O Piauí, com especial destaque para sua capital, passou a experimentar desse fetiche moderno ou desenvolvimentista em voga no Brasil da época. No texto de comemoração dos 119 anos da cidade, o jornalista mencionado anteriormente afirmou que "Teresina encontrava-se no início de um novo e mais intenso surto desenvolvimentista":

> O progresso de Teresina, para ter sua rapidez dimensionada com maior clareza, deve, ao nosso entendimento, ser observada de pouco tempo até agora. Digamos: de dez ou quinze anos atrás até os dias atuais. Com efeito, no fim dos anos 50 e no começo da década de 60 a capital piauiense não contava com certas comodidades e sintomas de progresso, como, por exemplo, uma boa rede telefônica, aeroporto, e estação de passageiros modernos, vida noturna, praças e avenidas atraentes, e uma variedade razoável de clubes sociais. Água e energia elétrica abundantes eram igualmente desconhecidos, para não falar em asfalto e transportes interurbanos. Tudo o que aí está citado marca presença em Teresina, cujo aumento da população não se processou isoladamente: foi, como vem sendo, acompanhando de um desenvolvimento que se não é ideal parece aproximar-se, pelo menos agora, de um nível satisfatório. Expandiu-se a industrial, assim como o comércio. O crescimento vertiginoso da cidade nos dois ou três últimos lustros já lhe confere um aspecto legítimo de capital, ares de cidade viva, moderna, atualizada com o avanço tecnológico, que permite aos seus moradores até mesmo acompanhar as aventuras cósmicas do homem fenômeno insuspeito até bem pouco tempo atrás (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5).

O articulista do jornal *O Estado* atestara que os sintomas de progresso eram vistos nas diferentes dimensões do cotidiano teresinense da década de 1970. O que antes não poderia ser contemplado no espaço urbano, como rede telefônica, aeroporto, água, energia, asfalto e transportes interurbanos, a partir do plano de governo, a capital teria acesso a esses que eram os "aspectos legítimos de capital, ares de cidade viva, moderna e atualizada". Percebe-se, na prática discursiva do jornalista, um desejo de atribuir a Alberto Silva todas as transformações experienciadas pelos habitantes da capital.

> Ao comemorar seu 119° aniversário, Teresina encontra-se no início de um novo e mais intenso surto desenvolvimentista, como se comprova pela rapidez com que estão sendo atacadas obras de elevada importância. Hoje, justificam-se mais do que nunca as esperanças do povo teresinense, esperanças que em tempos que já se foram, beiraram o esmorecimento e o desânimo, mas hoje empolga a todos a certeza de que o próximo aniversário da cidade a encontrara ainda mais desenvolvida, com uma nova face e habitada por um povo mais confiante e feliz (O ESTADO, 18/08/1971, p. 5).

A capital do Piauí seria palco de "múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas" (NASCIMENTO, 2007. p. 1). O jornalista era enfático ao apontar que a capital locomotiva experimentava em sua malha urbana o mais intenso surto desenvolvimentista. Conforme o articulista, essas obras fizeram renascer as esperanças dos teresinenses, com indicações que a cidade continuaria a se desenvolver gradativamente. Outros periódicos da época

também tratavam com ênfase o crescimento de partes da cidade, destacando com frequência a força política do representante do poder executivo local.

Os discursos desenvolvimentistas se espalhavam por inúmeras reportagens veiculadas pelos jornais diários teresinenses. Da mesma maneira, regiões da cidade passavam a refletir o processo de modernização através de suas construções, abertura de avenidas, processos de asfaltamentos e pavimentações, não apenas em Teresina, como também em outros municípios do Estado. Os textos nos jornais veiculavam esses discursos oficiais, que elogiavam as ações do governo e tinham como intenção pôr em evidência essa modernização e progresso que o Piauí supostamente estava experimentando.

> Para que se tenha uma ideia da sobrecarga - como pode se dizer - arrolada pela Secretaria de Obras Públicas dentro do esquema de plano e ação que bem caracteriza a nova dinâmica governamental do Piauí, damos aqui uma síntese do que se realizou e do que continua em ritmo de realização além das perspectivas que se somam ao árduo trabalho com a entrada de 1972. Para o governo Alberto Silva, o estágio de 1971 foi apenas o início de um grande trabalho que está programado para o Piauí (O DIA, 1,2 e 3/01/1972, p. 3).

Tomando por exemplo a atuação da Secretaria de Obras, que nos discursos veiculados pelo jornal tinha um papel atuante na construção de uma Teresina que se pretendia moderna, "pois foi escolhida como principal vitrine das ações governamentais nos dois mandatos de Alberto Tavares Silva na condição de governador do Estado do Piauí" (FONTINELES, 2009, p. 138-139), o articulista do jornal *O Dia* chegou a afirmar que a Secretaria de Obras Públicas estava sobrecarregada de tanto trabalho. O texto remete outra vez à figura de Alberto Silva enquanto o principal responsável pela nova dinâmica governamental experimentada no Piauí nos primeiros anos da década de 1970. Para concluir, o jornalista apontou que o ano de 1971 teria sido apenas um estágio para o então governador, já que os anos seguintes seriam de ainda "mais trabalho e desenvolvimento para o Piauí" (O DIA, 1,2 e 3/01/1972, p. 3).

Os redatores enalteciam a capacidade de gerência de Alberto Silva. "O Albertão em 18 meses, é a grande prova da capacidade de trabalho da Secretaria de Obras Públicas" (O DIA, 1,2 e 3/01/1972, p. 3). A construção do estádio que acabou levando o

nome do governador se tornou um dos marcos desse processo de modernização que a cidade estava vivenciando. Não só pela sua grandiloquência, como também pela rapidez em que foi construído. A figura 2, a seguir, apresenta a maquete do estádio e foi veiculada por um jornal de ampla circulação em meados dos anos 1971. Cerca de dois anos depois, um gigante de concreto foi levantado na capital e o Piauí passou desejar ainda mais participar dos campeonatos nacionais. Destaca-se que todos esses anos ainda estavam tomados pela euforia resultado da conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira nos anos 1970, e o futebol foi um elemento utilizado para aplacar, ou disfarçar as contradições do período de chumbo da ditadura civil-militar no Brasil. Sobre a feitura e financiamento do estádio, Monte assinala contradições que são pertinentes para as análises aqui promovidas:

> É perceptível, naquele contexto, que construções suntuosas como o estádio Albertão, com suas formas modernas e de uma arquitetura arrojada, visível, pela sua grandiosidade, de diversos pontos da cidade, eram tidas como ícones da modernidade, embora carregassem consigo os traços de um modernismo que emerge do atraso e do subdesenvolvimento. Na década de 1970, acentuou-se ainda mais a dependência financeira do Estado aos investimentos federais, tanto para a construção de obras quanto para o financiamento do deficit corrente, ou seja, a máquina administrativa. Na euforia desenvolvimentista, obras como o Albertão não foram financiadas pelo Governo federal, o qual foi construído com recursos do Estado, que não dispunha de finanças para tamanho empreendimento, desse modo, permanece sua construção, até os dias de hoje, inacabada (MONTE, 2010, p. 105).

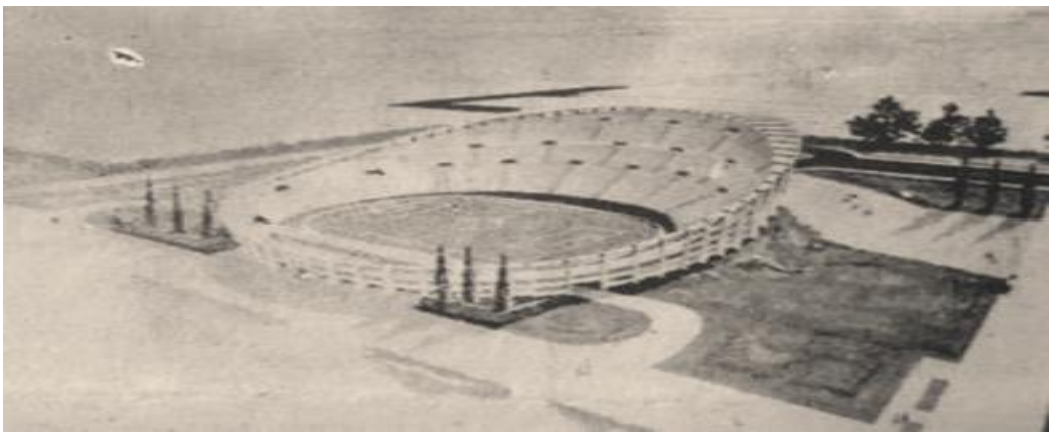


FIGURA 2: Maquete do Estádio de Futebol Albertão.
Fonte: Jornal *O Estado*, 14 de agosto de 1971, p. 5.

A construção do estádio de futebol traz em si pontos pertinentes às análises aqui promovidas: a elaboração da imagem do governador Alberto Silva e o desejo de se autopromover enquanto um "técnico na política". Grandes construções como o estádio levaram o seu nome. E isso o vinculou no imaginário político da cidade. Outro relevante aspecto era a maneira que esses acontecimentos eram retratados pela imprensa. O dispositivo imprensa funcionou como enunciador de certa vontade de verdade (FOUCAULT, 1996), que pode ser definida a partir da análise dos discursos elaborados por sujeitos que se encontravam integrados a lugares de poder simbólico, o que os permitia legitimar certas versões dos acontecimentos do cotidiano.

Considerações Finais

O extrato temporal que esse texto buscou se debruçar é repleto de desejos e práticas que se interligam em um enredo variado, com diferentes personagens. Uma trama na qual um dos fios que tomamos para compreender partes desse enredo é a cidade. O espaço urbano subjetivo que era desejado, imaginado, produzido discursivamente por jornalistas, engenheiros e políticos, com êxito variado. A *cidade latino-americana* é aqui pensada em conexão com o Estado, sendo palco da tensa convivência entre as representações e a realidade. A Teresina da década de 1970 foi se constituindo dentro do cenário desenvolvimentista em que o Brasil estava inserido durante a ditadura militar vigente no país, como um espaço de aplicação das agendas que sonhavam com uma modernidade tardia. A cidade também era como um motor das mudanças políticas e sociais experienciadas pelo Piauí entre finais da década de 1960 a 1975, sendo este o ano do final do primeiro mandato do governador Alberto Tavares Silva.

A figura do governador é considerada outro importante fio dentro da trama. Alberto Silva tornou-se sinônimo do empreendedorismo experimentado pelos piauienses

durante seu mandato entre anos de 1971-1975. Escolhido pelo seu caráter técnico, o "modernizador do Piauí" se utilizou politicamente da faceta de engenheiro para gravar seu nome nos anais da história recente da política piauiense. "O engenheiro na política ganhou visibilidade e passou a ser um atributo reivindicado por ele após décadas de atuação efetiva nos cenários políticos piauiense e nacional" (FONTINELES, 2016, p. 124).

Outro fio que precisa ser levado em conta na fabricação dessa trama histórica é a imprensa. Os discursos produzidos e veiculados por meio dos jornais da época, auxiliam, em nosso entendimento, de maneira decisiva na construção de uma cidade imaginária. O imaginário é conceituado por Sandra Jatahy Pesavento (2007), como um motor da ação humana, um agente fundamental na atribuição de significados a realidade. Aquela cidade palco do progresso, da modernidade e do desenvolvimento que era veiculada nos periódicos seja do Piauí ou do Rio de Janeiro ou São Paulo condiziam com as cidades reais, visuais, concretas e tácteis? Pesavento alerta sobre o poder dessas cidades que são frutos do pensamento:

> [...] trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais 'reais' à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto (PESAVENTO, 2007, p. 14).

As cidades publicizadas nos periódicos foram capazes de se apresentar de forma mais "real" do que seu referente urbano material? Possivelmente para uma elite que desejava a tão sonhada modernidade. O progresso e o desenvolvimento colidiram com a crueza da realidade de pobreza experimentada pelas maiores parcelas da população piauiense. Os ideais econômicos imaginados e propagandeados pelos governos autoritários do regime militar levaram à "concentração de riqueza e do capital, amplificando o padrão desigualitário de distribuição de renda" (OLIVEIRA, 2004, p. 123).

Analisar os processos de modernização nas cidades e o ideal desenvolvimentista em voga no país pós-década de 1960 é relevante para promover uma compreensão fragmentada sobre as conjunturas políticas, econômicas e sociais através da cidade. Objeto que é ao mesmo tempo real e imaginário. O fantasma moderno presente no

continente americano desde o violento processo de colonização promovido pelos europeus, ainda reverbera enquanto uma espécie de colonialidade de poder e saber, para citar Aníbal Quijano (2005). Isso, presumivelmente, aponta para os desejos das classes políticas dirigentes e intelectuais de nosso continente que acabaram por proporcionar processos como os que foram estudados neste texto.

Fontes:

Arquivo Público do Piauí. Teresina 119 anos depois. *O ESTADO*, 18/08/1971, p. 5.

Acervo Digital do OESP. Mais energia para o Piauí. *O Estado de São Paulo*. 11/08/1970, p. 5

Arquivo Público do Piauí. Maquete do Estádio de Futebol Albertão. *O Estado*, 14/08/1971, p. 5.

Arquivo Público do Piauí. DER aceita o desafio de e começa a asfaltar o Piauí. *O DIA*, 1,2 e 3/01/1972, p. 3.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. ABREU, Alzira Alves. *SUDAM*. Verbete Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo> acessado em 20 dez. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. MASCARENHAS, Lícia. NETO, Sydenham Lourenço. *SUDENE.* Verbete Temático. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo> acessado em 20 dez. 2018.

Hemeroteca Nacional. PLANASA. *CORREIO DA MANHÃ*, 12/10/1973, p. 6.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução – Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: _____. *História:* a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Curitiba: Prismas, 2017, p. 19-39.

BEBARIDA, François. Tempo presente e presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 219-229.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar:* a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 215-218.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, 2007, n. 35, p. 253-270.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1995. 3ª Ed.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *História do Tempo Presente.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. 2.ed., I° reimpressão, p. 111-154.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Edições Loiola, 1996.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O Recinto do elogio e da crítica*: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

_____. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonâncias na história. *MÉTIS*: história & cultura, 2016, v. 15, n. 30, p. 111-127.

GORELIK. Adrián. A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, 2005, v. 17, n. 1, p. 111-133.

LIMA, Nísia Trindade, VIEIRA, Tamara Rangel. Brasília: una ciudad modernista en el sertón. IN: GORELIK, Adrián; PEIXOTO. Fernanda Arêas (orgs.) *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editora, 2016.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia.* São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

MONTE, Regianny Lima. A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI-PPGHB, Teresina, 2010.

NASCIMENTO. Francisco de Alcides. *A cidade sob o fogo*: modernização e violência em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. 2 ed.

_____. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, 2007, v. 27, n. 53, p. 195-215.

OLIVEIRA, Francisco. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). *O Golpe Militar e a Ditadura*: 40 anos depois (1964 - 2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 117-124.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, ANPUH, 2007, vol. 27, n. 53, p. 11-23.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 1° ed.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1995.

A participação popular na transição socialista em Cuba através dos *Comités de Defensa de la Revolución* (1960-1975)

People's participation in the socialist transition in Cuba through the *Comités de Defensa de la Revolución* (1960-1975)

Rhenan Pereira Santos[1]

Resumo

A participação popular cumpriu um papel fundamental na sobrevivência do processo revolucionário cubano iniciado em 1959. A vanguarda revolucionária, representada nas figuras de Fidel, Raul, Che e Camilo, recebeu atenção de farta bibliografia, mas o mesmo não ocorreu com as dinâmicas de massa envolvidas nesse processo, fundamentais para sua compreensão. Este artigo se soma aos esforços em compreender a Revolução Cubana em sua complexidade, ao analisar a atuação dos *Comités de Defensa de la Revolución*. A pesquisa demonstrou que este foi um canal fundamental para a participação popular cubana, permitindo que a Revolução encontrasse condições de sobreviver, apesar de suas severas limitações materiais, ao se apoiar na participação ativa das massas.

Palavras-chave: Participação Popular; Transição Socialista; Revolução Cubana.

Abstract

People's participation played a fundamental part in the survival of the Cuban revolutionary process started in 1959. The revolutionary front line, represented by Fidel, Raul, Che and Camilo, received attention from vast bibliography, but the same did not occur with the mass dynamics involved in this process, fundamental to comprehend it. This article joins the efforts to understand the Cuban Revolution in its complexity, by analyzing the actions of the Comités de Defensa de la Revolución. The research found that this was a fundamental channel for Cuban people's participation, allowing the Revolution to be able to survive, despite the severe material limitations, by relying on the active participation of the masses.

Keywords: People's Participation; Socialist Transition; Cuban Revolution.

1. Introdução

No ano em que a Revolução Cubana completa seu sexagésimo aniversário, podemos nos permitir colocar este processo em nova perspectiva. Embora a Revolução tenha conquistado a atenção de muitos intelectuais e pensadores desde que emergiu em 1959, seguimos com questões em aberto. Algumas delas são novas perguntas, surgidas a partir do momento em que o presente gera renovados questionamentos quanto ao seu

[1] Doutorando, Mestre e Licenciado em História (UFRGS). Professor da Rede Pública Municipal de Canoas, RS. E-mail: rhenanpsantos@gmail.com.

passado. Outras foram objeto de repetidas análises, mas, por sua complexidade, seguem em aberto. Como a Revolução pode sobreviver? De que modo se lançaram as bases para a transição socialista em uma pequena e pobre ilha do Caribe, tão perto dos Estados Unidos da América?

Nos acostumamos a pensar a partir de dois eixos: por um lado, responsabilizamos a vanguarda revolucionária que derrotou a ditadura de Batista; por outro, atribuímos ao aporte soviético a garantia de sua sobrevivência. São questões importantes, por certo, na medida em que não desprezamos a ação do indivíduo na história e seria tolice ignorar o impacto que a segunda maior potência de seu tempo desempenhou. Ainda assim, estas não nos parecem ser respostas suficientes, sendo necessário buscarmos uma melhor compreensão nas múltiplas determinações deste processo e, em sua raiz, na participação das massas.

Buscamos, em nossa pesquisa analisar, o modo como se desenvolveu a participação popular durante a Revolução Cubana através da maior organização de massas deste processo: os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR). Nossa hipótese, considerando as frágeis condições materiais existentes na ilha, é a de que não seria possível compreendermos a sobrevivência da Revolução sem o suporte que ela recebeu por parte das massas cubanas. Concentramos nosso trabalho no período entre 1960 e 1975, compreendido entre os marcos da criação desta organização até o processo de implementação do sistema de *Poder Popular*, momento em que a Revolução passou por uma institucionalização das instâncias de participação política. A escolha desses marcos não foi arbitrária: nos questionamos sobre como a população poderia ter encontrado canais para sua participação política (em sentido amplo) sem que houvesse vias institucionais para tanto. A resposta foi encontrada nos CDR.

A partir desse questionamento inicial acerca de como se deu a participação popular cubana, podemos desdobrar novas perguntas. Em primeiro lugar, pensarmos em qual medida esse apoio se converteu em suporte concreto ao processo revolucionário, quais foram as suas dimensões de atuação, qual seu impacto etc. Além disso, qual a

dimensão democratizante dessa participação, de que modo ela pôde ter distribuído o poder neste período em que a transição socialista se iniciava.

2. Revisão de literatura

Os CDR têm recebido pouco cuidado por parte da historiografia, sem a atenção que mereceriam, considerando suas relações profundas na dinâmica transicional cubana. Houve aproximações a esta problemática, com graus variados de aprofundamento, mas sem que situassem os CDR como atores centrais da análise. Ainda que não pretendamos apresentar uma revisão bibliográfica exaustiva, podemos destacar algumas obras importantes e com impacto na historiografia que balizam nossa afirmação.

Bambirra (1974, p. 50-51) realizou um trabalho esclarecedor, embora seja negligenciado por parte da historiografia. A autora analisa o papel do apoio popular encontrado no campo e – aí sua contribuição mais original – nas cidades para a tomada ao poder, mostrando como as massas atuaram de forma decisiva para a vitória, sem que com isso se deixe de levar em consideração o papel da vanguarda revolucionária, personificada no Movimento 26 de Julho. Esse desenvolvimento lança luzes sobre a origem do amplo apoio popular que a vanguarda obteve após suas vitórias iniciais. Destacamos também sua reflexão acerca do caráter revolucionário que a classe média desempenhou neste processo, cumprindo um papel importante na Revolução. Embora seja um trabalho magistral, Bambirra não situa o CDR no processo.

Fernandes (2012, p. 257-316.) desenvolveu uma análise clássica sobre a Revolução Cubana, que priorizou o processo de destruição da institucionalidade burguesa e a forma como se constituíram as novas estruturas do poder revolucionário em sua transitoriedade e originalidade. Sua apresentação sobre a criação do sistema de Poder Popular e de suas principais características é muito importante para entendermos melhor essas dinâmicas. Mas, talvez, por enfatizar os aspectos institucionais do processo, Fernandes deu pouca ênfase para a atuação cederista.

Harnecker (1976, p. 139-165) escreveu um trabalho importante sobre a

democracia em Cuba, privilegiando como fontes entrevistas *in loco* das massas em detrimento das lideranças. Embora aqui possamos encontrar um capítulo dedicado exclusivamente aos CDR, a análise é superficial, dado seu caráter de panorama, de primeira aproximação. É interessante destacarmos uma das teses centrais da autora no que diz respeito à organização dos *comités*. Para ela, os CDR se apropriaram do processo revolucionário para si a partir do momento em que assumiram muitas das tarefas transicionais que se impunham no contexto cubano. Essa questão foi central para nossa pesquisa e, ao nosso ver, foi uma hipótese que confirmamos e aprofundamos em nosso estudo.

Podemos destacar também alguns trabalhos de sínteses, como os de Sader (2001, p. 55-73), Bandeira (2009, p. 217-635) e Gott (2006, p. 216-306). A maior contribuição do trabalho de Sader foi ter destacado o fato de que a democracia foi um princípio norteador para a Revolução; e, tendo esse princípio democrático, a vanguarda acabou ganhando legitimidade frente ao povo cubano. Bandeira se debruçou fundamentalmente sobre fontes diplomáticas e, por isso, privilegia a análise a partir "de cima". É uma obra fundamental para compreender a Revolução, porém acaba tangenciando os agentes anônimos do processo. Gott traça o mesmo quadro geral dos acontecimentos, apresentando uma narrativa sobre a história cubana de muita qualidade, mas é pouco generoso quanto à participação popular.

Mesmo quando buscamos em pesquisas de fôlego ou em pesquisas mais concentradas na questão da participação popular em si, como aquela desenvolvida por Doyle (1992, p. 91-274), não encontramos uma reflexão detida sobre o papel dos CDR enquanto organização de massas. Feitosa (2000, p. 34-73) também traz uma importante contribuição para o papel da participação popular no contexto cubano, analisando como esta se desenvolveu organicamente e como, a partir dela, ocorre sua institucionalização através das Assembleias de Poder Popular. Seu trabalho, contudo, não dedica o protagonismo necessário à ação cederista, situação semelhante à pesquisa de Duarte (2013, p. 15-63), na qual não são mencionados. A autora demonstra em seu trabalho de

pesquisa como a atuação das massas foi fundamental para a reorganização do Estado cubano nos novos termos socialistas. Mesmo em publicações de síntese de autores cubanos (CIVEIRA, VEGA e LEÓN, 2005, p. 189-265), não encontramos um tratamento adequado aos CDR, considerando o papel chave que a organização cumpriu na história cubana, como desenvolveremos melhor neste trabalho.

Essas ausências não retiram o mérito desses e de outros trabalhos que se debruçaram sobre o processo em questão; todos com importantes contribuições para que pensemos acerca da construção da participação popular em Cuba. Entretanto, a falta da análise dos CDR nos deixa uma lacuna importante, dificultando-nos a leitura adequada da totalidade desse processo. Dito isso, confirmamos a importância de que elegêssemos os *comités* como foco de nossa análise, com o objetivo de ampliar o conhecimento em torno da complexidade de atuações e agentes da Revolução Cubana.

3. Fontes

Nossa pesquisa lançou mão das *Cronologías para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*, trabalho desenvolvido por José Antônio Gell Noa (2007, p. 1-111; 2008, p. 1-308; 2009, p. 1-191). Utilizamos, dado nosso recorte temporal, os três primeiros volumes, dedicados ao período compreendido entre 1959 e 1980. A estrutura da obra se organiza de modo a apresentar as ações cederistas ocorridas em cada dia, acompanhadas de eventos históricos que o autor compreendeu serem relevantes ou relacionados. Essas ações, naturalmente, foram selecionadas entre aquelas que Noa compreendeu serem passíveis de destaque, que mereciam ser lembradas, mas é interessante observar que mesmo atividades bastante rotineiras e cotidianas, como a limpeza de calçadas, são descritas. O trabalho tem uma intencionalidade bastante clara, conforme observamos nesta passagem:

> no espere el lector hallar en este libro un análisis histórico de la vida y la obra de los Comités de Defensa de la Revolución, no es el caso, aquí encontrarán una

> cronología de acontecimientos, con una rigurosa fidelidad a las fuentes primarias que propician la información y que además están debidamente referenciadas; se trata, por tanto, de una especie de apuntes para posteriormente escribir la historia (NOA, 2007, p. II).

Não podemos, por certo, tomar essa afirmação em sua literalidade, mas a amplitude do material deixa clara a sua relevância. Sobretudo, quando levamos em consideração a dificuldade que pesquisadores estrangeiros encontram para obter acesso a documentos na ilha, conseguimos tocar indiretamente esse acervo através das *Cronologías*. Além disso, o fato de este já ser um trabalho de sistematização inicial sobre uma questão que praticamente não foi abordada pela historiografia nos permite avançar mais a fundo na reflexão e dar conta de um período relativamente amplo de tempo.

Noa é integrante da *Dirección Nacional* dos CDR desde 1975; isso, em certos termos, torna essa uma fonte oficial, exigindo cuidados particulares ao ser analisada. Naturalmente, não acreditamos que qualquer tipo de fonte possa ser considerada como verdadeira em si, sempre exigindo mediações teóricas específicas para cada caso, conforme suas características internas. Da mesma forma que uma história escrita tomando fontes oficiais como único caminho para a verdade é algo que pertence há uma vertente historiográfica há muito enterrada no tempo, desprezar esse tipo de material por seu caráter oficial é uma conduta inaceitável para a produção do conhecimento em nosso ofício.

Uma noção que nos foi cara para esta análise é a de *originalidade*. A Revolução Cubana não surgiu como um todo estabelecido, mas se construiu no decorrer do processo transicional. Como revolução democrático-burguesa, encontrou seus limites em seu próprio programa e tornou-se revolução socialista, única forma de conseguir atingir os anseios populares que buscava dar conta. Foi uma experiência, em certo sentido, caótica e criativa. Essa é uma compreensão fundamental para se apreender o aparecimento e o desenvolvimento dos CDR, porque eles não surgem como organização a partir de um modelo, mas como resposta historicamente concreta para uma série de demandas que surgiram durante a Revolução, como meio para resolver parte de suas

contradições. Exemplo disso é o fato de que, ainda que não sejam uma organização de tipo conselho tal como estes apareceram na história – na forma como Martorano (2011, p. 49-59) nos definiu, uma organização que agrega a luta econômica e política em si, da tomada ao poder até os seus desenvolvimentos subsequentes, formada pelo conjunto dos trabalhadores associados, – os CDR cumpriram muitas de suas tarefas para o contexto cubano, inclusive agindo em favor de uma maior e mais ampla democracia.

É fundamental salientarmos o peso imposto pelos condicionantes históricos: a experiência cubana precisou conviver com uma série de contradições que limitavam e radicalizavam seu processo. Internamente, uma sociedade cindida pela luta de classes; além disso, uma economia de tipo dependente, com todas as suas restrições; por fim, a agressão constante do imperialismo estadunidense. Precisamos considerar esses três aspectos para que se possa fazer uma correta avaliação da Revolução. Como lembrou Ayerbe (2004, p. 119), "nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em clima de permanente conflito, que é justamente o mais favorável ao fortalecimento das tendências autoritárias existentes".

Partindo das perguntas que propomos, refletindo nos marcos da dialética do conhecimento histórico, tal como formulada por Thompson (1981, p. 54), temos o seguinte quadro: a Revolução Cubana foi protagonizada por sua vanguarda, embora tenha recebido um apoio fundamental das massas para sua vitória. Esse processo foi dinâmico e as condições históricas colocaram novas demandas, que radicalizaram a Revolução rumo ao socialismo como única alternativa para o atendimento de seu projeto. De um modo geral, considera-se que o poder permaneceu concentrado nas mãos da vanguarda, que pouco fez para que houvesse maior participação popular até 1976, quando é implementado o sistema de *Poder Popular*. Foi esta a tese colocada em relação com as determinações empíricas, o caso concreto dos CDR, que apresentaremos a seguir.

4. Os *Comités de Defensa de la Revolución*

Os CDR surgem na noite do dia 28 de setembro de 1960, em um contexto de violentas agressões do imperialismo. Em discurso, Fidel Castro convocou o povo cubano para que organizassem comitês de vigilância por todo o país, assegurando que a sobrevivência da Revolução dependia do apoio e da participação ativa das massas. Estes comitês deveriam organizar a resistência contra possíveis agressões diretas e combater a quinta-coluna, grupos internos que, com ou sem apoio do imperialismo, pretendiam sabotar e destruir a Revolução a partir de dentro. Essa tarefa era bastante complexa: encontravam-se situações de desabastecimento, causadas, entre outras razões, pela ocultação de mercadorias, como tentativa de desestabilizar o processo; sabotagens eram frequentes, sobretudo com a explosão de bombas; houve ao menos uma tentativa de desembarque de tropas mercenárias; além disso, contrarrevolucionários se organizavam a partir da serra do Escambray; finalmente, uma série de pequenas dificuldades cotidianas se impunha para a sociedade cubana, na medida em que o aparelho estatal anterior era destruído, fazendo com que mesmo a limpeza urbana fosse dificultada (NOA, 2007, p.146). O processo transicional revolucionário, portanto, não se deu sem contratempos operacionais e burocráticos.

A partir desse contexto, podemos concluir que os CDR surgiram como uma resposta a uma situação concreta desfavorável para a Revolução. Após a tomada do poder, seguiu-se um período de longa e aguda instabilidade, causada pelas dificuldades da tentativa de destruir o entulho autoritário da ditadura de Batista e, posteriormente, parir um novo tipo de sociedade, além dos sistemáticos esforços para que este intento fracassasse. Era notável que todo o processo corria risco de chegar a um fim prematuro se não houvesse a formação de uma base de sustentação que concedesse certa estabilidade para a construção deste novo poder. O caminho encontrado foi delegar para a população essa tarefa. Esse foi o modo encontrado pela sociedade cubana para conseguir superar as imensas dificuldades materiais que se encontravam naquele contexto, e que a vanguarda por si só não seria capaz de superar.

Todavia, seu papel inicial, tal como a organização havia sido concebida, era

francamente repressivo. Os CDR deveriam ser um sistema de *vigilância*, deveriam repetir aquilo que a vanguarda revolucionária fizera para chegar ao poder, em uma escala mais ampla e em uma temporalidade imprevista: os CDR deveriam combater a contrarrevolução. Ao analisarmos as fontes, percebemos que os *comités* adquiriram certo caráter heroico, como se mantendo continuidade das lutas revolucionárias que permitiram que a vanguarda revolucionária chegasse ao poder e derrotasse a ditadura de Batista. Nesse sentido, seus integrantes vivem a experiência de lutar pela Revolução em um novo contexto, reexperenciando essa dinâmica.

Mas se surgem como um sistema de vigilância, de caráter repressivo, as necessidades históricas da Revolução fazem com que a sua atuação se amplie, sendo desdobrada em outros aspectos, outras dimensões. Essa foi uma das marcas da originalidade desta organização, fazendo com que ela multiplicasse sua agência para muitas dinâmicas da vida em sociedade. Iniciamos nossa pesquisa concentrados na vigilância revolucionária em sentido estrito, repressivo, mas o desenvolvimento de nossa análise obrigou a ampliação de nosso foco (SANTOS, 2017, p.114-119). Trataremos delas adiante.

4.1. Considerações acerca da violência revolucionária: o caso de Playa Girón

É fundamental que reflitamos, ainda que brevemente, acerca da violência revolucionária em si, de modo que possamos estabelecer parâmetros sólidos para a análise, escapando de concepções excessivamente idealizadas. Dito isso, é importante levar em consideração que esse aspecto repressivo não deve ser encarado como uma opção dos agentes envolvidos *per se*, mas como parte das dinâmicas envolvidas no contexto da transição socialista. Esse é um processo intrinsecamente violento, porque pressupõe a destruição das estruturas que asseguram o poder da burguesia e esta classe, por óbvio, não abandonaria sua posição de forma pacífica (ou a própria revolução não seria necessária). Conforme sustentou Serge:

> A Revolução não escolhe armas. Traz para a arena ensanguentada as armas que a História forjou, aquelas que acabam de cair das mãos de uma classe dirigente vencida. Ontem, para reprimir os explorados, a burguesia necessitava de um forte aparelho repressivo: hoje, os proletários e os camponeses também precisam de um forte aparelho de repressão para destruir a resistência final dos exploradores expropriados, para os impedir de recuperar o poder, para os obrigar à abdicação permanente dos seus privilégios (SERGE, 2001, p. 274).

Em termos gerais, algum grau de violência é inevitável ao processo revolucionário e as experiências históricas, da tomada burguesa na França de 1789 à Revolução Russa de 1917, dão respaldo para essa afirmação. A Revolução Cubana não surgiu em um vazio histórico, mas no interior de determinações específicas e altamente violentas, gestadas na ditadura de Batista e sob um sistema de capitalismo dependente. O uso da força por parte dos CDR não parece ter sido, além disso, arbitrário. É o caso quando analisamos sua atuação no contexto à invasão de Playa Girón.

A invasão de Playa Girón foi uma tentativa fracassada, organizada por grupos anticastristas, de derrubar o poder vigente a partir da constituição de uma cabeça de praia na região que se apresentasse como governo legítimo. Essa cabeça de praia funcionaria como foco a partir de onde a contrarrevolução se espalharia e encontraria uma base sólida de apoio. A invasão recebeu o apoio direto dos Estados Unidos, tanto materialmente, quanto com o treinamento das tropas que participaram da operação, realizado através da Agência Central de Inteligência (CIA). Seu envolvimento foi tão íntimo que as consequências do fracasso para o governo estadunidense foram trágicas, repercutindo internacionalmente como um grande fiasco. Entre 1500 e 1800 homens foram enviados para o desembarque, iniciado em 17 de abril de 1961. Apesar disso, 72 horas depois, as tropas contrarrevolucionárias foram derrotadas, com um saldo de 114 mortos e aproximadamente 1200 presos (FARIAS, 2008, p. 118-121; BANDEIRA, 2009, p. 295-315).

A vitória pró-Castro se deu, fundamentalmente, por dois fatores. Em primeiro lugar, pela rápida organização de tropas na região onde se previa que fosse ocorrer o desembarque, muito superior aos contingentes invasores. Em segundo lugar, e nesse

ponto chegamos na reflexão pretendida com nossa pesquisa, graças ao esforço sistematizado por parte da população cubana em "redobrar a vigilância" no país, impedindo que as convulsões internas, que eram planejadas como forma de apoio à invasão, tivessem sucesso. Nesse ponto, a atuação dos cerca de 8.000 membros do CDR teve um imenso destaque, com a prisão de milhares de pessoas e a captura de uma grande quantidade de bens de primeira necessidade que estavam escondidos.

A condição essencial para o sucesso da invasão passava pelo surgimento de uma revolta generalizada contra Castro. Nessa perspectiva, é possível identificar certa iminência do fracasso, na medida em que as bases sociais para uma contrarrevolução interna já haviam sido destruídas e graças ao grande apoio que o governo revolucionário recebia da população. Neste sentido, a criação dos CDR foi fundamental para que existisse um amplo e organizado aparelho de vigilância, impedindo a formação de uma possível "quinta coluna" que servisse de base para a derrubada de Castro e desarticulando a oposição interna já existente.

A atuação cederista foi de duas ordens. Em primeiro lugar, prestando apoio para as tropas cubanas que repeliam o ataque, agindo na retaguarda. Os membros dos *comités* levaram mantimentos, organizaram o atendimento de feridos, prepararam comida e realizaram todo tipo de atividade logística, não havendo, contudo, referência de participação em combate (NOA, 2007, p. 67). Além disso, os CDR tinham a missão de combater a quinta coluna, derrotar o inimigo interno que pudesse prestar apoio aos invasores. O fato de que os *comités* já estavam estabelecidos há certo tempo permitiu que esta rede popular de suporte à Revolução estivesse relativamente pronta para ser disparada, capturando contrarrevolucionários e desbaratando a rede de apoio que havia sido preparada (NOA, 2007, p. 67-69).

Retornando à questão da violência revolucionária, podemos usar esse contexto para analisar a forma como os CDR se portaram. Os relatos presentes na fonte parecem apontar para uma certa preocupação com os possíveis inimigos, ainda que a sanha popular fosse francamente favorável ao uso de uma maior força.

> A pesar de que nuestro deseo era otro, los atendimos bien, les dábamos comida, cigarros, chocolate. Nosotros pensábamos que muchos de los nuestros quizás ni hubieran comido un pedazo de pan en ese momento en que nosotros facilitábamos alimentos a los contrarrevolucionarios. Sabíamos que tenía que ser así, pero nos daba mucha ira. Lo hacíamos por consciência. (NOA, 2007, p. 68).

As consequências desse "batismo de sangue" para o moral dos CDR foram significativas. Em primeiro lugar, haviam demonstrado, junto do povo cubano, ser possível derrotar o gigante do Norte e seu imperialismo, e isso repercutia internacionalmente. Em segundo lugar, os CDR haviam cumprido com absoluto sucesso sua primeira grande tarefa, demonstrando que estavam aptos para garantir a defesa da Revolução. Mesmo onde houvesse um profundo desequilíbrio material das forças em questão, os *comités* podiam contrabalancear essa correlação de forças com seu grande número, com organização e uma enorme disposição para defender a Revolução. Em terceiro lugar, reproduziam o heroísmo revolucionário em um momento posterior, criando um evento fundador para afirmar a sua bravura. Se nem todos haviam participado da luta guerrilheira que depôs Batista, agora centenas de milhares de cubanos usavam seu esforço próprio para assegurar a sobrevivência do processo. A importância da atuação cederista neste evento foi imediatamente reconhecida: Fidel Castro convocou a criação de 100 mil *comités* três dias depois, com o fim de assegurar que o imperialismo encontrasse um inimigo ainda mais feroz em uma nova tentativa (NOA, 2007, p. 71).

Cumpre destacar que a dimensão dos CDR nos ajuda a compreender a capacidade de mobilização que essa organização apresentou no período em questão. Os *comités* não são pensados como organizações de vanguarda, mas como verdadeiras organizações de massa de todo o povo cubano. Sendo assim, não há a ideia de que deles façam parte "os melhores" ou "os mais preparados", mas o povo cubano em defesa de sua revolução. O processo de ingresso nos CDR não fica claro nas fontes analisadas. Nesse primeiro momento, parece ser bastante orgânico, com o povo cubano atendendo ao chamado de Fidel Castro e organizando-se autonomamente (SANTOS, 2017, p. 93-

94). Posteriormente, aparece uma estrutura mais organizada, com organizações nos níveis dos quarteirões, bairros, municípios e províncias (HARNECKER, 1976, p. 146). O crescimento do número de cederistas, contudo, parece apontar para um acesso praticamente irrestrito à organização. Embora não tenhamos obtido dados completos para todo o período analisado, na relação da população cubana e o total de cederistas, podemos apresentar um quadro parcial da primeira década dos CDR, que já nos parece suficiente para nos conferir um panorama da velocidade de crescimento dos CDR:

Tabela I

Número de membros dos CDR

Ano	CDR (total)	População cubana (em milhares)
1961	798.703	7.040.800
1962	1.119.835	7.152.100
1963	1.656.195	7.307.200
1964	1.954.546	7.508.600
1965	2.011.276	7.715.300
1966	2.201.894	7.887.300
1967	2.215.319	8.053.900
1968	*	8.201.000
1969	*	8.337.100
1970	3.222.147	8.495.400

* Não foram encontrados dados para o ano em questão.

Fonte: NOA, 2008, p.131, 137, 203 e 288. CUBA, 1974, p.10.

Mas é um erro considerar que os CDR tenham sido uma organização que reduziu sua atuação à defesa da Revolução em um sentido estrito, combatendo a contrarrevolução, conforme afirmamos anteriormente. Desde o começo, os *comités* se dedicaram a defender a Revolução em seu sentido mais amplo, apoiando o processo nas

muitas dificuldades que surgiam com o tempo. Em nossa análise, organizamos sua prática a partir de três eixos, aos quais denominamos *sistema de vigilância revolucionária*, *sistema de organização revolucionária* e *sistema de participação política revolucionária*. Essa divisão não pode ser encarada de modo artificial, como se fossem três momentos distintos da atuação cederistas. Pelo contrário, fazem parte de uma totalidade integrada e complexa, nem sempre sendo clara a divisão entre uma ou outra atividade. Para a análise, contudo, foi importante realizarmos tal abstração da realidade concreta, que permitiu sistematizarmos nossa exposição de forma mais inteligível.

4.2. Sistema de vigilância revolucionária

Como já afirmamos, a vigilância revolucionária é o objetivo que norteou a criação dos CDR, no dia 28 de setembro de 1960, sendo a partir dele que podemos compreender todas as demais práticas dos *comités*. Todo o funcionamento da organização se pauta pela premissa de assegurar a segurança do processo revolucionário e, nesse sentido, a dimensão que enfatizamos nesta seção é o seu funcionamento como defesa da Revolução em um sentido estrito. No decorrer do tempo, já em seus primeiros anos, o sentido de defesa da Revolução começa a se tornar mais amplo, dando conta de outras tarefas que também fossem fundamentais para garantir que o processo pudesse sobreviver. Mas seu objetivo como organização que vigiasse e combatesse a contrarrevolução manteve-se ativa.

Seu objetivo, em linhas gerais, foi o de organizar um sistema de vigilância por todo o país, com o fim de antecipar possíveis ações contrarrevolucionárias e, na medida do possível, combatê-las. Fazendo isso, os CDR exerciam uma capacidade de controle sobre setores contrarrevolucionários da população que o aparato estatal não teria dado conta naquele momento. É importante salientarmos o grande volume de pessoas que se mobilizam através da organização, que em 1965 ultrapassa a cifra dos 2 milhões (NOA, 2008, p. 131). Ora, considerando o apoio massivo que o processo revolucionário vai encontrar no povo cubano, é difícil pensarmos em modo mais eficiente para que se

combata os indivíduos que se organizavam de modo contrarrevolucionário do que transferindo para o próprio povo a tarefa de enfrentá-los.

As dificuldades da Revolução fazem com que esse sistema de vigilância revolucionária não fique restrito ao combate de indivíduos contrarrevolucionários, mas também se estenda para o crime comum, sem vínculos políticos. De fato, a fonte aborda a questão da "defesa da Revolução" de um modo bastante amplo, equiparando o crime comum à atividade contrarrevolucionária, repudiando toda tentativa de desestabilizar a ordem revolucionária. Desde seu surgimento como organização já podemos observar esse tipo de prática, reforçada por Fidel Castro em 1971, quando ele destacou, em discurso, que o combate ao delito comum é responsabilidade de todo o povo (NOA, 2009, p. 7). Essa nos parece uma dimensão da atuação cederista bastante interessante para o contexto latino-americano, se lembrarmos o histórico de violência que as polícias detêm na região, fruto de sua hierarquia militarizada e de uma trajetória de repressão contra os setores excluídos da sociedade. Ao compartilhar esse dever com o policial comum, os CDR potencialmente democratizam o aparato de segurança, além de cumprir uma importante tarefa transicional.

Uma questão que surge a partir dessa ponderação diz respeito ao nível de consciência necessária para que esse tipo de tarefa seja cumprido, já que não é possível falarmos de democratização da segurança se esta foi pensada a partir das velhas concepções estabelecidas pela ideologia burguesa. Não há dúvida de que socialização da segurança é uma tarefa fundamental no contexto da transição socialista, mas esta enfrenta o obstáculo de lidar com o nível de consciência de uma população que ainda está superando os marcos do capitalismo. Destacamos, na fonte, passagens em que são feitas referências ao combate de indivíduos "antissociais" *além* dos criminosos comuns (NOA, 2008, p. 213), um conceito, por certo, demasiadamente amplo. Quem são esses indivíduos antissociais? Até onde vai o risco de reprodução de antigos preconceitos neste sistema?

4.3. Sistema de organização revolucionária

Como sistema de organização revolucionária, os CDR passaram a dar conta de inúmeras tarefas que seriam, em formações econômico-sociais capitalistas, tipicamente desenvolvidas pelo Estado. Em nossa pesquisa, pudemos observar alguns eixos centrais dessa atuação: saúde; alimentação e abastecimento; educação; obras públicas e serviços; e gestão da população.

Na área da saúde, encontramos três atividades principais. Os CDR assumem a responsabilidade pelas campanhas nacionais de vacinação, o que conseguem desenvolver com bastante velocidade e sucesso logo em seus primeiros anos (NOA, 2008, p.5, 13 e 25). Além disso, foram cumpridas tarefas de caráter pedagógico, como ciclos de conferências sobre cuidados com a saúde (NOA, 2008, p.75, 231). Finalmente os CDR realizaram diversas atividades sanitárias, com caráter preventivo, como campanhas de desratização e de combate a focos de mosquitos, importantes vetores de doenças (NOA, 2008, p. 101, 109). Todas essas são, naturalmente, tarefas de apoio, de suporte à saúde pública cubana, mas condizem com os limites de um grande número de pessoas sem formação especializada. Não há referência, justamente por isso, de nenhuma atividade que exigisse, necessariamente, pessoal médico ou de enfermagem especializado, por exemplo. Os cederistas recebiam treinamento desses especialistas e, a partir dele, realizavam essas atividades de suporte que colaboraram para a melhora da qualidade de vida da população.

As atividades cederistas na área da educação foram igualmente diversas. A primeira referência encontrada foi a de realização de um censo escolar, realizando esse mapeamento em 1962 (NOA, 2008, p. 31). Observamos a criação de salas para a educação de adultos no interior dos espaços físicos dos CDR, o que certamente conferiu a esses ambientes novos significados, novas formas pelas quais a população se vinculava a eles (NOA, 2008, p. 174). Gostaríamos de destacar a formação de comissões escolares, grupos que teriam como objetivo incentivar os jovens aos estudos, aproximar os pais e responsáveis às escolas e prestar assistências para as classes escolares nas necessidades

desses locais (NOA, 2008, p. 205).

No campo de obras públicas e serviços, encontramos referências de atividades de pequenos reparos urbanos, limpeza e embelezamentos de passeios públicos por toda a fonte, como práticas rotineiras. Mas os CDR também estiveram envolvidos em obras públicas de grandes dimensões, com construções de ruas e até na preparação do Estádio Latino-americano para a recepção do Mundial de Baseball Amador, ocorrido em 1971 (NOA, 2009, p. 2). Essas atividades também tiveram caráter organizacional e pedagógico, com a cobrança das taxas da Reforma Urbana (NOA, 2008, p. 147) e realizando campanhas de conscientização pela economia de energia elétrica (NOA, 2008, p. 296).

Acerca da gestão da população, encontramos a realização de inúmeras atividades burocráticas importantes. Foram os CDR os responsáveis pelo levantamento de bens pertencentes aos cidadãos que pretendiam deixar o país (NOA, 2008, p. 55). Auxiliando o Ministério da Justiça, cederistas passaram a realizar o registro de nascimentos e casamentos (NOA, 2008, p. 99) além de, em um segundo momento, realizarem intimações judiciais (NOA, 2008, p. 140), certamente em uma escala de alcance dificilmente superável exclusivamente mediante o uso de agentes do Estado. A partir de 1970, tornaram-se os responsáveis pela confecção e distribuição das novas cédulas de identidade de todos os cidadãos cubanos (NOA, 2008, p. 299). Finalmente, gostaríamos de destacar que foram os CDR os responsáveis pela elaboração de levantamentos de desemprego em sua zona de atuação, incluindo aí os dos cidadãos que intencionalmente mantinham-se desempregados (NOA, 2009, p. 3-4).

Dito isso, podemos considerar que foi ocorrendo uma substituição do Estado pelos CDR em diversas dimensões da sociedade cubana, o que por certo se deu, em grande medida, pelas necessidades objetivas de um país economicamente frágil no contexto da transição socialista. É fundamental destacarmos duas consequências dessa dinâmica para o processo transicional.

A primeira é a de que ela dá conta de tarefas que esse novo Estado que está sendo transformando não seria capaz de realizar, porque ela lança mão de um grande

número de pessoas. A partir do momento em que isso ocorre, o Estado conta com um número de indivíduos muito superior ao número de funcionários mesmo naquele momento histórico determinado. O ganho e eficiência são evidentes, na medida em que tarefas do Estado se tornam tarefas do povo cubano, organizado e mobilizado através dos CDR. Como temos afirmado, isso foi ainda mais importante para o contexto da ilha, onde encontramos um país economicamente frágil e que sofreu um verdadeiro desmonte de sua estrutura burocrático-administrativa após 1959, causada em grande medida pela fuga de indivíduos que apoiavam a ditadura de Batista.

A segunda característica que os CDR apresentam, colaborando nessa questão de um sistema de organização revolucionária – em nosso juízo, mais destacada, – é a atuação no sentido de transformação do caráter do Estado. Isso porque, a partir do momento em que são os CDR que cumprem as tarefas que estão se colocando no cotidiano do país, foi se verificando uma democratização do próprio funcionamento do Estado, um processo no qual o povo se apropria das responsabilidades inerentes à sua sociabilidade.

Podemos ilustrar essa afirmação a partir do caso do abastecimento: imediatamente após o início da revolução se tem um contexto de necessário racionamento. A partir do momento que esse racionamento é realizado e é sistematizado pelos próprios CDR (NOA, 2009, p. 7), surge uma maior legitimidade para essa tarefa, já que ela não está sendo realizada por um corpo de funcionários "superior", distanciado e, em certos termos, estranho às necessidades da população. É a própria população que vai definir o controle das famílias, de quantos bens estão recebendo, sua necessidade, os meios para combater a especulação etc., o que, em tese, é profundamente democrático.

4.4. Sistema de participação política revolucionária

Por fim, os CDR cumpriram um papel como sistema de participação política revolucionária, em um momento em que não se encontrava estabelecida uma institucionalização político-participativa no país. De certa forma, os *comités* se

apresentaram como um canal alternativo para a participação política da população, o caminho encontrado pela Revolução para que fosse possível uma ingerência mais ativa do povo nas tomadas de decisão e de consciência das massas. Esse processo ocorreu a partir de quatro dimensões.

Em primeiro lugar, os CDR serviram como uma forma de se obter tanto mobilização de massas, quanto apoio ideológico para o processo, através de um trabalho de agitação e busca de consenso para a Revolução. Parece ter sido nos *comités* o lugar onde a vanguarda revolucionária buscava apoio imediato e mobilização para a compreensão das diretrizes que buscava apresentar, espaços que acabavam por cumprir um importante papel de canal por onde as lideranças se faziam ouvir e, ao mesmo tempo, recebiam o retorno das massas. No contexto da transição socialista, eram os CDR os espaços por excelência por onde a população mantinha-se mobilizada no contato com a vanguarda, o que não parece ter ocorrido livre de tensões. Seu papel de mobilização foi tão destacado que não é exagero considerar que neles eram concentradas todas as demais organizações populares do país, como aparece na seguinte passagem de um discurso proferido por Fidel Castro no décimo aniversário dos CDR:

> Tiene una función que no podían llenar otras organizaciones. Por eso decíamos: complemento de la organización política, en primer lugar; de las organizaciones obreras, de las organizaciones femeninas, de las organizaciones juveniles, de las organizaciones estudiantiles. De manera que en los Comités de Defensa de la Revolución se aglutinan los revolucionarios de todo el pueblo, sean jóvenes, sean viejos, sean personas adultas, sean hombres, sean mujeres. Con ello la base, el fundamento de nuestro movimiento de masas queda sólidamente y definitivamente articulado. (NOA, 2009, p. 289).

Em segundo lugar, os CDR cumpriram um papel de educação revolucionária, com um alcance para essa conscientização das massas que o Estado ou a vanguarda dificilmente teriam. São organizadas leituras de informes oficiais, grupos de estudo e bibliotecas, de modo a tentar refletir sobre a realidade concreta cubana, sobre suas necessidades e rumos a seguir (NOA, 2009, p. 207-208). Os *comités* buscaram elevar o nível de consciência das massas, tanto de seus quadros (em grande número) quanto do

resto da população. Esta é uma tarefa essencial para o contexto transicional e que, dadas as particularidades cubanas, provavelmente teria sido desenvolvida com menor sucesso através de canais "oficiais".

Em terceiro lugar, os CDR serviram como conexão entre o povo cubano e o contexto internacional, diminuindo o isolamento ideológico que a ilha poderia sofrer. Essa dinâmica ocorreu, fundamentalmente, através do apoio às várias experiências socialistas contemporâneas, prestando apoio material (com o envio de mantimentos etc.) e enviando e recebendo delegações, em constante troca de experiências e dos acúmulos obtidos. O apoio dado aos revolucionários no contexto da Guerra do Vietnam se destaca, ocorrendo de modo massivo.

Em quarto lugar, finalmente, os CDR cumpriram um importante papel no processo legislativo. Projetos de leis importantes foram discutidos no interior dos *comités*, em cada quadra, nos bairros, e essa discussão foi aglutinada e centralizada para o processo legislativo em si. Através dos CDR, o povo cubano pôde meditar sobre muitas questões fundamentais, obter esclarecimentos e – mais importante – sugerir alterações que atendessem aos seus interesses e as necessidades das massas. No recorte que adotamos, podemos destacar pelo menos dois momentos centrais para esse processo. Em fevereiro de 1973, cinco projetos de leis foram discutidos pelos CDR, entre eles, o que reorganizaria o sistema judicial do país, discutido por mais de três milhões de pessoas (NOA, 2009, p.37). Em julho de 1975, ocorreu a mais importante dessas atuações: a discussão desenvolvida no interior dos *comités* de todo o país no contexto da implementação da Constituição de 1976, posteriormente aprovada em referendo. Os CDR discutiram o texto em todos os seus *comités* entre mais de dois milhões de pessoas, pensando como a nova Carta Magna deveria estruturar a sociedade socialista que surgia, avançando na institucionalização do poder em Cuba (NOA, 2009, p.77).

5. Considerações finais

Os *Comités de Defensa de la Revolución* surgiram organicamente do interior do processo revolucionário cubano, como uma resposta para as necessidades que apareciam nesse contexto e frente às dificuldades para que o antigo aparelho estatal, agora em poder das lideranças revolucionárias, desse conta dessas tarefas. Essa organicidade talvez seja a resposta para a originalidade que os CDR apresentaram historicamente e para as constantes mutações que a organização apresentou. Foi o caminho pelo qual o povo cubano manteve-se mobilizado e organizado, com o objetivo de defender a Revolução em seu sentido mais amplo, onde quer que fosse necessário, seja qual fosse a tarefa. Nossa pesquisa permitiu chegarmos ao menos em cinco conclusões centrais.

1. Os CDR foram a maior organização de massas do país e é impossível compreender o alcance da sua atuação sem levar isso em consideração. Muitos dos seus desdobramentos, discutidos parcialmente aqui, se devem a esse fato, especialmente no que diz respeito ao modo como os *comités* foram capazes de dar conta de grandes tarefas com sucesso, através da mobilização massiva da população. Além disso, não podemos esquecer seu papel aglutinador: membros de outras organizações, como a *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC), eram usualmente cederistas *também*, o que a tornava espécie de ponto comum para a participação das massas no processo revolucionário.

2. A sistemática vigilância cederista cumpriu um papel fundamental na derrota da contrarrevolução. Os CDR permitiram que a Revolução contasse com uma parte significativa da população como agentes ativos e mobilizados na defesa de seu processo revolucionário. Enquanto organização de massas, avançaram para além da mera mobilização difusa do povo cubano, na medida em que compuseram aparelhos que lhes conferiam coesão e orientação para suas múltiplas tarefas. Podemos nos questionar: os revolucionários teriam conseguido manter o poder frente à contrarrevolução, não fosse esse esforço de vigilância popular? Nossos indícios apontam para uma resposta negativa.

3. Os CDR foram capazes de realizar tarefas burocráticas e da vida cotidiana que o Estado encontraria grandes dificuldades para dar conta. Não esqueçamos que o Estado

cubano que emerge em 1959 é um Estado transicional e, por isso, perpassado por instabilidades e fraquezas. As antigas estruturas burguesas precisam se deparar com a necessidade de se transformarem ou serem destruídas pelo processo, na medida em que se tornam incompatíveis com a nova sociedade que surge. Não bastassem essas instabilidades naturais de um processo revolucionário, o contexto cubano trouxe como dificuldades adicionais a fragilidade de condições materiais que esta sociedade sofria. O caminho encontrado pela sociedade cubana foi o de lançar mão da força de sua coletividade.

4. Os CDR foram um espaço por excelência para a participação política das massas. A institucionalização da política cubana só foi plenamente estabelecida a partir do sistema de Poder Popular, em 1976. Até lá, o povo não teve a possibilidade de eleger representantes para agir no interior do que seria a política institucional da Cuba socialista. Nas condições concretas que se colocavam, os CDR parecem ter funcionado como canal por onde o povo encontrava a possibilidade de ouvir e – mais importante – ser ouvido, inclusive atuando diretamente no processo legislativo.

5. Os CDR foram uma experiência original do processo revolucionário cubano. Guardam semelhanças com organizações de tipo conselho e cumpriram muitas das tarefas que historicamente foram colocadas para eles. Mas os CDR foram além, tornando-se o modo que o povo cubano encontrou para participar ativamente de seu processo revolucionário, o modo como ele pôde se apropriar, tomar a Revolução para si. Naturalmente, não podemos desconsiderar que tenha havido tensões com a vanguarda revolucionária no poder, mas nada em nossa pesquisa nos leva a crer que os CDR tenham sido mero órgão títere. Pelo contrário, sistematizaram inúmeras vezes críticas direcionadas às suas lideranças nacionais. Além disso, sendo responsáveis por muitas das tarefas que surgiam neste processo histórico, é inevitável que adquirissem autonomia.

Como dissemos, não é possível compreender a história da Revolução Cubana concentrando o esforço de nossas análises quase que unicamente para as lideranças no poder. É necessário olhar para a grande massa que prestou apoio a esta ideia e lhe

conferiu uma base de sustentação. A escolha de nosso objeto de estudo se mostrou bastante acertada, na medida em que os CDR foram protagonistas dessa atuação, mobilizando um grande número de cubanos na defesa da Revolução em seu sentido mais amplo: combatendo a quinta coluna e limpando e embelezando ruas; buscando especuladores que ocultassem mantimentos e construindo escolas; combatendo os invasores em Girón e sustentando campanhas nacionais de vacinação. Os CDR nos permitem identificar aspectos da originalidade do processo cubano e, por isso, se colocam como objeto privilegiado para o qual deveríamos nos dedicar em nossas análises.

6. Referências

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004

BAMBIRRA, Vânia. *La revolución cubana*: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel*: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CIVEIRA, Francisca López; VEGA, Oscar Loyola; LEÓN, Arnaldo Silva. *Cuba y su historia.* La Habana: Editorial Gente Nueva, 2005

CUBA. *La población de Cuba*. La Habana: Centro de Estudios Demograficos, 1974.

DOYLE, Hélio Marcos Prates. *Revolução e Democracia*: o Poder Popular em Cuba. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, 1992. 2v.

DUARTE, Fernanda da Rosa. *A Revolução Cubana e a busca pela democracia em Cuba.* Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. *Rev. Bras. Polít. Int.* nº 51 (1), 2008, p. 105-122.

FEITOSA, Emilly Couto. *As Assembléias de Poder Popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba.* Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOTT, Richard. *Cuba*: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HARNECKER, Marta. *Cuba*: democracia ou ditadura? Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e Democracia*: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo I. 1959-1961. La Habana: Editora Política, 2007.

NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008.

NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SADER, Emir. *Cuba*: um socialismo em construção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Rhenan Pereira. *En cada cuadra un comité, en cada barrio revolución*: os CDR e a participação popular na transição socialista em Cuba (1960-1975). Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. In: SERGE, Victor. *A hora obscura*: testemunhos da repressão política. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Julieta Battistioli: a trajetória militante de uma operária comunista

Juliet Battistioli: The Militant Trajectory of a Communist Worker

Guilherme Machado Nunes[1]

Resumo

O presente artigo pretende discutir a trajetória de militância da operária têxtil Julieta Battistiolli no Partido Comunista do Brasil (PCB) na metade do século XX. Nascida em Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1907, logo cedo Julieta mudou-se para Porto Alegre, onde, com 13 anos de idade, começou a trabalhar nas Indústrias Renner e, aos 19, casou com o militante comunista e filhos de italianos Fortunato Battistiolli. Ao longo dos anos 1940 e 1950, Julieta será figura importante nas associações femininas do PCB, ajudando a organizar congressos femininos em Porto Alegre e participando ativamente de atividades da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, entidade ligada ao Partido, além de tornar-se uma figura de destaque no meio sindical gaúcho. Esse percurso fez com que Julieta fosse a primeira vereadora de Porto Alegre, em 1948. Mais do que analisar o mandato, o objetivo é compreender quais caminhos possibilitaram que Julieta ocupasse esse espaço, até então exclusivamente masculino.

Palavras-chave: Biografia; comunismo; mulheres.

Abstract

This article aims to discuss the militancy trajectory of the textile worker Julieta Battistiolli in the Communist Party of Brazil (PCB) in the middle of the twentieth century. Born in Palmares, Rio Grande do Sul, in 1907, Julieta soon moved to Porto Alegre, where, at the age of 13, she started working at Renner Industries and, at 19, married the communist militant and children of Italians Fortunato Battistiolli. Throughout the 1940s and 1950s, Julieta will be an important person in the women's associations of the PCB, helping to organize women's congresses in Porto Alegre and actively participating in activities of the Women's Federation of Rio Grande do Sul, entity close to the Party, besides becoming a prominent figure in the unionism from Rio Grande do Sul. This route made Julieta the first woman city councilor of Porto Alegre, in 1948. More than analyzing the mandate, the goal is to understand which paths allowed Julieta to occupy this space, until then exclusively male.

Key Words: Biography; comunism; women.

Introdução

Como foi possível que uma operária têxtil comunista se tornasse a primeira vereadora da cidade de Porto Alegre? Em grande medida, essa é a pergunta norteadora do presente artigo, o que já evidencia tratar-se, portanto, de um estudo biográfico. Segundo Giovanni Levi, estamos lidando com um problema de escalas: reduzir nosso foco

[1] Doutorando no PPGH/UFRGS. Contato: guilherme.mnunes@gmail.com.

de observação a uma vida não nos aproxima de respostas "mais verdadeiras", mas permite apreender, através das redes de relações de uma pessoa, o "efetivo funcionamento das normas sociais" (LEVI, 1996, p. 7).

É importante apontar que a trajetória estudada a partir da redução da escala não se desenvolve de maneira teleológica. A historiadora italiana Sabina Loriga afirma, inclusive, que é possível utilizar esses percursos como forma de "romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas" (LORIGA, 1998, p. 246). No caso de uma biografia de uma mulher, além da quebra de coerência e linearidade no processo estudado, também salta aos olhos como diversas formas de opressão se interseccionam e são enfrentadas de diferentes maneiras a partir das experiências da personagem.

Ao mesmo tempo, biografias de mulheres oferecem uma dificuldade particular: a ausência de documentação produzida. Segundo Michelle Perrot, "a narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem", (PERROT, 1989, p. 9) e isso se manifesta de forma contundente nos registros que ficam para a posteridade: encontrar vestígios de Julieta fora da vida pública e/ou partidária foi tarefa árdua, o que faz com esses sejam os espaços privilegiados na análise.

Começaremos pelo bairro que Julieta cresceu, trabalhou, militou e viveu boa parte de sua vida: o Navegantes, parte do 4º Distrito da capital gaúcha. A ideia não é compreender Julieta a partir de seu meio ou traçar uma relação automática entre seu percurso e o bairro, mas sim pensar esse contexto como um campo de possibilidades (VELHO, 1999), que tanto conformou como foi conformado pela atuação de Julieta.

A vida no 4º Distrito

Há pouquíssimos vestígios da vida de Julieta anteriores à sua militância no PCB, que parece ter tido início cedo, como veremos adiante. Segundo João Batista Marçal e

Marisângela Martins, Julieta nasceu em Palmares, em 1907, filha de trabalhadores rurais. Logo cedo ela se mudou para Porto Alegre. E a mudança não foi para um lugar qualquer da cidade, mas para o bairro Navegantes, situado no 4º Distrito da capital, reduto fabril e com um grande contingente do operariado porto-alegrense, onde, com 13 anos de idade, começou a trabalhar na Renner, indústria originalmente do setor têxtil e que ao longo da primeira metade do século XX expandiria para o setor de calçados, varejo e se tornaria a principal empresa do Rio Grande do Sul (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 31).

O historiador argentino Daniel James, ao estudar a vida de *Doña María,* uma militante operária peronista, inicia o livro explicando e descrevendo sua cidade, Berisso. Marcada pela indústria frigorífica, que viveu seu auge entre os anos 1940 e 1950, a cidade reivindica orgulhosamente o título de "berço do peronismo" (JAMES, 2004, p. 28). O autor baseou seu livro em uma série de entrevistas realizadas com María Roldán no final dos anos 1980 e inicia sua obra pela paisagem de Berisso até chegar ao Centro Cívico da cidade, espécie de museus dos "tempos gloriosos" de Perón e dos frigoríficos. Segundo James,

> O Centro Cívico se converteu em um espaço dedicado à rememoração e à comemoração. A história de Dona María está moldada pelos princípios morais, as forças ideológicas e as experiências históricas comemoradas por ele. Uma caminhada por este espaço pode nos ajudar a estabelecer o contexto dentro do qual se deve ler seu relato de vida (JAMES, 2004, p. 19).2

Talvez possamos tencionar a ideia de que seu relato de vida se dê "dentro" de um contexto, pois como vimos anteriormente, partimos da premissa de que o contexto tanto constitui quanto é constituído pelos indivíduos a partir de suas relações e atuações. De qualquer forma, conhecer as características do bairro Navegantes, onde Julieta viveu, trabalhou e militou pela maior parte de sua vida, parece um bom ponto de partida.

[2] Tradução minha, no original: "El Centro Cívico [de Berisso] se convirtió en un sítio dedicado a la vez a la rememoración y la conmemoración. La historia de Doña María está modelada por los principios morales, las fuerzas ideológicas y las experiencias históricas conmemoradas en él. Una caminata por este espacio puede ayudarnos a establecer el contexto dentro del cual debe leerse su relato de vida."

Ao estudar com muita profundidade essa região, Alexandre Fortes descreve assim o bairro:

> Na primeira metade do século XX, Porto Alegre experimentou um acelerado processo de crescimento urbano associado à expansão de seu parque industrial, que se articulava a uma rede de transportes de médio e longo cursos (navegação fluvial, ferrovia e aviação civil). O distrito industrial, constituído originalmente pelos bairros Navegantes e São João, e que posteriormente se expandiria por toda a zona norte da capital, concentraria o crescimento populacional da cidade (FORTES, 2004, p. 31).

Crescimentos fabris e populacionais se retroalimentavam, e a instalação das Indústrias Renner, em 1914, foi um marco para o bairro. Segundo Heloísa Reichel,

> Devido ao crescimento da empresa e à construção dos prédios que se destinavam a atender o operariado na sua subsistência e lazer, foi ganhando uma posição de centro coordenador e de referência para o bairro e seus moradores, fossem eles operários ou não. Uma série de obras como o estádio do "Renner Futebol Clube", a Igreja Evangélica e sua escola, o colégio da paz, a Cooperativa de Consumo, o Centro de Saúde Modelo, utilizados pela comunidade do bairro, foram construídos com financiamento da empresa (REICHEL, 1994, p. 193).

Em 1916, a empresa fecha sua matriz, em São Sebastião do Caí, região de colonização alemã do estado, e concentra toda sua produção na capital gaúcha. Desse ponto até 1940, os números que expressam o crescimento do bairro são impressionantes:

> Desde então, a relação entre o crescimento da Renner e a consolidação do Navegantes torna-se íntima. [···] Para realçar o impacto do crescimento da Renner na evolução do bairro, basta indicar o número de prédios nas ruas constituintes do núcleo em torno à fábrica: 378 em 1916, e 1.704 em 1940 (aumento de 350%). No mesmo período, a população do bairro Navegantes como um todo passaria de 5.090 para 15.766 (aumento de 210%), mais que cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Gabriel e Dom Pedrito (FORTES, 2004, p. 41).

Esses foram tanto o bairro quanto a fábrica onde Julieta viveu e se constituiu enquanto operária e militante. Contudo, o fato de morar em uma região com determinadas características não define a trajetória de uma pessoa. Julieta não se tornou uma liderança operária e ingressou no partido em função de morar no Navegantes, mas

essa situação compôs seu campo de possibilidades. Sua atuação e suas formas de sociabilidade com colegas de trabalho e vizinhos contribuíram justamente para que o lugar fosse adquirindo essas características (bairro operário, com clubes e espaços de lazer, reconhecidamente popular, etc.) – é uma via de mão dupla.

Como era comum na época, Julieta ingressou na militância comunista através de seu marido, Fortunato Batistioli. Segundo Naira Vasconcellos, sua neta, Julieta e Fortunato se casaram quando ela tinha dezenove anos – por volta de 1926, portanto (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, s/p). Segundo Julieta, Fortunato trabalhava desde os onze anos de idade na fábrica de calçados Castor, onde sofreu um acidente que atrofiou seu braço:

> Ele como guri foi para a fábrica de meias onde sua mãe trabalhava. Então lá ele se acidentou. Tinha onze anos. A máquina pegou o braço dele e torceu e arrebentou aqui (JB refere-se ao antebraço) os nervos, tudo aqui assim. Era pra ter tirado o braço, mas na Santa Casa não tiraram, ficou com o braço, então ele tinha o braço assim, ele não espichava ele, era assim [atrofiado]. E esses dedos eram mais finos que os da mão esquerda. É porque··· ele não desenvolveu, ele só tinha onze anos, aquele braço não desenvolveu igual o outro, mas mesmo assim ele foi vender (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 16-17).

Impossibilitado de operar boa parte do maquinário da época, já casado com Julieta, Fortunato adquiriu uma carrocinha e um burro com o dono da casa onde moravam e foi ser verdureiro.

A vida de casados coincidiu com a expansão das indústrias Renner. Heloísa Reichel aponta como a crise de 1929 proporcionou um aumento da demanda por produtos nacionais, o que

> possibilitou às Indústrias Renner aumentar significativamente capital e produção. Os lucros, assim gerados, investidos em bens de produção e insumos durante momentos favoráveis à importação, permitiram à empresa índices reais de crescimento e produtividade, ampliando instalações, maquinário e modernizando o seu sistema produtivo. (REICHEL, 1994, p. 190).

Nesse espaço em flagrante crescimento, Julieta começou sua vida de operária e militante. Foram encontradas poucas referências a ela nesse período, sendo boa parte

delas aproximações memorialísticas. Marçal e Martins, por exemplo, afirmam que "na década de 1930, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e recolheu assinaturas na vizinhança pela libertação de Olga Benário." (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 31).

Em suas memórias, ela também relata suas ações contra os integralistas nesse período. Apesar da associação do bairro Navegantes com o movimento operário, especialmente associações e sindicatos influenciados pelo comunismo e pelo trabalhismo, a região viu crescer um forte movimento integralista ao longo dos anos 1930:

> Os integralistas eram muito fortes ali no Navegantes. Muito forte, porque tinha o mestre da secção de corte dos alfaiates, que ele era um chefe também, ele até tinha na casa dele o emblema [···].
> É o Sigma. É, ele trabalhava com a camisa··· dos integralistas. E tinha também umas italianas que trabalhavam no Renner e moravam ali perto do Renner também naquela que ficava··· a Arrozeira Brasileira.
> [···]
> É, as mulheres, as moças e a velha trabalhavam lá e iam vestidas também de··· [integralistas] que eu sempre tinha de passar e dizer alguma coisa pra elas. Dar um "chachacoalho" nelas. Às vezes dava vontade de atirar escada abaixo! (RISOS) Tinha raiva daqueles integralistas mesmo, era antifascista (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 13).

Além disso, Julieta enfatiza que Fortunato trazia "a palavra de ordem do Partido" para pichar as paredes e que "o velho é que tinha o contato" com o PCB.

As outras documentações em que é possível encontrar informação sobre ambos é a imprensa. Fortunato aparece em *A Voz do Trabalhor*, jornal oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)[3] em 1934 como integrante de uma Comissão de Frente Única surgida de uma assembleia operária para discutir a aplicação – ou não – da legislação trabalhista no Rio Grande do Sul[4] Julieta, por sua vez, aparece como signatária de um telegrama reproduzido no jornal *A Manhã*, onde reclamavam da violência policial

[3] A FORGS foi fundada em 1906, sendo um dos principais resultados da primeira greve geral de Porto Alegre, ocorrida naquele ano. Em um processo ainda pouco estudado em virtude da escassez de fontes, ela encerra atividades no final de 1929 e é refundada em 1933. Sobre sua fundação e seus primeiros anos, ver, por exemplo, SCHMIDT, 2005; PETERSEN, 2001. Sobre sua refundação e a conjuntura dos anos 1930, ver NUNES, 2016a.; KONRAD, 2009.

[4] *A Voz do trabalhador*, Porto Alegre, n. 56, 17 de novembro de 1934, p. 2 (Acervo João Baptista Marçal, NPH/UFRGS)

cometida pela "polícia política paulista, sequestrando uma jovem de nome Geny Gleizer"[5] Segundo Gláucia Fraccaro, Geny Glazer tinha 16 anos, era do PCB, foi presa em uma reunião da Juventude Comunista e acusou a polícia de a ter violentado (FRACCARO, 2018, p. 83).

Julieta foi se constituindo como uma liderança da fábrica e, por extensão, do bairro, a partir de sua atuação na base, realizando "trabalhos miúdos que um comunista faz dentro de uma fábrica e o Partido nem fica sabendo", como incentivar as colegas a merendar quando quisessem. Em outra passagem, Julieta recorda como aconselhou colegas de trabalho que tiveram sua jornada laboral reduzida – com equivalente prejuízo do salário – diante da mecanização do processo de confecção da seção de calçados:

> Bem, então··· nós nos encontrávamos··· no banheiro. E elas me contaram e eu disse assim: "Mas não, não precisa vocês ficarem em casa, a fábrica Renner é grande demais, ela pode espalhar vocês em outros lugares". [···] Aí foi quando eu aconselhei elas, que elas tinham o Renner como um pai, achavam que o Renner era o papai, que era muito bom, eu disse: "vocês façam o seguinte: vão ao papai, faz uma comissão (RISOS), vocês estão em casa, não estão trabalhando, não estão fazendo nada, se juntem e vão lá". Então ele (A. J. Renner) disse que não mandava mais na fábrica, eram os filhos, mas que ele ia ver se resolvia o problema delas, e resolveu. Distribuiu elas por outras secções, por outro serviço, mas não ficaram mais em casa sem ganhar (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 19).

Julieta, ao que tudo indica, era uma pessoa a quem as colegas recorriam para resolver problemas do cotidiano fabril. Isso, somado a seus famosos "comícios relâmpagos" (quando subia em uma caixa para discursar sobre situações que precisavam ser melhoradas na Renner ou no bairro), foram fazendo com que ela se tornasse uma referência. No trecho destacado chama a atenção como Julieta consegue se aproveitar do "paternalismo" que caracterizava a organização laboral naquele espaço: havia creches,

[5] *A Manhã*, Porto Alegre, 6 de outubro de 1935, p. 2 (Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional). A nota é assinada exclusivamente por mulheres, evidenciando uma solidariedade de classes ("nós, operários"), mas também de gênero. Assinam a nota: Julieta Batistioli, Diamantina André, Hilda Boner, Lina Necke, Otacilia Silveira, Inocência Martins, Affonsa Teixeira, Honorina Bauer, Seraphina Moreira, Cecy Geny, Nair Zamora, Carmem Sierra, Aracy Evangelista, Esmeralda Stein, Ercolina Silva, Rosa Cohen, Maria Machado, Rachel Goldberg, Isabel Eugel, Alice Ribeiro,Maria Moreira, Dalva Moraes, Theodora Moreira, Julieta Telles.

refeitórios e outras políticas assistencialistas colocadas em prática pela Renner[6] Julieta recorda que "era muito difícil fazer política lá dentro do Renner, porque ele era um patrão que cumpria as leis do trabalho". É possível questionar até que ponto a Renner cumpria de fato as leis do trabalho[7] mas, de qualquer forma, o que nos interessa aqui é perceber que essa era a *imagem*[8] que se tinha da empresa, e Julieta soube se aproveitar dela para ajudar suas colegas.

Mais uma vez é possível traçar algumas comparações com *Doña* María Roldán, de Berisso. Ao recordar de suas funções como delegada sindical, María discorre sobre a vez que foi tirar satisfações sobre a incorreção em um pagamento:

> Ser delegada era uma grande responsabilidade. Havia muito agradecimento porque eu por exemplo na minha juventude era uma mulher muito rápida. Por exemplo, uma mulher me disse que isso aconteceu comigo, no envelope que eu comprei, eu trouxe o envelope, eu imediatamente deixei minhas ferramentas de trabalho, peguei meu avental, fui para a gerência: "O que há de errado com esta senhora porque há 11 milhões a menos aqui?" (JAMES, 2004, p. 60).[9]

Há outras passagens, em que essas duas mulheres se assemelham, como nos momentos de convocar para greves ou ajudar suas companheiras com problemas em relação à autoridade dos patrões. É sobre o cotidiano de Julieta na fábrica que trataremos a seguir.

---

[6] Heloísa Reichel sintetiza essas práticas da seguinte maneira: "Fundou-se na fábrica um conjunto de obras assistenciais que se destinavam a atender o operário enquanto realizava seu trabalho: a creche, o refeitório, o consultório médico e dentário. Outras atendiam sua sobrevivência, como a cooperativa de crédito e de consumo. Além disso forneciam-lhe condições de lazer e educação, como o Grêmio Esportivo Renner e a Escola Senai." (REICHEL, 1994., p. 193).

[7] A. J. Renner foi uma das principais lideranças do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, fundado no final de 1930, que dedicou muitas de suas reuniões a discutir formas de burlar a aplicação da legislação trabalhista. Ver NUNES, 2016b.

[8] Heloísa Reichel mostra como na medida em que a empresa crescia, aumentavam também seus serviços e se fortalecia a relação com o bairro: "A possibilidade de utilizar a cooperativa, através de amigos e parentes dos funcionários da indústria, fez com que se formasse, no imaginário dos moradores do Bairro Navegantes, uma visão de que a fábrica realmente congregava a 'família rennista', como queria seu proprietário, aliviando as tensões do conflito de classe." (REICHEL, 1994., p. 196).

[9] Tradução minha, no original: "Ser delegada era una gran responsabilidad. Había mucho agradecimiento porque yo por ejemplo he sido en mi juventud una mujer muy movediza. Por ejemplo, me decía una señora a mí me pasó esto, en el sobre me llegó esto, me traía el sobre, yo inmediatamente dejaba mis herramientas de trabajo, me sacaba el delantal, me iba a la gerencia: 'Que pasa con esta señora, por que acá hay 11 millones menos?' [···]."

A vida na fábrica

Há alguns relatos e indícios esparsos acerca da atuação e do cotidiano fabril de Julieta na Renner, mas sabe-se que ela trabalhou lá por muito tempo – inclusive enquanto foi vereadora. Partindo de algumas notícias e de suas memórias, é possível reconstituir um pouco desse momento de sua vida. Mais uma vez é possível fazer algumas comparações com *Doña* María Roldán, às vezes, inclusive, para pontuar diferenças.

O livro que traz os relatos de Julieta inicia tratando de uma questão clássica no mundo laboral fabril: automação/mecanização da produção *versus* manutenção de empregos:

> Não, não era contra a fita [mecânica], porque era um progresso, porque eu era uma progressista. [···]
> Mas é no regime atual que nós vivemos, o progresso não vem em benefício do homem, mas, sim, prejudicar o homem. Porque muitas faziam aquilo que outras faziam na fita. E as outras tinham que ser desempregadas. E na secção de fiação tinha uma banca em que trabalhavam seis mulheres, quando botaram a fita, uma só tomava conta de tudo.
> [···]
> Então eu protestava [contra] as fitas com muitos comícios-relâmpagos que fiz na porta da fábrica, esclarecendo [a]os trabalhadores o que eram as fitas mecânicas (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 18).

A revolta contra situações tidas como injustas e a sua atuação, que muitas vezes parece bastante autonomista (fazia comícios rapidamente, sozinha, em cima de caixotes), são uma constante no relato de Julieta. Daniel James, ao tentar identificar um padrão-chave no discurso de María Roldán, o define como "a busca por uma vida melhor, não formulado dentro de um contexto de relato de mobilidade social mas sim de um rechaço à injustiça social e o consequente compromisso com o ativismo social e político." (JAMES, 2004, p. 164-165).[10]

[10] Tradução minha, no original: "El patrón clave presente en el testimonio de doña María es la búsqueda de una vida mejor, no formulado dentro de un contexto de un relato de movilidad social sino de un rechazo de la injusticia social y el consecuente compromiso con el activismo social y político."

No entanto, María Roldán confere um papel central ao sindicato em sua vida e militância, enquanto no relato de Julieta – e mesmo em outras documentações – sua atuação aparece de maneira muito mais autônoma na fábrica – sua organização parece ter sido mais partidária do que sindical. Talvez isso possa ser explicado pelas questões expostas anteriormente em relação à natureza paternalista da Renner: Julieta recorda que era muito difícil fazer trabalho de base na fábrica, aparecem poucas menções a colegas seus sindicalizados – como vimos, parece que foi mais fácil jogar com a imagem de A. J. Renner "paizinho" do que convencer suas colegas a ingressar no sindicato ou no PCB. Alexandre Fortes aponta, a partir do relato oral de antigos trabalhadores da fábrica e de duas publicações oficiais, que

> Durante muito tempo, as indústrias Renner se constituíram numa fortaleza inexpugnável, impenetrável pelo movimento operário organizado, fosse pela eficácia de sua política social e salarial, pelo trabalho doutrinário que desenvolvia por meio de suas publicações, fosse pelo rigor do seu sistema de vigilância e repressão.
> [...]
> A empresa realizava uma disputa ideológica da lealdade de seus operários com o movimento operário, por meio de instrumentos como o *Boletim Renner* e outras publicações institucionais (FORTES, 2004, p. 213).

Com isso, Julieta na mesma medida em que se torna uma liderança, também acaba chamando muita atenção para si. Apesar de em seu relato ela simplesmente não recordar de perseguições e assédio em virtude de sua atuação, encontramos uma notícia que denuncia essa situação, em 1949:

> 50% DE AUMENTO – A bandeira dos trabalhadores da Renner
> [...]
> Como Julieta Batistioli, são muitas as outras operárias que estão ameaçadas de serem jogadas a rua por se destacarem na luta pelas reivindicações operárias, principalmente nas lutas por aumento nos miseráveis salários que recebem os trabalhadores da Renner. Assim agindo, - despedindo trabalhadores que mais se destacam nas lutas reivindicatórias – visam os patrões única e exclusivamente arrancar do meio da massa operária daquela empresa aqueles que não vacilam

> no sentido de esclarecer suas companheiras de trabalho indicando-lhes as melhores formas de luta.[11]

É difícil conferir quem eram – e se não há um certo exagero, recorrente em textos de denúncia – as outras trabalhadoras e porque elas seriam demitidas e Julieta não. O que chama a atenção aqui é demarcação de gênero – "operárias" – e a ausência novamente do sindicato. Que o setor têxtil sempre foi formado majoritariamente por mulheres não chega a constituir nenhuma novidade. No entanto, convém lembrar que no final dos anos 1940 a Renner já era muito maior que apenas uma indústria do setor têxtil – a própria Julieta trabalhava agora no setor calçadista (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 18-19). Além disso, estamos falando de uma empresa que mais ou menos nessa época possuía 2.500 funcionários e funcionárias, 4.000 se contarmos as subsidiárias (FORTES, 2004, p. 178). Ou seja, o marcador de gênero parece importante, pois a questão deve dizer respeito especificamente às mulheres. O que nos leva a outra questão: sendo ainda os sindicatos um ambiente bastante masculino, faz sentido que Julieta e suas colegas não o percebessem como uma ferramenta importante na luta por seus direitos, preferindo outras formas de organização e atuação.[12]

Isso não significa que Julieta não tivesse vínculos com organizações de trabalhadores e trabalhadoras – ao menos é o que nos diz o DOPS:

> Salário mínimo: às 20:45 horas do dia 8 do corrente, teve lugar, na sede da UET [União Estadual dos Trabalhadores], uma reunião de dezenove pessoas, para tratar do assunto que serve de título a esta nota.
> Dentre os presentes, o agente deste S.I. identificou os seguintes elementos: Walter Guimarães e Eduardo Domingos, respectivamente, presidente e secretário dos trabalhos; Adão Figueira da Silva, Jorge Vitorino, Prof. Antônio Rodrigues,

[11] *A Tribuna [antiga Tribuna Gaúcha],* Ano I, num. 52. Porto Alegre, 4 de outubro de 1949, p. 4. CEDEM/UNESP.

[12] Em 1951, por exemplo, ao escrever sobre as células femininas do Partido Comunista, uma autora (supõe-se) toca justamente nesse ponto, afirmando a importância dos ambientes exclusivamente femininos que surgiam: "O fato de serem reuniões específicas de mulheres fez com que aumentasse o comparecimento. Muitas companheiras que se acanhavam de falar em reuniões gerais, sentiram-se mais à vontade ali e se desenvolveram com maior facilidade." *A Classe Operária,* n. 406, 1 de novembro de 1951, p. 4. CEDEM/UNESP.

> Julieta Batistioli, Wilson Mello, José da Rosa Matos (bancário), Adão de Tal (idem) e um uruguaio de sobrenome Dela Rocha.[13]

Ou seja, Julieta estava sim articulada em alguma frente para exigir melhores salários.

A relação que estabeleceu com organizações sindicais, portanto, é bem diferente da de Mária Roldán, mas não significa que Julieta não tivesse circulado também por estes espaços. No entanto, foi no Partido Comunista e suas frentes que Julieta mais se destacou.

A atuação no PCB

Entre os anos 1940 e 1950, o desafio de identificar os espaços por onde Julieta circulou é menor. Sua atuação no PCB aparece fundamentalmente em dois tipos de fontes: a imprensa – especialmente a partidária – e os documentos policiais. O DOPS monitorou de perto muitos de seus passos e as organizações às quais ela pertenceu.

A Célula Olga Benário, por exemplo, da qual Julieta fez parte, aparece em 1946 como sendo uma das que mais recebeu materiais volantes com informes e palavras de ordem do Partido. Não é descabido supor que ela fosse, assim, uma das mais numerosas do PCB, uma vez que havia uma competição entre células para ver quem distribuiria esse material primeiro, e tanto a Olga Benário, quanto a 18 de Abril e a 19 de Novembro receberam 15 mil panfletos cada uma, enquanto outras células receberam de 500 a 10 mil. Às três também coube a tarefa de organizar uma "festa de confraternização dos trabalhadores da tecelagem, pró-imprensa do Partido."[14]

As edições seguintes são de preparativos para o pleito para a Assembleia Legislativa, que ocorreria em janeiro de 1947. A meta do PCB era chegar aos 25 mil membros e 100 mil eleitores. A edição de 16 de novembro de 1946 traz em suas páginas

[13] Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 47, Porto Alegre, 15 de novembro de 1951. pp. 124-136. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul), pasta 19 [D]. Cx 611, Disco 6. NPH/UFRGS.
[14] Cf. *A Classe Operária*, n. 25, 24 de agosto de 1946, p. 2. CEDEM/UNESP. Essa mesma notícia informa que o esposo de Julieta, Fortunato, era o encarregado de finanças do Comitê Distrital de Porto Alegre.

as propostas partidárias, assim como todos os candidatos ao cargo de Deputado Estadual, dentre eles há duas mulheres: a professora Emilce Aveline e a operária Julieta Battistioli.[15] Às vésperas de eleição, o Partido comemorava em uma de suas publicações a presença de duas mulheres na "Chapa da Vitória", como foi batizada, trazendo inclusive foto de ambas.[16]

Veremos mais adiante que, ao recordar com muito desgosto da experiência como candidata e vereadora, Julieta sequer menciona que já havia concorrido a outro cargo eletivo. Talvez o fato de não ter exercido a função contribua para a consolidação da memória da vereança como sendo *a* definidora de sentido de sua atuação como um quadro público do Partido.

O resultado eleitoral em todo o Brasil foi bastante festejado pelos comunistas. O Partido, que já havia eleito 15 deputados federais no início do ano e Luiz Carlos Prestes para o Senado, fez uma votação ainda mais expressiva no pleito suplementar: entre deputados estaduais e federais, foram 69 eleitos, além da pouco lembrada eleição de Cândido Portinari para o Senado. Cabe destacar nesse sentido a bancada estadual de Pernambuco, que elegeu nove representantes; a do Distrito Federal, que elegeu 18 representantes, inclusive nomes históricos do PCB como Octávio Brandão e o humorista e jornalista Aparício Torelli, o Barão de Itararé; e o Rio Grande do Sul, que elegeu Antônio Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado e Otto Alcides Ohlweiller.[17] Nada de Julieta.

O ano de 1947, no entanto, foi bastante movimentado para Julieta. Ainda gozando da legalidade e do registro partidário, o PCB gaúcho iniciava a publicização de suas atividades com um grande comício de encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual no Largo da Prefeitura, com direito a "números de música" e "execução de

[15] Cf. *A Classe Operária,* n. 37, 16 de novembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP. Dentre os objetivos expostos na página vale destacar o seguinte: "Elaborar um plano para fazer um levantamento exato do número de militantes do Partido e elevar o seu efetivo para um mínimo de 20.000 membros, dando atenção preferencial ao recrutamento nas grandes empresas, entre os camponeses e as mulheres."
[16] *A Classe Operária,* n. 42, 21 de dezembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP.
[17] *A Classe Operária,* Rio de Janeiro, n. 52, 22 de fevereiro de 1946, p. 1. CEDEM/UNESP.

sambas por cantores populares acompanhados por orquestras".[18] O nome de Julieta Battistioli aparece como integrante do Comitê Estadual, que realizou esse comício após três dias de reunião no mês de março daquele ano.

Esse é o ano da campanha, que Julieta relembra de maneira tão desgostosa:

> Até foi a Maria Crespo que foi me levar a notícia: "Tu sabes que tu vai ser candidata a vereadora?". Digo: "Não! Mas pelo amor de Deus, essa não! Essa agora é demais, eu não vou aceitar". E a Maria Crespo: "Não, tu vais ter que aceitar, já está tudo pronto, tudo encaminhado e tu vais aceitar, não tem tu dizeres não, tu vais." Digo: "Mas Maria! É a pior coisa para mim!"··· que me fizeram··· foi eu ser vereadora, compreendeu? [···] Ser vereadora, com a educação, com a cultura que eu tinha, pra mim foi uma coisa assim que··· olha! (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 42).

Como exposto anteriormente, Julieta já havia sido candidata a deputada estadual um ano antes. É possível que todo esse diálogo tenha se dado nesse momento e que Julieta se confundiu – afinal, uma das campanhas foi vitoriosa e a outra não, o que deve ser mais marcante. Além do mais, sua atuação parlamentar, como veremos adiante, se constituiu em um ponto importante no momento de sua expulsão do PCB.

É curioso perceber como, em suas memórias, o correligionário e igualmente candidato a vereador Eloy Martins recorda desse processo de maneira muito semelhante:

> Passaram-se dois dias [desde o último contato de João Amazonas, dirigente nacional do PCB, à época em Porto Alegre para dar novas orientações do Partido] e fui convocado para uma reunião, na qual me foi mostrada a urgência de ter mais tempo para a atividade partidária. Minha ligação à produção [volta à fábrica para fazer trabalho de base, tarefa que lhe fora atribuída anteriormente] tinha sido um erro, pois deveria ser candidato a vereador nas próximas eleições. Apresentei minhas limitações intelectuais para enfrentar tal incumbência, se por acaso fosse eleito. Após muita discussão dei-me por vencido, sempre na esperança e confiante que o partido, com os erros cometidos, experiências e ligações adquiridas, seria levado a adotar uma posição mais de acordo com a ideologia da classe operária (MARTINS, 1909, p. 89).

[18] *Tribuna Gaúcha,* Porto Alegre, Ano I, terça-feira, 11 de março de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP. Essa edição demonstrava a preocupação do PCB em relação ao "Parecer Barbedo": o Desembargador Alceu Barbedo já nessa época acolheu uma denúncia contra a existência da organização e a enquadrou na categoria de "Partido Extremista", o que foi fundamental para a cassação da legenda dois meses depois.

Ao mesmo tempo em que o Partido aparecia para Julieta – e tantas outras e outros – como um espaço de militância e ferramenta para transformar a realidade, a participação, via de regra, se dava em seus próprios termos. Como Julieta deixou claro na entrevista citada anteriormente, ela não teve escolha, precisou ser candidata e tomar posse em seguida.

O DOPS acompanhou de perto a campanha:

> Valendo-se da legenda do Partido Social Progressista, os dirigentes do extinto PCB conseguiram o registro dos seguintes candidatos a vereador, nesta capital, conforme editais, de número 1 e 3, de 21 e 23 do corrente, respectivamente e, em data de hoje, afixados no cartório eleitoral da primeira zona: 1) Julieta Batistioli; 2) Sady da Costa e Silva; 3) Luiz Eduardo de Oliveira Santos; 4) Álvaro Osimo Caetano; 5) Eloi [sic] Martins da Silva; 6) Marino Rodrigues dos Santos; 7) João Oscar de Oliveira; 8) José Cézar de Mesquita; 9) Luiz Carlos Pinheiro Machado; 10) José Roberto García; 11) Mário Escobar Azambuja; 12) Arthur Nunes García.[19]

Esse mesmo ofício traz a primeira descrição elaborada do perfil de Julieta Battistioli que se conseguiu encontrar:

> Antecedentes comprovados dos candidatos comunistas à vereança municipal, abrigados sob a legenda do Partido Social Progressista, de âmbito nacional, com sede em São Paulo:
> JULIETA BATISTIOLI – Secretária da Célula Olga Benário Prestes. Dirigente estadual do PCB (Membro Suplente da Direção do Comitê Estadual). Candidata à Deputada Estadual, pelo PCB, no último pleito eleitoral. Signatária de vários telegramas de protesto, comunistas, endereçados ao Exmo. Sr. Presidente da República. Oradora obrigatória na maioria dos comícios vermelhos realizados nesta capital e, em alguns, levados a efeito no interior do Estado, como, por exemplo, na zona carbonífera de São Jerônimo, em Santa Maria, etc.[20]

O DOPS confirma a imagem que se consolidou ao longo dos anos de Julieta como uma oradora poderosa e desenvolta em público, acrescentando que ela também seria designada a realizar esse tipo de atividade fora de Porto Alegre – ainda não foi encontrado outro registro que sugira isso, mas é algo totalmente plausível.

[19] Departamento de Ordem Política e Social, Ofício n. 419, Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, p. 22-30. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [C]. Cx 611, Disco 5, p. 22-23. NPH/UFRGS.
[20] Ibidem, p. 25.

As páginas da *Tribuna Gaúcha* não deram tanto destaque assim a ela, o que pode indicar um certo exagero do agente da polícia política. No entanto, há muitas situações em que é bastante provável que ela tenha de fato se pronunciado, e o diário apenas reproduzisse – consciente ou inconscientemente – a lógica da invizibilização da participação feminina na política. Ainda em 1947, por exemplo, no mês de dezembro, o PCB gaúcho se organizava para comemorar o cinquentenário de Luiz Carlos Prestes que ocorreria no dia 3 de janeiro, e o festejo em Porto Alegre não poderia ser em outro lugar que não no "bairro comunista de Porto Alegre – Navegantes."[21] Os preparativos já haviam iniciado e é muito razoável supor que Julieta estivesse envolvida nas atividades, mas seu nome não é mencionado. Ao longo de 1948, sua atuação parlamentar nunca é destacada, ao contrário de seus colegas Eloy Martins e Marino dos Santos.

As forças policiais não apenas acompanharam as movimentações comunistas, também as inibiram. Em novembro de 1947, o periódico *Tribuna Popular*, vinculado aos comunistas do Rio de Janeiro, relatou da seguinte maneira a atuação da polícia para encerrar um comício de campanha:

> A polícia do sr. Valter Jobim [governador gaúcho], dispersando um comício de propaganda eleitoral dos candidatos populares, num franco desrespeito à lei eleitoral e à Constituição, ferindo brutalmente imunidades parlamentares, espancando o povo e simples transeuntes, acaba de dar mais uma demonstração de verdadeira feiura nazista, cuja responsabilidade cabe ao governador riograndense [···].
> Por todo o largo da prefeitura espalhou-se uma onda de fúria policial, que não respeitou sequer a presença dos deputados Abílio Fernandes e Júlio Teixeira, nem dos candidatos a vereadores que chegavam na ocasião.
> [···]
> Uma senhora foi violentamente esbofeteada, o pai da candidata Julieta Battistioli espancado e arrastado pelos beleguins.[22]

É a primeira menção ao pai de Julieta que encontramos. A família de Julieta – à exceção de seu esposo, envolvido no Partido – é bem ausente na documentação – talvez

[21] *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, ano I, 23 de dezembro de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP.
[22] *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1947, p. 8. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.

pela origem popular de Julieta e pelo fato de ter feito praticamente toda sua trajetória longe de seu local de nascimento.

Em março de 1948 Julieta assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores pela primeira vez. Como mencionado, ela não se recorda desse período com carinho, e mesmo a imprensa chegou a acusá-la de apenas bater o ponto e ir embora das sessões.[23] Um mês depois, Julieta foi presa em pleno exercício do mandato. O jornal carioca *Gazeta do Povo*, que a julgar pelas notícias e pela forma de abordá-las era abertamente anticomunista, afirmava que o ocorrido se deu da seguinte maneira:

> Estava articulado um "complot" comunista para o Dia de Tiradentes
> Em diligências realizadas durante o dia e à noite de ontem, a Polícia conseguiu descobrir, localizar e anular, um vasto "complot" comunista, que deveria ensanguentar o "Dia de Tiradentes", em Porto Alegre. Em consequência, até às 23 horas, havia sido efetuada a prisão de quarenta e três comunistas, entre os quais o ex-deputado Jover Teles e a vereadora Julieta Battistioli.[24]

O evento citado tratava-se do Congresso da Paz. Eloy Martins se recorda dessa prisão de maneira muito desgostosa, em tons de "crônica de uma morte anunciada", pois a atividade já havia sido proibida de antemão pela polícia gaúcha:

> Chegou o dia do acontecimento estapafúrdio. De manhã apareceu lá em casa o Paulo, um dos encarregados de me vigiar, queria saber como se preparava bomba molotov. Eu sabia, mas respondi-lhe que não, porque sentia que em tudo aquilo estava sendo preparado um verdadeiro absurdo, uma provocação, uma palhaçada, um fiasco completo.
> O ato estava marcado para às 20 horas, às 19 a polícia começou a prender elementos do partido nos arredores onde se pretendia realizar o Congresso. Em pouco tempo todas as imediações estavam tomadas por policiais armados. No outro dia de manhã os jornais estamparam a notícia espalhafatosa do desmantelamento de atos terroristas que seriam executados por comunistas conhecidos (MARTINS, 1989, p. 93-94).

Julieta não se recorda dessa prisão – ao menos não dessa forma. Segundo sua memória, ela foi presa apenas duas vezes:

[23] *Jornal do Dia*, Porto Alegre, n. 344, 16 de março de 1948, p. 4. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.
[24] *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 de abril de 1948, p. 1. HDB/BN. Acesso em 18 mai 2018.

> Uma vez foi toda a direção do Partido presa. Aí eu estava doente, eu estava fazendo tratamento porque ia fazer uma operação e saí naquele dia de casa só para ir ao consultório médico e fui na sede no Partido e cheguei lá eles (a polícia) já tinham "engatado" (detido, preso) todos (RISOS), e eu cheguei e "engataram" a mim também. Essa foi uma vez. Nessa vez a Maria também estava, a Maria Crespo e a Gínia Macline e eu; de mulher eram nós três. E a outra vez foi distribuindo panfletos da Paz (Campanha da Paz contra a Guerra da Coreia) defronte a Fábrica de Tecidos; estava distribuindo panfletos da Paz quando a polícia chegou (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 49).

Talvez a memória tenha feito com que Julieta confundisse o local da segunda prisão, já que como vimos anteriormente ela se deu no centro da cidade e não no 4º Distrito (sede da Fábrica de Tecidos), ou talvez simplesmente tenha esquecido desse ocorrido. Os risos no relato podem indicar uma forma de lidar com o trauma, mas ao que tudo indica, ela não sofreu torturas ou outras violências físicas e também não ficou tanto tempo encarcerada. No entanto, ela afirma que, durante um interrogatório, o marcador de gênero ficou bem evidente:

> Mas ele [o interrogador] me disse tanta bobagem, tanta besteira··· se eu não tinha vergonha, que eu era uma mulher, que andava fazendo comício na rua, uma mulher casada, de filhos, porque··· e daí para adiante, daí para fora··· E, responder··· o que é que eu ia responder··· nem podia porque··· eram uns três ou quatro. E achei melhor só olhar para a cara deles (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 50).[25]

Ao final Julieta relata que o Presidente da Câmara de Vereadores foi atrás dela na prisão, o que talvez indique que o imbróglio a que ela, Eloy Martins e o jornal sejam realmente o mesmo.

A Campanha da Paz, uma das principais bandeiras do PCB, adentrou a década de 1950 ainda com muita força. Em agosto de 1950, por exemplo, a *Tribuna Gaúcha* estampava em sua capa: "EU DEFENDEREI MEU FILHO! As mães gaúchas saberão erguer-se em defesa do sangue de seus filhos, que irão morrer na Coreia para defender os

[25] O que Julieta traz em seu relato é muito semelhante à ideia da dupla transgressão, conforme traz Ana Colling: as mulheres transgridem a ordem "natural", se rejeitando a ficar em casa cuidando dos filhos e acabam se comportando como homens; além disso, no caso da Ditadura, seu objeto de estudo, se engajam na militância de oposição ao regime, ganhando a alcunha de *Puta Comunista* por parte dos órgãos de repressão. Cf. COLLING, 2006, p. 175. Essa ideia também aparece em GARCIA, 1997.

americanos. As mães constituem uma barreira aos planos de Dutra e seus generais fascistas."[26]

Ainda segundo o jornal, a União Feminina Gaúcha,[27] naquele momento, colheu mais de 15 mil assinaturas para a causa. Julieta recorda de angariar assinaturas, mas lembra que colegas suas foram mais eficientes nessa empreitada, enquanto ela "fazia comício até nas portas de cinema". Esse é o primeiro e único momento em suas memórias no qual a questão da maternidade aparece como sendo um dificultador de alguns aspectos da militância:

> [···] nós não tínhamos nada contra a Coreia, a Coreia não era nosso inimigo e··· não vamos matar nossos filhos, essas coisas assim. Palavras de ordem que davam pra gente dizer. Isso eu fiz, fazia com mais facilidade até, porque não me roubava tempo, assim, dos meus afazeres em casa, que é coletar assinaturas, quer dizer, coletar assinaturas teria que tirar uma tarde ou um dia para sair na rua pedindo assinaturas, assim mesmo eu fiz. [···] Foi numa época em que nasceram as gurias··· a minha filha Serafina teve as duas gêmeas, Naira e Rejane e já me roubavam um pouco de atenção, porque à noite tem os afazeres de casa [···] (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 46).

Aqui percebemos como novamente a questão de gênero aparece na jornada dupla – ou tripla. Além de trabalhador e militar, Julieta também não poderia se descuidar dos afazeres domésticos – ainda mais quando se tornou avó.

Julieta e as outras mulheres comunistas se concentravam bastante na questão da Paz e contra a Guerra na Coreia, e a repressão se voltava cada vez mais para elas, como exposto anteriormente. Em 1950, um dos principais quadros da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, a operária têxtil Elisa Branco foi presa durante uma manifestação do sindicato de sua categoria:

> No dia da comemoração oficial da Independência do Brasil, que aconteceu no Vale do Anhangabaú, e que reuniu autoridades estaduais e federais, a costureira comunista exibiu, com a ajuda de outros comunistas, uma faixa com a seguinte

[26] *Tribuna Gaúcha,* ano II, num. 297. Porto Alegre, 27 de agosto de 1950, p. 1. CEDEM/UNESP.

[27] A partir de 1950 a União Feminina Gaúcha passaria a se chamar Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, entrando em uniformidade com as Federações dos outros estados. Cf. *Momento Feminino*, Rio de janeiro, n. 77, 20 de outubro de 1950, p. 2. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.

> frase: "*Os soldados, nossos filhos não irão para a Coréia"*. Tratava-se de um protesto contra o apoio do Brasil aos Estados Unidos na Guerra da Coréia. Também estavam em seu poder vários boletins "subversivos" intitulados "*Ao coração das mães brasileiras"* e "*Soldados e Marinheiros"*. Por estes fatos, Elisa foi presa, e posteriormente julgada e condenada a quatro anos e três meses de prisão.
> Durante o período que ficou presa no presídio Tiradentes, muitas manifestações ocorreram e prol da libertação de Elisa Branco Batista. O Partido Comunista e o jornal *Hoje* lançaram forte campanha, e até a Rádio de Moscou, em sua transmissão para o Brasil, dedicou alguns minutos em propaganda pela sua liberdade. Em janeiro de 1951 foi signatária de uma carta da Casa de Detenção, com o título: "*Não criamos nossos filhos para a Guerra"*. Em maio do mesmo ano, o Presidente da Associação Beneficente dos Operários de Indianópolis, enviou ao governador do Estado, um ofício que pedia a libertação de Elisa Branco. Em outubro de 1951 foi posta em liberdade.[28]

Julieta chegou a apresentar um requerimento na Câmara de Vereadores para que a casa "se dirigisse ao governo no sentido da anistia para a heroica mulher paulista. Tal requerimento foi rejeitado com 8 votos contra 7." Após a seção, ocorreu uma passeata pelas ruas de Porto Alegre:

> Ao longo do trajeto percorrido pela passeata os manifestantes fizeram mais de três comícios: no Abrigo da Praça 15, assistido por cerca de 500 pessoas, no Abrigo da Praça Parobé, e em frente a redação do jornal popular "A Tribuna". Em todos eles o trânsito foi interrompido. Fizeram uso da palavra os vereadores de Prestes, Julieta Battistioli, Eloy Martins e Marino dos Santos, assim como representantes da União Estadual dos Trabalhadores, da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul e da União da Juventude Farroupilha.[29]

Vimos anteriormente que Julieta, ao menos segundo os olhos da vigilância policial, integrava a União Estadual de Trabalhadores, entidade que participou da passeata. Ainda de acordo com o DOPS, ela também esteve bastante envolvida com as atividades da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul. Antes de expor essa documentação, vale a pena mencionar algumas memórias de Julieta referente a sua atuação nessa organização e nos eventos que ela organizou:

---

[28] In Projeto Integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN). Disponível em https://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7 Acesso em 24 fev 2019.
[29] *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 124, 6 de outubro de 1951, p. 2. HDB/BN, acesso em 25 fev 2019.

> Tinha a Federação Nacional de Mulheres, ela era do Rio [de Janeiro], e nós tínhamos a nossa aqui filiada à Nacional. Tinha a presidente, tinhas as sedes··· era a D. Edith Saldanha, a presidente··· Tinha a Maria José Lopes, a Maria Crespo.
> [···]
> No Rio fez um Congresso de mulheres trabalhadoras, então era nacional; aí nós aqui fizemos as nossas reuniões para tirar (escolher) para mandar para o Congresso. E a nossa reunião para tirar as delegadas, reunião de mulheres, foi no Sindicato dos Alfaiates [···]. Nós tínhamos uma salinha da Federação, mas era uma salinha. Então se fez essa [reunião] no Sindicato, a reunião trouxe mulheres de Rio Grande, trouxe mulheres de Santa Maria, uma porção de mulheres de alguns municípios [···] e tiramos nove delegadas para o Rio. Aquela mulher que a polícia matou em Rio Grande no dia 1º de Maio, a Angelina Gonçalves [···] era uma das delegadas (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 30).

Julieta se refere, muito provavelmente, ao Congresso Nacional Feminino que ocorreu no Rio de Janeiro entre 23 e 25 de maio de 1949.[30] Ela chega a mencionar a dificuldade que foi para conseguir as passagens para as delegadas com o prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, que havia prometido que as providenciaria – Julieta chegou a ficar de "tocaia" na entrada da prefeitura.

Logo depois foi a vez de o Rio Grande do Sul sediar um evento com mulheres do Brasil todo, segundo Julieta. Tudo indica que se trate da II Assembleia Nacional de Mulheres, ocorrida em Porto Alegre em outubro de 1953. O evento criou quatro comissões, cada uma com pelo menos dez integrantes que nunca se repetiram – indicando um número de participantes considerável. As comissões eram de Defesa da Infância, Melhores Condições de Vida, Defesa da Paz e Direitos da Mulher – Julieta compôs esta última.[31]

Julieta recorda da empreitada de forma bem-humorada e orgulhosa:

> E··· veio mãe de Pernambuco, da Bahia, de Recife, do Rio Grande [do Norte], do Rio, de São Paulo, meu Deus do Céu era tanta mulher! Agora nós tínhamos que arrumar alojamento para essas mulheres. Lá na minha casa ficaram oito. Depois eu andei distribuindo lá para as vizinhas, uma na casa de uma, uma na casa de outra··· porque não tinha, não tinha cômodo para tanta mulher. Mas fizemos··· foi muito bonito o congresso, foi feito no Sindicato dos Alfaiates, o Roque era do Partido, não é? (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 31-32).

[30] *Momento Feminino,* Rio de Janeiro, n. 60, 30 de junho de 1949, p. 5. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.
[31] Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 19, Porto Alegre, 15 de outubro de 1953 p. 169-174. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [H]. Cx 612, Disco 10, p. 170. NPH/UFRGS.

Apesar dessa participação ativa, Julieta não parece ter exercido cargos de direção na Federação. Além dela própria não se atribuir esses papéis, as duas diretorias que encontramos discriminadas por nomes e atribuições não contam com ela: a direção eleita em 1951 tinha Rita Guedes Brandão na presidência; Anita Couto de vice; 1º Secretária – Maria Pereira; 2ª Secretária – Alda Lobo; 1ª Tesoureira – Maria José Lopes; 2ª Tesoureira – Maria Vinira Oliveira. O Congresso que elegeu essa direção também criou uma Comissão Feminina Contra a Guerra, que tinha a presença de Aldair Machado, Alda Lobo, Iracema Oliveira Lima, Celita Azambuja, Maria da Conceição Oliveira Lima e Elcí Azambuja.[32] A direção que tomou posse em 1953 também não tinha Julieta entre suas integrantes: Presidente – Odith Saldanha; 1ª Vice-Presidente – Aracy Del-Arroio; 2ª Vice-Presidente – Rita Brandão; 1ª Secretária – Esther Milman; 2ªSecretária – Sibila Gutierres; 1ª Tesoureira: Ambrosina Cabral; 2ª Tesoureira –Leonor Cabral.[33]

Isso não significa dizer que Julieta não fosse bastante atuante na Federação. O DOPS nos informa que ela teve um papel mais importante nos bastidores e na articulação. Nesse mesmo ano de 1953, por exemplo, um boletim informava que a FMRGS estava organizando um "Protesto contra a panela vazia":

> Por volta das dezessete horas do dia 23 do corrente, componentes daquela agremiação comunista promoveram uma concentração no Largo da Prefeitura, nesta capital, com a participação de uns cem "patriotas", mulheres na sua esmagadora maioria, que ostentavam cartazes e faixas com diferentes dizeres, dentre os quais se destacavam os seguintes:
> "ESTAMOS COM OS GREVISTAS DE SÃO PAULO – ABAIXO A CARESTIA DE VIDA – VIVA A PAZ – QUEREMOS A REBAIXA DE PREÇOS – VILA JARDIM LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA – QUEREMOS ARROZ AO PREÇO DE Cr$ 2,80."
> Para não perderem o hábito, as "donas de casa" ali concentradas levaram a efeito um comício em que se fizeram ouvir as costumazes agitadoras LILIA PINHEIRO, JULIETA BATISTIOLI, LEONOR SCLIAR CABRAL, MARIA VARGAS, UNIVERSINA TORRES TATSCK, MARIA JOSÉ LOPES e ODITE SALDANHA, às quais, em síntese, assim se pronunciaram:
> [...]

[32] *Momento Feminino.* Rio de Janeiro, n. 81, fevereiro de 1951, p. 4. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.
[33] *Momento Feminino*. Rio de Janeiro, n. 98, janeiro-fevereiro de 1953, p. 9. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.

> JULIETA BATISTIOLI – Dizendo-se porta-voz dos operários das Indústrias Renner, atacou o atual sistema de governo, "no qual os operários são relegados a plano secundário, pois não são consultados sobre coisa alguma, razão pela qual deviam intensificar a luta por melhores salários e, consequentemente, melhores condições de vida." A seguir, após investir contra o Instituto Riograndense do Arroz, no que concerne, principalmente, à falta e elevação do custo do arroz popular nas feiras livres, aludiu a um congresso sindical a que compareceram poucos operários e muitos policiais, "estes sempre com a finalidade de intimidar aqueles", aconselhou aos trabalhadores exigirem que seus sindicatos reivindiquem um salário mínimo de mil e quinhentos cruzeiros; e apelou a todas as mulheres cerrarem fileiras em torno da FEDERAÇÃO DE MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL, "a única organização que verdadeiramente defende os interesses das donas de casa, lutando contra a carestia e demais males e necessidades que as afligem."[34]

O uso de aspas para se referir às "donas-de-casa" não deixa de ser curioso: é como se o censor alertasse seus superiores para não se deixarem enganar pela ocupação que elas alegavam exercer. Se, consciente ou inconscientemente essas mulheres conseguiam instrumentalizar os papéis de gênero a elas atribuídos, parece que a censura percebeu.

Talvez a referência mais curiosa – diferente dos outros pertencimentos constantemente atribuídos a ela – que foi encontrada em relação à atuação de Julieta no movimento feminino comunista seja um "Curso de capacitação política e revolucionária exclusivamente para mulheres", ministrado em fevereiro de 1954. Segundo o Boletim do DOPS, Julieta Battistioli ("de nome de guerra 'Ana'", informação que só aparece aqui), Lília Pinheiro, Maria Crespo e Gínia Melo (deve referir-se a Gínia Macline que Julieta cita bastante em suas memórias) eram as professoras.[35]

Quando Julieta parece viver uma espécie de auge em termos de atuação partidária, acaba sendo expulsa.

A expulsão do PCB

[34] Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 8, Porto Alegre, 30 de abril de 1953, pp. 44-53. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, p. 53. NPH/UFRGS.
[35] Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 3, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1954, pp. 47-50. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, s/p. NPH/UFRGS.

A partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB vai consagrar a linha sectária iniciada em 1948 após a declaração de ilegalidade do Partido. Muitos militantes que acabaram perdendo espaço diante dessa nova linha – quando não foram simplesmente expulsos – recordam do momento de maneira muito depreciativa. Eloy Martins, por exemplo, lembra do Manifesto como forma de "justificar a covarde posição da direção, que levou à entrega da legalidade sem o menor sinal de luta." (MARTINS, 1989, p. 95). Ainda de acordo com o metalúrgico, na prática, se antes a ideia era "apertar os cintos", agora as greves eram feitas "por decreto".

Em parte isso explica a expulsão de Julieta do Partido, que segundo foi possível verificar até o momento ocorreu entre 1952 e 1953. O PCB fazia do Abono de Natal, espécie de 13º da época, uma de suas grandes bandeiras de mobilização, organizando comícios e greves. Julieta foi instruída a organizar um comício em frente ao seu local de trabalho para exigir o direito, no entanto ela recorda que a Renner oferecia uma alternativa a esse abono, que era visto pela maioria de seus colegas como algo benéfico:

> Eles costumavam dar uma cesta de natal. Todos os anos··· uns dois anos foi cesta. Mas o partido criticava, eles criticavam muito a cesta. Porque por milhares de dinheiro que eles ganhavam no fim do ano davam uma cesta para o operário, um artigo comum. Mas era um artigo de Natal que eles davam. Então se criticou muito e aí ele (Renner) deixou de dar o cesto. Mas eu pegava a minha cesta (RISOS). Pegava a minha cesta, mas esclarecia o que era a cesta (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 13).

Após a cesta, a Renner passou a distribuir um vale para ser trocado por seus próprios produtos:

> Criticamos este vale, criticamos por ele ser assim. Nós não queríamos este vale, nós queríamos o dinheiro, mas já que não era o dinheiro então que ele fosse parcelado [precisava ser trocado todo de uma vez]; aí, no outro ano eles fizeram parcelado··· fizeram para gastar umas quarenta vezes, [para] ir lá umas quarenta vezes buscar (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 14).

Julieta recorda que esse vale ela não pegou, por pressão do Partido. Mais que isso, ela precisaria fazer um comício relâmpago:

> (O Partido) queria que eu, nesse dia que eles deram o vale, eles queriam que eu fosse para defronte de uma loja dele ali··· no (bairro) Navegantes, o Renner tinha uma loja, e fizesse um comício relâmpago para que elas não entrassem para comprar, esta coisa, e eu não quis fazer isso, eu me recusei porque via que ia falar uma coisa que elas não estavam sentindo, porque elas iam gastar [···] Então, quando veio o mestre me dar o cartão, eu disse assim: "Não, eu não quero, não vou assinar"··· Tinha que assinar uma lista que tinha recebido (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 14).

Julieta recorda que após essa recusa, acabou "escrachada" nas páginas da *Tribuna Gaúcha* – ainda não foi encontrada essa edição – e, em seguida, ela acabou expulsa do Partido e parou de militar. Outro fator que contribuiu para isso, segundo recorda, foi justamente a sua atuação parlamentar:

> O Partido às vezes queria o impossível de eu fazer, essa que é a verdade. O meu procedimento na Câmara de Vereadores, [por exemplo]··· me criticaram muito: "Que eu era··· que eu não falava na Câmara de Vereadores, que eu···.". Isso aí sabiam que ia ser, eu não tinha cultura para aquilo! (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 47).

A memória dessa época e dessa atuação remetem à suposta falta de preparo de Julieta e às exigências consideradas descabidas do PCB – manifestadas em outras situações, como a exigência do comício mencionado. Aqui é preciso atentar para a ideia de repertório, como apresentada por Daniel James. Julieta se narra de acordo com "papéis, convenções e formas de autorrepresentação" (JAMES, 2004, p. 217) disponíveis para uma tecelã que recorda de situações dos anos 1940 e 1950 no final dos anos 1980, data da entrevista. Talvez o machismo como explicação não fizesse parte desse arcabouço, assim como o discurso da injustiça cometida contra si. Este último ponto, aliás, é muito corriqueiro em quase todas as memórias de antigos militantes homens – Leôncio Basbaum, Eloy Martins, Osvaldo Peralva, por exemplo (BASBAUM, 1976; MARTINS, 1989; PERALVA, 2014). Todos eles se sentem traídos e demonstram mágoas analisando o percurso em retrospectiva. Julieta, apesar da mágoa (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008,

p. 57),[36] não se conta dessa forma. Aliás, ao reforçar o discurso de despreparo, chega a conferir pouca importância ao que de fato fez:

> [···] defender os trabalhadores, eu defendia! Uma vez foi com os portuários, não sei o que foi que eles fizeram lá, trabalhando com os portuários, aí eu pedi a palavra e falei sobre os portuários, que estavam em luta, que estavam nisso e naquilo e naquilo outro. Da minha, da fábrica Renner mesmo, alguma coisa que estava mal feito eu levantava lá dentro, quer dizer, a minha atuação lá dentro da Câmara de Vereadores foi só··· [em relação] aos trabalhadores (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 47).

Foi preciso que o entrevistador interviesse, recordando do trabalho nos bairros, para que Julieta fosse lembrando de outras situações:

> Trabalhamos muito nas vilas, isso é verdade. As vilas, as escolas nas vilas··· uma escola eu consegui que as mulheres fizessem, foi uma vitória. Foi aqui na nossa zona, a Escola "Dolores Alcaraz" (bairro Passo D'Areia).
> [···]
> Ah! E outra foi uma bica d'água (uma torneira) na vila São José, elas queriam uma torneira pública para botarem as tinas em volta para poderem lavar as roupas. Isso se conseguiu também (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 48).

Os anos 1960 e 1970 parecem ter deixado Julieta de fora dos holofotes, e as notícias referentes a ela simplesmente desaparecem.

Considerações finais

Em 1988 Julieta Battistioli se tornou cidadã emérita da capital gaúcha, e em 1998 – dois anos após falecer, com 89 anos – a Câmara de Vereadores de Porto Alegre batizou a Escola do Legislativo com o seu nome (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 355).

Ao tornar-se Cidadã Emérita, Julieta proferiu o seguinte discurso:

> Minhas senhoras e meus senhores, que, no meu tempo, lutavam junto comigo e que juntos saíamos às ruas a coletar assinaturas contra a ida de nossos filhos à Coréia, a esses e à Angelina Gonçalves, ferida pela Polícia em Rio Grande e que

[36] Ela chega a afirmar que foi ao banheiro vomitar ao ver as críticas que recebeu nas páginas de *A Tribuna.*

> acabou numa cadeira de rodas. A todos esses, essa homenagem. (...) disseram tantas coisas que eu não sei se mereço ou se mereço muito mais pelas lutas que eu tive, mas todas essas companheiras que hoje lutam e que agora têm um caminho mais aberto, fizeram grandes movimentos pela mulher camponesa no Gigantinho, a minha saudação. É um dia muito feliz. (...) Assim, meus companheiros, a nossa luta é a mesma, a luta dos companheiros de hoje, moços, jovens com focam [sic] e que lutam pela emancipação do trabalhador, pela emancipação da mulher e que lutam pelo direito digno de vida, por menos fome, por menos morte nas vilas. Por tudo isso que ainda temos que atravessar e lutar por um mundo melhor, onde todos poderão viver condignamente.[37]

Julieta pode ter deixado a militância ao longo dos anos 1960 e 1970, mas tudo indica que suas ideias e maneira de ver o mundo permaneceram: a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária e a emancipação do trabalhador e – agora com ênfase – da mulher.

Bibliografia

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARVALHO JÚNIOR, Francisco; GARCIA, Eliane Rosa (Orgs.). *Adorável Camarada – Memórias de Julieta Battistioli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, v. 10, p. 169-178, 2006.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.* Caxias do Sul: EDUCS/Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu,* (8/9), Unicamp, pp.319-342, 1997.

[37] PROC. Nº 4006/07, PLL Nº 113/07. Disponível em http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf Acesso em 26 fev 2019, p. 3.

JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política.* Buenos Aires: Manantial, 2004.

KONRAD, Diorge, A FORGS, a LEP e o Inspetô Reacionário: a Negação da Política como Espaço da Luta Social (1933-1935). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 2, p. 400-409, 2009.

LEVI Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas*: *a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha*: *Anarquistas, Comunistas, Socialistas e Trabalhistas.* Porto Alegre: Palmarinca, 2008.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: memórias de um metalúrgico.* Porto Alegre: s/e, 1989.

NUNES, Guilherme Machado. Revendo a Conjuntura 1933-1935 em Porto Alegre através da vida de Policarpo Hibernon Machado. *Oficina do Historiador*, v. 9, p. 155-174, 2016a.

_____. *"A Lei de Férias no Brasil é um aleijão": greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016b.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 9, n. 18, ago-set., pp. 9-18, 1989.

PETERSEN; Sívlia R. F. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações.* Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

REICHEL, Heloísa. J. (Org.). Vida e trabalho num bairro fabril: depoimentos. *Revista Anos 90 (UFRGS)*, v. 2, p. 187-197, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas.* RJ: Zahar, 1999.

Fontes

Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP)

A Classe Operária, 1945-1950

A Tribuna, 1945-1947

Tribuna Gaúcha, 1947-1952

Hemeroteca Digital Brasileira

A Manhã, 1935

Gazeta de Notícias, 1948

Jornal do Dia, 1948

Momento Feminino, 1949-1956

Tribuna Popular, 1947

Voz Operária, 1951

Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS)

Acervo João Baptista Marçal

A Voz do trabalhador, 1934-1935

Fundo DOPS – pasta 19

Boletim n. 47, Porto Alegre, 15 de novembro de 1951. pp. 124-136.

Ofício n. 419, Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, p. 22-30.

Boletim n. 19, Porto Alegre, 15 de outubro de 1953 p. 169-174.

Boletim n. 8, Porto Alegre, 30 de abril de 1953, pp. 44-53.

Boletim n. 3, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1954, pp. 47-50.

Outras fontes

PROC. Nº 4006/07, PLL Nº 113/07. Disponível em http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf Acesso em 26 fev 2019.

Dor, Sofrimento e Exorcismos: O Problema da Carne na Idade Moderna

Pain, Suffering and Exorcisms: The Problem of the Flesh in Early Modern Age

Gabriel Elysio Maia Braga[1]

Resumo

As possessões demoníacas foram uma questão de relevância religiosa, filosófica e médica na primeira metade do século XVII. Este artigo tem como objetivo trabalhar com alguns conceitos de Michel Foucault e Giorgio Agambem a fim de fundamentar alguns referenciais teóricos para a pesquisa sobre possessões demoníacas e rituais de exorcismo na Idade Moderna. De Foucault, utilizo principalmente os quatro volumes de História da Sexualidade – sendo que o quarto e último foi publicado em 2018. De Agambem o livro *O Uso dos Corpos*, traduzido para o português em 2017. Igualmente importante é o primeiro volume de *História do Corpo* (2012). A partir destes referenciais, procuro desenvolver uma análise do corpo na perspectiva cristã da carne e do corpo no ritual de exorcismo.

Palavras-chave: Carne; Corpo; Exorcismos

Abstract: Demonic Possessions were an important matter of religious, philosophical and medical relevance in the first half of the 17th century. This article intends to operate with a few concepts of Michel Foucault and Giorgio Agambem, for the purpose of stablish some theorical references to a research about demonic possession and exorcism rituals in Early Modern Age. I use the four volumes of *The History of Sexuality* by Foucault – the fourth was published in 2018 - and *The Use of Bodies* by Agambem, that was translated to Portuguese in 2017. Equally important is the first volume of *The History of the Body*. From these references, I intend to develop an analysis of the body in the Christian perspective of the flesh and the body in the exorcism ritual.

Keywords: Flesh; Body; Exorcism

A coleção *História do Corpo*, composta de três volumes dirigidos por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello foi lançada em 2005. O objetivo da coleção foi o de trazer para o centro dos estudos históricos modos de fazer e de sentir. Buscar o ser-humano concreto, nas palavras dos três organizadores. "Mas é preciso tornar mais complexa essa noção de corpo, mostrar o papel que nele desempenham as representações, as crenças, os efeitos de consciência" (CORBAIN; COURTINE; VIGARELLO; 2012, p. 8) O que os organizadores pretenderam mostrar com a coletânea de textos selecionados é que o corpo não é mero objeto submisso à consciência, mas que também

[1] Mestre e doutorando em História pela UFPR. Desenvolve pesquisa sobre possessões demoníacas e exorcismos na França moderna. Contato: gab.braga94@gmail.com.

pode conduzi-la (CORBAIN; COURTINE; VIGARELLO; 2012, p. 9), por isso a relevância de tratar o corpo como central em estudos históricos.

O século XVII foi trabalhado tanto pelos organizadores de *História do Corpo*, quanto pelo filósofo Michel Foucault em *História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber* (1976). O filósofo francês destacou uma grande ruptura no seiscentos: o "nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem" (FOUCALT, 1999, p. 109). Foi também o século da ascensão do mecanismo, momento em que o corpo perdeu "seus velhos encantos, para um novo regime de imagens" (CORBAIN; COURTINE; VIGARELLO; 2012, p. 8). Foi o século do declínio da Magia, como teorizou Keith Thomas.[2] A filosofia mecanicista ajudou a modificar a visão que se tinha de corpo, contribuindo para explicações que focassem na Natureza e no próprio corpo. O corpo explicado pelo corpo foi importante para o desenvolvimento do conceito de *doenças da imaginação* e o posterior desenvolvimento da psiquiatria.

Nesse artigo, pretendo explorar algumas considerações presentes na obra de Foucault acerca da disciplina e do corpo no contexto cristão moderno. Serão tratadas as questões da disciplina, o poder pastoral, o dispositivo da confissão e o problema da carne. Busco nessas questões, referenciais teóricos que auxiliem em minha pesquisa de doutorado, sobre as possessões demoníacas e os rituais de exorcismo na Idade Moderna. Acredito que as contribuições de Foucault e alguns de seus comentadores podem enriquecer a análise do corpo possuído e do corpo exorcizado.

Foucault, Corpo e Disciplina

Uma das grandes questões discutidas por Foucault ao longo de sua obra foi de ordem epistemológica. O filósofo francês se debruçou em pesquisas sobre o desenvolvimento dos saberes do indivíduo, em especial aqueles em que o corpo é seu objeto principal, alvo de seus empreendimentos. Em meio às suas pesquisas, descreveu

[2] Me refiro aqui ao livro *Religião e o Declínio da Magia* (1971).

uma série de poderes-saberes que agiam sobre os corpos, a fim de controlá-los, transformá-los, ou até mesmo, produzir um corpo novo.

No segundo capítulo – *Os Recursos Para um Bom Adestramento* – de *Vigiar e Punir* (1987), Foucault comentou sobre o nascimento das "ciências do homem": "Aparentemente ele deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos" (FOUCAULT, 2014, p. 187). Ao utilizar o pronome "nesses", o filósofo se refere ao produto escrito do exame,[3] dispositivo ritualizado que visa qualificar, classificar e punir. No exército, por exemplo, o exame faz-se necessário para contabilizar as baixas, revelar os desertores e puni-los; no hospital para classificar o estado de saúde de cada interno. Penso ser possível, a partir das considerações de Foucault, não somente incluir os conventos – que também foram alvos de algumas investidas do filósofo em outros trabalhos – como produtores de mecanismos de controle, mas também analisarmos o processo de investigação exorcista – não o ritual de exorcismo em si[4] – como uma forma de exame.

Defendo que as análises de Foucault sobre o poder disciplinar podem contribuir bastante com os estudos sobre possessões demoníacas e rituais de exorcismo na Idade Moderna. Pensarei os poderes sobre o corpo e a produção de saberes decorrentes destes poderes, em especial o saber exorcista e o saber médico, que não eram completamente opostos, pelo contrário, possuíam interessantes diálogos. Diálogos estes que podemos incluir em uma genealogia do saber psiquiátrico.

Ao investigar a produção de saberes na modernidade, Foucault constatou que "houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder" (FOUCAULT, 2014, p. 134). Desenvolveram-se, portanto, técnicas que visavam uma melhor utilização desses poderes. Foucault destacou a emergência das disciplinas, que constituíram fórmulas de dominação, de regulação e controle dos corpos. Não podemos compreender isso, entretanto, como uma simples repressão, como se o papel

[3] Importante destacar que o exame não se dá apenas através da produção de documentos escritos, mas sim é um dispositivo mais abrangente que busca qualificar, classificar e punir corpos.

[4] Este já seria um passo para além do exame, um dispositivo que envolve um delicado misto entre punição e cura.

da disciplina fosse reprimir "pulsões naturais". Para o filósofo, os empreendimentos disciplinares produziam corpos "submissos e exercitados" (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Assim, o poder disciplinar foi analisado por Foucault como uma série de dispositivos que agiam sobre os corpos, a fim de torná-los dóceis e úteis, não apenas no sentido econômico, mas também no controle de gestos e comportamentos. Tratando a disciplina como uma "anatomia política do detalhe" (FOUCAULT, 2014, p. 137), o autor destacou em *Vigiar e Punir* (1987) quatro importantes facetas do poder disciplinar: a arte das distribuições; o controle da atividade; a organização das gêneses; e a composição das forças.

A primeira diz respeito ao cerceamento do indivíduo a um espaço físico, como o colégio ou o quartel. Envolve ainda o "quadriculamento", ou seja, a designação de um lugar específico para o indivíduo. Esta designação de espaços segue várias regras, pensadas para melhor desenvolver nos indivíduos as características que são o cerne de uma dada instituição, como por exemplo, a regulamentação da posição no espaço escolar visando a produção de corpos que estudam e obedecem. Deve-se destacar que uma das características desse quadriculamento é o caráter celular desses lugares. Na produção de corpos obedientes é necessário o elemento da solidão. Tal propriedade se relaciona a um dispositivo mais antigo, a cela dos conventos (FOUCAULT, 2014, p. 141).

O controle das atividades é outra importante tecnologia de poder. É neste dispositivo que se encontra o controle do tempo, a fim de desenvolver no corpo um ritmo. A vida nas ordens religiosas, nos colégios e nos quartéis era regida por sinais que indicavam a hora de acordar, de rezar, de se arrumar, de correr, dentre outras atividades. Além disso, há toda uma elaboração acerca da duração de um determinado ato e o local em que deve ser realizada.

A organização das gêneses diz respeito à formação, à separação de corpos de acordo com os diferentes níveis de formação. Esta organização é a colocação da disciplina na duração, dividindo os indivíduos em segmentos a fim de fazê-los passar pelos outros segmentos dessa duração, os quais seguem uma ordem de aquisição de aptidões. É importante ressaltar que a passagem de um segmento a outro é marcada por

uma prova "que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo" (FOUCAULT, 2014, p. 155).

Por último, a composição de forças, que não visa apenas a soma da produtividade dos elementos individuais, mas sim um conjunto que supere essa soma, que potencialize as capacidades individuais. Dentro desse conjunto "o corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar" (FOUCAULT, 2014, p. 162). Cada uma dessas peças é treinada a responder estímulos dentro de um cuidadoso sistema de comando. A resposta aos sinais deve ser automática, sem que haja uma reflexão sobre o ato a ser tomado.

Por conta desses quatro fatores destacados, Foucault concebeu a disciplina como um poder de treinamento e adestramento. Por isso afirmou que "a disciplina 'fabrica' indivíduos", pois os toma enquanto objetos e instrumentos, o que acaba por gerar um poder sem o caráter explícito do poder monárquico, mas sim um poder mais discreto que funciona através de táticas calculadas (FOUCAULT, 2014, p. 167). Com esses apontamentos, o filósofo francês ajudou a desconstruir uma visão vertical de poder, adicionando às análises sobre o poder não apenas um elemento de horizontalidade, mas também mostrando que o poder era algo muito mais complexo do que os pensamentos marxista e liberal teorizavam.

Em meio ao desenvolvimento do poder disciplinar, há também que se destacar uma relevante mudança de paradigma no que diz respeito ao tratamento daquele que era considerado doente, desviante ou anormal. De acordo com a análise de Foucault, em um primeiro momento, antes de os instrumentos de poder sobre o corpo estarem razoavelmente desenvolvidos, havia a exclusão da ameaça do corpo social. O leproso, por exemplo, era condenado ao exílio. Contudo, a partir do século XVII passou a se observar uma diferente dinâmica no trato desses indivíduos, o acolhimento ou, posteriormente, a internação.

Pensemos no caso das bruxas e das possuídas. As primeiras representavam a heresia, o mal à religião e ao bem-estar da população. As bruxas traziam consigo os malefícios, o pacto voluntário com o Diabo e toda sorte de eventos maléficos. A solução

proposta pela Igreja Católica contra esse mal era a fogueira, que poderíamos considerar como uma exclusão da sociedade. A eliminação da ameaça era a resposta para a bruxaria, não havia salvação nem tratamento que pudesse transformar o corpo da bruxa em um corpo dócil.

Já o caso das possuídas podemos ligar ao paradigma da peste. Os corpos possuídos já não eram condenados à fogueira ou ao cumprimento de suplícios, mas eram acolhidos no seio da Igreja que neles performava um ritual de cura corporal e espiritual, uma expulsão do espírito maligno que havia modificado aquele corpo. Ao contrário da bruxa, é importante lembrar, a possuída aparece em locais físicos da Igreja, em especial no ambiente do convento. A feitiçaria aparecia sobretudo nos "limites exteriores do catolicismo" (FOUCAULT, 2001, p. 260), no meio rural, onde havia uma menor presença de autoridades religiosas. A possuída era essencialmente uma figura citadina ou então, uma figura interna ao clero.

Há também outra importante diferença de ordem teológica. Enquanto a bruxa seria completamente culpada, por ter compactuado voluntariamente com o diabo, a possuída era vista como sendo parte integrante de uma delicada conceituação que a via como vítima, porém parcialmente culpada de sua situação. Além disso, o fenômeno da possessão envolve mais elementos do que o da feitiçaria. Enquanto esta consistia em uma relação dual entre bruxa e Diabo, nas possessões, de acordo com Foucault,

> vamos ter um sistema de relação triangular, e até um pouco mais complexo do que triangular. Haverá uma matriz em três termos: o diabo, claro; a religiosa possuída, na outra ponta; mas, entre os dois, triangulando a relação, vamos ter o confessor (FOUCAULT, 2001, p. 261).

A figura do confessor é um tanto quanto complexa, é ela que exerce o controle discursivo sobre a carne e é dela que vai surgir a figura do exorcista, ou seja, aquele que busca encontrar o problema e expulsar o demônio do corpo da possuída. O confessor ouvia os pecados, era uma figura de poder dentro do convento. Era com ele que o exorcista poderia ter um melhor panorama da situação. Tendo ciência dos pecados, teoricamente, o exorcismo ficaria mais fácil de ser performado.

Devemos também atentar ao próprio ritual de exorcismo. Tratemos primeiro dos discursos sobre o corpo. "Do corpo dessa materialidade corporal à qual a teologia e a prática penitencial da Idade Média referiam simplesmente a origem do pecado, começa a se destacar esse domínio ao mesmo tempo de exercício do poder e de objetivação" (FOUCAULT, 2001, p. 255). Em *Os Anormais* (2001), curso ministrado no *Collège de France* entre janeiro e março de 1975, Foucault destacou, na aula do dia 26/02, a qualificação cristã do corpo como carne. Esta qualificação possui um caráter de culpabilização do corpo, o qual "é ao mesmo tempo uma possibilidade de discurso e de investigação analítica do corpo" (FOUCAULT, 2001, p. 256).

Carne, Confissão e o Poder Pastoral

Um DOS instrumentos de controle da carne foi justamente a confissão. Este dispositivo de enunciação visava a construção de um discurso de verdade em primeira pessoa. Verdade esta que era a verdade da carne, a verdade do pecado, em suma, a verdade do mal. No quarto volume de *História da Sexualidade*, lançado em 2018 com o título de *Les Aveux de la Chair* [As confissões da Carne] (2018), Foucault mostra que não é uma originalidade cristã a visão negativa sobre a sexualidade. Utilizando-se da obra *Paedagogus* de Clemente de Alexandria (150-215 d.C.), o filósofo mostrou que o ideal de abstinência sexual e, principalmente, o ideal de casamento para a procriação foi apropriado pelos cristãos a partir de escritos de filósofos gregos, "foram então filósofos e diretores não cristãos que a formularam [ce sont donc des philosophes et des directeurs non chrétiens qui l'ont formulé]" (FOUCAULT, 2018, p. 9).

Devemos destacar, contudo, que na cultura Antiga não-cristã as interdições relacionadas à sexualidade eram da ordem das sugestões, ou seja, não se pretendiam regras universais tais como foram propostas pelo cristianismo. O ponto principal dessas prescrições da cultura grega era, como mostrou Foucault nos volumes 2 e 3 de *História da Sexualidade*, a temperança no uso dos prazeres. Mesmo a relação entre dois homens, tão condenada em um contexto cristão, não era interdita na Grécia Antiga, porém já havia

uma visão crítica à relação de pederastia.[5] Esta, envolvia um homem mais velho e um mais jovem e possuía caráter pedagógico. Contudo, esta relação perdeu espaço frente ao casamento entre um homem e uma mulher. "O que parece ter mudado", nas palavras de Foucault, "não é o gosto pelos rapazes, nem o julgamento de valor que se faz sobre aqueles que têm essa inclinação, mas o modo pelo qual se interroga sobre ele" (FOUCAULT, 1985, p. 189).

A relação não foi proibida, porém, nos primeiros anos de nossa era, Foucault destacou uma importante mudança. Enquanto a relação de pederastia passou a ser menos comentada, o casamento recebeu maiores problematizações, assim como o ideal da virgindade. Paralelamente, o *uso dos prazeres* passou a ser menos comentado, dando lugar a propostas de renúncia, as quais foram amplificadas pelo cristianismo e se tornaram normas universais de conduta. Junto a esse estabelecimento de normas uma série de dispositivos foram também estabelecidos, a fim de fazer valerem essas normas. Com isso, retomo a discussão sobre o dispositivo da confissão.

A confissão foi elaborada em um contexto cristão, que se destacou, segundo o filósofo, por dois elementos novos, a disciplina penitencial e a ascese monástica.[6] O dispositivo da confissão se inseria no mecanismo da enunciação, que não se opõe, mas complementa uma regra de silêncio. Deve-se falar, porém apenas em ocasiões de espaços específicos.

> A carne é o que se nomeia, a carne é aquilo de que se fala, a carne é o que se diz. A sexualidade é, essencialmente no século XVII (e ainda será nos séculos XVIII e XIX), o que se confessa, não o que se faz: é para poder confessá-la em boas condições que se deve, além do mais, calá-la em todas as outras (FOUCAULT, 2001, p. 257).

Desenvolveu-se, então, uma profunda relação entre o mal e o verdadeiro, entre o mal fazer [*mal faire*] e o dizer verdadeiro [*dire vrai*], o que une os relacionamentos

[5] A relação de pederastia foi mais amplamente discutida em *História da Sexualidade 3 – O Cuidado de Si*, publicado em 1984, no capítulo IV, *Os Rapazes*.
[6] No original, respectivamente: *la discipline pénitentielle* e *l'ascèse monastique*.

consigo mesmo, a noção de mal e a noção de verdadeiro. Mais especificamente falando, é uma relação entre

> a remissão dos pecados, a purificação do coração e a manifestação das faltas ocultas, dos segredos, e dos mistérios do indivíduo dentro do exame de si, da confissão, da direção de consciência ou das diferentes formas de 'confissão' penitencial.
> [la rémission des péchés, la purification du cœur et la manifestation des fautes cachées, des secrets, et des arcanes de l'individu dans l'examen de soi, dans l'aveu, dans la direction de conscience ou les différentes formes de « confession » pénitentielle]" (FOUCAULT, 2018, p. 50).

A prática da penitência desenvolve uma relação do indivíduo consigo mesmo, implica em um conhecimento de si, uma análise de si e mesmo uma constituição de si enquanto objeto de discurso (FOUCAULT, 2018, p. 50), sempre focando no mal fazer e no dizer verdadeiro. Foucault coloca a prática confessional como forma de subjetivação. Subjetivação esta que visa uma purificação do sujeito através do movimento que coloca à exposição os mais profundos segredos. A confissão fala do mal, fala da carne, fala do pecado, fala da verdade intrínseca ao pecador. A confissão era, por fim, um dispositivo dentro da série de poderes que formava o poder pastoral.

O poder pastoral é "um poder de tipo religioso que tem seu princípio, seu fundamento, sua perfeição no poder que Deus exerce sobre seu povo" (FOUCAULT, 2008, p. 167 – 168). É um poder que se exerce sobre indivíduos, um poder que direciona corpos e mentes. O pastor cuida do rebanho inteiro e de cada ovelha individualmente. O poder pastoral no cristianismo é o poder religioso. Cuida-se dos fiéis de modo geral, durante as pregações, festas e atividades quotidianas, e de modo individual no momento da confissão. O pastorado foi definido por Foucault como uma arte de governar indivíduos. No cristianismo, o pastorado

> deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência (FOUCAULT, 2008, p. 218 – 219).

O pastorado está relacionado a três elementos: a salvação, a lei e a verdade (FOUCAULT, 2008, p. 221). O primeiro está ligado ao movimento, à vida. Foucault trata o pastor como possuindo um poder de movimento, ele guia suas ovelhas por um caminho. O Deus hebreu aparecia mais fortemente quando seu povo estava em trânsito, buscando a terra prometida. À imagem desse Deus que guia, o pastor conduz seu rebanho à salvação. Para seguir esse caminho é necessário que se sigam as leis de Deus, que se mantenha a ordem. Por fim, para atingir o objetivo da salvação, é necessário crer, é imperativo aceitar a verdade da salvação, que é ensinada pelo pastor.

Estes três elementos citados, contudo, não são exclusivos de um pastorado cristão. O filósofo procurou, no curso citado, encontrar que elementos diferenciariam o poder pastoral cristão de outros. Foucault destacou "uma série de relações de reciprocidade entre o pastor e as ovelhas" (FOUCAULT, 2008, p. 223). Essa complexidade de relações se expressa na obrigação pastoral de salvar a todos, o que significa "salvar o todo e cada um" (FOUCAULT, 2008, p. 22 – 224.). De modo mais geral, a ovelha corrompida deveria ser excluída, pois poderia comprometer a integridade do todo. Entretanto, a obrigação para com cada um individualmente não permite ao pastor que abandone suas ovelhas, ele deve buscá-las e resgatá-las de modo individual, mesmo que para isso tenha que preterir o todo momentaneamente. Nisso consiste o que Foucault destacou como o *paradoxo do pastor*. Todos devem ser salvos, porém um é tão importante quanto o todo.

Nesse paradoxo é possível perceber, em minha opinião, através desse imperativo de resgate, uma gênese da internação. Ao longo dos séculos XVI e XVII, como destacado em *Os Anormais*, passou-se do paradigma da lepra – a exclusão dos corrompidos/doentes – para o paradigma da peste – a segregação destes – a Igreja também passou a funcionar com lógica similar em relação às almas e aos corpos corrompidos. Passou-se do anátema ao exorcismo, da exclusão do indivíduo ao resgate do corpo com a expulsão do demônio, da fogueira das bruxas à salvação da alma da freira possuída.

Há, portanto, com esse aparelho de direcionamento de consciência, como definido pelo filósofo, a fabricação de um corpo, o corpo da renúncia. O corpo da freira é aquele

que renunciou aos prazeres, é o corpo que desqualifica a carne, o corpo da concupiscência. O dispositivo da confissão não visa propriamente um corpo produtivo no sentido de utilidade, mas um corpo que produz renúncias, que produz um controle sobre o próprio corpo, sendo que este é o corpo do desejo. Há, portanto, a produção de um corpo que se autorregula e se desqualifica em termos de desejo.

As disciplinas nos séculos XVII e XVIII, como definiu Foucault, se tornaram fórmulas gerais de dominação. Um ponto destacado em *Vigiar e Punir*, mais especificamente no capítulo *Os Corpos Dóceis*, é a atenção dada ao detalhe. Para o filósofo foi justamente "nessa grande tradição da eminência do detalhe [que] viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã" (FOUCAULT, 2014, p. 137).

> O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Os detalhes eram importantes para a produção de um corpo que ultrapassasse o caráter pecaminoso da carne. Mesmo que essa superação não pudesse ser atingida completamente, há na modernidade diversas correntes religiosas que propunham a degradação do corpo como forma de fortalecimento do espírito e da fé, como forma de atingir o ideal do sofrimento corporal do Cristo. A atenção aos detalhes foi importante para o desenvolvimento da autorregulação do corpo, do desenvolvimento de um autocontrole e de uma atenta vigilância aos desejos suscitados pela carne e mesmo aos gestos. Era a partir de detalhes que se atestava uma possessão demoníaca. É claro que as convulsões não podem ser chamadas de "meros detalhes", contudo, elas só eram validadas como sinais de possessão se acompanhadas de uma série de acontecimentos, de uma série de gestos, de uma série de dizeres, enfim, de uma série de detalhes.

Em busca de uma melhor compreensão sobre o corpo, o problema da carne e a disciplina atenta aos detalhes, própria do cristianismo, comentarei sobre o ideal do sofrimento corporal na modernidade, através principalmente dos místicos. Para isso,

utilizarei considerações apresentadas no primeiro volume de *História do Corpo*. É importante, para que se compreenda o corpo possuído, entender qual era o ideal a ser atingido pelas religiosas ascéticas, em outras palavras, o corpo oposto ao da possessão.

O Ideal de Corpo Sofredor na Idade Moderna

Uma das obras influenciadas pelos apontamentos foucaultianos sobre o corpo e a disciplina é a coleção *História do Corpo*. Na introdução do primeiro volume – *Do Renascimento às Luzes* – Georges Vigarello procurou destacar a moderna emergência do corpo:

> O que é primordialmente evocado neste livro é esta 'moderna' emergência do corpo: um corpo cujos dispositivos são imaginados independentemente da influência dos planetas, das forças ocultas, dos amuletos ou objetos preciosos (VIGARELLO, 2012, p. 16).

Evidente que não podemos tomar o advérbio *independentemente* como regra absoluta para explicar as visões sobre o corpo na modernidade. Como já enunciara o historiador Robert Darnton (1988):

> De fato, havia uma quantidade suficiente de fluidos, patrocinados por uma quantidade suficiente de filósofos, para provocar vertigens em qualquer leitor do século XVIII. Era um século de "sistemas" e um século de empirismo e experimentalismo. Os "cientistas", muitas vezes padres, buscavam a "ciência", conhecida frequentemente apenas como filosofia [...] (DARNTON, 1988, p. 20).

Um exemplo de *força oculta*, como definiu Vigarello, que influenciava no corpo humano era a imaginação, tal como aparece nas obras do filósofo protestante alemão Michaël Ranft (1700 – 1774), do bispo católico italiano Giuseppe Davanzati (1665 – 1755) e do monge beneditino francês dom Augustin Calmet (1672 – 1757). Estes três autores escreveram, na primeira metade do século XVIII, trabalhos que se propuseram a analisar os relatos de ataques de mortos-vivos sugadores de sangue, os vampiros, dos Bálcãs. Ranft talvez seja o que mais se destaque no que diz respeito à imaginação. Para este

filósofo germânico, a imaginação era um *pouvoir caché* [poder oculto] da Natureza (RANFT, 1995, p. 15). Embora estivesse situada no interior do corpo, a imaginação poderia agir independente deste. Sua explicação para o fenômeno do vampirismo expressa bem o poder da imaginação. Para Ranft, os vampiros nada mais eram que cadáveres cuja imaginação continuava agindo apesar da morte,[7] causando assim, efeitos devastadores nos vivos.

Apesar de ainda existirem diversos fluidos e poderes ocultos da Natureza, não é possível negar que o corpo sofreu um processo de singularização, contando com uma "acentuação das imposições coletivas" e uma "acentuação da libertação individual" (VIGARELLO, 2012, p. 16 – 17). O corpo, como apontou o historiador da modernidade Jacques Gélis, foi o centro do ministério cristão (GÉLIS, 2012, p. 19). Construiu-se toda uma devoção em torno do corpo de Cristo, o "encontro do Verbo com a Carne" (GÉLIS, 2012, p. 19). O corpo de Cristo tornou-se, portanto, um exemplo, um ideal a ser atingido. O cristianismo é a religião do Deus encarnado, que aceitou sacrificar-se em prol da humanidade. Sacrifício este que é o ideal máximo de pastor, "para salvar suas ovelhas, o pastor tem de aceitar morrer" (FOUCAULT, 2012, p. 226).

Em primeiro lugar, então, gostaria de explorar o sofrimento como ideal para o corpo, a dor como uma forma de integração com Cristo. Gélis destaca que entre os séculos XIV e XVIII desenvolveu-se uma série de crenças e ritos cujo centro era o sofrimento de Jesus, sua dor era exaltada (GÉLI, 2012, p. 27 – 28). Com o movimento da contrarreforma, as chagas de Cristo foram cada vez mais explicitadas nas imagens religiosas, seu aparecimento no corpo de religiosos como sinal de sua fé e/ou de sua santidade não foi mera coincidência. A atenção para a dor e a tortura foi muito forte no cristianismo. Os místicos da modernidade utilizavam-se do sofrimento como forma de devoção, não apenas o sofrimento corporal, mas também o da alma.

[7] Ranft compartilhava da visão de Paracelso acerca da *vis vegetans*, ou seja, a vida vegetativa do cadáver. A morte só seria realmente consolidada com a total decomposição do corpo. Até a consolidação, o corpo e a mente continuariam em atividades não conscientes e não voluntárias.

Gélis apontou que "[...] o massacre dos inocentes nunca deixou de nutrir o imaginário do Ocidente cristão" (GÉLIS, 2012, p. 51). O tempo dos grandes martírios havia acabado, não existia mais uma perseguição aos seguidores de Cristo. Contudo, o autor destacou um anseio pelo martírio, uma espécie de *vontade de martírio* – ou como definiu Gélis, *desejo de martírio* – que era muito presente nos místicos. O ideal para o corpo nesse caso era reviver a Paixão, compartilhar o sofrimento do Salvador:

> O místico vive de maneira permanente uma dupla relação com o corpo divino. Pela comunhão, ele o assimila; por ser seu desejo de partilhar o sofrimento do Redentor, ele aspira fundir-se ou incorporar-se no corpo divino. Se o corpo é o principal obstáculo para chegar a Deus, ele pode ser também o meio de operar sua salvação (GÉLIS, 2012, p. 53).

Há, portanto, ideias de utilização do corpo, através de uma violência muitas vezes auto afligida, para que se atinja um ideal de experiência cristã. A degradação do corpo esteve muito presente na literatura hagiográfica, grande modelo para a experiência mística. Havia a obrigação da dominação da própria carne, da superação dos desejos, do controle da concupiscência. Nas palavras de Gélis, "domar a própria carne é antes de tudo infligir-se uma feroz disciplina" (GÉLIS, 2012, p. 55), que visa o desprezo do corpo e a rejeição do mundo. É uma disciplina que visa inscrever o corpo dentro da experiência da Paixão através de condutas extremas tais como o jejum e a maceração. Tais condutas expressam uma busca por um corpo que, não podendo ser classificado como corpo santo, pode ser chamado de um corpo redimido, tendo em vista o problema da carne, trabalho em *Les Aveux de la Chair* (2018). O jejum e a maceração visavam a redenção da carne através de uma punição ao corpo pelo seu caráter intrinsecamente pecaminoso. Por esse motivo o corpo foi considerado por Gélis como obstáculo e meio de se chegar a Deus. A integração com o Salvador apenas ocorreria se superados os obstáculos impostos pela carne. Tais obstáculos só seriam superados se o corpo fosse dominado pela mente, o que implicava, em se tratando de um contexto cristão místico, em conduzir o corpo a condições extremas de dor e fome. Era necessário expressar fisicamente o desprezo pela carne.

O desprezo se mostrava fortemente ao desafiar as "regras do comportamento ordinário do corpo" (GÉLIS, 2012, p. 59), ou seja, viver sem comer, dormir ou evacuar. Confrontar a própria Natureza em prol de uma soberania do espírito. Em prol de um fortalecimento do espírito a fim de torná-lo invulnerável às incursões demoníacas. Este espírito vigiaria e coagiria constantemente o corpo (GÉLIS, 2012, p. 60), por causa dos grandes perigos que a carne representava. É uma punição auto afligida em decorrência do caráter pecaminoso intrínseco à carne.

Essas condutas extremas de estigmatização do próprio corpo não passaram despercebidas pelos médicos. De fato, houve diversas investigações para atestar a veracidade do caráter sobrenatural das chagas dos místicos, muito similares, aliás, as investigações que determinavam se um dado caso de possessão era verdadeiro ou falso. A justificativa para tais investigações era a de que "através do corpo místico, é exatamente Cristo que se encarna de novo para sofrer: portanto, a estigmatização é sobrenatural" (GÉLIS, 2012, p. 71). Logo, a aspiração de imitar os sofrimentos da Paixão não podem ser explicadas, na opinião de Gélis, como simples mimetismo, mas devem ser analisadas em um contexto maior e de longa-duração de uma educação cristã que ressaltava as dores e o corpo crucificado e sofredor de Cristo.

Por fim, para concluir as considerações sobre o ideal de corpo sofredor na modernidade, comento sobre a doença. Na busca por um Deus sofredor, "a doença está em toda parte" (GÉLIS, 2012, p. 76). A doença era uma forma de sofrimento que poderia purificar a alma através da dor, por isso Gélis traz vários relatos que enalteceram religiosas que suportaram as dores de tumores, por exemplo, sem recorrer a um médico. A doença era vista, nesse contexto, como uma forma de elição divina.[8]

É importante diferenciarmos essa doença, pois ela é bastante específica. A doença vista como eleição não era a mesma doença desencadeada pelos excessos de prazeres, ou nas palavras de Foucault, pelo "uso demasiado frequente dos prazeres do amor [l'usage trop fréquent des plaisir de l'amour]" (FOUCAULT, 2018, p. 39). Muito do discurso

[8] Sobre os tumores o autor declarou: "Esta destruição certa do corpo é o sinal visível de uma eleição: ao enviá-lo a alguém, é sinal de que Deus escolheu essa pessoa". Cf. GÉLIS, 2012, p. 79.

da abstinência se baseava em possíveis doenças e distúrbios que poderiam advir de excessos de prazeres. Se considerarmos a possessão como uma doença tanto da alma quanto do corpo, é possível questionarmos sobre a proveniência de tal maleficio. Se por um lado o tumor era enviado por Deus a fim de que o "eleito" passasse por um período de provações baseadas na dor, por outro a possuída não era detentora desta classificação. Diferente das bruxas que eram completamente culpadas por sua condição, as possuídas não chegavam a ser isentas de culpa. Há de se analisar nos casos de possessão demoníaca o discurso acerca do uso dos corpos e da sexualidade.

Justamente por não ser considerada inteiramente culpada, a possuída, dentro da visão cristã moderna, havia cometido alguma falha de conduta que teria permitido que o demônio possessor se apoderasse de seu corpo. Penso ser possível questionar acerca do *uso dos corpos* dentro do contexto cristão moderno. Partirei da perspectiva do filósofo italiano Giorgio Agamben em *O Uso dos Corpos* (publicado originalmente em 2014), para em seguida apresentar minhas considerações finais, referindo-me mais especificamente ao exorcismo enquanto produtor de um novo corpo.

O *Uso dos Corpos* e a Obediência

Giorgio Agamben (1942 –) resgatou a expressão *uso dos corpos* de Aristóteles, mais precisamente da obra *Política*. Para o filósofo grego, o escravo era aquele cuja obra seria o uso do próprio corpo (AGAMBEM, 2017, p. 22). O uso do próprio corpo e nada além. Ademais, o escravo não pertencia a si, mas sim a outrem. Portanto, não partia de uma vontade própria, mas da vontade de outro. Este outro, definido como *homem*, seria *homem* justamente por que sua obra, diferentemente do caso do escravo, não se limitava ao uso do corpo. O homem seria o ser-em-obra da alma, o que segue a divisão entre corpo e alma tal como proposta pelo filósofo grego.[9]

[9] Agamben traz essa definição a partir de suas sentenças simétricas aristotélicas: "a obra do homem é o ser-em-ato da alma segundo o *logos*" e "a obra do escravo é o uso do corpo". Cf. AGAMBEM, 2017, p. 23.

A doutrina do Cristianismo considera o corpo menor que alma, logo, a alma deve controlar o corpo, regular seus desejos e vigiar sua concupiscência. O uso dos corpos, nesse contexto cristão de *vontade de martírio* que explorei nas seções anteriores, envolve o ato de regular o uso dos corpos e o ato de usar o corpo para degradar o próprio corpo, com a finalidade de aprimorar a alma, de fortalecer o espírito. Este corpo do religioso que se entrega à Igreja está sob as ordens do pastor, ou seja, está subjugado pelo poder pastoral. O corpo que deseja o martírio, que deseja compartilhar as dores da Paixão está, portanto, subjugado. O corpo que aspira à dor é um corpo obediente.

A busca de Aristóteles, para Agamben, não é definir filosoficamente a escravidão, mas defini-la fisicamente (AGAMBEM, 2017, p. 26). Defini-la em termos de produção. A grande questão para o grego, de acordo com Agamben, era encontrar o que diferenciava o senhor do escravo, não em termos de nascença ou em termos de natureza, mas sim em termos de corpo, em termos de prática e produtividade em relação ao uso do corpo.

O que o filósofo italiano destacou das conjecturas aristotélicas sobre a definição de *escravo* foi o uso dos corpos como prática e não produção (AGAMBEM, 2017, p. 30). O escravo é aquele cujo corpo não produz nada a não ser seu uso. Como por exemplo, uma mesa, cuja função é servir de apoio para os pratos das pessoas que sentam ao seu redor. A mesa não produz nada além de sua própria função. O ato de construir, por outro lado, além de construir algo – sua função – produz algo além, uma casa ou tempo, por exemplo.[10] Por não produzirem nada além de sua função, Aristóteles considerou que os escravos não viviam para a produção, mas sim dedicavam suas vidas à prática. Nesse sentido, seriam improdutivos.

Não seria justamente essa improdutividade o objetivo que os religiosos desejosos de martírio tentavam atingir com seus corpos? Claramente os ascetas não aspiravam produzir uma Paixão, isso seria condenável, essa tentativa de se equiparar ao Cristo. Contudo, eles poderiam praticar a Paixão com seus corpos, não produzir uma nova, mas praticar a já existente, compartilhar da Paixão de Cristo, ser extensão do corpo deste.

[10] Me utilizei nessa parte dos exemplos citados pelo próprio Aristóteles na *Metafísica* e resgatados por Agambem.

Tomando as considerações de Foucault, ressalto que, na visão crista, a carne não poderia produzir boas coisas, logo deveria ser controlada, regulada apenas para uma vida de prática vigiada e estabelecida. Se para Aristóteles a produção designava a produção de algo para além de seu uso e que o escravo é aquele que vive apenas para a prática, questiono se a *vontade de martírio* não passava também por um desejo de ser escravo do Cristo. O corpo sofredor dos místicos não pretendia produzir nada além das punições e penitências que eram intrínsecas à condição da carne, com o objetivo de compartilhar das dores da Paixão. Há, portanto, através da disciplina ressaltada por Foucault, a produção de corpos improdutivos.

É possível também aproximar o escravo antigo do corpo asceta a partir do desejo deste de ser parte integrante de seu senhor, o Cristo. Aristóteles também considerava o escravo como parte de seu senhor: "A aproximação do escravo a um *ktema*[11] implica, para Aristóteles, que ele seja parte (*morion*) do senhor – parte em sentido integral e constitutivo" (AGAMBEM, 2017, p. 31). Considero o corpo sofredor, portanto, dentro de uma relação de servidão, pensando na dinâmica do poder pastoral, e como parte constituinte da Igreja, seu "senhor terreno" e como parte de Cristo, seu "senhor espiritual".

O asceta, dessa forma, vira instrumento da Paixão através de seu corpo. A disciplina propagada pelo poder pastoral e por seus semelhantes acaba por produzir um corpo improdutivo que visa apenas reproduzir práticas e condutas. Cito esse improdutivo no sentido de que a atividade do corpo do ascetismo é, tal como a atividade do escravo grego antigo, "isenta de uma obra própria" (AGAMBEM, 2017, p. 35). O corpo místico, este corpo sofredor, corpo receptáculo das dores da Paixão, não produz nada além daquilo que lhe é exigido/proposto, ou seja, ser parte do Cristo, compartilhar de suas dores, carregar o fardo da salvação junto a seu senhor. Nisso, o corpo asceta se torna extensão do corpo de Cristo.

[11] Palavra grega que o filósofo italiano traduz como "móvel", no sentido de mobília. "O termo *ktema*, que, conforme vimos, não é termo técnico do direito, mas da *oikonomia*, não significa 'propriedade' em sentido jurídico e designa, nesse contexto, as coisas como parte de um conjunto funcional e não pertencentes como propriedade a um indivíduo". Cf. AGAMBEM, 2017, p. 31.

"Colocando em uso o próprio corpo, o escravo é, por isso mesmo, usado pelo senhor, e, ao usar o corpo do escravo, o senhor na realidade usa o próprio corpo" (AGAMBEM, 2017, p. 32). Ao comentar sobre o uso do corpo do outro, Agamben relaciona o *cuidado* e *uso* de si, a partir das considerações de Foucault. Ao citar o filósofo francês, Agamben procura relacionar a escravidão na Grécia antiga, ao sadomasoquismo, o uso do corpo do outro e o ato de ser usado pelo outro em prol do próprio prazer. O místico, com sua *vontade de martírio* entrega seu corpo à Igreja, parte integrante do corpo de Cristo. Entrega também seu corpo diretamente ao Cristo, para que esse compartilhe sua dor e seu sofrimento. Tormentos a partir dos quais o asceta atingirá o gozo, referindo-me a uma linguagem mais psicanalítica. Há prazer no compartilhamento da agonia da Paixão.

Há, contudo, um problema: "o místico está constantemente na corda bamba" (GÉLIS, 212, p. 64). Diversos questionamentos sobre os limites do martírio são feitos, não apenas pela questão do possível suicídio, considerado pecado gravíssimo, mas também pelo perigo em se igualar a Cristo. Compartilhar das dores da Paixão não poderia ser considerado como tornar-se Cristo. Fazer parte é diferente de ser. O senhor é seu escravo, mas o escravo é apenas parte do senhor. Há de se ter um cuidado com os usos do corpo, que também era destacado na antiguidade: "No uso, os sujeitos que chamamos de senhor e escravo estão de tal modo em uma 'comunidade de vida' que se torna necessária a definição jurídica de sua relação em termos de propriedade [...]" (AGAMBEM, 2017, p. 56).

Considerações Finais: Exorcismo, Corpo e Disciplina

A disciplina é diferente do ascetismo (FOUCAULT, 2014 p. 135), porém isto não significa que ela esteve ausente dos conventos. Gostaria de tratar o exorcismo como um instrumento do poder disciplinar que entrava em ação quando o corpo da renúncia perdia o controle. Além disso, destaco que o exorcismo não visava o retorno a este

"primeiro corpo", ou seja, o da renúncia, mas sim buscava produzir um "quarto corpo", diferente daquele do ascetismo.

Tomo por "primeiro corpo" o corpo da freira, o corpo da renúncia, do controle da concupiscência. É o corpo que se culpa pela carne. Há ainda um "segundo corpo" que ronda a carne a todo instante, o corpo do demônio. Corpo imaterial que possui um grande poder de ilusão e convencimento – como a própria demonologia do século XVII concebeu. Nisso também percebo o delicado misto que rondava o corpo da possuída. A invasão do primeiro corpo pelo segundo ocorria, de acordo com a demonologia, não por uma vontade expressa da possuída, como no caso do pacto das bruxas. Isso, entretanto, não a isentava completamente da culpa, pois a carne era culpada, os desejos eram culpados.[12] A carne, como pontuou Foucault, era problemática.

Quando da possessão, há a produção de um terceiro corpo, diferente dos dois primeiros, pois é um corpo que une Sobrenatureza e Natureza, um corpo que ocorre em dois tempos, o terreno e o eterno. É um corpo que excede os limites naturais do ser humano, embora ainda funcione sob os termos do corpo humano. É a partir do corpo humano que se acessa o corpo imaterial do demônio para expulsá-lo. É com gestos, toques e performances sobre o corpo da possuída que se buscara o banimento do elemento causador da possessão. O ritual exorcista, contudo, não buscava um retorno ao "primeiro corpo". Seu objetivo não era retornar a uma normalidade corporal, voltar ao corpo da renúncia. O grande problema é que a carne havia sido imaculada, aquela primeira renúncia não seria mais completa. O corpo da despossuída, o "quarto corpo", é um corpo que já experimentou os prazeres que havia renunciado.

Não há retorno, portanto, ao corpo do ascetismo, há, pelo contrário, a produção de um novo corpo através de técnicas disciplinares despendidas com o ritual do exorcismo. Para Foucault, contudo, a disciplina deve visar tornar um corpo produtivo, no sentido mesmo da utilidade. Qual seria, por fim, a utilidade do corpo da despossuída?

[12] Michel de Certeau trabalhou em *La Possession de Loudun* (1970) de que forma a freira Jeanne des Anges foi considerada cúmplice do Diabo em sua própria possessão, e não apenas vítima. A cumplicidade era dada nos termos da carne, na fraqueza frente aos prazeres.

Seria esse corpo, tomando as constatações de Agamben, prático ou produtivo? Talvez essa seja uma das perguntas mais importantes na pesquisa sobre a possessão demoníaca na Idade Moderna. Uma das utilidades mais explícitas, não podemos reduzi-la a isto, contudo, é o exemplo. O "quarto corpo" é um corpo que já conheceu as fraquezas da carne, quase como se fosse um corpo "vacinado" contra as incursões demoníacas. O exorcismo, pode ser considerado então, não somente uma despossessão do demônio, mas um repossessão do corpo da possuída pela Igreja. O exorcismo mostra a vitória da doutrina contra o Mal que assola a humanidade, a expulsão de demônios era tida como uma prova do poder da Igreja Católica frente as protestantes.

Se não podemos ainda responder adequadamente sobre a utilidade do corpo da exorcizada na modernidade, podemos analisar de que forma este "quarto corpo" foi apropriado pelo saber psiquiátrico. Os exorcismos geraram discursos que foram de auxílio na formação das classificações destacadas em *Os Anormais* (2001). Desde a última década do século XVI, discursos contra a realidade da possessão passaram a ser publicados. Estes não confrontavam a possessão de modo geral, mas de modo específico. Médicos reais e alguns membros do clero defendiam que cada caso deveria ser analisado a fim de separar os casos reais dos falsos. Como, então, explicar os casos falsos? A partir da construção de um discurso sobre as *doenças da imaginação* que está na gênese do saber psiquiátrico.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. *O Uso dos Corpos*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. Prefácio. In:_____. (orgs). *História do Corpo 1.* Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DARNTON, R. *O Lado Oculto da Revolução* – Mesmer e o final do Iluminismo na França. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *História da Sexualidade 3 – O Cuidado de Si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Histoire de la Sexualité 4 – Les Aveux de la Chair*. Paris: Gallimard, 2018, *ebook*.

_____. *Os Anormais*: curso no Collège de France (1974 – 1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Segurança, Território, População*: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir*: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GÉLIS, Jacques. O Corpo, a Igreja e o Sagrado. In: CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (orgs). *História do Corpo 1.* Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RANFT, Michael. De la Mastication des Morts dans leurs Tombeaux. 1ª ed. Grenoble: Jérôme Million, 1995 [1728].

VIGARELLO, G. *Introdução*. In: CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (orgs). *História do Corpo 1.* Da Renascença às Luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

O jogo de Damas no Brasil: uma análise dos melhores atletas da modalidade

Draughts in Brazil: an analysis of the best athletes of the modality

Tatiane Maria Barbosa de Oliveira[1]
Paulo Vitor de Souza Pinto[2]

Resumo

O Jogo de Damas é um tradicional jogo de tabuleiro de estratégia, entre dois jogadores, praticado em tabuleiros de 64, 100 ou 144 casas. Conforme as correntes que categorizam as várias modalidades esportivas, a Damas é um "Esporte Intelectivo", onde há prevalência de caráter intelectivo nas disputas. Como objetivos fizemos uma contextualização da modalidade no Brasil, e uma análise dos melhores atletas de 64 casas. Através de uma abordagem exploratória, utilizamos como método a Análise de Conteúdo, e o *corpus* foi um quadro dos Campeonatos Brasileiros, de 1967 até 2017. As análises evidenciaram que o octacampeão Augusto Mariano é o melhor atleta, e mesmo tendo representado Pernambuco, os dados mostraram que São Paulo foi o Estado que mais sediou a competição, e a modalidade tem mais expressividade no Sudeste. Diante da lacuna de trabalhos na Educação Física sobre este esporte, o artigo contribuiu ampliando as discussões na área.

Palavras-chave: Esporte Intelectivo. Jogo de Damas. Brasil. Atletas.

Abstract

The Draughts is a traditional strategy board game between two players, practiced on boards of 64, 100 or 144 houses. According to the currents that categorize the various sport modalities, the Draughts is an "Intellective Sport", where there is prevalence of intellectual character in the disputes. As objectives we made a contextualization of the modality in Brazil, and an analysis of the best athletes of 64 houses. Through exploratory approach, we used Content Analysis as a method, and the corpus was a picture of the Brazilian Championships from 1967 to 2017. The analysis showed that the eighth champion Augusto Mariano is the best athlete, and even though he represented Pernambuco, the data showed that São Paulo was the state that most hosted the competition, and the mode is more expressive in the Southeast. Faced with the lack of work in Physical Education on this sport, the article contributed to expand the discussions in the area.

Keywords: Intellective Sport. Draughts. Brazil. Athletes.

1 INTRODUÇÃO

O Jogo de Damas (*Draughts* no inglês britânico e *Checkers* no inglês americano) é um dos mais antigos jogos de tabuleiro de estratégia, disputado entre dois jogadores. Ele pode ser praticado, ao que se conhece, em três tabuleiros (o de 64 casas, que é o mais

[1] Doutoranda pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), Mestra em Letras (USP) e Bacharela em Letras (UFPE). E-mail: atianebarbosa@usp.br.
[2] Mestrando em Educação (USP), bolsista CAPES, Licenciado em Educação no Campo (UFF). E-mail: pvibeshot@gmail.com.

popular no Brasil e se joga com 12 peças para cada jogador, o de 100 casas, que é jogado com 20 peças e chamado de "Damas Internacional" por apresentar a mesma regra em todos os países que o praticam, e o de 144 casas, que é com 30 peças, e é praticado no Canadá), estabelecendo modalidades distintas para o mesmo esporte. Para ambas as modalidades, o objetivo do jogo é o de capturar todas as peças do adversário, ou imobilizá-las.

No Brasil, o desenvolvimento do Jogo de Damas seguiu juntamente com a controvérsia se o jogo seria considerado como esporte, assim como aconteceu com outros jogos intelectivos, como o Xadrez. Desde quando começou a ser praticado e a se desenvolver, foi na década de 60 que a modalidade teve um atraso significativo por conta do então presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange (1916-2016), que não considerava Damas como esporte.

No entanto, este quadro mudou e a modalidade vem se consolidando através do reconhecimento do Jogo de Damas como "Esporte Intelectivo", que enriquece expressivamente o contexto esportivo internacional. Isso foi facilitado através da *Carta Internacional de Educação e Esporte,* assinada em 1978 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que ampliou o conceito de esporte a partir daquele ano. No Brasil, a nova formulação foi inserida na *Constituição* de 1988, no artigo 217, promovendo o maior incentivo do governo no esporte educacional e no lazer esportivo.

A administração da modalidade no país cabe à Confederação Brasileira de Jogo de Damas (CBJD), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1967, e constituída pelas Federações filiadas que, no Território Brasileiro, dirigem a prática, a organização, a administração e o desenvolvimento das modalidades de 64 e de 100 casas. No último Estatuto (novembro de 2018) havia 21 Federações filiadas à CBJD.

Em 50 anos de trajetória, a CBJD promoveu vários campeonatos, incluindo mundiais e brasileiros. Em 1967 ela realizou o primeiro Campeonato Brasileiro Masculino na modalidade de 64 casas, e até 2017 teve 43 edições. Com relação ao Campeonato

Brasileiro Feminino de 64 casas foram realizados apenas 6 edições, de 2005 a 2010, e Ana Paula Araújo Brito, de Ribeirão Preto, é tetracampeã da modalidade. Sabe-se que existem poucas atletas femininas praticantes da modalidade no Brasil, e deveria haver mais incentivo por parte da CBJD, como a realização de Campeonatos regularmente.

O evento que mais valorizou as damistas – termo usado para nomear tanto quem admira como também quem pratica este jogo (HOUAISS; VILAR, 2009, p. 594) – foi a Copa Mundial Feminina de Jogo de Damas, realizada em Campinas, no ano de 2011, com representantes de dez países, incluindo Rússia, Estados Unidos e Holanda. O Brasil foi representado por Ana Paula e pela pernambucana Tatiane Maria Barbosa de Oliveira (CASTRO, 2017, p. 292). Por sua vez, na modalidade de 100 casas, em 1971, foi feito o primeiro Campeonato Masculino e, em 2016, foi realizado o último, com 19 edições, e o maranhense José Maria Silva é o maior campeão, com nove títulos na modalidade.

Ter um título de Campeão Brasileiro no Jogo de Damas é um fator determinante para referenciar os melhores atletas e destacá-los no cenário nacional, assim como acontece com outras modalidades no país. Com isso, o propósito central deste trabalho foi o de evidenciar os melhores atletas masculinos da modalidade de 64 casas através de uma análise feita a partir dos títulos conquistados nas 43 edições do Campeonato. Além disso, fizemos uma contextualização do Jogo de Damas no Brasil, visto que há poucos trabalhos na área de Educação Física nas discussões sobre esporte.

2 BASES TEÓRICAS

A Revisão da Literatura abrangeu dois tópicos. No primeiro, fizemos uma revisão teórica (SILVA, 2005) sobre esporte. No segundo tópico, através de uma revisão histórica (SILVA, 2005), retomamos o desenvolvimento da modalidade no Brasil.

2.1 O Jogo de Damas como Esporte Intelectivo

O acesso às práticas esportivas, como direito de todos, incluindo idosos e portadores de deficiências, foi assegurado na *Constituição* de 1988, tendo como base a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte*, de 1978. Esta *Carta* também redefiniu o conceito de esporte, pois antes só eram considerados esportes as modalidades que envolviam competição, jogo, movimento e institucionalização, e isso dificultava para que, por exemplo, "jogos de salão" fossem considerados como modalidades esportivas (TUBINO, 2006, p. 35). No Brasil, desde o final do século XX, o esporte tornou-se um fenômeno sociocultural relevante, ocasionado, sobretudo, pelo aumento no número de praticantes, e vem ganhando espaço na mídia internacional (TUBINO, 2006, p. 7). Com isso, o conceito de esporte ganhou um alcance social mais importante e modalidades como o Jogo de Damas puderam ser consideradas como esporte.

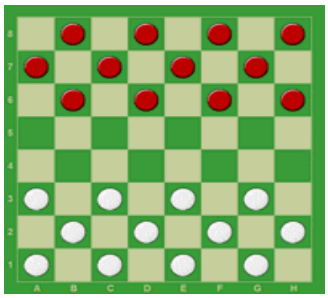
De acordo com as correntes que categorizam as diversas modalidades esportivas (TUBINO, 1987, p. 27), a Damas é classificada nos "Esportes Intelectivos", mas assim como outras modalidades pertence a mais de uma corrente, como também a de "Esporte lazer", "Esporte Escolar", "Esporte Desempenho". Como "Esporte Intelectivo", apesar de ter o movimento humano reduzido, o Jogo de Damas possui os três elementos esportivos (competição, jogo e institucionalização), que contribuem para que ele seja reconhecido como esporte. Nos "Esportes Intelectivos" há uma prevalência de solicitações intelectivas nas disputas (TUBINO, TUBINO, GARRIDO, 2006, p. 222). Este tipo de Esporte é dividido em três conjuntos. A modalidade estaria no primeiro agrupamento, dos Esportes Intelectivos de Jogos que usam pedras ou peças.

2.2 A modalidade no Brasil

Ao buscar uma definição do que é o Jogo de Damas em alguns dicionários encontramos definições incompletas. De acordo com o *Houaiss* (2001, p. 594), entende-se por Jogo de Damas como um "jogo entre dois parceiros praticado sobre tabuleiro dividido em 64 (ou cem) quadrados do mesmo tamanho, em duas cores alternadas com dois conjuntos de 12 (ou 20) peças de cores diferentes, um para cada jogador, cujo

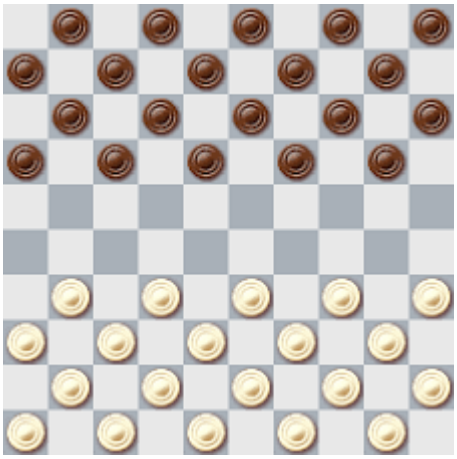
objetivo é comer (passando por cima) todas as peças do adversário". Neste verbete não há menção sobre o tabuleiro de 144 casas e precisa ser complementado incluindo também como objetivo a imobilização das peças, pois a vitória pode ser alcançada pela captura ou imobilização das mesmas. Uma representação de cada um dos tabuleiros encontra-se abaixo nas figuras 1, 2 e 3:

Figura 1 – Damas de 64 casas



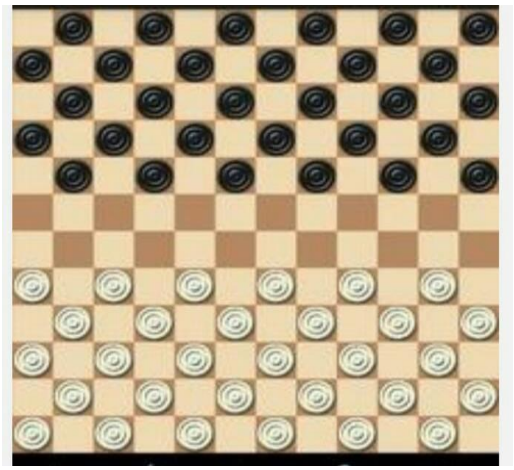
Fonte: Damas Ciências – www.damasciencias.com.br

Figura 2 – Damas de 100 casas



Fonte: O Tabliteiro – www.otabliteiro.com.br

Figura 3 – Damas de 144 casas



Fonte: Google – www.google.com.br

No *Dicionário Tubino do Esporte* (2006, p. 222), o Jogo de Damas é conceituado como "uma modalidade disputada em tabuleiros, por 2 pessoas, com 2 possibilidades quanto ao número de casas, na qual cada competidor tenta eliminar as peças do adversário. O Jogo de Damas se caracteriza pela tomada das peças adversárias". Assim como o *Houaiss*, também faltou incluir na parte do objetivo do jogo a questão da imobilização das peças. Apesar de não mencionar a Damas praticada no tabuleiro de 144 casas, os autores deste dicionário informam que a *Fédération Mondiale Du Jeu De Dames* (FMJD) só reconheceu para o Jogo de Damas as praticadas no tabuleiro de 64 casas e a de 100 casas. Atualmente, a FMJD é responsável pela modalidade de Damas de 100 casas, e a *International Draughts Federation* (IDF) trata dos eventos de Damas de 64 casas.

Ainda neste *Dicionário*, os autores abordam a origem do Jogo de Damas, que para eles é desconhecida. No entanto, acreditam que o jogo se desenvolveu a partir de elementos de três outros jogos, que já eram praticados na Europa no século XII, do gamão (as peças), do Xadrez (tabuleiro) e do Alquerne (estratégia). No começo do século XVI, as regras do jogo sofreram modificações, que promoveram melhorias para sua dinâmica. A captura de peças, que antes era opcional, passou a ser obrigatória, por exemplo.

Informações sobre o histórico do desenvolvimento do jogo encontram-se melhor detalhadas nos livros próprios da modalidade, que circulam no meio damístico. Dentre estes livros, merece ser ressaltado o trabalho de Cabrerizo (1967), Silva (1987) e Sarcedo (1997), este oferecendo uma atualização nesta parte de história do jogo em relação aos livros que foram publicados anteriormente. Achados arqueológicos em vários lugares do mundo, a exemplo das pinturas e tabuleiros em túmulos do antigo Egito, comprovam a existência de jogos semelhantes ao Jogo de Damas. Silva (1987, p. 491-492) defende a idéia de que a Damas clássica, que é mais antiga do que as outras, descende do jogo romano *Ludus-Latruculorum*, que era uma adaptação do jogo praticado na Grécia, enquanto que para a Damas de 100 casas há uma hipótese de que surgiu em 1727, na França.

O Jogo de Damas de 64 casas difundiu-se para países como a Inglaterra e Estados Unidos. Na Espanha, foram editados os primeiros livros sobre Damas. Considera-se *El ingenio ó juego marro de punto ó damas*, de Anton Torquemada, publicado em 1547, como o primeiro livro sobre o jogo (TUBINO, TUBINO, GARRIDO, 2006, p. 222). No Brasil, o primeiro livro foi trazido pela família Real, por meio de D. João VI, denominado *Libro Del Juego de las* damas, de Juan Canalejas (Espanha, 1650); e só em 1940, no Rio de Janeiro, o país teve seu primeiro livro editado, o *40 golpes básicos*, de autor ignorado. Como esporte, a modalidade começou a se desenvolver entre os anos de 1935 a 1940, a partir da contribuição de Geraldino Izidoro, autor do livro *Ciência e Técnica do Jogo de Damas*, trabalho de referência onde há mais informações sobre o desenvolvimento do jogo naquela época (SARCEDO, 1997, p. 9).

A partir de 1940, a prática da modalidade teve um período de recesso, e em 1954 as atividades foram retomadas através do russo Waldemar Bakumenko, radicado em São Paulo, campeão da URSS em 1927, que criou um núcleo damístico naquele Estado. Bakumenko em São Paulo e Izidoro no Rio de Janeiro foram responsáveis por impulsionar a modalidade nos anos seguintes. De acordo com Sarcedo (1997), este movimento contribuiu para a criação das Federações Estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. A partir do ano de 1967, a modalidade

sofreu um atraso irreparável por conta do então presidente da Confederação Brasileira de Desportos, João Havelange, que desintegrou o Jogo de Damas da Confederação, pois não o considerava como esporte.

Apenas em 1988 que ele volta à condição de esporte, mas neste meio tempo houve muitos acontecimentos relevantes, como a criação da CBJD, provindo da reunião de um grupo de damistas em Niterói, e teve como seu primeiro presidente o Dr. Miolo Portugal (SARCEDO, 1997, p. 10). De acordo com Sarcedo (1997), a Confederação continuou suas atividades, realizou os primeiros Campeonatos Brasileiros de 64 casas e, em 1975, começou a incentivar a prática do Jogo de Damas de 100 casas, filiando-se à FMJD, e passando a facilitar o contato do damismo brasileiro com o damismo europeu.

No decorrer do desenvolvimento da modalidade, o Brasil veio aos poucos conquistando espaço no cenário mundial, seja em Campeonatos, Torneios ou em *Opens*. Como exemplos, citamos a conquista do primeiro lugar no Campeonato Mundial de Jogo de Damas de 64 casas, em 1994, em Águas de Lindóia (SP), do brasileiro Lourival Mendes França, juntamente com o russo Alexander Shartzman; o título de campeão na categoria *rapid program* no Campeonato Mundial de 64 casas, em 2004, realizado em Ubatuba (SP) pelo cearense Francisco Marcelo Araújo Oliveira; a conquista de primeiro colocado no "Curaçau OPEN" de 100 casas pelo maranhense Allan Igor Silva, em 2018; e a conquista recente foi a do carioca Vinícius Damir, que ficou em segundo lugar no Campeonato Mundial de 64 casas, na categoria *blitz program*, realizado na Turquia, em 2018.

3 DECISÕES METODOLÓGICAS

Partindo dos objetivos do artigo, a metodologia foi dividida em duas partes. A primeira teve uma finalidade exploratória e descritiva, utilizando como método a pesquisa bibliográfica. Fizemos uma contextualização da modalidade no Brasil suprindo lacunas e apresentando melhor o tema através da utilização de trabalhos referentes à modalidade estudada. Na segunda parte, utilizamos a Análise de Conteúdo, conforme a proposta de Bardin (1977) e de Krippendorf (2004). Neste artigo utilizamos o de veículos-signos, que

engloba procedimentos que classificam o conteúdo de acordo com suas propriedades psicofísicas, como por exemplo, a quantidade de vezes que a palavra aparece no *corpus* selecionado.

Como fonte para a pesquisa foi utilizado um quadro (quadro 1) que corresponde à relação dos campeões brasileiros de 64 casas, incluindo os locais que sediaram cada evento. Como critério para a criação da primeira nuvem de palavras, para os nomes começados com José considerou-se como nome válido o último sobrenome. Havia dois nomes começados por Francisco, mantivemos o Francisco Marcelo, pois havia outro jogador com o nome de Marcelo, e para o outro Francisco utilizamos o segundo nome (de Francisco Jovino para apenas "Jovino"). Este quadro foi atualizado pela pesquisa, visto que os trabalhos de Sarcedo (1997) e Castro (2017) estavam incompletos, assim como o quadro disponível no site da CBJD (www.topdam.com.br).

Depois de escolhidos o tipo de análise e a fonte, utilizamos a proposta de Bardin organizando a Análise de conteúdo em três fases. Na fase da Pré-análise foi organizado um quadro (quaro 1) com as 43 edições do Campeonato Brasileiro, que vai do ano de 1967 até 2017 (Preparação), escolhidas quatro unidades de registro: ano, evento, campeão e local (Codificação), e como Categorização foram formulados dois gráficos (figuras 5 e 6) e uma nuvem de palavras (figura 4) a partir do quadro 1, e observados os seguintes aspectos quantitativos: local que cada atleta representou; local de realização do evento; atletas com mais títulos; porcentagem dos títulos de cada atleta em relação ao total de títulos, e títulos conquistados por atletas em cada década. Na fase 2, da Exploração do material, foram identificados e observados os resultados da categorização em gráficos (Descrição dos Dados). Na última fase, do tratamento dos resultados, foram tratados os indicadores que possibilitaram inferir dados quantitativos sobre os resultados observados nas fases anteriores (Interpretação dos Dados).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

As análises da pesquisa foram embasadas a partir do quadro de Relação de Campeões Brasileiros de 64 casas (quadro 1). O quadro contém 4 unidades de registro: ano de realização do Campeonato, a edição do evento, o campeão juntamente com o Estado que ele representou e o local (cidade e Estado) onde foi feito o evento:

Quadro 1 – Relação de campeões brasileiros de 64 casas

RELAÇÃO DE CAMPEÕES BRASILEIROS DE 64 CASAS			
ANO	EVENTO	CAMPEÃO	LOCAL
1967	I	José Carlos Rabelo (ES)	São Pedro D'Aldeia (RJ)
1968	II	Reginaldo da Cruz (RJ)	Vitória (ES)
1969	III	Lourival Mendes França (SP)	São Caetano do Sul (SP)
1970	IV	Lourival Mendes França (SP)	Volta Redonda (RJ)
1971	V	Lélio Marcos Luzes Sarcedo (SP)	Americana (SP)
1972	VI	Douglas Diniz (DF)	Goiânia (GO)
1974	VII	Genaldo Gonzaga (SP)	Nova Friburgo (RJ)
1975	VIII	Lélio Marcos Luzes Sarcedo (SP)	São Caetano do Sul (SP)
1977	IX	José Alcir Menezes (CE)	São Paulo (SP)
1979	X	Douglas Diniz (DF)	São Paulo (SP)
1983	XI	Genaldo Gonzaga (RJ)	Três Pontas (MG)
1984	XII	Lineu Mendes Monteiro (RJ)	Salvador (BA)
1985	XIII	Wilson Nunes da Silva (GO)	Campinas (SP)
1986	XIV	Klayton Tomás dos Santos (SP)	Conceição das Alagoas (MG)
1987	XV	Miguel Cavalcante da Silva (RJ)	Caxambu (MG)
1988	XVI	Jorge José de Carvalho Salomão (MG)	Águas de Lindóia (SP)
1989	XVII	Jorge José de Carvalho Salomão (MG)	Paulínia (SP)
1990	XVIII	Genaldo Gonzaga (RJ)	Caxambu (MG)
1991	XIX	Lourival Mendes França (SP)	Governador Valadares (MG)
1992	XX	Ciro Gonçalves Barreto (BA)	São José dos Campos (SP)
1993	XXI	José Carlos Alves (RJ)	Lourenço (MG)
1994	XXII	João de Deus Oliveira (SP)	Águas de Lindóia (SP)
1995	XXIII	Ciro Gonçalves Barreto (BA)	Águas de Lindóia (SP)
1996	XXIV	Ciro Gonçalves Barreto (BA)	Vitória (ES)
1997	XXV	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Caetano de Sul (SP)
1998	XXVI	Oziel Souza de Carvalho (SP)	Piracicaba (SP)
1999	XXVII	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Caetano de Sul (SP)
2000	XXVIII	Alcebíades Gonzaga Souza Neto (SP)	São Caetano do Sul (SP)
2001	XXIX	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Caetano do Sul (SP)
2002	XXX	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Paulo (SP)
2003	XXXI	Francisco Jovino da Cunha Leite (CE)	São Caetano do Sul (SP)
2004	XXXII	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Caetano do Sul (SP)
2005	XXXIII	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Caetano do Sul (SP)
2006	XXXIV	Augusto Amilcar Mariano (PE)	São Paulo (SP)
2007	XXXV	Nadin Yehia Naufal (SP)	Águas de Lindóia (SP)
2008	XXXVI	José Cristóvão Santos Santoro (BA)	Ceilândia (DF)
2009	XXXVII	Francisco Marcelo Araújo Oliveira (CE)	Ceilândia (DF)

2010	XXXVIII	Marcelo Ciro Martins (SP)	Ribeirão Preto (SP)
2011	XXXIX	Gregório Emanuel Jadão Alcântara (PI)	Campinas (SP)
2013	XL	Augusto Amilcar Mariano (PE)	Salvador (BA)
2014	XLI	Vinícius Damir Pereira Silva (RJ)	Aracaju (SE)
2015	XLII	Lucas Oliveira Massola (SP)	São Sebastião (SP)
2017	XLIII	Luciano Santos Santoro (BA)	Fortaleza (CE)

Fonte: Atualizado pela pesquisa

4.1 Realização do Campeonato Brasileiro

Ao analisar as duas unidades de registro, que correspondem ao ano e evento, observamos que desde sua primeira edição, em 1967, houve 43 campeonatos. Apesar de estarmos no ano de 2019, o último Campeonato foi feito em 2017. O Campeonato deveria acontecer todos os anos, mas entre 1967 e 2017 oito anos não tiveram edições: 1973, 1976, 1978, 1980, 1981, 1982, 2012 e 2016, e isso, provavelmente, foi decorrente da falta de investimentos na modalidade. No entanto, o início da década de 80 foi a fase mais crítica na realização de eventos de Damas, pois além deste fator que foi citado anteriormente, a modalidade estava desintegrada da Confederação Brasileira de Desportos, só voltando em 1988 à condição de esporte. Nos anos seguintes, houve uma regularidade na realização do Campeonato a cada ano, o que mostra também que depois da década de 1990 a CBJD teve uma gestão mais compromissada na realização do principal evento nacional.

4.2 Os melhores atletas da modalidade

A terceira unidade de registro foi a mais importante para a pesquisa, pois abrange um dos objetivos do trabalho, o de identificar os melhores atletas da modalidade a partir dos seus títulos conquistados. Para isso, fizemos inicialmente uma nuvem de palavras contendo todos os nomes dos campeões das 43 edições com o propósito de identificar quais foram os campeões mais frequentes, conforme indicado na figura 4:

Figura 4 – Nuvem de palavras: campeões mais frequentes do Brasileiro de 64 casas



Fonte: Dados da pesquisa

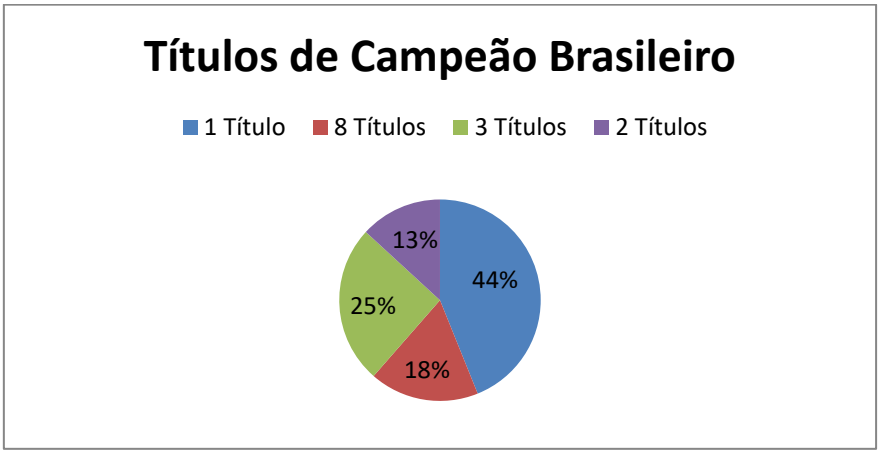
A análise da nuvem nos forneceu três nomes em evidência: Augusto, Ciro e Genaldo. Ao comparar as palavras da nuvem com as informações do quadro 1 ressaltamos que Augusto Amilcar Mariano é o melhor atleta da modalidade de 64 casas no Brasil tendo conquistado 8 títulos. Apesar de Augusto ter iniciado a prática ao esporte na década de 80, depois de muitos estudos e dedicação, ele só alcançou o período áureo nos idos do ano 2000. Ciro e Genaldo são, respectivamente, o segundo e o terceiro atletas mais destacados no Brasil, cada um tendo conquistado três títulos.

Em seguida, com base no quadro 1, complementamos a lista dos sete atletas com mais títulos em Brasileiro, e como critério de desempate entre dois jogadores com o mesmo número de títulos consultamos uma tabela de ranking brasileiro de atletas ativos, que teve sua última atualização em janeiro de 2017, e que se encontra disponível no site da CBJD: Augusto (8), Ciro (3), Genaldo (3), Lourival (3), Douglas (2), Lélio (2), Jorge (2). Estes foram os atletas com mais títulos no Brasil, pois os demais só conquistaram um título. A maioria dos atletas do quadro 1 ainda continuam em atividade participando dos eventos da modalidade. Outros atletas faleceram recentemente, a exemplo de Lourival França e de Lélio Sarcedo (que foi um dos presidentes da CBJD).

Depois de notificar os atletas com mais títulos, elaboramos um gráfico em forma de pizza (figura 5) com os percentuais por número de títulos em relação ao total das edições

realizadas. A partir dos dados foi possível observar que Augusto ocupa um percentual de 18% do total de títulos do Campeonato; como há três jogadores com três títulos cada, que somam nove títulos, eles correspondem a 25% do total de títulos; com dois títulos há também três jogadores, que são 13% do total; por fim, os demais jogadores, com um título conquistado, retratam 44% do total de 43 títulos, e representam individualmente um valor de 4,65% de títulos por jogador. O reflexo destas análises é complementado com o cruzamento deste gráfico e o dos títulos conquistados por atletas em décadas (figura 6).

Figura 5 – Títulos de Campeão Brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa

4.3 Estados em evidência e desenvolvimento da modalidade

Com relação aos Estados que os atletas representaram, observamos que o Sudeste foi mais bem representado com campeões, distribuídos entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo. A segunda região mais representada foi o Nordeste, com representantes de Pernambuco, Ceará, Bahia e Piauí. Apesar de podermos inferir do quadro 1 os Estados que foram mais representados, isso nem sempre corresponde ao local de nascimento dos atletas. Como exemplos, citamos Augusto, que é natural do Rio de Janeiro, mas representou Pernambuco nos anos em que ganhou os títulos, pois morou boa parte neste Estado; Genaldo Gonzaga, que é natural de Pernambuco, representou São Paulo e Rio de Janeiro nos Campeonatos. É importante ressaltar que uma análise

contendo apenas os dados do quadro 1 não são satisfatórias para poder inferir que um atleta que ganhou um título representando um determinado Estado naquele ano corresponda ao desempenho que o local tem no cenário damístico.

Por outro lado, a partir do quadro 1 foi possível mapear os Estados que mais sediaram o evento. São Paulo sediou o evento 25 vezes em diferentes cidades, seguido por Minas Gerais (com 6 edições); Rio de Janeiro (3); Espírito Santo, Bahia e Distrito Federal, com duas edições cada; e com um Campeonato, apareceram Goiás, Sergipe e Ceará, local onde foi realizado o último. As análises mostraram que o Sudeste e o Nordeste foram as regiões que mais realizaram o Campeonato Brasileiro, e isso decorre, principalmente, do investimento no esporte pelo Estado, atrelado também à valorização da modalidade e às gestões das Federações que deram suportes para que o evento acontecesse. Como consequência disso, cada Estado que sediou o evento teve um retorno positivo em diferentes áreas, a exemplo da movimentação da economia e do turismo na localidade.

No entanto, o fato do Sudeste ter despontado como a região que mais realizou o evento, demonstra que os dois principais Estados onde a Damas começou a se desenvolver no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, muito pelas contribuições de Izidoro e Bakumenko, mantiveram e impulsionaram ainda mais a modalidade. A CBJD foi fundada em Niterói, depois sua sede passou para São Caetano do Sul. Não é por acaso que esta cidade foi o local onde mais teve Campeonatos Brasileiros, que se justifica pelo apoio e pelos investimentos da CBJD para que São Caetano do Sul cada vez mais seja uma referência da modalidade no país. Um dos exemplos do incentivo da modalidade neste município foi o fato dele ter sido um dos primeiros no mundo a oficializar o Jogo de Damas como matéria curricular da pré-escola, pela Lei 3366, de 23 de julho de 1994 (SARCEDO, 1997, p. 11).

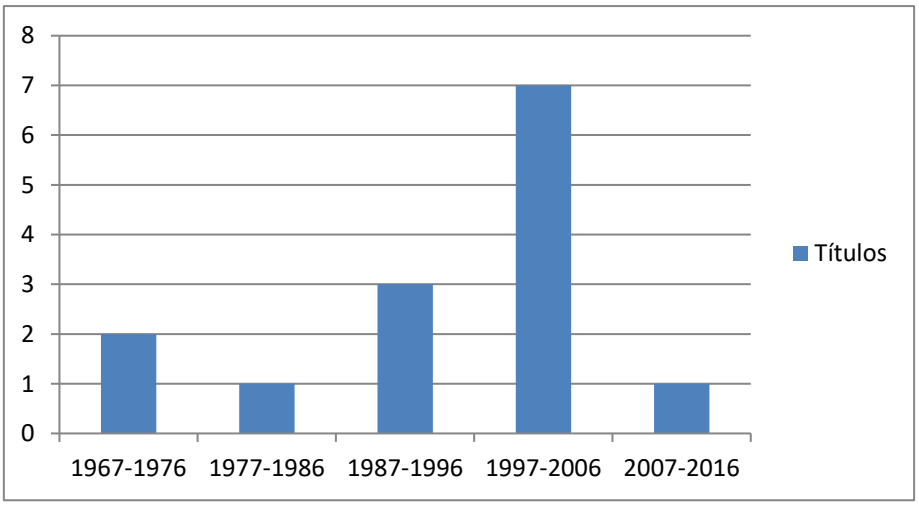
Nos últimos anos, as competições que vêm valorizando a modalidade e promovendo evolução considerável no nível dos atletas são os *Jogos Regionais* e os *Jogos Abertos* do Interior de São Paulo (considerada a maior competição esportiva da América Latina), que mais uma vez destaca a região Sudeste no cenário damístico. Desde 1992, a

Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo incluiu o Jogo de Damas como modalidade oficial dos Jogos (SARCEDO, 1997, p. 11). Como os custos para desenvolver a modalidade são baixos, se comparado com outros esportes, nos primeiros anos de inserção da modalidade nos jogos houve investimento financeiro considerável, e com isso, aumento no número de municípios participantes, que incluíam a modalidade.

A realização de mais Campeonatos Brasileiros no Sudeste, sobretudo, em São Paulo, pode também trazer um impacto negativo do ponto de vista do deslocamento, pois a maioria dos atletas não recebe apoio das Federações, que possa custear as despesas para que eles participem do Campeonato, a exemplo dos custos com transporte. Este problema contribui para que muitas atletas de elevado nível não participem da competição. A causa disso está na forma de organização do Campeonato, pois qualquer damista pode participar, e deveria haver um sistema entre a Confederação e as Federações para que os melhores atletas ou campeões estaduais fossem indicados e recebessem assistência para representarem seus Estados.

Com relação ao desenvolvimento da modalidade no Brasil em períodos, com os dados do quadro 1 elaboramos um gráfico (figura 6) que representa os títulos conquistados por atletas em uma década:

Figura 6 – Títulos conquistados por atletas em cada década



Fonte: Dados da pesquisa

A análise do desenvolvimento da modalidade em 50 anos, a partir dos títulos conquistados pelos atletas, mostrou que na primeira década teve um jogador que alcançou dois títulos, o Lourival. Esta fase corresponde ao início do desenvolvimento da modalidade no país, bem como da criação da CBJD. Na década seguinte, entre 1977 e 1986, cada atleta só conquistou um título, o que revela uma regularidade entre os praticantes, e isso pode estar relacionado com a questão dos recursos para o melhoramento do nível individual, pois não se tinha acesso à materiais estrangeiros, tampouco havia muitos livros editados no país. Na terceira década, Ciro alcança três títulos e, paralelamente a isso, há uma fase de consolidação do esporte, e de amadurecimento nos estudos por parte dos atletas, o que também é comprovado pela conquista de Jorge Salomão, que neste mesmo período conquistou dois títulos.

A quarta década, que vai de 1997 a 2006, é a mais significativa para o damismo brasileiro, que corresponde à conquista de sete títulos por um único jogador em uma década. Apesar do melhoramento no nível dos atletas, um dos motivos da conquista dos títulos por Augusto foi muito mais de sua dedicação pra chegar a um bom nível. Na última década de análise, o desempenho individual com base nos títulos conquistados volta a ter uma linearidade similar ao que ocorreu na segunda década. No entanto, de 2007 em diante, o nível dos jogadores está mais igualado, o que reflete que a cada ano tem-se um campeão brasileiro diferente. Isso pode ser explicado pelo fato de que está havendo mais dedicação por parte dos atletas, além do acesso aos materiais estarem também mais facilitados. Existem, por exemplo, livros eletrônicos, programas para uso em computador, que aprimoram as técnicas e os estudos dos damistas, além de incentivos e programas do governo, como o Bolsa-Atleta.

5 CONCLUSÕES

O Jogo de Damas, assim como outros esportes intelectivos, é uma modalidade que carece de mais estudos na área de Esporte. Esperamos ter contribuído com o registro e atualização na parte histórica sobre a modalidade e nas discussões em torno do Jogo de

Damas no contexto esportivo. O escopo deste artigo esteve na contextualização da modalidade no Brasil, apresentando-a e descrevendo como foi seu desenvolvimento desde sua condição como esporte até o panorama atual. Além disso, fizemos uma apresentação dos melhores atletas de 64 casas. Assim como outras modalidades, no Jogo de Damas também se considera os títulos nacionais conquistados por cada atleta como fator de representatividade no contexto esportivo. A partir disso, ao utilizar como base um quadro da relação dos campeões brasileiros em todas as 43 edições, destacamos Augusto, Ciro e Genaldo como os três melhores atletas da modalidade.

Concluiu-se também com o trabalho, que no Sudeste, onde o jogo começou a se desenvolver no Brasil, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, manteve-se o compromisso frente à modalidade, e houve investimentos por parte de várias instituições, como da própria CBJD, das Federações, bem como da Prefeitura em torno do esporte na localidade, para que, de fato, a modalidade progredisse. Com a pesquisa, verificou-se que São Paulo foi o Estado que mais sediou o Campeonato Brasileiro, reiterando a força da modalidade no Sudeste. Por outro lado, verificou-se um aspecto negativo como consequência disso, que diz respeito aos custos com deslocamento, por exemplo, pois muitos atletas não conseguem participar dos eventos na região, e problemas como este deveriam ser discutidos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Trad. de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1977.

CABRERIZO, L. *Manual do Jogo de Damas*. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica S. A., 1967.

CASTRO, Raimundo Nonato Sousa. *Introdução ao estudo do Jogo de Damas*. Teresina, 2017.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRIPPENDORF, Klaus. *Content analysis*: an introduction to its methodology. 2 ed. California: Sage Publications, Inc, 2004.

SARCEDO, Lélio Marcos Luzes. *Lélio 3 – Manobras radicais no Jogo de Damas*. Fundamentos da combinação e temas básicos de meio de jogo. 1997.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Miguel Cavalcante da. *Fantásticas Proezas no Jogo de Damas*. Rio de Janeiro: 1987. Composto e impresso na gráfica.

TUBINO, Manoel José Gomes. *O que é esporte*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Teoria Geral do Esporte*. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, Manoel José Gomes; TUBINO, Fábio Mazeron; GARRIDO, Fernando Antônio Cardoso. *Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte*. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

“História sem fim” ou como um literato pensa a história

“Histoire sans fin” ou comment un littéraire pense à l’histoire

Alanna de Jesus Teixeira[1]

Resumo

Nesta pesquisa investigo o romance *L'île des pingouins* escrito por Anatole France (1844-1924), procurando identificar como o autor lida com questões pertinentes ao campo da historiografia, ao mesmo tempo em que elabora uma crítica ao conhecimento histórico de acordo com o paradigma do final do século XIX. A obra faz parte do período de maturidade do escritor e demonstra capacidade de representação de questões não só discutidas no início do século XX, mas que contavam com o envolvimento pessoal de France, como o Caso Dreyfus, a discussão entre a separação da Igreja e do Estado, a aproximação da Primeira Guerra e do avanço do socialismo.

Palavras-chave: Anatole France. Literatura. Temporalidade.

Résumé

Dans cette recherche, j'étudie le roman *L'île des pingouins* écrit par Anatole France (1844-1924), cherchant à identifier comment l'auteur traite des questions relevant du domaine de l'historiographie tout en élaborant une critique du savoir historique selon le paradigme de la fin du XIXe siècle. L'œuvre fait partie de la période de maturité de l'écrivain et démontre sa capacité à représenter des sujets non seulement discutés au début du XXe siècle, mais qui reposaient sur l'engagement personnel de France, comme l'Affaire Dreyfus, la discussion entre la séparation de l'Église et État, l'approche de la première guerre et l'avancée du socialisme.

Mots-clés: Anatole France. Littérature. Temporalité.

O literato e a história

Nesta pesquisa investigo o romance *L'île des pingouins* escrito por Anatole France (1844-1924), procurando identificar como o autor lida com questões pertinentes ao campo da historiografia, ao mesmo tempo em que elabora uma crítica ao conhecimento histórico de acordo com o paradigma do final do século XIX. A obra faz parte do período de maturidade do escritor e demonstra capacidade de representação de questões não só discutidas no início do século XX, mas que contavam com o envolvimento pessoal de France, como o Caso Dreyfus, a discussão entre a separação da Igreja e do Estado, a aproximação da Primeira Guerra e do avanço do socialismo.

[1] Licenciada em História (UFRGS), Mestra em História (UFRGS); e-mail: alanna.teixeira@ufrgs.br

Publicado em 1908, *L'île des pingouins* é um dos livros mais estudados e comentados de Anatole France. Um dos motivos de seu reconhecimento é a figuração do Caso Dreyfus no capítulo *"L'affaire des quatre-vingt mille bottes de foin"* do romance.[2] Para além do Caso, o que mais chama a atenção no romance é sua forma que simula um livro de história, apresentando uma divisão bastante "tradicional", dividido em eras: as origens, os tempos antigos, a idade média, a renascença, os tempos modernos e, curiosamente, os tempos futuros. France utiliza de uma narrativa satírica ao tratar da história da ilha dos pinguins para representar, na verdade, uma metáfora da história da França e mesmo do Ocidente, uma "parodie furieuse du passé et du présent" (BANCQUART, 1994, p. 81).

Além de ironizar a própria história europeia, o autor satiriza os métodos da *Nouvelle Sorbonne*, conforme aponta Marie-Claire Bancquart (BANCQUART, 1994, p. 163). O narrador da história se apresenta como o historiador que realizou uma longa pesquisa e agora apresenta as memórias da "ilha dos pinguins", tratando-se do objetivo de sua vida. Tudo começa com um grupo de aves que fora batizado por engano por São Maël e, para consertar o erro do santo, foram transformados em humanos por Deus. Assim, saindo "de la zoologie pour entrer dans l'histoire et dans la théologie" (FRANCE, 1909, p. V), os pinguins criam uma civilização que passa por diversos estágios até chegar na fase capitalista do início do século XX. France vai mostrar os traços que acompanham as civilizações ao longo de seu desenvolvimento considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, e dando especial atenção ao caráter violento desses "avanços". A sociedade dos pinguins atinge seu ápice com o pleno desenvolvimento do capitalismo, esbanjando a riqueza de poucos e a miséria de muitos. A partir daí, com os "os tempos futuros", as cidades abarrotadas de pessoas, seus proletários e suas indústrias, edifícios gigantescos e o ar poluído, o futuro dos pinguins é sombrio. France apresenta um grupo de anarquistas que literalmente detona toda a capital de Alca, transformando a

[2] O oficial do exército francês, Alfred Dreyfus, de origem judaica, foi acusado em 1894 de espionagem a favor da Alemanha e condenado ao degredo na Ilha do Diabo, localizada na Guiana. Anatole France fez parte do grupo dos *dreyfusards* a favor da revisão do processo judicial que condenou Dreyfus. Posteriormente o processo foi considerado fraudulento e Dreyfus inocentado em 1906.

Pinguínia em ruínas. De volta aos tempos primitivos, a sociedade evoluiria novamente no mesmo caminho de volta às ruinas pós-capitalistas, numa história sem fim.

A forma como Anatole France tece a história dos pinguins e apresenta sua narrativa por meio de uma sátira historiográfica, demonstra o caráter crítico de *L'île des pingouins.* Como aponta Pauline Bruley,

> L'Île des Pingouins est de la veine d'un *Ubu roi*, qui serait composé dans le style du Dictionnaire philosophique. Dans cette parodie de l'histoire de France, parue en 1908, le fil rouge est une imposture généralisée, tant chez les acteurs de l'histoire que chez les historiographes (BRULEY, 2011, p. 143).

As imposturas no livro estão voltadas tanto na recusa de uma história cristã, que se manifesta especialmente nos mitos de origens dos povos, quanto à historiografia dita "positivista", no seu "culto" aos documentos. Essa historiografia do século XIX, marcadamente progressiva e linear, formada dentro do regime moderno de historicidade, será outro elemento criticado dentro do romance por Anatole France. François Hartog ajuda a pensar o papel da literatura dentro do regime moderno, atuando fora dos marcos da historiografia profissional:

> Regime moderno de historicidade e romance andam [...] de mãos dadas? Sim e não [...]. Sim, pois tudo começa por essa experiência irrefutável e comum das sociedades europeias tomadas por um novo tempo. E não, pois a literatura concentrar-se-á de preferência nas fissuras do regime moderno, em captar seus fracassos, apreender a heterogeneidade das temporalidades em curso, para daí extrair um dispositivo dramático e a ocasião de um questionamento da ordem do mundo (HARTOG, 2017a, p. 128).

Ao mesmo tempo em que o romance faz parte do regime moderno, apresenta suas fissuras ao analisar as condições desse regime de prosperar. É preciso lembrar que ao longo do século XIX e parte do XX historiadores e romancistas negociaram com o regime moderno, muitas vezes favorecendo as falhas e discordâncias de temporalidades (HARTOG, 2016).

Utilizando a expressão de Hartog, Anatole France parece querer "vacinar" seus contemporâneos a respeito do futuro que pode se desenrolar em um horizonte

catastrófico a partir da experiência histórica contemporânea ponderada por ele. É preciso lembrar que esse regime futurista moderno olha a partir futuro na tentativa de iluminar o presente e explicar o passado, guiando as experiências históricas para que os homens soubessem o caminho já percorrido e o que ainda precisava ser realizado (HARTOG, 2016). As histórias nacionais modernas foram escritas a partir desse modelo, satirizado, inclusive pelo seu método, em *L'île des pingouins.* A ideia de sátira é importante para entender a crítica de France exercida por meio da ironia, que dá a tônica em quase todos os seus romances. A crença na História (construída mediante seus métodos) e em história, apontada para um futuro feliz, cai por terra no romance. O capítulo final é um exemplo importante, em que estão representadas explosões organizadas por anarquistas que se insurgem contra o estágio capitalista a que a Pinguínia havia chegado e à aceleração temporal decorrente. Mais uma vez, há uma descrença de France no homem e sua capacidade de lidar com os avanços científicos e promover progressos na humanidade de fato. Sua natureza, afinal, sempre será animal, e a violência sua característica principal.[3] Veremos a seguir como o romance arranja esses debates e acomoda a história da França na pequena ilha dos pinguins.

Uma história a partir do sumário

Uma boa maneira de nos aproximarmos inicialmente do romance é analisando com atenção seu sumário. Façamos isso:

> PREFACE
>
> LIVRE PREMIER
> LES ORIGINES
> CHAPITRE Ier. — Vie de saint Maël.
> II. — Vocation apostolique de saint Maël
> III. — La tentation de saint Maël

[3] Há uma metáfora no romance para isso: os pinguins, após serem transformados por Deus em homens, mantém ainda algumas características físicas das aves. Ou seja, para eles nunca será possível desfazer-se de sua condição primitiva de animal e civilizar-se por completo.

IV. — Navigation de saint Maël sur l'océan de Glace
V. — Baptême des pingouins
VI. — Une assemblée au Paradis
VII. — Une assemblée au Paradis (*suite et fin*)
VIII. — Métamorphose des pingouins

LIVRE II
LES TEMPS ANCIENS
CHAPITRE I[er]. — Les premiers voiles
II. — Les premiers voiles (*suite et fin*)
III. — Le bornage des champs et l'origine de la propriété
IV. — La première assemblée des États de Pingouinie
V. — Les noces de Kraken et d'Orberose
VI. — Le dragon d'Alca
VII. — Le dragon d'Alca (*suite*)
VIII. — Le dragon d'Alca (*suite*)
IX. — Le dragon d'Alca (*suite*)
X. — Le dragon d'Alca (*suite*)
XI. — Le dragon d'Alca (*suite*)
XII. — Le dragon d'Alca (*suite*)
XIII. — Le dragon d'Alca (*suíte et fin*)

LIVRE III
LE MOYEN ÂGE ET LA RENAISSANCE
CHAPITRE I[er]. — Brian le Pieux et la reine Glamorgane
II. — Draco le Grand. — Translation des reliques de sainte Orberose
III. — La reine Crucha
IV. — Les lettres: Johannès Talpa
V. — Les arts: les primitifs de la peinture pingouine
VI. — Marbode
VII. —Signes dans la lune

LIVRE IV
LES TEMPS MODERNES
TRINCO
CHAPITRE I[er]. — La Rouquine
II. — Trinco
III. — Voyage du docteur Obnubile

LIVRE V
LES TEMPS MODERNES
CHATILLON
CHAPITRE I[er]. — Les révérends pères Agaric et Cornemuse
II. — Le prince Crucho
III. — Le conciliabule
IV. — La vicomtesse Olive
V. — Le prince des Boscénos
VI. — La chute de l'émiral
VII. — Conclusion

LIVRE VI
LES TEMPS MODERNES
L'AFFAIRE DES QUATRE-VINGT MILLE BOTTES DE FOIN
CHAPITRE Ier. — Le général Greatauk, duc du Skull
II. — Pyrot
III. — Le comte de Maubec de la Dentdulynx
IV. — Colomban
V. — Les révérends pères Agaric et Cornemuse
VI. — Les sept cents pyrots
VII. — Bidault-Coquille et Maniflore. Les socialistes
VIII. — Le procès Colomban
IX. — Le père Douillard
X. — Le conseiller Chaussepied
XI. — Conclusion

LIVRE VII
LES TEMPS MODERNES
MADAME CÉRÈS
CHAPITRE Ier. — Le salon de madame Clarence
II. — L'œuvre de Sainte-Orberose
III. — Hippolyte Cérès
IV. — Le mariage d'un homme politique
V. — Le cabinet Visire
VI. — Le sopha de la favorite
VII. — Les premières conséquences
VIII. — Nouvelles conséquences
IX. — Dernières conséquences
L'APOGEE DE LA CIVILISATION PINGOUINE

LIVRE VIII
LES TEMPS FUTURS
L'HISTOIRE SANS FIN
§ I. — *On ne trouvait jamais les maisons assez hautes*···
§ II. — *Dans la partie sud-ouest de la ville*···
§ III. — *À compter de ce jour les attentats*···
§ IV. — *Les autres villes de la fédération*···

(FRANCE, 1909, p. 417-419).

Como podemos ver, a história dos pinguins é apresentada de forma progressiva e linear. Começando pelas origens, o narrador expõe os mitos que fundaram a Pinguínia: a viagem do santo Maël, levado pelo Diabo (disfarçado) a navegar por mares próximos à Bretanha até chegar a uma ilha desconhecida, habitada por pinguins. O santo, não reconhecendo as aves, devido ao gelo e a forte luz sobre os seus olhos, identifica nelas

homens vivendo em pleno estado de natureza e paganismo, e decide realizar sua vocação apostólica batizando-os e evangelizando-os:

> - Habitants de cette île, leur dit-il, quoique vous soyez de petite taille, vous semblez moins une troupe de pêcheurs et de mariniers que le sénat d'une sage république. Par votre gravité, votre silence, votre tranquille maintien, vous composez sur ce rocher sauvage une assemblée comparable aux Pères-Conscrits de Rome délibérant dans le temple de la Victoire, ou plutôt aux philosophes d'Athènes disputant sur les bancs de l'Aréopage. Sans doute, vous ne possédez ni leur science ni leur génie; mais peut-être, au regard de Dieu, l'emportez-vous sur eux. Je devine que vous êtes simples et bons. En parcourant les bords de votre île, je n'y ai découvert aucune image de meurtre, aucun signe de carnage, ni têtes ni chevelures d'ennemis suspendues à une haute perche ou clouées aux portes des villages. Il me semble que vous n'avez point d'arts, et que vous ne travaillez point les métaux. Mais vos coeurs sont purs et vos mains innocentes. Et la vérité entrera facilement dans vos âmes (FRANCE, 1909, p. 21-22).

Vemos como a origem dessa história é marcada pela presença de figuras da tradição cristã, como santos, o Diabo e, como veremos a seguir, pelo próprio Deus. Os elementos cristãos são acentuados em várias obras de Anatole France, que as utiliza para tecer suas críticas à Igreja e à moral católica que, em seu ponto de vista, aprisionam o homem. A presença do Diabo pode representar o lado humano que não admite suas falhas, e as transfere para uma figura que concentra o mal, eximindo-se da culpa pelos descaminhos da própria humanidade. Além disso, o Diabo sempre incorpora a figura de um religioso na história, como os padres Samson, Magis e Régimental, disfarçando-se para desviar os homens do melhor caminho, o que indica também a corrupção dos indivíduos ligados ao sacerdócio, na visão reiterada de France.

A única forma de remediar o engano do santo Maël ao batizar os pinguins foi concedendo, a partir de uma assembleia no céu, uma transformação das aves em homens. A aprovação dessa mutação não aconteceu sem grande debate entre vários santos, como São Patrício, Santo Agostinho, Santa Catarina e Deus, que teria a palavra final. A solução foi dada por Santa Catarina ao sugerir que lhes fossem concedidas cabeças e busto humanos, e uma alma imortal para que o sacramento do batismo pudesse ser válido. E assim foi decidido:

> - N'en délibérons plus [...]. Ces oiseaux seront changés en hommes. Je prévois à cela plusieurs inconvénients. Beaucoup entre ces hommes se donneront des torts qu'ils n'auraient pas eus comme pingouins. Certes, leur sort, par l'effet de ce changement, sera bien moins enviable qu'il n'eût été sans ce baptême et cette incorporation à la famille d'Abraham (FRANCE, 1909, p. 43).

São Maël foi então informado de seu erro e da decisão tomada por Deus, e viu as aves se transformarem em homens e adquirirem os hábitos humanos ditos civilizados a partir do momento em que são trajados e precisam se comportar de acordo com a moral cristã, embora isso não ocorresse de fato, pois apenas encobririam a sua corrupção, antes inexistente. E assim como os demais humanos, foram despossuídos de sua primitiva harmonia, para lançarem-se em guerras e contendas violentas ao longo dos séculos de história de sua nação pinguina.

No capítulo "*Le bornage des champs et l'origine de la propriété*" somos apresentados à criação dos princípios da civilização pinguina, o direito e a propriedade privada, a partir das explicações de Bulloch, um dos frades que acompanha São Maël. O santo não compreende a forma como as antigas aves se batem umas às outras de forma violenta e cometem os maiores crimes. Para Bulloch, os assassinatos e roubos são na verdade guerras de conquista pela propriedade, que deve ser tomada à força. Aquele que a conquista deve ser louvado e considerado nobre. Assim, estão sendo criadas as bases da sociedade e do estado na Pinguínia a partir do estabelecimento dos princípios das civilizações ocidentais, considerados universais. A criação dos impostos não foi esquecida, estabelecendo mais uma das bases da desigualdade nessa sociedade: quem contribui de fato são os pobres, e não a nobreza. Para que fosse "igual para todos", o imposto foi fixado sobre o que se come e bebe, e não sobre o que se possui, afinal todos comem e bebem (!).

A histórias das origens da Pinguínia também dá conta de mostrar a ascensão de uma santa, sua padroeira, e da formação da primeira dinastia. Ao longo dos diversos capítulos sobre o dragão de Alca, cidade da Ilha, o narrador expõe como se forjou a figura da santa, que nasce de uma história mítica arquitetada pela própria mulher que se

tornaria santa Orberose, e seu amante Kraken. Orberose, uma linda jovem da cidade, havia desaparecido para viver com Kraken em sua caverna, afastados dos demais pinguins. Concomitantemente, espalhava-se um boato, baseado em testemunhos os mais contraditórios possíveis, de que um dragão era o responsável por todos os males que assolavam a cidade, cometendo roubos e raptos, quando na verdade tratava-se de Kraken o criminoso. Era tomado por um dragão por causa da vestimenta que usava para causar medo e poder cometer os atos de forma mais livre sem ser reconhecido. A população aconselhava-se com São Maël, que destacou que somente por meio da intervenção de uma donzela virgem o dragão seria domado. A essa proposição, Orberose vira uma oportunidade de fortuna e fama para o casal, sugerindo a Kraken que eles simulassem a queda do dragão pelas de suas próprias mãos: Orberose desempenharia o papel da virgem, subjugando um falso dragão, e Kraken seria aquele que, pela de sua espada, colocaria fim à fera. O plano teve pleno sucesso, e dessa forma Orberose se tornou a padroeira da ilha, e Kraken, a quem a população passou a pagar tributo, fundador da primeira dinastia real dos pinguins, chamada Dracônida, em homenagem ao desventurado dragão de Alca.

A partir desse mito de origem, empregado como dispositivo de enaltecimento da nação, a história da Pinguínia entra em sua idade média e renascimento:

> Les rois d'Alca issus de Draco, fils de Kraken, portaient sur la tête une crête effroyable de dragon, insigne sacré dont la seule vue inspirait aux peuples la vénération, la terreur et l'amour. Ils étaient perpétuellement en lutte soit avec leurs vassaux et leurs sujets, soit avec les princes des îles et des continents voisins. Les plus anciens de ces rois ont laissé seulement un nom. Encore ne savons-nous ni le prononcer ni l'écrire. Le premier Draconide dont on connaisse l'histoire est Brian le Pieux, estimé pour sa ruse et son courage aux guerres et dans les chasses (FRANCE, 1909, p. 109).

Reis e rainhas são descritos em seus sentimentos pios, exaltados em sua fé cristã, ao mesmo tempo que cometiam crimes e atrocidades por meio de guerras. O papel da Igreja é também importante na sociedade pinguina, que se torna perene com o passar dos séculos:

> On ne saurait trop admirer que, durant ces longs âges de fer, la foi ait été conservée intacte parmi les Pingouins. La splendeur de la vérité éblouissait alors les âmes qui n'étaient point corrompues par des sophismes. C'est ce qui explique l'unité des croyances. Une pratique constante de l'Église contribua sans doute à maintenir cette heureuse communion des fidèles: on brûlait immédiatement tout Pingouin qui pensait autrement que les autres (FRANCE, 1909, p. 124).

Como podemos ver, em muitas passagens o paralelismo com a história ocidental é evidente, especialmente ao adentrar os "tempos modernos".[4] Nesse período a história dos pinguins será marcada pela figura de grandes homens e suas intrigas, abrangendo quatro capítulos. Neles são apresentadas as formações da moderna Pinguínia, a partir da nação republicana após a sua "Revolução Francesa", responsável por extinguir a monarquia. No capítulo "Trinco" reconhecemos boa parte das guerras de conquistas perpetradas por um jovem homem de guerra que conquista imensos territórios para a Pinguínia, e da mesma forma os perde; trata-se de uma clara alusão às guerras napoleônicas. Após esse período, a ilha mergulha no mais fundo capitalismo a partir do século XIX, desenvolvendo as classes sociais modernas, e revestida por um regime político aparentemente democrático. Tentativas de retomada da monarquia por meio de intrigas envolvendo membros da antiga nobreza e da igreja também ocorrem, sem sucesso.

A representação do Caso Dreyfus desenrola-se no livro sexto da obra, "*L'affaire des quatre-vingt mille bottes de foin*", em que os segredos de guerra aos quais o capitão Dreyfus havia sido acusado injustamente de vender são substituídos, na narrativa, pelo roubo de oitenta mil fardos de feno. O personagem Pyrot, judeu como Dreyfus, encarna a figura do acusado do crime de vender os fardos de fenos aos grandes inimigos dos pinguins, os marsuínos. Tratava-se, portanto, da mais alta traição. Mais uma vez verificamos o envolvimento de membros da igreja católica no Caso, que se transformou em questão nacional. Anatole France aproveita o embate para debater o antissemitismo

[4] Em 1934 o crítico francês Ernest Seillière (1866-1955) publicou a obra "*Anatole France, critique de son temps*". Nela o escritor retoma, ponto a ponto, as referências históricas presentes em *L'île des pingouins*, o que dá uma amostra da extensão do conhecimento histórico de Anatole France a respeito da história da França, necessário à escritura do romance enquanto paródia "fiel" dessa.

presente na França, acirrado com o Caso. Anatole France mescla muito bem os elementos contemporâneos verificados nas democracias modernas imbricadas ao capitalismo no contexto do século, ao mesmo tempo em que traz o problema filosófico da dúvida e aponta para o ceticismo que permeia invariavelmente suas obras. O antissemitismo, também representado na narrativa, e inflamado nesse período, associou-se aos ideais ditos patrióticos, nacionalistas e militaristas dos grupos anti-Pyrot/Dreyfus. A entrada de personagens socialistas na narrativa, a favor da inocência de Pyrot, confere nova etapa ao Caso e às questões políticas que o envolviam. Há um debate em torno do envolvimento dos partidos socialistas, ou sua abstenção. Alguns líderes apelavam para a diferença entre a justiça social, a qual requeria o Caso Pyrot, e a justiça revolucionária, a qual desejavam os socialistas.

Assim como ocorre na França, o processo acaba sendo revisado, e Pyrot inocentado, o que leva, posteriormente, a uma fragmentação dos grupos que lhe apoiavam. Aqui podemos perceber um certo enquadramento de Anatole France à questão a partir do personagem de Eugêne Bidault-Coquille, astrônomo e escritor socialista que se apega ferrenhamente à inocência de Pyrot, retirando-se da reclusão de seus estudos e se tornando um dos porta-vozes da honestidade de Pyrot. Após a conclusão do Caso, Bidault-Coquille reflete acerca das ilusões desfeitas e da dificuldade de enfrentar as injustiças sociais:

> Tu te figurais que les injustices sociales étaient enfilées comme des perles et qu'il suffisait d'en tirer une pour égrener tout le chapelet. Et c'est là une conception très naïve. Tu te flattais d'établir d'un coup la justice en ton pays et dans l'univers. Tu fus un brave homme, un spiritualiste honnête, sans beaucoup de philosophie expérimentale. Mais rentre en toi-même et tu reconnaîtras que tu as eu pourtant ta malice et que, dans ton ingénuité, tu n'étais pas sans ruse. Tu croyais faire une bonne affaire morale. Tu te disais: **"Me voilà juste et courageux une fois pour toutes. Je pourrai me reposer ensuite dans l'estime publique et la louange des historiens."** Et maintenant que tu as perdu tes illusions, maintenant que tu sais qu'il est dur de redresser les torts et que c'est toujours à recommencer, tu retournes à tes astéroïdes. Tu as raison; mais retournes-y modestement, Bidault-Coquille! (FRANCE, 1909, p. 311, grifos meus).

O período de crença na realização prática do socialismo durou pouco, pois a dúvida e o ceticismo, especialmente em matéria de política, são elementos de maior força no pensamento do France.

Outra tópica recorrente aos romances do escritor é a ascensão e queda das civilizações, e encontramo-la figurada nos capítulos finais *"L'apogée de la civilisation pingouine"* e *"Les temps futurs l'histoire sans fin"*. Atingindo o ápice da sátira na narrativa, Anatole France apresenta o apogeu da Pinguínia, datado, ao que tudo indica, no período histórico da *Belle Époque*, ou seja, na França contemporânea de France, e para além. A ênfase é dada ao estágio do capitalismo industrial e financeiro em que se encontrava a Europa nesse período. Seus termos são claramente materialistas: a riqueza não restava com aqueles que a produziam, mas entre aqueles que possuíam os meios para produzi-la. A cultura intelectual e artística se tornara precária e as cidades não tinham mais o aspecto que antes, era o "apogeu" de seu progresso:

> Les progrès de la civilisation s'y manifestaient par l'industrie meurtrière, la spéculation infâme, le luxe hideux. Sa capitale revêtait, comme toutes les grandes villes d'alors, un caractère cosmopolite et financier: il y régnait une laideur immense et régulière. Le pays jouissait d'une tranquillité parfaite. C'était l'apogée (FRANCE, 1909, p. 389).

O que poderia seguir ao apogeu capitalista-financeiro-industrial da Pinguínia? Aqueles que julgariam Anatole France um ferrenho escritor socialista que representaria em seus romances, não apenas em *L'île des pingouins*, panfletos elogiosos a um futuro possível à Europa pós-capitalista, se enganaram. Como mencionei acima, o ceticismo e a razão duvidosa do autor, aliado ao seu pessimismo, parecem tê-lo levado a questionar seus próprios ideais. É factível identificar em seu pensamento um viés humanitário, democrático e mesmo socialista. Mas seus romances refletirão para além das propostas dos partidos políticas à época. Como veremos a seguir, ao tecer uma espécie de prognóstico, France coloca o quão distópico o futuro poderia ser, mesmo que pelas mãos daqueles que o desejariam mais humanitário, democrático e mesmo socialista. É possível traçar um paralelo com a Revolução Francesa, quando Koselleck coloca que "a Revolução traria à luz do dia [...] as implicações terroristas de seus desejos virtuosos" (KOSELLECK,

2014, p. 131). Nota-se, da mesma forma, a representação nas obras de France dessas "implicações" ou "desvios" que parecem quase inevitáveis no curso das revoluções, muito embora tenham princípios ideais democráticos como máxima. No que diz respeito ao capítulo final dos "tempos futuros" de *L'île des pingouins*, a narrativa utópica cumprirá uma função de advertência àqueles que acreditavam na história futura como resultando de um grande progresso da humanidade, ou seja, da própria história (KOSELLECK, 2014, p. 138), como veremos na próxima sessão.

As fissuras do regime moderno nos "tempos futuros" da "história sem fim"

Em *L'île des pingouins* vemos como Anatole France utiliza das experiências do passado, por intermédio da história europeia, para se voltar ao tempo futuro, elaborando um prognóstico catastrófico, como abordarei a seguir. Dessa forma, "o futuro já não serve mais – como fazia até então – para garantir ou incrementar a posteridade ou para dosar de forma literária os castigos: o futuro é evocado no presente por meio do argumento histórico" (KOSELLECK, 2014, p. 128). Seguindo os traços expostos por Koselleck a respeito da temporalização da utopia, *L'île des pingouins* pode ser entendida como uma "paródia ao historicismo e à crença no progresso", caracterizando-se como uma utopia temporal negativa (KOSELLECK, 2014, p. 131). Ou seja, não se trata do caso "positivo" da utopia futurística que trabalha com a ideia do antiapocalipse. Utilizando o exemplo de uma das obras de Carl Schmitt, Koselleck sublinha que

> O conteúdo dessa paródia [*Die Buribunken*, 1918], ou melhor, dessa sátira, pode ser caracterizado como utopia negativa. A crítica implícita visa àqueles elementos utópicos contidos na devoção histórica aos fatos e em sua exaltação histórico-filosófica. [...] Nesse sentido, a crítica de Carl Schmitt se volta contra toda a fundamentação espiritual da modernidade, quando elaborada e realizada como progresso histórico (KOSELLECK, 2014, p. 131).

Creio que esses dados de crítica assinalados por Koselleck, embora se baseiem em uma obra escrita por um nazista como Carl Schmitt, se aproximam do romance que estamos tratando neste capítulo, em virtude de a sátira na narrativa envolver uma crítica em torno

da ideia de civilização e progresso histórico no contexto europeu. Analisarei no próximo tópico as figurações destas críticas ao historicismo e do progresso histórico destacadas por Koselleck.

Neste momento, no entanto, gostaria de chamar novamente a atenção para o aspecto da temporalidade mencionado acima. O gênero romance foi e é um dos responsáveis pela anunciação de conflito de temporalidades presentes nas sociedades modernas. Esse é um dos motivos pelos quais optei por trabalhar aqui com um romance de Anatole France, ou seja, fazendo uma seleção dentro de sua obra ficcional. Nela seria possível identificar a presença desses tempos divergentes que fazem parte do mesmo regime moderno, indicando seu possível fracasso. Anatole France coloca em cena as fissuras do regime moderno de historicidade, calcado na ideia de futuro e progresso, a partir da própria visão crítica da experiência de tempo contemporânea. É retraçada uma conexão entre passado, presente e futuro no romance, que expõe como o passado francês não foi tão glorioso como os historiadores o apresentavam. Já o presente se mostraria extremamente problemático, e o futuro, tendo em vista o passado e o presente, não os levaria para uma situação de progresso afortunado. É possível ler seus romances como um apelo para a releitura das três dimensões temporais de forma crítica, com o objetivo de repensar alguns mitos de origem e destrinchar as narrativas modernas que impedem os contemporâneos de vislumbrar criticamente sua própria história. O recurso à narrativa utópica/distópica coloca em xeque justamente esse conflito de temporalidades.

No livro *História & Distopia*, o historiador Julio Bentivoglio analisa as relações deste gênero literário com a história e a historiografia no contexto do século XXI, pois acredita que

> [...] o conceito de distopia e a produção de narrativas distópicas podem ser bastante úteis para pensarmos os sintomas da crise do cronótopo moderno de história, bem como indicar uma chave de compreensão para a natureza da história em meio ao debate historiográfico contemporâneo (BENTIVOGLIO, 2017, p. 84).

O autor se refere ao contexto atual, em que há uma radicalização da crise do regime moderno, ou mesmo, como avalia François Hartog em vários textos, a emergência de uma nova ordem do tempo, o regime presentista, com o crescimento rápido da categoria do presente, impondo sua onipresença (HARTOG, 2015). O regime presentista considera o passado tendo em vista o presente, e o futuro se torna pessimista. Ou seja, alterou-se nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo. "A valorização do presente contra o passado transpassa os inícios do século XX: a vida e o presente contra o passado associado à morte" (HARTOG, 2003a, p. 25).

> Contra o passado, que é também a morte coloca-se na frente a vida e o presente. Concernem a esta larga corrente, primeiramente, as *Considérations intempestives* (1874) de Nietzsche, mas, também, *L 'immoraliste* (1902) de Gide ou a Hedda Gabler de Ibsen ou, ainda, as reflexões dos anos 30 de Valéry sobre ou contra a História (HARTOG, 1997, p. 11).

Hartog remonta ao próprio século XIX o início das fissuras do regime, indicando que há permanência e divergências dentro de uma mesma ordem de tempo.

As utopias e distopias, conforme apontou Bentivoglio, ajudam justamente a pensar essas divergências. Identifico os romances de Anatole France como casos representativos de uma certa resistência ao regime moderno. É possível localizar em *L'île des pingouins* os traços de uma distopia, considerando que

> [...] a distopia seria uma utopia negativa, um mau lugar. Observando, contudo a etimologia do termo e sua relação com o problema da historicidade cheguei a conclusões diferentes. A distopia não é uma *antiutopia*, ela é um *deslugar*, que não se encontra exatamente no futuro, mas, que pode estar em qualquer lugar, inclusive no presente e no passado. Ela não seria um espaço desejável ou sonhado, mas um mau lugar, de contrariedade e privação. A distopia seria, portanto, a desfiguração da própria possibilidade de utopia (BENTIVOGLIO, 2017, p. 85).

O futuro oscilará entre uma utopia negativa e uma utopia fracassada. No livro oitavo *"Les temps futurs l'histoire sans fin"* somos apresentados a essa utopia negativa, ou mesmo, distopia. O cenário da cidade de Alca representa o avanço tecnológico que não levou a um desenvolvimento positivo de sua própria civilização. Identificamos esse cenário

com a visão do futuro do capitalismo e suas consequências em grande medida desastrosas. Alca era uma rica cidade, com altos edifícios e modernas indústrias. Contudo, a minoria da população concentrava a riqueza, e aos pobres restava a miséria e o desprezo. A violência se tornara algo socialmente aceito e, somada às más condições de vida, desemprego, fome, catástrofes, doenças, o estado social encontrava-se em plena decadência. As artes, também afetadas por esse estado de coisas, deixam de exercer seu papel social. As classes trabalhadoras não conseguiam avançar em suas lutas em meio à cupidez generalizada.

Caroline Meslier e Georges Clair são dois personagens anarquistas responsáveis por uma série de atentados que ocorrerão na cidade, como incêndios e explosões. Esses atos, embora fossem deplorados por parte da população, especialmente pela camada rica da cidade, eram motivo de indiferença por seus operários. Ao expor a história futura, o narrador mostra que a destruição da capital era inevitável. E assim sucedeu. Mas não era exatamente seu fim, mas um recomeço sem fim, um reinício de sua história, numa "história sem fim", retomando seu curso desde as origens. Anatole France marca essa circularidade repetindo exatamente o mesmo parágrafo que iniciou o último capítulo, ao final do livro:

> On ne trouvait jamais les maisons assez hautes; on les surélevait sans cesse et l'on en construisait de trente à quarante étages, où se superposaient bureaux, magasins, comptoirs de banques, sièges de so-ciétés, et l'on creusait dans le sol toujours plus profondément des caves et des tunnels. Quinze millions d'hommes travaillaient dans la ville géante (FRANCE, 1909, p. 416).

Para Ernest Seillière, estamos diante da negação das esperanças fomentadas pelos ideais socialistas utópicos: "l'histoire se recommence toujours: tel est le leit-motiv de ces pages mélancoliques" (SEILLIÈRE, 1934, p. 183). Para outros críticos, como Marcel Le Goff, autor do livro *"Anatole France à la Béchellerie"* (1924), esse capítulo pode representar a ideia de eterno retorno:

> Cette idée de recommencement constant, continuel de tout, fut une des opinions favorites de Monsieur France. La destruction de tout, l'éternelle renaissance de tout, sans raison, sans but, sans fin, pour rien, parce que c'est ainsi, parce qu'il ne saurait en être autrement, voilà l'idée familière par laquelle Monsieur France

> s'apparente à la race dont l'Ecclésiaste est issu, et à laquelle il a manifesté une si constante, une si inébranlable sympathie (LE GOFF, 1924, p. 123).

A ideia também é retomada por Édith Tendron. Para a crítica, "l'homme n'a pas l'air d'avoir compris les causes des ses échecs. Il n'est plus question de palingénésie, mais de redite inéluctable des erreurs humaines", logo "l'éternel retour des civilisations ne signifie pas cette fois qu'il va s'effectuer dans de meilleures conditions" (TENDRON, 1995, p. 213).[5] Dessa forma, verificamos como Anatole France utiliza diversos mecanismos para exercer o poder de crítica por meio de sua narrativa. Até aqui encontramos uma avaliação voltada à face externa da História, em seu conteúdo. Veremos a seguir, como o questionamento do próprio método da História será pautado em *L'île des pingouins*, abrindo caminhos para sua avaliação sobre a disciplina.

O narrador-historiador e as críticas à ciência histórica

Conforme mencionado acima, nesta seção pretendo discutir de que forma Anatole France traça em *L'île des pingouins* uma crítica ao historicismo e à disciplina histórica. Essas críticas demonstrarão em última instância, um exame do próprio regime moderno de historicidade, eis que a História e o regime moderno estão particularmente imbricados:

> No que respeita à historiografia, a expressão moderno regime significa um período em que o ponto de vista do futuro domina. A palavra-chave é Progresso, História é entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão) (HARTOG, 2003a, p. 1).

> Ao longo de todo o século XIX, enquanto se profissionalizava e ambicionava se apresentar como uma ciência (baseada no modelo das ciências da natureza), a história apoiou-se sobre e colocou em prática um tempo histórico - linear, cumulativo e irreversível - correspondendo a uma história política, na qual os príncipes são substituídos por nações, como atores da história, e onde o progresso vinha substituir a salvação (HARTOG, 2006, p.17).

[5] "O homem parece não ter entendido as causas de seus fracassos. Não é mais uma questão de palingenesia, mas da inevitável repetição de erros humanos", logo, "o eterno retorno das civilizações não significa que desta vez seja feito em melhores condições" (TENDRON, 1995, p. 213).

Pela leitura atenta dos romances percebemos que são justamente esses aspectos citados por Hartog, característicos da História no Oitocentos, que permeiam as entrelinhas de suas narrativas, especialmente *L'île des pingouins*.

É preciso ressaltar que a própria história da disciplina é feita de tensões e dicotomias, presentes na formação do campo (KOSELLECK, 2013; RICŒUR, 2007). Há algum tempo a ciência história do século XIX já não é mais lida como um bloco homogêneo de uma comunidade de historiadores (predominantemente europeus) preocupados unicamente com o rigor das fontes, a objetividade fria da pesquisa e escrita, e a aproximação com o modelo das ciências duras. Sabemos que a crítica à memória disciplinar foi e é importante para desnudar as batalhas dentro de um campo ainda em formação naquele momento, do não consenso mesmo entre historiadores de uma mesma "escola":

> A consolidação do paradigma científico no século XIX, no entanto, não se fez de modo rápido, muito menos consensual. Assim, se, por um lado, não é difícil traçar um paralelo entre o que diz Luciano e o postulado definido por Ranke, aquele que instruía o historiador a "mostrar como algo realmente aconteceu" (*wie es eigentlich gewesen*, Ranke, 1824, p. VII), ou a trabalhos como o de W. Humboldt, o de G. Monod, o de C. V. Langlois e C. Seignobos, cujas obras tornaram-se referências para a definição de uma história científica (sobretudo o levantamento exaustivo de fontes e um texto objetivo), por outro, é preciso considerar que as regras e princípios metodológicos que vinham sendo estabelecidos por uma disciplina que tentava se instaurar não eram seguidos incondicionalmente. A vitória da ciência foi precedida por inúmeras controvérsias, entre as quais as formas de narrar a história. Um exemplo significativo é o debate em torno da noção da cor local pelos chamados historiadores narrativistas da primeira metade do século XIX (CEZAR, 2004, p. 19).

O conhecimento histórico produzido no XIX também é associado ao historicismo, uma das maneiras de se pensar e fazer a História, em sua forma mais acabada entre os historiadores alemães:

> É corrente entre os historiadores a concepção de que o historicismo é a forma científica da História e do conhecimento histórico surgida na primeira metade do século XIX. A definição mais aceita atualmente é a proposta por Friedrich Jaeger e Jörn Rüsen em 1992: historicismo é uma forma determinada do pensamento

> histórico e da correspondente concepção da história como ciência. Trata-se de um modo de pensar que considera a história como um conhecimento específico dos tempos passados, distintos do conhecimento do tempo presente, mas que coloca aqueles em perspectiva com este e com o tempo futuro (MARTINS, 2008, p. 17).

Vemos como a narrativa de Anatole France pode ser lida dentro de uma lógica historicista, pois essa "consiste no reconhecimento da especificidade de tempos passados em comparação com o presente, de modo a elaborar uma correlação de interdependência do tempo passado com o tempo presente" (MARTINS, 2008, p. 17). Para Estevão Martins "essa correlação se estabelece mediante a elaboração reflexiva da sucessiva experiência própria das formas humanas de viver, na linha do tempo" (MARTINS, 2008, p. 17). O problema está nas categorias-mestras do historicismo: "a individualidade e o progresso (originalmente pensado como evolução da individualidade para o melhor, à maneira do aperfeiçoamento para o bem característico do Iluminismo" (MARTINS, 2008, p. 17). Embora Anatole France configure sua narrativa a partir de nexos historicistas, interligando passado, presente e futuro, o pressuposto de que esse futuro leva necessariamente a uma humanidade mais desenvolvida enquanto raça humana não se verifica em suas obras. *L'île des pingouins* figura de forma bastante evidente essa proposição.[6]

Para além do fato de se tratar da história de uma comunidade de pinguins - acontecimento irônico por si só - a narrativa da trajetória das aves está disposta no formado de um livro de história, composto pelo historiador, que também é o autor e narrador do livro, utilizando de elementos da escrita dos historiadores do XIX. A partir da

[6] Sabemos que a concepção de historicismo é de difícil delimitação tendo em vista a própria história do conceito, sem consenso em sua definição (e mesmo na tradução de *historismus*, do alemão), pois remonta a formas de pensar e fazer História características do século XIX. Francisco Falcon (1997) sublinha alguns aspectos do conceito que nos ajudam a pensar a crítica de Anatole France: a busca por uma história que "espelhe" a realidade histórica (tomada como realidade ontológica e teleologicamente orientada) a partir de seu rigor factual e narrativo capaz de desvendar suas leis gerais, universais e racionais. Tratava-se de produzir um conhecimento científico a partir da história enquanto horizonte de referência comum, suprimindo as especulações filosóficas. Esse historicismo em sentido metodológico e institucionalizado parece ser o que mais perturbava France, além do pressuposto de que a história "evolui/desenvolve-se no tempo conforme uma lógica interna que lhe imprime sua própria direção ou 'sentido' – o "progresso" (FALCON, 1997, p. 10).

ironia e da sátira que perpassam as 419 páginas desta obra, a ridicularização do ofício do historiador e a da própria história da França darão a tônica da narrativa, iniciando já pelo prefácio.

Como nos livros de história, o prefácio tem um papel importante de apresentação da figura daquele que produziu a obra, de suas intenções e objetivos, demonstrando sua autoridade perante a comunidade de historiadores e estabelecendo certa distância, como aponta Hartog:

> La préface (avec ses diverses fonctions récemment inventoriées par Gérard Genette) est, en effet, le lieu où l'historien est autorisé, s'autorise à être présent et à dire *je*. [...] Assez vite toutefois, la piste de la préface tourne court. Car, la préface, moment de "présence" fortemente marqué auquel va succéder l' "absence", est une façon pour l'historien de poser une distance par rapport à son objet: propos de méthode souvent, elle est, selon le jeu de mots dumézilien, regard sur le chemin après qu'on l'a parcouru; façon aussi de mettre une distance, temporelle cette fois, entre son objet et lui: placée à l'initial, elle équivaut, notait Certeau, à um "en ce temps-là", par rapport au temps de l'auteur (HARTOG, 1988, p. 2-3).

O narrador-historiador se apresenta em primeira pessoa no início do romance e aponta o lugar da história dos pinguins em sua própria vida:

> Malgré la diversité apparente des amusements qui semblent m'attirer, ma vie n'a qu'un objet. Elle est tendue tout entière vers l'accomplissement d'un grand dessein. J'écris l'histoire des Pingouins. J'y travaille assidument, sans me laisser rebuter par des difficultés fréquentes et qui, parfois, semblent insurmontables (FRANCE, 1909, p. I).

Expõe ainda as dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa, especialmente para o período anterior aos vestígios escritos, ou pré-histórico:

> J'ai creusé la terre pour y découvrir les monuments ensevelis de ce peuple. Les premiers livres des hommes furent des pierres. J'ai étudié les pierres qu'on peut considérer comme les annales primitives des Pingouins. J'ai fouillé sur le rivage de l'océan un tumulus inviolé; j'y ai trouvé, selon la coutume, des haches de silex, des épées de bronze, des monnaies romaines et une pièce de vingt sous à l'effigie de Louis-Philippe Ier, roi des Français (FRANCE, 1909, p. I).

Para “les temps historiques”, as crônicas serão a principal fonte. Contudo a tarefa da escrita se torna extremamente difícil quando as fontes são numerosas, pois os testemunhos serão sempre contraditórios, levando o historiador a fazer escolhas. E como essas escolhas se dão?

> Sans doute les raisons scientifiques de préférer un témoignage à un autre sont parfois très fortes. Elles ne le sont jamais assez pour l'emporter sur nos passions, nos préjugés, nos intérêts, ni pour vaincre cette légèreté d'esprit commune à tous les hommes graves. En sorte que nous présentons constamment les faits d'une manière intéressée ou frivole (FRANCE, 1909, p. II).

Vemos, portanto, que o narrador-historiador demonstra alguma lucidez e bom senso ao abordar o ofício do historiador. Reconhecendo os obstáculos do empreendimento que se propôs ao buscar escrever a história da ilha dos pinguins, desde suas origens até o período contemporâneo e projetando o futuro, o narrador decide buscar os conselhos dos velhos historiadores da Academia de Ciências Morais. A recomendação dada por esses é de simplesmente copiar os antigos trabalhos de história e não inventar nada novo:

> - À quoi bon, mon pauvre monsieur, vous donner tant de peine, et pourquoi composer une histoire, quand vous n'avez qu'à copier les plus connues, comme c'est l'usage? Si vous avez une vue nouvelle, une idée originale, si vous présentez les hommes et les choses sous un aspect inattendu, vous surprendrez le lecteur. Et le lecteur n'aime pas à être surpris. Il ne cherche jamais dans une histoire que les sottises qu'il sait déjà. Si vous essayez de l'instruire, vous ne ferez que l'humilier et le fâcher. Ne tentez pas de l'éclairer, il criera que vous insultez à ses croyances.
>
> Les historiens se copient les uns les autres. Ils s'épargnent ainsi de la fatigue et évitent de paraître outrecuidants. Imitez-les et ne soyez pas original. Un historien original est l'objet de la défiance, du mépris et du dégoût universels.
>
> Croyez-vous, monsieur, ajouta-t-il, que je serais considéré, honoré comme je suis, si j'avais mis dans mes livres d'histoire des nouveautés? Et qu'est-ce que les nouveautés? Des impertinences. [...]
>
> Si vous voulez que votre livre soit bien accueilli, ne négligez aucune occasion d'y exalter les vertus sur lesquelles reposent les sociétés: le dévouement à la richesse, les sentiments pieux, et spécialement la résignation du pauvre, qui est le fondement de l'ordre. Affirmez, monsieur, que les origines de la propriété, de la noblesse, de la gendarmerie seront traitées dans votre histoire avec tout le respect que méritent ces institutions. Faites savoir que vous admettez le surnaturel quand il se présente. À cette condition, vous réussirez dans la bonne compagnie (FRANCE, 1909, p. IV-V).

Esses são os conselhos recebidos dos "sábios" historiadores pelo narrador, que afirma levar consigo. Meditando a respeito dessas advertências, o narrador demonstra estar ciente de que a parcialidade fará parte do ofício, pois a narrativa do historiador não está isenta de apresentar suas paixões, preconceitos e interesses (FRANCE, 1909, p. II). O método da escrita da história também o preocupa, pois parece-lhe baseado em grande medida em incertezas e subjetividades, e que depende em grande medida da argúcia e da boa-fé do historiador:

> Il est extrêmement difficile d'écrire l'histoire. On ne sait jamais au juste comment les choses se sont passées; et l'embarras de l'historien s'accroît avec l'abondance des documents. Quand un fait n'est connu que par un seul témoignage, on l'admet sans beaucoup d'hésitation. Les perplexités commencent lorsque les événements sont rapportés par deux ou plusieurs témoins; car leurs témoignages sont toujours contradictoires et toujours inconciliables (FRANCE, 1909, p. II).

O narrador apresentará alguns desses casos, revelando ao longo do texto que as "fontes" e os "fatos", cobertas por uma áurea de verdade "científica", são falsos em grande parte da história dos pinguins, como por exemplo a farsa do mito de origem do dragão de Alca e sua padroeira, Santa Orberose. Outros elementos fantásticos serão apontados como uma maneira de apresentar a farsa da história, que preenche "lacunas" com o sobrenatural, como a transformação dos pinguins em homens, ou a transposição da ilha para próximo do continente Europeu com a ajuda de uma corda (!). Ao longo dos capítulos são narrados casos de contradições, falseamentos e mal-entendidos na história dos pinguins, justificando a cautela do narrador quanto a uma verdade "pura" que possa existir a partir dos vestígios. Além disso, salienta que a sua história é do gênero antigo, escrita a partir das memórias que foram conservadas. Nesses moldes, a "velha Clio" está mais próxima da arte que da ciência, pois não possui elementos científicos, sobretudo uma *multitude de statistiques* que a tornaria mais exata (FRANCE, 1909):

> Le présent ouvrage appartient, je dois le reconnaître, au genre de la vieille histoire, de celle qui présente la suite des événements dont le souvenir s'est

> conservé, et qui indique, autant que possible, les causes et les effets; **ce qui est un art plutôt qu'une science**. On prétend que cette manière de faire ne contente plus les esprits exacts et que **l'antique Clio passe aujourd'hui pour une diseuse de sornettes**. Et il pourra bien y avoir, à l'avenir, une histoire plus sûre, une histoire des conditions de la vie, pour nous apprendre ce que tel peuple, à telle époque, produisit et consomma dans tous les modes de son activité. Cette histoire sera, non plus un art, mais une science, et elle affectera l'exactitude qui manque à l'ancienne. Mais, pour se constituer, elle a besoin d'une multitude de statistiques qui font défaut jusqu'ici chez tous les peuples et particulièrement chez les Pingouins. Il est possible que les nations modernes fournissent un jour les éléments d'une telle histoire. En ce qui concerne l'humanité révolue, il faudra toujours se contenter, je le crains, d'un récit à l'ancienne mode. L'intérêt d'un semblable récit dépend surtout de la perspicacité et de la bonne foi du narrateur (FRANCE, 1909, p. VIII-IX, grifos meus).

Mais uma vez o autor coloca em cena sua ideia de que a história não é uma ciência, mas uma arte. Acrescenta que, para se tornar uma ciência, necessitaria da produção de grande quantidade de dados estatísticos. Como veremos no próximo capítulo, na utopia socialista em *Sur la pierre blanche*, Anatole France mostra que nessa sociedade futura os historiadores seriam substituídos pelos estatísticos, que traçariam a história das sociedades apenas em termos numéricos. Essa seria a única forma de transformar a história em uma ciência exata. Enquanto os estudos históricos forem produzidos unicamente a partir de fontes escritas e da narrativa do historiador, permanecerá como uma arte dependente do caráter de seu escritor.

Ao final do prefácio Anatole France deixa entrever o que considero um dos objetivos de sua paródia por meio das palavras de Jacques*, le Philosophe*, cronista da história da Pinguínia. Retomado pelo narrador, Jacques escreve um discurso moral representando de maneira cômica as ações dos pinguins. Indagado sobre os possíveis benefícios de uma "história adulterada" e "cômica", o filósofo responde que haverá um benefício muito grande, pois "lorsqu'ils verront leurs actions ainsi travesties et dépouillées de tout ce qui les flattait, les Pingouins en jugeront mieux et, peut-être, en deviendront-ils plus sages" (FRANCE, 1909, p. XII).[7] Mais uma vez Anatole France utiliza da figura de um

[7] "Quando eles verem suas ações assim disfarçadas e despojadas de tudo o que as lisonjeia, os Pinguins as julgarão melhor e, talvez, se tornarão mais sábios" (FRANCE, 1909, p. XII).

filósofo para entrar no romance e partilhar suas próprias críticas.[8] Ele espera narrar uma história da França despojada de seu brilho e grandiosidade, apresentada em seus aspectos mais ordinários, tecidos por crimes, misérias e loucuras, na esperança de que, assim, os franceses enxerguem de forma mais realista e crítica sua própria história. Esse, me parece, é o objetivo de *L'île des pingouins.*

O prefácio que acompanhamos, localizado logo no início do romance como de praxe, é datado de 1º de setembro de 1907, em Quiberon. Esta ilha, que faz parte da região da Bretanha, foi de fato frequentada por Anatole France no início do século XX, e possivelmente lhe inspirou em suas paisagens a imaginar a ilha dos pinguins. Os anais da cidade fazem referência à estadia de France e a citação da cidade no romance.[9] Fica evidente, portanto, a presença do escritor dentro da própria narrativa por meio da inserção de elementos factuais no prefácio do romance, tornando ainda mais manifesta a relação da crítica que conduz no livro com suas reais posições. Conforme já foi apontado, a discordância com a ciência histórica preconizada em sua época é não apenas acerca de seu conceito, mas também por seus métodos.

L'île des pingouins é também uma sátira acerca dos métodos da história aplicados pelos historiadores da Terceira República (BANCQUART, 1994; LAS HERAS, 1997). Embora ciente das limitações da ciência histórica, o narrador-historiador insiste em buscar uma história a mais positiva possível. Para isso procura guarnecer sua narrativa com citações e notas de rodapé, indicando suas "fontes". Há, por exemplo, alguns títulos citados que de fato podemos encontrar nas bibliotecas, como *"Au pays des manchots"* (1904), de Georges Lecointe, *"Journal de l'Expédition antarctique française"* (1903-1905), de Jean Charcot, *"Naturalis Historia"* (49-77 d.C.), de Plínio, o Antigo, e *"Le Censeur Politique et Littéraire"* (1907), de J. Ernest-Charles. Há também referência a estudos de paleografia que atestam a veracidade de crônicas utilizadas em sua narrativa. A maior parte da

[8] Digo mais uma vez pois em outros livros France utilizou desse mesmo recurso como, por exemplo, em *Les dieux ont soif*, por meio do personagem de Brotteaux des Ilettes, também filósofo.

[9] Conforme a página da prefeitura de Quiberon. Disponível em: http://www.quiberon.com/files/quiberon/files/brochures/pdf/historique_de_la_presqu.pdf Acesso em 10 nov. 2018.

história dos pinguins é baseada em crônicas e manuscritos pinguins que apresentam relatos os mais despropositados, como *"De Gestis Pinguinorum"*, de Johannes Talpa, as *"Antiquités d'Alca"*, de autor desconhecido, e os *"Annales de la Pingouinie"*, do historiador Ovidius Capito, todos citados no livro. Contudo, tratam-se de fontes escritas, logo, como duvidar de seu conteúdo?[10]

Como sabemos, Anatole France viveu em uma época em que os historiadores procuravam estabelecer a história como ciência:

> Anatole France a donc écrit toute son oeuvre au moment de ces efforts pour réunir des documents si complets et si rigoureux, pour être si objectif en les exposant, que le résultat puisse être indiscutable et définitif.
> Efforts qui méconnaissent nos capacités et la vraie raison d'être de l'histoire, dit Anatole France. [...]
> Anatole France reprend à son propre compte ces considérations dans *Le Temps* de 1888. Il fait en outre remarquer que les témoignages recueillis sur le moindre incident contemporain divergent: il en fut de même évidemment dans le passé. Comment choisir? Anatole France souhaite que l'historien, tout en recherchant de son mieux, mais sans illusion, l'exactitude, tienne compte surtout des vies quotidiennes dont l'histoire a été tissée, et qu'il ne fasse pas de celle-ci une sorte de Moloch, une entité fonctionnant par elle-même et dévorant les êtres (BANCQUART, 1994, p. 162-163).

As considerações apontadas por Bancquart levam a pensar em alguns paralelos possíveis. Pensadores como François Simiand, Friedrich Nietzsche, George M. Trevelyan e Charles Péguy, para citar alguns exemplos, são identificados como autores que pensaram e escreveram sobre os limites e insuficiências da ciência história no limiar do século XX, e mesmo um anti-historicismo que levaria, posteriormente, à crise da modernidade e o advento da pós-modernidade (FALCON, 1997).

[10] Algumas críticas levantadas por Anatole France lembram muito essa ciência histórica em sua fase "tradicional" descrita por Michel Foucault: "esta [a história], na verdade, sob sua forma tradicional, se atribuía como tarefa definir relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismo, de expressão) entre fatos ou acontecimentos datados: sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento" (FOUCAULT, 2012, p. 9). As interrogações também são semelhantes: "as velhas questões de análise tradicional (Que ligação estabelecer entre acontecimentos díspares? Como estabelecer entre eles uma sequência necessária? Que continuidade os atravessa ou que significação de conjunto acabamos por formar? Pode-se definir uma totalidade ou é preciso limitar-se a reconstituir encadeamentos?) são substituídas, de agora em diante, por interrogações de outro tipo" (FOUCAULT, 2012, p. 4).

Neste sentido, os fundadores de uma nascente disciplina, a sociologia, contestaram a primazia da história política e da narrativa na historiografia profissional. François Simiand (1873-1935) lançou em 1903 um ensaio intitulado "Método histórico e ciência social" em que articula críticas à historiografia de sua época, referindo-se em especial ao trabalho com os documentos. Simiand vai condenar o que chamou de "os ídolos da tribo dos historiadores" (SIMIAND, 2003, p. 110-116), quais sejam: o "ídolo político" (o estudo predominante dos fatos políticos), o "ídolo individual" (o hábito inveterado de conceber a história como história de *indivíduos* e não como estudos dos *fatos*), o "ídolo cronológico" (o hábito de perder-se nos estudos das origens). Seu objetivo era o estabelecimento de uma ciência positiva dos fenômenos sociais. Nesse momento, eram os historiadores considerados "positivistas" ou "metódicos", grosso modo, que estavam sofrendo as críticas mais agudas.

Nietzsche (1844-1900) fará uma crítica ao historicismo e à ciência histórica em suas *II Considerações Intempestivas*, também sob o título *"Sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida"*, de 1874. Para o filósofo é necessário que o conhecimento histórico sirva à vida, que a história seja "animada e inspirada pelo sopro vivificante do presente", e não apenas conservada (NIETZSCHE, 2005, p. 95). O conhecimento do passado deve "servir ao futuro e ao presente, não para enfraquecer o presente ou para cortar as raízes de um futuro vigoroso (NIETZSCHE, 2005, p. 99). Além disso, "os estudos históricos se opõem à arte: somente quando admite ser transformada em obra de arte, ou seja, numa pura criação de arte, é que a história pode eventualmente preservar ou mesmo despertar os instintos (NIETZSCHE, 2005, p. 129). Nietzsche também argumentou contra o excesso de sentido da história, sua concepção enquanto processo universal e as noções de causalidade, linearidade e a fé no progresso, características elementares dos estudos históricos no século XIX (NIETZSCHE, 2005, p. 18).

No contexto inglês, podemos observar as indagações levantadas por G. M. Trevelyan (1876-1962) sobre a cientificidade da história. Para o historiador britânico "history is not a scientific deduction, but an imaginative guess at the most likely

generalisations" (TREVELYAN, 1913, p. 9).[11] As emoções, a imaginação e as qualidades narrativas deveriam fazer parte do método da história. Em suma:

> I conclude, therefore, that the analogy of physical science has misled many historians during the last thirty years right away from the truth about their profession. There is no utilitarian value in knowledge of the past, and there is no way of scientifically deducing causal laws about the action of human beings in the mass. In short, the value of history is not scientific. Its true value is educational. It can educate the minds of men by causing them to reflect on the past (TREVELYAN, 1913, p. 12).

O estudo do passado deve nos lembrar que o futuro é incerto, pois a história não é capaz de criar prognósticos sobre ele, mas pode educar os homens com relação aos problemas políticos que podem ser enfrentados, capacitando-os a entender as relações humanas e mesmo estimular o sentimento de empatia, destruindo preconceitos. Trevelyan aproxima história e literatura, pois "history and literature cannot be fully comprehended, still less fully enjoyed, except in connection with one another" (TREVELYAN, 1913, p. 24).

Charles Péguy (1873-1914) foi, no cenário francês, um dos ferrenhos críticos da história, especialmente quanto ao método apresentado por Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), historiadores da *Nouvelle Sorbonne*. Em *Clio*, Péguy opõe a história "essencialmente longitudinal" à memória, "essencialmente vertical" (HARTOG, 2015, p. 167):

> Péguy não deixava evidentemente de refletir sobre o *Affaire*: "Eu dizia, pronunciava, enunciava, transmitia um certo caso Dreyfus, o caso Dreyfus real, no qual nós, desta geração, nunca paramos de imergir" [PÉGUY, 1988, p. 1309]. No fim das contas, para retomar seu vocabulário, a história é "inscrição", enquanto memória é "rememoração". Estamos em plena contestação do regime moderno de historicidade (HARTOG, 2015, p. 167).

[11] "História não é uma dedução científica, mas uma suposição imaginativa sobre as generalizações mais prováveis" (TREVELYAN, 1913, p. 9).

O que Péguy critica nos historiadores modernos é a busca excessiva por documentos como garantia da construção de uma história supostamente objetiva e completa (GERBOD, 2002, p. 18):

> Aux yeux de Péguy, telle qu'elle a été codifiée par Langlois et Seignobos, telle qu'elle est pratiquée dans les universités, l'histoire dite "scientifique" est coupable de trois péchés capitaux. D'abord, les historiens "méthodiques" avec leur érudition et leurs boîtes à fiches, en chassant de leur champ la mémoire, jugée mouvante et incertaine, non seulement étouffent la vie, mais ils ont dénaturé la connaissance historique. Chez eux, faute d'imagination et d'intuition, il n'y a plus qu'un passé mort. D'autre part, n'accepter comme sources que les archives écrites constitue une usurpation, une perversion, voire une fraude intellectuelle et morale vis-à-vis du passé. Dans cette histoire historisante, devenue "une simple énumération des faits, une simple narration des événements", on a officiellement "banni tout jugement et, dans le jugement, toute évaluation", on a "elimine tout portrait, proscrit toute morale, toute conclusion" (BÉDARIDA, 2002, p. 103).

Chamei atenção para esses exemplos dos contextos francês, inglês e alemão para evidenciar esse cenário de questionamentos à história, tendo em vista ser o período de sua institucionalização e estabelecimento de determinados parâmetros científicos, mesmo que sem consenso. Sabemos que a disciplina continuará sofrendo ataques, ainda mais radicais, sobretudo na França com os *Annales* a partir dos anos 1920. Não será possível nos limites desse trabalho discutir os méritos de cada objeção elencada acima, pois para além das questões teórico-metodológicas, os impasses acadêmicos e políticos também estão em disputa dentro e no entorno do campo. Gostaria apenas de mencionar um dos estudos que retomam as injustiças de alguns desses ataques. No artigo *"Charles Seignobos revisité"* (PROST, 1994) Antoine Prost desconstrói alguns dos argumentos contra os historiadores da chamada "Escola Metódica", devido à falta de fundamento de algumas dessas críticas, como por exemplo, o suposto fetichismo pelos documentos:

> En vingt ans, sa réflexion s'st pourtant approfondie. Le champ des sciences sociales s'est profondément transformé. Les historiens n'ont plus à se situer par rapport à leurs devanciers plus littéraires, mais par rapport aux autres sciences et notamment à la sociologie. Seignobos consacre alors en 1896-1897 avec Langlois un cours à la théorie de l'histoire, dont sortira aussitôt la célèbre *Introduction*... puis il tente une confrontation méthodologique avec la sociologie dans un cours au Collège libre des sciences sociales dont il tire *La méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901), son livre le plus intéressant.

> L'importance du document se trouve alors fondée par la nature même de l'histoire, qu'il définit comme "une connaissance par traces". Le fait historique ne se définit pas par son caractère passé: "Être présent ou passé n'est pas une différence de caractère interne, tenant à la nature d'un fait; ce n'est qu'une différence de position par rapport à un observateur donné... Il n'y a donc pas de faits historiques par leur nature; il n'y a de faits historiques que par *position*. Est historique tout fait qu'on ne peut plus observer directement parce qu'il a cessé d'exister. Il n'y a pas de caractère historiques inhérent aux faits, il n'y a d'historique que la façon de les connaître. L'histoire n'est pas une science, elle n'est qu'un procédé de connaissance" [SEIGNOBOS, 1901, p. 3] (PROST, 1994, p. 108).

Quanto à Anatole France, gostaria de destacar novamente sua visão bastante realista quanto à história e sua capacidade de construir o conhecimento. France não era da opinião que a história fosse uma ciência, como já apontamos, por não ser objetiva e pela incerteza de seu método e de suas fontes, mas uma arte, em que a imaginação e a narrativa desempenham papeis importantes. A própria teoria darwiniana teria considerável influência sobre o escritor e "independente das dúvidas que tinha a respeito dessa doutrina, France assimilou, a partir dela, a ideia de que o homem não pode ser considerado fora do contexto universal, do qual ele é apenas um aspecto" (FRAGA, 2007, p. 73). Desta forma, a história do homem sempre estaria ligada a uma história universal. O que perpassa todo o seu pensamento é a crença na relatividade e contingência do conhecimento humano, característica de seu ceticismo, mas também de um pessimismo quanto ao que se considerava a evolução da humanidade e uma busca pela verdade. Daí sua inclinação à arte, ao belo, àquilo que pode de alguma forma elevar a vida: para o escritor haveria "apenas uma possibilidade de o homem suportar a maldição irremediável que pesa sobre sua natureza: a criação da beleza por meio de nossa inteligência, que é, concomitantemente, nossa tortura e nossa salvação" (FRAGA, 2007, p. 74).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Milene Suzano. *Humanismo satírico em Lima Barreto e Anatole France.* Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BANCQUART, Marie-Claire. *Anatole France: Un sceptique passionné*. Paris: Calmann-Lévy, 1984.

BANCQUART, Marie-Claire. *Anatole France*. Paris: Julliard, 1994.

BÉDARIDA, François. Histoire et mémoire chez Péguy. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 73, p. 101-110, 2002.

BENTIVOGLIO, Julio. *História & distopia*. Serra: Milfontes, 2017.

BRULEY, Pauline. Les impostures de l'histoire dans L'Île des Pingouins d'Anatole France *In*: BRULEY, Pauline. *L'imposture dans la littérature: Cahier XXXIV*. Angers: Presses universitaires de Rennes, 2011.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo - RS, v. 08, n.10, p. 11-34, 2004.

FALCON, Francisco. "Historicismo": a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 5-26, 1997.

FOUCAULT, Michel. Introdução. *In*: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 1-21.

FRAGA, Denise. *Um parágrafo de história na literatura francesa: a representação do Caso Dreyfus em* L'Île des pingouins, de Anatole France. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007.

FRANCE, Anatole. *L'île des pingouins*. Paris: Calmann-Lévy, 1909. Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k66343r. Acesso em 28 abr. 2018.

HARTOG, François. Un genre nouveau ou un document d'un nouveau genre*? Le Débat*, n. 49, p. 127-129, 1988.

HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo história "Como escrever a história da França?". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, jul. 1997.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, São Paulo, n. 148, p. 9-34, 2003.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HARTOG, François. Vers une nouvelle condition historique. *Le Débat*, n. 188, p. 169-180, 2016.

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LAS HERAS, Ignacio Iñarrea. La Révolte des Anges de Anatole France: sentido de la historia y sentido de la vida. *Cuadernos de Investigación Filológica*, La Rioja, España, v. 23-24, p. 115-138, 1997.

LE GOFF, Marcel. *Anatole France à La Béchellerie* - Propos et souvenirs, 1914-1924. Paris: Éditions Léo Delteil, 1924.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. *In*: ARAÚJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio Ricardo da. (org.). *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, Paris, n. 43, p. 100-118, jul.-set. 1994.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

SEILLIÈRE, Ernest. *Anatole France, critique de son temps*. Paris: Éditions de la Nouvelle Revue Critique, 1934.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: EDUSC, 2003.

TENDRON, Edith. *Anatole France inconnu*. Liège: Editions du CÉFAL, 1995.

TREVELYAN, George M. *Clio*: a muse, and other essays literary and pedestrian. London: Longmans, Green and Co., 1913, p. 1-55.

A civilização das Luzes: ciência, infância e escola no pensamento iluminista

The civilization of Lights: Science, infancy and school in the enlightenment thought

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador*: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 428p.

Danilo Araújo Moreira[1]

Resumo

No século XVIII, o ensino público e a formação das novas gerações ocuparam as mentes de importantes sujeitos ligados à tradição teórica do Iluminismo. Sejam eles filósofos e intelectuais, como Rousseau e Condorcet, ou ainda agentes da administração do Estado, como o Marquês de Pombal e seus auxiliares, estes personagens estiveram envolvidos na elaboração de uma concepção inovadora a respeito da educação e do seu potencial papel civilizador. A rigor, o período teve como marca a construção de um novo modelo de sociedade, no interior do qual o ensino público passava a representar um fator de grande importância. É sobre esses aspectos que se debruça a investigação de Carlota Boto, em *Instrução Pública e Projeto Civilizador.* A autora analisou a construção dessa nova concepção de instrução pública, tendo como referência as reflexões de sujeitos ligados ao pensamento iluminista, em busca das relações estabelecidas entre política e educação, no século XVIII.

Palavras-Chave: Iluminismo; Instrução pública; Civilização.

Abstract

In the eighteenth century, public education and the formation of the new generations occupied the minds of important subjects linked to the theoretical tradition of the Enlightenment. Whether they are philosophers and intellectuals, such as Rousseau and Condorcet, or agents of state administration, such as the Marquis de Pombal and his assistants, these characters were involved in the elaboration of an innovative conception regarding education and its potential civilizing role. Strictly speaking, the period was marked by the construction of a new model of society, within which public education was a major factor. It is on these aspects that focuses the research of Carlota Boto in the book *Public Instruction and Civilizing Project*. The author analyzes the construction of this new conception of public education, with reference to the reflections of subjects linked to Enlightenment thought, in search the relations established between politics and education, in the eighteenth century.

Key words: Enlightenment; Public instruction; Civilization.

Com análise acurada e aprofundada pesquisa, Carlota Boto ofereceu ao público leitor um estudo atento acerca de temas fundamentais para a História da Educação, como as concepções de ciência, infância e escola. O livro *Instrução pública e projeto civilizador* é resultado da tese de livre-docência da autora, defendida em 2011, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e publicada em 2017, pela Editora Unesp.

[1] Mestrando em História - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES.

A pesquisadora é reconhecida pelas discussões e trabalhos que desenvolve no campo da História da Educação no Brasil. Pedagoga e historiadora, mestre em Educação e doutora em História Social, Carlota Boto é atualmente Professora Titular da Faculdade de Educação da USP (FEUSP). Entre seus diversos livros, capítulos e artigos publicados em periódicos, merece destaque *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*, publicado pela Editora Unesp, em 1996.

Em *Instrução pública e projeto civilizador,* a autora desenvolveu uma análise sobre alguns dos pensadores do século XVIII que se preocupavam com questões muito proeminentes à sua época, relativas, sobretudo, às ideias de aprimoramento da vida em sociedade e de construção de um novo modelo sociopolítico. O objetivo principal do estudo foi identificar esses sujeitos como intelectuais e homens de saber que atuaram na esfera pública propondo ideias e discutindo questões complexas, no interesse último de lançar as bases para a nova sociedade que se forjava naquele período (BOTO, 2017). Uma das discussões que atraíram a atenção desses intelectuais com mais vigor, como demonstrado no livro, dizia respeito à instrução pública e seu papel civilizador na sociedade moderna.

Do objetivo traçado na pesquisa que deu origem ao livro emergiu uma categoria conceitual que teve importância fundamental no desenvolvimento de toda a análise: a noção de intelectual. Em vista da relevância do conceito, Carlota Boto dedicou um preâmbulo especialmente para discuti-lo. A partir de um esforço teórico, a autora buscou arregimentar diversas conceituações acerca da figura do intelectual na história, mobilizando autores que se ocuparam desse tema, desde o século XVIII até os dias atuais. Assim, as concepções construídas a partir das reflexões de Julian Benda, Max Weber, Norberto Bobbio, Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre e Edward Said, com seus encontros e desencontros, foram articuladas visando definir o que a historiadora chamou de *"*modo de ser iluminista*"* (BOTO, 2017, p. 23). Este modo de ser, no que se diz respeito aos homens de letras cujas obras foram analisadas no livro, se caracterizava por uma atitude ativa perante a esfera pública. Os escritores no Iluminismo se constituíam, para a autora, como intérpretes e analistas de seu próprio tempo (BOTO, 2017).

A partir dessa base teórica, a pesquisadora transcorreu pelos vários textos e autores ilustrados que formaram a matéria prima do seu estudo. Todos os letrados analisados foram compreendidos como representantes do "modo de ser iluminista", empenhados na construção de alternativas para os problemas políticos e sociais.

Instrução pública e projeto civilizador é composto por três grandes capítulos, subdivididos em vários tópicos, nos quais a autora, com escrita fluída e narrativa coesa, analisou a produção de pensadores iluministas, articulando-a ao contexto político e cultural do século XVIII. De forma sutil e indireta, cada um dos capítulos revela, num nível mais profundo, um estudo sobre as três categorias que formam o subtítulo do livro: ciência, infância e escola.

Na primeira parte, intitulada *Iluminismo em territórios pombalinos: a formação de funcionários como alicerce da nação*, Carlota Boto tomou como objeto de pesquisa a produção de três autores portugueses que, segundo ela, construíram suas reflexões tendo como base as experiências filosóficas iluministas: D. Luís da Cunha (1662-1749), António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782) e Luís António Verney (1713-1792). O objetivo principal da autora foi apontar para a intrínseca relação entre as ideias pedagógicas e científicas desses intelectuais e o projeto de reforma do Estado português, empreendido por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios do Reino de Portugal, a partir de 1759.

O argumento central do capítulo é a afirmação de que ação estatal dirigida pelo Marquês de Pombal, especialmente no que tange à educação e à ciência, foi referenciada nas reflexões teóricas dos autores iluministas em foco no estudo. Assim, para a autora, analisar a obra desse grupo de letrados corresponde a investigar parte das diretrizes e orientações centrais da pedagogia encampada e difundida pelo Estado português sob a direção de Pombal.

Para a realização da análise, foram mobilizados dois grupos de fontes. O primeiro é composto por livros e tratados dos três homens de letras estudados pela pesquisadora. Já o segundo conjunto abarca documentos relativos às reformas pombalinas na Universidade de Coimbra, como o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771) e

os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772). O último, conforme a autora, pode ser considerado "o principal arcabouço da modernidade portuguesa do século XVIII em matéria de educação" (BOTO, 2017, p. 150).

A primeira parte do estudo apresenta, assim, uma discussão ampla a respeito de temas variados. A análise se deteve sobre o pensamento de cada um dos autores em foco, de maneira atenta e específica. Além disso, a historiadora se debruçou sobre a organização da escola pública traçada pelo Marquês de Pombal, bem como sobre a reformulação dos cursos e da estrutura da Universidade de Coimbra. Contudo, merece destaque o fato de que toda a narrativa esteve marcada por uma assertiva comum e sempre presente. Trata-se da afirmação de que o pensamento dos iluministas portugueses e as reformas pombalinas favoreceram a elevação do alicerce central que conduziu o movimento de modernização em Portugal durante o século XVIII, qual seja, a ciência moderna pautada pela secularização, pela racionalização e pela ampliação do papel do Estado nos campos acadêmicos.

Na segunda parte do livro, a pesquisadora dedicou-se ao estudo da obra de outro importante personagem do Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau. Intitulado *Política e pedagogia na arquitetura ilustrada de Rousseau,* o segundo capítulo teve por objetivo analisar os escritos do filósofo buscando identificar a correlação entre seu pensamento político e suas ideias pedagógicas. Segundo o argumento central, Rousseau representa a síntese da sensibilidade social que marcou o período da Ilustração na Europa. Para a autora, sua doutrina política e pedagógica passou a representar um marco fundamental na organização do mundo político e social engendrado pelo Iluminismo, tendo grande influência nas práticas educativas. Nesse sentido, o intelectual francês seria um "autor primordial para se compreender a moderna acepção de criança" (BOTO, 2017, p. 182).

Para a efetivação dessa análise, Carlota Boto se propôs a realizar uma revisão bibliográfica dos escritos do teórico, dando ênfase a sua literatura pedagógica. Paralelamente, a pesquisadora buscou refletir sobre aspectos biográficos do autor do *Emílio*, apontando para um entrelaçamento entre sua vida e obra. Assim, foram colocados em foco, diversos textos publicados por Rousseau, em diferentes momentos de sua vida,

dentre os quais o *Discurso sobre as ciências e as artes* (1749), o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755), as *Considerações sobre o governo da Polônia e sua projetada reforma* (1772) e – a principal delas – o *Emílio* (1762).

Na investigação, foram retomados alguns dos temas principais do pensamento rousseauniano, já amplamente discutidos pela historiografia, como o do "estado de natureza" e o da crítica ao processo civilizador. Entretanto, a análise empreendida foi além das discussões consideradas clássicas e se baseou em um mote principal: a ideia de infância. O grande acerto do argumento que orienta a narrativa reside na identificação da ligação estreita entre a compreensão política e as ideias pedagógicas de Rousseau. A partir dessa perspectiva, a autora alcançou uma discussão mais profunda sobre a importância da educação para o modelo de sociedade proposto na literatura iluminista.

Uma das assertivas principais, nesse sentido, aponta para a existência de uma crítica ao modelo pedagógico vigente no século XVIII, isto é, o modelo jesuítico. Segundo a autora, no julgamento que Rousseau empreende a respeito do processo civilizador, a afetação dos costumes é compreendida como a responsável pelo afastamento do ser humano da perfectibilidade do estado de natureza. A crítica se dirige, conforme esse argumento, também à educação praticada nos colégios da época, marcados pelo ensino da polidez. O modelo pedagógico dos colégios era apontado pelo intelectual francês como voltado para o cultivo de falsos valores e, assim, responsável pela corrupção do ser humano e da sociedade civil (BOTO, 2017).

Ao analisar a escrita do *Emílio,* Carlota Boto defendeu que, mais do que um tratado de pedagogia, o livro é voltado para a compreensão da infância como uma das fases principais da vida humana. Segundo a historiadora, naquela obra, a reflexão sobre a idade pueril estava relacionada à possibilidade de entendimento do homem no estado de natureza, uma vez que a criança guardaria os resquícios do que foi o homem natural. Em seu tratado, Rousseau construiu uma análise que põe em destaque a infância como um estágio específico da vida, cuja marca principal é a possibilidade do aprendizado. Esse período da existência humana foi assim alçado à categoria de objeto de investigação para a compreensão da sociedade. A partir dessa operação, o autor do *Emílio* alcançou

novidades importantes para o seu tempo e que seriam definidoras das práticas educativas posteriores, entre as quais se sublinha a definição mais precisa das diferentes fases da vida. Nas palavras da autora, "Rousseau, esticou a infância; ao nomeá-la, ele a prolongou" (BOTO, 2017, p. 261). E essa foi sua contribuição mais original.

O terceiro capítulo de *Instrução pública e projeto civilizador*, complementando os dois anteriores, é dedicado ao último item que compõe o subtítulo do livro: a escola. Para discutir o tema, a autora se ocupou em investigar a obra de um protagonista da Revolução Francesa, o Marquês de Condorcet. Nessa parte, foi desenvolvida uma análise em conjunto das concepções pedagógicas e da filosofia da história concebida pelo personagem. Novamente, as fontes utilizadas foram as obras do próprio autor, sendo as principais o *Esboço para um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (1795) e as *Cinco memórias sobre instrução pública* (1791).

De antemão, a historiadora empreendeu uma reflexão acerca das concepções de história e de modernidade presentes no pensamento de Condorcet. O interesse principal foi analisar a doutrina e evidenciar a filosofia da história construída no *Esboço*, destacando a característica etapista e teleológica do desenvolvimento histórico que marcam a obra. Como herdeiro direto do Iluminismo, o intelectual construiu uma narrativa sobre a caminhada dos homens na história em direção ao aperfeiçoamento e ao progresso. Baseando-se na noção de perfectibilidade humana, tradição do pensamento ilustrado, Condorcet apontou para a capacidade do ser humano de aperfeiçoar a si e ao seu meio através de etapas sucessivas (BOTO, 2017).

Posteriormente, a autora analisou também as ideias pedagógicas do teórico, buscando enfatizar suas reflexões acerca da instrução pública enquanto política de Estado. Segundo o argumento central, a instrução apareceu no pensamento do intelectual francês como materialização de sua filosofia da história. O modelo de escola formulado por Condorcet se organizava por etapas sucessivas, marcadas por um caráter progressivo, e se baseava na crença no aperfeiçoamento humano. Isto é, a escola concebida por Condorcet se orientava pela marcha da humanidade na direção do progresso e do auto aperfeiçoamento. A cada série superada na escolarização, tal qual concebia o autor, o aluno

subiria um degrau a mais na escala de aperfeiçoamento pessoal em direção a razão. Desse modo, como aponta a historiadora, havia uma vinculação inseparável entre a filosofia da história do Marquês de Condorcet e seu projeto de fundação da escola moderna. Esta última deveria estar voltada principalmente para o processo de aperfeiçoamento humano que, por sua vez, levaria à construção de uma sociedade melhor pela difusão da razão.

Assim, perpassando temas fundamentais do período da ilustração, Carlota Boto construiu, em *Instrução Pública e Projeto Civilizador*, uma análise ampla sobre o pensamento pedagógico de letrados iluministas. Além disso, a autora conseguiu inscrever as reflexões destes sujeitos no contexto político e social de fins do século XVIII, no qual a formulação de um novo modelo de sociedade figurava como a principal demanda intelectual.

É necessário ressaltar que, ao longo de todo o estudo, é possível acompanhar o desenvolvimento de um argumento central que demonstra a importância que a educação passou a ter no movimento intelectual iluminista. Esta importância, pelo que se apreende do livro, é ressaltada sobretudo como recurso político. Se o Iluminismo, na Europa, forjou as bases para o rompimento de uma ordem política arcaica e impulsionou a criação de um novo modelo social, Carlota Boto conseguiu demonstrar que a educação representou uma categoria basilar na construção desse projeto.

Ciência, infância e escola, portanto, se articulam no argumento da historiadora como concepções fundamentais para a compreensão não só do pensamento pedagógico engendrado na filosofia iluminista, mas também do projeto político encampado pelos homens de letras naqueles tempos. Tratava-se de um projeto civilizador cuja ferramenta principal a ser utilizada seria a educação.

Referências

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador*: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

Psicólogas, cientistas e feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada[1]

Psychologists, Scientists and Feminists: the production of herself and a positioned psychological science.

Tayane Rogeria Lino[2]
Claudia Mayorga[3]

Resumo

A Teoria Feminista constitui uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna. Esta pespectiva busca contribuir para uma reinterpretação da histórica da sociedade a partir do lugar social das mulheres. O presente artigo buscou conhecer a experiência de mulheres cientistas psicólogas feministas e compreender como estas têm integrado o campo científico, com atenção a como e por que têm produzido ciência psicológica. Em busca de trilhar caminhos para respostas, as interlocutoras desta pesquisa foram as professoras: Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG) e Jaileila de Araújo Menezes (UFPE). O tecer das histórias, ditas e escritas, formam teias de sentidos, e podem ser entendidas e interpretadas a partir de uma perspectiva feminista. As conclusões apontam que as cientistas investigadas têm anseios de construir outros modos de ciência em um movimento de invenção de si a intelectuais, constituem uma trama aberta de sentidos para a compreensão das relações sociais e dos processos de subjetivação dos sujeitos em suas pesquisas.

Palavras-Chave: Experiência; Teoria Feminista; Mulheres na Ciência.

Abstract

Feminist Theory is one of many forces involved in questioning the universal and singular claim of modern science. This feminist thought seeks to contribute to a reinterpretation of the history of society from the social place of women. The present article sought to know the experience of women feminist psychologist scientists and to understand how they have integrated the scientific field, with attention to how and why they have produced psychological science. In search of treading paths for answers, the interlocutors of this research were the teachers: Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG) and Jaileila de Araújo Menezes (UFPE). The weaving of stories, told and written, forms webs of meaning, and can be understood and interpreted from a feminist perspective. The conclusions point out that the investigated scientists have the desire to construct other modes of science in a movement of invention of themselves to intellectuals, constitute an open web of meanings for the comprehension of the subjects' social relations and subjectivation processes in their research.

Keywords: Experiment; Feminist Theory; Women in Science.

---

[1] A pesquisa que resultou neste artigo contou com o auxílio da bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Tayane Rogeria Lino é psicóloga social e clínica. Possui graduação pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[3] Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri - Espanha com foco em estudo sobre gênero, política e feminismo. É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG.

Os feminismos em suas proposições teóricas têm atuado de modo a desvelar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas na ciência, na política e no contexto social moderno. Para tanto, esse movimento têm ocupado as distintas esferas sociais e investigado as experiências existentes por detrás da produção de saberes e poderes. Pensando quais verdades tem angariado status de universal e qual projeto de sociedade está em jogo. Nestes termos as teorias feministas buscam contribuir para uma reinterpretação da histórica da sociedade a partir do lugar social das mulheres, se atentando principalmente à presença destas nas ciências e nas organizações políticas em torno do acesso à esfera pública no ocidente.

As feministas não foram as primeiras e, muito menos serão as últimas a elaborar uma crítica à ciência moderna (CALVELLI; LOPES, 2011; BANDEIRA, 2008). É sabido que distintas correntes teóricas do pensamento realizaram apontamentos sobre a universalidade, a neutralidade e a objetividade científica. Os estudos pós-coloniais, a teoria sociológica da ciência, os estudos culturais, a teoria crítica, a teoria pós-moderna, entre outros têm procurado contextualizar e criticar os saberes científicos, principalmente, os saberes que propõem formas de compreensão da sociedade e da civilização moderna (MENAFRA, 2007).

O pensamento crítico feminista tem origem no questionamento de uma racionalidade machista a qual estava/está submetida à ciência, e na denúncia do *ethos masculinista* na ciência. Assim, as críticas feministas versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens e para homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuídas a este saber. Nestes termos, a proposta feminista consiste na recusa de balizas fixas, na não aceitação de totalidades universais interpelando ao dualismo entre sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, pensamento/sentimento (RÂGO, 1998; ARRAZOLA, 2002). Somado a outras vertentes críticas, historiciza seus conceitos e compactua com uma ciência comprometida com a

realidade social e com as implicações políticas da produção científica. Acaba ainda por desafixar parâmetros permanentes de poder-saber e incorpora a dimensão da subjetividade aos pilares da produção científica. Assim, o que antes foi tido como pertencente ao âmbito do privado passa a fazer parte do campo público, político e científico.

Nestes termos, sujeito e objeto estão diluídos um no outro (DIAS, 1994; MAFFIA, 2002). A proposta feminista apresenta um campo estético em que o corpo deixa de ocupar o *lócus* das margens e vai para o centro de uma discussão científica. Olha para as resultantes das investigações como uma produção contextual, histórica e relativa, além de "historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar" (DIAS, 1994, p.375). Propõe, assim, uma produção de saberes localizados (HARAWAY, 1995) que abandona a pretensão da universalidade e da verdade única, em outras palavras, não pode ser compreendida como a única forma de construir o conhecimento. Introduz novos sujeitos como atores e outros sujeitos como objeto de pesquisa (BANDEIRA, 2008), além de possibilitar a inserção de novos temas e questões. Podemos, rapidamente, nomear alguns: a sexualidade, o gênero, o corpo, a emoção, a discriminação, o preconceito, a experiência, entre outros (CALVELLI; LOPES, 2011), apontando para uma ciência posicionada, reflexiva e crítica.

Assim, o pensamento feminista constitui uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna, sendo a única forma legítima de produzir e obter conhecimento científico. Esta constatação me aproximou de duas perguntas feitas por Lourdes Bandeira (2008): "Quais teriam sido então as especificidades ou particularidades da crítica feminista à ciência? Em que peculiaridade centrou-se a crítica feminista?" (p.209). Na busca pelas especificidades da crítica feminista à produção científica hegemônica em Psicologia estas são perguntas que guiam o caminho reflexivo deste artigo.

A produção de conhecimento científico e a experiência da vida não se apresentam como perspectivas dicotômicas. Ao contrário, o que tenho visto é que o pessoal é político

(HANISCH, 1969). O que aponta para a importância de pensar como as instituições científicas se construíram e quais as possibilidades de percebê-las como um espaço propício para a autonomia ou um espaço que normatiza e dociliza corpos e performances. O que temos é que a ciência, historicamente, se alicerçou na ilusão de que quanto mais próximo se chega ao 'centro do conhecimento', mais distantes estaríamos da subjetividade. A Psicologia, assim como outras áreas, principalmente do campo das ciências humanas, tem, no contemporâneo, questionado tal dualidade (FILHO; MARTINS, 2007), em que a relação entre produção de conhecimento psicológico, subjetividade e objetividade se apresentam como um contínuo em que:

> a subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si (FILHO; MARTINS, 2007, p. 17).

Para Bruno Latour (2001), Kátia Maheirie (2002), Elis Bertozzi Aita e Marilda Gonçalves Dias Facci (2011), subjetividade e objetividade nunca se configuraram como pólos opostos, ao contrário, são facetas complementares. Sendo, desta maneira, necessária uma investigação que parta do pressuposto que subjetividade e objetividade são estruturantes na produção de verdades científicas, assim como vida e ciência também o são para este reconhecimento.

Foi neste contexto cabe o questionamento acerca da possibilidade da reinvenção de si a que Margareth Rago (1998) e Margaret MacLaren (2016), a partir de um projeto científico, propõem em suas perspectivas teóricas. Reconhecer a ciência como um lócus que possibilita a transformação do mundo, transformação esta que significa transformar a si mesmo, parte de uma perspectiva de ciência como contínuo e não como hiato entre o eu pesquisador/a e o eu sujeito/a. Transformar a ciência é transformar a própria prática. Não um depois do outro, mas sim os dois em um tempo equivalente. Esta não foi uma

tarefa fácil. Nestes termos, vale pontuar que ser feminista tem consequências e estas consequências não necessariamente nos estabilizam. Ao contrário, é justamente o movimento de desestabilizar a teoria e a nós mesmos/as.

Neste sentido, perguntas como "Qual a relação entre o feminismo e a construção do campo psicológico no contexto brasileiro?"; ou, "Como pensar a ciência e sua íntima relação com a sociedade brasileira para cientistas feministas?"; ou, "Se, e de que maneira, as inquietudes elaboradas pelo feminismo movimentam e colaboram para a escolha de teorias e metodologias investigativas de cientistas psicólogas?"; ou ainda, "Quais posicionamentos teórico-metodológicos caracterizam a produção acadêmica de psicólogas feministas no contexto científico da Psicologia brasileira?" vislumbram a importância de pensar a produção científica como a própria vida (FOUCAULT, 1992; RÂGO, 2013; MCLAREN, 2016).

Sendo assim, o artigo parte do princípio de que os processos de produção de mulheres cientistas feministas psicólogas tramam uma rede subjetiva de tecidos sociais, culturais, acadêmicos e políticos que ganham contorno a partir da lógica desse campo científico hegemônico (NUERNBERG, 2005).

Com este pressuposto buscamos investigar um conjunto de acontecimentos, vivências e trajetórias que produzem rede discursiva sobre as mulheres cientistas no campo psicológico que este estudo se processou. Ou dito de outro modo, o percurso buscou análise dos conjuntos de enunciados ditos e não ditos, que se apoiam nas compreensões das formações discursivas em torno dos sentidos atribuídos ao processo de produção científica de feministas no campo *psi*. Para tanto, investigamos um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, oriundos dos currículos lattes, produção acadêmica e entrevistas. Não procuramos, ao contrário da análise de uma história contínua, forçar conceitos universais que, com frequência, considera os conteúdos vivenciais como meramente acidentais. Assim, consiste, não em analisar a história e os conteúdos acerca da realidade como total e absolutos, considerando o relato um todo real, mas sim, em conhecer os processos de

significação das vivências e acontecimentos que compõem a trajetória das interlocutoras e produzem suas experiências. Experiências estas que são constituídas relacionalmente a partir de uma escrita de si no mundo e que se dá no percurso de darmos conta dos processos históricos que compõem e atravessam o discurso, posicionando os sujeitos. Nestes termos, o que busco dizer, no diálogo com Joan Scott (1999), é que não é o indivíduo que têm experiência, mas sim, os sujeitos, que passam a existir quando imersos nos processos de subjetivação, que são constituídos através da experiência. Ou, ainda, é a experiência, o processo de significar o vivido, acontecido, visto, que produz o sujeito.

> A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (SCOTT, 1999, p. 28).

Isso significa historicizar a história, desindividualizá-la. Em outros termos, é pensar que são as vivências do cotidiano, tudo que compõe a experiência do viver que constitui a história, e é a significação e ação diante disso que produz a experiência, assim como as identidades que ela produz.

Assim, o que esteve em jogo aqui foi pensar a experiência como um conjunto dos processos das interlocutoras no ato de contar e se contar, tendo como ponto de partida o questionamento sobre como e por que elas produzem ciência psicológica. Trazendo à tona, nos termos proposto por Michel Foucault (1999), os "saberes sujeitados", que "são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer" (FOUCAULT, 1999, p.11).

Para isso, nos propusemos pensar as entrevistas e as análises de seus *currículos lattes,* bem como suas produções científicas, como uma organização de instrumentos, que auxiliados pela proposta teórico-metodológica genealógica, na qual caberia a mim organizar o conjunto de vivências e acontecimentos de maneira não linear, mas sim dialógica, para com isso, construir condições de possibilidade de acesso às análises das

experiências das interlocutoras. Nestes termos, voltar-me para a trajetória das interlocutoras, tem um conteúdo de historicização, mas que implica em uma análise crítica dos elementos explicativos que a compõe, para tanto lancei mão da categoria experiência (SCOTT, 1999). Não deixei de me atentar às armadilhas que a utilização do termo sem uma conceituação pode trazer, busquei ser cautelosa com os seus usos, escapando de utilizá-la, como aponta Joan Scott (1999), como autoevidente. Trocando em miúdos, as entrevistas e os escritos são o como, já a genealogia é a forma e a experiência, o porquê.

Os relatos apresentados nas próximas sessões, pretendem não apenas enumerar os fatos, vivências, acontecimentos, experiências e uma vasta produção durante toda uma trajetória acadêmico-científico, mas, sobretudo, o explicitar de um conjunto de princípios que nortearam, esclareceram/escureceram inserções, interações e significações na vida acadêmica nos seus diferentes âmbitos – ensino, pesquisa, extensão, comunidade e saberes. A investigação pelos processos de significação das vivências e a transformação de vivências e acontecimentos em experiências exigem um olhar que vai das margens ao centro e reconfigure os centros. Para tanto, a perspectiva genealógica será nosso instrumento, o modo de escrever e contar as trajetórias, assim como desenvolver caminhos para novas perguntas a partir das proposições foucaultianas.

A genealogia, teorizada por Michel Foucault (2011), rompe com a compreensão de que a vida se dá como uma história contínua, linear, na busca das origens e semelhanças em uma tentativa de estabelecer relações causais. Ao contrário, reconhecemos as vivências das pesquisadas como resultante de dinâmicas de poder e saber, composta de práticas discursivas e processos de subjetivação. Coube a nós, no exercício de contar e me haver com a multiplicidade de acontecimentos dispersos, alguns deles raros, e todos singulares e heterogêneo. Nessa perspectiva, não buscamos as origens primeiras, mas a emergência, a análise dos acontecimentos (FOUCAULT, 2011).

O exercício de conhecer as trajetórias das interlocutoras a partir da perspectiva genealógica é paciente e documental, atua com riscados, rabiscos, risadas, histórias mal contadas, entrelinhas, e é o resultado de escritos e reescritos (FOUCAULT, 2003). O que

caracteriza, indubitavelmente, no ato de demorar-se, atentar-se de um sujeito desejante. Constitui, assim, um campo de possibilidade e disputa acerca da produção de uma história única e ganha *status* de verdadeira. Na contramão disso, marcam-se as singularidades dos acontecimentos, e evidenciam-se as dinâmicas de poder. Materializa, então, o processo de lançar-se no interesse sobre aquilo que é tido como sem história e considerado fora dela (FOUCAULT, 1979) em busca da experiência. Buscar as experiências de mulheres cientistas feministas psicólogas, lançando mão da genealogia, resulta, dessa forma, no processo cauteloso de descrever as práticas datadas historicamente, ou ainda, no conjunto de acontecimentos das histórias singulares e subjetivas dos sujeitos (AZERÊDO, 2011). Entendendo que nos processos de subjetivação não há uma constante que os relacione. Estes acontecimentos são reconhecidos, então, como mecanismos psíquicos, políticos e sociais do poder e dos efeitos do discurso (FOUCAULT, 2003).

> A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1979, p. 172).

No ato de contar-se, as pesquisadas estão inscrevendo-se na história em um processo que resultou em uma escrita de si (RÂGO, 1998). Ao pensar e impensar as dinâmicas de poder e seus efeitos na trajetória de vida de cada uma, acessamos as realidades produzidas e fabricadas pelos saberes, que criaram modos de ser e saber.

Em meio ao vai e vem das histórias, encontros e desencontros, possibilidades e desafios, um conjunto de posições foram se construindo ao ver, ouvir e ler as cientistas psicólogas. Mulheres que se afiguraram em um quadro composto de cores de Frida Kahlo, e nos convidam a percorrer suas trajetórias, prestando atenção em cores, num passeio pelo escuro, em que fui guiada, tentando prestar muita atenção no dito e no não dito, nas escolhas e no desejo. E como uma segunda pele, fomos nos vestindo delas e

pensando sobre elas, muitas vezes com elas, em entrevistas que se manifestaram como boas conversas que agora emanam reflexões prontas para eclodir.

Siguimos, agora, com a apresentação dessas mulheres que escolheram em suas trajetórias estabelecer o diálogo com a sociedade a partir da ciência psicológica. São elas: Sandra Azerêdo (Universidade Federal de Minas Gerias) e Jaileila Menezes (Universidade Federal de Pernambuco). Duas mulheres em distintos momentos profissionais. De gerações distintas, diferentes encontros com o feminismo, em momentos diferentes nas carreiras, com vínculos institucionais diferentes com as Instituições de Ensino Superior (IES), que por sua vez possuem históricos distintos. À medida que fomos nos conhecendo, seja a partir das entrevistas, dos *currículos lattes*, ou do acesso aos seus textos, os processos de escrita e aproximações teóricas, metodológicas e políticas de cada uma se tornaram evidentes. As entrevistas foram o recurso metodológico escolhido com o intuito de possibilitar a investigação das experiências das investigadas como acadêmicas. Já a análise da produção acadêmica das intelectuais escolhidas teve como finalidade compreender como falam, onde falam, o que falam e quando falam. Para tanto, foram desenvolvidas diferentes técnicas a fim de estabelecer conexões capazes de ampliar o campo do possível no processo de investigação.

Cabe ressaltar que mais "do que seguir protocolos analíticos rígidos e pré-formatados, há que manter abertas sempre as alternativas interpretativas e, num processo lento e estruturado, por sucessivas aproximações, procurar estabelecer as possibilidades de proximidade significativa contidas nos dados a trabalhar" (MENDES, 2003, p.20). Assim, elegi metodologias que buscam uma proximidade com a dinâmica própria de vivência da experiência das interlocutoras, sempre ciente da complexidade do campo de estudos no qual me lanço, e de suas proposições teóricas acerca das metodologias qualitativas que, segundo Maria Minayo (2006), se aproximam do reconhecimento da subjetividade e do simbólico como partes integrantes da realidade social, do indissociável imbricamento entre subjetivo e objeto, entre atores sociais e investigadoras/es, entre fatos e significados, entre estruturas e representações.

A ideia aqui foi compreender como a vida profissional, pessoal, familiar e as vivências dialogam com as escolhas científicas das pesquisadas, visto que muitos estudos afirmam que ao analisar a população feminina com curso superior, há uma dificuldade em conciliar vida pública e vida privada (LETA, 2003; TAVARES, 2008; TABAK, 2002, 2006; SCHIENBINGER, 2008; VELHO; LEÓN, 1998; LIMA, 2002; MELO; LASTRES, 2006). O que nos interessa aqui é como estes dois lugares se conectam à rede de sentidos que produzem o como e por que as cientistas fazem ciência.

A aventura de tornar-se uma acadêmica negra: Sandra Azerêdo

Sandra Maria da Mata Azerêdo[4] é uma mulher negra, mãe e avó. Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais, tornou-se professora titular em 2009 e aposentou-se no ano de 2016. É uma pesquisadora comprometida com as questões de gênero na interface com a Psicologia, principalmente no que se refere aos estudos sobre violência contra as mulheres e as intervenções grupais. Nos últimos anos, tem dedicado seus olhares, saberes e fazeres ao feminismo e à interface entre gênero, raça e etnia.

Construiu uma trajetória acadêmica em que, bebendo em diferentes fontes e abordagens da Psicologia, manteve-se sempre curiosa e atenta às diversas possibilidades de investigação do sujeito. Para ela, uma conexão entre a Psicologia Social Latino-Americana e a clínica psicológica sempre esteve presente, "eu sempre fui social e clínica, neste sentido de tentar juntar o sujeito à questão política" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). Sandra atribui este trânsito, que não se deu de maneira ingênua, pelo contrário, se fez a partir da aproximação dos conceitos de sujeito e sociedade, de distintas abordagens, à liberdade de pensamento, a qual sempre lhe foi característico, "eu sempre fui muito livre e ser livre me permitiu muito" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). Esta permissão, que é a sensação de

4 O currículo lattes de Sandra Azerêdo pode ser acessado em: http://lattes.cnpq.br/8397655698796064

liberdade do pensado, resultou em uma produção que pôs em diálogo a literatura, a música, o cinema e a arte em suas produções. É a vida cotidiana que interessa e instiga esta pesquisadora. É ali, no corriqueiro, nos espaços que ocupa, no trajeto universidade/casa feito sempre, por questões ideológicas, por meio do transporte público; nos diálogos que estabelecia com os funcionários técnicos administrativos da UFMG; nas inquietações das notícias da TV, jornal e revista; na sala de aula com seus alunos e alunas; no colegiado e nas reuniões departamentais com seus colegas e em tantos outros espaços, que ela encontra o sentido da escrita. Em vários momentos, a pesquisadora agradece aos alunos e alunas do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFMG, aos colegas de área, aos estudiosos de outros campos e aos amigos/as que contribuíram para o desenvolvimento das ideias discutidas no trabalho produzido.

A perspectiva da alteridade marca sua trajetória, o que fica explícito especialmente no texto, *Era uma vez... uma análise*, de 2003, publicado na revista científica Cadernos Pagu. Nesse texto, Sandra, que compartilha com todos e todas parte do seu diário, onde relata uma experiência de análise vivida como um testemunho "de que é possível sair de uma situação de violência de gênero" (AZERÊDO, 2003, p.205). A proposição de que todas as mulheres estão submetidas a um sistema de gênero desigual e violento, tão firmada por Sandra em sua trajetória acadêmica, se materializa aqui no explicitar de que ela também foi uma destas mulheres. Assumir uma posição de falar sobre isso, tanto no lugar de vitimada quanto de investigadora, horizontaliza as relações entre sujeito e objeto, além de humanizar o *lócus* 'do cientista'. O que Sandra parece fazer com a publicização, do que muitos chamariam de intimidade é, em verdade, a produção de um conhecimento que se dá no cotidiano e junto, sobre um nós que se forma todos os dias. Assim, mais do que dizer que Sandra é uma dessas mulheres, há de se destacar aqui que ela se implica e explicita que é sim uma dessas mulheres. Bem a fundo, todas nós somos essas mulheres. A diferença está em explicitar esta posição. Assumir que é uma dessas mulheres desconstrói a dicotomia sujeito/objeto e ao mesmo tempo se responsabiliza.

Sandra formou-se em plena ditadura militar no Brasil, e aposenta-se em meio ao golpe de estado no fim do ano de 2016. O primeiro momento é marcado pela perda dos direitos civis da população com a substituição do regime democrático pelo regime militar, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país, tendo se estendido por 20 anos, período no qual, entre idas e vindas, Sandra foi professora, pesquisadora e ativista. O segundo, resultante do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, eleita e reeleita democraticamente. O afastamento definitivo da presidenta acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas "pedaladas fiscais", foi mais um capítulo importante na história política brasileira e nas vivências de Sandra, que neste momento sai do país com destino aos EUA para desenvolver estudos e ministrar um curso no outono de 2016, com uma bolsa da *Fulbright.* Para Sandra, este conjunto de acontecimentos no cenário político e da democracia brasileira marcam sua trajetória e interesses científicos: "Minha trajetória, se formos parar para pensar, vai de um golpe a outro. E eu muito mobilizada por isso" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Graduou-se em Psicologia em 1969 na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, para onde, mais tarde, já casada e com dois filhos, retornou como professora . Cursou o mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 1970 a 1975, quando defendeu a dissertação intitulada *O papel do diagnóstico psicopatológico em julgamentos criminais: estudos de 05 casos legais*, sob orientação de Monique Augras. Para o desenvolvimento de sua pesquisa, teve incentivo científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O referido tema de pesquisa foi abandonado anos depois, ao se dedicar às investigações que estabelecem um diálogo com a Psicologia a partir do que ela vai pontuar como encrenca de gênero. Durante o período de mestreamento, Sandra viaja para os Estados Unidos da América com o companheiro que desenvolveria o doutorado no exterior. Este parece ser um momento fundamental na sua aproximação com as teorias feministas, já que é neste

período que ela começa a pensar que seu ativismo anti-machismo e sexismo no campo político poderia se dar também no campo científico.

> Eu volto com algumas ideias interessantes para o Brasil, mas não eram tão feministas, não. Eu concluo a minha dissertação de mestrado e continuo dando aula na PUC Rio. Eu sempre gostei de dar aula. Eu continuo lendo as produções feministas e em um momento eu falo, não, eu quero estudar com estas mulheres, eu quero saber mais sobre teorias feministas. Nesse momento eu me apaixono pela teoria feminista, com isso, o feminismo passa a fazer parte da minha produção acadêmica. Meu projeto de tese, já é claramente feminista, já estava interessada em investigar gênero (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Alguns anos após seu mestrado, Sandra retorna aos EUA, agora para estabelecer vínculos acadêmicos na Universidade da Califórnia. No ano de 1981, Sandra conhece Donna Haraway, que passa a orientá-la no seu Doutorado em *History of Consciousness*, tornando-se amiga e uma de suas maiores provocadoras.

> É finalmente, em 1981, quando eu vou para os Estados Unidos, para desenvolver meu doutorado que eu me encontro. Porque era de um programa sobre a história da consciência. Ninguém sabe muito bem-dizer o que é consciência, mas é um programa de história e não existe ciência sem história com a Psicologia e autoconhecimento. E lá eu encontro o feminismo. Eu já era ativista aqui em 1971, eu comecei a militar (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O processo de retorno aos EUA para seu doutoramento veio acompanhado de grandes interpelações, e talvez tenha sido lá, na interlocução com Donna, que ela tenha se tornado negra. Esse movimento constitutivo e identitário passa, então, a marcar sua produção. Como bem aponta "Eu, Sandra Azerêdo, com uma mãe negra e um pai branco fui vítima desta ideologia, até 1981" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). O mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento produziram efeitos que ela mesmo pontua:

> É muito interessante quando você é vítima de uma coisa e depois você critica. Eu não achava que o racismo acontecia, eu não sabia que eu estava no processo de embranquecimento. É crucial para mim quando eu coloco a questão racial junto com o feminismo, disso eu não abri mão mais e em meus últimos escritos, disciplinas, eu tenho entrado muito nisso (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O envolvimento com a política, que se manifestara desde o momento em que escolhe Psicologia no vestibular, ultrapassa a barreira de vida provada e passa a ocupar seu interesse científico. Nestes termos, afirma que o que a atraiu na Psicologia:

> (...)foi a possibilidade de ter contato com a subjetividade na luta política, eu não me interessava apenas pela luta política, mas foi o que me chamou atenção, eu achava que a Psicologia podia me dar esse acesso e continuo achando que pode (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Em 1986 defende a tese intitulada, Representations of Sexual Identity and Domestic Labor: Women's Writings in Brazil, Marroco and the United States[5]. Sendo, durante todo o período, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e tratando das representações da identidade sexual e do trabalho doméstico.

Em 1994, Sandra é aprovada no concurso para professora adjunta de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Ao olhar para esse momento de sua trajetória profissional, se considera uma pessoa de sorte. Por outro lado, eu diria que a aprovação foi o resultado de um processo exaustivo de conciliação entre o trabalho como docente em uma instituição privada de ensino superior, a educação dos filhos, gestão do lar e da vida cotidiana. "Eu sou aprovada no concurso aqui em 1994. Mas eu só começo a dar aula no ano seguinte. É que eu tenho a sorte, ainda era bem tranquilo a questão de dar aula" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

5 Representações da identidade sexual e do trabalho doméstico: escritos de mulheres no Brasil, Marrocos e EUA (Tradução nossa).

Foi uma defensora aguerrida da graduação e uma crítica a lógicas institucionais que priorizavam a pesquisa em lugar da docência e da extensão, deixando claro sua compreensão de que o tripé ensino, pesquisa e extensão só se sustenta com a dedicação aos três elementos. Questionou de maneira incisiva a lógica produtivista da academia contemporânea e afirma que um dos pontos que tem sido negligenciado pelas agências de fomento do ensino superior é a importância do tempo para a produção acadêmica. Todo esse tensionamento resulta em sua saída do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais alguns anos antes de sua aposentadoria.

Produzir conhecimento sempre foi seu desafio e o fez no diálogo entre a Psicologia e o feminismo, a partir de linhas de pesquisa voltadas para estudar a construção da identidade na interação social, a produção da subjetividade como fenômeno ético e estético se atentando ao conceito de identidade nas relações de gênero e raciais, saúde reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos. O interesse nestas linhas de pesquisa resultou em uma vasta gama de pesquisas e extensão ao longo de toda sua carreira.

Ciência, maternidade e a invenção de si: Jaileila Menezes

Jaileila de Araújo Menezes,[6] uma intelectual de sorriso aberto, desmistifica o essencializado lugar da cientista, apresentando-se como alguém que deseja pensar junto. Acredita que a produção científica se faz em conjunto, em diálogo e, para isso, reconhece a todos ao seu redor como interlocutores aptos. Serena, curiosa e firme. Investe na reinvenção do espaço da sala de aula, em um trânsito pela Pedagogia e Psicologia. Rompe com estruturas muito fixas do conhecimento, tanto nas suas formulações científicas, quanto na maneira que ensina e divulga conhecimento. Heterodesignada como uma acadêmica insubordinada, pela forma que estabelece suas pesquisas e pensa o espaço institucional.

6 O currículo lattes de Jaileila Menezes pode ser acessado em: http://lattes.cnpq.br/5042948325884329

Uma professora, psicóloga, mãe, cearense e negra. Sem histórico familiar intelectual, mantém-se muito ligada à produção estética do corpo, o que resulta na sua produção corporal como instrumento de fala e ato.

Compreende a maternidade como um momento importante em sua trajetória pessoal e acadêmica. Como parte de um movimento de se jogar em mar aberto no qual, ao velejar, pode disciplinar-se metodologicamente, utilizando os instrumentos de orientação para chegar a algum lugar como mãe, acadêmica e mulher.

Professora associada nível III da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL).

> A minha formação pela Psicologia foi atravessada pela maternidade. Me trouxe um senso prático muito grande, veja, o senso prático era: "eu estou em um curso e quero aproveitar todas as oportunidades que ele pode me oferecer". É claro, que estando grávida, e não foi uma gravidez esperada, desejada, fez emergir todas as dúvidas. O que exigiu de mim uma lucidez muito grande que se expressou através de um ato. Conversei com a minha mãe sobre o que tinha acontecido e ela percebeu como seria fácil eu desistir de tudo por conta da situação que eu estava vivendo. E depois desta conversa minha mãe me presenteou com a coleção completa das obras de Sigmund Freud. E nessa época a coleção era um sonho de consumo de todos os estudantes de Psicologia. Então, esse ato simbólico era uma forma dela me dizer que eu deveria continuar. E eu fiz (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A descoberta da gravidez e a decisão por dar continuidade a gestação resultaram em muitos momentos em que ela teve que fazer escolhas não previstas. A primeira grande dificuldade foi manter-se na graduação em Psicologia diante da maternidade, a qual trouxe uma bagagem de conhecimentos, vivências, normativas, valores, crenças e

motivos que configuraram o seu modo de ser e agir no mundo. Dentre as necessidades que surgiram diante das múltiplas tarefas associadas à maternidade, o cuidado com o lar, a graduação em Psicologia e o casamento, o seu senso prático foi aguçado:

> A minha filha, eu a tive de sete meses, eu estava no primeiro período de Psicologia. Ela nasceu no hospital da universidade, todos os meus professores apoiaram. Ela teve uma infecção muito grave que a deixou entre a vida e a morte (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Ao contrário de outras mulheres cientistas que vão buscar na primeira infância ou nas memórias uma forma de significar o processo de escolha pela profissão e pela ciência, Jaileila escolhe compartilhar sua história a partir do marco que para ela evidencia uma reviravolta em seu processo de escolha e da configuração dos desejos a maternidade.

> Está tudo muito misturado. Na verdade, falar da Psicologia, é falar de uma escolha que se deu no momento geracional esperado, lá pelos meus dezessete anos, onde era o momento de decidir o que se quer estudar, qual o curso a prestar no vestibular. Eu nem tinha muito recurso para fazer essa escolha, eu não sei, acho que algo deste saber me chamava. Não era propriamente uma escolha consciente sobre o que eu encontraria no curso (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Conciliar a maternidade com a vida social e profissional é um grande desafio. Ser mãe, estudar, pesquisar, foi parte das tarefas de Jaileila. Para tanto, contou com o auxílio e parceria de seus pais, mas, principalmente, de sua mãe. Sua trajetória aponta para uma grande organização e planejamento para conciliar as tarefas diárias. Conciliar as exigências da vida acadêmica com as responsabilidades familiares implicou em jornadas exaustivas de trabalho.

Embora contasse com uma rede de apoio familiar, eram suas as responsabilidades pela saúde, educação e cuidados infantis. Ainda que dividindo algumas atividades, havia

um excesso de responsabilidades que a deixava em desigualdade no campo do desenvolvimento científico, e com uma grande sobrecarga emocional.

Mesmo a universidade sendo um espaço de horários mais flexíveis, com uma rotina que pode ser, por vezes, mais maleável e com algumas tarefas podendo ser feitas em casa, ter uma criança pequena muda essa perspectiva, uma vez que desenvolver tais atividades requer alguma concentração, além de demandar tempo e atenção. Assim, é sempre mais difícil conciliar o exercício da maternidade à vida acadêmica.

> Eu fui abrindo todas as portas possíveis ao longo do meu percurso, porque eu sabia que eu tinha que me focar em portas que fossem garantir a minha sobrevivência. E seria muito bom que estas portas que me garantiam a vida estivessem alinhadas ao meu gosto por estudar (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Sua percepção sobre uma possível vida acadêmica no *campo psi* tinha duas questões como centrais, a primeira era a necessidade de constituir um campo financeiro possível para o cuidado da filha e uma possível ruptura do casamento. Já a segunda, estava ligada à possibilidade de viver outras realidades distantes da sua, através da leitura e imersão no pensamento de autores do *campo psi*, ou dito de outro modo, era uma forma de manter-se afastada de um relacionamento opressor e infeliz, uma válvula de escape de suas vivências no âmbito doméstico, sendo a possibilidade de configurar sonhos e o exercício da liberdade. A leitura abarcava, então, duas possibilidades: evadir para sonhar e inserir-se para modificar.

> Eu tinha uma vida fora dos livros que era sofrida, barulhenta, cheia de demandas, mas assim, quando eu entrava dentro do livro eu estava vivendo outra vida, uma vida de privilégio. (...) os autores que eu acessava na época do PET eram de alguma forma minha salvação, eu pensava "gente isso aqui é muito bom" (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

No ano seguinte ao término da graduação, Jaileila prestou seleção para professora substituta na Universidade Federal do Ceará, onde ministrou as disciplinas de Psicologia Experimental, Psicologia da Percepção e Introdução à Psicologia no curso de graduação em Psicologia. "Aí era isso, a exaustão, era tudo ao mesmo tempo e agora, a maternidade, dar conta de muitas disciplinas e eu tinha, sei lá uns vinte e quatro anos" (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Jaileila migrou para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado na UFRJ. Sozinha, passa a viver na casa de uma tia que a acolhe. Depois viveu um tempo ainda com o marido, que fazia o mestrado interdisciplinar, mas, no fim, seguiu sozinha. Sobre esse período, afirma que perceber-se como externa, de fora daquele lugar, foi difícil.

Motivada por essa leitura, passa a investigar subjetividades contemporâneas guiadas pelos manuais práticos de autoajuda. Com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, condição *sine qua non* para o desenvolvimento da pesquisa e manutenção em outra cidade, defende a dissertação, intitulada *Literatura de autoajuda: uma perspectiva de produção da subjetividade na contemporaneidade*, orientada pela professora Dra. Lúcia Rabello de Castro, tornando-se mestre em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1999. Nesse trabalho, aborda questões ligadas à interioridade psicológica, literatura de autoajuda e subjetividade. Para tanto, entrevistou mulheres que faziam uso da literatura de autoajuda no cotidiano de suas vidas.

> Eu acho que meu interesse por esse tema tinha a ver com esse meu desejo da praticidade que a maternidade me trouxe e a autoajuda tinha uma coisa, que aparecia muito na fala das minhas entrevistas. A autoajuda é uma prática, tem um senso prático, de auto-observação, um senso de construção de si, "o que fazer", "como me controlar", "como chegar lá", "como se avaliar" (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Com essa investigação, passa a se interessar sobre a politização de si, já que compreendia que, por mais que a literatura de autoajuda tivesse um conjunto de prescrições, ela auxiliava as mulheres que a lia a construir seus percursos de maneira mais autônoma. Era, portanto, uma apropriação, que para ela, tratava de uma invenção de si, pois dava espaço para criação, inventividade, construção de si. Em decorrência disso, aproximou-se da investigação sobre práticas políticas de si no campo público, o que resulta no estudo de doutorado sobre subjetivação política.

Jaileila parece estabelecer uma relação intrínseca entre a produção intelectual e determinadas condições materiais de existência. Ela precisava ter como se prover financeiramente e ter um teto todo dela, além disso, ela precisava reconhecer sua agência, sua resistência, sua existência. Ao escolher a escola, a periferia, gênero, juventude, vivência, sexualidade, movimentos sociais, subjetivação política, pretendeu mesmo escrever sobre 'os outros', mas também sobre ela.

Dois anos após iniciar o doutoramento na UFRJ, tornou-se professora da graduação em pedagogia, especialização em psicopedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú, ministrando disciplinas de Psicologia da aprendizagem, orientação educacional; Psicologia da infância e adolescência; e Psicologia social e psicopedagogia. Manteve-se lá até o ano de 2004, quando migra para a UFPE para a graduação e pós-graduação em Psicologia. A nomeação como professora da UFPE foi o passo decisivo para o rompimento do casamento e para o processo de empoderamento de si, resistindo à cultura patriarcal, buscando poder e autonomia sobre a própria vida, tornando-se economicamente e emocionalmente independente e satisfeita ao gerir sua carreira.

Já como professora do curso de Psicologia da UFPE, desenvolveu um amplo conjunto de atividades científicas, docência, iniciação científica, projetos de pesquisa e extensão, orientação de monografias, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Foi membro de corpo editorial dos periódicos *Psicoperspectivas (online): individuo y sociedade* e *DESidades*, revista eletrônica de

divulgação científica da infância e juventude, na qual ainda se mantém. Foi também revisora do periódico Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso).

Na atualidade, tem se interessado em ofertar disciplinas que abordem temas ligados aos processos de Subjetivação na adolescência e juventude, metodologias e teorias do campo-tema juventude, práticas coletivas, participação política, pesquisa intervenção a partir de aspectos psicossociais, relações de poder, subjetividade e ação coletiva na contemporaneidade. Para isso, dialoga com estudos do campo feminista, juventude, metodologias interventivas e relação sujeito e sociedade.

Mantém-se atenta à compreensão das desigualdades que atravessam a vida cotidiana dos e das jovens no campo da sexualidade e da cidade, entendida como uma potência política, em uma investigação com foco nos processos de constituição de sujeitos políticos. Jaileila tem significado o desenvolvimento do seu pensamento a partir de uma Psicologia social comprometida com a produção de conhecimento localizado (América Latina, Brasil, Nordeste).

Os significados e práticas que dizem respeito à gravidez na adolescência e juventude para mulheres jovens e suas redes de convívio compõe o escopo de interesse da pesquisadora. Seus estudos têm apontado para o empoderamento de mulheres, no diálogo com políticas públicas. Outro enfoque em suas investigações é a realidade das e dos jovens pobres da periferia da capital e de uma cidade de médio porte de Pernambuco, principalmente no que se refere a organização político-cultural e aos direcionamentos e ressignificações dos seus projetos de vida.

A inserção da juventude no contexto do Movimento Hip Hop tem especial significado para Jaileila. Neste campo de estudo, questões ligadas ao gênero, à raça, à sexualidade e à territorialidade se fizeram presente e trouxeram desafios epistêmicos e metodológicos para ela e para a ciência que compartilha. Em um campo instigante e tenso, foi interpelada quanto a seu lugar como pesquisadora e a função da pesquisa para os sujeitos pesquisados. Diante disso, precisou se reinventar, o que resultou em um intenso processo de ressignificação.

Jaileila se mantém atenta à associação de categorias sociais que compõe os sujeitos, debruçando-se no conceito de interseccionalidade e afirmando a necessidade de perspectivas teóricas e metodológicas que permitam articular modos de construção de saberes outros sobre as questões de gênero, que vão para além de um olhar isolado se atentando a teorias que sejam comprometidas com uma prática política.

Sua prática científica tem versado sobre os modos de produzir conhecimento no campo das juventudes, se interessando principalmente na produção e divulgação de experiências de pesquisa e extensão que abordam questões 'enigmáticas' no contexto das intervenções psicológicas no cotidiano, tratando a importância de construir metodologias que se ancorem na horizontalidade e permita que o/a pesquisador/a olhe para o próprio processo durante sua ação/investigação.

Tem um longo caminho de produção intelectual, sendo mais de setenta publicações, entre artigos e capítulos de livros, em sua maioria escritos com colegas de área e orientandas/os. Suas últimas publicações têm se dedicado às implicações políticas e éticas da pesquisa em psicologia com temáticas ligadas ao gênero, à juventude, à sexualidade, à pobreza e ao contexto geográfico. As relações étnico-raciais, no contexto da educação, também se apresentam como tema de interesse, assim como a ideia do exercício do poder, as hierarquias sociais e desigualdades.

Para Jaileila, falar sobre o processo de construção de sua trajetória profissional, que está diretamente ligada às vivências da sua vida familiar, no desenvolvimento de pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, é uma importante ferramenta para a quebra do silêncio entre mulheres. É a ruptura com o próprio pacto do silêncio, a fim de colaborar "para os desbloqueios possíveis que influem na produção acadêmica".

> Foi muito importante para mim nomear o que eu vivi como violência. Não era amor, cuidado. O feminismo me ajudou muito nisso: me mostrar que eu gastei muita energia para me manter em uma posição, sustentar uma relação (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A trajetória de Jaileila é marcada por dilemas quanto à ruptura das representações sociais e dos modelos em torno da maternidade e da vivência da conjugalidade, pela configuração de poder baseada em uma normativa androcêntrica e sexista, que se materializou com violência sobre seu corpo e mente, sendo o desenvolvimento científico sua busca por liberdade de pensamento, ação e autonomia financeira e emocional. É evidente que o direito à ciência não se traduz em processos de igualdade no acesso à educação, e em particular ao ensino superior. Para as mulheres, mães, é evidente as dificuldades de manutenção e permanência no ensino superior e o desenvolvimento da saúde mental durante sua formação, bem como no que refere ao ingresso na carreira científica, o que configura como um desafio o rompimento das estruturas simbólicas. Mesmo sob os efeitos de poder, Jaileila constrói uma carreira acadêmica no campo *psi* sólida e com notório avanço nos degraus para a considerada excelência de produtividade e o desenvolvimento científico.

Na atualidade, tem produzido conhecimento em Psicologia a partir dos princípios teóricos da Psicologia social e política em interação com o feminismo, estudos raciais e sobre juventude. Tem se dedicado a estudos que dialoguem com temas tais como participação política juvenil, juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos e interseccionalidade.

Mas afinal o que elas pensam sobre si e sobre a ciência psicologica?

A experiência como uma categoria analítica do feminismo tem uma contribuição imprescindível para a configuração do conhecimento teórico-ético-político dos conceitos de transformação e da escrita de si. Para tanto, algumas perguntas se fazem indispensáveis: como se deu o percurso histórico de investigação da experiência? Qual a função e o papel da experiência nas práticas investigativas? Quais usos são feitos desse termo, não apenas para as feministas, mas para a produção de conhecimento em ciências humanas? E para a Psicologia? Por que usar a experiência como categoria de análise para se pensar o 'humano'? Como temos significado a experiência? Pensar a experiência

equivale a pensar uma vivência individual? Ou ainda, a experiência é uma evidência comprobatória?

Joan Scott (1999) compreende que a experiência é, justamente, a capacidade e possibilidade de significação de um conjunto de vivências e acontecimentos associados ao contexto sócio-histórico que transformam a experiência em uma categoria de análise social, de gênero, sexualidade, raça, classe, território e tantos outros. Nesta perspectiva, os marcadores identitários produzem vivências e acontecimentos, que, localizados em um determinado momento cultural, social, coletivo e individual, transformam-se em experiências. Assim, sem reflexividade não há experiência, mas sim uma vivência. A experiência seria, então, a resultante de um processo de autorreflexão e conhecimento, como podemos ver nas palavras de Paula, ao pensar sobre o processo de reconhecimento social a partir dos marcadores que compõem os sujeitos.

Nestes termos o significar é, em si, o experienciar. O que se afirma nesta compreensão é que o uso da noção de experiência é a recusa de uma perspectiva essencialista, não incorrendo no perigo de tomar a experiência como autoevidente e um acontecimento como *a priori* explicativo. A experiência, e o conhecimento produzido a partir dela, rompe com a visão do sujeito individual e visa explorar "como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo" (SCOTT, 1999, p. 4).

Assim olhar para a trajetória das teoricas, é reconhecer que a ciência psicológica que elas produzem, compartilham e desejam, tem a ver com a percepção e significação social de suas vivências e ausências. Desse modo, os encontros teóricos, de amizade e orientação, se apresentam nos relatos de Sandra Azerêdo como sua ponte de virada e de significação. Viver em um outro país, imersa nos movimentos da virada entre a segunda e terceira onda do feminismo, racializou seu corpo e teorização. Perceber as vivências como parte de um sistema racial brasileiro, injusto, que licencia as desigualdades, resultou na experiência de tornar-se negra. Uma teórica negra.

> Quando voltei dos EUA, na década de 1980, eu comecei a pensar as relações de gênero associadas às de raça. E foi interessante, não, sofrido mesmo, perceber que eu era racista, é isso mesmo, cara!!! Eu era racista, filha de mãe preta e pai branco e mesmo assim racista. E foi isso, deixei de ser vítima de uma coisa e passei a criticá-la. Eu até tive problemas de orientação de alunos da pós-graduação por isso, porque alguns queriam estudar gênero sem trabalhar as questões de raça e isso para mim não dá. É a nossa história de escravidão, raça e gênero estão juntas (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Em uma direção próxima, Jaileila Menezes vai falar sobre como as vivências de qualificação acadêmicas e a constituição familiar vão produzindo sentidos para seu posterior entendimento como feminista, ao contribuir com a produção do conhecimento em torno dos processos de subjetivação e engajamento político, vivência da sexualidade na adolescência, gravidez e maternidade. Seus interesses científicos são, também, o resultado de um doloroso processo de experiencização e agenciamento da própria história.

> Eu fico pensando sobre sair para fazer o mestrado e depois o doutorado, deixar minha filha foi muito duro, ao mesmo tempo, "estudar" era uma forma de resistir ao relacionamento violento; fiquei grávida cedo, me casei cedo também, mas não abandonei a Psicologia. Eu acreditava que minha vida podia ser diferente formada. (...) Depois de um tempo pensando juventude, as mulheres jovens, acho que foi por isso. É o que temos que contribuir para mudanças, falar sobre direitos sexuais e reprodutivos, política (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Nesta perspectiva, a noção de experiência aborda a relação entre subjetividade, política, conhecimento e linguagem (ANZALDÚA, 2000). A experiência, por sua vez, pode apresentar-se, não apenas como uma fonte de saber, mas também, como um ponto de partida para uma outra prática acadêmica que rompe com concepções e dualismos

historicamente construídos, tais como a separação entre sujeito e objeto, o hiato instaurado nas noções de subjetividade e objetividade, ou mesmo a dicotomia entre interioridade e exterioridade (ANZALDÚA, 1999; MOHANTY, 1991).

Como efeito desta compreensão as teóricas, Sandra e Jaileila constatam que para se contrapor a uma ciência psicológica imersa em lógicas sexistas, androcêntricas e machista, que se organiza a partir da construção da separação entre pólos, tais como interior *versus* exterior, objetivo *versus* subjetivo, apresentam a experiência, implicação, compromisso social e conhecimento localizado como saídas epistêmicas, metodológícas e políticas. Assim nas palavras de Sandra Azerêdo, "é uma porta para o autoconhecimento, de você se conhecer como um ser político e que você vai entrando nisso e se redesenhando" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Esse autoconhecimento proposto pelo feminismo, ou dito de outro modo, o movimento de atentar-se para as experiências, é em si a corporificação, a vivência, o próprio corpo. O corpo é uma forma de experienciar o mundo. Para a Psicologia, tem uma dimensão ainda mais importante já que, o corpo feminino, foi e ainda é, frequentemente, objeto do estudo e controle. Em oposição a isso, nesta proposta, ele passa a ser visto como espaço de autoconhecimento e liberdade.

As teóricas acreditam que o fazer-se e o perceber-se, acontecem, também, no diálogo com as teorias em Psicologia e com os espaços institucionais. Isso, por sua vez, não se deve ao ponto de partida da explicação, mas antes, ao que deve ser explicado, já que, são os processos experiencias que constituem os sujeitos, não o contrário (Joan Scott, 1999). Consoante a isso, anseiam construir modos de produção na ciência psicológica na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência tradicional, no estabelecimento dos moldes de produção/divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres, e na relação com os sujeitos pesquisadas/os.

Desejam compactuar e lançar mão para o desenvolvimento de suas produções a partir do reconhecimento da Psicologia enquanto uma ciência múltipla e interdisciplinar que se tensiona e reinventa. Fica evidente, também, que elas entendem que é a partir da ampliação, questionamento e ressignificação, que seria possível reconhecer a Psicologia como o *lócus* de suas falas. Mais do que reconhecer as limitações do pensamento psicológico, o que elas desejam é contribuir para a sua ressignificação e mudança de paradigma. Para isso questionam para quem ela se produz, já que compreendem que a Psicologia deixa uma lacuna quanto aos estudos acerca da raça, gênero e etnia e suas articulações na produção dos sujeitos. Para elas, é preciso corporificar a compreensão da subjetividade e do sujeito que a investiga.

Desta maneira, este sujeito que produz ciência sempre está atento aos processos relacionais, sendo parcial em todas as suas formas, em busca de um saber que está em produção. Assim, o/a pesquisador/a deve estar pronto/a para uma hermenêutica da suspeita, sendo um/a questionador/a, e possibilitando espaços para a contestação, desconstrução, agência dos sujeitos a fim de promover condições de transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ser e estar no mundo.

> Sempre foi assim essa minha atitude como professora, estudiosa, cientista, só que entre aspas. Entre aspas não é ciência. Ciência, para mim é isso, é você ter contato com o mundo que não é o mundo palpável, visível, de todo dia. É você tentar questionar este mundo. Então está legal, eu sou cientista (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Portanto, o conhecimento psicológico posicionado lança o sujeito em um movimento performativo que está intimamente ligado aos aspectos políticos e às implicações da produção. Ninguém fala de lugar nenhum, e cabe explicitar o algum local de partida e horizonte de chegada, cabe ao/a pesquisador/a dizer de suas posições e trânsitos. Nesta perspectiva, a parcialidade, uma produção que se compreende e anuncia

parcial, local e temporal é a única maneira de vislumbrar uma visão mais ampla, racional e posicionada (HARAWAY, 1995).

Caminham em busca de uma ciência psicológica posicionada, lançando mão do pensamento de Donna Haraway (1995), seria aquela em que o posicionamento do sujeito cognoscente, é condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento temporário que se contrapõe à busca por uma Psicologia mais "verdadeira". Compreendo, portanto, como parte dos discursos constitutivos das práticas enquanto produções históricas e politizadas. Para tanto, uma proposta é olhar para a experiência como um motor para a construção de sentidos e significados, a sua inscrição no mundo real, no campo científico e político (SCOTT, 1999). Nestes termos, desenvolver uma investigação a partir de experiências, é assumir uma postura ética diante de uma produção, que é, antes de tudo, localizada, atenta aos lugares de fala (RIBEIRO, 2017). O posicionamento, em uma perspectiva feminista, os códigos de inteligibilidade, solidariedade e antagonismos são postos na mesa e entram no jogo da produção científica.

Considerações Finais

A Teoria Feminista constitui uma dentre muitas das forças envolvidas no questionamento da pretensão universal e singular da ciência moderna, sendo a única forma legítima de produzir e obter conhecimento científico. Nestes termos o pensamento feminista buscam contribuir para uma reinterpretação da histórica da sociedade a partir do lugar social das mulheres, se atentando principalmente à presença destas nas ciências e nas organizações políticas em torno do acesso à esfera pública no ocidente. O presente artigo buscou conhecer a experiencia de mulheres cientistas psicólogas feministas e compreender como estas têm integrado o campo científico, com atenção a como e por que têm produzido ciência psicológica. Em busca de trilhar caminhos para respostas, as interlocutoras desta pesquisa foram as professoras: Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG) e Jaileila de Araújo Menezes (UFPE).

Foi no tecer das histórias, ditas e escritas, formam teias de sentidos, e podem ser entendidas e interpretadas a partir de uma perspectiva feminista. As conclusões apontam que as cientistas investigadas têm anseios de construir outros modos de ciência na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência tradicional, no estabelecimento dos moldes de produção/divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres e na relação com os sujeitos pesquisadas/os.

Em um movimento de invenção de si a intelectuais, constituem uma trama aberta de sentidos para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos em suas pesquisas. Em um exercício analítico visam estabelecer uma dinâmica entre as necessidades sociais e científicas. Convidam a pensar a prática científica em psicologia a partir da ideia de posicionalidade. Problematizar a tradição hegemônica na prática cotidiana de ensino, pesquisa e extensão, para elas, passa por um comprometimento ético com o sujeito investigado a partir da horizontalidade e do reconhecimento de que o saber só se produz em relação.

O que se materializa em uma implicação social de pesquisadoras e pesquisadoras no *campo psi*, exige posicionamentos políticos, engajamento social e dúvidas em uma persistente hermenêutica da suspeita sobre o próprio processo investigativo. Para elas, posicionamento, criticidade e saberes localizados compõe uma outra tríade epistêmica que compactua com o rigor científico e a coerência metodológica, epistemológica e ontológica que constituem os pressupostos que sustentam o processo investigativo em Psicologia.

Referências Bibliográficas

AITA, Elis Bertozzi; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011 .

ANZALDÚA, Gloria.. *La conciencia mestiza. Towards a New Consciousness.* Traducciones de Irene Gon. San Francisco. Routledge. 1999.

ARRAZOLA, Laura Suzana Duque.. Ciência e Crítica feminista. In: COSTA, A. A.; A. C. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/NEIM/UFBA, 67-76. 2002.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. (2003). "Era uma vez... uma análise". *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas (20), 205-216.

_____. (2011). *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 120p.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, 207-228. 2008.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In *Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV*, pp. 347-353. 2011.

DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Novas subjetividades na historiografia feminista: hermenêutica das diferenças. *Revista de Estudos Feministas*. 2(2), pp.373-382. 1994.

FOUCAULT, Michael. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. pp. 129-160. 1992.

_____. Poderes e estratégias. In: Carrilho, M. Maria (Org.). *Dissidência e nova filosofia*. Lisboa: Assírio & Alvim. 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo, Martins Fontes.1999.

_____. A vida dos homens infames. In: Foucault, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222. (Coleção Ditos e Escritos, IV). 2003.

_____. O estilo da história. In: Foucault, Michel. *Ditos & Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2011.

HANISCH, Carol. *The Personal is Political.* Notes from the Second Year: Women's Liberation. 1969.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. 1995.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. *Ensaios de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*. 17 (49), 271-284. 2003.

LIMA, Nádia Regina Loureiro de Barros. As mulheres na ciência: o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o público (pp. 51-66). In: C. A. A; S. C. M. B.(Orgs). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA: Redor. 2002.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, Subjetividade e Identidade. *Interações*. v. VII, n. 13, p. 31-44. 2002.

MCLAREN, Margaret A. Foucault Feminismo e Subjetividade. São Paulo, *Intermeios.* (coleção entregêneros). 284 p. 2016.

MELO, Hildete Pereira de; LASRES, H.M.M. Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy W. dos. (org.) *Ciência, Tecnologia e Gênero*: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina, Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). 2006.

MENDES, Jose Manuel Oliveira. Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficinas on line*, 1-27. 2003. Recuperado em 12 de outubro de 2013 de http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/194.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Editora Hucitec, 9a. ed. *Revista e Aprimorada*. 2006.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Sholarship and Colonial Discourses (pp. 333-358). In: Mohanty, Chandra Talpade; Russo, Ann & Torres, Lourdes. *Third Word Womne and the Politic of Feminism. EEUU*: Indiana University Press. 1991.

NUERNBERG, Adriano H. Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, *Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*. 2005.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 19, n. 3, p. 14-19, Dec. 2007 .

RÂGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História (pp. 21-42). In: P. J. M.; G. M. P. (Org.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres. 1998.

_____. *A aventura de contar-se*: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 341 p. 2013.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 112p. 2017.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru/ SP: EDUSC. 2001.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), 5-22. 1990.

TABAK, Fanny. Sobre avanços e obstáculos. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando Gênero e Ciência*: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa. Brasília: SPM, p. 27-40. 2006.

_____. *Mulheres públicas*: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2002.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. In: RISTOFF, Dilvo [et al]. *Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008.

VELHO, Léa; León, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, pp. 309-344. 1998.

Uma conversa sobre *Archaeogaming* com Andrew Reinhard

A conversation about Archaeogaming with Andrew Reinhard

Cleberson Henrique de Moura[1]

Alex da Silva Martire[2]

Amanda Viveiros Pina[3]

Tomás Partiti Cafagne[4]

Matheus Morais Cruz[5]

Resumo: O Grupo de Pesquisa CNPq ARISE - Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas entrevistou, em 27 de maio de 2020, o arqueólogo Andrew Reinhard, especialista no campo denominado Archaeogaming. O objetivo central da entrevista foi o de difundir a área de pesquisa que relaciona videogames com Arqueologia a partir de perguntas gerais sobre o tema. Neste artigo, após breve contextualização do Grupo de Pesquisa e do perfil do entrevistado, é transcrita integralmente a entrevista com Andrew Reinhard.

Palavras-chave: Archaeogaming, Arqueologia, Videogame, Entrevista.

Abstract: The CNPq Research Group ARISE - Interactive Archaeology and Electronic Simulations interviewed, on May 27, 2020, the archaeologist Andrew Reinhard, an expert in the field called Archaeogaming. The main objective of the interview was to disseminate the research area that links video games with Archaeology based on general questions on the topic. In this article, after a brief contextualization of the Research Group and the interviewee's profile, the interview with Andrew Reinhard is fully transcribed.

Keywords: Archaeogaming, Archaeology, Video game, Interview.

[1] Licenciando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e chefe da Seção de Apoio Institucional do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: cleberson.moura@usp.br.

[2] Pós-doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: alex.martire@usp.br.

[3] Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Mestra em Antropologia com ênfase em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). E-mail: amandaviveiros@usp.br.

[4] Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: bythomaspartiti@gmail.com.

[5] Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: matheusmrcruz@gmail.com.

Neste trabalho apresentamos a transcrição integral de uma entrevista realizada por integrantes do Grupo de Pesquisa ARISE (Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas) com o arqueólogo norte-americano Andrew Reinhard. Criado em 2017, o ARISE é certificado e validado como grupo de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). O grupo é composto por graduandos(as), pós-graduandos(as) e doutores(as).

O ARISE tem como foco as pesquisas relacionadas às Humanidades Digitais em Arqueologia e Jogos, produz seus próprios conteúdos e mantém o compromisso de garantir a divulgação dos resultados de suas pesquisas e desenvolvimentos realizados para além da comunidade acadêmica, com linguagem acessível e bilíngue (português/inglês). O principal objetivo do grupo é realizar a análise acadêmica, sob o viés arqueológico, de mídias eletrônicas interativas - tais como jogos eletrônicos, *serious games*, simulações digitais - bem como desenvolver aplicações eletrônicas interativas, produzir materiais de divulgação sobre arqueojogos e instalações interativas que possam contribuir com museus e outras instituições educativas.

Durante o isolamento provocado pela pandemia da Covid-19, o ARISE se propôs a realizar uma série de entrevistas, em formato de vídeos, com especialistas em Arqueologia Digital. A entrevista aqui apresentada integralmente é a primeira desta série proposta, uma conversa sobre *Archaeogaming*.

Dado o atual contexto social, a entrevista foi realizada virtualmente e divulgada na forma de vídeo no *YouTube* na língua inglesa (com legenda para a língua portuguesa). O principal objetivo da tradução consiste em divulgar e democratizar a acessibilidade aos conhecimentos voltados à Arqueologia Digital no Brasil, para atuais e futuros pesquisadores brasileiros. Além disso, trata-se também de uma articulação de parcerias, construção de redes de interesses comuns, e uma forma de divulgar no exterior a produção intelectual e tecnológica brasileira. O design dos roteiros das entrevistas baseia-se em uma abordagem menos vertical, profunda e mais abrangente, dado que

pretendemos utilizar um estilo de comunicação que facilite a divulgação dos temas abordados.

O entrevistado, Andrew Reinhard, é bacharel em Arqueologia e História da Arte e realizou o mestrado estudando cerâmica grega (vasos Áticos) pela *University of Missouri*, havendo concluído seu doutorado em 2019 sobre *Archaeogaming* pela *University of York*. O arqueólogo tornou-se bastante conhecido a partir de um trabalho ocorrido em abril de 2014: a escavação dos cartuchos de jogos da *Atari* realizada em um aterro sanitário localizado na cidade de Alamogordo, no estado Novo México (Estados Unidos). Esta experiência de Andrew Reinhard ganhou maior visibilidade dada sua participação no documentário *Atari: Game Over* (cujo roteiro dedica-se à história da ascensão e queda da empresa *Atari* e à citada escavação), dirigido por Zak Penn - também roteirista de filmes como *X-Men 3* (2006) e *Os Vingadores* (2012).

Andrew Reinhard é pioneiro na área de *Archaeogaming*, tendo sido a primeira pessoa a publicar um livro sobre o tema. Em 2018, sua obra intitulada *Archaeogaming: an introduction to archaeology in and of video games* foi lançada pela editora Berghahn Books. Destacamos aqui o fato de este livro ser uma das principais referências que compõem as leituras das pesquisas bibliográficas realizadas no ARISE. Apesar de não ter tanta visibilidade no Brasil, trata-se de um livro imprescindível para quem trabalha com jogos em arqueologia. Neste livro, o arqueólogo desenvolve uma proposta metodológica para considerarmos a arqueologia *de* e *em* jogos digitais. Andrew é o criador do blog *Archaeogaming*[6]. Atualmente, é diretor de publicações da *American Numismatic Society*.

Reconhecendo que, há décadas, a eletrônica digital está influenciando e sendo influenciada pelas ações e interações humanas (e as compõem significativamente), compreendemos que o conteúdo abordado nesta entrevista possui significativa relevância, uma vez que o *Archaeogaming* convida-nos a considerar que os *softwares* e jogos digitais são "registros da cultura humana, fazem parte do entendimento da cultura

[6] A URL do blog é: https://archaeogaming.com/.

contemporânea e, portanto, são utilizados como uma nova forma de compreender e assimilar o desenvolvimento da cultura no mundo contemporâneo" (PINA, 2019, p. 112).

Portanto, apresentamos aqui uma entrevista[7] que pode despertar futuros interesses ou trazer alguma contribuição para aqueles que já realizam estudos sobre jogos ou *softwares*, neste caso, a partir de um viés arqueológico.

*****

Alex da Silva Martire: Professor, primeiramente, gostaríamos de agradecer por sua presença. Nosso grupo de pesquisa está produzindo uma série de vídeos entrevistando especialistas no campo da Arqueologia Digital e você é o nosso primeiro entrevistado. É uma grande honra recebê-lo para esta conversa, professor.

Andrew Reinhard: Muito obrigado pelo convite. Eu gostaria de saber um pouco de português, mas espero que meu inglês seja OK.

Alex da Silva Martire: Andrew, como o Rei disse para a Alice no País das Maravilhas: "Comece pelo começo". Eu devo perguntar: Por que você escolheu ser um arqueólogo?

Andrew Reinhard: Isso foi um acidente. Eu acho que me tornei arqueólogo porque era ruim em matemática... Eu queria ser astrofísico, mas eu não conseguiria fazer os cálculos, então eu tive de ir para as Humanidades, ao invés disso. O que é OK. As coisas deram certo no final. Mas com arqueologia, eu também era uma criança realmente interessada em Geologia. Eu estava sempre no campo. Eu escavava com meu pai, visitava cavernas, escalava as coisas... E percebi que havia algo faltando naquilo, e era justamente estudar mais sobre a humanidade dos artefatos que me interessavam. Então eu queria saber mais sobre pessoas do que só trabalhar com coisas e, então, como eu sou tão velho quanto os videogames - eu tenho a mesma idade do jogo *Pong...* Nós dois nascemos em 1972, e eu venho jogando videogames desde que me deram videogames para jogar. Meu pai

[7] A entrevista em vídeo pode ser acessada aqui: https://youtu.be/MKYTqf-StH4.

costumava me levar aos fliperamas para jogarmos *Asteroids* (1979), *Space Invaders* (1978)... e uma vez que eles eram jogos novos, foi realmente divertido para mim. E, então, joguei *Atari*, joguei *Intellivision* - o qual tínhamos em casa -, e também jogávamos aquele brinquedo de boxeadores... E eu sempre sonhava: um dia haverá videogames que serão fotorrealistas, sabe? Eles irão se parecer com o mundo e nós poderemos fazer o que quisermos e vai ser maravilhoso, e vai parecer lindo e eu consigo ver isso exatamente agora. Então eu comecei a colocar isso tudo junto em 2011, 2012. Eu jogava muito *World of Warcraft* (2004) naquela época, e sempre existiam ruínas e *lore* [história],[8] e então eles colocaram habilidade de arqueologia... e eu pensei: "Ok, aqui vamos nós!". E não pude evitar juntar as duas coisas e dizer: "OK, existe arqueologia nesses jogos... esses jogos são arqueologia para mim, então talvez outras pessoas possam concordar ou discordar, então vamos explorar isso!".

Alex da Silva Martire: Ok, Professor, muito obrigado. Agora vamos falar de *Archaeogaming* em si. Como os videogames podem ser considerados artefatos arqueológicos?

Andrew Reinhard: Eu vejo videogames como artefatos arqueológicos de algumas maneiras. Eu acho que a maneira mais fácil de os observar é se você considerar a escavação arqueológica em Alamogordo, Novo México. Nós escavamos alguns dos jogos... Desenterramos cerca de 1.300 dos 800.000 jogos que foram enterrados pela *Atari* em 1983. Com relação a esses jogos, eles são artefatos porque você pode tocá-los, senti-los... Eles estiveram enterrados no solo por um longo tempo e, então, existia essa

[8] O termo "lore" refere-se à história/narrativa presente no jogo e pode depender ou não da história principal. Existem "lores" que exploram missões paralelas e formam uma história à parte que não depende da narrativa principal do jogo, mas a compõe em um panorama geral. Alguns jogos utilizam-se de estudos arqueológicos para basear suas narrativas principais e secundárias (Ex: Tomb Raider: Definitive Edition (2013), Assassin's Creed Origins (2017), Assassin's Creed Odyssey (2018), dentre outros), portanto, o jogador pode interessar-se e buscar as fontes arqueológicas reais que o jogo utilizou como inspiração. Especificamente em World of Warcraft, a Arqueologia faz parte do jogo como uma profissão secundária, com o objetivo de resgatar fragmentos e artefatos. Como dito anteriormente, o jogador pode optar em seguir uma lore secundária (tornar-se arqueólogo, por exemplo) e essa decisão pode ou não afetar a história principal do jogo.

"mitologia" que foi jogada sobre eles: "O que aconteceu com os jogos?", "Por que a *Atari* fez isso?", "E se fizeram, em que lugar o fizeram?". E quando você está lidando com videogames da *Atari*, que é uma marca tão grande - a de maior reconhecimento antes de começarmos a ver as coisas da *Nintendo*, por exemplo - você tem essa cultura compartilhada, essa identidade compartilhada: se eu jogar *FIFA* no *Atari*[9], e outra pessoa jogar *FIFA*, tudo bem. Se eu jogar *Pitfall* (1982), da *Activision*, e outra pessoa também jogar *Pitfall* da *Activision*, não importa em que lugar do planeta esteja, nós temos o meio de nos comunicarmos porque esse jogo é um artefato, e então você realmente está olhando para cultura material humana que parece, para mim, não diferir de pessoas compartilhando experiências utilizando cerâmicas ou algum edifício de arquitetura. Então nós temos isso como uma coisa física, mas... eu sempre penso que videogames são artefatos uma vez que você entra neles. Então eles são artefatos de códigos: você tem esse texto que está criando um ambiente no qual nós ocupamos, então nós extraímos de um artefato mais do que um sítio ou até mesmo uma paisagem, nesse caso, porque estamos dentro do mundo do texto que está sendo usado, e esses outros elementos que estão sendo postos juntos para criar um espaço para jogarmos, e então, quando estou lá buscando por algumas coisas, eu gostaria de achar *glitches*[10] porque, para mim, um *glitch* é um artefato dentro de um jogo: é um erro causado talvez pela complexidade do código, e quando você encontra isso, muitas vezes, as pessoas ficam bravas. Eu não fico irritado, eu fico, tipo: "Que legal, vamos ver se conseguimos quebrar o jogo novamente!". Então, ver esses *glitches* sendo consertados pelos desenvolvedores no próximo *patch* ou próxima atualização, é como se os artefatos tivessem sido removidos do solo e levados

[9] Nesse trecho, houve um equívoco por parte do entrevistado no que tange o console utilizado para executar o jogo, visto que o primeiro título da série *FIFA International Soccer* foi lançado em 1993 pela Electronic Arts para o Sega Genesis/Mega Drive. Cabe mencionar que, em junho de 1995, a Atari Corporation fechou um acordo com a Electronic Arts para trazer títulos selecionados de seu catálogo para o Atari Jaguar CD, com o *FIFA* entre eles. No entanto, essa versão nunca foi lançada devido à falha comercial e crítica da plataforma Atari Jaguar.

[10] Caracteriza-se como um erro digital, uma falha técnica que ocorre em sistemas eletrônicos. De acordo com Cleber Gazana (2016, p. 44): "Glitch é definida como um erro/falha, onde pode ser usada como uma palavra que define uma situação de quando alguma coisa errada acontece, um resultado imperfeito. Ela se manifesta por comportamentos inesperados, indesejados, resultados incorretos".

para outro lugar e se não estivermos lá para fotografá-los ou gravá-los em vídeos, é como se não tivessem existido. E nós vemos isso nos artefatos o tempo todo: especialmente com os que são pilhados - eles estão no solo, eles não estão no solo... ninguém sabe o que aconteceu com eles: eles se foram. Foi uma resposta longa, mas, sim, existem alguns meios de olhar para os videogames como artefatos.

Amanda Viveiros Pina: Olá, professor. Considerando sua última fala, como o *Archaeogaming* dialoga com as correntes tradicionais da arqueologia, como as arqueologias Processual e Pós-Processual?

Andrew Reinhard: Quando você pensa em Processualismo e volta até Lewis Binford, volta até os anos 1960, e, você sabe... Bem, isso é antes do meu tempo, mas as pessoas meio que diziam: "Arqueologia não é apenas História, cara! É Ciência! A gente pode olhar para as coisas de um modo científico, nós podemos aplicar algum tipo de método científico para entender o registro arqueológico". E, então, havia um novo modo de pensar sobre o que a arqueologia poderia ser, porque não é mais um tipo de "caça ao tesouro", não é mais o Heinrich Schliemann com a Ilíada procurando Tróia ou algo assim, simplesmente focando em fontes primárias e dizendo: "OK, nós temos um sítio, temos essa coisa aqui, vamos dar uma olhada e ver o que conseguimos entender em um modo metodológico". E, então, por exemplo, com o *Archaeogaming* e a Arqueologia Digital, mais amplamente, nós vemos esse tipo de mudança também. É um caminho diferente de aproximação, um novo tipo de cultura material, é um novo meio de perguntar algo novo, e quando você chega ao Pós-Processualismo, você se torna um pouco mais reflexivo sobre essas aproximações, você compreende que você não pode ser totalmente científico sobre as coisas, que você não pode ser totalmente agnóstico, não sei... O que quero dizer é: o arqueólogo está envolvido com o que está acontecendo e você não pode remover a si mesmo ou o seu viés daquilo que esteja fazendo, e na arqueologia digital, e especialmente no *Archaeogaming*, o que eu fizer em um jogo afeta o mundo. Onde quer que eu esteja, fazendo seja o que for, isso está afetando aquilo que ocorre ao meu redor porque estou ocupando esses espaços de inteligência humana dentro de algo que é

governado por regras e Inteligência Artificial: então tenho de ser muito cuidadoso sobre o que está acontecendo e, após um dia fazendo algo sobre um projeto, eu tenho de voltar e dizer: "OK, muito bem, o que funcionou? O que não funcionou? O que estou aprendendo? Quais perguntas eu tenho agora?". E, nesse ponto, nós ainda somos pós-processualistas. Outro dia, estava brincando que talvez existisse o Pós-Pós-Processualismo porque estamos trabalhando com Inteligência Artificial agora, e nós somos pós-humanos, ou pós-pós-humanos nesse ponto também, não só isso: transumanos também, porque nós estamos presos com nossos controles e nossos telefones, e tudo está ligado aos nossos corpos agora. Então essa é uma nova evolução que está ligada ao artefato tecnológico.

Amanda Viveiros Pina: Falando sobre evolução e essas coisas, eu li sua tese que está disponível agora, ela é extensa, é mais do que eu esperava...

Andrew Reinhard: É isso o que minha banca de avaliação disse!

Amanda Viveiros Pina: E o seu livro é fantástico. Você menciona que há uma diferença entre *Archaeogaming* e Ciberarqueologia. Poderia nos contar um pouco mais sobre isso? Você considera o *Archaeogaming* como parte dos estudos ciberarqueológicos?

Andrew Reinhard: Bem... Eu sei que a literatura ciberarqueológica parece focar - talvez no início dos anos 2000 até uns cinco anos atrás, mais ou menos - em criar novas ferramentas ou novos ambientes para conduzir a arqueologia. Pareceu para mim que estava perdendo o ponto um pouco... Provavelmente vou me meter em problemas dizendo isso, mas tudo bem. Eu gosto da ideia de uma arqueologia digital que é maior e faz duas coisas: uma coisa que a arqueologia digital faz agora é estudar ou usar a criação de ferramentas digitais para fazer o trabalho arqueológico, seja ele qual for. Tudo bem, isso é metade do trabalho. O que realmente me incomodava era que isso parecia ignorar a outra parte grande da arqueologia digital, que é a arqueologia das coisas digitais. E ninguém realmente parecia fazer isso. Digo, há algumas pessoas que fazem isso: John Aycock, por exemplo, da Universidade de Calgary, em Alberta, Canadá, está fazendo um

monte de coisas que ele denomina *Retrogame Archaeology*, em que ele vai e faz uma engenharia reversa do software e do hardware para ver como as coisas funcionam, mas não está vendo como um jogo funciona. É como: "O que esse driver de vídeo está fazendo? Por que está lá? Como está sendo usado? É eficaz?". E é esse tipo de cultura *hacker* misturada com arqueologia que só poderíamos fazer agora, nos séculos 20 e 21, em que estamos olhando para as coisas digitais como artefatos arqueológicos, sítios e paisagens. Então, você sabe, estamos produzindo tanto material digital todos os dias, há todos os tipos de coisas digitais, obsolescência programada - sempre há um novo telefone, sempre há um computador novo, sempre há novos chips... Como você acompanha isso? É simplesmente essa aceleração massiva de tecnologia feita por pessoas e por máquinas feitas por pessoas... então devemos pensar sobre isso como arqueólogos - e como arqueólogos digitais - não fazendo apenas ferramentas digitais para trabalharmos, mas para usarmos essas mesmas ferramentas para explorarmos coisas digitais. Então o *Archaeogaming* se encaixa nisso muito bem, e contribui com isso significativamente, eu espero.

Tomás Partiti Cafagne: Vamos voltar para o livro "Archaeogaming" e a sua tese. Você menciona que podemos usar métodos tradicionais arqueológicos para escavar um jogo. Então, quais são esses métodos que podemos aplicar, e em quais jogos você os aplicou?

Andrew Reinhard: Era importante, pra mim, começar a demonstrar que alguém formado em arqueologia tradicional ou clássica poderia, de fato, aplicar aquilo que aprenderam em um espaço digital. Eu me formei em Arqueologia e História da Arte em 1994 na Universidade de Evansville, e fiz meu Mestrado estudando cerâmica grega na *University of Missouri*, no campus de Columbia. E, então, escavei em um sítio etrusco, Poggio Civitate, em Murlo, na Itália. E também no sítio de Isthmia, que fica na Grécia. Então, vinte anos atrás, eu estava escavando ossos e pedras, esse tipo de coisa. Eu era um "garoto cerâmica", por assim dizer. Foi divertido trabalhar com esse material e, vinte anos depois, eu pensei: "Bem, talvez haja outra coisa para fazer". Mas, a fim de fazer isso, eu tive de pegar minha experiência pessoal em educação e treinamento e dizer: "OK, se eu estou

pensando sobre essas coisas como artefatos, sítios e paisagens, como um arqueólogo tradicional as estuda, e essa é a maneira certa de fazê-lo...". Eu não sabia se isso era o modo correto ou errado, se eu conseguiria fazê-lo ou se não conseguiria fazê-lo. Por sorte, alguns dos jogos que eu estava escolhendo me permitiram fazer esses tipos de coisas. Então, por exemplo, um dos estudos de caso da minha tese é o *No Man's Sky*, lançado pela *Hello Games* em 2016. É um universo infinito que você joga a partir de seu console ou PC[11], e esse universo é governado por *voxels* ou matemática que criam o universo enquanto você o explora. E é simplesmente maravilhoso porque tudo é gerado proceduralmente, tudo surge na tela pronto para você explorar, mas ninguém tinha visto isso. O interessante é que há uma civilização humana dentro do jogo que foi populada por seres humanos reais. E a *Hello Games* lançou uma atualização que bagunçou tudo: mudou o clima, destruiu tudo, e então esses povos humanos tiveram de sair e se mudar para outro lugar, mas eles deixaram tudo para trás. Opa, como arqueólogo, isso foi realmente interessante para mim. O que acontece quando uma população humana abandona um espaço digital em um ambiente sintético? Então, como parte da minha orientação, eu usei alguns livros para começar. Eu usei o livro de Steve Roskams chamado *Excavation*, e também usei o livro de Martin Carver sobre investigação arqueológica, que é basicamente um roteiro dizendo: "OK, se você quer fazer uma escavação, aqui está como fazê-la no Reino Unido. Então você faz esse tipo de reconhecimento, e depois abre poços de teste ou trincheiras teste, você estabelece quais questões, organiza todo mundo e, então, você vai e faz o trabalho e, ao final do dia, você publica". Então eu quis seguir essas regras naquele ambiente do jogo e ver o que aconteceria e funcionou. E não apenas isso: funcionou melhor do que eu pensava, porque as mecânicas no jogo - como o jogo funciona - me permitiram escavar assentamentos enterrados... Eu não esperava isso! E agora estou aqui fazendo esse tipo de coisa, mas não havia estratigrafia, o que foi bastante estranho para mim. Eu também estabeleci uma matriz de Harris com as versões de software. Quando vai para um sítio arqueológico tradicional, você tem uma camada de

[11] Computador pessoal.

poeira, uma camada disso, uma camada de cinzas, outra camada de poeira, e há artefatos ali, e como você registra isso. Então eu pensei: "Bem, você provavelmente pode usar matriz de Harris com softwares também porque é isso o que um software é: camadas e camadas de atualizações de versões.". E então você tem *bugs* que vão desde a base até a superfície e você tem correções e funcionalidades, você sabe, que se espalham e por aí em diante. Então: por que não? E isso funcionou. Eu não acho que possa ser o melhor jeito de registrar esse tipo de coisa, mas ela funcionou de um ponto de vista da arqueologia tradicional, então estar em um mundo virtual como *Skyrim* (2011), por exemplo, me permitiu considerar a Arqueologia da Paisagem e a recepção do ambiente através de uma pessoa humana em um espaço sintético vestindo óculos de Realidade Virtual, e vendo o quão grande são as coisas, o quão distante estão. Eu posso seguir essas trilhas? Como o design funciona a fim de fazer isso? Quanto sucesso tem um jogo como *Skyrim* em comunicar patrimônio e *lore*? E enquanto eu fazia isso, pensava: "Seria realmente ótimo poder fotografar coisas e fazer escaneamento a laser e coisas desse tipo. Assim como fazemos em uma paisagem comum, ou dentro de uma caverna ou uma casa". Então eu pude usar as ferramentas de vídeo do *Playstation* a fim de fazer essas panorâmicas em 360 graus, e realmente fazer fotogrametria de artefatos no jogo usando mesa giratória para imprimir coisas 3D de verdade a partir de ambientes 3D falsos. Então isso foi interessante de fazer porque, de repente, se alguém não tiver acesso àquele jogo, eu poderia mandar os arquivos de impressão e eles poderiam imprimir as coisas de que estou falando. Se ninguém tiver acesso ao jogo, por exemplo, se o jogo sumir, se a *Bethesda* cancelar sua propriedade intelectual, ou algo do tipo, eu tenho o vídeo e tudo o mais que irão permitir às pessoas experimentarem o que eu estava experimentando sem ter de gastar 60 dólares ou ter de assinar um acordo de não divulgação ou algo do tipo para fazer o trabalho. Então eu estabeleci uma abordagem tradicional da arqueologia apenas para ver se eu conseguiria, se funcionaria. Caso positivo, ótimo. Caso negativo, como poderíamos consertar isso? Tenho certeza de que há outros jogos e outros ambientes digitais que irão necessitar de outros tipos de ferramentas que não possuímos ainda, ou que teremos de criar. E o bom sobre jogos é que você tem uma comunidade

de modificações que pensa que esses problemas são legais! Tipo: "Você pode me dar algo que permita medir distâncias no *Skyrim*?". Eu não sei, então vamos pedir a modificação para a comunidade e ver o que eles trazem à tona. E, de repente, você tem a sua escala para medir distâncias na linha de visão e no horizonte, e todas esses tipos de coisas.

Tomás Partiti Cafagne: Eu acho que a próxima questão é um pouco complicada e tenho de contextualizar o porquê dessa questão ser feita, em primeiro lugar. É uma pergunta pessoal minha porque, pensando sobre *Archaeogaming*, softwares, interações com pessoas, me veio à mente essa questão por causa das redes sociais e como nós interagimos. Então: Podemos enxergar essas redes sociais como sítios arqueológicos - pensando principalmente no *Instagram* - que é uma das minhas principais redes sociais? E como a arqueologia pode contribuir? Seria arqueologia ou antropologia, nesse caso? Sei que é uma outra questão, não precisa responder pois é bem complicada. Então, existe a possibilidade de entender redes sociais como objetos também?

Andrew Reinhard: Oh, claro! Primeiramente, arqueologia é parte da antropologia. Antropologia aqui em cima, arqueologia aqui embaixo[12]. Então, é claro que é antropologia. Você sabe, sem problemas. Arqueologia está sempre lidando com coisas que foram feitas por humanos, que foram usadas por humanos, descartadas ou modificadas por humanos, readaptadas por humanos... Então sempre existiu o elemento humano na coisa ou lugar. Se você está estudando essa interação humana-não-humana, para mim, isso é arqueologia. Se você está estudando interação humana-humana e o espaço, isso provavelmente é mais antropológico, a menos que eles estejam usando ferramentas ou outros tipos de coisas para interagir com o ambiente. Eu acho que todo tipo de software é arqueológico, ou poderia ser entendido arqueologicamente. Isso inclui as plataformas de redes sociais. Coisas como *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* ou até mesmo *Club Penguin* (2005) - desculpe, eu nunca joguei, mas meu filho faz piadas sobre ele -,

[12] Afirmação acompanhada de gesto ilustrando uma hierarquia organizacional vertical.

todos eles são lugares de ocupação humana: pessoas chegam, pessoas partem, o lugar muda ao longo do tempo, seja pelos usuários, seja pelo Zuckerberg, ou quem quer que seja. Eles estão fazendo essas mudanças a fim de mudar a paisagem. Para mim, você pode pensar o software como três coisas ao mesmo tempo. Penso neles como artefato, como sítio e como paisagem: todos ao mesmo tempo. Mas se você buscar coisas como o *Instagram*, ele poderia ser a paisagem do *Instagram* e cada indivíduo, usuário, pode ser o seu próprio sítio, e cada postagem individual pode ser o artefato. Nesse caso, você tem uma hierarquia. Mas, sim, eu realmente acredito que você pode estudar essas coisas arqueologicamente. Especialmente se você está buscando coisas ao longo do tempo. Então, se você usar o website *Wayback Machine* - eu adoro o *Wayback Machine* - para ver como o *Instagram* se parecia cinco anos atrás, um ano atrás ou uma semana atrás, você pode ver como a interface está mudando e entender isso a partir da perspectiva do usuário, e isso é arqueologia também. Como ela mudou? Por que ela mudou? Como a população respondeu a essa mudança? Então, sim, eu acho que isso é aplicável a qualquer software. Para a tese, eu queria jogos porque jogos são divertidos e as pessoas podem entender jogos. Eu poderia ter feito algo como arqueologia do *Microsoft Excel...* Eu teria matado muitas pessoas! "Por que você está fazendo isso com a gente?!". Mas a mesma coisa se aplica: é exatamente a mesma coisa. Sem dúvida, a arqueologia do *Excel* ou *Microsoft Word* ou o que quer que seja é mais importante do que a arqueologia dos jogos porque você tem potencialmente bilhões de usuários ao longo do tempo que usaram *Excel* de várias formas. Ou, se quiser continuar com o exemplo da *Microsoft*, talvez pudéssemos estudar a arqueologia do *Paciência*, não sei... De qualquer modo, a resposta curta para as suas questões é: sim, é arqueologia por lidar com humanos e coisas e, sim, a plataforma de rede social é nossa paisagem arqueológica especial e artefatos ao mesmo tempo.

Matheus Cruz: Olá, professor. É um enorme prazer conversar com você e eu gostaria de perguntar: Qual seria o futuro dos estudos sobre arqueologia de ambientes digitais?

Andrew Reinhard: Ok... Quando você faz este tipo de trabalho, parece que você já está no futuro. O futuro está acontecendo agora. E com a arqueologia das coisas digitais, eu acho que o que precisamos fazer é... Existem tantas pessoas que estão começando a fazer isso agora, então precisamos ser melhores em conversar uns com os outros, para garantir, talvez, que tenhamos os melhores padrões e práticas, que, talvez, tenhamos a melhor maneira de fazer algo. Consolidar a metodologia e o vocabulário que estão sendo utilizados. Então, nós temos ciberarqueologia e arqueologia digital. Por que elas são coisas diferentes? Como elas são diferentes? Como elas são iguais? Como se encontram e caminham juntas? Então, há um monte de coisas estúpidas, quero dizer, não são estúpidas, são apenas chatas. Você tem que se sentar e fazer a carta ou o manifesto ou o que quer que seja, garantir que as pessoas concordem, coisas desse tipo, antes de realmente sair fazendo essas coisas por aí. Nós precisamos prestar uma atenção específica à ética digital ou à ética em ambientes arqueológicos, pois nós ainda não fizemos isso, na verdade. Meghan Dennis, que foi uma das minhas colegas na *University of York*, terminou seu doutorado, no ano passado, em ética digital ou em ética da arqueologia digital. Sua tese estará disponível em alguns anos e ela tem publicado sobre isso atualmente. Assim, tendo esses princípios éticos guiando o que nós estamos fazendo... porque nós estamos lidando com espaços humanos ocupados, estamos lidando com propriedade intelectual, que não é algo tão ultrapassado. Então, nós temos que ter cuidado: como interagimos com as pessoas nesses jogos se eles nos abordarem? Como nós publicamos sobre esses jogos? Como nós lidamos com o anonimato? Como nós lidamos com a criação de uma etnografia? Todas essas perguntas ainda estão sendo respondidas. Então, este ainda é um próximo passo para nós. Pessoalmente, o que eu quero fazer... e esse é um dos problemas da minha tese: eu olhei para os jogos, para dentro dos jogos e esse tipo de coisa. Porém, eu meio que ignorei as coisas que acontecem para tornar o jogo possível. Eu ignorei o trabalho humano e eu não fiz isso de propósito. Isso foi trazido à minha atenção umas três ou cinco vezes. Mas, eu ignorei, por exemplo, o custo de fazer essas coisas, o custo ambiental, o custo físico real, o custo emocional humano durante questões críticas, entre outras coisas. E como um arqueólogo, é interessante para mim entender os

desenvolvedores. Como eles fazem isso? Como eles se sentem quando eles estão fazendo isso? Qual é o impacto ambiental do digital sobre o planeta? Pois nada que é digital é independente do mundo. Isso vem de algum lugar. Talvez seja proveniente de energia. O que está acontecendo com a floresta tropical, por exemplo, infelizmente, não é nada bom. Então, nós precisamos entender isso. E, como arqueólogos, eu acho que nós estamos em uma posição única para entender isso, para então comunicar isso às empresas de jogos, e a eventos como a E3, GDC ou qualquer que seja, para dizer: "Vejam, vocês precisam ser responsáveis pelo que estão fazendo". E algumas pessoas ouvirão, e muitas, provavelmente, não. Mas eu acho que é um objetivo para nós - e, talvez, para mim - assegurar que eles nos escutem.

Matheus Cruz: Acredito que esta seja uma das questões mais importantes para seus seguidores, como nós. Você poderia contar para nós sobre seus projetos futuros, por favor?

Andrew Reinhard: Na sequência do meu último projeto, uma das coisas que eu queria fazer é escolher um jogo de uma empresa e começar daí, para então investigá-lo, voltando ao ciclo de desenvolvimento, o que exatamente aconteceu. E a primeira coisa é criar uma parceria com uma empresa de jogos, e provavelmente terei que começar com uma empresa pequena. Então, por exemplo, eu não conversei com eles ainda, mas eu adoraria... eu cheguei a conversar com John Ingold, do *Inkle Studios*, e eles desenvolveram um jogo, *Heavens Fault* (2019), que é um jogo incrível de arqueologia, e eles fizeram tudo corretamente: eles têm ética, e é um jogo bonito, divertido de jogar... Porém, é uma empresa pequena, então eu realmente gostaria de poder falar com eles e dizer: "Ok, como foi isso?". E eu adoraria ver tudo, desde contas de energia, contas de água, o quanto eles gastam no almoço, com quantas pessoas eles acabam trabalhando no fim do design do jogo em comparação a quando eles começaram a criar o conceito,

coisas desse tipo, e depois pegar esse modelo e aplicá-lo a um estúdio *AAA*[13]. Eu tenho amigos que trabalham para a *Ubisoft* que talvez possam me ajudar com isso, mas ainda estou com os dedos cruzados para ver se isso acontece. Então, eu quero ver isso. Algumas pequenas coisas nas quais tenho trabalhado... Eu tenho jogado bastante *Fallout 76* (2018) agora, e eu amo o universo de *Fallout*. Eu jogo há muito tempo e vejo em *Fallout 76* esta comunidade de jogo em rede, mas ela é realmente muito pequena. Para cada servidor, há apenas 30 jogadores a qualquer hora. Então, é realmente pequena. E todos eles montam seus acampamentos e constroem seus fortes e coisas desse tipo. E isso dura pouco tempo, porque você está no jogo e o servidor muda sempre. Então, é como se você estivesse chegando a uma iteração diferente de um universo, mas é o mesmo universo, mas há pessoas diferentes ali e há coisas diferentes na paisagem, ao mesmo tempo. Então, o que significa quando você tem essas diferentes camadas nesse tipo de jogo multiverso e o que nossos jogadores estão construindo para eles mesmos? E por quê? E por que um jogador como eu... Eu tenho apenas minhas bancadas ao meu redor, para que eu possa reparar minhas coisas. Eu não fiz isso. Eu não construí um telhado. Eu não tenho mobília. Qualquer um que passa por lá... É como se fosse em um posto de gasolina ou algo do tipo. Ele abastece e depois segue seu caminho. Porém, há outras pessoas que fazem esses palácios ou essas fortalezas e parecem incríveis. E eu penso: "Por quê? Vocês não têm que fazer tudo isso! Tudo o que eu faço é produzir munição para minhas armas. Eu estou apenas produzindo armamentos". E, então, outras pessoas estão como: "Oi, venha se sentar no meu sofá". “Não!”. Então, é interessante para mim como as pessoas fazem estas coisas temporárias para elas, que outras pessoas podem ver uma vez durante todo o tempo em que estão jogando, centenas de horas. Eu nunca verei aquele outro jogador novamente, a menos que jogue em grupo com ele. Então, eu quero ver como isso funciona, como nós criamos um espaço para nós mesmos em um lugar digital que nós sabemos que é temporário. E o porquê de gastarmos tanto

[13] Na indústria dos jogos eletrônicos, o termo AAA ou Triplo-A trata-se de uma classificação utilizada para caracterizar jogos com orçamentos e níveis de promoção elevados, geralmente desenvolvidos e distribuídos por empresas de grande porte.

tempo em algo que irá desaparecer. Eu não sei, mas os jogos nos ajudam a pensar sobre isso e que isso é algo que nós podemos aplicar para o mundo real e para o patrimônio construído também. Porém, esta é uma escala de tempo muito maior com a qual estamos lidando. Em um jogo são cinco minutos, uma hora, talvez um dia. E depois acabou.

Alex da Silva Martire: Andrew, mais uma vez, muito obrigado por conversar conosco. Foi incrível e tenho certeza de que ajudará muitos estudantes que desejam pesquisar *Archaeogaming*, e é justamente sobre isso que gostaria de fazer minha última questão. Qual conselho você daria aos arqueólogos que estejam interessados em *Archaeogaming* e querem estudar esse tema?

Andrew Reinhard: Bem... Deixe-me pensar... Você pode ver a fumaça saindo! Eu quero dar uma boa informação... A melhor coisa a se fazer, é fazê-lo [o *Archaeogaming*]. Eu quero dizer, eu não conhecia outras pessoas fazendo arqueologia dos videogames até eu começar a fazer arqueologia dos videogames. Então, o que eu faria? Eu jogaria. Eu criei o blog *Archaeogaming.com* como um meio de lançar ideias, tomar notas, e as pessoas começaram a achá-lo. E então nós criamos o *Twitter* do *Archaeogaming Twitter*, que é *@archaeogaming*, e a *#archaeogaming*, e então quando tudo isso é lançado, as pessoas começam a conversar entre si e formam uma comunidade. Então, eu poderia dizer que a melhor coisa a se fazer, se você está interessado em arqueologia dos videogames ou arqueologia digital, é entrar nas redes sociais, especialmente o *Twitter*, seguir a *hashtag*, seguir as contas: quando fizer isso, verá centenas de pessoas que estão fazendo isso nesse momento, o que é realmente excitante para mim, porque, quando comecei, havia poucas pessoas... Eu não fui o primeiro, mas fui um dos poucos no início, e agora temos dúzias, estamos fazendo todos os tipos de coisas, sabe? Também depende sobre quais são as questões, então, se existem estudantes que querem saber como a arqueologia é retratada em um jogo - e porque isso significa algo -, como fazemos arqueologia em um jogo, como os arqueólogos são retratados em um jogo, como os estúdios desenvolvedores decidem fazer uma personagem arqueóloga... Então há todas essas questões. No meu caso, eu gosto de fazer coisas mais práticas, em que você realmente

vai lá e escava, faz a etnografia, conhece os jogadores nesses ambientes, e coisas desse tipo. Então eu diria aos estudantes para chegarem e fazerem parte da comunidade, são todos bem-vindos: "É isso aí!". Então todo mundo pode se juntar e compartilhar ideias, e ver como as coisas são e o que os interessa. Por exemplo, se você gosta de jogar, sei lá, *Animal Crossing* (2001), as chances são muito grandes de você conseguir encontrar pessoas que gostam de jogar esse jogo, mas que também querem estudá-lo de um modo arqueológico. Então, por que não? Vai fundo! E então você pode integrar o hardware, os ambientes, dentro do software, comparar com outras versões de *Animal Crossing*, como outros jogadores estão fazendo agora mesmo. Como estão comunicando suas jogadas... Então você tem tudo isso, ou seja, existe muito a ser feito, e eu não posso fazer tudo sozinho, então, por favor, ajudem!

Amanda Viveiros Pina: O Grupo de Pesquisa está crescendo rápido, e eu gostaria de agradecê-lo, porque eu era uma "garota das cerâmicas" antes do *Archaeogaming*. Meu Mestrado iria ser sobre cerâmicas, mas fiquei impressionada com seu trabalho: obrigada por mudar minha visão sobre o que é arqueologia e como fazer pesquisa arqueológica, e como fazer algo que eu gostava de fazer, gostava de pesquisar... Sou muito agradecida, de verdade.

Andrew Reinhard: Minha nossa, muito obrigado! Maravilha! Sim, eu mudei minha ideia, sabe: "Cerâmica? Sim... Eu podia fazer outra coisa, talvez". Eu ainda sinto falta... Se tivesse a oportunidade de ajudar alguém em uma escavação regular, eu iria, você sabe? Tenho um jardim lá fora, então ainda estou sujando minhas mãos, mas, ao mesmo tempo, estou pensando em coisas digitais o tempo todo agora, então não consigo evitar isso. Muito obrigado.

Alex da Silva Martire: Bem, eu acho que é isso. Andrew, mais uma vez, muito, muito obrigado.

Andrew Reinhard: Eu que agradeço o convite. Foi muito divertido!

Referências

GAZANA, Cleber. **Glitch Art: uso do erro digital como procedimento artístico e possibilidade estética**. Dissertação (Mestrado em Artes), São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2016.

PENN, Zak. **Atari: Game Over**. Documentário, Cor, 66 min. Fuel Entertainment, 2014.

PINA, Amanda Daltro de Viveiros. Os artefatos arqueológicos podem jogar? O estudo da materialidade no contexto ciberarqueológico. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 97-123, 2019. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8657333>. Acesso em: 17 jul. 2020.

REINHARD, Andrew. **Archaeogaming: An introduction to archaeology in and of video games**. New York: Berghahn Books, 2018.

As Digital Humanities como uma comunidade de práticas: entrevista com o professor Daniel Alves (IHC/NOVA FCSH)

Digital Humanities as a community of practices: interview with professor Daniel Alves (IHC/NOVA FCSH)

Israel Aquino[1]

A revista Aedos, em sua edição de número 26, traz para a sua comunidade de leitores o dossiê "*Digital Humanities* e o fazer histórico na contemporaneidade", propondo uma reflexão sobre o emergente campo da História Digital e suas interfaces com as chamadas Humanidades Digitais, e buscando assim ampliar o debate a respeito do impacto das novas tecnologias sobre a produção do conhecimento histórico e a constituição do ofício do historiador. Assim, como contribuição ao presente número temático, trazemos a presente entrevista com o historiador Daniel Alves, que de forma bastante apropriada já foi apontado como "um dos principais nomes das Humanidades Digitais em língua portuguesa" (LEAL, 2017).

Daniel Ribeiro Alves é Professor Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade NOVA de Lisboa e pesquisador do Instituto de História Contemporânea (IHC) da mesma universidade. Possui licenciatura em História (1995), mestrado em História (2001) e doutorado em História Econômica e Social Contemporânea (2010), ambos cursados na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Como investigador e divulgador do campo das Humanidades Digitais, o professor Daniel Alves tem desenvolvido um trabalho marcado por intensa colaboração interdisciplinar e atuado junto a instituições especializadas, tendo sido membro do projeto

[1] Licenciado e Mestre em História. Doutorando pelo PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/SARAS - Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul. Tem experiência na área de Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à pesquisa e ao ensino de História, com interesse no campo das *Digital Humanities*. É colaborador do Portal de História Digital Cliomática, mantido pelo Laboratório de História Social da UnB. Contato: israel.aquino@ufrgs.br.

interinstitucional *Network for Digital Methods in the Arts and Humanities* (NeDiMAH)[2] e da *European Association for Digital Humanities* (EADH)[3]. Também foi um dos fundadores da Associação das Humanidades Digitais (AHDig)[4] e atualmente coordena o Laboratório de Humanidades Digitais (Lab_HDig) da Universidade NOVA de Lisboa.

Além da temática da História Digital, possui pesquisa na área da História das Revoluções e da História Urbana, sendo um dos coorganizadores da obra *Cities in the Digital Age: Exploring past, present and future* (2018), que reuniu especialistas de diversas áreas para discutir a relação entre a cidade e o digital em uma perspectiva contemporânea. Destacamos, ainda, o extenso trabalho do professor com os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), tendo contribuído, entre outros, para o desenvolvimento do LITESCAPE.PT - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental, projeto que se utilizou de ferramentas e metodologias digitais para o levantamento e análise de representações literárias de todo o território de Portugal continental, do século XIX até a atualidade, buscando estabelecer análises comparativas em uma perspectiva estética, geográfica e histórica (CONSTÂNCIO et. al., 2019, p. 14).

Em tempos de pandemia, o professor Daniel gentilmente nos recebeu "virtualmente" para uma entrevista via Skype, em meio ao feriado de *Corpus Christi* (que também é uma data comemorativa em Portugal, país com forte tradição católica). Apresentamos nas próximas páginas o resultado de nossa conversa, e fazemos votos de que nossos leitores apreciem a leitura.

* * *

[2] O NeDiMaH foi um projeto colaborativo desenvolvido por uma rede de 16 instituições europeias no período entre 2011 e 2015, que resultou no lançamento do *The NeDiMAH Methods Ontology* (NeMO), instrumento que se propunha um "modelo ontológico abrangente para prática acadêmica das artes e humanidades digitais" (BERNARDOU et. al., 2018).

[3] Associação que que reúne pesquisadores de diversas áreas e instituições no âmbito das humanidades digitais, possui um sítio eletrônico que pode ser acessado no seguinte endereço: https://eadh.org/.

[4] A Associação das Humanidades Digitais (AHDig) se apresenta como "uma rede de pesquisadores unidos pela língua portuguesa e pela inclusão da perspectiva digital em seus horizontes de pesquisa", conforme apresentação disponível em sua página: https://ahdig.wordpress.com/associacao-das-humanidades-digitais/.

Israel Aquino: Boa tarde, professor Daniel, e obrigado por acolher nosso convite para esta entrevista. Nos últimos dias eu revisitei alguns dos seus trabalhos, nos quais o senhor aborda a discussão da *Digital History* e das *Digital Humanities*, de um modo geral. Em um destes trabalhos o senhor discute o surgimento do termo "*Digital Humanities*" no início dos anos 2000, e as identifica como uma "comunidade de práticas" (ALVES, 2016). Poderia nos falar um pouco sobre o surgimento deste termo, e de por que falar em "comunidade" ao invés de área ou campo de estudos?

Daniel Alves: Boa tarde, e obrigado pelo convite. Internacionalmente, o conceito de *Digital Humanities* surge por volta de 2002, 2004, sendo essa essencialmente uma discussão do mundo anglo-saxão. No caso da realidade portuguesa – e eu julgo que no caso brasileiro ocorra mais ou menos na mesma altura – o termo Humanidades Digitais só começa a se firmar por volta de 2010, mais ou menos. É apenas nessa altura que consigo identificar uma utilização mais sistemática deste termo em palestras, em blogs, em artigos, em comunicações, em congressos etc. Então [em língua portuguesa], seria em torno do ano de 2010 – talvez no Brasil isso aconteça um pouco antes, nos trabalhos da professora Maria Clara Paixão de Souza, da Universidade de São Paulo, que é uma das grandes dinamizadoras da área das Humanidades Digitais no Brasil. Esse seria o momento em que esse termo passa a ter uma utilização mais institucional, digamos.

Por outro lado, a prática das Humanidades Digitais já se fazia antes de receberem este nome – e continuou a ser feita em muitas áreas, como na História, na Filosofia, na Literatura, na Linguística, por exemplo. A adoção destas práticas nas investigações e na interpretação dos dados continuou acontecendo, sem que se utilizasse formalmente esse termo. E é por isso que eu uso o termo comunidade, ou seja, o que nós temos na prática é um conjunto de investigadores, de centros, de estudantes, que incorporaram essas tecnologias no seu método de trabalho, dentro das humanidades, mas que não tem – pelo menos no mundo de fala portuguesa – uma verdadeira institucionalização. Não há cursos de Humanidades Digitais – em Portugal não há praticamente nenhum, que eu tenha conhecimento. Não há um curso de licenciatura, não há um curso de mestrado, não há um curso de doutorado na área. O que existe é uma ou outra disciplina isolada.

No Brasil isso surgiu há muito pouco tempo, acho que foi a partir de 2016 que começaram a surgir os primeiros cursos, e que também são muitos limitados. Portanto, eu percebo que seja mais prático, mais eficaz, explicar essa integração das Humanidades Digitais na investigação, no ensino, a partir de uma perspectiva de comunidade. São investigadores que muitas vezes se conhecem, trabalham em conjunto, mas não são investigadores do mesmo curso, não são investigadores da mesma área científica... Muitas vezes se conhecem por projetos individuais, por participarem de um mesmo congresso, onde iniciam essas parcerias. E por isso eu penso que o termo comunidade descreve melhor este tipo de relação, pois não há uma formalização, uma institucionalização propriamente dita.

Israel Aquino: E o senhor acredita que o desenvolvimento das *Digital Humanities* ter se dado por essa perspectiva, de uma comunidade de práticas, e menos pela via da institucionalidade, contribuiu para uma maior interdisciplinaridade entre as diferentes disciplinas e estudos que adotam estas ferramentas?

Daniel Alves: Eu nunca cheguei a me debruçar, a desenvolver uma investigação propriamente formal sobre esta questão. Mas a percepção que tenho, até por comparação com o que aconteceu no mundo anglo-saxão, onde essas questões estão muitos mais consolidadas, é que a área das Humanidades Digitais esteve muito mais ligada à área dos estudos literários, da Linguística, investigações que lidavam com a língua e a literatura, e isso limitou um pouco tal interdisciplinaridade, apesar de sempre se falar muito nisso.

Já em Portugal, penso que isso ocorre de forma muito limitada. Basta ver a presença de pesquisadores portugueses nos grandes congressos internacionais de Humanidades Digitais, que é muito pequena. No congresso do ano passado, por exemplo, realizado em Utrecht [Países Baixos], de um universo de 1500 congressistas havia apenas 5 portugueses! É muito pouco se comparado, por exemplo, com a delegação espanhola, que era muito forte, ou, no caso de um país mais ou menos

equivalente em termos de tamanho, como a Bélgica, que estava representado por quase 50 pesquisadores.

Mas apesar disso, na minha percepção, acho que conseguimos desenvolver um trabalho onde há muitas conexões, trabalhos que reúnem pesquisadores da Geografia, da Literatura e da História, por exemplo, outros onde foi possível reunir colegas da Filosofia e da Linguística, ou da Literatura e da Linguística também... Portanto, o que eu percebo é que, apesar de estar em menor número, apesar da pequena capacidade de internacionalização, nós começamos em um patamar de maior interdisciplinaridade do que aconteceu no campo anglo-saxão. Essa é a percepção que eu tenho observando o meio acadêmico português, pelo menos, não conheço essa realidade no campo brasileiro.

Israel Aquino: O senhor mencionou o diálogo com áreas como a Literatura e a Geografia, por exemplo. Nesse sentido, o senhor participou, em 2018, da organização da obra *Cities in the Digital Age: Exploring past, present and future* (CÂMARA et al., 2018), que reúne trabalhos de áreas muito diversas, e se divide em três eixos de discussão: as cidades enquanto realidade histórica, as cidades enquanto "museus virtuais", e finalmente a discussão sobre as cidades contemporâneas e a cidadania digital. Poderia nos falar um pouco deste trabalho?

Daniel Alves: Esse livro foi organizado por mim, pela Helena Murteira, pela Alexandra Câmara, entre outros, um conjunto de colegas de várias universidades portuguesas. Ele partiu de um congresso que tivemos aqui em 2016, coordenado por todos esses colegas que assinam o livro de atas. Nós conseguimos juntar colegas de áreas muito distintas, alguns da Literatura, outros da Linguística, da História, da Arqueologia, das Ciências da Documentação, do Patrimônio, da História da Arte... E isso foi muito interessante, poder propor um olhar duplo, que era nosso objetivo, um olhar que se debruçava sobre o fenômeno da cidade, mas ao mesmo tempo era um olhar sobre o digital, e mais especificamente sobre como o digital nos permite perceber a cidade em seus diferentes componentes e em suas diferentes perspectivas. Essa experiência foi, de fato, muito

interessante, pois a partir destes dois componentes – a cidade e o digital – nós conseguimos congregar colegas de áreas muito diversificadas.

Eu acho que, apesar de tudo, essa perspectiva das Humanidades Digitais funcionou bem, e novamente dentro de uma perspectiva de comunidade, considerando que uma parte desses colegas se conheceram em um outro congresso de Humanidades Digitais que nós organizamos em 2015. Outros se conheciam através de blogs, na Internet, ou em outros encontros. E foi através destas redes de contatos que nós chegamos na organização do encontro que gerou este livro.

Isso não quer dizer que, neste momento, não existam pessoas que estejam tentando apostar justamente na formalização, na institucionalização dessa área. Nós mesmos estamos fazendo isso, por exemplo, já que no ano passado criamos um Laboratório de Humanidades Digitais (Lab_HDig)[5]. Veja que, no caso da minha Universidade, eu e vários outros colegas já fazíamos o que hoje chamamos de Humanidades Digitais pelo menos desde os anos de 1990, mas nunca tínhamos tido um espaço formal onde nos reunir, discutir e elaborar projetos comuns etc. Outra coisa que estamos tentando fazer no âmbito do Laboratório – numa parceria junto à Fundação Getúlio Vargas, do Brasil – é formalizar um curso de pós-graduação na área de Humanidades Digitais aqui na Universidade Nova de Lisboa, embora isto não seja para já... Este é um projeto que esperamos apresentar à Universidade dentro de uns três anos, acredito.

Portanto, apesar de termos começado nesta perspectiva da comunidade, acredito que em parte estamos caminhando numa perspectiva de institucionalização da área. Há pouco tempo, por exemplo, foi criado um curso de pós-graduação na área de Humanidades Digitais na Universidade [Federal] da Bahia; no âmbito do Congresso de

[5] O Laboratório de Humanidades Digitais, do qual o professor Luis Alves é integrante, está vinculado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo iniciado suas atividades em 2019 e, conforme seu perfil na rede social *Twitter*, se dedica a realização de atividades de formação, investigação e apoio a investigadores e projetos no âmbito das Humanidades Digitais. O perfil pode ser acessado em https://twitter.com/lab_hdig.

Humanidades Digitais promovido no Rio de Janeiro[6] está se pensando a criação uma revista de Humanidades Digitais; há vários laboratórios de Humanidades Digitais sendo criados no Brasil, no Rio de Janeiro há pelo menos dois ou três, enfim... Penso que aos poucos está sendo feito este caminho.

Israel Aquino: No Brasil, a formação destes laboratórios tem acontecido a partir da iniciativa de diferentes áreas. Temos laboratórios de Humanidades Digitais que estão se constituindo dentro de departamentos de Comunicação Social, por exemplo, outros vinculados à área de História, Antropologia, Letras.... Então temos diferentes áreas do conhecimento se apropriando dessa denominação, pelo menos no Brasil.

Daniel Alves: Exato. Me parece que com a formalização destes laboratórios e de cursos de pós-graduação, ou mesmo graduação, vamos correr esse risco, ou seja, o de vincular [o estudo das Humanidades Digitais] à área que tiver desenvolvido em maior medida sua aplicação dentro de determinada universidade, ou de um estado, enfim, e isso pode contribuir para limitar um pouco a interdisciplinaridade que, no meu entendimento, precisa existir na área das Humanidades Digitais. Inclusive o nosso Laboratório, por exemplo, nasceu dentro do Departamento de História, que é minha área de formação. No entanto, se formos olhar para os integrantes que compõem o Laboratório, nós temos colegas da área da Literatura, da História Ambiental, da Linguística, da Geografia, da Música, da Arqueologia e da História da Arte. Portanto, apesar do Lab_HDig ter nascido dentro do Departamento de História, dentro de um centro de investigação na área de História, que é o Instituto de História Contemporânea, nós procuramos incorporar outras áreas, pois não faz sentido falar em Humanidades Digitais se trabalharmos apenas com a História. Assim, entendo que as Humanidades Digitais precisam ter, obrigatoriamente, esses dois componentes: o componente digital, obviamente, mas também o componente

[6] O I Congresso Internacional em Humanidades Digitais (HDRio) foi realizado em 2018, na cidade do Rio de Janeiro, através de uma parceria entre o Laboratório de Humanidades Digitais da FGV e o Laboratório de Preservação e Gestão de Acervos Digitais da UNIRIO. A segunda edição do evento estava prevista para ocorrer em 2020, mas teve suas atividades transferidas para o primeiro semestre de 2021 em decorrência da pandemia de Covid-19. O sítio do evento pode ser acessado em https://hdrio2020.org.br/. O professor Daniel Alves era um dos palestrantes previstos na grade de programação do evento.

interdisciplinar, pois é fundamental que aconteça essa troca de experiências e metodologias entre as diferentes disciplinas da área que chamamos de Humanidades.

Israel Aquino: Pesquisadores como Juán Bresciano ou Serge Noiret sugerem a existência de um *Digital Turn* na área das humanidades (BRESCIANO, 2015; NOIRET, 2015), tese que é contestada, entre outros, pelo professor Tiago Gil, da Universidade de Brasília (GIL, 2015). O que o senhor pensa a respeito?

Daniel Alves: Em um texto que eu publiquei em 2014, como introdução a um número temático de uma revista escocesa[7], eu de certa forma defendi – talvez por estar entusiasmado àquela altura - que estava ocorrendo um *turn*, um giro para o digital. Hoje já não estou tão certo disso, e talvez esteja mais próximo da perspectiva do Tiago [Gil], do que da ideia de que há um *Digital Turn* nas humanidades. Na área de História, por exemplo, eu tenho muitas dúvidas. Pois para afirmar que estamos na presença de um D*igital Turn*, como tivemos um *Cultural Turn* nos anos de 1980, e outros '*turns'* que a História teve, seria necessário perceber um impacto significativo desta produção, e haver um número significativo de praticantes dessa abordagem. E eu não vejo isso... O que eu percebo é que há uma maior abertura, até mesmo um maior reconhecimento do trabalho de pesquisadores que atuam nas Humanidades Digitais e aplicam as Humanidades Digitais para fazer História, coisa que não acontecia nos anos de 1990, por exemplo. Quando comecei a trabalhar com o que hoje denominamos de "Humanidades Digitais", por volta de 1995, mais ou menos, nós éramos vistos como "extraterrestres" dentro da academia, e não só isso, penso que o trabalho em si não era valorizado. Penso que isso está mudando.

Por outro lado, afirmar que o digital esteja sendo adotado de forma abrangente, a ponto de configurar um *Digital Turn* ou o surgimento de uma História Digital, sobre isso tenho sérias dúvidas. No meu departamento, por exemplo, somos cerca de 50 docentes, sendo que reunindo os demais centros, devemos ser cerca de oitocentos ou novecentos

[7] O trabalho referido pelo professor foi publicado no IJHAC, editado pela Universidade de Edimburgo. Ver Alves (2014),

investigadores[8]. De todos esses, dizer que 10% fazem uso de metodologias digitais em seus trabalhos, me parece, já seria uma estimativa muito otimista. E quando eu falo em fazer uso de metodologias digitais, não estou me referindo a utilizar uma conta de e-mail, ou fazer uso do [Microsoft] Word ou PowerPoint, ou mesmo utilizar a Internet para buscar informações. Essas hoje são ferramentas básicas, que qualquer aluno do ensino básico já incorpora em suas atividades. Não é isso que vai trazer algo de novo no trabalho desenvolvido por pesquisadores acadêmicos. Por outro lado, por exemplo, fazer uso de softwares de Análise de Redes Sociais [ARS], de Sistemas de Informações Geográficas [SIGs], de linguagens de programação voltadas para análise de dados, incorporar conceitos como *big data* e outros, isso é algo que ainda está restrito a um número muito pequeno de investigadores. Me parece, portanto, que a grande virada que temos está no reconhecimento do trabalho destes profissionais.

Israel Aquino: Nos detendo mais especificamente no campo da História, quais seriam as principais linhas de pesquisa e as principais ferramentas que vêm sendo incorporadas nos estudos que utilizam as ferramentas digitais?

Daniel Alves: Nesse caso, me parece existir uma coincidência entre dois campos de estudo. Nas últimas duas décadas, os historiadores que se dedicaram à incorporação das metodologias digitais em seu fazer histórico, em grande parte, foram os mesmos que se dedicaram aos estudos da longa duração, da história quantitativa, da história econômica, da história demográfica, havendo aí uma sobreposição. Isso, em certa medida, pode ter ocorrido de forma natural, pois foram estes pesquisadores que sentiram, em um primeiro momento, a necessidade de incorporar métodos e ferramentas que lhes permitissem trabalhar com um grande volume de dados, que vinham justamente da pesquisa seriada e quantitativa. Portanto, a primeira interface que podemos perceber entre as Humanidades Digitais e a História é justamente a utilização das bases de dados [...]. A

[8] O professor faz referência à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH - UNL), ao qual está vinculado o Instituto de História Contemporânea.

digitalização massiva de fontes, seja para criação de acervos digitais ou a publicação na Internet, foi também uma prática amplamente adotada a partir da década de 1990.

Aos poucos, foram se introduzindo outras perspectivas. Os Sistemas de Informações Geográficas, por exemplo, têm sido adotados por várias equipes em Portugal e no Brasil – temos laboratórios que fazem uso deste método no Rio de Janeiro[9], por exemplo, na Universidade de Brasília, com o professor Tiago [Gil][10], na USP, com o professor Luís Ferla[11] etc. Aqui em Portugal temos o nosso grupo na Universidade Nova de Lisboa, há também um grupo em Évora[12], outro em Coimbra[13], enfim, há vários grupos que tem incorporado a utilização dos SIGs, o que tem gerado resultados muito interessantes. Mais recentemente – talvez na última década – a Análise de Redes Sociais tem sido adotada com certa frequência por historiadores da área de História Social, por exemplo, e mesmo da História Cultural e da História Intelectual. Em Portugal, o pioneiro a utilizar estas ferramentas foi o professor Joaquim de Carvalho, da Universidade de Coimbra, que utilizou a Análise de Redes para estudar relações familiares, de amizade e de compadrio no período moderno (séculos XVII-XVIII), a fim de investigar como estas relações influenciavam as vivências das comunidades.

Já nos últimos anos nós temos visto uma ligação muito forte com a Linguística. Têm surgido projetos muito interessantes ligando a História e a Linguística Computacional

[9] LABGIS – Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Rui Alberto Azevedo dos Santos (https://www.labgis.uerj.br/).

[10] LHS – Laboratório de História Social da Universidade de Brasília, coordenado pelo professor Tiago Luis Gil (http://lhs.unb.br/lhs/). Mantém projetos como o Atlas Digital da América Lusa (http://lhs.unb.br/atlas/In%C3%ADcio) e o Portal de História Digital Cliomática (http://lhs.unb.br/cliomatica/index.php/Portal_de_Hist%C3%B3ria_Digital).

[11] Trata-se do HIMACO – Grupo História, Mapas e Computadores, vinculado ao Laboratório de Humanidades Digitais da UNIFESP, e atualmente coordenado pelo professor Luis Antônio Ferla (http://www2.unifesp.br/himaco/). Mantém o importante projeto colaborativo Pauliceia 2.0, que tem o objetivo de fazer o mapeamento colaborativo da história de São Paulo no período de 1870 a 1940 (http://www.pauliceia.dpi.inpe.br/portal/home).

[12] CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, no qual se destaca o trabalho da professora Fernanda Olival (https://www.cidehus.uevora.pt/).

[13] A Universidade de Coimbra mantém o Grupo de Humanidades Digitais, coordenado pelos professores Joaquim Ramos de Carvalho e Ana Isabel Ribeiro (https://www.uc.pt/iii/ceis20/estrutura/grupos_investigacao/Grupo7). Destacamos, ainda, que a UC mantém um curso Mestrado em Tecnologias de Informação Geográfica, atualmente sob a coordenação do Prof. Dr. José Paulo Elvas.

e seus vários ramos, como o *Natural Language Processing*, mineração de textos, entre outros. Eu, por exemplo, estou envolvido atualmente em um projeto[14] com uma colega[15] de Oslo, Noruega, que se desenvolve em uma interface entre Literatura e História Ambiental, e que agrega elementos da Linguística Computacional, Geografia e História. Também há trabalhos na área dos arquivos digitais, em que diversos historiadores estão estabelecendo pontes com os colegas que trabalham em bibliotecas e arquivos, onde esta perspectiva digital surge como um elo. Então eu penso que a apropriação do digital vai muito neste sentido, pelo menos na área de História. Já no caso da Arqueologia, por exemplo, temos também a incorporação das metodologias 3D, entre outras.

Israel Aquino: A partir da incorporação dessas novas tecnologias e métodos, o senhor percebe ser necessário que o historiador desenvolva novas competências para a realização do seu trabalho? Quais as habilidades que o profissional da área de História precisa dominar para trabalhar com as ferramentas digitais?

Daniel Alves: Acredito que ainda há um trabalho significativo a desenvolver nesse sentido. Eu sempre digo aos meus alunos que eu não me sinto um historiador melhor do que meus colegas pelo fato de utilizar metodologias digitais. Não é nada disso. Se pensarmos nos grandes historiadores portugueses que tivemos no século XX, inclusive já no século XXI, sabemos alguns deles nem mesmo trabalhavam com o [Microsoft] Word... e isso, no entanto, nunca limitou o seu trabalho. O que eu digo para os meus alunos é que isso será cada vez mais difícil. Ou seja, a partir do momento em que nós passamos a ter uma quantidade significativa de fontes digitalizadas - e ainda temos muito a fazer, nossos arquivos ainda têm muitas fontes por digitalizar, embora já se tenha um volume de informações interessante [disponíveis em formato digital] -, enfim, a partir do momento em que começamos a ter um sociabilidade, uma produção do conhecimento, um registro

[14] O professor faz referência ao projeto *Bilateral Lusophone Literature Initiative using GIS and Linguistics* (BILLIG), que se constituiu a partir de uma parceria entre o Instituto de História Contemporânea (IHC/FCSH) e a Faculdade de Humanidades da Universidade de Oslo (ILOS/UiO). O site do projeto pode ser acessado através do seguinte endereço: https://billig.fcsh.unl.pt/.

[15] A colega que o entrevistado refere é a professora Diana Santos, vinculada à Faculdade de Humanidades da Universidade de Oslo.

de memória, uma vivência cotidiana na qual o digital tem cada vez um impacto maior (especialmente a partir do início deste século), nós não podemos imaginar que o "historiador do futuro" – daqui a dez, vinte ou trinta anos – será capaz de analisar o seu passado (que vem a ser o nosso presente) com as mesmas ferramentas que utilizavam os historiadores de vinte, trinta ou quarenta anos atrás – isso seria impossível.

Daqui a quarenta anos, ou daqui a cinquenta anos, o historiador precisará possuir competências digitais, ou não será capaz de analisar toda a complexidade da sociedade contemporânea, em que nós podemos ver um discurso racial, um discurso fascizante, um discurso xenófobo – e onde podemos ver esses discursos? Eles estão presentes, em grande parte, nas redes sociais, no ambiente digital... Há ainda um embate ocorrendo nas ruas, como nós podemos ver nas manifestações das últimas semanas, mas muito desse embate, que se fazia através das formas tradicionais de sociabilidade, hoje se dá de forma mediada pelas sociabilidades digitais. Portanto, para analisar como se dá o cotidiano no tempo presente, o ativismo, a própria política, seja o que for, o historiador precisará recorrer a ferramentas digitais. Ele precisará buscar informações no Twitter, no Facebook, nos blogs... Os próprios meios de comunicação hoje possuem, muitas vezes, uma presença maior no mundo digital do que no "papel".

Agora, em relação às competências necessárias... Não me parece que o historiador precisa saber, ao mesmo tempo, criar uma base de dados, operar um Sistema de Informações Geográficas, dominar um software de Análise de Redes Sociais e programar em Python. Acredito que o historiador não precisa dominar tudo isso, ter todos esses conhecimentos. O que o historiador precisa, a meu ver, é ter conhecimento suficiente de como opera cada uma dessas tecnologias, do impacto que podem ter na sua investigação, o impacto que podem ter na transformação das fontes – pois passar uma fonte analógica para uma base de dados é transformar essa fonte, significa transformar até mesmo o tipo de leitura que podemos fazer dela. Assim, o historiador pode até não saber como construir uma base de dados, mas ele precisa ter um senso crítico quanto ao impacto que o digital pode ter na sua forma de escrever História, na sua relação com as fontes, nas formas de mediação do acesso ao conhecimento histórico disponível em bases

digitais. Me parece que essa seria uma competência obrigatória. O conhecimento sobre programação ou sobre como operar um Sistema de Informações Geográficas pode ser necessário a uma aplicação muito específica – por exemplo, eu tenho necessidade de dominar os SIGs; por outro lado, ainda não senti a necessidade de dominar um software de Análise de Redes, por não utilizar em meu trabalho. Mas eu sei o que o software faz, sei o que é possível obter daquela ferramenta. Isso me permite dialogar com quem trabalha com esse método, por exemplo, e não ficar "às escuras" à espera do que um algoritmo vai me mostrar. Esse tipo de conhecimento, mais crítico, a respeito do que as ferramentas digitais podem fazer, no que ela implica na relação entre o historiador e as fontes, entre o historiador e a construção do conhecimento, este tipo de competência me parece ser mais importante do que aprender a utilizar ferramentas específicas.

Nós temos uma disciplina de Informática Aplicada à História no curso de História desde 2002. Em Portugal, esta é a única disciplina obrigatória de, digamos, Humanidades Digitais aplicadas à História, em um curso de História. Nos últimos anos, eu diria que desde 2006 ou 2008, nós temos focado nosso trabalho nesta disciplina muito mais no desenvolvimento desse senso crítico sobre o impacto do digital do que trabalhar propriamente com o desenvolvimento de bases de dados ou outras ferramentas.

Israel Aquino: Vivemos um período no qual é possível perceber um deslocamento do debate político para o meio digital, com as redes sociais e aplicativos móveis ganhando relevância crescente. Ao mesmo tempo, esse fenômeno tem causado crescente preocupação pelo aparente reforço de processos de negacionismo e extremismo, propagação de *fake news*, adoção de discursos anticientíficos – aqui no Brasil, inclusive, temos tido muitos destes episódios. Assim, qual o senhor entende que deva ser o papel dos historiadores diante desta conjuntura, e como podemos contribuir para combater esse tipo de comportamento?

Daniel Alves: Eu acredito que as redes sociais cumprem, ao mesmo tempo, um papel positivo e negativo. Vemos, por um lado, no atual contexto de pandemia, por exemplo, que em grande parte a possibilidade de mantermos nossas interações se deu através das

redes sociais. Vejo também que as essas redes – e o digital como um todo – tem o condão de promover uma aceleração de diversas dinâmicas – na produção e no acesso ao conhecimento, por exemplo, criando até uma expectativa de maior democratização do acesso ao conhecimento. Nesse contexto, seria de esperar que, à medida que temos acesso à maior quantidade de informação e conhecimento, as pessoas teriam maior facilidade em evitar, justamente, as *fake news*, o negacionismo, o extremismo, enfim... Me parece que nos anos 1990, e mesmo na primeira década dos anos 2000, com o desenvolvimento da Web 2.0 e de redes sociais como *YouTube*, *Twitter* e outras, havia uma tendência no sentido de pensar que a Internet cumpriria o papel de democratizar o conhecimento, e a partir daí contribuir para resolver uma parte deste tipo de problema. Isso porque *fake news* sempre existiram, a negação da ciência sempre existiu – Galileu não foi molestado pela Inquisição apenas por ter o cabelo ou os olhos diferentes, mas justamente pela prática da negação das evidências científicas. O que acontece, no caso das redes sociais, é que elas potencializaram tudo isso, mas não me parece que o fenômeno de negação da ciência seja maior hoje do que era, digamos, há cinquenta ou sessenta anos atrás – talvez ainda seja necessário um estudo de maior fôlego a esse respeito, mas eu acredito que não.

Por outro lado, esta é uma questão de percepção, e nós temos, a partir das redes sociais, uma percepção de que este é um fenômeno muito maior, de que está por toda a parte, e de que possua um impacto mais efetivo na sociedade – e eu não tenho certeza de que seja tanto assim. Mesmo o *Facebook*, que é talvez a maior rede social hoje em dia, em Portugal vemos que a maioria da população não tem e não utiliza o *Facebook*... E o que nós vemos é que a política e os meios de comunicação social dão muito mais relevância ao que se passa e se discute nas redes sociais – apesar da maioria de nossa população não interagir nesse meio – do que àquilo que se passa fora das redes sociais. Hoje nós temos um fenômeno estranho: aquilo que não acontece nas redes sociais é como se não acontecesse, como se não tivesse impacto na realidade...

Israel Aquino: Aqui no Brasil, me parece, temos uma dinâmica diferente, considerando que o uso das redes sociais é muito difundido, sendo o país o terceiro colocado em número de usuários no *Facebook*. E temos também um uso bastante difundido de aplicativos de comunicação como o *WhatsApp*, que inclusive cumpriu um papel importante de circulação de informação – e desinformação – em nosso último processo eleitoral...

Daniel Alves: Sim, sem dúvida. Uma das disciplinas que ministro no curso de mestrado é de "História das Revoluções" (na época contemporânea), e uma das aulas em que tenho maior prazer em dialogar com os alunos é aquela em que trato das Revoluções de 1848. As revoluções do ano de 1848 foram as primeiras em que a imprensa cumpriu um papel determinante nos dois lados da barricada, ou seja, do lado revolucionário, mas também do lado contrarrevolucionário. Esta foi a primeira vez que os contrarrevolucionários – ou seja, o setor tradicionalista, conservador, os setores que não queriam abdicar do poder – utilizaram a imprensa de forma sistemática para defender um ideário contrário ao da revolução, um ideário que defendia posicionamentos a favor do conservadorismo e da manutenção dos privilégios. E naquele momento, esse meio de comunicação de massas – que era a imprensa escrita de meados do século XIX – passou a ser usado dos dois lados da barricada. Eu julgo que nos encontramos em uma fase semelhante. Nós tivemos um primeiro momento de euforia com o digital e com as novas tecnologias, onde estas foram essencialmente apropriadas por setores mais ligados a ideias de progresso, mudança e universalidade. Não sei dizer exatamente em que ponto houve uma virada – talvez a partir da eleição de [Donald] Trump, nos Estados Unidos da América (ou talvez um pouco antes disso) – mas houve um momento em que esse 'outro lado' começou a perceber que aquelas ferramentas poderiam ser utilizadas para passar também – e bem – a sua mensagem.

Então qual deve ser o papel do historiador? Penso que ao historiador cabe proporcionar uma visão crítica, cada vez mais, a fim de permitir distinguir entre esses dois discursos, a fim de permitir identificar a negação da ciência, que hoje se utiliza das mesmas ferramentas que até há pouco eram utilizadas para a divulgação do

conhecimento científico – ferramentas digitais de comunicação de massa. Acho que podemos ter nos distraído com a euforia [proporcionada pelas tecnologias] de poder nos comunicar livremente, de poder divulgar a ciência, e nos esquecemos de que o outro lado poderia utilizar as mesmas armas para negar a ciência, para comunicar valores que... eu no mínimo posso classificar como conservadores, para não chamar de outra coisa, e que representam esse retrocesso civilizacional que parecemos sentir. Assim, o historiador me parece ter um papel fundamental, no sentido de ajudar os seus alunos a pensar criticamente, e mesmo de contribuir para desenvolver ferramentas que contribuam para o pensamento crítico. Não concordo com o posicionamento de alguns que, vendo se propagar nas redes sociais estas mensagens de ódio, de racismo, de xenofobia, de negação da ciência, dizem não querer ter "nada a ver com isso". Penso que o historiador deve justamente buscar conhecer bem os espaços em que ocorrem estes discursos, a fim de poder combatê-los criticamente.

Israel Aquino: A expansão da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação contribuiu para o surgimento de várias iniciativas que buscam expandir e democratizar o acesso à informação e ao conhecimento. Temos, por exemplo, redes sociais que conectam pesquisadores (como o Academia.edu[16] ou o ResearchGate[17]), a criação de repositórios compartilhados ou plataformas de *preprints*[18] (como GitHub, OSF e arXiv) ou

[16] Academia.edu é uma plataforma lançada em 2008 que adota o formato de rede social e pode ser usada para o compartilhamento de trabalhos acadêmicos, além de permitir o acompanhamento do trabalho de outros pesquisadores a partir de descritores de interesse. Pode ser acessado através do link: https://www.academia.edu/.

[17] Da mesma forma, o ResearchGate, também lançado em 2008, consiste em uma rede social voltada a interação e colaboração entre pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Pode ser acessado através do endereço: https://www.researchgate.net/.

[18] Os chamados *preprints* são trabalhos de teor científico que não passaram por uma avaliação de pares, como acontece comumente em publicações de periódicos acadêmicos. Nos últimos anos, esta modalidade de publicação do conhecimento científico tem ganhado destaque por agilizar o compartilhamento de estudos, ainda que em andamento, e possibilitar maiores trocas entre investigadores. Existem diversas plataformas dedicadas a este tipo de publicação, como a OSF (https://osf.io/preprints/), que agrega comunidades de diversas áreas do conhecimento, ou o arXiv (https://arxiv.org/), mais voltado para as áreas das ciências exatas e biológicas. Já o GitHub (https://github.com/) é um portal de hospedagem de códigos-fonte que permite a colaboração entre programadores em projetos *open source*.

mesmo iniciativas que desafiam a propriedade intelectual das editoras, como o SciHub[19]. Já em 2014, a União Europeia lançou a política Horizonte 2020[20], que previa que até este ano toda pesquisa com financiamento público deveria ser publicada em periódicos de acesso aberto. Uma das questões que surge com este debate é de que estas iniciativas seriam inviáveis no campo das ciências humanas, diferente do que acontece nas áreas das ciências exatas ou biológicas. Como você percebe esses movimentos em nossa área? Quais os desafios para a construção de uma História em formato "aberto"?

Daniel Alves: Há quem afirme quanto a essa abertura da ciência – quanto ao impacto do acesso aberto, dos dados em acesso aberto –, que não há razão para que nas humanidades não ocorra da mesma forma como vem ocorrendo nas ciências chamadas duras ou exatas. Eu não concordo. Eu acredito que é muito mais difícil o compartilhamento de dados nas humanidades do que o compartilhamento de dados em áreas como Matemática, Biologia ou Medicina, pois nestas áreas os dados são muito mais estruturados. A produção do conhecimento nas humanidades está repleta de lacunas, de subjetividades, de ausência de informações e de fontes, portanto aí nós temos uma dificuldade. Isso não quer dizer que nós não devemos trabalhar para superar estas dificuldades – acho que reconhecer a dificuldade já é um passo. E julgo que alguns outros passos estão sendo dados. Nos últimos anos – em Portugal, nos últimos quatro ou cinco anos, especialmente no último governo – têm-se apostado muito nas políticas de acesso aberto – ciência aberta, dados abertos – mas também existem sinais contraditórios. Por um lado, acho que existe uma política fantástica sendo fomentada em Portugal – e sei

[19] O SciHub é um projeto coletivo lançado em 2011 coordenado pela pesquisadora cazaque Alexandra Elbakyan, que desde seu surgimento tem provocado várias polêmicas por oferecer acesso livre a milhões de trabalhos científicos publicados em periódicos de acesso restrito, "quebrando" a proteção dos sites das editoras e questionando o pagamento de direitos autorais. Na data de realização desta entrevista, o site estava hospedado no endereço https://sci-hub.tw/ - embora sua hospedagem passe por mudanças frequentes, devido às disputas com editoras e autores de vários países.

[20] Segundo a apresentação do próprio projeto, o Horizonte 2020 é "o maior programa de investigação e inovação da União Europeia (UE) de sempre" (UE, 2014, p. 5). Trata-se de uma abrangente política de fomento à pesquisa e desenvolvimento adotada no âmbito da União Europeia, que fomenta, entre outros, uma perspectiva de incentivo à abertura e democratização das ciências.

que no Brasil isso também ocorreu – que são os repositórios universitários[21]. Os repositórios universitários são ferramentas fundamentais para a abertura do conhecimento, em todas as áreas, inclusive, e aí as humanidades não têm desculpa. Nesses repositórios podem ser disponibilizadas dissertações, teses, *working papers*, artigos, livros, atas, *preprints*, de tudo, toda a nossa produção científica, inclusive conferências e palestras não publicadas, por exemplo. Acho que essa é uma política que as universidades deveriam privilegiar acima de tudo – e isso vem sendo feito. Hoje, em Portugal, acredito que não há nenhuma universidade que não tenha o seu repositório institucional. Na Europa muitas delas têm, o Brasil possui muitas universidades que possuem repositórios institucionais – e muito bons -, e há inclusive ferramentas que permitem fazer pesquisas integradas em vários desses repositórios simultaneamente.

Porém, eu também vejo sinais que vão no sentido contrário. Há, sem dúvida, uma política da União Europeia de valorizar as publicações em acesso aberto. Mas, por exemplo, na minha universidade criou-se recentemente uma ferramenta para avaliação da produção científica dos professores. Esta poderia ser baseada no nosso próprio repositório, mas não. Onde é que foram buscar esta ferramenta? Essa ferramenta foi comprada de uma grande editora internacional, a Elsevier[22]. Ou seja, a nossa Universidade, que possui um excelente repositório institucional – no qual foi investido muito dinheiro, inclusive – foi comprar uma ferramenta de uma entidade privada, que cobra pela disponibilização de suas revistas (da universidade, inclusive), enfim, foi comprar essa ferramenta pra com ela fazer a avaliação de seus investigadores. Penso que isso é um contrassenso.

[21] Esta é uma política que tem sido amplamente adotada nas últimas duas décadas. No Brasil, por exemplo, temos o Lume, repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (https://lume.ufrgs.br/), e o Águia, mantido pela Universidade de São Paulo (https://www.aguia.usp.br/). Além disso, a nível governamental, temos o Oasis, repositório mantido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (http://oasisbr.ibict.br/vufind/), e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), entre muitos outros. Em Portugal, há o exemplo do RUN (https://run.unl.pt/), mantido pela Universidade Nova de Lisboa, instituição a qual está vinculado o professor Daniel.

[22] A Elsevier é uma empresa global, consistindo hoje em uma das maiores editoras universitárias privadas (https://www.elsevier.com/pt-br).

Segundo, eu vejo que apesar de ter se investido muito e se ampliado o número de revistas em acesso aberto – e o Brasil tem feito um trabalho espetacular nessa área –, em Portugal, por exemplo, ainda se valoriza muito a publicação em revistas indexadas, e estas tradicionalmente – pelo menos as mais importantes – são revistas de acesso restrito que estão dentro das bases de dados das grandes editoras internacionais. Então chega-se ao ridículo de casos nos quais os meus alunos não têm acesso a artigos que eu publiquei – sendo que sou pago pelo erário público – ou, se têm acesso, acabam pagando por ele de forma indireta, pois são os seus impostos que financiam a Universidade, que por sua vez precisa pagar pela assinatura destas revistas. Acaba sendo um sistema muito perverso. Assim, vejo que estamos fazendo muitos avanços no sentido de garantir o acesso, mas ao mesmo tempo temos dificuldade de garantir o impacto das revistas de acesso aberto, já que estas demandam um investimento em termos financeiros, materiais e humanos que uma parte das universidades, pelo menos, não consegue garantir, ficando difícil competir com as grandes editoras internacionais.

Assim, apesar de tudo, penso que estamos avançando neste sentido, e dentro das Humanidades Digitais a discussão vai no sentido da abertura, para o acesso aberto, para a ciência aberta, para a ciência cidadã, para a criação dos repositórios de dados abertos, e assim penso que dentro das ciências humanas não há justificativa para que não caminhemos também neste sentido.

Israel Aquino: O senhor comentou que vem utilizando os Sistemas de Informações Geográficas em seus trabalhos. Poderia nos contar em que projetos está envolvido, e de que forma estão sendo apropriadas estas ferramentas na sua pesquisa?

Daniel Alves: Eu tenho utilizado os Sistemas de Informações Geográficas, essencialmente, na investigação da história urbana de Lisboa, na passagem do século XIX para o século XX, com foco no desenvolvimento do setor de comércio e serviços. Meu estudo atual se debruça sobre a questão do desenvolvimento dos serviços de hotelaria, trabalhando com instituições como albergues e hospedarias, e investigando como se deu, a partir do século

XX, o predomínio do "hotel", coisa que não acontecia no século anterior, e este estudo tem se dado essencialmente através da aplicação desse método.

Nos demais projetos onde estou envolvido, penso que os SIGs têm sempre alguma contribuição. O projeto que mencionei em parceria com a Universidade de Oslo[23], por exemplo, mistura Literatura, Linguística, História e Geografia, onde nos propomos a estudar uma perspectiva espacial da literatura, ou seja, procuramos analisar a representação do território através da literatura, desde o século XIX até a atualidade. Também em projetos de História Ambiental, nos quais tem peso a análise de fatores como o território, a paisagem etc., nos valemos muito da utilização dos SIGs... Enfim, estas têm sido as principais áreas em que tenho utilizado essas ferramentas

Confesso que em vários dos projetos que desenvolvemos no Lab_HDig eu tendo sempre a propor que se inclua uma perspectiva que dialogue com a análise espacial e geográfica, pois temos um conjunto de colegas que possuem muita competência nessa área; por isso, quase todos os nossos projetos acabam incluindo este componente, e mesmo nos projetos que não preveem esta abordagem inicialmente nós temos proposto sua adoção, até para que possamos depois cruzar dados entre projetos, tendo por base a Geografia.

Israel Aquino: Professor Daniel, gostaria de agradecer mais uma vez por sua participação e pela disponibilidade em nos atender em meio a esta pandemia – e em pleno feriado! Fico na torcida para que possamos nos encontrar no futuro, seja aqui no Brasil, seja em Portugal, em outras oportunidades.

Daniel Alves: Sim, uma das atividades que estava planejada em minha ida ao Brasil era uma palestra organizada pelo grupo da professora Caroline [Bauer][24], em Porto Alegre, justamente para falar sobre a utilização do Sistemas de Informações Geográficas em

[23] Projeto BILLIG, op. cit.

[24] A professora Caroline Bauer coordena na UFRGS o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), que vem desenvolvendo iniciativas de divulgação histórica, estabelecendo relações entre a História Digital, a História Pública e as ferramentas e práticas das Humanidades Digitais. O laboratório possui um sítio eletrônico que pode ser acessado em: https://www.ufrgs.br/luppa/.

investigações na área de História. Então por pouco não nos cruzamos ao vivo em Porto Alegre, mas infelizmente acabou não sendo possível. Eu agradeço também pelo convite e pela oportunidade de participar, um abraço!

Referências

ALVES, Daniel Ribeiro. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo académico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, Lisboa, v. 69, p. 91-103, 2016. Disponível em: https://journals.openedition.org/lerhistoria/2496. Acesso em: 01/07/2020.

_____. Introduction: digital methods and tools for Historical Research. **International Journal of Humanities and Arts Computing**, Edinburgh, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2014. Disponível em: https://www.euppublishing.com/doi/10.3366/ijhac.2014.0116. Acesso em: 01/07/2020.

BERNARDOU, Agiatis et. al. Introduction: a critique of digital practices and research infrastructures. In: _____. **Cultural Heritage Infrastructures in Digital Humanities**. Abingdon (RU)/New York (USA): Routledge, 2018.

BRESCIANO, Juán André. Los estúdios históricos em la sociedade de la información. In: BRESCIANO, Juán André; GIL, Tiago Luis (orgs.). **La historiografia ante el giro digital: reflexiones teóricas e prácticas metodológicas**. Buenos Aires: Ediciones Cruz del Sur, 2015.

CÂMARA, Alexandra Gago da et al. (org.). **Cities in the Digital Age: Exploring Past, Present and Future**. [S. l.]: FLUP/CITCEM, 2018. E-book. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1674&sum=sim. Acesso em: 01/07/2020.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História e Humanidades Digitais: conexões para um novo tempo (Entrevista). **Café História**, s. n., 17/07/2017. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historia-e-humanidades-digitais/. Acesso em: 01/07/2020.

CONSTÂNCIO, Natália; ALVES, Daniel Ribeiro; QUEIROZ, Ana Isabel. LITESCAPE.PT - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental como uma ferramenta para o turismo literário. **Cultur**, Ilhéus, v. 13, n. 2, p. 14-39, 2019. Disponível em: http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/about/contact. Acesso em: 01/07/2020.

GIL, Tiago Luis. "Our own in—house" software: una Historia de historiadores programadores. In: BRESCIANO, Juán André; GIL, Tiago Luis (orgs.). **La historiografia ante el giro digital: reflexiones teóricas e prácticas metodológicas**. Buenos Aires: Ediciones Cruz del Sur, 2015.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634. Acesso em: 01/07/2020.

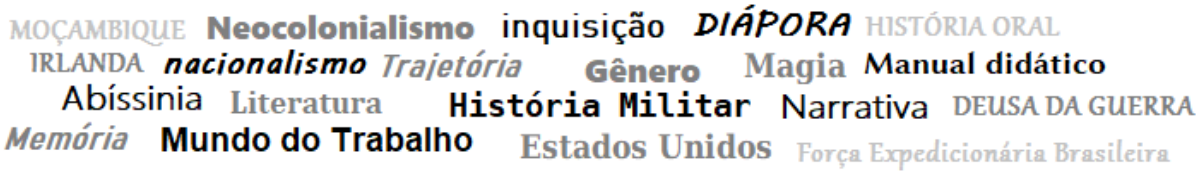
UNIÃO EUROPEIA. **HORIZON 2020 em breves palavras: o programa-quadro de investigação e inovação da UE**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI0213413PTN.pdf. Acesso em: 01/07/2020.

Teses e dissertações apresentadas pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (2020/1)

Ângela Pereira Oliveira Balladares[1]

Venho por meio desta comunicação, em nome de toda a equipe que compõe a Revista Aedos, divulgar para a comunidade, seja ela acadêmica ou não, os estudos concluídos pelo corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante o primeiro semestre de 2020. Ao total, foram realizadas 21 bancas, divididas entre os níveis de mestrado e de doutorado.

Quanto aos temas norteadores, tiveram maior incidência trabalhos no campo de estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil, com duas pesquisas que dialogaram com a abordagem racial. A primeira, em uma perspectiva teórica sobre a produção histórica, e a segunda, a respeito da formação do grupo Palmares. Também constam entre os estudos desenvolvidos tópicos como a atuação dos familiares em defesa dos perseguidos políticos, a repressão na Ilha do Presídio e a atuação dos trabalhadores do setor calçadista. Todos eles dedicados à história do Rio Grande do Sul. Entre outros assuntos analisados pelos alunos neste programa, obtemos:



Na próxima página, segue a lista desses estudos, os quais estão em domínio público e podem ser consultados através do Repositório Digital da UFRGS, o *Lume*.

Dissertações

Alan Crhistian Quadros Alvão

"Trabalhadores do mar em Quatipuru-Mirim, Tracuateua – PA: memórias, trabalho e ambiente costeiro"

Orientação: Profª. Drª. Regina Weber

[1] Doutoranda em História/UFRGS e editora da Revista Aedos.

Data de defesa: 12/02/2020

Guilherme Nicolini Pires Nasi

"Acervos pessoais e relíquias de uma guerra: a trajetória militar do ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira Solon Rodrigues D'Avila (1930-1945)"
Orientação: Profª. Drª. Carla Brandalise
Data de defesa: 04/03/2020

Bruno de Azambuja Silveira

"Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande do Sul (1964-1973)"
Orientação: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
Data de defesa: 10/03/2020

Vitor Borges da Cunha

"Cristianização da Abissínia e as Gadi de Maba Seyon e Gabra Krestos: neocolonialismo em uma tradução europeia do século XIX"
Orientação: Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira
Data de defesa: 13/03/2020

Guilherme Barboza de Fraga

"Clamores contra as ditaduras do cone sul: o grupo Clamor e a solidariedade em defesa dos perseguidos políticos e seus familiares"
Orientação: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós
Data de defesa: 16/03/2020

Gabriel Ribeiro da Silva

"O poder epistêmico: sobre a ditadura civil-militar, os conflitos ou tensões raciais e o fazer a História"
Orientação: Profª. Drª. Caroline Silveira Bauer
Data de defesa: 27/03/2020

Greice Adriana Neves Macedo

"Estratégias de enfrentamento ao racismo da ditadura de segurança nacional brasileira: o grupo Palmares"
Orientação: Profª. Drª. Caroline Silveira Bauer
Data da defesa: 30/03/2020

Rovian Schenatto Palavicini

"Uma deusa entre homens: a representação de Istar, deusa da guerra, durante o reinado de Hamurabi (1792-1750 a. C)"
Orientação: Profª. Drª. Katia Maria Paim Pozzer
Data da defesa: 30/03/2020

Sarah Silva Tolfo
"Saga manus: gênero e transgressão em praticantes de magia na Roma Antiga"
Orientação: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas
Data da defesa: 31/03/2020

Gabriel Gonzaga
"A imaginação histórica de Paul Gilroy: formas narrativas e performances textuais de uma tradição diaspórica"
Orientação: Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila
Data da defesa:17/04/2020

Márcia Moraes
"História Oral, memória e geração: narrativas de mulheres rurais do município de Lagoão – RS (1942-2019)"
Orientação: Profª. Drª. Natalia Pietra Méndez
Data da defesa: 08/05/2020

Maíra Oliveira dos Santos
"Voices from the West of Ireland: nacionalismo irlandês nas coleções folclóricas de Lady Augusta Gregory"
Orientação: Profª. Drª. Carla Brandalise
Data da defesa: 15/05/2020

Cassiano Floriano Fraga
"'As tramas que eles teceram, as lutas que ali travamos': modernidade e mitificação nos manuais didáticos da República Popular de Moçambique (1971-1990)"
Orientação: Prof. Dr. José Rivair Macedo
Data da defesa: 30/06/2020

Teses

Micaele Irene Scheer
"Da resistência cotidiana ao protesto público: as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do calçado durante a ditadura civil-militar (Novo Hamburgo, 1968-1979)"
Orientação: Profª. Drª. Regina Weber
Data da defesa: 12/03/2020

Douglas Souza Angeli
"O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)"

Orientação: Profª. Drª. Carla Brandalise
Data de defesa: 26/03/2020

Odir Mauro da Cunha Fontoura
"O rebanho infectado: inquisição e clérigos praticantes de magia no século XIV"
Orientação: Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira
Data de defesa: 22/04/2020

Diego Scherer da Silva
"A trajetória militante de Paulo Schilling e a formação do seu arquivo pessoal (1956-2012)"
Orientação: Profª. Drª. Carla Simone Rodeghero
Data da defesa: 06/05/2020

Rafael Belló Klein
"A história dos Estados Unidos na obra de Howard Fast: uma perspectiva de esquerda na literatura americana"
Orientação: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Data de defesa: 14/05/2020

Eliete Lúcia Tiburski
"Euclides da Cunha e Os Sertões: atravessando temporalidades"
Orientação: Profª. Drª. Mara Cristina de Matos Rodrigues
Data da defesa: 22/05/2020

Edsiana de Belgrado Aita
"Ocupações de terras, produção e circulação de bens na fronteira de Rio Grande, 1776-1850"
Orientação: Profª. Drª. Helen Osório
Data da defesa: 22/05/2020

Josiane Mozer
"A arquitetura da dominação ideológica: o programa editorial da agência de informação dos Estados Unidos no Brasil"
Orientação: Prof. Dr. Arthur Lima de Avila
Data da defesa: 28/05/2020

Em razão da pandemia do novo coronavírus, a UFRGS suspendeu as atividades presenciais que ocorreriam nas dependências da universidade. No entanto, as bancas seguiram acontecendo de maneira remota, respeitando o distanciamento social, de modo

a manter em segurança a saúde de todos que integram o corpo discente e docente da instituição e seus demais contribuintes.



UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

H UFRGS H